UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULO VERGÍLIO MARQUES DIAS

Dialética das Redes Virtuais:
Periódicos Eletrônicos anticapitalistas na formação e
reorganização da classe trabalhadora.

São Paulo

2015

PAULO VERGÍLIO MARQUES DIAS

**Dialética das Redes Virtuais:
Periódicos Eletrônicos anticapitalistas na formação e reorganização da
classe trabalhadora.**

Tese apresentada à
Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de
Doutor em Educação

Área de concentração:
Estado, Sociedade e Educação

Orientador:
Professora Doutora Lúcia Emília
Nuevo Barreto Bruno

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.362 D541d	Dias, Paulo Vergílio Marques Dialética das Redes Virtuais: Periódicos Eletrônicos anticapitalistas na formação e reorganização da classe trabalhadora / Paulo Vergílio Marques Dias; orientação Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno. São Paulo: s.n., 2015. 464 p. ils.; tabs.; anexos; apêndice
------------------	---

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Educação 2. Economia política 3. Mídia alternativa 4. Luta de classes 5. Rede de computadores 6. Movimentos sociais I. Bruno, Lúcia Emília Nuevo Barreto, orient.

Folha de Aprovação

DIAS, Paulo Vergílio Marques. **Dialética das Redes Virtuais:** Periódicos eletrônicos anticapitalistas na formação e reorganização da classe trabalhadora. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Educação

Aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

*À minha esposa Camila, pelo seu
amor, companheirismo, inteligência,
carinho, espírito aguçado e ajuda
em toda esta trajetória.*

e, in Memoriam

*À querida avó Magdalena Marques
(Magda Beck), falecida aos 95 anos,
que criou e sempre acolheu seus netos
com tanto carinho;*

*e ao saudoso companheiro Dori, o "Profeta",
meu mestre na arte da dialética
e da política do concreto.*

Agradecimentos

Esta pesquisa foi fruto das possibilidades geradas por muitas pessoas, a quem sou imensamente grato; seu autor, se torna assim apenas um compilador de teorias e discussões de todo um corpo de pessoas.

Que meus primeiros agradecimentos sejam à minha orientadora, Professora Doutora Lúcia Nuevo Barreto Bruno, pela paciência, acompanhamento, seriedade, comprometimento e ajuda constante.

Agradeço:

À minha esposa Camila Freitas, Historiadora, que me apoiou, dialogou comigo, me auxiliou com transcrições difíceis, leu meu trabalho e discutiu todas suas questões e teorias comigo; sem ela, eu jamais conseguiria completar esta jornada de pesquisa. Meu apoio e Norte, professora dedicada, companheira, minha consciência, que com seu espírito afiado me ajudou a perceber questões ocultas nos textos e dar forma ao meu pensamento.

À professora Doris Accioly e Silva, pelos ensinamentos, conselhos valiosos, indicações de leitura e impacto em meu pensamento.

À Professora Amélia Damiani, pela leitura crítica cuidadosa e criteriosa, atenção e indicações metodológicas de pesquisa importantes.

Aos professores da banca, Fernando Bonfim e Maria do Carmo Parente Santos, pela atenção em ler criticamente este trabalho. Aos suplentes da banca.

Aos meus pais, Paulo Aranha e Ivone Marques, pelo imenso apoio e carinho dado, por discutirem comigo o trabalho e seus temas, e me ajudarem dando estrutura, desde a infância, dando à minha irmã e a mim uma educação humanista e crítica da sociedade. Ao meu pai, pela paciência, ajuda com o trabalho, sempre sabendo do que eu precisava; me enviava, sempre, notícias e discutia a sociedade comigo. Minha mãe, que sempre leu pacientemente e de forma diligente meus textos, sempre sugerindo e discutindo suas ideias e apontando suas falhas. Minha gratidão é imensa e permanente.

À minha querida avó Magdalena Marques (Magda Beck), falecida recentemente aos 95 anos de idade, pelo apoio humano e acolhida em sua casa, em São Paulo, quando necessitei de proximidade física à universidade.

Ao grande companheiro e amigo Dorival Augusto da Silva Macedo, o Dori, falecido recentemente aos 65 anos de idade; ex-engenheiro, homem despossuído e desapegado, comunista histórico, libertário, lutador contra a Ditadura, teatrólogo, com

quem passei anos discutindo e aprendendo política e a sua afiada dialética da concretude, em seu quartinho do sindicato, onde fumávamos e bebíamos café.

Aos professores João Alberto, e Jorge Valadas, pelo que aprendi com eles. Ao Atanásio Mykonios, o Grego, sempre interlocutor e parceiro de longos debates. Ao Professor Rafael Puertas de Miranda, meu irmão, poeta, professor, que revisou este trabalho (e outros) de forma meticulosa, séria e comprometida, discutindo comigo suas teorias e questões e o editando de forma impecável. Aos companheiros do coletivo Crítica Social; ao Álvaro Junior, Clóvis Berti, Christian Linzmayer, Regina Oshiro e ao educador libertário Luciano Machado; Ao Claudio Duarte, Daniel Cunha, Rafael Viana e Édi Benini. Ao Jan, que me ajudou a coletar um número significativo de entrevistas.

Ao Roberto Costa, lutador social e meu querido professor da política, que me abrigou em seu apartamento para trabalhar concentrado por muitos dias. À minha irmã Madalena Marques Dias, que repetidas vezes me auxiliou e também cedeu sua casa e apartamento por mais de um mês para trabalhar nesta tese.

À CAPES, pela bolsa concedida; e aos funcionários da Faculdade de Educação e da Secretaria de Pós-Graduação, pelo atendimento sério, responsável, dedicado e profissional que enobrece o serviço público.

A todos os entrevistados anônimos, leitores e produtores, que deram vida a esta pesquisa; ao *Centro de Mídia Independente*, *Desinformémonos*, *Revista Sinal de Menos*, que me concederam entrevistas; e coletivo Via-SOT. Aos colegas e amigos do GPEL.

Ao Hanshi Sensei Mitsuo Shiomi e a escola Meikakukai - Aiki, e ao Reverendo Kosshu Sato. À Sra. Ignez Silva; ao Jean Pires; à Sra. Marli Mendonça, Sra. Sonia Poletto Pires. Ao Dr. Glauco de Lorenzi, Dra Luiza Matsubara e Dr. José Luiz de Oliveira. A muitos outros que aqui não citei. E à Marie, plena *anima nobile*.

Epígrafe

O reunismo

*Mal a noite se torna madrugada
cada qual a seu trabalho vai.
Vão para a "Firma"
para a Cia
para a S.A.
para a Ltda.
e nos escritórios desaparecem.*

*Derrama-se em torrente a papelada
mal se entra nesses escritórios.
Procure-se entre cem -
o mais importante! -
os empregados estão sumidos nas reuniões.*

*Então apareço eu e pergunto:
"Quem pode me atender?
Estou aqui há não sei quanto tempo".
"O camarada Ivan Ivanich está em reunião
com o Comissário Geral do Povo para as Questões do Vinho."
Crispada de inumeráveis estrelas
a luz apenas pisca.
Repito. Respondem:
"Peço-lhe para voltar daqui a uma hora.
Está em reunião
tratando da compra de tinta
para a Cia. etc., etc., S.A."*

*Uma hora depois -
Nem um funcionário
sequer um contínuo aparece...
tudo limpo, ninguém!*

*Todos, até os 22 anos,
estão lá em cima, numa reunião do Komsomol.
A noite vem caindo,
Subo ainda
até o último andar deste meu lar temporário.
"Já chegou o camarada Ivan Ivanich?"
"Não, ainda reunido
com A, B, C, D, E, F. G. & Cia."*

*Na tal reunião
entro como um furacão,
abrindo caminho com pragas selvagens.
Que vejo!*

*Corpos pela metade, sentados.
Céus!
Onde estarão as outras metades?
"Decepadós!*

*Assassinados!"
Correndo como um louco,
ponho-me a gritar.*

*Diante de tal quadro fico alucinado.
Ouço então
o mais calmo dos funcionários*

*observar:
"Eles estão em duas reuniões ao mesmo tempo".
A vinte reuniões por dia-
e às vezes mais-
temos que assistir.
Por isso somos forçados
a em dois nos dividir!
Uma metade está aqui,
a outra,*

*lá longe.
Não pude dormir, assombrado.
A luz da manhã me colheu estremunhado.
"Oh, peço somente uma
mais uma reunião
para acabar com tantas reuniões!"*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo proceder a uma investigação acerca do papel de periódicos eletrônicos de mídias alternativas e debates de crítica social enquanto possíveis espaços formativos e educativos, e de reorganização da classe trabalhadora. Tendo como base de análise a teoria do valor-trabalho de Marx, analisamos a rede mundial de computadores, inserida dentro do campo maior das tecnologias microeletrônicas da terceira revolução industrial e enquanto base tecnológica e organizacional da reestruturação produtiva, enquanto parte estratégica do aparato que integra as condições gerais de produção do capital. Assim, esta se apresenta enquanto um conjunto tecnológico diretamente ligado ao processo de trabalho, responsável pela organização, controle, comando e fiscalização sobre o complexo de unidades particulares de produção que integram a Fábrica Social. A rede é concebida enquanto instrumento de controle social, que permite ditar o ritmo dos processos de trabalho no âmbito da fábrica social e fundir a vigilância com o próprio processo de trabalho, bem como os consumos organizados enquanto reprodução da força de trabalho. Considerando-se a organização social capitalista enquanto totalidade expandida e organizada como Fábrica Social, o processo dos consumos, lazes e tempos livres se torna, uma vez sujeito à hetero-organização imposta pelas empresas e tecnocracias, um processo laborativo de consumo produtivo. A própria força de trabalho é produzida no interior deste processo, e assim, os lazes eletrônicos e usos da rede de computadores pelos trabalhadores são também terreno de conflito social pelos usos dados a esta por capitalistas e trabalhadores. De um lado, configura-se a tentativa capitalista de hetero-organizar o uso destas redes enquanto instrumento de controle social e imposição de trabalho sobre uma classe trabalhadora que se encontra fragmentada pelo processo de divisão do trabalho na atual configuração produtiva. De outro lado, estruturam-se usos e apropriações das mesmas redes e tecnologias pelos trabalhadores, que potencialmente permitem a circulação e articulação dos processos de lutas sociais e a recomposição política da classe trabalhadora – fato manifesto no importante papel da internet durante as atuais ondas internacionais e nacionais de protestos e lutas sociais. Ainda e finalmente, a apropriação e uso autônomo destas tecnologias pelos trabalhadores podem constituir fóruns de debate que assumem marcado caráter de potencial formativo e educativo, como o foi a imprensa operária independente no princípio do século XX. Assim, através da análise de quatro periódicos eletrônicos autônomos – Centro de Mídia Independente, Desinformémonos, Passa Palavra e Sinal de Menos – procuramos determinar o papel destes sites e espaços eletrônicos enquanto potenciais veículos de reorganização da classe trabalhadora, de autoformação, construção de conhecimento e identidade social da classe. Procuramos, através da análise do histórico, composição social, forma de organização e visões sobre o processo autoformativo e auto-organizativo por parte de seus leitores e coletivos produtores, determinar como se dá este processo, quais suas potencialidades e limites dentro das lutas sociais atuais. Para isto, procedemos ao levantamento de documentos editoriais dos periódicos e à análise cruzada de depoimentos de seus produtores e leitores.

Palavras chave: Educação, Economia Política, Mídia Alternativa, Luta de Classes, Rede de Computadores, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This work aims to investigate the matter on the role of electronic journals of alternative media and debates of social critics as possible formative and educational spaces, and in reorganization of the working class. Focused on the basis of Marx's theory of labor value, we analyze the worldwide web, inserted within the larger field of microelectronic technologies of the third industrial revolution and as the technological and organizational basis for productive restructuring, as a strategic part of the apparatus that integrates the capitalist general conditions of production. Thus, it is presented as a technological set directly linked to the work process, responsible for the organization, control, command and surveillance over the complex of private production units that make up the Social Factory. The net is designed as instrument of social control, which allows dictate the pace of work processes within the social fabric and fuse monitoring with the work process itself, as well as consumption organized while reproduction of the labor force. Considering the capitalist social organization as whole expanded and organized as Social Factory, the process of consumption, leisure and free time becomes, once subject to hetero-organization imposed by the companies and technocracies a working process of productive consumption. The labor force itself is produced within this process, and thus the electronic and leisure uses of the computer network by workers are also field of social conflict by utilization of this by capitalists and workers. On the one hand, sets up the capitalist attempt to hetero-organize the use of these networks as a social instrument of control and enforcement work on a working class that is fragmented by the division of labor process in the current productive configuration. On the other hand, are structured uses and appropriations of the same networks and technologies by workers, which potentially allow the movement and articulation of social struggles processes and political re-composition of the working class - Manifest fact in the important role of the Internet during the current international national waves of protests and social struggles. Still and finally, appropriation and autonomous use of these technologies by workers may constitute discussion forums that take marked character of formative and educational potential, as was the independent labor press in the early twentieth century. Thus, through the analysis of four independent electronic journals - Independent Media Center, Desinformémonos, Passa Palavra and Sinal de Menos - we want to determine the role of these sites and electronic spaces as potential reorganization means of the working class, self-formative, building knowledge and social identity of the class. Sought through historical analysis, social composition, form of organization and views on the self-formation and self-organization process on the part of its readers and producer's collectives, determine how is this process, which its potential and limitations of the current social struggles. For this, we proceed to the survey of electronic journals publishing documents and cross-analysis of testimonials from their producers and readers.

Keywords: Education, Political Economy, Alternative Media, Class Struggle, Computer Networks, Social Movements.

Sumário

Parte I – Referencial Teórico

Introdução	16
Capítulo Primeiro – Economia Política das Redes Virtuais	47
1.1 - Luta de classes e lei do valor	47
1.2 - Exploração e Opressão – Economia e Política	53
1.3 - O caráter político das categorias	55
1.4 - A forma-mercadoria como categoria política e suas implicações para a análise dos espaços eletrônicos nas redes	63
a) <i>Definição da forma-mercadoria e implicações da análise da mesma</i>	<i>65</i>
b) <i>Valor de uso enquanto categoria chave para a definição do caráter político das redes</i>	<i>65</i>
c) <i>Valor de troca e a questão do acesso</i>	<i>67</i>
d) <i>Valor enquanto média social, a relação por detrás do valor de troca: a questão da produtividade, terreno de luta pelos usos dos meios eletrônicos em questão</i>	<i>69</i>
Capítulo Segundo – A divisão do trabalho e as redes virtuais	79
2.1–A problemática acerca da divisão do trabalho	79
a) <i>Trabalho útil: do caráter político da divisão do trabalho</i>	<i>79</i>
b) <i>Trabalho abstrato e controle social enquanto malhas de relação de poder</i>	<i>97</i>
c) <i>Conceito de trabalho como campo de atividade economicamente absorvida – a separação do trabalho em relação aos tempos livres</i>	<i>102</i>

Parte II – Trabalho de Campo

Capítulo Terceiro – O método de entrevistas e o perfil dos leitores...	112
3.1– Do método de entrevistas e obtenção das mesmas	112
3.2 – Das dificuldades de obtenção das entrevistas	120
a) <i>Dificuldades em procurar indivíduos e estabelecer contatos</i>	<i>120</i>
b) <i>Dificuldades em obter respostas às entrevistas</i>	<i>121</i>
b.1) medo de exposição, desconfiança	121
b.2) sobrecarga de trabalho e falta de tempo livre	121
b.3) sobrecarga de militância e ativismos	121
b.4) desinteresse	123

b.5) hostilidade ideológica ou teórica com o tema abordado	123
b.6) abstenção justificada	123
b.7) dificuldade para responder (expressão escrita ou raciocínio abstrato)	123
b.8) demoras para responder e esquecimentos	124
b.9.) adoecimento, problemas de saúde	124
3.3 – Do perfil médio dos leitores entrevistados	132
a) <i>Faixa etária dos entrevistados</i>	132
b) <i>Problemática de Gênero</i>	134
c) <i>Situação familiar dos entrevistados</i>	135
d) <i>Escolaridade e formação dos entrevistados</i>	136
d.1) <i>Nível de Escolaridade</i>	136
d.2) <i>Áreas de escolaridade e de conhecimento</i>	138
e) <i>Profissão</i>	141
f) <i>Atuação política atual e passada</i>	145
g) <i>Sites habitualmente lidos pelos entrevistados</i>	161
h) <i>Entrevistados que também são produtores de Mídia Eletrônica</i>	171
i) <i>Entrevistados que são debatedores e frequência de debate</i>	174
j) <i>Nível de conhecimento informático</i>	176
k) <i>Temas de interesse de leitura e debates</i>	176
l) <i>O círculo social de leitores de mídias eletrônicas anticapitalistas conhecido por nossos entrevistados</i>	182
m) <i>Conclusão do capítulo</i>	187
Capítulo Quarto – A recepção dos periódicos entre os seus leitores .	192
4.1 – Os três periódicos considerados pelos leitores entrevistados	192
a) <i>Passa Palavra</i>	193
b) <i>Centro de Mídia Independente</i>	199
c) <i>Desinformémonos</i>	208
d) <i>Comparação da análise dos depoimentos sobre os três periódicos</i>	212
4.2 – Os Periódicos enquanto potenciais veículos de reorganização das lutas sociais dispersas e da própria Classe Trabalhadora	216
4.3 – Os Periódicos enquanto veículos autoformativos e educativos da Classe Trabalhadora: potenciais e limitações	234
4.4 – A autoformação via Periódicos eletrônicos anticapitalistas em relação com o Sistema Escolar Capitalista, Partidos e Sindicatos Operários	258
a) <i>A autoformação via Periódicos Eletrônicos em relação aos Partidos e Sindicatos Operários</i>	261
b) <i>A autoformação via periódicos eletrônicos anticapitalistas em relação com o Sistema Escolar Capitalista</i>	269

Capítulo Quinto – Os produtores dos periódicos	279
5.1 – A origem e a composição social dos periódicos	285
a) <i>Centro de Mídia Independente</i>	<i>285</i>
b) <i>Desinformémonos</i>	<i>294</i>
c) <i>Passa Palavra</i>	<i>295</i>
d) <i>Sinal de Menos</i>	<i>296</i>
5.2 – Os periódicos como veículos de reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais	298
5.3 – Os periódicos enquanto veículos potencialmente formativos e educativos	304
5.4 - A autoformação dos periódicos em relação à formação pretendida pelo sistema escolar, partidos e sindicatos operários	316
a) <i>A relação com o sistema escolar capitalista</i>	<i>316</i>
b) <i>Relação com as instituições partidárias e sindicais da esquerda tradicional.</i>	<i>317</i>
5.5 – Relação das mídias alternativas anticapitalistas com redes sociais comerciais	321
a) <i>Das mídias alternativas às redes sociais comerciais: criação, recuperação capitalista e reorganização</i>	<i>321</i>
b) <i>Número de acessos e divulgação em redes sociais comerciais</i>	<i>328</i>
Considerações Finais – das nuvens ao subterrâneo do real	331
Bibliografia	344
Apêndice – Tabelas dos entrevistados	365
Anexos	368
<i>Anexo I – Carta do Coletivo Passa Palavra</i>	<i>368</i>
<i>Anexo II – Amostras de entrevistas com leitores dos periódicos analisados</i>	<i>369</i>
<i>Anexo III – Entrevista com produtores de periódico</i>	<i>397</i>
<i>Anexo IV - Documentos e cartas editoriais dos periódicos eletrônicos analisados</i>	<i>403</i>
<i>Anexo V – Amostra de texto, com o subsequente debate entre os leitores</i>	<i>429</i>
<i>Anexo VI – Mapas gráficos de redes sociais</i>	<i>462</i>

Parte I

A Flauta

*“Oh, Escuta outra vez a triste história da flauta:
‘A Separação é o que lastimo;
Desde que se cumpriu minha sina
E estou assim arrebatada da rama de meu nascimento,
Doces lamentos engendro por meus melancólicos suspiros
E dessa maneira homens e mulheres tomam parte em meu pranto’.
A vida do homem é semelhante a este bastão perfurado;
Uma ponta está sobre os lábios de Deus,
E da outra, doces notas fluem,
De tal modo que o espírito convoca a mente
E nos reúne com o Todo no Todo.”-
Mawlana Jalāl ad-Dīn Muhammad Rūmī – (Rumi, 1207-1273),
Mathnavi*

Introdução

Do decurso de nossas investigações, uma certeza se reafirma dentre um mar de dúvidas: a dificuldade que temos em analisar a realidade atual, mesmo que em termos bastante segmentados em uma pesquisa acadêmica. Não apenas por se tratar de uma realidade extremamente complexa, mas por vivermos em um marcado momento de transição histórica, no qual as formas do novo, contraditoriamente, encontram-se embaralhadas no velho e os contornos futuros começam a se desenhar, porém não são visíveis devido à cortina de nuvens de uma época anterior que a eles se mesclam. Vivemos num contexto muito peculiar de transformação histórica, de profunda instabilidade social e cultural, que encobre a visão, leitura e interpretação da realidade com uma enorme névoa ou cortina de camadas de ideias, conceitos, identificações e considerações confusas e contraditórias. De certa forma, a própria confusão se tornou uma característica da Sociedade do Espetáculo.

Primeiramente, a crise econômica capitalista se tornou uma realidade manifesta e é exprimida diariamente pelos jornais e revistas, impressos e televisivos, além dos eletrônicos pela internet. Quando os países membros da União Europeia vêm a longa paz social do Estado de Bem Estar desmoronando e enfrentam greves gerais e revoltas sociais devido à carestia, alto desemprego e medidas de austeridade laboral e previdenciária impostas pelos seus governos e pela própria União Europeia; quando a Índia e Indonésia enfrentam greves gerais e uma revolta que envolve questões mesmo de

gênero e castas toma conta da primeira; quando os Estados totalitários da China e Irã são forçados a reforçar o controle policial e social, fechando a circulação de informações na internet por temor de revoltas; quando o mundo árabe é sacudido por revoluções desde a Tunísia e Líbia até o Egito, revoltas que não se encerram com a queda dos governantes, mas prosseguem com reivindicações sociais e laborais, como nos casos egípcio e tunisiano; quando cadeias de supermercados e empresas entram em greve nos Estados Unidos, enquanto ondas de saques varrem regiões como Bariloche, na Argentina; e os zapatistas ocupam cidades no Chiapas e emitem seus comunicados públicos; ou as notícias de militantes presos na Grécia, além de muitos outros casos de luta social, tudo isto demonstra claramente duas coisas. Primeiro, que a crise econômica já afetou as condições de vida da maioria da classe trabalhadora mundial; segundo, que um clima de crise social e instabilidade política e social já se instalou por toda parte.

As interpretações sobre o processo de crise variam muito segundo os autores e suas orientações teóricas peculiares, que não deixam também de exprimir diferenças de viés político maiores ou menores. Por exemplo, João Bernardo enxerga na crise um processo de reorganização do capital em direção à Ásia¹; José Martins, com uma análise leninista mais tradicional e bem popular entre formadores políticos na esquerda brasileira e nos movimentos sociais, já percebe a crise como produto da acumulação em ciclos periódicos de contradições explosivas e sem solução do capital²; David Harvey vê uma crise estrutural profunda do sistema onde as crises não se resolvem, mas são deslocadas continuamente (HARVEY, 1990, 2011); e os alemães das revistas *Krisis* e *EXIT!*, num movimento teórico iniciado pelo falecido pensador Robert Kurz, discutem uma crise estrutural dos limites lógicos e históricos da Sociedade Produtora de Mercadorias gerada pelo surto de racionalização da terceira revolução industrial, que teria minado a substância

¹ Vide os artigos de João BERNARDO. *Sete Reflexões sobre a Actual Crise* (2008) , in <<http://www.gpopai.usp.br/blogs/edutiao/2008/11/11/sete-reflexoes-sobre-a-actual-crise/>> ; além da série *Ainda acerca da crise econômica* (2010), em oito artigos, intitulados 1) *O declínio dos Estados Unidos*, 2) *A nova hegemonia* , 3) *A China em primeiro plano* , 4) *O problema da produtividade* , 5) *Transnacionalização e espaços nacionais* , 6) *A crise do neoliberalismo* , 7) *Uma crise de regulação* , e 8) *A crise de regulação na zona do euro* ., todos disponíveis em <<http://passapalavra.info/?p=28011>>. De passagem, cabe notar que apenas o primeiro dos artigos rendeu doze comentários divergentes sobre a natureza da crise; o quarto, 18 comentários; o sexto, nove; o oitavo, dois; totalizando quarenta e um comentários em debate dos leitores com o autor, o que já por si serve como amostra do que estamos a discutir aqui, a saber, da capacidade destes espaços funcionarem como fóruns de debate e formação. João Bernardo aposta na extração da mais-valia relativa, além da permanente capacidade de reorganização capitalista como parte de um modelo teórico onde apenas as lutas sociais poderiam ser fator de limite ao capital.

² Vide toda a série de artigos semanais publicados no boletim “*Crítica Semanal da Economia*”, de autoria de José Martins, do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, que já possui mais de vinte anos de continuidade em suas edições, fazendo análises conjunturais da economia e de suas crises cíclicas. Martins aposta na acumulação de contradições explosivas do capital ao longo de seus ciclos, que possibilitaria uma crise catastrófica intensificadora da luta de classes para situações revolucionárias.

do capital ao reduzir a proporção do trabalho vivo na composição orgânica do capital, colocando a produção de valor em cheque e desencadeando uma ficcionalização da riqueza³. Harry Cleaver, já no final dos anos 70, visualizava e antecipava esta crise atual como produto do aumento da composição orgânica do capital gerado como resposta às lutas operárias (o aumento do capital constante e redução do variável como arma capitalista para minar o crescente poder operário autônomo nas unidades de produção) – (CLEAVER, 1981,1993); John Holloway interpreta a crise como crise da sujeição do fazer social e humano ao trabalho abstrato (HOLLOWAY, 2003). De qualquer forma, já não é possível discordar destas antevistas, afirmando que não haja crise alguma ou que a acumulação capitalista esteja transcorrendo sem problemas graves econômicos, políticos e sociais – o que é provado pela enorme instabilidade social que se instala em todo planeta (DAMIANI, coord., 2006).

Todo este panorama dificulta ainda mais a elaboração de uma leitura crítica da realidade atual. Afinal, o capitalismo estaria em um colapso ou em uma reorganização? Ou seria uma crise do esgotamento da própria reorganização capitalista? Ou, ainda, as duas coisas seriam duas faces da mesma moeda? Ou a crise representaria um choque de ajuste de um capital em deslocamento geográfico? Ainda, estas leituras podem mesmo não se excluir de todo, mas antes em uma série de elementos comuns representar abordagens complementares de diferentes aspectos do mesmo processo. Não pretendemos responder a estas perguntas neste trabalho nem adentrar estas abordagens, mas apenas situar aqui o contexto histórico e o pano de fundo que nos leva a esta pesquisa. Afinal, qual seria a importância e relevância teórica e prática de se estudar as mídias eletrônicas alternativas com conteúdo de crítica social como espaços formativos? Porque escolhemos este objeto? Qual sua importância estratégica para o estudo da atual realidade e das atuais lutas sociais?

Nossa trajetória teórica, iniciada em 2002 ainda durante o curso de graduação em História, estruturava-se na leitura e discussão de uma série de abordagens muito populares na esquerda latino-americana de críticas desenvolvimentistas ao neoliberalismo e ao

³ Robert KURZ. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, UFJF: Pazulin, 2004; *A ditadura do tempo abstrato. Sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer*; disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_62.htm> (21/07/2010); *A Substância do Capital*. in Revista EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>>. Anselm JAPPE. **As aventuras da mercadoria – para uma nova crítica do valor**. Portugal: Antígona, 2005. No mais, a análise da crise é tema constante em todos os números das revistas alemãs Krisis e EXIT!, disponíveis em <<http://www.krisis.org/>> e em português <<http://www.krisis.org/navi/portugues>>; e <<http://obeco.planetaclix.pt/>>.

processo de privatizações e políticas de desregulamentação social e laboral dele consequentes. Tais abordagens eram enfocadas nos mecanismos de regulação da gestão econômica e da distribuição social da renda, sendo situadas dentro do referencial do marxismo tradicional, sob um viés gestorial e desenvolvimentista. Entretanto, após 2003, com a chegada do *Partido dos Trabalhadores* ao Governo Federal, iniciou-se uma série de polêmicas nas esquerdas brasileiras e movimentos sociais, ante ao fato da formação de uma série de governos de orientação à esquerda na América do Sul. Basicamente, a discussão se centrava no fato de a ascensão destes governos, em especial no caso brasileiro, não ter levado a uma efetiva ruptura radical no direcionamento das políticas neoliberais anteriores, constituindo muito mais em governos de continuidade – a ausência de uma ruptura social efetiva. Tal fato gerou uma crise teórica e um abalo de concepções que derivava em polêmicas, debates e textos dentro do meio acadêmico, movimentos sociais e na imprensa⁴. Basicamente, tal contexto colocava uma questão teórica de fundo extremamente importante – a saber, o motivo pelo qual a posse do aparelho de Estado (nacional) não levava a rupturas sociais mais profundas, dando continuidade às políticas vigentes. Leituras de orientação leninista e trotskistas mais ortodoxas apontavam para uma “traição” política das esquerdas no poder (ou uma “crise de direção” do proletariado), mas tais análises não nos pareciam satisfatórias, por não enxergar antecedentes históricos similares que se repetiam, bem como por não analisar mais profundamente as estruturas sociais, econômicas e as relações de poder. Foi neste contexto que, por intermédio da Professora Doutora Doris Accioly e Silva, durante o curso de licenciatura, tivemos contato com as obras de Maurício Tragtenberg⁵ e João

⁴Podemos dizer, generalizando, que eram milhares de pequenos textos e debates, não sendo possível referenciá-los aqui. Durante a primeira gestão do governo Lula, imensa quantidade de artigos críticos e entrevistas de intelectuais de esquerda foram veiculados pela Folha de São Paulo, incluindo nomes como Ricardo Antunes, Francisco de Oliveira, Paulo Arantes, entre outros. Igualmente, foi neste panorama de debates que se deu a fundação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e da Intersindical, do PSOL e de uma série de novas correntes e agrupamentos políticos pequenos que romperam com o PT, o que incluiu a fundação de uma série de coletivos autônomos ou o fortalecimento de outros já existentes. A chegada do PT ao poder representou um marco nas discussões críticas e anticapitalistas, sendo uma espécie de “esfinge” que gerou muitas interpretações.

⁵ Maurício TRAGTENBERG. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: UNESP, 2004; **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006; **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1980; **Reflexões sobre o Socialismo**. São Paulo: UNESP, 2008; Maurício TRAGTENBERG (org). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981; **A Revolução Russa**. São Paulo: Faísca, 2007; **Autonomia Operária**. São Paulo, UNESP, 2011; **A falência da política**. São Paulo: UNESP, 2009. Tragtenberg nos legou uma preciosa análise das burocracias nos países socialistas e das burocracias sindicais, além do processo de organização do trabalho nas empresas, sendo um autor que nos permitiu enxergar um fundo social estrutural ditado pela organização do processo de trabalho, oferecendo assim bases metodológicas que mudaram o rumo de nossas pesquisas.

Bernardo⁶, além de tomarmos contato com toda uma miríade de autores anarquistas mais tradicionais.

A abordagem de autores como Bakunin (2000, 2003, 2008 e 2015) e Proudhon (1972, 1975, 1997 e 2001) demonstrava o caráter político do Estado como instrumento de opressão de classe e apontava para o caráter intrinsecamente capitalista desta instituição e a uma impossibilidade de transformação social através dela, por ser ela parte do próprio sistema – o mesmo que afirmou o Marx dos escritos tardios⁷; mas nos faltava uma leitura mais fundamentada na própria *crítica da economia política* marxiana – que se encontrava de forma peculiar e rica nas obras dos autonomistas Bernardo e Tragtenberg. Apontava-se, assim, para um caráter estrutural do Estado como gestor coletivo do circuito capitalista de produção de valor, uma instituição cuja natureza seria estruturalmente capitalista e de reprodução do sistema, não possuindo um caráter instrumental ou politicamente neutro dentro do processo.

Foi em 2004 que tomamos contato com a rica e profícua obra do pensador alemão Robert Kurz e das revistas alemãs *Krisis* e *EXIT!*, derivadas de sua linha de pensamento e de seus colaboradores. Em obras como *O Colapso da Modernização*, *Razão Sangrenta*, *Manifesto Contra o Trabalho*, além de artigos como *O Fim da Política* e *Antieconomia e Antipolítica*⁸, encontramos um rico material de *crítica da economia política* sob um viés

⁶João BERNARDO. **Estado, A silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras, 1998; **Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004; **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991. *O proletariado como produtor e como produto*. In Revista de Economia Política, vol. 5, nº 3, julho/setembro 1985; **Para uma teoria do Modo de Produção comunista**. Porto, Afrontamento, 1975. Bernardo nos ofereceu uma rica base teórica de análise que incorpora deste o estudo da organização do trabalho, até um modelo teórico original da reprodução capitalista como uma totalidade, incluindo as lutas sociais, o consumo produtivamente organizado e uma teoria do Estado Amplo.

⁷Karl MARX. **A guerra civil em França**. Disponível in *Arquivo Marxista na Internet* <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm> (08/07/2009); Ver os prefácios, especialmente o de 1872, de Karl MARX e Friedrich ENGELS. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 72. É ainda possível depreender o Estado como momento do próprio capital através da própria análise da teoria do valor feita desde o primeiro capítulo de *O Capital* e feita nos *Grundrisse*. O Estado é uma forma social do capital, o capitalista coletivo. Karl MARX. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 3v; **Para a Crítica da Economia Política**. in *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.; **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006. **Grundrisse. Manuscritos Economicos de 1857-58. Esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2011. Ver ainda o artigo de Derek SAYER e Philip CORRIGAN. *Revolução contra o Estado: o contexto e o significado dos escritos tardios de Marx*. Disponível em Antivalor <http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/sayer_01.html> (23/05/2007).

⁸Robert KURZ. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, UFJF: Pazulin, 2004.; *Dominação sem sujeito*. in Revista EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).; *Antieconomia e Antipolítica*, Revista EXIT! disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt>> (01/07/2009).; *Razão Sangrenta*, Revista EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).; *As leituras de Marx no século XXI*, disponível no site da Revista EXIT!: <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).; “*A História como Aporia. Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche*.” (2006) Disponível em EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz242.htm>>. (21/07/2010).; *O Fim da Política*. Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).; *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. Disponível in

radical focado na crítica das categorias fundamentais da socialização capitalista – a *forma-mercadoria*, o *trabalho*, o *valor*, *dinheiro*, *capital*, a *forma-estado* e a *forma-sujeito*. Estes autores deslocavam o eixo de análise da categoria *mais-valia* para um fundo mais profundo e estrutural, a saber, a *crítica do valor* (que contém a *mais-valia* como seu momento de origem e reprodução). Tal corrente de pensadores, que inclui Norbert Trenkle, Anselm Jappe, Franz Schandl e Roswitha Scholz, dentre outros, escreve há mais de duas décadas sobre a crise estrutural capitalista, considerando-a como crise do trabalho gerada pelo aumento histórico da composição orgânica de capital, que desencadearia uma crise estrutural da valorização⁹, a ficcionalização da acumulação e a consequente crise de financiamento dos Estados nacionais. Para eles, os aparelhos de governo formais teriam perdido sua relativa autonomia em relação à economia fetichizada e autonomizada, que ditaria de forma totalitária todas as regras de ordenamento social.

No ano de 2005, formulamos nosso artigo “*A crise política é a crise da política*”¹⁰, que sob uma abordagem marcadamente kurziana, procurava estabelecer linhas de investigação sobre a crise de regulação dos aparelhos de Estado, mas ainda sob um viés caracteristicamente especulativo e abstrato, que rendeu fortes e coerentes críticas de colegas de pesquisa e também do pensador João Bernardo. Apontava-se uma insuficiência em nossa abordagem, meramente centrada em categorias econômicas, mas que não contemplava, entretanto, os mecanismos do *poder político*, de uma classe tecnocrática dos gestores, do *Estado Amplo* e novas formas políticas de regulação que transbordavam

EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).; *Para além do Estado e Mercado*. Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).; *Pós-imperialismo – a nova face do mundo e a velha visão da esquerda*. Disponível em EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> e Antivalor <<http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/criticapolitica.html>> (21/07/2010).

⁹Considerando que a *composição orgânica do capital* inclui o *capital constante* (trabalho morto) e o *capital variável* (trabalho vivo); e considerando que a única fonte produtora de mais-valor é o capital variável, a proporção de ambas as partes do capital é fundamental para determinar a base de valorização e suas perspectivas. O aumento proporcional do capital constante em relação ao variável, nas equações de Marx, desencadeia a redução proporcional do capital variável (ainda que o número de trabalhadores assalariados continue crescendo e a massa social de salários também, o capital investido em máquinas, matérias primas, instalações e materiais aumenta em proporção maior, fazendo assim o capital variável se reduzir relativamente) em relação ao constante, estreitando assim a base de valorização do capital e desencadeando a queda da taxa de lucro. Tal lei é contrabalaneada por contratendências, como dentre elas, o aumento da exploração da mais-valia relativa e o barateamento dos elementos do capital constante, que reequilibram a proporção. Entretanto, nos *Grundrisse*, e mesmo em *O Capital*, Marx indica que ocorre, para além dos ciclos econômicos periódicos e das contratendências, uma tendência histórica ao agravamento da contradição entre a exploração do trabalho como base do valor e a simultânea eliminação do trabalho vivo do processo de produção, de forma a estreitar historicamente a base de valorização, indicando a finitude histórica desta sociedade, na forma de um limite interno absoluto posto pelo próprio capital. O que não significa desconsiderar as medidas das classes dominantes em administrar a crise, nem incorrer em projeções de uma revolução ou socialismo como tendência inelutável; antes, estes autores alemães adotam uma postura pessimista ante a crise. Vide Karl MARX. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Vol. 3.; e **Grundrisse. Manuscritos Econômicos de 1857-58. Esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹⁰Paulo V. M. DIAS. “*A Crise Política é a Crise da Política*”. In Cadernos de Política. São Paulo: Ilustra, 2006 (Artigo). Também disponível in Antivalor <<http://antivalor3.vilabol.uol.com.br/outros/vergilio.html>> (01/12/2007). O citado artigo foi escrito no contexto da chamada “crise política”, consequente ao escândalo do “Mensalão”, em 2005.

e esvaziavam o Estado nacional como centro de poder, submetendo-o. Antes, nossa leitura entendia tal processo como uma dominação fetichista, mecânica e cega, sem sujeitos e desconsiderava processos inerentes à própria luta de classes.

A partir de 2006, como fruto de nossa atuação docente e sindical, que se estendia desde 2004, nossos estudos efetivamente se concentraram no campo educacional, tomando por interesse a compreensão da crise da escola pública paulista, bem como do sindicalismo docente – inserido este último no contexto do sindicalismo burocratizado em geral. De uma abordagem que trazia dos alemães das revistas *Krisis* e *EXIT!* a *crítica categorial* e uma abordagem da crise capitalista de valorização como crise do trabalho e, de outro lado, de uma leitura crítica das organizações burocráticas e da burocracia escolar na obra de Maurício Tragtenberg (1986, 2004), bem como da leitura crítica do aparelho escolar como aparelho de *produção de trabalhadores através de trabalhadores*, de João Bernardo (1985, 1998); iniciamos uma pesquisa acerca da *Economia Política* da educação de massas. Enfocamos a escola pública paulista como objeto, através da análise de uma série de documentos de políticas educacionais que iam desde a *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) de 1997, passando pelo *Plano Nacional de Educação*, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e as *Diretrizes Curriculares Nacionais*, todos dela consequentes; analisamos os documentos das reformas propostas pelo PREAL (*Programa para a Promoção da Reforma Educativa na América Latina e no Caribe*, comissão ligada ao Banco Mundial que formulou planos e propostas de políticas educacionais para toda a América Latina e que teve profunda influência na gestão Fernando Henrique Cardoso, na LDB de 1997 e na maioria das políticas resultantes, especialmente sobre o programa de *Reforma Curricular* do ano de 2008 no Estado de São Paulo), bem como localizamos o ponto de partida desta linha de reforma educacional no encontro mundial sobre *Educação Para Todos*, de 1990. Ocorrido em Jomtien, na Tailândia, este evento foi um marco histórico por ter sido a primeira vez em que políticas educacionais foram pensadas a nível mundial e dentro do contexto de crise econômica e social e do regime de acumulação flexível e progressivamente desregulamentada. Tal pesquisa resultou no trabalho de mestrado intitulado “*Economia Política da Educação de Massas: a escola pública como condição geral de produção do capital*”, defendido em 2010 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Neste trabalho, desenvolvemos esta temática no sentido de procurar respostas possíveis à questão de determinar qual era o papel da escola pública no circuito de produção de valor, como aparelho de produção de trabalhadores através de

trabalhadores, bem como localizar possíveis causas da crise da escola pública paulista, através da investigação de documentos e recomendações oficiais.

Por intermédio de uma metodologia de análise que consistia em um levantamento de documentos de políticas públicas e orientações educacionais do PREAL e dos governos Federal e Estadual, no período de 1996 a 2008, analisamos os documentos à luz da *crítica da economia política* marxiana, tendo como eixo axial a teoria do *valor-trabalho*, sob forte influência de análise do pensamento de Harry Cleaver (1981), João Bernardo (1985, 1998), Lúcia Bruno (1995, 1996a, 1996b), Robert Kurz¹¹ e outros autores. Basicamente, nossa análise se guiou pelo cruzamento metodológico da perspectiva teórica dos marxistas autonomistas com a dos críticos radicais alemães¹². Através desta pesquisa¹³, chegamos à demonstração de como as políticas públicas brasileiras voltadas à educação, especialmente as paulistas, estavam sendo conduzidas por tecnocracias representadas em conselhos técnicos majoritariamente compostos por gestores de empresas capitalistas, que formulavam orientações educacionais no sentido de direcionar a escola pública para a formação em massa de trabalhadores precários e flexíveis para um regime de predomínio da *mais-valia absoluta*. Não deixamos, obviamente, de analisar brevemente também os importantes mecanismos da *mais-valia relativa*, embora a *mais-valia absoluta* ocupasse a maior parte de nosso trabalho, devido ao recorte de nosso objeto. Tal pesquisa, além de nos permitir enormes avanços em termos de formulação teórica (buscando integrar linhas de análise da *crítica da economia política* que aparentemente se excluía), especialmente constituiu na importante continuação e aprofundamento das pesquisas anteriores sobre o Estado, tanto mais interessante e profícua, na medida em que a escola, enquanto aparelho de poder capitalista, era esmiuçada através da leitura de documentos relevantes e de análises empíricas. Nossa análise demonstrava como a malha de poder capitalista, que extravasa de longe os limites dos aparelhos de Estado Restrito¹⁴, determina as políticas de formação de *força de*

¹¹ Robert KURZ. (op. Cit.).

¹² Justamente, conforme já exaustivamente demonstrado em nosso trabalho de mestrado, este cruzamento entre teóricos autonomistas e o pensamento da crítica radical categorial consistiu e consiste em nossa base fundamental de análise teórica. O pensamento de Harry Cleaver (op.Cit.) pode ser considerado uma espécie de síntese das duas vertentes.

¹³ Paulo Vergílio Marques DIAS. **Economia Política da Educação de Massas: a Escola Pública como Condição Geral de Produção do Capital**. Orientação de Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno. São Paulo: s.n., 2010. 217 p. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área *Estado, Sociedade e Educação*, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Sobre os conselhos técnicos, conferir o material em anexo no referido trabalho, onde há a demonstração de composição do conselho do PREAL.

¹⁴ João Bernardo desenvolveu os conceitos de *Estado Restrito* e *Estado Amplo*. Por *Estado Restrito*, refere-se aos aparelhos políticos formais do Estado nacional, como os poderes de governo, parlamento, polícia, exército e repartições governamentais; em suma, aquilo que normalmente se entende por Estado. Sob o conceito de Estado Amplo, que significa em termos mais simples *soberania das empresas*, entende-se a ampla malha de poder capitalista, sob o

trabalho efetivamente – dando mostras, portanto, de como as redes da tecnocracia, com seus novos centros de poder situados nas empresas soberanas, sobrepõem-se aos *Estados nacionais* e organizam, a seu modo, os aparelhos políticos formais tradicionais e instituições pertencentes ao domínio destes, como as escolas¹⁵.

Nesta pesquisa, no seu capítulo décimo (DIAS, 2010; p. 175-178), deixamos abertas algumas questões interessantes após a análise do consumo e da mais-valia relativa, que nos conduziu ao problema do crescente transbordamento da produção de força de trabalho para fora dos aparelhos escolares formais, através dos lazeres e consumos nos tempos livres, organizados como *consumo produtivo*¹⁶ e constituindo a *Fábrica Social* (CLEAVER, 1981). João Bernardo, em *Estado, a silenciosa multiplicação do poder* (BERNARDO, 1998), afirmou que estaria ocorrendo um possível deslocamento da formação dos futuros trabalhadores da escola para os lazeres eletrônicos e outros consumos nos tempos livres, fator que estaria agravando a crise escolar. Tal fato foi abordado na pesquisa de César Silva (2011), acerca do papel da Indústria Cultural na crise e no esvaziamento do interesse dos alunos pela educação formal; porém, analisado apenas de uma forma negativa, como processo de alienação. Mas, foi *Sociedade sem Escolas* (1973), de Ivan Illich, que nos apontou para o imenso campo aberto pelo transbordamento da educação formal, como terreno fértil de análise. Illich faz nesta obra uma avaliação estrutural da escola como instituição burocrática que monopoliza o saber e a sua transmissão; entretanto, preconizava como saída a desescolarização da sociedade, efetuada através da proliferação de grupos e redes livres de autoformação compostos por livres interesses e afinidades entre indivíduos associados (uma coletivização ou autogestão da formação), permitindo a reabsorção da formação pelo todo da sociedade e não mais em aparelhos especializados e separados. Porém, a proposta de Illich foi apropriada e desenvolvida negativamente pelas próprias empresas capitalistas – temos como exemplo a proliferação do *ensino a distância*, dos amplos mecanismos de oferta de bens culturais por fundações e empresas, quando não de *organizações não*

domínio das empresas, que transborda fronteiras nacionais e os domínios do Estado Restrito, distendendo-se ao terreno dos consumos, lazeres, práticas culturais e organizativas da sociedade, abarcando todos os momentos da vivência social como uma relação de controle totalitária. Ver João BERNARDO. **Estado, A silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras, 1998.; e **Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004. Em nossa presente pesquisa, quando utilizarmos os presentes termos, será nesta acepção já definida.

¹⁵ Para maiores informações, vale ver os capítulos oito e nove de *Economia Política da Educação de Massas*, onde desenvolvemos uma longa explanação sobre conceitos e abordagens de diversos teóricos críticos sobre a malha de poder capitalista a que aludimos sob o conceito de Estado Amplo.

¹⁶ Ver a Introdução de Karl MARX. **Para a Crítica da Economia Política**. in Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985; onde o conceito de *consumo produtivo* aparece. Ver também Harry CLEAVER. (op. Cit.), que desenvolve exaustivamente este conceito no tocante à análise da Fábrica Social.

governamentais tuteladas, organizadas e financiadas pelo próprio capital, além da própria mídia como difusora cultural e do consumo, especialmente no tocante aos lazeres eletrônicos.

Entretanto, o terreno da formação através dos consumos e tempos livres, inserido dentro do circuito da lei do valor e organizado como “*consumo produtivo*”, torna-se campo de conflitos sociais¹⁷. Os tempos livres, assim como para o capital podem ser meios de dominação, produção de qualificações dos futuros trabalhadores e meio de internalização da racionalidade abstrata mercantil nos sujeitos, também podem ser campos de resistências e constituição de zonas de autonomia – o que, em nosso objeto de pesquisa, é ainda mais forte e visível, se considerarmos a *Internet* como uma *condição geral de produção*¹⁸ capitalista, uma infraestrutura material e não apenas uma esfera imaginária ou simbólico-cultural¹⁹. Da mesma forma, a crescente institucionalização do *ensino à distância* pelas empresas educacionais poderia ser uma resposta ao transbordamento da formação para os tempos livres e lazeres eletrônicos, ou mesmo uma tentativa de enquadramento da atividade dos futuros trabalhadores neste campo. A pesquisa atual, assim, surgiu através destes questionamentos importantes abertos no final de nosso trabalho de mestrado, em relação ao uso do campo dos tempos livres como esfera de educação extraescolar (e extra-institucional), e os possíveis conflitos e resistências sociais neste campo. Tínhamos em vista e citamos (DIAS, 2010) as teorias de Illich e exemplos possíveis de grupos de autoformação, que englobam, entre outros, desde os coletivos educacionais e escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), grupos que reivindicam a *Universidade Popular*, coletivos de estudos ou de formação política, listas de discussões por *e-mail* ou em redes, sites de

¹⁷Caso se torne um terreno de produção, tornar-se-á um campo de exploração e produção da mais-valia social. Por conseguinte, do constante conflito entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, portanto, entre a auto-organização dos indivíduos e sua hetero-organização por aparelhos especializados e gestoriais hierárquicos.

¹⁸*Condições Gerais de Produção* é um conceito presente nas obras de João Bernardo, e refere-se ao conjunto ou malha de infraestruturas gerais engendradas pelas classes capitalistas como condição material para o funcionamento e interligação das diversas *Unidades Particulares de Produção* (campo de origem da burguesia). Refere-se aos aparelhos de segurança e governo, fontes e estruturas de energia, comunicações, transportes, aparelhos médicos e sistemas de saúde, sistemas educacionais e outras malhas sociais que viabilizam a produção e integram uma espécie de “capitalista coletivo”. É o campo de origem da classe dos gestores. Cabe aqui lembrar que este terreno originalmente seria predominantemente do domínio do Estado Restrito, mas com o processo de internacionalização e transnacionalização do capital este domínio foi transbordado, e estas estruturas foram passadas ao domínio do Estado Amplo – no caso brasileiro, através do processo de privatizações.

¹⁹Em que medida, aliás, a própria esfera simbólica e do imaginário (e mesmo onírica) não foi também colonizada pelas relações mercantis e não funciona também como terreno de reprodução e conflito? Esta é a temática presente em estudos de Guy Debord, Hakim Bey e Peter Lamborn Wilson. Ver Guy DEBORD. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Hakim BEY. *Zonas Autônomas*. Organização Coletivo Protopia. Porto Alegre: Deriva, 2010. Peter Lamborn WILSON. *Chuva de estrelas. O sonho iniciático no sufismo e taoísmo*. São Paulo: Conrad, 2004.

compartilhamento gratuito de livros, artigos e textos; periódicos eletrônicos alternativos (nosso objeto), *blogs*, bibliotecas comunitárias, grupos culturais, grupos de maracatu ou música folclórica, grupos de hip-hop e cultura de periferia, *squats* (ocupações)²⁰, grupos de contracultura e movimento punk, encontros de vegetarianos, saraus autônomos, festas temáticas, feiras anticapitalistas e anarquistas, redes de troca de livros, grupos de teatro, coletivos de educação popular, rádios comunitárias e piratas, cursinhos populares, coletivos muralistas²¹, etc.; configurando, assim, redes subterrâneas de circulação e troca de conhecimento e discussões externas à educação formal – e, ainda, possíveis produtores de identidades, cultura de resistência e de conhecimentos e saberes coletivos da classe trabalhadora.

Havíamos analisado exaustivamente naquele trabalho o mecanismo de uso da escola pública como aparelho de formação em massa de um perfil de trabalhador flexível para os postos de trabalho precários do atual regime de acumulação “toyotista” – análise que depois da escrita do trabalho ficou ainda mais atual com as políticas educacionais de massificação da educação básica e das universidades públicas, no contexto de fundo dos planos *IIRSA* e *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC)²². Também analisamos

²⁰ “A ocupação Villa Amalias existia há 23 anos no centro de Atenas. O prédio, do século XIX, fica entre as estações Omonia e Agios Panteleimona do metrô e era utilizado pelos anarquistas como base para ações contra grupos neonazistas ligados ao partido Aurora Dourada, que operam na região. Os membros da ocupação faziam sopões e ofertavam cursos gratuitos de teatro, dança e idiomas, especialmente para imigrantes.” Trecho extraído do artigo: *Grécia: Anarquistas gregos são fichados e proibidos de deixar o país*. In <<http://pt.squat.net/>>, site de notícias sobre lutas de ocupações. Os *squats* são ocupações de caráter politizado, onde prédios ou locais abandonados são transformados em centros sociais.

²¹ Poderíamos ainda incluir aqui grupos sindicais de base não-burocratizados e mais horizontalizados (oposições sindicais ou grupos basistas), comitês de greve, ocupações de universidades, terras e prédios (moradia); círculos de debates, encontros de movimentos autônomos (como o *Encuentro Latinoamericano de Organizaciones Populares Autonomas* – ELAOPA), coletivos de mulheres, grupos homossexuais, pequenas organizações políticas autônomas, coletivos libertários e anticapitalistas, encontros de bandas e música alternativa, centros sociais italianos e mesmo possivelmente círculos xamânicos ou grupos que reivindicam formas de espiritualidade heterodoxas e comunitárias. O autodidatismo individual é incluído também entre as experiências de autoformação, lembrando-se ainda que o autodidata não produz seu saber sozinho – ele o obtém de meios e indivíduos com os quais possui contato, o que demonstra o caráter social e coletivo também desta forma de atividade autoformativa. Os próprios movimentos e organizações de luta criados pelos trabalhadores são organismos formativos e o nível em que sejam autoformativos ou heteroformativos depende inteiramente de sua própria estrutura interna, de suas relações internas, nível de burocratização e atrelamento ao estado e empresas. Um movimento hierarquizado produz uma hetero-formação. Para finalidade de esclarecimento teórico e conceitual, definimos neste trabalho como *hetero-formação* toda formação produzida por uma relação hierárquica, ou de hetero-organização (heterogestão), onde a transmissão é controlada por um estrato separado e especializado. Definimos por *auto-formação* toda educação produzida coletivamente em coletivos ou grupos horizontalizados, auto-organizados (autogeridos), nos quais a discussão e transmissão de saberes são atributos de toda a coletividade. Certamente, estas formas de organização antagônicas implicam modelos muito distintos de relação entre sujeito e verdade, bem como conceitos diversos de sujeito e de verdade. A forma das redes de autoformação é a forma da própria luta de classes.

²² *IIRSA -Iniciativa para la Integracion de la Infraestructura Regional Suramericana* é um projeto fortemente capitaneado pelo governo brasileiro em conjunto com os países vizinhos de construção de uma malha de infraestruturas materiais de produção integrando a América do Sul – uma plataforma de *condições gerais de produção*, como transportes, energia, comunicação, etc. Concebido e fortalecido com a expansão do Mercosul, e ainda mais após o

brevemente, embora não fosse este o nosso objeto de pesquisa, os mecanismos de uma formação de trabalhadores mais qualificados e aptos a exercer trabalho mais complexo no campo de predomínio da mais-valia relativa, configurando a base de estabelecimento das hierarquias qualificacionais e, portanto, das hierarquias educacionais correspondentes, em termos teóricos mais gerais. Entretanto, o terreno do predomínio da mais-valia relativa, que engloba como mecanismos fundamentais o barateamento dos bens de consumo utilizados para a reprodução do capital variável e a qualificação dos trabalhadores, não faz esta última apenas através de instituições formais de ensino e treinamento, mas também e cada vez mais através do aumento dos consumos e da organização do consumo, terreno da *Indústria Cultural* analisado por Adorno (1986, 1995, 2002, 2008) e Horkheimer (1986).

O consumo de lazeres, bens culturais, meios eletrônicos e serviços tanto mais produz aptidões de trabalho quanto mais diversificado se torna. O futuro (e até o atual) trabalhador se capacita a empregar tecnologias através do próprio convívio em um mundo de consumo onde está cercado delas, onde as consome²³ e assim se familiariza com suas linguagens e códigos. Este terreno, que foi exaustivamente analisado e previsto por Guy Debord²⁴ e pelos Situacionistas, parece ser um campo de pesquisa muito fértil e no qual

abandono do projeto da ALCA (área de livre-comércio das Américas), este projeto prepara uma base de infraestruturas para a instalação de empresas e grupos capitalistas, possibilitando o acesso a todas as condições de produção, circulação, transporte e comércio a nível continental. O PAC – *Programa de Aceleração do Crescimento* é assim parte importante deste processo mais amplo, no qual não podemos deixar de inserir a integração das universidades federais expandidas pelo governo federal, bem como as iniciativas de financiamento da educação básica a nível nacional. Tal iniciativa não deixou de ser criticada por movimentos sociais, como os ligados ao MST e ELAOPA (já citado), por ser uma espécie de projeto imperialista brasileiro no âmbito da América do Sul – certamente sem citar a expansão dos capitais brasileiros para Guiné-Bissau e outros países da África Ocidental – além do uso de mão de obra muito precária, dos despejos de comunidades camponesas e indígenas, do desmatamento e alagamento de áreas florestais e indígenas por usinas hidroelétricas. É dentro deste “terreno” que têm eclodido as greves selvagens como as de Jirau e Belo Monte, nas quais ocorreram repressão e prisão de vários operários. Igualmente, nas obras da Copa do Mundo de 2014 eclodiram greves. É inegável que este projeto de desenvolvimento econômico tende a gerar um impacto nas políticas educacionais, na medida em que será necessário qualificar a nova força de trabalho que passa a atuar nos novos conglomerados e campos de produção. Ver <<http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=ESP>> e <<http://www.pac.gov.br/>>. Sobre os protestos de Belo Monte, consultar: “*Greve dos operários em Belo Monte se intensifica nos canteiros de obra e chega ao terceiro dia.*”, in<<http://cspconlutas.org.br/2012/11/greve-dos-operarios-em-belo-monte-se-intensifica-nos-canteiros-de-obras-e-chega-ao-terceiro-dia/>> e “*Operários de Belo Monte completam 30 dias presos e comissão de sindicalistas retorna a Altamira.*” In <<http://cspconlutas.org.br/2012/12/operarios-de-belo-monte-completam-30-dias-presos-e-comissao-de-sindicalistas-retorna-a-altamira/>>, onde é descrito o papel das burocracias sindicais na desmobilização dos trabalhadores e o abandono por estas dos trabalhadores presos.

²³ Por exemplo, pode haver dúvidas de que o uso de jogos eletrônicos e de redes sociais e aplicativos em computadores, bem como o próprio uso de celulares e dispositivos cada vez mais complexos torna um jovem, desde a mais tenra idade, extremamente apto a operar tecnologias eletrônicas de uma forma que seus pais não o conseguiriam?

²⁴Ver Guy DEBORD. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Debord demonstrava como a estratégia capitalista passava da repressão aberta ao aumento dos consumos e a configuração de uma democracia do consumo – na qual o trabalhador, estranhamente, ao sair do local de trabalho, deixa de ser tratado como subordinado dos sistemas administrativos, para forçosamente ser tratado como consumidor e adulto dentro de uma vida de consumo; Debord percebeu como a política taylorista-fordista e sua representação através do Estado Social e dos acordos de produtividade se tornaram meios de qualificar o trabalhador e reproduzir as relações de alienação do trabalho através dos consumos e tempos livres.

ainda pouco se adentrou. Entretanto, devido à grande quantidade de estudos já feitos sobre a Indústria Cultural e também devido ao fato de que em nossa matriz teórica a existência da luta de classes e da resistência social como mecanismo regulador da lei do valor são aspectos centrais da *Economia Política* – que não seria esta uma dominação unilateral, fechada e total, mas sim uma contínua guerra pelo emprego do tempo entre as classes sociais – consideramos que o estudo das formas de resistência social teria um papel primordial para o entendimento do processo, tanto mais por abrir perspectivas de atuação social, que as pesquisas que enfocam apenas uma dominação fechada não permitem. Assim, há um importante e politicamente significativo papel estratégico em entender como essa batalha social ocorre no emprego dos tempos livres, o que situa nosso objeto de pesquisa e esclarece sua importância estratégica para uma crítica social consequente e comprometida com a transformação social, que não se limita a descrever formas de dominação, mas a entender a dominação como sinônimo de conflito constante e, portanto, relação instável por natureza.

Ainda no plano teórico, foi o contato com diversas teorias do poder político que permitiu a expansão de nosso raciocínio e situar nosso objeto. Já na pesquisa de mestrado, desenvolvemos um longo capítulo²⁵ de análise sobre a teoria da gênese do dinheiro através da evolução das *formas do valor*, conforme exposta em *O Capital*, como uma teoria da formação de uma mediação universal que possibilita e estabelece uma estrutura de poder tecnocrática como viabilizadora desta racionalidade abstrata. Comparamos em seguida diversas teorias do poder expandido que tratavam deste mesmo objeto – indo da teoria da alienação e sua ulterior formulação como teoria do fetichismo e da mais-valia em Marx²⁶; passando pelos conceitos de reificação de Lukacs (2003) e o de Indústria Cultural da escola de Frankfurt (ADORNO, 1996, 2002) ; passando por Lefebvre (1978, 1991) com a teoria da Cotidianidade e pelo entendimento desta cotidianidade como uma Sociedade do Espetáculo por Debord e os Situacionistas (DEBORD, 1997; VANEIGEM 2004; SITUACIONISTA 1999/2000); aludindo aos estudos sobre burocracia de Max

²⁵Paulo V. M. Dias (op. Cit.). Ver o capítulo nove, “*A clivagem fundamental do valor e a mediação universal como relação de poder*”, páginas 110-148, onde o raciocínio é exposto em pormenores. Para compreensão maior do raciocínio, consultar Karl MARX. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril, 1982. 1º Vol. Capítulo 1, seção 3 – “*A forma do valor ou o valor de troca*.”, páginas 53-70. Um dos textos mais difíceis e pouco compreendidos de Marx, onde ele faz, através de uma teoria de influência marcadamente hegeliana sobre como uma mercadoria toma a outra para si como espelho de seu valor, uma complexa e original análise que unifica os conceitos de conteúdo e forma, demonstrando a origem do dinheiro. Além disto, Marx demonstra que o surgimento de uma mercadoria universal implica no monopólio do poder. Esta teoria foi muito bem analisada em Harry CLEAVER. **Leitura Política de O Capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. Ver também Jean BARROT, e François MARTIN. **Eclipse e Reemergência do Movimento Comunista**. Londres: Antagonism Press, 1997.

²⁶ Karl MARX. (op.Cit.), v. 1.

Weber (1969) e Michels (s/d e 1982); pelas críticas à burocracia dos comunistas de conselhos como Mattick e Pannekoek²⁷; pelas análises radicais da lei do Valor em Rubin (1980), Rosdolsky (2001) e Pasukanis (1989); às primeiras teorias da Fábrica Social visíveis nos Autonomistas Italianos, que foram sintetizadas pelo marxista norte-americano Harry Cleaver (1981) no final da década de setenta; ainda, demonstrando como este mesmo processo é descrito na teoria do Estado Amplo, pelo autonomista português João Bernardo²⁸; e entendido como Aparelho de Governamentalidade por Foucault (2010a, 2010b); abordado também por Deleuze²⁹, Hakim Bey (2010) e outros. Da mesma forma se inserem nesta perspectiva as análises estruturais de uma sociedade mergulhada em aporia e dominada por mecanismos de uma abstração mercantil fetichista, presentes nos escritos de Robert Kurz³⁰, dos alemães das revistas *Krisis* e *EXIT!*, como Anselm Jappe (2005), Norbert Trenkle, Ernst Lohoff, Franz Schandl, Roswitha Scholz³¹, além da obra de Moishe Postone (1993). A teórica autonomista do movimento operário Lúcia Bruno aprofundou-se no mesmo objeto sob o viés mais amplo do conceito do político, da compreensão do Poder Político como atributo das sociedades humanas³². Enfim, o que demonstramos naquela longa explanação, é que estas diversas teorias, em que pese os conflitos entre seus adeptos no tocante a mediações políticas e leituras de teorias de crise, tratam entretanto do mesmo objeto e possuem um fio-condutor comum, a saber, o estudo de uma rede ou malha de poder difusa por toda a sociedade, através de mediações

²⁷Para uma visão geral, consultar Paul MATTICK, Roland LEWIN e René FURTH. **Comunistas de conselhos**. Coimbra: Centelha, 1976. Anton PANNEKOEK. **A luta operária**. Coimbra, Centelha, 1977.; **Les conseils ouvriers**. Paris : Bélibaste, 1974.; **Os Conselhos Operários**. (1936) Disponível in Arquivo Marxista na Internet. <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>>(21/07/2009).; *A força contra-revolucionária dos sindicatos*. Disponível in Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>>(21/07/2009).; *As tarefas dos conselhos operários*. Disponível in Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>>(21/07/2009).; **A Luta Operária**. Disponível in Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>>(21/07/2009).; *A propósito do Partido Comunista* (1936) Disponível in Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>>(21/07/2009).

²⁸ João BERNARDO. (op.Cit.).

²⁹DELEUZE, Gilles. “*Society of Control*.” Disponível in <<http://www.nadir.org/nadir/archiv/netzkritik/societyofcontrol.html>> (01/03/2010); e **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

³⁰ Robert KURZ. (op.Cit). Ver também a coletânea **Razão Sangrenta**. Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

³¹Ver os já referidos sites das revistas *Krisis* e *EXIT!*, onde se encontra grande quantidade de ensaios e pesquisas dos referidos autores e outros colaboradores.

³² Lúcia E. N. B. BRUNO. **Poder Político e Sociedade: qual sujeito, qual objeto?** In FERREIRA, Eliza e OLIVEIRA, Dalila (org). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.; ver também **O que é a autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.; *Gestores: A prática de uma classe no vácuo de uma teoria*. In BRUNO, Lúcia; SACCARDO, Cleusa. (coord.). **Organização, Trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986. p. 115-141., onde a autora desenvolve uma teoria da luta operária autônoma e estabelece uma teoria da classe dos gestores.

universais que penetram todo o tecido social dominado real e concretamente por abstrações mercantis viabilizadas e efetivadas por relações de exploração e opressão.

Assim como nosso interesse anterior na problemática do Estado tinha como elemento central justamente sua crise e o fato de as relações de poder transbordarem os aparelhos formais de governo nacional e restrito, nossa reflexão educacional nos aponta a possibilidade de se falar em um conceito de uma “Educação Restrita” (às instituições formais de ensino) como aquela pertencente ao domínio do conceito de um “Estado Restrito”. Da mesma forma que se torna necessário, para a análise dos mecanismos atuais de regulação social se enveredar por teorias do poder político expandido, nossa análise que situa a educação como um elemento do poder político, torna-se obrigada a considerar a “Educação ampliada” ou expandida, dentro do contexto do Estado Amplo³³.

O contato com as teorias dos cursos finais de Michel Foucault³⁴ nos legou uma rica reflexão sobre o aparelho de governamentalidade e sobre o caráter de um poder político expandido, não restrito ao Estado. Além disso, permitiu situar com mais clareza a relação entre a formação deste aparelho com os discursos de pastorado e direção de consciência, emanados de um determinado modelo de relação entre sujeito e verdade formulado nos embates do período do começo do cristianismo – o soterramento do modelo helênico do *cuidado de si* pelo modelo cristão da *renúncia de si*, ante a um conceito de *sujeito e verdade* dados *a priori* (2010a).

As pesquisas de Lúcia Bruno neste tema enveredaram pela leitura antropológica de obras como as de Pierre Clastres, e através destas pesquisas sobre sociedades tribais, permitiu o acesso a alguns pontos que nos são cruciais³⁵. O primeiro deles é situar o *político* como atributo de qualquer grupo humano (e da própria sociedade); ou seja, sua capacidade de tomar decisões e estabelecer regras e limites coletivamente, instituindo a organização social. Segundo, que as sociedades criam mecanismos organizativos para

³³ Assim, mais por uma necessidade de análise somos levados a parafrasear os conceitos de Estado Restrito e Estado Amplo ao falar de uma *Educação Restrita* e uma *Educação Ampliada*. Tal se torna mais necessário, na medida em que não podemos fetichizar a esfera da Educação como algo separado da sociedade, instrumental, objetiva ou neutra. Este “fetichismo” da educação desconsideraria que a mesma é parte do poder político (e da Economia Política), parte dos mecanismos que viabilizam o político e a reprodução das estruturas sociais. Conforme vimos em nossa pesquisa de mestrado, a própria formação se estratifica de forma a espelhar e reproduzir a estrutura da composição das classes sociais, derivada da organização do trabalho.

³⁴ Ver Michel FOUCAULT. (op.Cit.).

³⁵ Lúcia E. N. B. Bruno. **Poder Político e Sociedade: qual sujeito, qual objeto?** In FERREIRA, Eliza e OLIVEIRA, Dalila (org). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009. Ver também Pierre CLASTRES. **A Sociedade Contra o Estado**. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

fazer valer suas regras, constituindo o *poder político* – que é um atributo também das próprias sociedades humanas. A *usurpação do poder político* em aparelhos especializados e separados consistiria na origem das sociedades cindidas e desiguais e, portanto, do Estado. O auge do fetichismo do poder político consistiria em sua identificação extrema com o Estado (SCHMITT, 1992) e o mito de que não haveria organização social possível sem a separação do poder político e sua especialização. Ou, ainda mais, de que a sociedade não possuiria essa capacidade de exercer o poder político por si própria, ou seja, possuir autonomia. É claro que esta análise não se limita aos aparelhos de governo formais, mas inclui toda a *Economia Política* e a malha de poder difusa das tecnocracias das empresas como centros de decisão e poder.

Se o poder político é atributo das sociedades humanas, a formação e educação dos indivíduos também o são. Da mesma forma, seria incorrer em um “fetichismo da educação” se a considerarmos apenas como atributo do Estado ou de instituições formais especializadas (e de profissionais especializados) – o que significaria que a sociedade não possuiria capacidade de autoformar e educar seus indivíduos. E, seria tanto mais contraditório, na medida em que grande parte da pesquisa e do discurso educacional recente já considera largamente aceito o fato de que a educação transborda os aparelhos formais, e ainda mais na medida em que o próprio Estado reconhece este fato nas políticas e documentos de políticas educacionais, na própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e nas orientações educacionais em geral – que apelam ao papel das famílias, comunidades, grupos culturais e empresas. Não é necessário ir longe ao defender a ideia de que a educação é atributo da sociedade, pois ela já é amplamente aceita e veiculada pelo próprio Estado, empresas e pesquisadores. Entretanto, considerá-la é crucial para situar e justificar a importância e relevância de nosso objeto de pesquisa.

Grande quantidade de experiências de autoformação foi desenvolvida no seio do movimento operário libertário, em especial entre os anarquistas, como as experiências de Sebastien Faure com a escola de *La Ruche* (“A Colmeia”), as teorias de Paul Robin, as escolas modernas de Francisco Ferrer Guardia e as experiências educacionais pioneiras de Maria Lacerda de Moura e João Penteado (fundador da *Escola Moderna número um*); experiências que utilizavam não poucas vezes a confecção de jornais *pelos alunos* como instrumentos de educação e formação. Ainda, era crucial o papel da própria imprensa

proletária na formação dos trabalhadores³⁶. Posteriormente, a repressão estatal possibilitou a apropriação por este do controle da formação dos trabalhadores, constituindo aparelhos de educação formal sob o controle do Estado e das classes capitalistas, dando origem aos sistemas de ensino estatais e nacionais. O estudo das experiências educacionais anarquistas e de seu ideário, como do processo de repressão foi também outro fator crucial para o estabelecimento de nosso objeto de pesquisa.³⁷

Nossa trajetória de pesquisa, em resumo, iniciou-se com o estudo sobre o Estado dentro da perspectiva da *Crítica da Economia Política* de Marx, passando ao estudo sobre a escola como aparelho de reprodução da força de trabalho inserido no circuito de produção do *valor*; incorporando diversas teorias que tomam por objeto o *Estado Amplo* e o processo da *mais-valia relativa*, o conceito de *consumo produtivo* e da sociedade estruturada como *Fábrica Social*, a problemática dos tempos livres – com a importância de autores como Ivan Illich, Guy Debord, Hakim Bey, Harry Cleaver, João Bernardo; finalmente se direcionando ao interesse pela educação ampla e que extravasa os aparelhos escolares formais, como momento da reprodução global do capital variável, problemática lançada no capítulo décimo da nossa dissertação de mestrado. Mas, como nossa perspectiva constitui em uma *leitura política* de *O Capital* e da *Crítica da Economia Política*, ela incorporou diversas teorias do antipoder e da *Autonomia Operária* que possibilitam a compreensão do processo como um movimento contraditório, crítico e

³⁶Obviamente, não perdendo de vista a diferença entre jornais operários autônomos e libertários organizados coletivamente por grupos operários mais ou menos horizontais e os periódicos oficiais editados por partidos operários hierarquizados e burocratizados.

³⁷ Tatiana da Silva CALSAVARA. **Práticas da educação libertária no Brasil: a experiência da Escola Moderna em São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: FEUSP, 2004.; Olga Regina FREGONI. **Educação e resistência anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920-1945)**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2007.; Flávio V. LUIZETTO. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920**. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 1984. José Damiro MORAES. **A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos Centros de Cultura Social**. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1999. e “Educação anarquista no Brasil da Primeira República”. In: *HISTEDBR*. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, s/d. disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html>. Acessado em 5/01/2012. Edgar RODRIGUES. **Os companheiros 1**. Rio de Janeiro: VJR, Editores associados, 1994.; Luciana Eliza dos SANTOS. **A trajetória anarquista do educador João Pentead: leitura sobre educação, cultura e sociedade**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: FEUSP, 2009.; Doris Accioly e SILVA. “Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica”. In: *Educação e Sociedade*, v. 106. São Paulo, 2009.; ACCIOLY e SILVA, D. ; WHITAKER, D. C. A. . *A chama e o silêncio: memória e esquecimento das lutas anarquistas no Brasil*. in Dulce C. Whitaker; Elis C. Fiamenghi; Telma G. Veloso. (Org.). **Ideologia e Esquecimento: aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau: Editora Letras a Margem, 2010, p. 159-179. Robledo Mendes da SILVA. **A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das Ciências Naturais à Educação Integral**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Unirio, 2010. Ver também Ramón SAFÓN. **O racionalismo combatente de Francisco Ferrer y Guardia**. São Paulo: Imaginário, 2003.; Mikhail BAKUNIN. **A instrução integral**. São Paulo: Imaginário, 2003.; Max STIRNER. **O falso princípio de nossa educação**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.; Edmond-Marc LIPIANSKI. **A Pedagogia Libertária**. São Paulo: Imaginário, 1999. Francisco FERRER Y GUARDIA. **La Escuela Moderna - póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista**. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912.

movido por um constante conflito social, uma guerra pelo emprego do tempo de formação dos futuros (e atuais) trabalhadores.

As implicações teóricas, educacionais e políticas de uma leitura ampliada do processo que incorpore o conceito de um poder político ampliado são demasiado largas para aqui se poder descrevê-las; entre muitos aspectos, elas permitem entender novos processos de regulação e reorganização das relações de exploração e poder, bem como entender o processo de reorganização da classe trabalhadora como resposta. Permitem também entender o esvaziamento e crise da regulação oferecida pelas instituições formais tradicionais (incluindo as instituições de representação operária), bem como o deslocamento dos eixos de poder e antipoder e, portanto, da luta de classes, para novos terrenos. Essa perspectiva, demonstrada nas pesquisas de Lúcia Bruno, permite situar a importância do estudo a que nos propomos neste trabalho.

Para situar ainda a construção de nosso objeto de pesquisa, devemos nos remeter a fatos da conjuntura do mundo atual bastante significativos. É mais do que conhecido e noticiado pelas mídias oficiais o papel da *Internet* e das redes nas atuais revoltas sociais, a começar pela “primavera árabe”.³⁸ Já em 1994 a revolta zapatista dos Chiapas, no

³⁸Ver a matéria “*Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe*”, de autoria de Thássio Borges, publicada em 4 de Janeiro de 2012 em *OperaMundi*, disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>> (Acesso em 05/06/2012), onde se afirma que “*Por conta do crescente uso das redes sociais pelos árabes nos países em revolução, muitos governos intensificaram o bloqueio e as restrições às ferramentas para evitar que as revoltas se fortaleçam. Na Síria, por exemplo, onde o presidente Bashar al Assad sofre grande pressão para renunciar, o governo proíbe o uso das redes sociais*”. Apesar das críticas feitas no artigo a seguir, esta importância das redes é também reconhecida: “*Papel das redes sociais na primavera árabe foi superestimado, diz professor*”, artigo por Mariana Barbosa, Folha de São Paulo, 24 de Novembro de 2011, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1011675-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-foi-superestimado-diz-professor.shtml>> (acesso em 13/01/2012), onde se afirma: “*Ao contornar as restrições de organização política e social no mundo real em regimes autoritários, as mídias sociais fizeram com que as pessoas nesses países se sentissem fortes e poderosas para promover mudanças no mundo real. Mas ressaltou: “O Facebook e o Twitter podem ajudar a derrubar governos. Mas vai precisar de muito mais para construir democracia nos países árabes.”*. Ver também o artigo “*A Primavera Árabe e o uso político da técnica: dos sites de relacionamento para as ruas no caso egípcio*” de Jonatas Wesley Aranha Nascimento, Murilo Oliveira Melo e Alexandre do Nascimento Bezerrain *Revista de geopolítica*, Natal – RN. v. 3, nº 2, p. 153 – 162, jul./dez. 2012. Tal relação da internet com as revoltas árabes também é ressaltada no Verbete *Primavera Árabe* na Wikipedia, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe> (acesso 3/12/2012). Vale consultar o artigo “*Ecos da Tunísia e do Egito: revoluções sem revolucionários autoproclamados*” de Horace Campbell, publicado em 9 de fevereiro de 2011 no periódico Passa Palavra, disponível em <<http://passapalavra.info/?p=35790>> (acesso 12/02/2012), onde o autor afirma: “*Explicamos o que estamos aprendendo com algumas das características destas revoluções do século XXI. As características mais importantes que até agora destacamos são: 1. As revoluções são feitas por pessoas comuns, independentemente de partidos de vanguarda e de revolucionários autoproclamados. 2. O caráter das redes de redes sociais independentes e a sofisticação das ferramentas da revolução. 3. A liderança das pessoas comuns que se automobilizaram para a revolução. 4. A construção de uma não-violência revolucionária para autodefesa.*”

México, foi propagada e angariou contatos e apoios pelo mundo todo através da rede mundial de computadores, fato que impossibilitou mesmo uma repressão maior sobre o movimento, devido ao envolvimento e pressão de uma enorme quantidade de pessoas e grupos sobre o governo mexicano por todo o mundo.³⁹ Em 2005, durante a revolta dos jovens imigrantes e desempregados nas periferias das grandes cidades francesas, era comum o uso de blogs, redes e mensagens de celular como forma de coordenar ações entre grupos que incendiavam milhares de automóveis durante algumas noites. No ano de 2006, em Oaxaca (México), ocorreu uma revolta de imensas proporções, envolvendo as comunidades de um estado de mais de três milhões de habitantes, culminando na fundação da *Assamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* (APPO), organismo de autogoverno e uma experiência de autogestão de toda a região que durou meses. Nesta revolta popular, o movimento conseguiu ganhar visibilidade e apoio internacional de grupos e

5. *As idéias revolucionárias do povo, cujo objetivo final é serem seres humanos dignos e não robôs nem fanáticos de ditadores.*” Cabe ressaltar, como demonstrado em artigos do periódico Passa Palavra, que o motor dos protestos se situa ao redor de conglomerados industriais e zonas francas onde a exploração do trabalho atinge níveis intensos sob o regime da mais-valia absoluta, agravada pela carestia e aumento dos preços de alimentos e gêneros básicos. Tais revoltas não se limitaram a derrubar ditadores ou a exigir modelos de governo democráticos; antes foram revoltas contra condições extremas de opressão e exploração laboral, que não se encerraram com a queda de ditaduras, prosseguindo com novas reivindicações que envolvem lutas laborais, de gênero e mesmo abrindo campo para reformas religiosas, sendo, portanto, inadequado classificá-las como movimentos que reivindiquem meramente uma modernização capitalista ou valores democráticos burgueses e ocidentais – conforme afirmou Robert KURZ em “*Não há revolução em lugar algum*”, publicado em *EXIT!*, em Janeiro de 2012, disponível em <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>> (acesso 12/03/2012). Não se pode analisar um movimento adequadamente apenas pelo conteúdo reivindicado em termos de programa, consciência teórica e ideológica; é preciso analisar as formas de organização, as relações de solidariedade estabelecidas pelos trabalhadores e seu papel dentro das relações de exploração e produção de valor.

Tal ligação entre as redes e as revoltas chegou também a ser assunto abordado em vestibulares, como podemos ver em “*Primavera Árabe e as redes sociais*”, de Anamaria Nascimento, in *Diário de Pernambuco* <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/vestibular2013/?p=580>> (acesso 12/01/2013), onde se afirma que “*Estudo feito este ano pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) mostrou que a maioria das manifestações públicas lideradas por jovens na última década têm relação com a internet*”.

³⁹Ver “*Das Montanhas ao ciberespaço*”, de autoria de Pedro Ortiz, publicado na Revista Fórum de 19 de Outubro de 2011, disponível em <<http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/das-montanhas-ao-ciberespaco/>> (Acesso 28/11/2011). Sobre o zapatismo, consultar os sites: <www.ezln.org> (EZLN); <www.fzln.org.mx> (Frente Zapatista); <www.ezlnaldf.org> (Centro de Información Zapatista); <www.utexas.edu/students/nave> (Acción Zapatista); <www.chiapas.hpg.com.br> (Arquivo EZLN); <www.revistarebeldia.org> (Revista Rebeldia); <www.enlacecivil.org.mx> (Enlace Civil); <<http://chiapas.mediosindependientes.org>> (Centro de Medios Independientes); <<http://desinformemonos.org>> (Desinformémonos). Ver o vídeo-documentário “*Tomada de Chiapas pelos Zapatistas – 1994*”, in <<http://www.youtube.com/watch?v=U6LeaSFvdEk>> (acesso 12/12/2007); e a “*Entrevista al Subcomandante Marcos*” disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=QM2n0WNIHQ>> (acesso 20/04/2008), onde o Subcomandante Marcos, porta-voz e teórico do *Exército Zapatista de Liberación Nacional* faz uma resumida explanação teórica sobre o papel das redes de mídias alternativas e anticapitalistas na atual luta de classes, uma exposição extremamente significativa para ilustrar nosso objeto de pesquisa e suas implicações e toda a compreensão da análise a que estamos nos propondo. Seria impossível mesmo por uma questão de espaço referenciar cada revolta ou episódio dos muitos a que citamos neste trecho de nosso trabalho, dos quais, entretanto, o leitor pode encontrar farto material na internet e nos periódicos de mídias alternativas a que estamos analisando. Portanto, seguimos as próximas páginas com esta advertência ao leitor de que apenas referenciar cada um dos episódios citados geraria uma quantidade de fontes documentais que extravasaria em muito o espaço e o nosso escopo de pesquisa a que nos propomos aqui.

movimentos em pouco tempo, justamente pela difusão de notícias através das redes e mídias alternativas na *Internet*, especialmente após o assassinato do ativista Brad Will, da rede *Indymedia*, por capangas. Como resultado, embaixadas e consulados mexicanos foram cercados por protestos ou mesmo ocupados por ativistas em diversos países e tal pressão foi decisiva para atenuar em parte a imensa repressão exercida pelo governo mexicano, além de possibilitar o envio de observadores internacionais de diversas organizações para Oaxaca. Após a revolta, os mesmos meios eletrônicos, aglutinados ao redor da rede *Indymedia*, continuaram uma campanha pela libertação dos membros da *APPO* detidos. Um processo muito similar de articulação de ações de rua, comunicação e difusão de notícias se repetiu desde o final de 2008 até os dias atuais em Atenas, e em revoltas posteriores em diversos países, incluindo a Inglaterra, onde ocorreram ondas de saques em Agosto de 2011. Os meios eletrônicos utilizados por diversos movimentos e revoltas acabam, inclusive, tornando-se fontes para a própria imprensa e jornalismo oficial, televisivo e de jornais impressos.⁴⁰

Também não foi pequeno o impacto exercido pelo ativismo da rede *wikileaks*, de Julian Assange e outros jornalistas independentes, através dos vazamentos de informações confidenciais de guerra dos governos, especialmente dos Estados Unidos. Caberia dizer, entretanto, que esta rede não divulgou fatos que não seriam previsíveis ou que já não se sabiam ou supunham pelo menos vagamente; ainda, que enfocou sua denúncia apenas nos aparelhos formais de governo, mas não da mesma forma nas empresas transnacionais que constituem hoje os principais centros de poder e decisão. Mas ainda assim, esta rede iniciou uma polêmica imensa sobre a liberdade de informação e circulação de informações sobre os governos, bem como foi precursora de uma série de mobilizações virtuais e reais contra atos de corrupção de governo; bem como suas denúncias foram contemporâneas ao surgimento do movimento *Occupy Wall Street*⁴¹, que se alastrou por todos os Estados Unidos e pelo mundo, organizando-se em comitês

⁴⁰De maneira inversa, as notícias dos sites da imprensa oficial também circulam pelas redes sociais, como o *Facebook*. Porém, podemos afirmar sem a menor sombra de dúvida, que se os movimentos sociais atuais dependessem apenas da imprensa regular e oficial, não teriam a repercussão que obtém, visto que as lutas sociais ocorrem por toda parte, mas sua divulgação por meios oficiais nem sempre ocorre – grande parte das lutas sociais atuais sequer é noticiada pela imprensa oficial (ou é pouco noticiada, ou é noticiada de forma negativa), o que reforça sobre a classe trabalhadora a sensação de uma apatia e ausência de lutas e alternativas, possibilitando o isolamento das lutas, seu esvaziamento, cooptação e repressão. Podemos dizer que o silêncio e a omissão pelas mídias oficiais da informação sobre a existência das lutas e sua repressão pode ser um elemento de isolamento e dispersão das lutas sociais mais poderoso do que a crítica e o combate midiático aberto aos movimentos pelas mídias oficiais. Caímos aqui dentro do próprio modelo da Sociedade do Espetáculo, proposto por Guy DEBORD (op.Cit.), onde uma realidade composta por conflitos é encoberta por uma aparência de abundância econômica e ausência de lutas, que se coloca como única alternativa de sociedade possível.

⁴¹Ver o site *Occupy Wall Street*: <<http://occupywallst.org/>>.

articulados através da *Internet*. Mesmo no Brasil, houve a experiência do movimento *Acampa Sampa*⁴², em 2011, inserido nesta rede internacional de ocupações de praças e acampamentos, gerando espaços de contestação e debates que questionam o sistema democrático atual. No mesmo campo se inseriu o movimento “*Democracia Real Ya!*”⁴³ na Espanha.

Os exemplos que poderíamos citar seriam amplos demais para o pouco espaço desta *Introdução*. O que queremos ressaltar aqui é o papel tático e estratégico exercido pelo uso da *Internet* pelos movimentos sociais atuais – seja como elemento de articulação entre diversas lutas, possibilitando-as a sair do isolamento; seja como divulgadora das lutas – angariando apoios e alianças entre movimentos; e, o que mais nos interessa, como terreno de debates, difusora de novas ideias políticas e de uma cultura de lutas sociais, e de reflexões sobre a realidade atual e sobre as atuais lutas sociais. A extensão do processo é atestada mesmo pelas tentativas dos governos da Síria, Irã e da China em bloquear ou controlar a *Internet* com intuito de impedir a organização de revoltas sociais. Da mesma forma, a *Internet* também é ocupada pelo próprio Estado e sobre ela e através dela se exercem forte vigilância e controle sobre os conteúdos, sobre a pirataria e compartilhamento de dados, sobre articulações entre grupos e movimentos (mesmo os de extrema-direita e fascistas), além de vigilância e repressão sobre atividades ilegais. Resumindo, podemos afirmar que as redes têm um marcado papel de articulação das lutas, circulação, divulgação, reflexão, propaganda, debates e também de vigilância e repressão às mesmas. Tudo isto demonstra a relevância imensa de pesquisarmos este terreno como um campo de lutas sociais e, principalmente, como nosso interesse, um terreno onde os indivíduos se formam através de debates, produzindo concepções sociais e políticas das quais até o momento não sabemos muito – exercendo assim um papel educativo e autoformativo.

Da mesma forma, a *Internet* é uma ferramenta crucial para as empresas, no tocante à difusão da publicidade voltada ao consumo, seja o consumo direto de produtos ou simplesmente a difusão das marcas; além disso, a *Internet* hoje é um importante instrumento de compras e vendas. E, principalmente, é uma infraestrutura de rede que interliga internamente as diversas unidades das empresas e as diferentes empresas entre si (e as unidades do Estado também), sendo assim uma infraestrutura de comunicação

⁴²Ver o perfil *Acampa Sampa* In <<https://www.facebook.com/acampasampa>>.

⁴³Ver o site do *Democracia Real Ya!* <<http://www.democraciarealya.es/>>.

crucial para a própria produção capitalista, na medida em que permite centralizar o controle sobre o processo e o tempo de trabalho ao mesmo tempo em que mantém e mesmo reforça a fragmentação entre os trabalhadores.⁴⁴

No aspecto capitalista, podemos citar o importante papel da *Internet* como meio de fragmentação e atomização que reforça o controle político e o isolamento social. Indivíduos podem assim se sociabilizar eletronicamente até com pessoas de outros países, ao mesmo tempo em que não se sociabilizam com os moradores da própria rua ou bairro ou os próprios colegas de trabalho ou estudo. Além disso, a difusão massiva de informação comercial e a fragmentação da comunicação em sistemas de mensagens curtas e instantâneas é um fator de importante impacto e provável agravante do empobrecimento da linguagem e das formas de pensamento, bem como da perda do hábito da leitura – algo muito além do que Adorno imaginou ao analisar a Indústria Cultural.⁴⁵ A “Nuvem” de informações, ao mesmo tempo em que permite a circulação de informações e processos ligados às lutas sociais, também faz o conteúdo crítico se perder dentro de uma enxurrada de dados, notícias e informações fragmentadas e que aparentemente falam por si próprias, gerando um terreno onde a alienação também pode alcançar níveis desconhecidos e novos. A aceleração da produção de informação se torna um obstáculo sério à reflexão, discussão, e leitura - que exigem tempo e ritmos de assimilação mais demorados - contribuindo para o processo de alienação. Da mesma maneira, por outro lado, o uso destas redes também pode em alguns casos até melhorar a comunicação entre os indivíduos e forçá-los a conhecer melhor o uso da língua escrita, como uma exigência mínima para se comunicarem entre si de forma mais eficaz, fato que demonstra que as contradições das redes ainda são maiores e mais difíceis de serem analisadas. Laconismo de um lado e ampliações simbólicas de outro, coexistem num processo que pode até melhorar a linguagem sem, contudo, enriquecer a reflexão e a complexidade do raciocínio.

Ainda, podemos mencionar o fato de que a internet e especialmente as redes sociais sofreram intensa apropriação eleitoral, sendo atualmente constantes terrenos de

⁴⁴ Ver João BERNARDO. **Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana.** São Paulo: Cortez, 2004. E “*Trabalhadores, classe ou fragmentos?*”, disponível em *Para ler João Bernardo*, <http://www.4shared.com/dir/6353945/38db478d/Para_ler_Joo_Bernardo.html> (3/03/2010). Bernardo descreve justamente o processo pelo qual a microeletrônica possibilitou às classes capitalistas fragmentar a classe trabalhadora, conseguindo assim enfraquecê-la e sujeitá-la politicamente, ao mesmo tempo em que permitiu controlá-la e desta forma reorganizar a exploração. Fragmentar e ao mesmo tempo centralizar o controle é o processo fundamental do atual regime de acumulação e técnica de organização do trabalho.

⁴⁵Ver Theodor ADORNO. (op.Cit.).

conflitos entre candidatos e partidos, entre as direitas e esquerdas partidárias, propiciando guerras eleitorais, efetuadas através do *Facebook*, *Twitter* e blogueiros profissionais, que atuam produzindo redes de contrainformação uns contra os outros e mesmo contra a imprensa impressa ou grupos de imprensa rivais. A rede não escapou de ser inclusive espaço para a difusão de ideias e aglutinação e organização de grupos fascistas e nazistas, de extrema-direita, misóginos e homofóbicos, fundamentalistas religiosos, membros de seitas, indústrias pornográficas, e mesmo espaço ocupado por criminosos, maníacos sexuais e máfias, ainda que estes últimos mantenham seus conteúdos clandestinos.

Todos estes aspectos negativos que citamos nos levam a não perder de vista o caráter dialético e contraditório deste imenso terreno, o que nos convida a investigar nosso objeto de pesquisa sem ilusões ou ingenuidades acerca da própria rede, mas antes analisando o próprio processo como terreno de luta e do *contraditório* – como, aliás, em nosso mestrado, demonstramos na análise da não-neutralidade e do duplo caráter de classe da categoria *valor de uso* aplicada à escola pública.

Para nossa pesquisa, interessa fundamentalmente o papel de sites de mídia alternativa e discussões sobre lutas sociais como parte de um processo mais amplo de recomposição de classe, de reorganização da classe trabalhadora no quadro das novas tecnologias, funcionando como espaços potencialmente formativos e educativos.

Nosso objeto de investigação é constituído por *sites* de produção, circulação e troca de notícias relativas a *lutas sociais* e textos e materiais com conteúdos de *crítica social*; *sites* analisados como espaços *potencialmente* formativos e educativos (na perspectiva da classe trabalhadora, do *valor de uso* da educação sob a perspectiva proletária) e possíveis criadores de uma cultura crítica social.

Tomamos como fontes primárias centrais em nossa pesquisa os periódicos *Passa Palavra*⁴⁶, *Centro de Mídia Independente* (conhecido internacionalmente como *Indymedia*)⁴⁷, *Desinformémonos*⁴⁸ (site do México que possui um coletivo sucursal no

⁴⁶Ver <<http://passapalavra.info>>.

⁴⁷Ver <www.midiaindependente.org>.

⁴⁸ Ver <www.desinformemonos.org>.

Brasil); e, durante a pesquisa, ampliamos nossas fontes incluindo a Revista Eletrônica *Sinal de Menos*⁴⁹.

Nossa pesquisa é balizada do ano de 1999 (da criação do *Centro de Mídia Independente*) até 2014, tomando como local analisado o Brasil - no caso, nossa análise incide sobre os coletivos brasileiros do *Centro de Mídia Independente* e *Desinformémonos*, que são periódicos internacionais. Um bom número de pequenos periódicos e sites de coletivos gravitam ao redor destes maiores ou são deles próximos, e alguns deles serão citados pontualmente de forma secundária no decorrer da pesquisa, não sendo, entretanto, fontes principais.

Os sites que investigamos envolvem como *produtores* e *leitores* a participação de estudantes (principalmente os de ensino superior e pós-graduandos), professores (universitários, de ensino médio e técnico e mesmo do básico ou ONGs e projetos de periferia), militantes, ativistas, apoiadores de movimentos sociais diversos (portadores de níveis de escolarização variados, predominando portadores do ensino superior ou pós-graduação, com alguns casos de portadores do ensino médio e praticantes do autodidatismo - que não tiveram acesso ao ensino superior); portanto, em geral, membros de um setor da classe trabalhadora com maior nível de escolarização e qualificação e com acesso ao ensino superior ou um nível mais elaborado de formação e politização - um segmento *potencialmente* inserível nos mecanismos atuais da mais-valia relativa que se fundamentam na exploração do componente intelectual do trabalho, setor social este que ocupa uma posição nevrálgica e, portanto, estratégica nas cadeias de produção de bens e serviços no capitalismo atual. Nossa pesquisa começa, pois, com uma análise da composição desta nova classe trabalhadora atual - na qual se insere este setor - sem a qual não podemos situar em termos teóricos e estratégicos a importância e inserção social destes meios. Torna-se necessário definir com mais exatidão o círculo social que produz e lê os veículos que analisamos, e isto tomou parte considerável de nosso esforço de pesquisa.

Temos como objetivos da pesquisa, primeiramente, determinar o círculo social de leitores e produtores destes espaços; analisar através de depoimentos dos mesmos e documentos editoriais o papel dos sites em relação à reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais. Em seguida, verificar em que medida estes veículos são formativos

⁴⁹Ver <<http://sinaldemenos.org>>.

para a classe trabalhadora e os limites deste processo. Finalmente, analisar como esta formação se relaciona à pretendida pelo sistema escolar capitalista, partidos e sindicatos operários tradicionais. Apareceu ainda, durante a pesquisa, uma importante questão - a da relação destes periódicos com as redes sociais comerciais.

Procuramos neste trabalho analisar *como* se dá o processo auto-organizativo e autoformativo nestes sites, em suas **formas** e **conteúdos** (que serão analisados de forma indissociável): a *forma* de organização dos coletivos - suas relações internas, suas relações com os leitores e colaboradores externos e a análise da forma de organização dos debates; no tocante aos *conteúdos*, o levantamento dos temas mais frequentes de interesse dos leitores, verificar se ocorre o desdobramento de debates em novos debates, de textos polêmicos em produção de novos textos dando continuidade às polêmicas, determinando *se* ocorre a evolução dos mesmos debates e polêmicas. Assim, torna-se possível dizer *se podemos ou não* falar de uma *nova cultura formativa e educativa* que se utiliza destes espaços - que não resvale no lugar comum da formação ou educação para a “cidadania” prevista no sistema vigente como negação institucional e jurídica das contradições de classe. Pensamos aqui *formação e educação* sob um prisma de *valor de uso* da classe trabalhadora e de uma *leitura política* da crítica marxiana da *Economia Política*. Determinaremos, através da análise de depoimentos e documentos editoriais, *se* ocorre efetiva *atividade formativa* ou evoluções de consensos ou conceitos nestes debates citados (ou pelo menos evolução dos dissensos). Isto é importante para sabermos se existe ou não uma nova cultura formativa e determinar se estes sites funcionam efetivamente como espaços formativos e educacionais, no sentido amplo do termo *educação* que compreende a educação *extraescolar* ou que se processa para além das instituições formais de ensino.

Pretendemos responder, assim, a estas indagações: qual é o círculo social que produz e utiliza estes espaços? Este campo de sites colabora para a reorganização das lutas sociais? Podemos dizer que estaria se processando atualmente em espaços como estes um processo educativo, formativo e politizador no sentido de uma educação de classe trabalhadora? Como isto se relaciona com a formação pretendida pelo sistema escolar, e partidos e sindicatos operários? Ainda, como entram as redes sociais comerciais neste processo?

Para isto, urge definir o que é esta "classe trabalhadora" como um pré-requisito teórico fundamental sem o qual não se pode responder às nossas questões (uma vez também que muitos trabalhadores excluídos, desempregados ou precários no regime de predomínio da mais-valia absoluta ainda não têm acesso à *Internet* ou o fazem apenas em níveis muito elementares de consumo de divertimentos ou redes sociais. Quem ativa e movimenta estes periódicos pertence, afinal, a algum setor preciso da classe trabalhadora, que se encontra fragmentada de inúmeras formas, uma das quais o nível de qualificação). É muito importante que o leitor deste trabalho tenha em mente que aqui não adotamos o conceito de classe trabalhadora tradicional nas leituras das esquerdas ortodoxas, que a reduz a operários de fábrica ou assalariados de empresas. Utilizamos um conceito de classe trabalhadora expandida, que engloba em si inúmeros setores do *trabalhador social agregado*, desde empregados assalariados de empresas, funcionários públicos, trabalhadores intelectuais, desempregados, estudantes, donas de casa, grupos marginalizados, minorias étnicas, camponeses, etc. - que consideramos que laboram de forma integrada numa imensa cadeia social de produção da *mais-valia*.

Seriam os periódicos eletrônicos anticapitalistas novos *fóruns* de educação e formação de resistência da classe trabalhadora *potencialmente* alternativos ao esvaziamento dos partidos e sindicatos oficiais e, ao mesmo tempo, um transbordamento do espaço educacional formal? Seriam, portanto, um terreno de *recomposição política* (reorganização) da classe trabalhadora e de formulação de cultura de resistência e projetos políticos e sociais alternativos aos espaços cultivados tradicionalmente pelos partidos e grupos políticos cujas origens remontam ao fim do século XIX e primeiras décadas do século XX? Ainda, em que estes novos veículos que analisamos difeririam dos veículos tradicionais, muitas vezes organizados de forma hierárquica (no caso dos sindicatos burocráticos e partidos operários) e com um corpo doutrinário baseado numa verdade fechada e num conceito de sujeitos sociais dado *a priori*? Seriam estes meios que analisamos nesta pesquisa indícios de uma possível tentativa de reorganização da classe trabalhadora no terreno das lutas e práticas de resistência, por meio das novas tecnologias - no caso, considerando a internet não apenas como uma esfera "virtual", cultural ou simbólica, mas como uma efetiva *condição geral de produção* material do capital? Em suma, são veículos de formação de resistência e, portanto, *educacionais* neste sentido - ampliando consideravelmente o âmbito do que entendemos por educação? Estas indagações irão perpassar por todo este trabalho, como verá seu leitor.

Ainda, caberia acrescentar que a contraposição gerada por estes espaços, ao nosso ver estaria muito mais voltada ao papel formativo dos partidos e organizações operárias tradicionais do que às instituições formais de ensino (escolas, universidades, escolas técnicas), em relação às quais entendemos este processo ser mais um transbordamento do que uma negação, uma vez que elas ainda mantêm uma centralidade e papel social importante na reprodução capitalista (o que não as isenta de uma possível crise também). Certamente, foi-nos crucial o impacto do pensamento de Ivan Illich⁵⁰ sobre a crítica da apropriação da produção e transmissão de saber por aparelhos burocráticos especializados e a sua proposta de desescolarização da sociedade – inserimos aqui as teorias de Maurício Tragtenberg⁵¹, em sua crítica da escola como aparelho burocrático; e ainda mais a compreensão do processo conforme descrito nas teorias de Guy Debord⁵², Raoul Vaneigem (1996), Harry Cleaver⁵³ e João Bernardo⁵⁴, que permitem entender como a formação dos indivíduos pode transbordar a esfera das instituições formais, para se processar e veicular de forma mercantil e hierárquica em todo o conjunto das práticas e relações sociais, o que não exclui sequer a vivência doméstica, sexual e mesmo onírica dos indivíduos. É a possibilidade de se discutir educação (e seus usos sociais) neste espaço ampliado, difuso e não-formal que sobretudo nos interessa, ao analisar como a luta de classes desenha espaços autônomos de reflexão, discussão e transmissão de saberes nesta esfera.

O leitor deste trabalho pode facilmente se aventurar pelos veículos que estudamos, que estão disponíveis na *Internet* e assim acompanhar nosso raciocínio, bem como ir além dele, propondo novas questões e análises. É um objeto de pesquisa ao mesmo tempo acessível, aberto e rico em pormenores.

Nosso trabalho obedece a critérios de ética na pesquisa e, portanto, mantemos o pleno anonimato e sigilo das fontes empregadas. Assim, leitores serão citados como "L" ("L1", "L2", "L35", etc.) juntamente a alguns referenciais como idade, sexo e profissão. Para periódicos produtores, utilizamos a letra "P" ("P1", "P2", "P5"), e para um movimento social que concedeu depoimento, a letra "M".

⁵⁰Ivan ILLICH. (op.Cit.).

⁵¹Maurício TRAGTENBERG. (op. Cit.).

⁵²Guy DEBORD. (op. Cit.).

⁵³Harry CLEAVER. (op.Cit.).

⁵⁴João BERNARDO. (op.Cit.).

Utilizamos como fonte entrevistas com membros dos coletivos organizadores dos *sites* que pesquisamos (totalizando cinco longos depoimentos), procurando levantar informações tais como a forma de organização do site, os objetivos do site, a composição social e formação dos membros dos coletivos organizadores (editoriais), o nível de inserção social ou relação destes com movimentos sociais de base, qual o público-alvo pretendido e o público que *efetivamente* frequenta e participa do debate nestes periódicos eletrônicos, o seu alcance social, o número médio de acessos diários e mensais, a frequência média de debates e o nível de participação dos leitores no próprio site, os critérios de publicação e *não-publicação* de textos e comentários, quais debates obtiveram maior repercussão e se desdobraram em novos debates ou textos, como o coletivo enxerga a si próprio dentro do processo formativo *e se ele se considera um veículo educativo e formativo ou não*.

Analizamos também entrevistas com trinta e seis leitores dos citados sites, elencando questões análogas, procurando formar (ou pelo menos ter um panorama sobre) o perfil, ainda que parcial, do leitor, seus interesses, inserções sociais e atuações sociais em lutas, etc.; o que permite conhecer o alcance efetivo destes veículos, por analisar de forma integrada produtores e receptores destes materiais e, mais ainda, verificar a *circularidade* que os envolve.

Mais uma vez, cabe aqui lembrar o pensamento de Ivan Illich⁵⁵, que propunha como uma das formas possíveis para a *desescolarização* da sociedade a formação de grupos livres de estudos por interesse, relevância e tema, onde ocorreria a produção, troca e circulação de saberes. Sabemos que efetivamente estes sites não são veículos de massa comparáveis às redes sociais ou mídias eletrônicas empresariais; mas sabemos também que eles compõem e integram interessantes e complexos círculos de debates sociais que efetivamente existem e estão em funcionamento, mesmo que informalmente. E, certamente, num contexto de sociedades capitalistas profundamente desiguais, nas quais dominam as relações de exploração e opressão, a existência de tais círculos e, ainda mais, de uma *circularidade* de ideias, que permita a produção e troca de pensamentos novos, é extremamente significativa, como, por exemplo, os processos de *circularidade* analisados por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (1998), no período inquisitorial do Friuli, que permitiam a indivíduos de extrações menos ajazadas, como um moleiro, através de

⁵⁵Ivan ILLICH. (op.Cit.).

sua rede de contatos com outros indivíduos e grupos, formular complexos pensamentos heréticos sobre o mundo e a espiritualidade. Igualmente, é dentro deste *espírito da época* atual que surgem análises e pensamentos políticos convergentes, mesmo que separados por barreiras geográficas. A *Internet* cumpre em ampla escala o papel das tavernas e estalagens dos viajantes medievos e modernos.

Nossa análise do material levantado se dá guiada pelos referenciais teóricos da *Crítica da Economia Política* de Marx (*O Capital* e os *Grundrisse*), em especial através de duas vertentes de leitura desta: a autonomista e a dos críticos radicais alemães (que partem da linha de análise *frankfurtiana* sob um viés radical); com a importante mediação também das teorias e reflexões acerca do poder político citadas em toda a miríade de autores que já aludimos ao descrever nossa trajetória teórica. Este é nosso pano de fundo teórico e conceitual, a saber, o importante cruzamento teórico das leituras que enfocam a *forma* com as que analisam o *conteúdo* das relações capitalistas, ou em outras palavras, unir a análise dos aspectos políticos centrados nas relações de poder, opressão e formas de organização social do trabalho, com as leituras econômicas críticas da lei do *valor*, da *forma-mercadoria*, do *trabalho abstrato* (e da categoria *trabalho* enquanto abstração da pluralidade de atividades humanas em uma esfera oposta ao tempo livre), do *fetichismo* e demais categorias que se desdobram formando as relações sociais capitalistas. Nossa leitura, dentro do termo *Economia Política*, considera indissociáveis as relações econômicas mercantis e de exploração com as relações políticas de organização, poder e opressão através das quais as categorias mercantis se impõem e se realizam. Em nossa metodologia, consideramos insuficiente analisar as relações de poder separadamente de uma crítica categorial da *economia política* – o que poderia incorrer em proposições que naturalizam a estrutura social⁵⁶ ou em uma redução da dominação a um aspecto cultural, meramente imaginário ou discursivo. Da mesma forma, também nos parece limitada e estéril uma análise da crítica das categorias mercantis que as impessoalize a ponto de suprimir os sujeitos, as classes sociais e tecnocracias das relações sociais, reduzindo por

⁵⁶E, conseqüentemente, em proposições políticas que tentam transformar a sociedade, mantendo incólumes suas estruturas fundamentais - como Marx criticou a Proudhon. Marx não negou a autogestão proposta por este, mas apontou a impossibilidade dela se realizar dentro da lei do valor e da existência das categorias mercantis como base da produção social. Ver Karl MARX. **Miséria da filosofia**. SP: Ciências Humanas, 1982.; e Jean BARROT. **Eclipse e Reemergência do Movimento Comunista**. Londres: Antagonism Press, 1997. Barrot desenvolve bem esta questão ao analisar as propostas anarquistas, trotskistas e conselhistas, demonstrando que o problema não se resume a questões de gestão. Afinal, trata-se de *gerir o quê*? Um sistema produtor de mercadorias, onde a troca domina a produção? Ou um sistema não-mercantil, de produção para a distribuição e autoconsumo direto regulado socialmente e conscientemente? As hierarquias tecnocráticas seriam, assim, produto necessário do domínio da forma-mercadoria sobre a produção, de um sistema produtor de mercadorias, um modo de produção fundamentado no valor.

completo o sistema a uma dominação sem sujeitos e na qual o sujeito único seja a própria *mercadoria*⁵⁷ – justamente porque, por mais cega e objetiva e aparentemente natural que se torne a relação social, a *forma-mercadoria* só é possível enquanto produto de exploração do trabalho, esta última efetuada entre classes (através do modelo dinâmico da mais-valia como momento de produção do *valor*), e tendo a mercadoria como relação veiculadora e reprodutora das relações de classe e de poder político separado dos indivíduos. E o próprio funcionamento sistêmico de imposição das categorias mercantis só se torna viável através de constantes repetições da *acumulação primitiva* e da violência política aberta (CLEAVER, 1981). Assim, fica evidente que ambos os aspectos devem ser analisados dentro de uma *leitura política* e integrada, que não separe *conteúdo* e *formas* das relações sociais ou, em outros termos, *Economia* e *Política*. Uma leitura ao mesmo tempo estrutural e voltada à totalidade, mas também dinâmica e que considere as relações de dominação como algo que está sempre em aberto e cujo destino sempre está a ser decidido pelos conflitos sociais.

A metodologia que guia este trabalho se processa pelo diálogo entre nossas fontes primárias e nossos referenciais teóricos, no intuito de buscar resposta a nossas questões, confirmar ou refutar nossas hipóteses; derivar o raciocínio analítico das contraprovas materiais e empíricas; ainda, procurar dados ou informações que coloquem nossas hipóteses em dificuldades e à prova. Assim, temos um trabalho dialético, onde das fontes passamos ao trabalho teórico e dele retornamos às fontes, tecendo a trama deste tecido, evitando tanto o raciocínio analítico especulativo, como a mera descrição de fatos sem extrair deles novos elementos que permitam a uma formulação teórica e com ela se confrontem. No aspecto do tratamento das fontes, procedemos ao levantamento destas segundo amostras significativas - no caso das entrevistas, nosso critério é a busca do diálogo com membros dos coletivos produtores das mídias analisadas, buscando formar um perfil dos meios e dos coletivos; e, igualmente, entrevistar leitores dos mesmos sites, procurando traçar um perfil destes, bem como obter informações sobre a efetiva repercussão, penetração social dos materiais e também o nível de envolvimento e

⁵⁷E que arriscar e cair no moralismo do discurso da consciência, na culpabilização dos indivíduos por supostamente “desejarem” as categorias mercantis – como se estes possuíssem alguma alternativa; ainda, há o perigo da depreciação da importância das lutas e movimentos sociais reais e imanentes ao sistema como momentos de uma crítica *potencialmente* transcendente através do tensionamento das contradições, a perda da dialética e noção dinâmica do processo como *contraditório* e mesmo corre-se o risco de cair em discursos ou nichos ainda mais conservadores e descomprometidos com a transformação social. Será que indivíduos que são explorados e sujeitados ao controle social realmente “*querem a mercadoria*”? Ou os trabalhadores seriam culpados por apenas reivindicar salários, redução de preços de alimentos e transportes, ou o fim de repressão e perseguições sociais e políticas, como se fosse possível a eles se isolar da sociedade e inaugurar um sistema não-mercantil em apenas uma empresa ou bairro?

participação dos leitores no próprio processo. Os documentos editoriais levantados são analisados de forma cruzada entre si, procurando convergências ou discrepâncias – bem como entre os periódicos. Da mesma forma, as entrevistas com produtores e leitores são analisadas e contrapostas umas às outras, procurando padrões ou divergências. A análise conjunta dos conteúdos dos perfis e formas apreendidos pelas entrevistas nos permite formar um quadro dos periódicos, no qual ainda se insere a análise dos documentos programáticos e cartas editoriais de base dos próprios coletivos como pano de fundo.

O tratamento teórico final de análise dos *resultados* (padrões e discrepâncias), obtidos pelo cruzamento das fontes, se confronta com as hipóteses propostas nas questões de pesquisa, respondendo a estas e nos permitindo ter um quadro mais preciso, e, assim, atingir os objetivos de investigação a que nos propomos, isto é, definir melhor qual é o papel estratégico destes meios como ferramentas educativas e de resistência e seu alcance social efetivo.

Como continuação de nossa pesquisa de mestrado, esta pesquisa não pretende dar respostas fechadas e conclusivas sobre os temas nela tratados; antes, ela pode abrir mais questões e possibilidades ricas de análise e investigação comprometida com a transformação social; bem como pretende lançar luz e ser útil de alguma forma aos lutadores sociais incansáveis e comprometidos com a emancipação da classe trabalhadora, e que não se percam ou contentem meramente com a gestão da crise ou reformas no sistema vigente. Não pretendemos gerar uma verdade teórica acabada, mas antes dar uma pequena contribuição para a construção de um saber, de uma verdade coletiva dos explorados. Ou como dissemos ao final do nosso trabalho anterior, “*Nada está escrito!*”.⁵⁸

⁵⁸Paulo Vergílio Marques DIAS. (op. Cit.). Capítulo XI, Páginas 179-186. A expressão é referência ao trecho do filme *Lawrence da Arábia*, onde Thomas E. Lawrence se confronta ao determinismo fatalista de um beduíno que alega que ele não deveria buscar outro beduíno perdido no deserto, pois o destino “*está escrito*”, respondendo “*nada está escrito!*”. Lawrence salvou o indivíduo e os beduínos, maravilhados, admitiram que realmente nada deveria estar escrito. Depois, em outro momento do filme, ante a execução do homem que Lawrence arriscou a vida para salvar, o mesmo beduíno diz que realmente aquilo “*estava escrito*” – uma sutil alusão à consciência dos indivíduos expressando assim seu momento histórico e sendo idêntica ao movimento da realidade. A consciência, assim, não antecede o movimento social (não é uma verdade *a priori* sobre uma “missão histórica” a ser introduzida de cima por um grupo doutrinário), nem é apenas posterior a este (mera reflexão *a posteriori* de uma consciência determinada), mas antes é o próprio movimento – ela avança e retrocede de acordo com as próprias condições de luta do movimento real.

Capítulo I – Economia Política das Redes Virtuais

1.1 - Luta de classes e lei do valor

Quando falamos de uma *lei do valor*, estamos a nos referir ao postulado central da teoria de Karl Marx: uma teoria das formas sociais, ou da constituição sócio-histórica de uma determinada configuração de organização social, a saber, a *Sociedade Produtora de Mercadorias*, ou *Modo de Produção baseado no Valor*, duas denominações precisas para a sociedade capitalista, muito utilizadas pelo pensamento de Robert Kurz (KURZ, 1992; KURZ, 2010).

Essencialmente, a *lei do valor* constitui uma lei de regulação da produção, trocas, consumo e circulação, ou, num sentido mais amplo, na lei fundamental da organização social capitalista. O *valor*, enquanto categoria histórica específica do capitalismo, é a média social dos tempos de trabalho necessários à produção de um determinado bem ou mercadoria na totalidade da sociedade. É uma *média social* e nunca uma substância natural ou metafísica. Constitui a *resultante* ou produto da interação do processo de produção de inúmeras *Unidades Particulares de Produção* (BERNARDO, 1991) da sociedade, produzindo uma força social coletiva que funciona como um nível regulador sobre o qual ocorre a oscilação dos preços.

O *valor-trabalho* não é diretamente visível ou mensurável, por se tratar de uma *média social* de produtividade, o que possibilitou, inclusive, a negação da sua própria existência ou a formação de fortes polêmicas na constituição de outras teorias regulatórias⁵⁹. O caráter polêmico da teoria marxiana do valor-trabalho decorre de duas razões precisas. Primeiramente, admitir que o tempo de trabalho seja a substância social do valor implica assumir que o sistema é fundamentado na exploração de classes – o que significa subverter a ciência da *Economia Política* - o que não possibilitaria o uso da teoria instrumentalmente para administração do sistema, mas sim para sua superação ou tomada política de posição em favor dos explorados. Em segundo lugar, tal pressuposto teórico também implica que as transformações na produtividade e a consequente elevação da composição orgânica e tecnológica do capital podem levá-lo a crises cíclicas e a limites

⁵⁹Por exemplo, as teorias das escolas marginalistas, neoclássicas e da Escola Austríaca, cabendo citar Carl Menger, Eugen von Bohm-Bawerk e Ludwig Von Mises, entre outros expoentes. A principal divergência constituiria na negação de que o valor seja formado na esfera da produção, atribuindo-se teorias que o derivam da taxa de utilização da mercadoria e do comportamento dos indivíduos na ação econômica, remetendo-o para a esfera da circulação.

lógicos postos pelo estreitamento da base de valorização, o que implica na finitude histórica e no caráter não-natural e transitório da sociedade capitalista.⁶⁰

Se o *valor* é o produto da interação de diversas unidades de produção e se sua substância é a pluralidade de atividades do fazer humano convertidas socialmente na forma de *trabalho* enquanto generalidade abstrata, homogênea e mensurável, resultaria que é da concorrência entre as unidades de produção que se estabelece esta média social; entretanto, as *unidades de produção particularizadas* competem justamente pela redução de custos e aumento da produtividade, o que significa dizer que competem pela maior eficácia na produção e realização da mais-valia. Em outras palavras, competem pela maior eficácia na exploração da força de trabalho. A exploração do trabalho, assim, surge como o motor real oculto por detrás da aparência fetichista da concorrência dos mercados.

Desta forma, temos, para além deste invólucro fetichista, que a substância real do processo de valorização é o trabalho explorado, ou em termos mais precisos, o produto resultante dos conflitos sociais, da luta de classes. A opressão política, consubstanciada a partir da organização científica e administrativa do trabalho, torna-se pré-requisito e base de efetivação da apropriação do *tempo de trabalho excedente* (não-pago) ao *tempo de trabalho necessário* (parte reincorporada ao trabalhador enquanto pagamento). Portanto, os conflitos sociais e não a concorrência ou o progresso tecnológico, são a base para o estabelecimento da *lei do valor*. Assim, esta não se apresenta como uma lei do *equilíbrio* capitalista, mas como uma lei da sua *instabilidade permanente* – justamente porque as relações de poder entre classes sociais são instáveis. A teoria marxiana do valor não seria, neste viés, entendida como uma teoria do equilíbrio econômico, nem tampouco teoria do desenvolvimento econômico, por mais que tenha sido assim interpretada e apropriada pelas classes burocráticas e gestoriais dos regimes do socialismo real durante o século XX e por muitas esquerdas partidárias organizadas ao redor da estratégia de conquista dos postos de gestão estatal e econômica ou estratégias reformistas⁶¹ (KURZ, 2001) ainda

⁶⁰No fim, a mesma discussão sobre a religião, que tomou relevo na juventude de Marx, se prolonga aqui – trata-se do enfrentamento entre as visões que atribuem à realidade uma determinação eterna, supra-histórica, natural e imutável; e a visão que aponta para o caráter social, político e transitório das formas de organização social. O debate apenas passou do objeto da religião (relevante na discussão da crítica burguesa aos restos de feudalismo e ao Antigo Regime) para formas laicizadas, no qual a moderna forma de dominação do fetichismo econômico assume o lugar da religião, como uma forma de “teologia secularizada”, de base racional e materialista, que se apresenta como lei natural ou atribui uma naturalidade às características da sociedade mercantil.

⁶¹Ver o texto introdutório *As Leituras de Marx no século XXI*, in Robert KURZ. **Marx Lesen**. Frankfurt am Main: Eichborn, 2001. Kurz diferencia as leituras “exotéricas” (desenvolvimentistas), das “esotéricas” (de crítica radical das categorias mercantis). Entretanto, ele remete a luta de classes para o campo das leituras exotéricas, o que não fazemos em nosso viés de análise, que considera que as categorias mercantis são indissociáveis dos conflitos sociais.

populares nos dias atuais. É, em nosso viés de análise, uma teoria dos conflitos sociais e da instabilidade estrutural capitalista, uma teoria da crise – seja dos mecanismos de crise de valorização derivados das transformações tecnológicas sobre a *composição orgânica do capital* que reduzem a proporção do *capital variável* em relação ao *constante* e assim a base de valorização (KURZ, 1992; CLEAVER, 1981); seja nos processos de estancamento da produtividade possíveis de ocorrer como decorrência das lutas sociais e da crise das formas de organização do processo de trabalho (BERNARDO, 1991 e 1998; CLEAVER, 1981 e 1993; HOLLOWAY, 2003).

Nada, portanto, seria mais fundamental para nossa discussão sobre o emprego dos tempos livres e das tecnologias de rede para a formação e reorganização da classe trabalhadora, do que termos em mente que o processo de desenvolvimento capitalista é movido por conflitos sociais e uma permanente dialética de contestação e assimilação das lutas sociais pelo Capital (BERNARDO, 1991; BERNARDO, 1998, pág. 11-25).

Da mesma forma como na exposição da economia política marxiana as categorias mercantis se desdobram sucessivamente, formando novas categorias mais complexas, as esferas ou camadas de socialização se desdobram e se sobrepõem formando o tecido social (DIAS, 2010). Utilizamos em nosso mestrado mesmo uma estranha metáfora que comparava esta sobreposição às camadas de uma cebola – cujo núcleo é encoberto por sucessivas camadas até a casca limpa e inodora; e na qual as camadas, quanto mais próximas do núcleo, mais odor e acidez exalavam (uma alusão à percepção cada vez mais evidente das relações de exploração e opressão sob as formas de aparência que as negam e revestem). De forma análoga, a sociabilidade capitalista se compõe fundamentalmente do núcleo situado na esfera da produção, a saber, das relações de trabalho, terreno direto da exploração e opressão. A esta esfera se sobrepõe a esfera da circulação, da troca no mercado, onde os indivíduos se apresentam como cidadãos iguais, livres e possuidores de mercadorias, proprietários. (MARX, 1985, pp. 79-85.) A esta esfera se sobreporiam ainda demais esferas jurídicas de regulação e normatização social, e esferas ligadas ao consumo, lazeres e ao *espetáculo* (DEBORD, 1997) em sua generalidade. Obviamente, tal metáfora ou imagem não passa de um recurso teórico de elucidação por nós adotado, não correspondendo à realidade de forma totalizante ou exata, uma vez que estes processos sociais passam por mediações complexas e sinuosas. O que aqui temos e salientamos é o desaparecimento das relações de exploração e opressão, ocultas por sucessivas camadas de sociabilidade que encobrem e negam as contradições de classe e o caráter político,

social e histórico das mesmas relações sociais. A análise de Marx sobre o *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1985, pp. 70-78.) demonstrou como a *forma-mercadoria* oculta por trás de si suas relações de produção, o trabalho e o *valor* – este último apresentado como propriedade natural ou meramente casual da mesma. Relações hierárquicas entre classes sociais, determinadas historicamente e de caráter político, são ocultadas ou negadas por uma aparência superficial e externa de naturalidade, neutralidade e a-historicidade. A forma-mercadoria não traz evidente o seu *valor*, embora sua análise pela *crítica da economia política* marxiana a “destrincha”, revelando as classes sociais e a luta entre as classes como seu núcleo constituinte e responsável pelo estabelecimento da substância do mesmo valor.

Aludimos acima à falsa aparência fetichista de que a *lei do valor* se estabelece pela concorrência ou por interações subjetivas de agentes no mercado. Admitir tal seria o equivalente a afirmar que a sociabilidade fundamental capitalista é dada ao redor do *mercado*⁶²; entretanto, à medida em que a análise do conteúdo das relações sociais revela ser o *trabalho* (esfera da produção) a base ou núcleo da sociabilidade capitalista, torna-se visível para nós que a *lei do valor* é estabelecida pela exploração, e que as *unidades particulares de produção* concorrem entre si pela eficácia do aumento da produtividade e da redução dos custos de produção, ou seja, pela sua eficácia em explorar o *capital variável*, a sua *força de trabalho*. O tempo de trabalho despendido na produção de uma mercadoria é *repartido* internamente entre o *tempo de trabalho necessário*, que é reincorporado à força de trabalho, e o *tempo de trabalho excedente*, que é incorporado pelo capital, na forma de *mais-valia* (BERNARDO, 1998, pp 7-8; BRUNO, 2011: 547-551).

A própria *administração científica* clássica⁶³ reconhecia ser a organização do processo de trabalho a base do constante aumento de produtividade que sustenta a

⁶²O que implicaria, consequentemente, no esvaziamento do caráter político das categorias mercantis, que seriam vistas como dados naturais, neutros e instrumentais, bem como na naturalização das relações sociais, que poderiam ser remetidas a uma suposta natureza humana de um *homo economicus* ou de uma forma de sujeito da concorrência dada *a priori*. A *economia política*, de expressão de uma relação social, passa a ter o caráter de uma verdade metafísica, quando se perde seu horizonte histórico e social. Não estaríamos aqui diante do estabelecimento de um discurso do *sujeito* e da *verdade* como dados apriorísticos, base para a constituição de um discurso de direção de consciência e fundamentação de um aparelho de governamentalidade? (FOUCAULT, 2010)

⁶³Nos referimos aqui principalmente às obras de Frederick Winslow Taylor, Henri Fayol e também às formulações de Henry Ford, como bases que constituíram o campo teórico da administração científica clássica. Taylor se dedicou exaustivamente à organização do próprio processo de trabalho no chão de fábrica, através da padronização dos gestos e instituição de uma gerência científica, ao passo que Fayol pensou a constituição da pirâmide da organização burocrática, no campo dos gestores. Ford por sua vez inseriu o mecanismo de esteira contínua ao sistema de Taylor, subordinando os gestos parcelares dos operários definidos pela gerência científica ao ritmo do maquinário. Esta base de autores, a nosso ver, constituiu toda a base da ciência administrativa; e mesmo sistemas posteriores, como o chamado

competição entre empresas e o desenvolvimento econômico nacional. Podemos vê-lo na forma como Frederick Taylor se preocupava em retirar dos trabalhadores o controle sobre o seu processo de trabalho e entregá-lo nas mãos de uma *gerência científica*. Taylor chegava a se referir ao comportamento dos trabalhadores como algo fundamentado na preguiça e vadiagem (vista como algo quase criminoso), com comentários que praticamente consideram o trabalhador um inimigo da administração (TAYLOR, 1970, pp. 32-36):

“Trabalhar menos, isto é, trabalhar deliberadamente devagar, de modo a evitar a realização de toda a tarefa diária, fazer cera, (...) é o que está generalizado nas indústrias e, principalmente, em grande escala nas empresas de construção. (...) A eliminação da cera, e das várias causas de trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo (...)”.

Os comentários de Taylor nesta obra, *Princípios de Administração Científica* (TAYLOR, 1970), consideram a vadiagem uma tendência natural dos trabalhadores e não seria exagero dizer que se afinariam muito bem com os diversos discursos de antropologia criminal em voga na mesma época. Taylor escrevia para engenheiros e administradores de indústrias e defendia a necessidade do controle social de forma clara e direta, sem maiores preocupações em revestir o discurso de aparências e tons ideológicos aceitáveis ou mais amenos⁶⁴. A ciência administrativa clássica ressaltou muito bem que o único elemento que não pode ser previsto com precisão é o *capital variável*, o *trabalho vivo*, a *força de trabalho* (MARX, 1985), por serem os próprios indivíduos imprevisíveis, tanto quanto seu comportamento, individual ou de grupo – daí a necessidade de um controle gerencial que os exproprie do controle sobre a própria atividade a todo momento.

Aqui caberia aludir ao *Poder Político* enquanto atributo básico presente em todas as sociedades humanas, fato analisado em pesquisas antropológicas por Pierre Clastres e

Toyotismo ou sistema de Ohno, não viriam a negar os postulados fundamentais da *administração científica*, mas antes aperfeiçoá-los em novos patamares de complexidade tecnológica, do processo de trabalho e dos conflitos sociais. A *administração científica* nos interessa fundamentalmente porque seus mecanismos de engenharia social de forma nenhuma se resumiram ao interior das empresas, constituindo antes formas de organização social que influenciam o próprio Estado, o entorno urbano das empresas e, em níveis maiores de desenvolvimento econômico, a própria organização da totalidade social enquanto uma imensa *Fábrica Social* (CLEAVER, 1981), compreendendo os lazeres e tempos livres dos trabalhadores.

⁶⁴ Entretanto, o mesmo autor, em sua mesma obra, concebia que o aumento da produtividade resultante da reorganização dos processos de trabalho permitiria o aumento dos salários dos trabalhadores (sempre, porém, inferior ao aumento da produtividade e dos lucros empresariais, é importante ressaltar), possibilitando a conversão destes em consumidores que se tornariam mais motivados e produtivos. Henry Ford levaria esta lógica ao extremo pensando a formação do consumo de massa. Nestes autores já se pode ver a configuração de uma *fábrica social* e da possibilidade do consumo tornar a força de trabalho ainda mais produtiva.

Lúcia Bruno (CLASTRES, 1988; BRUNO, 2009), o que se demonstra aqui na *autonomia* dos trabalhadores, fato reconhecido pela própria ciência da administração clássica e pelas gerências científicas. Harry Cleaver (CLEAVER, 1981) considera, de forma sistemática em todo seu raciocínio, a classe trabalhadora como uma potência política autônoma. É sobre este reconhecimento que as teorias que procuram *hetero-organizar* o processo de trabalho se estabeleceram.⁶⁵

Henri Fayol (1841-1925) foi mais longe do que Taylor, que se preocupava em organizar o processo de trabalho pela base, através da padronização dos procedimentos e ferramentas de trabalho pela constante atividade de medição e observação pela gerência científica. Fayol se preocupou principalmente com a constituição da hierarquia interna da empresa, ou seja, com a formação de uma camada de gestores (que derivava da forma da própria hierarquia militar) – porém sem nunca desconsiderar a importância da disciplina e qualificação dos trabalhadores da base da empresa. Seu objeto de estudo em sua obra *Administração Industrial e Geral* foi principalmente a constituição da hierarquia e do campo dos gestores, dos quais ele definiu com precisão os atributos e qualificações – que iam do predomínio da formação mais técnica na base da pirâmide ao predomínio do caráter político e visão política no topo da hierarquia. Sobre os trabalhadores, de forma análoga ele ressaltou a necessidade da qualificação técnica básica e do controle sobre estes, enfatizando o papel do consumo e acesso a serviços, em forma de pagamentos e também pagamentos em gênero – o que demonstra que ele também antevia a necessidade de um sistema mais amplo de ordenamento social, como Taylor e Ford. Ele ainda destacou as funções administrativas fundamentais: *previsão, organização, comando, coordenação e controle* – cabendo notar que as quatro últimas dizem respeito principalmente à força de trabalho e conseqüentemente, à organização do processo de trabalho; e a primeira (*previsão*) também dela se ocupa quando se considera as previsões de contratação e utilização da força de trabalho (FAYOL, 2007). Como podemos ver, a constituição da ciência administrativa clássica explicita de forma muito clara e concisa o caráter de luta de classes inerente à *lei do valor*.

⁶⁵O fato mais interessante de se ressaltar é que a autonomia política dos trabalhadores (BRUNO, 1985), ou a capacidade de auto-organização política da classe, é reconhecida pelos próprios gestores e administradores capitalistas, mas não pelas vanguardas políticas e representações operárias do marxismo burocrático durante o século XX. Da mesma forma, uma teoria do valor-trabalho, tão controversa entre economistas, aparece plenamente aceita em obras de teóricos da administração como podemos ver atualmente em Jean Pierre Marras (MARRAS, 2005).

1.2 - Exploração e Opressão - Economia e Política

Temos como base de nossa metodologia uma análise integrada de *conteúdos e formas* das relações sociais, conforme aludido na *Introdução* deste trabalho. Trata-se, resumidamente, de considerar a *unidade indissociável* entre *economia e política, exploração e opressão* (DIAS, 2010). Primeiramente, temos o fato mais do que evidente de que seria impossível a alguém explorar outrem ou a algum grupo social sem sobre ele aplicar certa dose de coerção ou opressão (BRUNO, 2009; CLASTRES, 1988; DIAS, 2010). De forma análoga, podemos dizer que ninguém trabalharia mais do que o necessário sem que sobre si se aplicasse certa coerção ou sujeição (não consideramos, obviamente, casos de acidentes ou catástrofes, imprevistos que possam temporariamente impor a um grupo social ou coletividade a necessidade de trabalhar mais, o que não deixa de ser também uma forma de sujeição, embora natural ou ocasional e de curta duração). Também é importante considerar que não faria sentido nenhum a alguém, ou a algum grupo, em oprimir outrem ou outros grupos simplesmente pela opressão, exercendo o poder pelo poder, sem obter com isso contrapartidas materiais. Por mais que acerca do exercício do poder se constituam representações simbólicas de prestígio e mesmo impressões fortes sobre a psicologia dos indivíduos que o exercem (representações sobre os egos), não faria sentido exercer a opressão política sem que isso conferisse privilégios⁶⁶. O fato crucial é que a exploração não é viável sem a opressão e que a opressão não existe *por si*, mas em função de viabilizar a exploração.⁶⁷ Exploração e

⁶⁶Ou seja, o exercício do poder político trata de uma questão **social**, de **função social**, e não de um problema moral da subjetividade dos indivíduos que o exercem. Poderíamos, de outra forma, incorrer no risco de proceder a modalidades de discurso moral que naturalizam as relações sociais, remetendo a uma culpabilização de indivíduos ou a posições extremamente acríicas e conservadoras decorrentes de tal. Trataria-se de perder todo o horizonte de historicidade de tais relações sociais e, com isso, qualquer perspectiva de crítica e ação social transformadora.

⁶⁷Donde, portanto, não nos parece correto e nem adequado metodologicamente proceder a uma leitura que autonomize a questão do poder da questão da exploração. O poder político separado não trata apenas de questões de discurso, nem meramente de *direção de consciência* ou relação de *pastorado* (FOUCAULT, 2010); o aparelho de *governamentalidade* deve ser entendido como estrutura de exploração e espoliação através da dominação. De outra forma, perdem-se os sujeitos da ação social e se incorre em uma leitura objetivista e sem sujeito das relações sociais, que de certa forma corre o risco de uma fetichização das mesmas ou em projetar às relações de poder político hierarquizado e separado um caráter supra-histórico. Essa seria uma apropriação ou possível leitura acerca das obras de Foucault (FOUCAULT, 2010) que, entretanto, fez exaustivos esforços por demonstrar a origem e formação de tais relações. Este foi leitor exaustivo de Marx, ao lado de Nietzsche, Freud e outros, sabendo perfeitamente que a constituição de uma sociedade disciplinar estava fortemente ligada a um aparelho de produção material. A mesma tendência de leitura que autonomiza as relações de poder e perde de vista as questões de classes sociais pode ocorrer sobre as obras de Hakim Bey (BEY, 2008; BEY, 2010), autor extremamente popular nos movimentos antiglobalização e novos movimentos sociais. Podem emergir, assim, modalidades de leituras que sejam absorvidas pelo próprio discurso multiculturalista e se resumam a questões de conflitos por imposição de identidades – o próprio zapatismo mexicano não escapou de ser apropriado desta maneira por muitos, embora se trate fundamentalmente de luta pela posse da terra como meio de produção (VINICIUS, 2009). Entretanto, a descrição das *Zonas Autônomas (temporárias, sazonais e permanentes)*, na teoria de Bey, pode perfeitamente ser entendida como uma teoria que descreve as modalidades de

opressão, assim, andam juntas e não podem ser separadas, determinando-se reciprocamente.

Igualmente, temos como fato fundamental do estabelecimento da sociedade capitalista a separação entre produtor e meios de produção, a acumulação por espoliação, conhecida como *acumulação primitiva* (MARX, 1985). Somente separando o produtor dos seus meios de produção é que se tornou possível obrigar ao primeiro a vender a sua *força de trabalho* (capacidade de trabalho) em um sistema de exploração pela troca desigual, por privá-lo de qualquer autonomia ou condição de subsistência alternativa. De forma análoga, historicamente, tornaram-se necessárias as sucessivas intervenções do aparelho de Estado através de golpes, ditaduras e medidas autoritárias sempre que se tratava de restabelecer o controle social para viabilizar a normalidade da exploração da força de trabalho (CLEAVER, 1981) e recompor a valorização capitalista (fundamentalmente, mantendo e aprofundando a referida separação em novos patamares). Isto inclui as formas de acumulação por espoliação (das guerras predatórias aos despejos imobiliários e reintegrações de posse, ou reformas de austeridade e cortes de gastos sociais e direitos). Ainda, podemos incluir neste processo toda a série de necessárias e cíclicas *reorganizações do processo de trabalho*, toda vez que a exploração queda inviabilizada pelo aumento da organização da classe trabalhadora (especialmente o aumento do controle por esta sobre o próprio processo de trabalho e novas tecnologias) e da resistência social – que ajuda a compreender a formação do *taylorismo-fordismo* no início do século XX, bem como a reestruturação produtiva chamada por muitos de “*toyotista*” após a década de 1970 (embora se trate de um complexo de modalidades das quais a metodologia de Ohno se tornou a mais famosa) – conforme demonstrou Bernardo (BERNARDO, 1998; 2004). A unidade de exploração e opressão é um fato que foi analisado exaustivamente pelo pensador João Bernardo (BERNARDO, 1991; 1998; 2004), bem como é um postulado central das teorias de Harry Cleaver (CLEAVER, 1981), que considera *mais-valia* e *trabalho abstrato* enquanto sinônimos de *controle social*; igualmente Robert Kurz e seus colaboradores teóricos consideraram a própria categoria *trabalho* como sinônimo de sujeição social (KURZ, 1992; KRISIS, 1999). Em nosso trabalho de mestrado desenvolvemos uma extensa e exaustiva análise que

emergência e dinâmica das próprias lutas autônomas do proletariado – e o próprio autor demonstra não ignorar o marxismo dos conselhos operários (BEY, 2010). O próprio Robert Kurz, embora considere a luta de classes parte do próprio movimento fetichista da valorização do capital, ressalta que não se trata de dominação discursiva, mas de estruturas econômicas e materiais integradas em uma lógica destrutiva (KURZ, 2010).

procurava demonstrar tal unidade entre *economia* e *política* (DIAS, 2010) – e que aqui é retomada com a incorporação de novos termos e análises (como produto da evolução de nossa própria pesquisa e reflexão). O próprio termo “*economia política*” implica esta unidade entre exploração e opressão, característica basilar da sociedade capitalista.

Assim como situamos a base da *lei do valor* nas relações de trabalho, na exploração e não na esfera superficial do mercado (onde o *valor* produzido por estas relações se realiza), torna-se imprescindível e estratégico para nossa análise considerar o caráter político da *divisão do trabalho*, da *organização do trabalho* e da *composição* da classe trabalhadora, como elementos sem os quais não podemos compreender a luta pelo emprego do tempo entre as tentativas capitalistas de organização dos consumos e tempos livres e as tentativas de reorganização da classe trabalhadora através dos usos autônomos do tempo – justamente onde nosso objeto de pesquisa se situa.

1.3 - O caráter político das categorias

A teoria marxiana do valor nos oferece ferramentas conceituais extremamente importantes para uma leitura integrada dos processos de exploração e opressão. Marx inicia o livro primeiro de *O Capital* (MARX, 1985) com a análise da *forma-mercadoria*, justamente porque ela constitui o cerne da organização social capitalista. Harry Cleaver (CLEAVER, 1981), Jean Barrot (BARROT e MARTIN, 1972) e Robert Kurz (KURZ, 1992) insistiram muito neste viés em suas análises, pois as consequências políticas das leituras da *crítica da economia política* são bastante diversas segundo as perspectivas adotadas. Robert Kurz (KURZ, 2001) identificou as chamadas leituras do “*Marxismo Exotérico*”, como sendo aquelas que privilegiavam a crítica da distribuição da riqueza social, praticamente naturalizando a lei do valor e a produção de mercadorias, criticando a insuficiente modernização da produção e das forças produtivas – frequentemente derivando em críticas do subdesenvolvimento econômico nos países periféricos do sistema e resultando em programas políticos de *modernização retardatária* ou *recuperadora* (KURZ, 1992) adotados pelas esquerdas e movimento operário dos mesmos, em suma, em programas de nacional-desenvolvimentismo através do *primado da política* (KURZ, 1994) estatal em *economias de comando* (KURZ, 1992), com forte

viés distributivo. Tal enfoque, segundo o autor, se deveria à sua existência dentro da própria obra marxiana, fato a partir do qual ele tece uma teoria do “*Duplo Marx*” (ver KURZ, 2001). Haveria, segundo Kurz, o Marx *crítico radical* da produção de mercadorias - da *forma-mercadoria*, do *valor*, do *dinheiro*, do *trabalho* (este entendido enquanto *forma social* de atividade humana separada, homogênea, abstraída e oposta ao tempo livre⁶⁸), *Estado e capital* - como cerne de uma teoria crítica dos fetichismos, da inconsciência humana sobre a própria produção e as relações sociais, pela qual o homem não teria ultrapassado ainda a *Pré-história* (Ver o famoso *Prefácio*, em MARX, 1982). Esta seria a leitura “*Esotérica*” (ou *interna*) de Marx. Porém, Marx também vivia em sua época a contradição de um capitalismo ainda pouco desenvolvido em uma Europa continental que ainda se revolia em lutas contra as velhas aristocracias feudais residuais e resíduos de formas de dominação e organização social pré-capitalistas, segundo Kurz (KURZ, 2001; 1992) ressalta. Logo, sua teoria incorporava demandas de modernização social burguesa propostas como tarefas do jovem movimento operário, como se pode ver claramente no programa de medidas advogadas pelo *Manifesto Comunista* (MARX, 2007). Uma análise minuciosa demonstra que a maioria daquelas medidas constituía um programa de aceleração da acumulação capitalista sob comando estatal, que Marx teria criticado depois em um novo *Prefácio* ao *Manifesto*, após a Comuna de Paris. Para Kurz, esta leitura “*exotérica*” (ou *externa*, *exterior*) teria funcionado como teoria e ideologia, para o movimento operário e partidos operários, de todo um processo de modernização capitalista, o que envolvia o reconhecimento jurídico da classe trabalhadora e todo o movimento que teria levado à constituição de regimes de *modernização recuperadora*

⁶⁸Kurz e seus colaboradores em toda sua produção teórica rejeitam sistematicamente a afirmação de que o trabalho constitui uma proto-forma do ser social ou possua natureza ontológica enquanto categoria. Isto não equivale, de forma nenhuma, a negar que o homem se auto-produz, conhece a si próprio e constitui a sociedade através da diversidade de suas atividades sociais de intercâmbio e metabolismo com a natureza; mas sim em negar que este processo se dê por intermédio de uma forma historicamente específica de atividade separada das demais e hierarquizada, a saber, o conceito de *trabalho*. Estes autores criticam radicalmente as diversas teorias que procuram fazer do trabalho uma constante supra-histórica fundadora da sociedade humana, fortemente presentes na esquerda do movimento operário tradicional. Segundo eles, isto significaria naturalizar um conceito de uma forma de atividade sujeitada e não-livre. John Holloway (HOLLOWAY, 2003) insiste que o trabalho é a ruptura do fluxo do fazer social, fluxo no qual o homem define a si mesmo. A análise antropológica permite constatar que nas sociedades comunais ditas “primitivas”, sequer existe a palavra *trabalho* (e entre sociedades indígenas brasileiras, sequer faria sentido falar em oposição entre “trabalho e tempo livre”, conceito que só surge após o contato com a civilização européia, e sempre associado a dor, sofrimento e imposição). O próprio Gonçalves Dias já constata este fato em seu dicionário anexo em Gonçalves DIAS. **Poesia Indianista**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. De toda forma, a ideologia do trabalho produziu na história da modernização capitalista grandes violências, indo desde as *workhouses* do século XVII-XVIII, aos *Gulags* stalinistas; e a frase “*arbeit macht frei*” (“o trabalho liberta”) estava presente na porta dos campos de concentração nazistas. A crítica da ideologia do trabalho também está presente no pensamento dos Situacionistas franceses, em especial na obra de Raoul Vaneigem (VANEIGEM, 2004). A partir desta explanação, deixamos claro que quando aludimos criticamente à categoria trabalho em alguns momentos da exposição desta pesquisa, de forma nenhuma estamos nos referindo à atividade humana e social criativa e produtiva e seu caráter socializante, mas a um conceito específico de atividade não-livre exaustivamente criticado por autores presentes em nossa análise. Uma crítica política das categorias mercantis inclui em si a análise da categoria trabalho, como podemos ver também em Cleaver (CLEAVER, 1981).

(KURZ, 1992) através de um *capitalismo estatal*, nos países do bloco socialista e em muitos países do conhecido Terceiro Mundo. Para o autor, esta vertente de leitura teria se esgotado com a globalização do capital e a instalação de uma crise estrutural do mesmo processo de modernização e do próprio *sistema produtor de mercadorias*, dilema que possibilitaria então a procura pelo “*Marx esotérico*”, o da crítica radical das relações capitalistas e da própria modernização, ao passo que a outra leitura teria derivado em impulsionar o próprio desenvolvimento capitalista através das burocracias e camadas gestoriais constituídas em *economias de comando*. Esta segunda interpretação da *crítica da economia política* faz a crítica do próprio desenvolvimento capitalista, questionando o *sistema produtor de mercadorias*, bem como a própria existência do dinheiro, do trabalho abstrato, da lei do valor e do domínio da forma-mercadoria sobre a produção, implicando também em proposições políticas *antiestatais* (KURZ,1992; KRISIS,1999).

De forma análoga, Harry Cleaver apontou a possibilidade de leituras divergentes de Marx, classificando-as em *leituras econômicas, filosóficas e políticas* (CLEAVER, 1981). Estas três modalidades, por sua vez, dividir-se-iam também em *leituras ideológicas e leituras estratégicas*. Finalmente, todas as leituras de Marx seriam também cindidas entre as que se colocam sob a *perspectiva do capital* e as que se colocam na *perspectiva da classe operária*. Segundo Cleaver, tanto as leituras econômicas quanto as filosóficas, bem como as de corte ideológico, colocaram-se na *perspectiva do capital*, por considerá-lo como uma força social de dominação total, fechada e unilateral, desconsiderando a autonomia da classe operária (o *poder político* enquanto atributo da sociedade se manifestando nas lutas sociais)⁶⁹. Este campo de leituras acabou sendo amplamente veiculado pelo marxismo das socialdemocracias e pelo marxismo ortodoxo,

⁶⁹ E nesta perspectiva se inserem as leituras dos alemães das revistas Krisis e EXIT! também, por considerar a dominação capitalista um processo objetivo, absolutamente cego, mecânico, inconsciente, total e fechado, tendo como único sujeito do processo o próprio capital apenas em seu momento enquanto sujeito automático, desconsiderando os diversos momentos de autonomia das lutas operárias. Para estes autores, as lutas operárias nunca passaram de lutas pela modernização do próprio capitalismo, desconsiderando o duplo caráter do proletariado e da própria luta de classes. A revolução russa foi entendida apenas como uma revolução de modernização burguesa levada a cabo por uma ditadura do partido bolchevique (KURZ, 1992), desconsiderando que esta mesma ditadura e o *capitalismo de estado* dela resultante necessitaram de uma violenta repressão e destruição de todas as organizações e relações sociais autônomas gestadas pelos operários e camponeses no processo. A Revolução Russa, dentre muitas insurreições, revoltas e revoluções, foi uma perfeita expressão deste processo contraditório e de dupla existência das lutas – tanto na forma da autogestão operária e camponesa, quanto na existência do campo dos gestores de esquerda com o projeto de modernização mercantil e burocrática. Uma forma, para se impor, teve necessariamente de aniquilar a outra. Para maiores informações sobre a duplicidade das lutas e revoluções, ver Barrot (1997), Bernardo (1983; 1991; 2010), Bordiga (1952), Brinton (1975), Bruno (1985; 1986), Caribé (2006), Ciliga (s/referencias), Cleaver (1981), Cunha (2009), Debord (1997), Dias (2008; 2010), Gorter (1920), Holloway (2003; 2009), Makhaisky (1979), Mattick e Lewin e Furth (1976) Michels (1982), Orwell (2006), Pannekoek (1936; 1974; 1977; 2009), Rocker (2007), Ronan (2009), Sayer e Corrigan (s/data, acesso em 2007), Solidarity (2008), Tragtenberg (1998; 1981; 2004; 2007), Vaneigem (2004), Varios Autores (1978), Zibechi (2008).

funcionando como ideologia e teoria da modernização em formas de capitalismo estatais, bem como enquanto ideologias de suporte para novas classes dominantes burocráticas (uma tecnocracia de gestores) que administravam a economia de forma planejada. Este viés de leituras foi vitorioso em inúmeras revoluções, especialmente a partir da Russa de 1917, e hegemônico sempre após o esmagamento do movimento operário autônomo e de suas teorias heterodoxas (ROCKER, 2007; TRAGTENBERG, 1998; 1981; 2004; 2007), resultando na reconstituição de uma dominação e exploração efetuadas pela burocracia.

De outro lado, segundo Cleaver (CLEAVER, 1981), temos as *Leituras Políticas* de *O Capital* e da *crítica da economia política* de Marx. A diferença fundamental seria que nas leituras *ideológicas* e *econômicas*, efetuadas sob a perspectiva do Capital, além de se considerar a dominação um processo fechado e unilateral, as categorias basilares da socialização capitalista teriam sido fetichizadas e naturalizadas, consideradas como elementos neutros e instrumentais, passíveis de serem administradas e geridas objetivamente e instrumentalmente. Em outras palavras, seria válida a crítica que Marx fez a Proudhon (MARX, 1985) também sobre estas leituras, uma vez que se tenta constituir um sistema novo sobre a mesma estrutura produtiva e de relações sociais fundamental da sociedade capitalista; um socialismo, porém baseado na lei do valor e na produção de mercadorias. Cleaver advoga abertamente em toda a sua obra, especialmente em *Leitura Política de O Capital* (CLEAVER, 1981) que a constituição de uma sociedade pós-capitalista emancipada passaria obrigatoriamente pela supressão do dinheiro e da produção de mercadorias, do valor enquanto medida social, do Estado e do próprio trabalho enquanto *abstração social*, chegando às mesmas conclusões que Robert Kurz, embora com um viés de análise classista, ao passo que o primeiro autor o fez sob uma leitura mais ortodoxa, suprimindo a luta de classes de sua análise e se concentrando na crítica da lógica da produção dominada pela forma-mercadoria.

Esta mesma dicotomia foi percebida e ecoa pela obra de Guy Debord, *A Sociedade do Espetáculo* (DEBORD, 1997), publicada em 1967, onde o autor contrapõe claramente a leitura crítica radical da forma-mercadoria, do salário e Estado, às leituras das burocracias totalitárias dos regimes socialistas de Estado, para ele também considerados capitalistas, chegando a afirmar que “A teoria revolucionária é agora inimiga de toda ideologia revolucionária, e sabe que o é.” (DEBORD, 1997, p.86). Fica neste aforismo muito evidente a contraposição feita entre uma teoria crítica que nega radicalmente as condições e estruturas sociais existentes, em relação às *imagens* ideológicas de revolução

que sustentam projetos de modernização e os estratos gestoriais que os defendem. O mesmo enfoque, encontramos nos textos de Jean Barrot, como em *Eclipse e Reemergência do Movimento Comunista* (BARROT e MARTIN, 1972), no qual, em uma forma de exposição bastante popular, o autor descreve cuidadosamente (de uma forma didática e original, mas sem perder o rigor categorial) a teoria marxiana do valor e da forma-mercadoria, afirmando que a luta de classes teria por objetivo final a *comunização* da sociedade, através da abolição da produção mercantil e do Estado, constituindo grandes redes de produção e consumo autônomos e diretamente interligados (sem a mediação do dinheiro). Ao final desta obra, o autor comenta criticamente as leituras de muitos anarquistas, leninistas e trotskistas, bem como dos comunistas de conselhos acerca do assunto, afirmando que possuiriam em comum a desconsideração da estrutura lógica da produção de mercadorias, enfocando-se apenas na problemática da gestão (para ele, os conselhistas seriam os que teriam mais se aproximado da questão). O problema fundamental para Barrot seria: “*gerir o que?*” (BARROT, 1972), e o autor considera que a perspectiva posta em questão (mercantilização ou comunização da produção) seria o fator determinante das formas de organização adotadas nas lutas. Se as lutas operárias são lutas contra a exploração, de desmercantilização e anticapitalistas, elas devem como consequência assumir formas horizontais; os projetos de modernização, industrialização e acumulação capitalista derivariam em burocracias dentro do movimento operário e depois em burocracias no poder. Ele insiste, portanto, na unidade indissociável entre formas e conteúdos das lutas – poderia parecer que defende que o programa de desmercantilização antecederia o movimento real, mas ele afirma que o papel da teoria seria ajudar o movimento social a compreender aquilo que ele já está a fazer e o que se seguirá como consequência. Obviamente, por se tratar de um autor autonomista radicalmente antiestatista, ele aponta o fato com considerações diferentes sobre cada leitura, chegando a ser elogioso aos conselhistas, poupando-se de criticar politicamente os anarquistas, embora teça críticas agressivas ao pensamento de Trotsky e ao leninismo. A abordagem de Barrot afirma, como já aludimos, que a questão da gestão estaria estruturalmente subordinada à estrutura lógica do sistema. Ele desdobra as formas de dominação burocráticas e a própria constituição das classes sociais da *forma-mercadoria* e das demais categorias mercantis que Marx descreveu em *O Capital*, efetuando afinal uma leitura *antiestatal* e *antimercantil* da *crítica da economia política* e que aposta na autonomia operária enquanto força capaz de proceder à desmercantilização da sociedade. É possível criticar o autor por um possível apriorismo (crença na inevitabilidade de uma

revolução) e otimismo exagerado em relação à evolução das lutas sociais; entretanto, ele expõe a questão da luta de classes de forma a afirmar o seu caráter de conflito pelos empregos ou usos antagônicos do tempo e a autonomia política das classes e lutas sociais.

O pensador autonomista português João Bernardo, em sua extensa obra, abordou a questão das leituras possíveis de Marx. Ele situa a existência de dois marxismos, o *marxismo das forças produtivas* como uma ideologia da classe dos gestores e que sustenta formas de dominação burocráticas baseadas na gestão planejada do sistema capitalista; contrapõe a isso o *marxismo das relações sociais*, baseado na crítica da categoria mais-valia e das relações de trabalho (BERNARDO, 1991; 1975), de forma a aprimorar a leitura efetuada pelos marxistas conselhistas e autonomistas, sob uma perspectiva do movimento operário. Diferentemente dos autores que acima citamos, Bernardo concentra sua crítica na categoria *mais-valia* (os demais tinham como eixo axial a categoria *valor*), fazendo uma leitura da reprodução sistêmica que permite entender de forma dinâmica a própria reprodução do valor a partir da perspectiva de uma economia fundamentada nos conflitos sociais (BERNARDO, 1991); incorpora ainda a importante análise da composição das classes sociais através da pesquisa de campo sobre a organização do processo de trabalho e da própria classe trabalhadora (BERNARDO, 2004), além de uma inovadora abordagem que considera a classe capitalista como sendo composta de dois setores – burguesia (proprietários privados do capital) e gestores (proprietários coletivos do capital) (BERNARDO, 1991; 1998).

Lúcia Bruno, teórica autonomista do movimento operário, enfocou sua leitura do processo capitalista em uma teoria das lutas sociais (BRUNO, 1985), com especial enfoque ao estudo da organização científica do trabalho, da composição da classe trabalhadora, das lutas autônomas e do processo de produção da mais-valia, com especial ênfase no impacto sobre a qualificação dos futuros trabalhadores (BRUNO, 1996), análise que rende toda uma série de férteis possibilidades de pesquisa na área educacional. Sua pesquisa se estendeu, além do mais, a uma teoria da constituição do *poder político* separado e acerca do político e do poder político enquanto atributos das sociedades humanas (BRUNO, 2009) como elemento fundamental que viabiliza nossa análise sobre o caráter político das categorias econômicas, bem como do processo da própria luta de classes. Sem uma teoria do poder político, com forte embasamento de pesquisa

antropológica, não faria sentido se falar em uma autonomia das lutas operárias.⁷⁰ A pesquisa de Bruno, entretanto, nos fornece uma forte fundamentação a partir do estudo dos clássicos da antropologia e da ciência política, que permite a demonstração justamente da possibilidade de constituição de novas relações sociais a partir do momento em que as lutas sociais rompem os limites postos pelas ordenações sociais produtivas e burocráticas, constituindo-se como lutas autônomas.

Outros autores citam em um ponto ou outro algumas teorias de leitura estrutural do capital – é o caso de Hakim Bey (BEY, 2010; 2008), por exemplo, que demonstra conhecer a *crítica da economia política*, as teorias marxianas sobre a forma-mercadoria e fetichismo, e as teorias situacionistas acerca do *Espetáculo*, mas sem tê-las como foco principal – Bey é um autor bastante heterodoxo, embora muitas vezes criticado por um suposto ecletismo sem eixo central ou por uma possível apologia da ação pautada no individualismo ou em formas de anarquismo de estilo de vida⁷¹. Tais críticas se fundamentam em leituras fragmentárias de sua obra, que é bastante extensa e fragmentada e organizada em torno de uma problemática bem mais profunda do que aparenta. Bey (na verdade pseudônimo adotado por Peter Lamborn Wilson, historiador das heresias religiosas, do sufismo e dos movimentos de marginalizados sociais) concentra sua preocupação no estudo e descrição da dinâmica de constituição de relações sociais e formas de organização social autônomas em relação aos sistemas dominantes de poder – suas análises vão desde as utopias piratas às ordens heréticas dentro do sufismo e taoísmo, passando pelos falanstérios libertários, pelos conselhos operários e chegando às *raves*, à pirataria eletrônica e aos novos movimentos urbanos. Sua teoria pode ser lida como uma

⁷⁰O que é justamente a afirmação axial na leitura ortodoxa dos alemães das revistas *Krisis* e *EXIT!* e de muitos exegetas desta vertente, de que a classe trabalhadora existiria apenas enquanto momento “do” e constituído pelo próprio capital e que suas lutas se reduziriam apenas ao automovimento do capital. A crítica ao sistema, portanto, nesta visão apenas poderia ser uma crítica auto-referencial baseada nos limites lógicos postos pela própria crise, e a contraposição a qualquer elemento “externo” seria taxada de *metafísica* e fetichização. Tal crítica dos alemães seria correta se aplicada ao discurso que constitui uma missão histórica ou um messianismo aplicado à classe trabalhadora (discurso carregado também de teor moral e da ideologia do trabalho presente nas diversas ortodoxias que historicamente se constituíram enquanto ideologias do movimento operário), entendida como classe dada a partir de uma forma social apriorística e eterna, enquanto naturalização da categoria trabalho (abstração do fazer social). Mas aqui não se trata disto, mas justamente da luta de classes enquanto luta negativa, que transborda os limites postos pelo capital e que nega a própria condição de classe (ver HOLLOWAY, 2003 e CUNHA, 2009). Neste aspecto, a própria luta pode colocar as relações sociais capitalistas em crise na medida em que estanca a produtividade e coloca barreiras à valorização (BERNARDO, 1991). Neste aspecto, não faria nenhum sentido considerar processos que colocam limites e barreiras à produtividade, ao próprio processo de valorização e de acumulação de serem processos de modernização capitalistas. Se em certo momento as lutas sociais contribuem para a modernização capitalista, é somente na medida em que as formas de luta são destruídas pela repressão, ou recuperadas e assimiladas pelo próprio capital (BERNARDO, 1998); mas tão logo sejam recuperadas, deixam de ser lutas autônomas e anticapitalistas.

⁷¹Por exemplo a crítica feita por Murray Bookchin (1921-2006) a Bey em *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism* (1995) AK Press; Stirling. Bookchin tornou-se inimigo teórico das concepções de Bey, embora mantivessem forte amizade pessoal e fossem companheiros de boemia. (ver mais informações em <http://pt-br.prototype.wikia.com/wiki/Murray_Bookchin>)

contribuição bastante rica para o entendimento do processo e dinâmica da luta de classes, o que demonstra ecos do situacionismo e do conselhismo (DEBORD, 1997; VANEIGEM, 2004). Entretanto, se a leitura se torna desvinculada da crítica categorial das formas mercantis, ela incorre no risco de interpretações que a reduzem realmente a aspectos de discurso ou culturais desvinculados do processo de luta de classes.

Podemos dizer que do todo destas leituras radicais, poderíamos fazer uma divisão de perspectivas que as separa por sua vez em dois grandes blocos. O primeiro seria o dos alemães das revistas *EXIT!* e *Krisis*, como Robert Kurz, Anselm Jappe e Norbert Trenkle, que sob forte influência da escola de Frankfurt, concentram sua crítica na lógica sistêmica, na racionalidade econômica e na constituição da forma do sujeito mercantil moderno, tendo como eixo o processo de crise, excluindo, entretanto, a perspectiva das classes sociais, que consideram como imanente ao sistema. De outro lado, temos a perspectiva de análise dos autores autonomistas, envolvendo desde os autores do *comunismo de conselhos*, já aludidos, às obras de Harry Cleaver, João Bernardo, Jean Barrot, Lúcia Bruno, dentre outros pensadores, que fazem uma crítica radical e estrutural do processo tendo como eixo a luta de classes. Outras leituras críticas da estrutura do capitalismo procedem a uma maior ou menor radicalidade na crítica das categorias mercantis, ou ficam entre uma leitura radical e uma mais ortodoxa, como é o caso de István Meszàros (MESZÀROS, 2002). Já as obras de Guy Debord e dos Situacionistas podem ser aproximadas em alguns aspectos ao campo dos autonomistas, que também inclui pensadores importantes como Tronti (TRONTI, 1971; 1973) e Negri (NEGRI, 1979), inseridos na rica produção dos autonomistas italianos. Porém, encontramos a influência de Lukács e da teoria do fetichismo também sobre o pensamento Situacionista.

De uma forma resumida, podemos dizer que temos em toda uma miríade de autores uma leitura da *crítica da economia política* que procede à crítica das formas categoriais da socialização capitalista, não as considerando formas neutras, mas antes, categorias políticas que expressam relações de exploração e opressão⁷². Não se trata de uma mera crítica superficial da desigualdade social, ou da injusta distribuição de renda, ou ausência de direitos sociais, nem restrita ao problema da corrupção dos aparelhos políticos do Estado Restrito, mas de uma crítica da própria existência das classes, do

⁷²Se a obra teórica de Kurz e seus colaboradores por um lado exclui a análise da luta de classes, de forma nenhuma ela nega o caráter político e histórico das categorias, nem tampouco atribui a estas e à tecnologia um caráter de neutralidade. Neste aspecto a crítica destes autores foi radicalizada e incisiva, constituindo uma contribuição bastante importante para nosso pensamento.

dinheiro, renda e troca de mercadorias, do próprio sistema que utiliza ordenações jurídicas e mesmo direitos sociais como mecanismos de integração da classe trabalhadora, e no qual a corrupção e injusta distribuição de renda podem ser analisadas como características sistêmicas presentes na racionalidade mercantil, sendo, entretanto, um problema subordinado e derivado do problema maior da exploração do trabalho e da irracionalidade de um sistema que tem sua produção dominada pela *forma-mercadoria* e pela valorização do valor enquanto um fim em si mesmo, reproduzindo as estruturas de classes. Como poderíamos analisar o nosso objeto de pesquisa – os periódicos e espaços eletrônicos de divulgação e reflexão sobre as lutas sociais – sem inserir e analisar o campo que analisamos, a saber, a rede mundial de computadores, dentro das *condições gerais de produção do capital*? Como poderíamos compreender o conflito sobre as formas de emprego do tempo nestes espaços, sem uma compreensão estrutural da teoria do *valor*, do processo de extração da *mais-valia*, da forma como o *trabalho abstrato* se estabelece a partir da divisão do *trabalho útil* e da constituição do *consumo produtivo*? Como compreender o processo de *superficialização* e maquinização do pensamento gerado pelas redes e descrito por Nicholas Carr (CARR, 2011) sem uma análise que insira o mesmo dentro do contexto de um *sistema produtor de mercadorias*? Como poderíamos compreender a militarização da internet e o conflito pela posse do *ciberespaço*, conforme descrito por Julian Assange em *Cypherpunks* (ASSANGE, 2013), sem uma análise do processo de composição das classes sociais e sobre a constituição de uma *fábrica social*, dentro do atual panorama de reestruturação produtiva e emergência de novas formas de luta? Finalmente, como poderíamos entender as tentativas de coletivos de trabalhadores utilizarem espaços eletrônicos enquanto fóruns de discussão e possível autoformação, sem uma compreensão da própria dinâmica da luta de classes inerente ao processo da *economia política*?

1.4 - A forma-mercadoria como categoria política e suas implicações para a análise dos espaços eletrônicos nas redes.

Conforme já dissemos, não é uma contingência ou apenas um método de exposição a escolha feita por Marx em iniciar *O Capital* com a análise da forma-mercadoria: “*Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de*

mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria.” (MARX, 1985, p. 12). Antes, é o núcleo da teoria que está sendo exposto, embora não tenha sido considerado com a devida importância pelas leituras instrumentais gestoriais da *crítica da economia política* (que aludimos como *marxismo exotérico* ou *marxismo das forças produtivas*). Marx considera o capitalismo como a *sociedade dos produtores de mercadorias* (MARX, 1985), onde a mercadoria é sua *forma elementar*. Robert Kurz usou frequentemente a expressão *Sociedade Produtora de Mercadorias* (ou *Modo de produção baseado no Valor*) para ressaltar esta ênfase e sua importância conceitual (KURZ, 1992). Para nós é fundamental ter em mente esta análise, uma vez que a rede mundial de computadores, considerada enquanto *condição geral de produção do capital*, veicula esta relação social, a *forma-mercadoria*. Seja articulando as *unidades particulares de produção* que constituem etapas da mesma cadeia de produção que unifica subcontratantes, fornecedores e empresas montadoras de bens de consumo; seja funcionando enquanto instrumento de *organização do trabalho* (viabilizando o controle do processo produtivo e demais funções administrativas); ou como instrumento de coordenação da logística, transportes, circulação e distribuição de produtos; seja na forma de veículo de publicidade comercial e meio de compras e vendas; enquanto mecanismo de qualificação dos trabalhadores através dos lares organizados enquanto *consumo produtivo* (e também os cada vez mais frequentes cursos de *ensino à distância*); seja enquanto meio de controle político, social e veículo ideológico, em todos os casos se trata sempre de veicular a forma-mercadoria, desde sua produção até sua realização. A atual organização de toda a *fábrica social* tem na existência das redes de computadores uma condição vital de sua própria existência e funcionamento, por se tratar de elemento de articulação e coordenação. A paralisação das mesmas redes, devida a problemas técnicos ou por ataques de hackers sempre implica em perturbações do fluxo e ritmo da cadeia produtiva integrada. O ataque hacker se assemelharia ao que Jean Barrot definia como “Sabotagem e Interrupção da Linha” (BARROT e MARTIN, 1972). Assim sendo, este campo tecnológico fundamental, integrante das *condições gerais de produção* do capital pode ser analisado enquanto condição geral da produção de mercadorias, de veiculação da mesma produção, aparato tecnológico de base na atual fase do sistema. Em nossa *leitura política da crítica da economia política*, a forma-mercadoria nunca é entendida enquanto um simples objeto ou mera relação instrumental, sendo antes um processo social (CLEAVER, 1981) que expressa relações de poder político definidas.

a) *Definição da forma-mercadoria e implicações da análise da mesma.*

Em primeiro lugar, a mercadoria, ou *forma-mercadoria*, nunca é meramente um objeto, mas uma *relação social entre pessoas, mediada por coisas* (MARX, 1985, p. 70-78). A mercadoria, enquanto *unidade de uso e troca*, é um *processo social* e não um mero bem ou objeto externo (CLEAVER, 1981). É uma relação entre homens e, portanto, de caráter político, que toma um objeto por suporte material ou meio. Marx define como mercadoria o objeto que é produto de trabalho humano, que é produzido para consumo de outros (e não apenas de seu próprio produtor) e, principalmente, transferido a outros através da *troca*. Ainda, deve estar presente enquanto objeto e ter utilidade social. A forma-mercadoria capitalista consiste em um bem produzido desde o início *para a troca*, embora objetos ou atividades humanas possam não objetivar a troca, mas assumir a *forma-mercadoria* também, por um desvio – como os excedentes de bens produzidos para subsistência, trocados nas feiras medievais. Cabe também ressaltar que atividades e serviços (que, vale lembrar, sempre são dotados de materialidade) podem também ser mercadorias. A análise de Marx, na medida em que considera como condição básica posta da mercadoria a existência do *trabalho abstrato*, refere-se, portanto, especificamente à *forma-mercadoria* capitalista, produzida sob a égide da *lei do valor* e num sistema de exploração, não evidente no início de sua análise, mas descortinado, quando ele passa ao conceito de *mais-valia* como momento de produção de valor (MARX, 1985, p. 145). É imprescindível termos em mente a definição de *forma-mercadoria* quando tratamos de uma estrutura material de rede que articula diversas unidades de produção, sendo o próprio acesso a esta estrutura objeto de compra e venda.

b) *Valor de uso enquanto categoria-chave para a definição do caráter político das redes.*

A mercadoria possui dois atributos básicos, que expressam sua contradição interna e constituinte entre os seus aspectos ou momentos concretos (*sensíveis*) e os abstratos. Trata-se do *valor de uso* e do *valor de troca*, condicionando-se reciprocamente um ao

outro (MARX, 1985, p. 45-49). A categoria *valor de uso* refere-se à *utilidade* material e sensível do objeto em questão – a utilidade ou *finalidade* do bem produzido. Cabe aqui considerar duas questões importantes. Primeiramente, que esta *utilidade* é condicionada (e subordinada) na sociedade capitalista pelo *valor de troca* e pela *produção de valor*; segundo, que ela não é natural e nem neutra, mas antes, como Marx percebeu, os usos são condicionados historicamente e socialmente (MARX, op. Cit.); e como Harry Cleaver demonstrou, *uma mercadoria pode ter valores de uso diferentes para as diferentes classes sociais* (CLEAVER, 1981, p. 105-118). Por exemplo, em sua análise, a mercadoria alimento, para a classe capitalista, pode significar um meio de controle sobre a classe trabalhadora (ao restringir seu acesso), como também um meio de tornar os trabalhadores mais fortes e produtivos; para a classe trabalhadora, uma alimentação melhor é um meio de possuir maior resistência e poder social. A educação, para a classe capitalista, pode ser um meio de *disciplinamento* e *qualificação* da classe trabalhadora; para os trabalhadores, imediatamente um meio de obter emprego e sobrevivência no mercado de trabalho e, também, a instrução pode ser um meio de aumentar sua resistência política e social, principalmente a depender da forma como é veiculada (DIAS, 2010). É fundamental levar em conta a não-neutralidade e o caráter político e de classe social da categoria *valor de uso*, para que possamos analisar dialeticamente o uso das redes de computadores, assim como a análise aludida da qualificação dos trabalhadores em questão. Ainda, cabe lembrar que o conceito de *valor de uso* aparece dentro da *economia política* marxiana como algo antitético ao *valor de troca*, não fazendo sentido enquanto conceito em sociedades não-mercantis, que produzem bens sem valor, ou utilidades sociais (não faria sentido utilizar categorias da *economia política* ao se referir a tais sociedades. Como, por exemplo, falar-se em “*tempo livre*” para uma tribo indígena não inserida no mercado capitalista).

O *valor de uso*, ainda, embora tenha atributos predominantemente *qualitativos*, expressa-se em qualidade e quantidade – qualidade refere-se ao tipo de objeto em questão e quantidade ao número dele socialmente disponível, dentro dos pesos e medidas socialmente aceitas.

Cleaver (1981, p. 105-118) analisou ainda a dupla utilidade da mercadoria energia segundo perspectivas de classe: para a classe capitalista, constitui em um meio de arrancar trabalho da classe trabalhadora (enquanto *meio de produção*); para esta última, em um meio de trabalhar menos e obter mais tempo livre (especialmente nos empregos da energia

na economia doméstica; podendo, entretanto, o próprio trabalho doméstico ser reorganizado de forma a baratear o valor da força de trabalho e torná-la ainda mais produtiva, mediante sua *hetero-organização* enquanto *consumo produtivo*). A análise do valor de uso das redes de computadores se insere, a nosso ver, exatamente na mesma perspectiva do que Cleaver analisou no tocante à mercadoria energia. Este é o aspecto crucial de nossa análise: os *usos* antagônicos das mesmas redes pelas classes capitalistas e pela classe trabalhadora. O valor de uso das redes será abordado ao longo de toda nossa análise, não sendo nosso intuito prosseguir tal abordagem neste momento.

c) *Valor de troca e a questão do acesso.*

O *valor de troca*, ou *relação de troca*, é a categoria oposta ao *valor de uso* (dentro da unidade contraditória intrínseca à forma-mercadoria, que a reparte internamente em uma polaridade). É a *relação* ou *proporção quantitativa* na qual bens, de um determinado tipo, trocam-se contra bens de outro tipo ou qualidade (MARX, 1985, p.46). Primeiramente, devem ser valores de uso de qualidades diferentes, produtos de *trabalhos úteis* diferentes dentro do complexo da divisão social do trabalho. O *valor de troca*, **quantitativamente** representa a proporção de troca e explicita o predomínio do caráter *abstrato* na relação social em questão; **qualitativamente**, trocam-se bens diferentes, mas que dentro do processo de troca se apresentam como quantidades de uma *mesma coisa*, de uma *mesma qualidade* – algo não visível nem evidente por si, que Marx desenvolve com a análise do *valor*.

O *valor de troca*, que tem no preço em dinheiro a sua *forma* mais desenvolvida e última (MARX, 1985, p. 69), é a relação superficial, visível e fenomênica, ocultando o *conteúdo* das relações sociais, aparentando ser algo natural, objetivo, neutro, casual, dado por si mesmo – o que Marx desmente na análise do *valor*. Ainda, a categoria *valor de troca*, não possuindo neutralidade, expressa também o caráter político das relações de classe; por exemplo, no caso da mercadoria *força de trabalho*, seu *valor de troca* (na forma de salário), para os trabalhadores representa um meio de sobrevivência e sua quantidade pode expressar o seu nível de poder político enquanto classe (isto é, sem considerar os aspectos relativos envolvidos na problemática do *trabalho complexo* e da *mais-valia relativa*, que relativizam a questão do nível salarial em dinheiro para

patamares mais complexos nas relações de poder político e controle entre as classes). Para os capitalistas representa um custo de produção a ser sempre reduzido, ou um investimento em aumento de produtividade quando assim necessário, pelos mecanismos do *consumo produtivo* e da *mais-valia relativa*.

No caso da mercadoria *educação*, para a classe capitalista seu *valor de troca* pode ser considerado um custo de qualificação da força de trabalho, enquanto para os trabalhadores, um maior gasto de recursos em educação pode significar acesso maior à riqueza social e, portanto, maior poder social. E aqui novamente temos a problemática da *mais-valia relativa*, pois a maior formação e qualificação também torna os trabalhadores mais produtivos e gera impacto positivo na valorização do capital – é neste panorama que se inserem as teorias do capital humano de Schultz e Becker (SCHULTZ, 1968; 1973. BECKER, 1983). Cabe considerar que isso depende da organização da mesma educação enquanto autoformação ou *consumo produtivo* hetero-organizado enquanto recuperação capitalista das lutas sociais pela educação (DIAS: 2010).

No caso da *internet* (enquanto parte da rede mundial de computadores), seu preço pode limitar o acesso aos trabalhadores; bem como a redução deste ou mesmo sua gratuidade de acesso pode representar um aumento de poder social dos trabalhadores. Como também um barateamento de custos para as classes capitalistas que a utilizem na produção econômica ou na qualificação dos trabalhadores através dos lazers eletrônicos (um acesso gratuito em larga escala pode qualificar mais os trabalhadores, repercutindo em um aumento da produtividade econômica social). Assim sendo, reivindicações como o *software livre*, se de um lado democratizam o acesso à rede para os trabalhadores, para as empresas, *podem* gerar considerável redução de custos em *capital constante* (em aquisição de programas e manutenção). A desmercantilização de alguns setores das *condições gerais de produção* do capital pode ser uma forma de redução do valor do *capital constante*, que ao modificar o equilíbrio da *composição orgânica do capital*, pode reerguer a taxa de lucro capitalista - e mesmo funcionar como recuperação capitalista de lutas sociais (BERNARDO, 1998). Isto demonstra que uma crítica ao sistema econômico não pode se reduzir à mera crítica dos mecanismos de mercado e de mercantilização formal (ser ou não ser determinado bem social, uma mercadoria formal ou setor privado, embora isto também seja um quesito importante), sem levar em consideração os processos de geração de valor. Justamente o valor de troca e a forma de mercadoria recobrem estas relações. A criação de esferas não diretamente mercantis em forma de redes de

compartilhamento livre de bens intelectuais, se por um lado fere diretamente os lucros de empresas que vendem bens intelectuais e culturais - a pirataria de dados e softwares tem sido combatida constantemente pelas políticas de controle e militarização da internet (ASSANGE, 2013) - por outro lado, pode dinamizar muitos outros setores da economia, impactando o nível de qualificação da força de trabalho e a produtividade desta (ou implicando em redução de custos de produção de outros bens). Esta é uma problemática relevante acerca de políticas culturais de acesso gratuito a bens da indústria cultural. O aumento ao acesso gratuito a estes bens pode muito bem significar a *hetero-organização* dos lazes e tempos livres (ADORNO, 2004), funcionando como mecanismo qualificador da força de trabalho, e uma forma capitalista de recuperação das lutas sociais no campo da cultura, bem como a formação de novos estratos de gestores na área cultural.⁷³ Isto ocorre de forma similar no terreno do cooperativismo, onde a relação de propriedade privada formal e de assalariamento formal são suprimidas; mas a recuperação capitalista das cooperativas permite que se tornem mecanismo de redução do valor da *força de trabalho* e igualmente terreno do surgimento de setores tecnocráticos (neste momento, para os trabalhadores, pode ser mais vantajosa a situação de empregado formal e ter uma carteira de trabalho). A complexidade destas questões impacta diretamente na análise de nosso objeto de pesquisa e não pode ser ignorada.

A categoria *valor de troca*, por sua característica marcadamente de relação quantitativa, oculta as relações sociais de produção e trabalho existentes por detrás de si – exatamente neste eclipse consiste o fetichismo analisado por Marx; fato que tornou a explicação do valor algo polêmico e passível da produção de diversas teorias, todas dotadas de implicações políticas diversas. Igualmente, a discussão sobre as redes e espaços eletrônicos não pode se deter na esfera superficial da crítica das relações de mercado, devendo adentrar o campo de socialização das relações de trabalho, terreno de extração da mais-valia.

d) *Valor enquanto média social, a relação por detrás do valor de troca: a questão da produtividade, terreno de luta pelos usos dos meios eletrônicos em questão.*

⁷³ É uma problemática analisada em *Passa Palavra*, no debate sobre “A Esquerda Fora do Eixo”. <<http://passapalavra.info/2011/06/41221>> (acesso em 2011)

Marx, após a análise da categoria *valor de troca*, dada a insuficiência de nela se deter e a necessidade de uma explicação teórica para a regulação das proporções de troca, passa à análise do *valor*. Isto é relevante para a nossa discussão, pois como já aludimos, a mera crítica das relações de superfície do mercado não nos esclarece muito sobre a questão do emprego dos tempos, das correlações de poder político entre as classes e sobre os processos de luta sobre a produtividade e a repartição do tempo de trabalho social. Não podemos progredir em uma discussão sobre o caráter político do *valor de uso* ou utilidade das redes de computadores, se não tivermos clareza acerca do que significa a utilidade das mesmas enquanto *condição geral de produção* do capital, a saber, relacionada ao estabelecimento de uma média social de produtividade, pela qual emerge o *trabalho simples médio* e se constitui uma *lei do valor*.

Primeiramente, Marx percebe que só se podem trocar mercadorias de valores de uso diversos se elas tiverem algo em comum, uma *qualidade igual* em algum aspecto, o que, segundo ele, já fora percebido parcialmente por Aristóteles (MARX, 1985, p. 62), embora não solucionado devido à inexistência do *trabalho abstrato* e da *lei do valor* naquela sociedade. Em segundo lugar, por eliminação de fatores, percebendo que este *algo comum* não pode ser nenhuma característica física, química ou natural a determinar o valor da mercadoria, chega Marx a um fator *social* para a explicação do valor: de que sua substância é o *trabalho* (MARX, 1982, p.46-47). Assim sendo, o *valor* é a *média social* de tempo de trabalho necessário à produção de determinada mercadoria, uma lei de regulação social do *valor de troca* (e, por conseguinte, dos preços). Marx adverte que não se trata de forma nenhuma de uma substância ou média individual – o que faria o produtor mais lento produzir um bem com valor maior – mas sim uma média social (MARX, 1985, p. 47-48). O produtor mais vagaroso no processo irá realizar sua mercadoria pelo *valor médio social*, obtendo daí os prejuízos da sua não adequação à média social de produtividade. As consequências deste raciocínio aparentemente simples são enormes, porque o caráter do *valor* como média social de produtividade expressa sua característica social, não-natural, historicamente transitória e de categoria não-neutra, dotada de caráter *político*. Não se trata de uma *substância metafísica* que o trabalhador “injetaria” na mercadoria, fato observado por Cleaver (CLEAVER, 1981, p. 124-144), mas sim de uma *média social* e, portanto, uma relação social e política. A negligência deste aspecto sutil, mas extremamente importante na leitura, pode levar à incorreta

consideração de que a *crítica da economia política* e a teoria do *valor-trabalho* de Marx seriam alguma forma de especulação metafísica; e à possibilidade de leituras e interpretações viciosas e discriminatórias que caracterizam e classificam ideologicamente os trabalhadores como produtivos ou improdutivos, das quais as consequências políticas e sociais não foram menos sérias em regimes autoritários (o estalinismo, a revolução chinesa e do Camboja foram alguns exemplos). A percepção do *valor* enquanto *média social* nos leva a perceber que é uma média de produtividade do *trabalhador social agregado* (CLEAVER, 1981), extravasando as fronteiras entre *unidades particulares de produção*, empresas e setores produtivos; ainda, leva-nos a ver claramente o quanto esta média, inserida nas relações de classe, é regulada pelo nível social de exploração do trabalho e, portanto, pelas tensões e equilíbrios das relações de poder entre as classes. Isto demonstra como é estruturada a *fábrica social*, enquanto rede ou malha de relações de poder fluidas e dinâmicas entre classes. O *trabalhador social agregado* inclui não-assalariados, estudantes, donas de casa, desempregados, indígenas, e outros setores que fazem parte de uma única força de trabalho social e coletiva dentro da *fábrica social* (seja colaborando com a produção indiretamente, ou reproduzindo a *força de trabalho*, ou mantendo outras *condições gerais de produção* em funcionamento). A desconsideração deste aspecto gerada pela desatenção à característica política de *média social* do *valor* (e a *fetichização* instrumental desta categoria) pode levar também à depreciação política dos movimentos sociais não inseridos dentro do espectro tradicional do operário-fábrica (movimentos de mulheres, negros, indígenas, camponeses, desempregados, homossexuais, estudantes, presidiários) – e à ideia de que o valor seria produzido unicamente através de trabalho material de transformação realizado em indústrias; com consequências políticas não menos sérias. Igualmente, a *fetichização* da produção de valor enquanto uma espécie de dispêndio de energia física do trabalhador individual faria perder todo sentido aos conceitos de *trabalho simples* e *complexo* (que são médias sociais) e, por consequência, à teoria da *mais-valia relativa*. Tornar-se-ia possivelmente uma concepção fértil ainda para tentativas de crítica e refutação da teoria do *valor-trabalho* de Marx. Também pode tal naturalização funcionar enquanto ideologia de gestão econômica das categorias em regimes de capitalismo burocrático de estado, por suprimir o caráter social e político da *lei do valor*, tomando-a como algo neutro e instrumental, passível de ser objetivamente gerido por uma tecnocracia (BARROT e MARTIN, 1972).

No aspecto da categoria qualidade, o *valor* expressa o caráter *homogêneo* dos trabalhos sociais reduzidos à forma de *trabalho abstrato*, que permite a mensuração quantitativa do trabalho despendido; no tocante ao aspecto quantitativo, torna-se a quantia ou magnitude do tempo de trabalho socialmente necessário a medida determinante do maior ou menor montante de *valor* (MARX, 1985, p.47-49). A *substância* do valor, assim sendo, é o trabalho humano, não enquanto particularidade sensível de atividades úteis diversas e em tudo diferentes, porém enquanto generalidade abstrata e homogênea de puro dispêndio de energia humana de forma indiferenciada (forma sempre social e nunca natural, como aludimos), formando uma massa mensurável pelo seu tempo de duração. A homogeneização justamente a torna quantificável e esta mesma homogeneização é um processo obtido politicamente através da manipulação dinâmica da *divisão do trabalho*, como veremos. A magnitude do *valor*, por sua vez, é determinada pela quantidade de *tempo de trabalho socialmente necessário* despendido no processo de produção da mercadoria. E, por sua vez, o *valor* se manifesta socialmente como *forma de valor* através do *valor de troca*, das relações de troca, em suas diversas *formas*, desde a *troca simples* até a forma mais evoluída da troca por dinheiro, a *forma-preço* (MARX, 1985, p. 53-70).

Marx diferencia *valor* de *valor de troca*, o que é fundamental para a compreensão de sua *crítica da economia política*. O *valor* é a relação social por detrás do *valor de troca*, que é apenas a forma de manifestação fenomênica e externa do primeiro. Caberia ainda aqui ressaltar que dentro da *lei do valor* temos uma força social peculiarmente abstrata e insensível às necessidades humanas concretas – não importando ao *sistema produtor de mercadorias* a natureza do que seja capaz de produzir: alimentos, educação infantil ou a produção de armas, contanto que se trate de *gerar valor* – a necessidade social imperante. Toda a irracionalidade lógica da estrutura do capital é decorrente deste fato, como exaustivamente demonstra Robert Kurz (KURZ, 1992; 2010; JAPPE, 2006).⁷⁴

Caberia também considerar que, embora no capítulo primeiro de *O Capital*, Marx ainda não fale em exploração, classes sociais, nem mencione a categoria *mais-valia*, ele já tem em vista uma *lei do valor* especificamente capitalista e uma produção mercantil

⁷⁴Daí a decorrência de crises econômicas catastróficas, de mazelas sociais e humanitárias como o desemprego e a exclusão em massa, associados ao aumento da violência; escassez de alimentos; epidemias por falta de infraestrutura de saúde e saneamento; guerras e devastação ambiental serem consequências desta lógica destrutiva, irracional e abstrata, de *valorização do valor*. O que não exime de responsabilidade a administração de crise, segundo Kurz, na medida em que a manutenção deste sistema também é uma opção política da mesma (KURZ, 1992). A Guerra do Iraque, antes mesmo de ter ocorrido, já se anunciava a grandes empresas e corporações como uma imensa oportunidade de negócios.

capitalista – pelo fato de a considerar tendo como base o *trabalho abstrato*. Já está implícita potencialmente, neste ponto, a divisão do tempo de trabalho social entre o *tempo de trabalho necessário* (incorporado aos trabalhadores) e o *tempo de trabalho excedente* (incorporado ao capital). Primeiramente, por já estar presente o *trabalho abstrato* como base da *lei do valor*, já está implicada no processo a existência de uma abstração das atividades humanas, que só é possível quando existe a separação entre trabalhador e meios de produção, e a compra e venda da mercadoria *força de trabalho* enquanto fatos sociais dominantes. Pressupõe-se a *acumulação primitiva* (MARX, 1985, livro 2, p.261-294) e a existência de classes sociais, para se existir o *trabalho abstrato* enquanto categoria socialmente válida e generalizada. Em segundo lugar, a *lei do valor* só pode ser dominante em um *sistema produtor de mercadorias*, onde se *produz os bens para a troca*; e a generalização da troca implica, por sua vez, a fragmentação e divisão da produção e do trabalho social em *unidades particulares de produção* havendo, portanto, proprietários privados que produzem, dentro da divisão social do trabalho, valores de uso diferentes e intercambiáveis. A propriedade privada, a acumulação primitiva, a expropriação do trabalhador do controle dos meios de produção já se encontram presentes, embora ainda não sejam descritos. Isto ocorre porque Marx, em sua apresentação, que parte de categorias básicas e vai desdobrando-as em novas categorias, faz sua exposição em uma ordem de progressão *lógica* e não em uma sequência histórica. Na descrição da mercadoria mais simples, ao início de *O Capital*, já se encontra situada a sociedade capitalista, a exploração, a acumulação de capital e a luta de classes. Marx ali analisa e dissectiona o processo em termos lógicos, não históricos. Somente em capítulos posteriores, Marx irá retomar os processos históricos e descrevê-los pormenorizadamente. É importante, portanto, ressaltar que, quando Marx descreve a mercadoria, não se trata de uma forma de mercadoria externa ou anterior ao capitalismo, mas de uma *forma-mercadoria* intrínseca a esta sociedade. Igualmente, quando ele analisa as *formas do valor*, não procede em uma progressão histórica – embora seja perfeitamente possível conceber a evolução das trocas desde a forma da troca simples até a origem do dinheiro de forma similar ou idêntica. Entretanto, Marx faz uma progressão lógica neste processo de exposição. Isto nos leva, assim, a não considerar a *forma-mercadoria* e o dinheiro descritos por ele como entes externos ao capital, mas enquanto partes integrantes dele – e, assim, dotados de caráter político enquanto expressão de relações de classe.

Cabe considerar também, que havendo como um dado social a separação entre produtor e meios de produção e a existência de classes sociais, a *lei do valor* e o próprio *valor* só têm sua existência possível em um sistema que esteja a todo momento a produzir novo *valor*. Ora, esta é exatamente a categoria *mais-valia*, que Marx irá expor posteriormente, ao desvelar a transformação do dinheiro em capital e a exploração de classes (MARX, 1985, p.125-145). Isto significa que todo valor existente teve que ser em algum momento gerado, produzido como *mais-valia*. Aqui fica evidente que *valor* e *mais-valia* não são categorias distintas, mas que a *mais-valia* é o momento de origem e reprodução do *valor* – o *télos* do processo capitalista, que o torna um *fim-em-si*, uma *teleologia* (e tautológica, neste sentido). O termo alemão “*Mehrwert*” pode ser traduzido por “*mais-valor*”, porém, é consagrada em língua portuguesa a tradução por “*mais-valia*”, donde nos caberia perguntar em que medida isto poderia contribuir para uma confusão de leitura que gere a ideia errônea de que a *mais-valia* seja uma categoria externa ou distinta do *valor*, ou que seja possível suprimir a produção de *mais-valia* mantendo-se a categoria *valor* e a *forma-mercadoria* como base da produção social.⁷⁵ Este nexo é extremamente importante para se perceber que a exploração do trabalho já está presente e pressuposta (embora oculta e ainda não exposta) quando analisada a *lei do valor* no capítulo primeiro de *O Capital*. A categoria *valor*, a *lei do valor*, assim, não possui uma neutralidade, sendo uma categoria política de uma relação social de exploração do proletariado pelas classes capitalistas. Muito da crítica de Marx a Proudhon em *A Miséria*

⁷⁵ Esta problemática refere-se diretamente ao fato de que o capitalismo é um *modo de produção* e não apenas um modo de circulação ou distribuição (ou uma “sociedade de consumo”) – a circulação e distribuição são conseqüentes à produção, como Marx demonstra em sua famosa *Introdução* incorporada aos *Grundrisse* (MARX, 2011, p. 39-64). A exploração do trabalho não é conseqüência da má ou injusta distribuição de renda (e ainda menos da corrupção dos aparelhos políticos, embora esta esteja associada à reprodução da estrutura de classes), do dinheiro, mas justamente ela é possível pela existência do mesmo dinheiro enquanto expressão geral do *valor*. A repartição interna do tempo de trabalho entre *tempo de trabalho necessário* e *trabalho excedente* não é produto de má distribuição ou má gestão, mas justamente da própria existência e vigência do *tempo de trabalho* enquanto medida da produção social. Não se trata de má distribuição do *valor* existente, mas da própria existência do *valor*. A recuperação do cooperativismo pelo capital; bem como a reconstituição das classes sociais (tecnocracia e proletariado) nos regimes capitalistas estatais (campo do socialismo real) só vieram a confirmar a crítica de Marx a Proudhon em níveis muito mais amplos. Sobre a questão da tradução do termo *mais-valor*, ver a *Apresentação* de Mario Duayer à tradução brasileira dos *Grundrisse* (MARX, 2011; p.23). A visão do fato em questão nos mostra que a naturalização da *lei do valor* e da produção de mercadorias se torna ideologia gestorial; e a redução da mazela social a um problema de distribuição e administração, deriva para discursos moralistas que ficam a um passo das ideologias fascistas e anti-semitas (ver KURZ, 1995 – **Economia Política do Anti-Semitismo**. *Politische Ökonomie des Antisemitismus* em <www.exit-online.org>. Publicado na Revista *Krisis* nº 16/17, 1995.). Não é preciso uma grande pesquisa para se saber que os montantes de dinheiro envolvidos nos escândalos de corrupção da política institucional representam cifras ínfimas se comparados ao volume dos lucros obtidos pelas empresas através da exploração da força de trabalho. Entretanto, este fato quase nunca é citado pelas mídias oficiais e nos discursos de crítica social em voga. O discurso moralizador da política, além de fetichizar as categorias sociais, insere-se na visão *espetacular* que desvia o foco da crítica social das contradições sociais reais para proposições de reforma do sistema. A própria corrupção, como apresentada midiaticamente, pode se tornar *Espectáculo* (DEBORD, 1997). Nos países mais desenvolvidos da produção capitalista, que são sempre idealizados e apresentados ideologicamente como países modelares de gestão séria e menor corrupção, justamente reside a maior e mais eficiente taxa de exploração da força de trabalho através dos mecanismos da *mais-valia relativa* e do *trabalho complexo*.

da *Filosofia* se baseia neste importante fato, uma vez que Marx apontou a contradição do projeto de constituição de uma sociedade autogestionária dentro dos mesmos moldes de produção mercantis e baseados na *lei do valor* (MARX, 1985). Marx ironizava o projeto de Proudhon, afirmando que equivalia à utopia de “*fazer de todos os católicos papas*” (MARX, 1985, p. 68).

A *lei do valor*, desta forma, poderia ser interpretada por diferentes perspectivas. A nosso ver, dentro de um viés de uma leitura meramente econômica ou ideológica (CLEAVER, 1981) que considere a dominação como um processo fechado e unilateral, ela poderia ser vista como uma lei do equilíbrio e do desenvolvimento capitalista, ou mesmo naturalizada e fetichizada (KURZ, 1992). Poderia, também, ser entendida como uma lei de regulação do capital e da produção, que conteria *em si* a crise como potencial gerado pelas suas contradições internas expressas pelo aumento da *composição orgânica do capital*: o aumento do *capital constante* em relação ao *variável* e a queda da taxa de lucro resultante desta mudança na composição orgânica que estreitaria a base de valorização, reduzindo a taxa de lucro média – esta é a perspectiva dos alemães das revistas *Krisis* e *EXIT!*, fortemente embasada na leitura dos *Grundrisse* (MARX, 2011). Já não se trata aqui de uma leitura instrumental ou desenvolvimentista, mas de uma abordagem com forte viés crítico e marcado enfoque na teoria da crise. Mas, dentro de uma perspectiva de *leitura política*, que considere a *lei do valor* como algo fundamentado na exploração e, portanto, dependente do controle social sobre a classe trabalhadora, ela pode também ser compreendida como uma teoria da crise e instabilidade da dominação capitalista (CLEAVER, 1981; BERNARDO, 1991 e 1998; HOLLOWAY, 2003). Certamente, em leituras mais ortodoxas como a de Kurz e Jappe, a *lei do valor* já é entendida como uma teoria da crise (KURZ, 1992; 2001; 2004; JAPPE, 2006); mas isto se torna particularmente mais rico se a entendermos como uma lei fundamentada na luta de classes, no conflito social, como o perceberam Cleaver e Bernardo (CLEAVER, op. Cit.; BERNARDO, op. Cit.). A dominação se torna, assim, um processo aberto e cuja reprodução está em jogo a todo momento, a depender do resultado dos conflitos sociais e das correlações de forças entre as classes. Cabe acrescentar que esta consideração não exclui a análise da elevação da *composição orgânica de capital* e do estreitamento da valorização, como podemos ver na obra de Cleaver (CLEAVER, 1981), onde ambas as análises coexistem.

A chave do entendimento desta questão está situada no conceito de *produtividade*. Se a substância do *valor* é o trabalho e sua magnitude é o tempo de trabalho, temos como consequência que o aumento da produtividade implica na redução do *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção da mercadoria e na consequente redução do *valor* da mesma. A redução da produtividade, inversamente, implicaria no aumento do *tempo de trabalho socialmente necessário* à sua produção e no aumento consequente do *valor* da mesma mercadoria; e permanecendo constante a produtividade, permanecem o *tempo de trabalho socialmente necessário* e o *valor* da mesma inalterados. Logo, se o elemento que determina a *lei do valor* é a *produtividade*, através da análise do processo de organização do trabalho nas teorias da *administração científica clássica*, como as de Taylor (TAYLOR, 1970), observamos muito claramente e bem estabelecido o fato de que o aumento da produtividade resulta no aumento da taxa de exploração e na redução dos custos de produção, implicando, por conseguinte, o aumento do *tempo de trabalho excedente*. Em outras palavras, o aumento da produtividade, constante necessária e condição de existência da produção capitalista, significa não outra coisa que o aumento da exploração, do *trabalho excedente*, com a redução do *tempo de trabalho necessário* incorporado à *força de trabalho* – mesmo com o aumento dos salários pagos em dinheiro, a produtividade dos trabalhadores pode aumentar proporcionalmente muito mais (DIAS, 2010), significando uma redução do valor da *força de trabalho*, na repartição interna do tempo de trabalho entre trabalhadores e capitalistas. Qualquer alteração nesta equação, na repartição interna do tempo de trabalho total, implica na alteração da produção de novo *valor*. A alteração do ritmo de trabalho e da produtividade resultante da mesma impacta diretamente nesta repartição e na taxa de exploração, na produção de *mais-valia*. Temos como conclusão, que a luta de classes, expressa enquanto conflito entre a imposição de trabalho e aumento de produtividade pelas classes capitalistas e a luta pela redução do trabalho imposto e aumento do valor da força de trabalho pela classe trabalhadora (CLEAVER, 1981), é o motor político oculto por detrás da aparente objetividade e neutralidade fetichista da *lei do valor*. A *lei do valor*, nestes termos, significa constante luta social.

O percurso de uma análise conceitual da categoria *valor*, aparentemente estéril para nossa pesquisa, agora assume toda relevância, uma vez que estamos a falar da

utilização política das redes de computadores⁷⁶ (*valor de uso* das mesmas), por um lado pelas classes capitalistas, enquanto uma *condição geral de produção*, e de outro, pelos trabalhadores, que formam espaços na rede para constituir novas formas de inter-relação e fóruns de reflexão e debate críticos - de uma possível *autoformação*. Trata-se aqui do conflito pelo controle de tecnologias que integram a rede global de produção do capital no âmbito da *fábrica social*. As redes de computadores integram o campo da microeletrônica que João Bernardo analisou enquanto um instrumento de controle e fiscalização (BERNARDO, 2004) sobre a *força de trabalho* fragmentada nas atuais formas de organização do trabalho – o que nos permite entender tal *uso capitalista* dos mesmos instrumentos enquanto ferramenta de imposição de trabalho e extração consequente de *sobretabalho* dos trabalhadores. Assim, esta imensa rede de computadores, nesta utilização capitalista, é vital para a integração e articulação das *unidades particulares de produção* e demais instituições que integram a cadeia produtiva global, permitindo, através do *controle* (administrativo) do processo de trabalho em nível da *fábrica social*, ditar-se o próprio ritmo dos processos de trabalho e da produtividade social – que estabelece a *lei do valor*. Este campo tecnológico das redes de computadores pode ser compreendido, atualmente, como uma peça fundamental sem a qual não seria possível o estabelecimento da *lei do valor* em âmbito social global. A *lei do valor* existia no capitalismo antes da criação destas tecnologias, mas estas permitiram uma internacionalização e integração global da cadeia de valorização a níveis inéditos, multiplicando imensamente o alcance e a simultaneidade do processo, também funcionando como um fator que permite a aceleração do mesmo. E não apenas estas redes de computadores funcionam como elemento viabilizador da *lei do valor* na produção atual, mas, considerando-se esta lei como um processo cuja força reside no nível de exploração, podemos dizer que este campo tecnológico também é, por consequência, um instrumento de imposição de trabalho e extração de *mais-valia* (*sobretabalho*) sobre a classe trabalhadora, um aparato de exploração. Na medida em que permite o controle administrativo sobre o processo de trabalho (e lazeres e consumos integrados nos tempos livres), realiza-se como um aparato também de opressão. O conflito sobre os usos ou

⁷⁶Neste trabalho de pesquisa, optou-se pela adoção mais genérica do termo “redes de computadores”, que agrega diferentes modalidades de interligação de máquinas e unidades informatizadas. A microeletrônica surge como um campo dentro da eletrônica mais ampla; o setor dos computadores e dispositivos móveis é, por sua vez, somente uma divisão no interior da microeletrônica, que é mais ampla por incluir diversos dispositivos, como televisores, eletrodomésticos, aparelhos de rádio e som, dentre uma ampla gama de instrumentos. A expressão “rede de computadores” engloba desde as redes domésticas e redes internas de empresas, às pastas de compartilhamento P2P, à internet mais popular e conhecida dos servidores, e ao vasto campo de redes de computadores conhecido como *deep web* (rede profunda), além das nuvens de armazenamento de dados (*cloud*).

empregos contraditórios deste campo tecnológico pelas classes é neste aspecto luta de classes, de prioridades sociais, que pode incidir decisivamente sobre o próprio nível de exploração do trabalho na totalidade da *fábrica social*.

Da mesma forma que estas tecnologias, funcionando como instrumentos de exploração e opressão, permitem uma integração global da produção e aceleração da produtividade na *fábrica social*; a apropriação e utilização das mesmas pelos trabalhadores para usos autônomos também permite a aceleração da *circulação das lutas*, a integração em níveis mais amplos e inclusive a internacionalização destas, em níveis e velocidade também inéditos. Como o demonstra a atual onda de revoltas sociais, que vão desde a *Primavera Árabe*, as lutas na Turquia, os novos conflitos entre islamistas e secularistas no Egito, as greves na Índia, Indonésia, Espanha, as lutas na Grécia, Irlanda, lutas indígenas no México, lutas de trabalhadores precários nos Estados Unidos, e a “*Revolta do Vinagre*” sobre os preços do transporte no Brasil. É inegável o papel que as redes sociais, listas de e-mails, *sites* e *blogs* possuem na formação e articulação das atuais ondas de luta social.⁷⁷

O conflito estabelecido sobre o controle das redes de computadores também pode ser entendido como o conflito entre as tentativas de uso capitalista dos consumos e lazeres nos tempos livres enquanto meios de qualificação dos trabalhadores – através da hetero-organização enquanto *consumo produtivo*, tornando-os trabalhadores mais produtivos ainda e convertendo desta forma tempo social livre em tempo de trabalho; e o uso e apropriação pelos trabalhadores destes espaços e tempos enquanto terreno para

⁷⁷ Sobre a chamada “*Revolta do Vinagre*” (assim batizada após a prisão de manifestantes que portavam garrafas de vinagre para atenuar o efeito das bombas de gás. Nesta oportunidade os policiais que efetuaram a prisão afirmaram ter confundido tais invólucros com bombas *molotov*), motivada nacionalmente pelo aumento das tarifas de transportes, iniciada na primeira quinzena do mês de Junho de 2013 e que se estende ao momento da redação deste trabalho, pode-se afirmar que o papel das redes sociais como o *facebook* foi fundamental para a divulgação dos protestos – não exatamente sua organização, que foi feita por coletivos presenciais. Entretanto, a larga difusão e articulação das lutas se deu potencializada por sites, blogs e pelo *facebook*, especialmente após a violenta repressão policial do dia 13 de junho em São Paulo. Mas o fator mais interessante da mesma revolta foi o que sucedeu – o conflito de grupos políticos e as tentativas de capitalização dos protestos e do movimento, que se alastrou por todo o país em protestos diversos, dos pacíficos aos violentos, tendo em comum a rejeição aos partidos políticos; assim como, da mesma forma, as tentativas capitalistas de recuperação do mesmo movimento. Este processo foi visível nas redes sociais, nas quais alguns movimentos e páginas convocavam protestos com motivações classistas e organizados sobre a questão do aumento das tarifas e contra a repressão policial – como o Movimento Passe Livre (MPL). Outros grupos e páginas procuravam imprimir aos protestos outras pautas mais ligadas à política institucional, centradas na questão do combate à corrupção, até mesmo pedindo o *impeachment* do governador ou da presidente da república, e mesmo alguns perfis conservadores clamando pela intervenção militar. Uma imensa confusão sucedeu nas ruas, nas quais os múltiplos protestos simultâneos, de forte teor espontâneo, demonstravam imensa heterogeneidade de reivindicações e orientações, sendo extremamente difícil uma interpretação clara do mesmo processo de forma imediata – visto que sucediam brigas entre grupos em manifestações diferentes e até dentro da mesma manifestação; um processo de acomodação de uma pluralidade. Entretanto, é no mesmo terreno dos espaços eletrônicos de mobilização que foi possível identificar o conflito entre as tentativas de grupos em imprimir tons nacionalistas e patrióticos aos protestos, e a reação de movimentos populares procurando defender a autonomia e o caráter classista dos mesmos.

constituição de relações sociais autônomas e usos do tempo livres da imposição de trabalho pelo capital.

Capítulo II – A Divisão do Trabalho e as Redes Virtuais

2.1- A problemática acerca da divisão do trabalho

a) *Trabalho útil: do caráter político da divisão do trabalho.*

Sendo a substância do valor o trabalho, Marx procedeu à análise do duplo caráter da categoria trabalho, que expressa a contradição fundamental da polaridade interna da própria *forma-mercadoria*, que a cinde em momentos *concretos* e *sensíveis* e, de outro lado, em momentos *abstratos*. O *trabalho útil*, assim, é o trabalho sob a forma concreta e sensível do *valor de uso*. Como a característica fundamental da categoria *valor de uso* é seu caráter sensível e concreto que expressa as particularidades das diversas atividades sociais produtivas; é, por isso, o *trabalho útil*, ou, melhor dizendo, os *trabalhos úteis*, em tudo diferentes uns dos outros, que produzem valores de uso diversos. A atividade do tecelão produz tecido, a do pedreiro produz casas, a atividade do professor qualifica futuros trabalhadores. Desta forma, o que temos é uma pluralidade muito rica e diversificada de trabalhos úteis diversos, que expressa a própria divisão social do trabalho (MARX, 1985. p. 49-53).

Harry Cleaver, tanto quanto Robert Kurz (CLEAVER, 1981; KURZ, 1992) ressaltam que esta categoria não possui um caráter neutro ou apolítico, não podendo, portanto, constituir um lado positivo do processo capitalista ou mesmo uma categoria natural ou supra-histórica que deveria ser preservada, enquanto o *trabalho abstrato* constituiria o aspecto negativo a ser suprimido – é esta também a posição teórica de Anselm Jappe (JAPPE, 2006, p. 83-130). Isto se deve, precisamente, ao fato de o *trabalho útil* - ou os diversos trabalhos úteis - primeiramente, desempenhar a produção de mercadorias que, como já vimos, possuem *valores de uso* diversos e mesmo opostos para as diferentes classes sociais, não sendo utilidades politicamente neutras (se a mercadoria não possui *valor de uso* apolítico ou neutro, ainda menos o trabalho que a produz teria esta neutralidade). Em segundo lugar e, de forma igualmente relevante, temos o fato de

os trabalhos úteis forçosamente expressarem uma *divisão social do trabalho* que não é neutra, como demonstrou Cleaver e Bernardo (CLEAVER, 1981, p. 147-152; BERNARDO, 2005). A divisão do trabalho, como analisada por estes dois autores, é um mecanismo político de fragmentação da classe trabalhadora.

Bernardo, em *Democracia Totalitária* (BERNARDO, 2004), demonstra de forma pormenorizada como a reorganização popularmente conhecida como “toyotista”⁷⁸ do processo de trabalho, que envolveu a produção de fraturas na classe trabalhadora segundo perfis qualificacionais de *trabalho simples* e *complexo* (ver também BERNARDO, 1998), funcionou como elemento de fragmentação e pulverização das coletividades operárias. No artigo “*Trabalhadores, classe ou fragmentos?*” (BERNARDO, 2005), apontou para o caráter real da reestruturação produtiva enquanto mecanismo de dissolução das coletividades e identidade operárias. Ele analisa também como a fragmentação dos trabalhadores, seja por perfis qualificacionais, divisões de setores produtivos, subcontratação, terceirização, divisões étnicas, nacionais, culturais ou de gênero, funcionou como elemento desorganizador das lutas operárias autônomas das décadas de sessenta e setenta, possibilitando ao poder capitalista a centralização do controle sobre estes mesmos trabalhadores através da microeletrônica:

“O toyotismo encontrou uma maneira de minorar, ou até de evitar, aquele considerável risco político. A electrónica permite que os administradores das empresas centralizem a captação das informações e a emanção das decisões independentemente de qualquer contacto físico com os trabalhadores e de qualquer relação física dos trabalhadores entre si. Os vários processos particulares de trabalho ficam integrados em grandes conjuntos mesmo que sejam prosseguidos em isolamento físico, por vezes podendo até localizar-se a milhares de quilómetros de distância uns dos outros. Assim, as economias de escala sociais aumentam sem que seja necessário aumentá-las fisicamente.” (BERNARDO, 2005)

O uso político da microeletrônica, campo tecnológico que inclui em si as redes de computadores, é destacado por Bernardo:

“Uma das preocupações fundamentais do toyotismo consiste em limitar a concentração física dos trabalhadores, ou até em dispersá-los fisicamente, e ao mesmo tempo concentrar os resultados do trabalho através da tecnologia electrónica.”(BERNARDO, 2005).

⁷⁸ Não constitui a única forma de organização do trabalho vigente na atual reestruturação produtiva, embora seja a mais conhecida, influente e emblemática (ver PINTO, 2007).

Cleaver, por sua vez, demonstrou como o aumento do *capital constante* e a redução proporcional do *capital variável*⁷⁹ se destinaram a minar a resistência laboral naquele momento: “(...) o *capital* contrapõe à *recomposição política da classe operária o seu próprio nível novo de composição orgânica*” (CLEAVER, 1981, p. 131); bem como a manipulação dinâmica da divisão do trabalho, ao impedir que a classe trabalhadora adquira uma homogeneidade politicamente perigosa, permitiu, sob as mesmas diversas fraturas acima citadas, restabelecer o controle social e a imposição do trabalho, possibilitando a *recomposição da taxa de lucro* social média:

“Vemos assim que a preocupação com o trabalho abstrato (valor) leva os capitalistas a criar a divisão, e portanto a estrutura mesma, do trabalho útil, para realizar a homogeneidade do trabalho abstrato. Por isso, o trabalho útil no capital deve ser considerado como o material do qual o trabalho abstrato é formado. O trabalho imposto através da forma de mercadoria, que constitui a substância do valor no capital, só existe na estrutura fluida do trabalho útil concreto.” (CLEAVER, 1981, p. 148).

Esta análise coincide com as posições de Kurz, críticas ao *trabalho útil* (KURZ, 1992; KRISIS, 1999), nas quais o trabalho deve ser criticado também em sua forma útil e não apenas na forma abstrata. A forma como o *Manifesto contra o Trabalho* (KRISIS, 1999) coloca o trabalho em sua forma útil como elemento de sujeição social enfatiza que

⁷⁹*Capital constante* refere-se a instalações, máquinas, matérias primas e materiais auxiliares – o *trabalho morto*. *Capital variável* refere-se à *força de trabalho* e encargos trabalhistas – o *trabalho vivo* (MARX, 1985, p. 165-172). O aumento do *capital constante* em relação ao *variável* é o elemento que determina, para Marx, a redução tendencial da taxa de lucro, gerada pelo estreitamento da base de valorização (devido à redução da participação de *trabalho vivo* na produção da mercadoria e o aumento do *trabalho morto* nesta – ver MARX, 2011). Entretanto, é importante frisar que o aumento do *capital constante* não significa necessariamente a redução absoluta do volume de *capital variável*. Este último permanecendo inalterado e aumentando o primeiro já significa uma redução do *capital variável* em relação ao constante. O *capital variável* pode mesmo aumentar, porém o *constante* aumentar ainda mais, significando também uma redução proporcional. Bernardo enfatiza que é uma concepção errônea a afirmação de que já não haveria mais classe trabalhadora ou operária, e pelo contrário, demonstra que o número de trabalhadores cresceu (BERNARDO, 2005). Isto não necessariamente invalida ou contradiz a tese de Kurz sobre a redução da base de valorização, na medida em que consideramos a relação acima citada entre capital constante e variável. Pelo contrário, a explosiva expansão do trabalho precário se deve, para Kurz, justamente a esta mudança na composição orgânica que reduz a base de valorização, levando o capital a acionar o mecanismo da *mais-valia absoluta*. Ver Robert KURZ. *Mais-valia absoluta*. In Revista EXIT!. <<http://obeco.planetaclix.pt>> (acesso em 2010). Bernardo, entretanto, enfatiza em suas análises que a redução do valor dos elementos do capital constante, somada à reorganização dos processos de trabalho, pode reequilibrar novamente a taxa de lucro (ele mesmo defende a capacidade do capitalismo multiplicar a natureza, compensando a destruição ecológica). Para ele não há crise estrutural e o limite à valorização só poderia ser posto pelos conflitos sociais; entretanto, em sua análise, no decorrer do ciclo econômico longo a *mais-valia* relativa se absolutiza assim como o trabalho complexo se torna trabalho simples novamente pela difusão e generalização das novas tecnologias e formas de organização do trabalho, pressionando, assim, o capital a reorganizar a produção (ver BERNARDO, 1991; 1979). Já Harry Cleaver fica com uma posição intermediária entre as de Bernardo e Kurz (embora não faça referências a Kurz e tenha escrito suas principais análises antes do começo da produção teórica do mesmo e não haja referências a Bernardo em suas obras), abordando a influência dos conflitos sociais na economia, mas defende também a tese do estreitamento da valorização, gerada segundo ele, pela própria luta de classes, que desencadearia o aumento da composição orgânica do capital (CLEAVER, 1981). O documentário *L'Eterna Rivolta* (2010), sobre o pensamento e a trajetória de Antonio Negri, destaca a forma como as empresas italianas desencadeavam o aumento da tecnologia e do desemprego como arma política de decomposição do movimento operário autônomo nos anos sessenta e setenta.

a própria estrutura de organização do *trabalho útil* não é provida de neutralidade ou isenta de caráter político.

Cleaver ressaltou que esta divisão do trabalho quase sempre produz fraturas hierárquicas na classe trabalhadora – para além de divisões horizontais simples – é o caso das clivagens de gênero e étnicas, dentre outras (CLEAVER, 1981)⁸⁰. Como analisamos em nosso trabalho de mestrado *Economia Política da Educação de Massas: A escola pública como condição geral de produção do capital* (DIAS, 2010), uma das principais

⁸⁰ Podemos enumerar muitos tipos de clivagens no interior da classe trabalhadora: as qualificacionais (entre trabalhadores qualificados e bem remunerados e trabalhadores precários que exercem trabalhos manuais e mal-remunerados), as salariais e trabalhistas (dentro da mesma divisão hierárquica anterior, envolvendo nível salarial e regime de contratação), as de acesso a níveis de ensino (alunos de escolas públicas e particulares, faculdades públicas e particulares), as clivagens de gênero (hierarquização salarial e de poder entre homens e mulheres, inserindo-se também discriminações a homossexuais), as divisões étnicas (discriminações e hierarquias devido a cor da pele ou local de origem no país), divisões regionais (discriminação de trabalhadores emigrados de regiões mais pobres do país), clivagens nacionais (entre a força de trabalho separada por países, onde entra o nacionalismo como poderoso fator de divisão da classe trabalhadora internacional), clivagens entre trabalhadores nacionais e estrangeiros dentro do mesmo mercado de trabalho nacional, clivagens religiosas, clivagens de divisão espacial de setores e campos de produção, clivagens por turno ou horários de jornada diversos e fragmentados, clivagens culturais (envolvendo identidade e pertencimento a grupos), clivagens de idade (trabalhadores jovens, adultos e idosos), divisões que segregam trabalhadores que portam necessidades especiais (como a surdez, cegueira, etc.), clivagens categoriais e corporativas (oriundas da divisão da força de trabalho em categorias profissionais, o que inclui as divisões geradas pelas estruturas sindicais), clivagens por sindicalização ou questões políticas (rivalidades entre sindicatos, centrais sindicais, partidos ou grupos políticos), clivagens por região de moradia (favelas, periferias e moradores de bairros abastados ou melhor equipados), dentre outras muitas formas possíveis. Cleaver resalta que estas fraturas não são apenas divisões horizontais, mas se tornam divisões hierárquicas, na medida em que envolvem diferenciações na remuneração ou nível salarial pago aos trabalhadores segundo estas divisões. Até mesmo o acesso a transportes e meios de mobilidade urbana introduz importantes clivagens, que estão na base de toda a problemática detonadora de muitos dos protestos sociais em meados do ano de 2013. O próprio caráter multifacetado, complexo e heterogêneo dos muitos protestos (favelas lutando contra violência e despejos, estudantes e trabalhadores contra o aumento da passagem de ônibus, setores de trabalhadores da chamada classe média lutando contra corrupção e impostos excessivos, setores sindicais lutando por salários e direitos, lutas de médicos e enfermeiros, lutas de grupos ecológicos, lutas de moradores próximos a estradas contra pedágios e por direito a passarelas, lutas de movimentos de homossexuais contra a discriminação e o projeto de “cura gay”, manifestações públicas de grupos religiosos contra o movimento LGBTT, e mesmo protestos de grupos conservadores e até greves patronais de caminhoneiros – podia-se ver num mesmo dia um protesto de uma favela contra a violência policial na periferia e cartazes de setores de classe média em uma área central urbana, exigindo segurança pública e pautas conservadoras como a redução de idade penal ou pena de morte), demonstra a forma como a classe trabalhadora brasileira encontra-se extremamente fragmentada, a ponto de haverem protestos os mais diferenciados e mesmo com pautas antagônicas entre si. As mesmas clivagens citadas acima podem se recombinar entre si produzindo situações mistas ou gerando subdivisões internas, novas divisões dentro de outras. Dentro de setores sociais se reproduzem divisões hierárquicas, e mesmo entre grupos marginalizados. Por exemplo, a estratificação hierárquica existente no interior da prostituição, do crime organizado, de grupos marginalizados, sanatórios, prisões, orfanatos, clínicas e manicômios, chegando a recriar estruturas até de exploração no interior dos grupos. São bastante conhecidas as hierarquias dentro de conventos ou dos antigos leprosários. Dentro de grupos religiosos e igrejas podem se reproduzir hierarquizações e segregações. O próprio acesso ou não a meios eletrônicos como as redes de computadores é uma clivagem e os próprios usos destas redes para diferentes finalidades podem compor outras divisões. O Capital e as classes capitalistas engendram e manipulam dinamicamente e politicamente a divisão do trabalho. A fragmentação dos trabalhadores, como percebeu Bernardo (BERNARDO, 2005), permite a perda da consciência e identidade de classe e a emergência de discursos que negam a luta de classes e a própria existência de classes sociais e da exploração. Pode-se dizer que o discurso ideológico e publicitário sobre uma sociedade multiculturalista e heterogênea, acompanhado de discursos relativistas, espelha a consciência de uma classe trabalhadora fragmentada, conforme hetero-organizada pelo capital. No extremo deste processo, a própria atomização dos indivíduos faz os aspectos sociais serem eclipsados e permite a moralização das questões sociais – e a culpabilização dos indivíduos, e não do sistema, por estas mesmas mazelas. Cleaver (CLEAVER, 1981) destaca que a autonomia expressa pelas lutas dos grupos sociais colocados em extratos hierarquicamente inferiores, na medida em que nega a própria constituição hierarquizada, torna-se elemento de recomposição da classe trabalhadora. Ele descreve este processo quando alude às lutas das mulheres, estudantes e negros nos Estados Unidos e na Itália nos anos sessenta e setenta. Igualmente, podemos dizer que a introdução de hierarquias dentro de grupos sociais em luta se torna um fator decisivo para a recuperação destas mesmas lutas pelo capital (e a consequente ascensão social e incorporação de indivíduos oriundos dos mesmos meios a postos de gestores).

formas de divisão dentro da classe trabalhadora é a por níveis qualificacionais – de formação e acesso à educação – de forma a constituir a própria hierarquia do espectro do *trabalho simples ao complexo*, permitindo também a clivagem entre setores de trabalhadores mais qualificados (campo do predomínio do regime da *mais-valia relativa*) e o dos trabalhadores precários (campo do predomínio do regime da *mais-valia absoluta*).⁸¹ E mesmo, conforme analisamos naquele trabalho, o campo do *exército de reserva* e dos marginalizados da *superpopulação relativa* (MARX, 1985) recebe sua escolarização em políticas de administração da pobreza e controle social pelo sistema de ensino público – políticas formuladas e abertamente defendidas em documentos oficiais dos conselhos técnicos de organizações multilaterais internacionais (DIAS, 2010). A própria estrutura da divisão do *trabalho útil*, assim, expressa relações de poder político

⁸¹ Curiosamente, o artigo *Protestos virtuais e impotência política* (parte 2), de 25 de março de 2013, publicado em *Passa Palavra* (disponível em <<http://passapalavra.info/2013/03/74500>>), afirma que por detrás de toda a polémica envolvendo a eleição de um pastor evangélico conservador para a *Comissão de Direitos Humanos* do Congresso Nacional e a problemática da ascensão das bancadas evangélicas e setores conservadores no mesmo, estaria uma questão de fundo social mais ampla relacionada ao perfil da atual classe trabalhadora. Segundo o artigo, os setores da sociedade politicamente hegemonizados pelas igrejas evangélicas poderiam representar uma massa de trabalhadores precários, que encontram nas igrejas uma forma de socialização: “O Censo IBGE 2010 aponta que “evangélicos pentecostais formavam o grupo religioso com a maior proporção de pessoas pertencentes a classes de rendimento até 1 salário mínimo (63,7%)”. O censo também aponta que o grosso das pessoas religiosas concentra-se nas faixas de renda até três salários mínimos.(...) Esta organização dos setores mais precarizados em torno das igrejas, principalmente as pentecostais e neopentecostais que foram as organizações a conseguir dar respostas mais sólidas às demandas deste setor dos trabalhadores, reflete uma situação particular, porém não inédita. De um lado, e de forma acelerada, frações da classe trabalhadora se incorporam nos setores mais produtivos da economia devido à abertura do país aos capitais externos e ao aumento de vagas nas universidades e escolas técnicas, vivendo de trabalhos sujeitos a métodos pós-fordistas de gestão que exigem uma nova cultura do trabalho. Do outro lado, setores que dificilmente serão inseridos nos circuitos mais produtivos da economia são explorados como nunca antes, seja na informalidade, seja em trabalhos com uso menos intensivo de tecnologias (geralmente no setor de serviços). Se para o primeiro grupo, além de outras instituições, temos as universidades e escolas técnicas a formar estes trabalhadores, no segundo grupo, por mais que a expansão das universidades e escolas técnicas objetive também alcançá-lo, as igrejas exercem papel fundamental e criam uma coesão no discurso como em poucos momentos da história foi possível.” Assim, o artigo analisa que o confronto público entre setores mais progressistas que exercem a defesa de direitos dos homossexuais, mulheres, questão do aborto, liberdade religiosa, etc. em relação aos setores hegemonizados por igrejas mais conservadoras, expressaria uma fratura no interior da classe trabalhadora brasileira, entre os setores do predomínio da *mais-valia relativa* (que possuindo maior acesso a bens culturais, possuem um amplo leque de formas possíveis de socialização) e setores de trabalhadores precários sobre os quais predomina o regime da *mais-valia absoluta* (e que pouca alternativa de socialização teriam além das igrejas; ainda mais se considerarmos a baixa taxa de sindicalização destes setores) ou mesmo o desemprego e exclusão social. Isto se torna ainda mais evidente na miríade extremamente heterogênea de formas pelas quais eclodiu a onda nacional de protestos durante o mês de Junho de 2013. A grosso modo, dentre a rica composição de múltiplos protestos, houve uma polarização dos mesmos entre setores da chamada classe média, com demandas concentradas em combate à corrupção ou discursos mais conservadores, e a radicalização de revoltas de setores populares mais pobres e estudantis (ver o texto *Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas*, em *Passa Palavra*, 24 de Junho de 2013, in <<http://passapalavra.info/2013/06/79985>>). Ainda, entre o que torna mais complexo analisar este conjunto de revoltas, inclui-se o fato de a maioria das igrejas evangélicas não ter se envolvido diretamente com a onda de protestos, apesar das declarações públicas de algumas lideranças deste setor a favor de demandas de combate à corrupção e aos polêmicos projetos de “cura gay” encaminhados pela *Comissão de Direitos Humanos* do Congresso Nacional. Mas o próprio caráter multifacetado dos protestos, que ia desde manifestações pacíficas com bandeiras brasileiras e apelo nacionalista, até protestos radicais com enfrentamentos mais violentos e destruição de ônibus, lojas e prédios públicos; e outros protestos com bloqueios de rodovias e marchas de favelas contra a repressão policial, demonstra claramente as fraturas existentes na classe trabalhadora brasileira – decorrentes do complexo da divisão do trabalho. Outro fator que dificulta a compreensão destes novos processos de luta, constitui no fato de que boa parte das alas mais radicalizadas dos movimentos ser composta também por universitários com um nível de qualificação elevado. Estas divisões contrapõem lutas e setores com demandas contraditórias. Todo este rico processo pode ilustrar a análise que fazemos, acerca do caráter político da divisão do trabalho útil.

de classe; a fragmentação dos trabalhadores e a reorganização das relações de trabalho pelos gestores capitalistas se apresentam como ferramentas políticas de controle social que permitem restabelecer a valorização do capital e a taxa de lucro. A adoção da microeletrônica em larga escala durante a reestruturação produtiva que sucedeu após a década de setenta, que Kurz aponta como fator de aumento da *composição orgânica do capital* (e para ele, fator decisivo para uma crise estrutural do mesmo), pode também politicamente ser considerada, a partir das abordagens de Cleaver e Bernardo já mencionadas, enquanto ferramenta política de dominação e controle social sobre a *força de trabalho*. Justamente este campo tecnológico amplo inclui em si as redes de computadores.

Poderíamos ainda considerar o fato de que é justamente com a assimilação e recuperação pelo capital das lutas autônomas dos anos sessenta e setenta, e com o refluxo ou derrocada destes movimentos, que foi possível que a reivindicação das identidades sociais plurais que antes eram contrapostas à homogeneização forçada das formas de organização do taylorismo e fordismo, fosse recuperada pelo capital. Emergiram novas formas de controle social, com base em discursos fragmentados e relativistas, multiculturalistas, e mesmo o uso do “*politicamente correto*” como deslocamento das contradições sociais, desigualdades e relações de poder para o terreno das formas de expressão de linguagem – como inversão das mesmas relações. A ideologia de uma sociedade multiculturalista, heterogênea e fragmentada, que é uma das bases do discurso democrático atual e alimenta complexos nichos de mercado e consumo dentro da indústria cultural, expressa a fragmentação da classe trabalhadora dentro da atual organização das relações de trabalho.

Assim sendo, podemos concluir com as análises dos autores já referidos, que a divisão do trabalho não é um processo neutro ou objetivo, mas antes um procedimento político para viabilizar a imposição de trabalho através do controle social. Isto explica porque o sistema capitalista necessita passar por sucessivas reorganizações periódicas da organização do trabalho (e formulação de teorias administrativas novas), bem como pela renovação das próprias tecnologias que viabilizam este processo. As reorganizações propostas pelo “*taylorismo*”, “*fordismo*” e por Henri Fayol se inseriam na necessidade de decompor politicamente uma classe operária extremamente resistente, que se expressava de forma *auto-organizada* em diversos movimentos operários autônomos e libertários que tiveram seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX. A

introdução de novas máquinas (o que incluía as famosas esteiras de produção) e a formação das linhas de produção; somadas à transferência do controle sobre o processo de produção dos trabalhadores e contramestres para as gerências científicas, e a formação de uma hierarquia política dos gestores foram estratégias e formas de decomposição política do proletariado e reorganização política das próprias classes capitalistas – o que se demonstrou em larga escala social e de forma bastante patente nos diversos regimes autoritários e fascismos que se seguiram, tanto no campo do capitalismo ocidental, como no do capitalismo estatal burocrático dos países do socialismo real, após a derrocada das ondas revolucionárias iniciadas em 1917 (CLEAVER, 1981; BRUNO, 1986, p. 115-126.⁸²).

Taylor procedeu basicamente à transferência do controle do processo de produção das mãos de trabalhadores e contramestres para uma gerência científica, ao passo que esta passava a controlar, organizar, medir e padronizar os métodos de trabalho, de forma a permitir uma enorme economia de custos, aumentar a produtividade dos trabalhadores, e quebrar a estrutura sindical baseada em organizações de trabalhadores qualificados. Sua ênfase se deu na organização do “chão de fábrica”, do próprio processo de trabalho; Taylor também gerou inovações tecnológicas, ao inventar sistemas de corte de metais e régua de cálculo. A inovação de Ford, por sua vez, foi basicamente a acoplagem de um mecanismo em movimento – a famosa esteira de produção – que permitia à gerência o controle do ritmo de trabalho através do ritmo da esteira, organizando os trabalhadores em linha – facilitando a tarefa de controle e dispensando a necessidade de muitos cronometradores. Esta inovação aperfeiçoou o sistema de Taylor, submetendo a atividade dos trabalhadores ao ritmo da máquina. Fayol, por sua vez, dedicou-se principalmente a conceber a estrutura hierárquica do próprio escalão de gestores das empresas – e não apenas destas, uma vez que colocava seu sistema como universal e passível de ser adotado por qualquer tipo de organização social. Todas estas reformas administrativas, somadas ao novo processo tecnológico emergente no início do século XX, foram estratégias de decomposição política da classe trabalhadora através do fortalecimento dos gestores, da introdução de novas tecnologias e da manipulação da divisão do trabalho (PINTO, 2007; CLEAVER, 1981; SILVA, 2004). A implementação de toda esta reorganização gerencial (uma verdadeira revolução gestorial, que pôde ser vista no Brasil a partir dos anos 30,

⁸²Artigo de Lúcia BRUNO. “*Gestores: a Prática de uma Classe no Vácuo de uma Teoria*”. In BRUNO e SACCARDO (coord.). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.

com a criação do IDORT e do DASP em pleno governo de Getúlio Vargas⁸³) na primeira metade do século vinte foi um fator fundamental para a desorganização do movimento operário, para o refluxo das lutas operárias e sua assimilação pelo capital – por exemplo, através da integração capitalista dos sindicatos com os Estados nacionais através dos “acordos de produtividade” (CLEAVER, 1981); ou a formação no Brasil do *Ministério do Trabalho* e todo o consequente processo de institucionalização e burocratização dos sindicatos (e mesmo a formação de um *capitalismo sindical* – ver BERNARDO e PEREIRA, 2008). Configurou-se uma modalidade de organização do trabalho que constituía a classe trabalhadora com um perfil de “operário-massa”, com forte predomínio do trabalho manual e a instituição de sistemas de ensino direcionados à produção desta força de trabalho peculiar; segundo Cleaver (CLEAVER, 1981), a alta homogeneidade desta classe operária constituiria posteriormente uma fonte de risco político considerável para as classes capitalistas.

Foi sobre este campo de organização do trabalho que eclodiram as ondas de lutas operárias autônomas dos anos sessenta e setenta, que questionavam as relações de poder dentro das empresas, o ritmo e os processos de trabalho, através de movimentos de ocupação e autogestão dos locais de trabalho (BERNARDO, 2004). As lutas também se processavam com elevada autonomia e questionamento em relação ao controle exercido pelas burocracias sindicais e partidárias do movimento operário (Ver a obra *Reflexões sobre o socialismo, e Autonomia Operária*, de Maurício TRAGTENBERG, 2008; e TRAGTENBERG, 2011; BRUNO, 1985.).⁸⁴ Igualmente, o questionamento se estendia para os mais diversos setores da *Fábrica Social*, incluindo as formas políticas de gestão, as relações familiares, a sexualidade, os sistemas de ensino e a própria dinâmica dos lazeres e tempos livres (CLEAVER, 1981; DIAS, 2010). Este processo significou, em outras palavras, uma *recomposição política* da classe trabalhadora, que conforme aludimos, constituiu em um perigo para a ordenação social do capital, além de impor

⁸³ IDORT é o *Instituto de Organização Racional do Trabalho*, criado durante o governo de Getúlio Vargas, em 1931, por empresários como Armando de Salles Oliveira e Roberto Mange, baseado na Taylor Society, dos EUA; DASP é o *Departamento Administrativo do Serviço Público*, criado em 1938, durante o Estado Novo.

⁸⁴ Ver também nosso estudo “40 anos do Maio de 68: a Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord”. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de Setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Paulo%20Vergilio%20Marques%20Dias.pdf>> (último acesso: 03/07/2013). Neste estudo procuramos tecer uma aproximação e contextualização da obra principal de Guy Debord em relação aos movimentos operários autônomos e ao ciclo de lutas dos anos sessenta, bem como uma aproximação entre suas teorias e a abordagem das teorias autonomistas.

barreiras ao processo de valorização e ao aumento da produtividade – o que, para Cleaver e Bernardo, desencadeou a crise mundial de 1973-1974 (CLEAVER, 1981; BERNARDO, 1991; 2004).

As reorganizações do processo de trabalho e da tecnologia não são definitivas; a própria história do século XX demonstra que elas funcionam durante a fase ascendente de um ciclo econômico longo, mas ao passo de uma ou duas gerações, eclodem novas formas de luta (decorrentes da reconstituição das inter-relações da classe trabalhadora sobre o terreno das novas tecnologias) e ocorre o esgotamento das formas vigentes de organização do trabalho; este processo pressiona o capitalismo a passar por novas reorganizações do trabalho e da produção social (BERNARDO, 1998; 1991), bem como por novas revoluções tecnológicas que significam o aumento do *capital constante* (CLEAVER, 1981; KURZ, 1992).

A própria tecnologia empregada se revela muito mais um fator do processo de organização do trabalho, não podendo ser neutra ou instrumental neste processo, mas constituindo um veículo das próprias relações sociais. João Bernardo, em *Democracia Totalitária*, ressaltou com precisão que a qualificação dos trabalhadores e reorganização dos processos de trabalho antecede a implementação de tecnologias novas – ao analisar a catástrofe resultante de tentativas de implementar a microeletrônica sem prévia organização do trabalho e qualificação da força de trabalho em indústrias norte-americanas nos anos setenta. Bernardo destacou como o processo feito pelas empresas japonesas primeiro privilegiava o treinamento, qualificação e organização, para depois implementar novas tecnologias. Ele ressalta especialmente, nesta obra, o caráter da microeletrônica enquanto instrumento de controle sobre a *força de trabalho* (BERNARDO, 2004).

Sobre isto, Franco de Benedette, alto gestor da Olivetti, declarou na *Financial Times* de 4 de Agosto de 1981:

“A taylorização das primeiras fábricas (...) permitiu o controle da força de trabalho e foi o pré-requisito necessário para a mecanização e automatização do processo produtivo. Dessa forma, as indústrias taylorizadas puderam ganhar a concorrência com as empresas que usavam o antigo sistema (...). A tecnologia de informática é basicamente uma tecnologia de coordenação e controle dos trabalhadores de escritório, aos quais a organização taylorista do trabalho não conseguiu cobrir (...). O PED – Processamento Eletrônico de Dados – parece ser um dos instrumentos mais

importantes com os quais a direção das companhias institui políticas referentes diretamente ao processo de trabalho, condicionadas por fatores econômicos e sociais complexos. Neste sentido o PED é de fato uma tecnologia organizacional e, enquanto tal, tem dupla função: atuar como força produtiva e como instrumento de controle do capital sobre o trabalho.”(Apud BRUNO, 1996)

A fala de um gestor capitalista neste aspecto é altamente esclarecedora. A reorganização popularmente chamada “toyotista” do processo de trabalho correspondeu a uma modificação nas diversas divisões do trabalho e uma resposta capitalista à onda internacional de lutas autônomas dos anos sessenta e setenta. Principalmente, através da introdução da microeletrônica, com a dispersão das imensas concentrações operárias vigentes na estrutura *taylorista-fordista* de produção e fragmentação das mesmas em uma ampla gama de empresas fornecedoras e subcontratantes (que podem estar mesmo a milhares de quilômetros de distância umas das outras ou em outros países), além da terceirização de boa parte da *força de trabalho* ligada a tarefas de trabalho mais simples, ela fortaleceu a hierarquização qualificacional dos trabalhadores, produzindo uma verdadeira fratura que separa os trabalhadores mais qualificados, sobre os quais predomina o regime da *mais-valia relativa* e *trabalho complexo*, dos trabalhadores precários, sob predomínio do regime da *mais-valia absoluta*. A flexibilização da própria produção – com a eliminação dos estoques e a vinculação da produção à demanda e aos departamentos de vendas (PINTO, 2007; BERNARDO, 2004) - gera a flexibilização das próprias relações de trabalho (uma vez que a demanda oscila, a produção de forma idêntica varia, e daí a utilização da *força de trabalho* se dar de forma variável acompanhando estas oscilações, tanto em termos de ritmo de trabalho e jornadas flexíveis, como em processos de maior ou menor contratação de trabalhadores precários de acordo com a necessidade de produção em determinado período). A reorganização das técnicas administrativas, dotada de caráter político, foi um elemento crucial para minar a onda de resistência social autônoma da leva de lutas dos anos sessenta e setenta, possibilitando novas modalidades de controle social sobre a *força de trabalho* dentro da totalidade da fábrica social. As capacidades intelectuais e gestonárias dos trabalhadores passaram a ser apropriadas por regimes de produção com aumento da participação do trabalhador na empresa sob o discurso da gestão democrática ou participativa (BERNARDO, 2004).

Conforme ressalta Geraldo Pinto (2007), houve a acentuada clivagem entre de um lado os trabalhadores qualificados e intelectuais, de alta produtividade em regime de predomínio da *mais-valia relativa*, melhor remunerados, portadores de direitos sociais e

trabalhistas, com maior sindicalização e nível de consumo e acesso a serviços; e de outro os trabalhadores precários do regime do predomínio da *mais-valia absoluta*, de menor produtividade e que exercem *trabalho simples*, com ausência de direitos trabalhistas e pouco acesso a serviços sociais, sujeitos a baixa remuneração e péssimas condições de trabalho, além de possuírem baixa taxa de sindicalização, e alta rotatividade no trabalho alternada com períodos de desemprego. Este último setor incluiria boa parte do exército de reserva. Conforme analisamos em *Economia Política da Educação de Massas* (DIAS, 2010), esta estratificação hierárquica da *força de trabalho* influencia decisivamente os sistemas de ensino, gerando uma hierarquia qualificacional ou de níveis de formação. Naquele trabalho, demonstramos que a escola pública brasileira forma predominantemente trabalhadores precários, além do *exército de reserva* e, nas periferias e locais de extrema pobreza, chega a cumprir papel assistencial e de controle social sobre uma *superpopulação relativa* (MARX, 1985, p. 198-212) de excluídos, marginalizados e inempregáveis no mercado de trabalho. Um nível maior de qualificação seria representado por aqueles que tiveram acesso ao ensino das escolas técnicas e universidades privadas, constituindo um setor de maior qualificação (com enfoque técnico) acima do anterior; e um setor ainda mais restrito de trabalhadores de alta produtividade surgiria de grande parte das universidades públicas e algumas universidades particulares mais restritas. A pirâmide da estrutura dos sistemas de ensino e formação se constitui de acordo com a própria hierarquia qualificacional da classe trabalhadora, conforme abordamos naquele trabalho. Como podemos ver, a hierarquização da qualificação é uma das divisões políticas mais importantes instituídas pelo capital sobre a *força de trabalho* e um mecanismo de controle social, além de poderoso veículo ideológico de integração dos trabalhadores ao ordenamento social do sistema sob o discurso da ascensão social através do estudo.

Não é difícil conceber a relação entre os níveis do espectro do *trabalho simples* ao *complexo* e das hierarquias qualificacionais com a maior ou menor participação da mesma classe trabalhadora no acesso a redes de computadores. Conforme demonstrou Lucas Patschiki,

“A informática, de um modo geral, não é objeto de uso cotidiano de toda a população, seu acesso passa por clivagens classistas, tornando o computador pessoal objeto de fetiche, de desejo. Um estudo

particular, da Razorfish⁸⁵, traz indicativos desta leitura, mesmo que utilizando parâmetros de análise social típicos do Banco Mundial: ‘Dos 28 milhões de lares brasileiros que possuem computadores, 63% são da classe C, enquanto 23% pertencem às classes A e B e 14% à classe D(...)’. O que é reafirmado quando analisada a quarta Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2008 do CGI.br⁸⁶:

‘As áreas urbanas de menor poder aquisitivo e a área rural no Brasil representam uma considerável camada social que fica à margem do fenômeno da sociedade da informação e da expansão da infraestrutura das digitais. De acordo com pesquisas do CGI.br, a comparação entre os domicílios nas áreas urbana e rural evidencia uma expressiva diferença na penetração dessas tecnologias: enquanto 28% dos domicílios nas áreas urbanas possuem computador, nas áreas rurais a penetração dessa tecnologia é de apenas 8%. Com relação ao acesso à Internet, enquanto nas áreas urbanas a penetração do acesso chega a 20% dos domicílios, nas áreas rurais esse percentual cai para apenas 4%. Mesmo se considerarmos somente as áreas urbanas, as variáveis socioeconômicas também revelam as dimensões das desigualdades existentes no país. Nos domicílios urbanos pertencentes às classes D e E, o acesso à Internet é praticamente inexistente (1%), enquanto nos domicílios de classe A o acesso é praticamente universal (93%). Esse quadro é ainda agravado pelo fato de a classe A representar apenas 1% da população urbana e as classes D e E representarem quase um terço dos indivíduos nessas áreas.’”

Mesmo sem considerar que um computador domiciliar pode servir a vários usuários, Patschiki prossegue:

“Não há universalização de acesso à internet para as classes subalternas, a não ser pelas novas exigências sobre a classe trabalhadora urbana no contexto da reestruturação produtiva do capital (destaque nosso), que para utilização privada conta com 1% de acesso. O campesinato e a população do interior do país são colocados à margem do processo de difusão às novas tecnologias.” (PATSCHIKI, 2012)

O autor cita documentos que utilizam uma definição de classes sociais baseada em níveis de renda e consumo (enquanto para nós, esta é dada pela função social e posição dos grupos dentro do processo de produção da *mais-valia* e organização do trabalho social). Mas, ao analisá-los, ele demonstra claramente que os setores diferentes na hierarquia qualificacional e salarial da classe trabalhadora possuem de forma idêntica,

⁸⁵Uma das maiores agências interativas do mundo sobre desenvolvimento de redes, planejamento de mídias, tecnologia e marketing digital. Ver <http://en.wikipedia.org/wiki/Razorfish_%28company%29> e <<http://www.razorfish.com/>>.

⁸⁶Comitê Gestor da Internet no Brasil. Ver <<http://www.cgi.br/>>.

diferentes níveis de acesso a computadores e às redes de computadores. Mesmo as modalidades de utilização da internet variam segundo os setores da classe trabalhadora:

“Em relação ao acesso móvel da rede, ‘a classe C está usando as tecnologias digitais e móveis para fazer mais do que socializar e se comunicar e, sim, para acessar novas oportunidades educacionais e empresariais.’⁸⁷ As mídias sociais são as mais acessadas’, representando então cerca de ‘21% do tempo gasto online por meio dos celulares, seguidas por músicas (19%), esportes (17%), jogos online (15%), vídeos online (12%) e entretenimento (9%)’, enquanto o ‘acesso a páginas pessoais, chats, compras online e internet banking ficam em 4% cada um do total de uso da internet via dispositivos móveis’. Mas, mesmo que o tempo e o acesso tenham aumentado, a diferenciação crucial explicita-se em relação ao consumo. Segundo levantamento do Ibope, com 2,5 mil pessoas, ‘a maioria dos consumidores brasileiros que realizam compras na web pertencem às classes A e B e gastam, em média, R\$ 118 por mês’, sendo que sozinhas ‘as classes A e B respondem por 61 por cento das compras realizadas na internet, seguidas pela classe C, com 35 por cento, e D e E que, juntas, somam apenas 4 por cento’. Com isto, entendemos que as classes subalternas podem ter agora determinado acesso ao hardware e à rede, assinalando o aumento vertiginoso da oferta de crédito durante as duas gestões de Luiz Inácio da Silva (...), mas que mesmo assim, a tecnologia não é parte da vida diária da maioria dos trabalhadores – lembrando que o Brasil é o décimo país com a pior distribuição de renda do planeta.”(PATTSCHIKI, 2012).⁸⁸

⁸⁷Ou seja, o consumo que, reorganizado e hetero-organizado, se torna *consumo produtivo* (CLEAVER, 1981), produção da própria *força de trabalho* (capacidade de trabalho) num processo de *produção de trabalhadores através de trabalhadores* (BERNARDO, 1998; 1985). Os lazeres eletrônicos, como assinalou Bernardo, e conforme analisamos também em nossa pesquisa de mestrado, funcionam como qualificação dos trabalhadores, uma vez que se utilizam os mesmos tipos de tecnologias que são empregadas para o trabalho durante o lazer (BERNARDO, 1998; DIAS, 2010). Assim, as novas gerações, através do consumo destas tecnologias, aprendem a utilizá-las para trabalhar, além de desenvolver características cognitivas importantes para os novos processos de trabalho, como a agilidade de pensamento, rapidez de operações e digitação, capacidade de comunicação, capacidade de desempenhar várias tarefas ao mesmo tempo, capacidade leitora e de interação, etc. – possibilitando o aumento das capacidades comunicativas, gestionárias e de *trabalho complexo* dos atuais e futuros trabalhadores. Este processo gera impacto positivo na valorização da cadeia de produção do capital em toda a *fábrica social*, na medida em que se produz uma força de trabalho mais produtiva, com maior capacidade de trabalho e menor valor, dentro dos mecanismos da mais-valia relativa.

⁸⁸O autor prossegue, referindo-se ao setor da classe trabalhadora precarizada sob o predomínio do regime da mais-valia absoluta: “Segundo Mora: ‘Para competir numa economia globalizada, os capitalistas buscam desenvolver máquinas cada vez mais modernas, de alta tecnologia, tarefa reservada aos países centrais. Para a maioria da força de trabalho dos países periféricos, entre os quais o Brasil, está reservada a simples operação das tais máquinas, portanto o trabalho simples. Sob relações de produção capitalistas, o desenvolvimento de máquinas de alta tecnologia e de novas formas de organização do trabalho, o que ocorre é uma desqualificação da maioria dos trabalhadores, e a substituição do antigo trabalhador qualificado por um novo perfil de trabalhador qualificado, apenas com uma instrução básica, que vai no sentido oposto da qualificação mais geral, ou seja, da qualificação para a realização de tarefas mais complexas. Portanto, uma qualificação profissional cujo objetivo é apenas operar máquinas que desenvolvem, elas sim, tarefas complexas.’”(PATTSCHIKI, 2012). Entretanto, para os setores de trabalhadores inseridos no regime do predomínio da modalidade de exploração da mais-valia relativa, a tendência é oposta, é a do aumento constante da qualificação. Seria, portanto, incorreta a alegação de que haveria apenas uma desqualificação geral da força de trabalho. Pois justamente o próprio processo de desenvolvimento capitalista eleva constantemente o próprio trabalho simples médio para novos patamares mais elevados. O que se entende por qualificação no sentido capitalista é fundamentalmente diferente do que se entende por qualificação em um sentido crítico e social enquanto aquisição de cultura e formação (DIAS, 2010).

Como podemos ver, tanto o nível de acesso e utilização quanto as modalidades de uso das redes de computadores no Brasil variam de acordo com os estratos diferentes da classe trabalhadora e seus níveis qualificacionais e salariais. Aqui, estamos nos referindo ao uso dos computadores e redes enquanto instrumentos de consumo doméstico. Temos que considerar ainda o importante fato de que imensa parcela da *força de trabalho* que não possui acesso a tais meios e redes, ou o possui de forma muito limitada, ainda assim é hetero-organizada em seu trabalho por empresas e gestores que utilizam as mesmas tecnologias para controlar seu processo de trabalho, ao passo que os mesmos trabalhadores podem se encontrar fragmentados e isolados entre si⁸⁹. Entretanto, como vimos, é dentre os setores de trabalhadores mais qualificados que se concentra a maior utilização das redes de computadores. Estes são justamente o setor da classe que se caracteriza pela maior utilização do componente intelectual do trabalho e a maior apropriação deste e de suas capacidades organizativas e gestionárias pelas gerências das empresas. Entretanto, como Patschiki menciona, há um processo de disseminação que amplia progressivamente o acesso aos demais setores da classe trabalhadora (PATSHIKI, 2012). Isto acompanha, dentro do ciclo econômico da reestruturação produtiva, o processo de modificação gradual da produtividade da *fábrica social*, que leva o *trabalho simples médio* a sempre se elevar de patamares ao longo do tempo (CLEAVER, 1981), bem como a *mais-valia relativa* a passar por um processo de “absolutização” mediante a progressiva difusão destas tecnologias para os demais setores da sociedade. As modalidades de mais-valia se articulam em um processo dinâmico com alternância de predomínios durante os ciclos econômicos (BERNARDO, 1991).

O acesso e uso das redes de computadores está, portanto, relacionado e condicionado pela estrutura da divisão do *trabalho útil* no complexo da *fábrica social*; e

⁸⁹ E neste caso, a popularização do acesso e do uso de mídias sociais pode ser compreendida como possível modalidade e tentativa de recomposição de relações sociais que foram fragmentadas. Podem se reconstituir contatos e laços de solidariedade e mesmo de reorganização das lutas sociais. Porém, também podem se formar tipos de socialização espetaculares (DEBORD, 1997) ou formas de comunidade ilusórias e abstratas que reúnem indivíduos atomizados e reforçam comportamentos de individualismo e des-solidarização. “*O espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado.*” (DEBORD, 1997, p.23). Se a televisão constituía um processo social onde um centro unifica uma multidão de indivíduos atomizados e emite seus conteúdos unilateralmente, as redes de computadores, a depender da forma como forem organizadas, podem aprofundar este processo, adequando-o às novas configurações da organização do processo de trabalho, que influenciam a *fábrica social* como um todo. Os indivíduos passam a interagir e escolher, porém dentro de uma estrutura de poder que efetivamente não controlam e de escolhas de opções que, em última instância, já seriam dadas hierarquicamente. A cultura das redes sociais, dessa forma, surge no espírito do tempo da organização da produção nas empresas e da *fábrica social*, além da política institucional, sob a égide do discurso da “gestão participativa”. Entretanto, a forma como se estabelece a vigilância e o controle sobre as redes – como, por exemplo, as polêmicas políticas de privacidade do *Facebook* e *Google*, que coletam e armazenam todos os dados de seus usuários permanentemente – demonstra bem o caráter controlado hierarquicamente de tais redes sociais, tanto mais forte quanto menos aparenta exercer tal controle.

os níveis de modalidades de acesso e utilização destas tecnologias também expressam as clivagens políticas da divisão do trabalho. E, na medida em que, como vimos, as tecnologias microeletrônicas de redes de computadores são instrumentos políticos de controle sobre a força de trabalho e organização do processo de trabalho, os diversos níveis e formas de utilização destas tecnologias pelos trabalhadores em seus lazers, consumos e tempos livres, expressam também as divisões políticas postas pelo capital sobre a *força de trabalho*. Se considerarmos ainda o processo de militarização e tentativas de controle sobre a rede mundial de computadores pelos governos e empresas (ASSANGE, 2013; PASSA PALAVRA, 2010)⁹⁰, fica evidente que se tratam de tentativas de instituir a hetero-organização sobre os consumos e tempos livres dos trabalhadores, convertendo-os em *consumo produtivo* e fortalecendo, desta forma, o controle social e a governamentalidade da *fábrica social*.

De forma resumida, temos o fato de que as tecnologias das redes de computadores são elemento chave do processo de organização do trabalho, e também do processo mais amplo de hetero-organização da *fábrica social* pelas empresas. Da mesma forma que mecanismos como a esteira de montagem permitiam o controle sobre o ritmo de trabalho de toda a linha de produção, as redes de computadores permitem o controle sobre o ritmo do trabalho e da atividade da própria *fábrica social*, em níveis muito mais amplos e inéditos; e ainda possibilitando que a vigilância se funda com a própria tecnologia do processo de trabalho. De outro lado, as variedades de usos e apropriações destas tecnologias feitas pelos trabalhadores⁹¹ vão desde os consumos e lazers hetero-organizados enquanto *consumo produtivo* e controle social, às possíveis formas de auto-organização dos usos do tempo e destas mesmas tecnologias. Em outras palavras: *aqui*

⁹⁰ PASSA PALAVRA. Wikileaks e os conflitos no ciberespaço. – parte II. In <<http://passapalavra.info/2010/12/33413>> (acesso em 01/08/2011).

⁹¹ Cabe aqui uma observação de extrema importância. Em todo este trabalho estamos utilizando um conceito de classe trabalhadora ou de proletariado expandido. Uma vez que consideramos que o complexo de produção de valor articula toda a sociedade enquanto uma imensa *fábrica social*, são membros da classe trabalhadora não apenas os trabalhadores formais inseridos em empresas ou indústrias (a classe trabalhadora tradicionalmente conhecida como tal), mas também os trabalhadores dos setores de serviços, empresas comerciais, shopping-centers, supermercados, escritórios, trabalhadores precários e a tempo parcial, autônomos, desempregados, donas de casa, estudantes, docentes; profissionais liberais proletarizados e submetidos à cadeia de produção (como o caso dos médicos dentro de hospitais e sistemas de planos de saúde); populações e grupos étnicos marginalizados; pessoas marginalizadas em condições muito adversas como os catadores de recicláveis; etc. Todos os setores que podem ser incluídos dentro do complexo do trabalhador social agregado passam a fazer parte da *fábrica social*, não se excluindo mesmo setores ligados à economia política dos tóxicos e atividades criminosas, prostituição e modalidades de exploração da miséria. Setores tradicionalmente reconhecidos como não-operários, como estudantes, universitários e membros de alguns setores da chamada classe média, que utilizam amplamente os meios eletrônicos que analisamos e possuem participação em movimentos sociais como os *anti-globalização* e lutas pelo *passe livre*, são por nós entendidos como pertencentes à classe trabalhadora, mais especificamente ao setor dos trabalhadores mais qualificados sobre o qual predomina o regime de trabalho da mais-valia relativa.

está colocada a questão da disputa entre capitalistas e trabalhadores pelo controle sobre as redes de computadores (e, por conseguinte, de um setor estratégico das *condições gerais de produção do capital*); a disputa entre a hetero-gestão de seus usos pelas tecnocracias e a auto-organização de seus usos pela classe trabalhadora, constituindo um aumento do poder social desta última. Se é justamente sobre o campo das novas tecnologias que pode ocorrer a recomposição política de uma classe trabalhadora fragmentada pela divisão do trabalho, aqui se apresenta o cerne da nossa questão em nosso objeto de pesquisa: a apropriação e utilização dos meios eletrônicos por grupos de trabalhadores pode potencialmente constituir formas ou tentativas de sua recomposição enquanto classe social auto-organizada, possibilitando a reorganização das lutas sociais em novos patamares. Toda a discussão atual sobre a importância das redes de computadores para as atuais ondas de lutas sociais que ocorrem pelo mundo expressa na verdade esta problemática. A veloz propagação das ondas de lutas sociais atuais, intensificada com a revolta de Oaxaca em 2006, passando pelas lutas da Grécia desde 2008, a Primavera Árabe de 2011 até o presente, além das lutas nos Estados Unidos com os *Occupy*es e greves de estivadores e trabalhadores precários, as lutas na Espanha, e o atual processo ocorrido no Brasil desde Junho de 2013 (além das muitas outras lutas que ocorrem pelo mundo, como as da Índia, Indonésia, etc.), evidencia uma rápida internacionalização dos processos de luta, acelerada pela facilidade de circulação da informação. É justamente o que adiante iremos investigar e discutir neste trabalho – como ocorre a apropriação destas redes, qual seu potencial formativo e organizativo para as novas gerações de trabalhadores. Ainda, podemos acrescentar, retomando Foucault, que neste conflito encontra-se a oposição entre a imposição de formas de *direção de consciência* (FOUCAULT, 2010) e a possibilidade dos indivíduos construírem seu próprio discurso e seus paradigmas através do diálogo.

Sem uma abordagem de fundo que considere a problemática que expusemos até agora sobre a *divisão do trabalho*, não poderíamos situar e compreender esta questão de forma adequada. Temos, finalmente, que a própria categoria *trabalho útil* não é neutra ou desprovida de contradições, mas justamente sua organização e a manipulação de suas divisões é que possibilitam a existência de uma produtividade social média, a definição de um *trabalho simples médio* social (que permite a composição do *trabalho complexo*), e assim, a existência real do *trabalho abstrato* e homogêneo enquanto força social. Por esta razão Cleaver demonstrou que não seria possível aos trabalhadores proceder a um enfrentamento político e social que procurasse suprimir ou confrontar apenas o trabalho

em sua forma abstrata; para ele, seria necessário proceder ao “*esmagamento*” da própria organização do *trabalho útil*, ou, em outras palavras, à mudança completa da própria forma de organização do trabalho (CLEAVER, 1981, p.149). É talvez, o elemento mais visível nas vagas de lutas autônomas dos anos dez e vinte e dos anos sessenta e setenta do século XX, a presença da autogestão operária, expressa nas ocupações de fábricas, empresas, terras, e mesmo na criação de formas comunais de autogestão política. Marx, em sua análise da Comuna de Paris (MARX, 2008)⁹² expressou que a forma comunal de organização seria um passo crucial para possibilitar medidas que suprimam a exploração do trabalho e a própria produção mercantil. Pelo simples fato de que a exploração dos trabalhadores requer a opressão hierárquica, a autogestão dos processos de trabalho é condição fundamental para a interrupção da produção de valor; de forma idêntica, a formação de malhas e redes autogeridas seria o elemento que possibilitaria aos trabalhadores conectar diretamente as diversas unidades de produção e suprimir assim a própria *forma-mercadoria* enquanto relação social determinante da produção e circulação de bens, bem como o tempo de trabalho enquanto medida da produção social – um processo de “*comunização*” (BARROT e MARTIN, 1972). Todos estes fatos demonstram como a luta de classes procede a ataques contra a própria forma de organização capitalista do trabalho, e como a categoria *trabalho útil* pode também ser criticada. Igualmente, a introdução da *organização científica do trabalho* significou o elemento de derrota de diversas lutas e revoluções. Rudolf Rocker demonstrou, criticamente, como a introdução por Lenin do taylorismo na Rússia, que enfrentou violentas greves e oposição operária, foi o elemento crucial para a desorganização da classe operária russa, para o aparecimento dos gestores, o esvaziamento do poder autônomo dos soviets e, finalmente, a emergência de um *capitalismo estatal* como forma de socialismo real (ROCKER, 2007; TRAGTENBERG, 2007). Os bolcheviques encararam estas medidas como formas de ação meramente instrumentais, que poderiam ser objetivamente utilizadas para a obtenção de uma transição a uma sociedade pós-capitalista. Mas elas significaram a dissolução da autogestão e a reconstituição do capitalismo em moldes burocráticos.

Sobre o caráter político da categoria *trabalho útil*, precisamos ainda ressaltar dois elementos cruciais. Primeiro, que se a própria categoria *valor de uso* não é neutra,

⁹²Karl MARX. **A Guerra Civil em França**. Versão digital de *Arquivo Marxista na Internet*, 2008, disponível in <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/> (acesso em Janeiro de 2013).

tampouco o *trabalho útil* que produz as mesmas mercadorias, nem a técnica, poderiam ser politicamente neutros. A tecnologia, assim, expressa seu conteúdo político, não sendo externa aos conflitos sociais – o próprio Taylor, além da *administração científica*, foi o criador de técnicas de corte de metais e da régua de cálculo, o que se inseria na própria reorganização do processo de trabalho, que expropriava aos trabalhadores o controle sobre o mesmo. Logo, as próprias máquinas de corte de metais e a régua não poderiam ser tecnologias neutras – são tecnologias que expressam e veiculam as relações sociais de exploração. Isto demonstra que além do processo de trabalho, a própria tecnologia necessitaria ser reorganizada pelo processo de autogestão dos meios de produção, como condição para a organização de uma sociedade pós-capitalista (BRUNO, 1985). O processo de autogestão pode transformar as tecnologias, chegando a produzir tecnologia de novo tipo, adequada às novas relações sociais. Jean Barrot ressaltava que uma usina nuclear jamais poderia ser democrática ou veicular relações democráticas (BARROT e MARTIN, 1972). A própria forma de apropriação das redes de computadores pelos trabalhadores transforma seu uso e produz novas tecnologias e modalidades de uso – por exemplo, as redes *peer to peer* (ponto-a-ponto ou P2P), de compartilhamento de dados entre computadores diretamente interligados entre si de forma horizontal sem a necessidade de um servidor central, expressam uma estrutura de rede de computadores bastante diferente da estrutura controlada hierarquicamente por imensos servidores continentais. De forma idêntica se dá a batalha pela criptografia e privacidade na internet, onde usuários e grupos criam constantemente novas ferramentas e programas para permitir a comunicação livre e democrática, sem estar sujeitos a interceptação ou rastreamento de dados por empresas e governos (ASSANGE, 2013). Diversas modalidades de programas de exibição de vídeos, blogs, sistemas de mensagens instantâneas, *wikis* e redes sociais foram desenvolvidas por ativistas do movimento antiglobalização, antes de serem apropriadas comercialmente por empresas e terem sua utilização massificada enquanto ferramentas de entretenimento. E depois, lentamente ocorreu uma politização do uso destas ferramentas – como blogs e redes sociais, no contexto das novas revoltas sociais.

Em segundo lugar, temos que considerar que, sendo o *político* e o *poder político* atributos de todas as sociedades humanas, torna-se a própria desorganização dos grupos humanos uma necessidade para viabilizar a existência de aparelhos de poder político separados e especializados, que expropriam as sociedades de exercer o *poder político* e o

político em si (BRUNO, 2009; CLASTRES, 2003). A *divisão do trabalho*, assim, é um mecanismo do próprio *poder político separado*, não podendo, portanto, a forma do *trabalho útil* ser externa às relações de exploração capitalistas ou isenta de caráter político. É neste terreno da organização do trabalho, e sobre o quadro das tecnologias por ela utilizadas que ocorre a disputa pela *recomposição* da classe trabalhadora e se desenvolvem os conflitos sociais atuais.

b) *Trabalho abstrato e controle social enquanto malha de relações de poder.*

O *trabalho útil* é uma categoria, conforme pudemos ver, referente aos momentos da atividade social concretos e sensíveis, intrinsecamente relacionada à produção de *valores de uso* qualitativamente diferentes, expressando assim uma complexa miríade de atividades ou trabalhos úteis que compõem o imenso complexo da *divisão social do trabalho*. Como aludimos, este é produto de relações sociais dotadas de caráter político. Quando Marx refere-se à *força produtiva* material do trabalho, evidentemente não fala do *trabalho abstrato*, mas sim da categoria *trabalho útil*. Produtividade é um conceito inerente ao *valor de uso* e ao *trabalho útil*, uma vez que na sua forma abstrata quantidades iguais de tempo de trabalho valem sempre o mesmo. Entretanto, no mesmo período de tempo, produtor da mesma quantidade de *valor*, a quantidade de *valores de uso* produzidos pode variar. É esta diferença fundamental entre *trabalho útil* e *trabalho abstrato* a base para a compreensão de toda *crítica da economia política* de Marx (MARX, 1985).⁹³ Produtividade, referente ao nível de eficácia das forças produtivas, é

⁹³Caberia acrescentar que a compreensão do processo que Marx descreve nos *Grundrisse*, no qual a troca progressiva do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto* vai erodindo a base de valorização e reduzindo a quantidade de valor novo produzido, depende inteiramente da compreensão desta diferença (MARX, 2011). Em segundo lugar, cabe observar mais uma vez que Marx afirma que quantidades iguais de tempo de trabalho valem sempre o mesmo, mas isto é uma *média social* de *trabalho simples* estabelecida em todo o complexo da sociedade, não sendo nunca uma medida natural de dispêndio de energia. Por esta razão que, embora quantidades iguais de tempo valham o mesmo, em se tratando de *trabalho complexo*, no mesmo período de tempo pode-se exercer um montante muito maior de *trabalho simples*. Se o conceito de valor fosse tomado como referente a uma substância natural ou metafísica, não faria sentido nenhum que uma determinada quantidade de *trabalho complexo* representasse uma grande quantidade de *trabalho simples* (seria algo ilógico e sem sentido); e a teoria da *mais-valia relativa* ficaria comprometida também, bem como a própria teoria do *valor-trabalho* de Marx. Entretanto, na medida em que a *média social* do *trabalho simples* é dada através de relações sociais e de caráter político estabelecidas na *fábrica social*, não constitui nenhuma incoerência a proposição de Marx de que certa quantidade de *trabalho complexo* corresponda a um quantum potenciado e grande de *trabalho simples*. Se a *média* do *trabalho simples* é socialmente estabelecida, o setor que obtiver a produtividade acima da *média* pode perfeitamente exercer o *trabalho complexo* e ser produtor de imenso montante de valor através de mecanismos da *mais-valia relativa*, permitidos pela combinação de inovações tecnológicas, organizacionais e qualificacionais. Assim, a proposição de Marx demonstra plena coerência e permite compreender como o avanço do processo de organização do trabalho permite que ocorra esta potenciação aludida.

uma categoria relacionada ao *trabalho útil*, pois justamente, como Harry Cleaver demonstrou, além da não-neutralidade do mesmo, constitui este o suporte material de existência do *trabalho abstrato* (CLEAVER, 1981). É, pois, o complexo dos *trabalhos úteis* e da *divisão social do trabalho* a forma de existência real, fluida e concreta do *trabalho abstrato*. Marx entende a categoria *trabalho abstrato* como sendo o puro dispêndio de atividade humana, sem levar em consideração as muitas formas úteis e aspectos sensíveis das diversas atividades; trata-se, simplesmente, de trabalho enquanto *generalidade abstrata*, homogênea, quantificável e mensurável pelo seu tempo de duração. Esta é a *substância do valor*, uma força social “*fantasmagórica*”, onde se tem uma massa de trabalho homogênea e indiferenciada, como uma “*gelatina*” de trabalho humano (MARX, 1985, p. 47). Quantidades de *trabalho abstrato* medido em tempo são sempre de mesma grandeza na mesma duração de tempo. Como Cleaver demonstrou, o *trabalho abstrato* tem existência concreta na forma social de um *trabalho simples médio* (CLEAVER, op. Cit.). O *trabalho simples médio* é a média social de trabalho que os indivíduos e grupos podem despendar em um mesmo período de tempo em uma dada sociedade e momento histórico. Esta média é produto histórico da organização social, e varia de acordo com a época e local – um índio Yanômami não integrado à sociedade moderna, ou um pastor de ovelhas das montanhas afegãs, se colocados em uma empresa capitalista atual, potencialmente podem despendar uma quantidade de *trabalho simples* muito pequena ou inferior à de um jovem de um grande centro urbano que acaba de concluir seus estudos e sua formação profissional, a não ser que passem por um processo de disciplinamento e qualificação que os tornem aptos a exercer o mesmo nível de atividade do último. O mesmo valeria para um escravo do século XIX, se comparado com um trabalhador industrial atual. O *trabalho simples médio* torna-se real e possível quando a sociedade já se encontra plenamente mercantilizada, com relações de propriedade consolidadas, classes sociais e poder político organizado em aparelhos de controle social bem estabelecidos, possibilitando a existência de uma produtividade social como uma força social dominante e reguladora da produção, determinando uma *lei do valor*. O *trabalho simples médio* é aquele que uma *força de trabalho* média, com um nível socialmente médio de qualificação e disciplina pode exercer dentro das condições materiais e tecnológicas médias da sociedade. Entendendo-se *força de trabalho* como sinônimo de *capacidade de trabalho*, trata-se da capacidade de trabalho média social, uma média socialmente estabelecida.

O *trabalho simples* médio permite o estabelecimento do *trabalho complexo*, que nada mais é do que o dispêndio potenciado de uma maior quantia de *trabalho simples* médio no mesmo período de tempo. O *trabalho complexo*, produto de uma *força de trabalho* ou *capacidade de trabalho* mais qualificada e operando uma nova tecnologia de nível produtivo superior às demais, é redutível socialmente ao *trabalho simples* médio. Cabe ressaltar que, ao surgir uma inovação tecnológica, organizacional e qualificacional que possibilita a um grupo ou setor social exercer um nível de trabalho mais complexo, é a própria difusão posterior desta mesma tecnologia e modalidade de organização e qualificação que acaba por tornar este *trabalho complexo* novamente em *trabalho simples*, equiparando-o como novo nível social do *trabalho simples* médio. É justamente a imposição social de uma média de produtividade que opera a redução dos diversos *trabalhos úteis* a *trabalhos simples médio*, possibilitando a sua existência homogênea enquanto *trabalho abstrato*. Também é o processo de evolução da tecnologia, da organização do trabalho e da qualificação da *força de trabalho* que leva à constante redefinição do *trabalho simples* como média social, e consequentemente, do *trabalho complexo* como dispêndio de uma grande quantia de *trabalho simples*.

Temos, pois, como já explanamos anteriormente, que o *trabalho abstrato* não pode ser analisado simplesmente como o “lado mau” do processo capitalista, sendo o *trabalho útil* tomado como uma categoria neutra ou externa a este processo. Na verdade, a crítica meramente centrada à categoria *trabalho abstrato* pode ser inócua, uma vez que esta força social só se torna possível através da existência de toda uma malha de relações de controle social, fundamentalmente políticas – um *aparelho de governamentalidade* (FOUCAULT, 2010) ao longo da *fábrica social*. Isto é de enorme significância para o entendimento de nossa análise sobre a atual classe trabalhadora, uma vez que se trata de compreender o perfil da atual *força de trabalho*, fundamentalmente na sua composição – forma de organização e divisões desta. A divisão social do trabalho, como vimos, é condição de base para a existência do *trabalho abstrato*. O capital precisa manipular constantemente esta divisão, para conseguir a característica homogênea do trabalho; necessita fragmentar politicamente a classe trabalhadora, tornando-a heterogênea, introduzindo divisões que a impeçam de adquirir uma homogeneidade politicamente perigosa para o capital, permitindo assim a sujeição social da classe trabalhadora, e a organização desta como uma força de trabalho média, que desempenha *trabalho simples médio*, trazendo à existência o *trabalho abstrato* (CLEAVER, 1981). Ainda, torna-se

necessário que a divisão do trabalho possibilite a mobilidade dos indivíduos de um trabalho a outro, constantemente (MARX, 1985, p. 51.). Assim sendo, a organização do trabalho é o elemento oculto por trás do *trabalho abstrato*; e o estudo da organização do trabalho e da composição da classe trabalhadora são chaves fundamentais para se desvendar como se origina esta força social de abstração.

Em segundo lugar, podemos afirmar que a rede mundial de computadores, enquanto *condição geral de produção* do capital, pelas suas características que permitem a padronização, homogeneização, quantificação, e controle social, é uma expressão do próprio *trabalho abstrato*, e um mecanismo fundamental de efetivação da existência deste. Justamente porque a rede, num espectro social muitíssimo mais amplo do que as antigas esteiras e linhas de produção, permite integrar toda a malha produtiva internacionalmente, estabelecendo ritmos de produção que extravasam o limite físico das empresas, ditando o próprio ritmo da atividade na globalidade da *fábrica social*, e estabelecendo assim o *trabalho simples médio* de forma muito mais efetiva e simultânea. Conforme observou Francisco de Oliveira:

“Avassalada pela terceira revolução industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em sua dupla constituição, as formas concretas e a “essência” abstrata, o consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas. Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui, quase se fundem mais-valia absoluta e relativa: absoluta porque o capital usa o trabalhador quando necessita dele, relativa porque isso é possível somente devido à enorme produtividade. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção. Os serviços são o lugar da divisão social do trabalho onde essa ruptura já aparece com clareza. Cria-se uma espécie de “trabalho abstrato virtual”. As formas “exóticas” desse trabalho abstrato virtual estão ali onde o trabalho aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores: nos shoppings centers. Mas é na informação que reside o trabalho abstrato virtual. O trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual. Sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não-tempo, que é igual a tempo total. Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador, fazendo o trabalho

que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata?”
(OLIVEIRA, 2003, p.11).⁹⁴

Se para a obtenção do *trabalho abstrato* é necessário proceder à constante modificação da *divisão do trabalho útil*, temos o fato de que a fragmentação da classe trabalhadora, sua decomposição política e social enquanto classe política autônoma e *para si* é a condição fundamental para sua redução e hetero-organização *para o capital* enquanto mera *força de trabalho*, através do controle social (ZEROWORK, 1975; 1977). Fica evidente aqui a relação com nossa preocupação teórica em estudar e entender como se dá este processo de fragmentação da classe trabalhadora, bem como da reorganização e recomposição política desta, através da luta pelo controle dos usos das redes de computadores, e da constituição de espaços e usos autônomos na rede que possibilitam o estabelecimento de relações sociais de luta, bem como fóruns para a formação e possível auto-educação dos trabalhadores.

A existência da rede mundial de computadores, se apresenta nos jornais, na mídia e no discurso do senso comum como algo dado, como um ente existente por si, quase algo dotado de vida própria. Neste aspecto, a rede assume a mesma fantasmagoria que o *trabalho abstrato*, e não seria nenhum exagero em falarmos em um “*fetichismo da internet*” para nos referirmos a esta aparente objetividade e automovimento da rede. Esta se apresenta enquanto algo misterioso, passível de toda sorte de explicações que incluem teorias semióticas, sobre simbologia, cultura e imaginário social. Seria mesmo possível afirmar que muito do imaginário e do inconsciente da sociedade poderia estar imerso nas zonas profundas que vão da internet oferecida pelos provedores e sites de busca aos territórios labirínticos da rede não acessível (a chamada “*deep web*”).⁹⁵ Entretanto, ao

⁹⁴Francisco de OLIVEIRA. O **Ornitorrinco**. (2003), p. 11. Disponível in <<http://pt.scribd.com/doc/65248440/Francisco-de-Oliveira-O-Ornitorrinco>>

⁹⁵ Poderíamos aqui fazer uma analogia curiosa. Falamos que a rede mundial de computadores pode ser utilizada de formas distintas por capitalistas e trabalhadores. Assim, um indivíduo tanto pode utilizá-la para finalidades de emprego ou alienação mercantil em entretenimentos e consumos hetero-organizados que funcionam enquanto disciplinamento e qualificação de sua própria *força de trabalho*, quanto pode utilizá-la para debates e aquisições de conhecimentos de formas que extravasem este domínio do controle social e objetivem uma formação de si e de relações de novo tipo com outros indivíduos – possibilitando rejeitar paradigmas impostos, e criar novos discursos e paradigmas próprios, recuperando a capacidade de se auto-instituir, referente ao *político*. Não é exatamente este o conteúdo da heresia religiosa, nos períodos medievais e do renascimento? Menocchio, o moleiro, leu alguns livros e formulou suas próprias idéias religiosas, o que lhe custou ser perseguido pela Inquisição (GINZBURG, 1987). O sentido de heresia, referente a um conhecimento que produz uma *heterodoxia*, consiste justamente nesta autonomia do sujeito. Ironicamente, aqueles que buscavam as heresias religiosas procuravam frequentemente “acessar” diretamente o universo místico do inconsciente, do cosmo e dos símbolos através de buscas e alterações do estado de consciência. Místicos como Ibn Arabi de Murcia (1165-1240) “acessariam” esta esfera dos símbolos através dos sonhos auto-iniciáticos; era prática comum dos místicos sufis, dos xamanistas e místicos taoístas, para não mencionar nomes do cristianismo como São

analisar a rede mundial de computadores enquanto *condição geral de produção* do capital, o fetichismo da rede cede lugar à compreensão desta enquanto mecanismo da exploração efetuada no âmbito da *fábrica social*, e do processo de luta pelo controle das redes como parte da própria luta de classes pelo controle e uso social dos meios de produção. As possibilidades de uso espetaculares ou alienantes destas tecnologias, ou de seus usos políticos como ferramentas de auto-organização e autoformação dos trabalhadores se apresentam como uma dialética inerente a este processo de luta social.

c) *Conceito de trabalho como campo de atividade economicamente absorvida - a separação do trabalho em relação aos “tempos livres”.*

Cabe considerar brevemente que, o próprio conceito de *trabalho* não é ausente de problemas e contradições na *crítica da economia política* e ao longo do pensamento de Marx. O próprio Marx apresenta em suas obras diversas abordagens em relação ao conceito de *trabalho*, oscilando entre aquelas que colocam o conceito de forma positiva ou negativa. Logo no princípio de *O Capital*, considera o *trabalho* em sua forma útil uma necessidade social eterna e base de socialização humana (MARX, 1985). Cabe ressaltar que ele se refere neste momento à pluralidade de atividades úteis em formas particulares. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 (MARX, 2004), ele apresenta um conceito de *trabalho alienado* enquanto forma de desumanização e perda de identidade social - o que John Holloway analisou como “*ruptura do fazer social*” (HOLLOWAY, 2003). Já nos *Grundrisse* (MARX, 2011), Marx demonstra o processo de troca do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*, que possibilitaria ao tempo de trabalho deixar de ser a medida social da produção, e a liberação do tempo dos indivíduos enquanto base para a criação humana e constituição de novas relações sociais. Em *Salário, Preço e Lucro* (MARX, 1982), Marx critica fortemente a absorção de todo o tempo do trabalhador através do trabalho assalariado e a degradação resultante. Em outras palavras, o conceito

João da Cruz, o acesso direto a esferas da consciência que ultrapassavam barreiras socialmente aceitas e permitidas pelas ortodoxias religiosas (WILSON, 2004). Assim, Ibn Arabi concebia uma “doutrina da luz interna” do sujeito, que possibilitaria a este ser, em última instância, o próprio formulador de uma verdade própria (ver Peter Lamborn WILSON. *Sacred Drift*. City Lights Books, 1993.). De forma idêntica, o internauta “acessa” novos conhecimentos através das redes e constrói seus próprios paradigmas. Se compararmos esta esfera imensa das redes de computadores com o imensurável mosaico dos imaginários sociais, poderíamos dizer que o buscador de conhecimento autônomo pode se tornar um herege dos meios eletrônicos, podendo produzir seu próprio discurso e romper com formas de “*pastorado*” e “*direção de consciência*” postas pelos *aparelhos de governamentalidade* (FOUCAULT, 2010). Nos períodos medievais, tratava-se do acesso a uma “rede mística”; aqui, ao acesso à rede de computadores.

de *trabalho* aparece em Marx de diversas formas, ora significando o fazer social, humanizador e socializante (ANTUNES, 1999; 2004), e em outros momentos significando a atividade não-livre e degradante. O pensamento marxista não foi ausente de expressar essas contradições – principalmente se consideramos os regimes do *socialismo real*, nos quais foi difundida fortemente uma ideologia positiva do trabalho similar à famosa ideologia protestante. Como problematizou Robert Kurz, o próprio conceito de *trabalho* foi socialmente construído, podendo ser considerado uma categoria social e histórica (KURZ, 1992; KRISIS, 1999)⁹⁶. Ele e seus companheiros de debates e produção teórica que se organizavam ao redor da revista *Krisis* durante a publicação do polêmico *Manifesto contra o Trabalho* (KRISIS, 1999), receberam inúmeras críticas, que em geral entendiam que estes autores estariam a advogar a supressão da atividade humana através de uma suposta automatização integral - suprimindo, pois, o conjunto de atividades produtivas que constituiriam a base da própria sociabilização humana. Entretanto, em nenhum momento de sua obra, Kurz e seus colaboradores advogaram a supressão das atividades sociais produtivas ou do fazer social. Em que pese o fato de considerarem o alto desenvolvimento das forças produtivas, a troca do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*, do *capital variável* pelo *capital constante*, conforme descrita por Marx, como base de uma crise e um limite estrutural para a valorização e acumulação capitalista; bem como enquanto uma base material que permitiria uma *possível*⁹⁷ emancipação social em relação à imposição de trabalho, através da possibilidade real de redução do tempo de atividade, eles consideraram o conceito de trabalho como algo em tudo diverso da pluralidade de atividades humanas e do fazer social. Trata-se de problematizar o conceito

⁹⁶Ver os ensaios de Robert KURZ: “*Lógica e Ethos da sociedade do trabalho*”, Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_042.htm>(21/07/2010); “*O desfecho do masoquismo histórico*.” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_012.htm>(21/07/2010); “*Escravos da luz sem misericórdia*.” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_019.htm>(21/07/2010); “*A honra perdida do trabalho*.” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_055.htm>(21/07/2010); “*O pós-marxismo e o fetiche do trabalho*.” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_61.htm>(21/07/2010). “*A ditadura do tempo abstrato. Sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer*.” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_62.htm>(21/07/2010).

⁹⁷ “*Possível*” porque, para este grupo de autores, esta emancipação não é algo dado ou inevitável. Sua produção teórica em nenhum momento afirmou que um colapso inevitável do capitalismo levaria a uma sociedade emancipada; pelo contrário, a rica produção destes autores sempre insistiu (muitas vezes de forma pessimista) sobre as consequências desastrosas da evolução do processo de crise que eles descrevem, advogando a necessidade da ação política humana consciente visando à superação do modo de produção capitalista enquanto saída necessária para construir uma alternativa à barbárie gerada pela desagregação social. Norbert Trenkle, em entrevista a nós concedida no ano de 2008, afirmou que consideravam que este processo se apresentaria como uma decadência acompanhada de graves consequências desagregadoras e destrutivas, que poderiam resultar em novas formas de sociedade de dominação, caso não se coloque alguma alternativa de socialização emancipatória.

de *trabalho* não enquanto uma categoria neutra, apolítica e supra-histórica, mas, em si, como um conceito referente a uma esfera de atividade humana *separada, absorvida pela lógica do dinheiro*, coercitiva, e oposta à esfera cindida do *tempo livre*, esta última posta como hierarquicamente inferior ou subordinada à do *trabalho*. A palavra *trabalho*, inexistente em muitas sociedades antigas e seus idiomas, teve sua origem na palavra latina *tripalium*, que designava um instrumento composto por “três paus”, utilizado pelos romanos para torturar escravos. A palavra passou a ser empregada para designar a atividade de homens não-livres, assim como a palavra *labor* originalmente significava *tormento* (KRISIS, 1999)⁹⁸. Durante o Império Romano o conceito de *trabalho* era fundamentalmente negativo e implicava relações de sujeição, não sendo aplicado à atividade de homens livres; tal consideração negativa manteve-se durante a Idade Média, na qual o *trabalho* era considerado a atividade de servos ou pessoas em estado de minoridade, não sendo aplicável aos estratos senhoriais - basta analisarmos a *trifuncionalidade social*, a divisão da sociedade entre “*os que rezam, os que lutam e os que trabalham*”, como correspondente aos estratos sociais do clero, nobreza e servos (SILVA, 1992). Entretanto, o cristianismo já veiculava um discurso que dotava o trabalho de características vistas como edificantes – se no famoso *Sermão da Montanha*, o discurso atribuído a Jesus condenava a entrega dos homens aos negócios e sua preocupação excessiva com a produção material, já o discurso proposto pelas famosas *Cartas de Paulo* colocava o trabalho como algo positivo e dignificante, dentro de uma autodisciplina cristã pautada pela *renúncia de si* mesmo. Isto já ia em contramão a uma cultura de origem helênica que postulava o bem viver e o *cuidado de si* mesmo (FOUCAULT, 2010). A concepção medieval, para além de associar o trabalho a uma posição social de minoridade (servil), também conferia a este uma característica disciplinar religiosa encarada como positiva e expiatória – sob o discurso de “*ora et labora*”, presente na regra de diversas ordens religiosas. No universo islâmico, a ação dos negócios é sempre associada com características positivas, entretanto com a condenação da usura e da avareza – os negócios devem prover a fartura social (associada a uma dádiva da natureza vista como presente divino que colaboraria com a produção material agrícola e de criação de rebanhos) e sustentar formas de caridade. A avareza dos negócios é condenada na cultura alcorânica, quando se torna fonte do esquecimento do divino – o homem deve produzir, mas deve parar para cumprir suas orações, jejuns e esmolas. Se os místicos islâmicos valorizavam

⁹⁸ Ver textos já aludidos de KURZ (op.Cit.).

a atividade contemplativa em diversas ordens e confrarias religiosas, entretanto consideravam que o melhor “*servidor*” do divino seria aquele que não viveria isolado da sociedade, mas fosse capaz de manter sua atividade religiosa mesmo em meio a uma feira agitada e ao tumulto das relações familiares, sempre regulamentado pelo cumprimento da lei religiosa enquanto mediação social, que incluía códigos de herança e tributação. Entretanto, a dignidade da atividade estaria associada ao seu caráter de atividade de proprietários familiares de negócios em um sistema patriarcal. Assim, não se pode falar em *trabalho abstrato* ou na categoria trabalho enquanto uma universalidade abstrata para estas sociedades pré-capitalistas, nas quais não predominava o trabalho assalariado, inexistia a constituição social da *força de trabalho* enquanto mercadoria e, assim, uma lei do valor não estaria presente.

Foi somente com o advento da modernidade, a estruturação do sistema capitalista, a mercantilização geral da sociedade, a *acumulação primitiva* de capital, a separação generalizada entre produtor e meios de produção, e a imposição massiva do trabalho assalariado (*trabalho-mercadoria*, compra e venda de *força de trabalho* e a existência universal de uma extensa *força de trabalho* como fato social), que se tornou possível, através da generalização da imposição de trabalho e das mudanças discursivas e ideológicas produzidas pela Reforma Protestante, a emergência e aceitação social geral de um conceito *positivo* de trabalho, expresso pela ideologia de uma burguesia ascendente. Neste momento, o trabalho, enquanto categoria referente a uma generalidade abstrata, ganhava existência real e dominante sobre a sociedade. Obviamente, em muito o discurso burguês e protestante se referia a formas de trabalho artesanal em corporações e na tomada de posição política de uma burguesia que se afirmava e se identificava com esta forma de atividade contra a “ociosidade” das classes aristocráticas. Esta categoria social passou a ser fetichizada, naturalizada e considerada um dado supra-histórico e base constituinte do ser social e de toda a organização humana (um apriorismo que definiria a sociedade e os sujeitos). Com a Revolução Industrial, a ideologia do trabalho sofria ainda outra modificação, passando de discurso de afirmação de uma burguesia em luta contra a aristocracia a um discurso de legitimação da exploração feita por esta burguesia por sobre a classe operária.

Entretanto, foi uma constante dentro do marxismo tradicional, como demonstrou Kurz, a naturalização da categoria *trabalho*, a formulação dogmática de esquemas de materialismo economicistas que já partiriam do pressuposto de que uma esfera de

atividade separada e hierarquizada em relação ao tempo livre e às demais atividades seria um dado social apriorístico e supra-histórico, fundante da sociedade e da organização dos grupos humanos.⁹⁹ Parece-nos correta a percepção do homem enquanto um ente que faz a si mesmo e à sociedade através de sua atividade, da sua confrontação criadora com a natureza e o mundo, e que este processo dialético de relação do sujeito com o meio através de seu fazer expresso em inúmeras atividades possibilite a socialização e a criação cultural. Entretanto, aqui o fazer social apresenta-se como uma pluralidade de atividades úteis em si totalmente diferentes umas em relação às outras, integradas em uma totalidade social difusa, sem separações e hierarquizações; e, ainda, apresentando-se como atividades autônomas e livres, não em forma de atividade separada e sujeitada. Cabe lembrar que Marx, quando afirma que o homem se constitui enquanto sociedade ao redor de sua mediação com a natureza através de sua atividade (MARX, 1985), tem em mente esta rica malha de atividades sensíveis e diferentes, e não um conceito de trabalho enquanto generalidade abstrata; ainda, quando se refere ao *trabalho útil*, ressalta sempre a pluralidade e particularidade (referindo-se aos “*trabalhos úteis*”).

Já o conceito fetichizado de trabalho tornou-se uma ideologia de dominação social, tanto pela burguesia ascendente na Revolução Industrial, quanto pelos regimes fascistas (por exemplo, na divisa “*arbeit macht frei*”¹⁰⁰ presente na porta dos campos de concentração nazistas) ou pelas ditaduras burocráticas do capitalismo estatal dos países do socialismo real; ou mesmo foi apropriado acriticamente e de forma genérica pelas diversas ideologias do movimento operário.

Quando consideramos a não-neutralidade da categoria *valor de uso*, mas sua unidade dialética com o *valor de troca*, dentro da abstração comum do *valor*, tínhamos em mente ambas as formas como momentos determinados da relação social da categoria *valor*. Daí ser possível falarmos em *valores de uso* e *de troca* enquanto nos referimos à sociedade capitalista, e não fazer sentido falar em *valor* de uso para uma sociedade não-mercantil (onde inexistente o *valor*, não fazendo sentido uma expressão antitética a este), embora se possa falar em utilidades, bens, objetos, etc. De forma análoga, tanto o *trabalho útil* como a categoria *trabalho abstrato* são momentos opostos e em uma unidade dialética

⁹⁹É curioso constatar ao analisar o *Dicionário da língua tupi* anexo ao volume *Poesia Indianista*, de Gonçalves Dias, que a palavra trabalho inexistia antes do contato com os europeus (DIAS, 2002). “*Motiro*”, origem da palavra “mutirão”, já se referia a processos de ajuda mútua em colheitas e construção de casas, mas não a uma esfera de produção separada.

¹⁰⁰“*O trabalho liberta*”.

de um termo comum pressuposto, da esfera de atividade social separada, reunida sob o conceito de *trabalho*. Assim sendo, os alemães das revistas *Krisis* e *EXIT!* não advogaram a supressão da produção ou da atividade humana, mas a atividade autônoma dos indivíduos em forma particular e auto-organizada, isenta de clivagens e distinções como as entre *trabalho* e *tempo livre*, produção e consumo, esferas políticas e econômicas, públicas e privadas, e mesmo divisões sociais de gênero que dissociam a atividade social em campos ou momentos produtivos considerados socialmente masculinos enquanto opostos aos do trabalho doméstico como esfera sensível de atividade socialmente atribuída às mulheres - uma forma moderna de patriarcado (SCHOLZ, 2007)¹⁰¹. Foi a confrontação ao produtivismo e ao fetichismo das categorias sociais que motivou o *Manifesto contra o trabalho* (KRISIS, 1999), bem como boa parte da produção teórica de Kurz e seus companheiros. Quando se considera que a emancipação social dependeria de um sujeito apriorístico determinado pela própria forma social do trabalho enquanto esfera separada e abstraída, automaticamente ela se fecharia em um operariado hetero-organizado enquanto *força de trabalho* pelo capital, conforme considerado pelo marxismo ortodoxo e demais correntes da esquerda tradicional do movimento operário - o que exclui donas de casa, estudantes, indígenas e povos autóctones, desempregados, marginalizados e demais grupos sociais, que podem incluir professores, trabalhadores de serviços públicos ou setores de serviços, considerados “improdutivos”. A visão tradicional de *classe operária* criticada por estes autores seria inerente a uma forma de sujeito *masculino, branco e ocidental* (SCHOLZ, 2007). Daí eles considerarem que a emancipação social não poderia se dar sob tal ponto de vista de classe ou de um sujeito dado *a priori*. Estes autores souberam apontar este problema mas, entretanto, sua teoria considera a classe trabalhadora apenas enquanto *força de trabalho* hetero-organizada pelo capital (a forma acima aludida), não possuindo uma análise da classe trabalhadora auto-organizada contra a sua condição de *força de trabalho*, enquanto proletariado político (BERNARDO, 1986)¹⁰². A análise deles criticou a constituição da classe trabalhadora enquanto *força de trabalho*; entretanto, a apreendeu de forma unilateral, sob o ponto de

¹⁰¹ Roswitha Scholz, no aludido trabalho, fala sobre esta clivagem da sociedade capitalista em momentos de produção econômica imediata e momentos de atividade doméstica de reprodução social que, segundo ela, teriam absorvido a lógica patriarcal. Para ela, os momentos sociais ligados ao trabalho e à economia representariam o patriarcado e uma lógica socialmente construída como sendo masculina. Não se trata de uma biologização do social, mas sim da análise de construtos históricos de relações sociais patriarcais que assumem novas formas sob a égide de uma sociedade produtora de mercadorias. Roswitha SCHOLZ. “O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos.” (2007) Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>> (31/12/2007).

¹⁰² João BERNARDO. “A Autonomia nas Lutas Operárias.” In BRUNO, Lúcia, e SACCARDO, Cleusa (coord.). **Organização, Trabalho e Tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986. P. 103-114.

vista do *capital* e apenas enquanto momento de constituição deste (CLEAVER, 1981), deixando escapar o caráter contraditório da classe, ou melhor, sua “dupla condição”, e a própria duplicidade de forma das lutas sociais. Para estes autores, as lutas dadas sob a forma de luta de classes não poderiam ir além do capital, pois justamente eles consideram apenas as lutas enquanto dadas dentro da forma e limites de constituição da *força de trabalho*, desconsiderando os transbordamentos das ordenações sociais dados pelas lutas autônomas. Consideraram assim, estas lutas apenas sob o aspecto de lutas de modernização capitalistas, perdendo de vista os diversos processos sociais de autogestão derrotados pelo desenvolvimento capitalista ou pela burocratização das mesmas lutas. Além disso, a teoria da clivagem do *valor-dissociação* (SCHOLZ, 2007) adotada por estes autores, separa a globalidade capitalista em momentos econômicos e momentos não-econômicos (momentos de produção e momentos sensíveis de reprodução, considerados estes últimos como não-produtivos), desconsiderando que o consumo hetero-organizado possa se tornar modalidade de *trabalho não-pago* que gera impacto positivo na valorização do capital e qualifica a *força de trabalho*, dotando-a de maior capacidade de trabalho. Assim, estes autores consideram que trabalhos em serviços, trabalho doméstico, atividades de setores de serviços públicos e outros seriam improdutivos. A redução dos postos de trabalho em grandes empresas gerada pela automação constituiria, para eles, um ocaso histórico da própria classe trabalhadora – desconsiderando sua imensa expansão através da subcontratação, terceirização, fragmentação produtiva, bem como a proletarianização dos serviços públicos (como os professores) e profissões liberais (BERNARDO, 2005). A nosso ver, este seria um processo histórico de proletarianização em larga escala e sem precedentes.

Já a teoria da *fábrica social*, como apreensão da totalidade da sociedade hetero-organizada pelo capital, conforme exposta por Harry Cleaver, permite ver um proletariado expandido e que engloba todos estes setores, como participantes de um trabalhador social agregado e único e, portanto, passível de mobilizar lutas sociais nos mais diversos pontos da *fábrica social*, chegando a comprometer a reprodução do próprio capital.¹⁰³ Os autores alemães acima citados, se enfocaram em uma crítica da redução do

¹⁰³Por exemplo, o bloqueio de vias urbanas e rodoviárias através de manifestações de rua se torna uma paralisação do fluxo de mercadorias e *força de trabalho* no próprio complexo da cidade, paralisando setores da *fábrica social*. Daí podermos depreender porque a repressão a este tipo de protesto tem se recrudescido. Igualmente, se escolas e universidades não funcionam enquanto departamentos produtores de disciplina e qualificação da *força de trabalho*, isto equivaleria a uma incineração de dinheiro, sob o ponto de vista do capital. E se as redes de computadores não funcionam apenas enquanto mecanismos de controle administrativo, comércio e qualificação de força de trabalho, ou seja, enquanto *condição geral de produção*, seus usos autônomos pelos indivíduos e grupos podem constituir formas

potencial emancipatório a um sujeito dado a priori pela categoria *trabalho*; entretanto, pela ausência de uma teoria da *fábrica social* e do *consumo produtivo*, vieram a considerar como improdutivos os demais setores da reprodução social, deixando um vazio na análise sobre as lutas sociais que possibilita leituras que excluem os conflitos de classes como momento do processo emancipatório, considerando-os meros motores imanentes da modernização das categorias capitalistas. Também sua análise não apreendeu a forma como as lutas sociais são capazes de gerar relações sociais de luta que podem se estender à formação de relações sociais de novo tipo (BERNARDO, 2008; BRUNO, 1985).

Por outro lado, a teoria da *fábrica social* nos permite reconstituir o proletariado de forma ampliada e unificada, possibilitando entender o nexo das diversas lutas sociais, aparentemente isoladas e pontuais¹⁰⁴, com o processo global de geração e reprodução do *valor*, entendendo-as enquanto luta de classes.¹⁰⁵ A modificação da composição da classe trabalhadora gerada pela reestruturação produtiva da Terceira Revolução Industrial, fragmentou os trabalhadores a ponto de se possibilitar a afirmação da inexistência ou perda de importância do proletariado ou do fim da luta de classes. A principal força da análise dos autores alemães foi a crítica das categorias mercantis; porém, a falta de uma leitura sociológica da composição e organização das classes sociais levou os mesmos autores a um vazio na determinação das formas das lutas sociais, que podemos devidamente superar através de uma análise pautada pelo conceito de *fábrica social* e pela análise da composição de classe. Não se trata de fetichizar um papel apriorístico das lutas sociais através de uma posição social dada em uma relação social determinada, mas de poder analisar criticamente a luta de classes enquanto processo contraditório, que possui momentos em que é assimilada pelo capital e constitui-se como momento deste;

antieconômicas que geram distúrbios sobre a própria ordenação social e governabilidade. De forma análoga, a contestação de formas de opressão de gênero e organização familiar efetivada pelas lutas das mulheres e dos homossexuais pode afetar a própria reprodução da *força de trabalho*, na medida em que interferirem sobre as clivagens de gênero postas pelo capital (CLEAVER, 1981).

¹⁰⁴ Assim, dentro do modelo teórico da *fábrica social*, as lutas por hospitais e acesso a serviços de saúde, recursos para educação, redução de tarifas de ônibus e por serviços públicos e sociais, expressas por todo o Brasil durante a onda de protestos iniciada em Junho de 2013, podem ser entendidas como conflitos sobre o valor da *força de trabalho*.

¹⁰⁵ Igualmente podemos citar a problemática sobre a crise do Estado. Kurz considera o processo de crise dos aparelhos tradicionais de Estado como uma crise da esfera da política, que perderia sua autonomia em relação a uma esfera da economia fetichizada, autonomizada e desvinculada. João Bernardo, por sua vez, enxerga no processo de privatizações e crise dos Estados nacionais uma notável potencialização e aumento da concentração do poder político, que deslocaria o eixo de decisão política dos *Estados Restritos* (Nacionais) para o *Estado Amplo* (malha de poder das empresas). O conceito de *Estado Amplo*, de Bernardo, que significa a *soberania das empresas*, pode ser perfeitamente equiparado ao de *Fábrica Social* utilizado por Cleaver (op. Cit.).

Ver Robert KURZ. “*O Fim da Política*.” Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010); “*A falta de autonomia do Estado e os limites da política*.” Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010); “*Para além do Estado e Mercado*.” Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010). Ver também João BERNARDO. *Estado, A silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

mas que possui também momentos de transbordamento autônomos em que pode se configurar, como demonstrou Cleaver, como luta contra a imposição de trabalho e geradora de novas relações sociais. É sobre esta guerra pelos empregos do tempo que se situa nossa análise da apropriação e dos usos das redes de computadores – inclusive, particularmente, porque as redes alteraram e abreviaram o elemento “tempo” na passagem dos processos sociais de forma significativa. Processos sociais que poderiam levar séculos ou décadas, podem transcorrer em poucos anos ou mesmo meses. Lutas sociais podem se disseminar de forma acelerada, bem como novas ideias. E, também, por outro lado, a aceleração e o bombardeio de informação também podem dissolver a crítica social e induzir a comportamentos de contemplação passiva (JAPPE, s/data)¹⁰⁶, bem como perdas de noção acerca da realidade social (a abstração das relações sociais em imagens e símbolos).

Theodor Adorno apontou o fato de que na sociedade capitalista, o tempo livre se converteu em um acessório e extensão do tempo de trabalho. Assim, o consumo, os divertimentos e lazeres no tempo livre contribuem para tornar o trabalhador mais produtivo e restaurá-lo da fadiga e danos do processo de trabalho. Logo, este não é um tempo realmente livre, mas subordinado ao tempo de trabalho (ADORNO, 2002, p. 103-117). Guy Debord ressaltou também como a constituição de um *Espetáculo* dos consumos e tempos livres, enquanto expressão do *fetichismo da mercadoria*, serviria para reforçar o próprio aspecto da sociedade de trabalho – mantendo a fragmentação e o isolamento dos indivíduos. Para ele, o *Espetáculo* se torna o âmago da própria relação social, não apenas um complemento ou ornamento desta (DEBORD, 1997).

Michel Foucault afirmou que “a sociedade não é a do espetáculo, mas da disciplina.”¹⁰⁷ Entretanto, para Debord, o *Espetáculo* é uma relação social que encobre e naturaliza pela aparência fetichista as relações de exploração e opressão, basicamente, de poder político separado (daí ele enxergar a irrupção da luta de classes e dos conselhos operários como negação do *Espetáculo*). Assim, os conceitos dos dois autores não se excluem necessariamente. A constatação que se permite é a de que, no âmbito da *fábrica social*, trabalho e tempos livres se integram em um processo único e de forma muito peculiar. João Bernardo analisou esta questão de forma muito precisa em seu artigo “O

¹⁰⁶Anselm JAPPE. “O reino da contemplação passiva” (Palestra), disponível em <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=11521>> (acesso em Junho 2013). Ver também o trabalho de Paul VIRILIO. *A Bomba Informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

¹⁰⁷Documentário “Michel Foucault por ele mesmo.”, in <<http://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>>

proletariado como produtor e como produto” (BERNARDO, 1985), no qual ele estabelece um modelo teórico no qual o proletariado, enquanto mercadoria *força de trabalho*, é produzido dentro do processo capitalista, em um processo de produção de trabalhadores através de trabalhadores – análise que ele retoma em “*Estado, A Silenciosa Multiplicação do Poder*” (BERNARDO, 1998). A própria capacidade de trabalho, as disciplinas e qualificações da força de trabalho, são produzidas por trabalhadores e pelo próprio trabalhador através do consumo organizado como processo de produção. E quando o consumo e uso do tempo se processam desta maneira, nada mais são do que uma modalidade de controle social.

É sobre este terreno aludido que a luta de classes assume as formas que analisamos aqui, a saber, a guerra pelo emprego do tempo, pela apropriação e usos das redes de computadores pelas classes capitalistas como integração global do controle sobre a *fábrica social*, e a auto-apropriação das mesmas pelos trabalhadores enquanto possíveis instrumentos informativos, de auto-organização e, neste sentido, potencialmente formativos. Nossa questão é saber como os próprios envolvidos neste processo – coletivos de produtores e principalmente leitores destes veículos, os sites de crítica social – enxergam este processo e dele se utilizam. Passaremos, a seguir, a uma análise acerca dos periódicos eletrônicos, sua forma de organização, composição social dos produtores, forma de veiculação de conteúdos, e sobre a circulação, recepção, apropriação e participação de seus leitores.

Parte II

*Um dia, o sol admitiu:
Sou apenas uma sombra,
quisera poder mostrar-te a infinita incandescência
que lançou minha imagem brilhante.
Quisera poder mostrar-te, quando você se sentir só ou na escuridão,
a surpreendente luz do seu próprio ser.*
(Hafiz de Shiraz, poeta persa, 1325-1389)

Capítulo III - O método de entrevistas e o perfil dos leitores.

3.1. Do método de entrevistas e da obtenção das mesmas.

Optamos, em nossa pesquisa, por tomar como fontes primárias de análise duas séries de entrevistas - uma executada com um grupo de internautas leitores de mídias alternativas anticapitalistas, campo que inclui os periódicos analisados; e outra com produtores dos mesmos periódicos em análise. Cada série é então analisada, procurando estabelecer padrões ou discrepâncias, procurando o nexos interno de nosso objeto. Perguntas são elaboradas aos próprios dados levantados nas fontes. Estas duas séries de entrevistas são, depois do tratamento individual a cada uma, comparadas e cruzadas entre si, e com documentos de base dos sites analisados, permitindo responder a nossas questões.

A forma de análise das entrevistas é, sobretudo, qualitativa. Porém, algumas pequenas quantificações são também necessárias, como para situar, por exemplo, o perfil dos entrevistados ou algumas de suas respostas a determinados problemas de pesquisa, que acabam por dividir as respostas em grupos tendenciais ou, especialmente, demonstrar exceções interessantes. Entretanto, tal quantificação mínima não é nosso principal método de análise. E mesmo quando ela é empregada, seus resultados são objeto de análise qualitativa também.

É preciso ressaltar que a totalidade das entrevistas se divide nos dois grandes

grupos a que aludimos acima - as entrevistas com internautas leitores de mídias alternativas diversas; e as entrevistas com produtores das mesmas - e aqui neste capítulo e no próximo, trataremos das primeiras. Um dos fatos mais curiosos durante a coleta de entrevistas com produtores de mídias que tomamos por objeto é que os mesmos revelam saber pouco sobre o perfil dos leitores. Certamente, eles possuem noções e dão alguns apontamentos sobre grupos de indivíduos que eles conhecem e sabem que acessam e leem tais periódicos. Mas categoricamente, várias entrevistas com produtores ressaltaram ser impossível ter informações mais precisas e completas sobre o público que acessa tais espaços. Isso por si já é um indício do isolamento social e mesmo fragmentação dos indivíduos existente no terreno destas novas tecnologias e redes de computadores. Porém, é justamente nas entrevistas com leitores de perfil politizado e ativista que podemos obter mais indícios e informações que permitam compor um quadro mínimo ou ao menos fornecer pistas para compreender melhor o campo dos leitores de tais sites. E, principalmente, averiguar o alcance efetivo de tais sites, sua eficácia de difusão, seus limites, e seu papel formativo, além de muitas outras informações relevantes.

Nossa coleta de entrevista com leitores se realizou em duas etapas: a primeira de Maio a Julho de 2013, de caráter mais experimental, que proporcionou sete entrevistas especialmente longas. A segunda coleta foi realizada de Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014, de forma mais metódica, proporcionando mais vinte e oito entrevistas. Uma entrevista longa, mas muito rica em informações, foi entregue fora do prazo, em Abril, e incorporada ao corpo de entrevistas dos leitores.

Foram entrevistados efetivamente trinta e seis internautas leitores e debatedores de mídias alternativas e políticas em geral. Quando falamos “*em geral*”, nos referimos a internautas que acessam uma diversidade destes sites, para além dos que especificamente pesquisamos. E mesmo nem todos os entrevistados acessam todas as mídias eletrônicas que analisamos neste trabalho - alguns visitam um ou dois dos sites estudados regularmente, e apenas conhecem superficialmente o terceiro deles, ou mesmo nunca ouviram falar em algum deles - porém a maioria conhece os três, porém os acessa dentro de uma miríade muito mais ampla de sites existentes. Logo, as entrevistas nos permitem obter informações que extravasam os três periódicos analisados, embora nosso foco seja justamente analisar a posição ocupada pelos mesmos.

Solicitamos entrevistas a um total de cem indivíduos. Porém, destes, apenas

obtivemos retorno de sessenta e quatro pessoas, que se *comprometeram* a responder as entrevistas; e destes, apenas trinta e seis efetivamente as responderam. É importante ressaltar que, como nossa pesquisa trata de periódicos eletrônicos situados no âmbito das redes de computadores, optamos como experiência fazer o contato com os mesmos indivíduos o máximo possível através da própria *internet*, principalmente através de *E-mail*, *Skype*, e em alguns casos em mensagens privadas pelo *Facebook*. Alguns indivíduos mais próximos, contatos conhecidos nossos há anos, foram contatados repetidas vezes pelo telefone ou pessoalmente, e os contatos pessoais e telefônicos se repetiram na medida em que se interessavam em responder e pediam mais esclarecimentos sobre o assunto de que se tratava ou levantavam dúvidas sobre o questionário. Todas as entrevistas com leitores de sites de crítica social e anticapitalistas de nossa pesquisa foram coletadas pela *internet* e respondidas por escrito, porém, tomamos o cuidado de estabelecer contato pessoal e paralelo de forma presencial ou por telefonemas com nossos entrevistados, de forma a manter um lastro pessoal e direto de contato por fora da *internet* – pois nela, um indivíduo pode se manter anônimo, utilizar identidade falsa ou falar por outra pessoa. Assim, foi necessário estabelecer esta via dupla de relações para assegurar a identidade e veracidade dos contatos estabelecidos – fator que tornou nosso trabalho duplamente mais difícil. A coleta de entrevistas pela *internet* nos permitiu perceber melhor as facilidades, dificuldades e meandros do próprio processo de comunicação e sociabilização através destes meios, conforme aludiremos depois. O próprio processo de coleta de entrevistas, assim sendo, já constituiu num importante experimento, cujas constatações nos permitiram levantar muitos elementos importantes que não seriam possíveis de outra forma. Como poderíamos escrever sobre periódicos e *sites* que estão neste terreno tecnológico das redes, sem adentrarmos nestes “espaços eletrônicos” e experimentarmos as possibilidades de comunicação existentes dentro deles? Seria o mesmo que estudarmos a organização do trabalho dentro das indústrias sem nunca adentrar fisicamente em uma delas. Assim sendo, a navegação e comunicação por dentro das redes eletrônicas foi um passo metodológico importante de nossa pesquisa, pois nos permitiu depreender muitas coisas que não seriam possíveis se evitássemos este terreno.

Cabe ressaltar que todos os dados pessoais das fontes estão mantidos, nesta pesquisa, sob pleno anonimato e sigilo, fato que foi comunicado previamente a cada indivíduo a que solicitávamos as entrevistas. Informações que permitam identificar os mesmos também não são divulgadas aqui.

Primeiramente, solicitávamos a entrevista na maioria das vezes por contato eletrônico – *e-mails* ou outras formas de mensagens – seguida por telefonema ou encontro presencial. Nosso critério de seleção dos contatos era procurar indivíduos com perfil militante, ativista ou pelo menos de internauta politizado e debatedor, sob um viés mais próximo aos movimentos sociais e protestos reais e atuais existentes. Por razões de recorte de nosso objeto, nossos entrevistados abrangeram o escopo da esquerda política, de movimentos sociais e ativismos progressistas; não adentramos no terreno da análise das mídias e grupos ligados às direitas políticas e grupos conservadores, o que em si já proporcionaria outra pesquisa, por ser matéria demasiado vasta. Porém, não nos furtaremos a levantar e expor algumas informações que mencionam estes grupos, na medida em que forem relevantes para nossa análise e em que elas nos surgiram de nossas próprias fontes de pesquisa. Também é importante aqui ressaltar que a imensa maioria de nossos entrevistados são pessoas já conhecidas por nós antes mesmo desta pesquisa – pertencentes a círculos sociais de ativistas e militantes. E os demais indivíduos que não conhecíamos nos foram apresentados por estas pessoas que já conhecemos – ou seja, possuíamos referências de cada uma destas pessoas, e que são acessíveis e próximas.

No decorrer do processo, alguns entrevistados especialmente se demonstraram muito simpáticos à pesquisa e nos auxiliaram ao nos proporcionar mais contatos – que foram extremamente importantes devido ao baixo retorno obtido por nós até então. Tais entrevistados procuravam vários de seus amigos ou colegas de estudo e ativismo e pediam a eles entrevistas, colocando-os em contato conosco por *e-mail* ou mensagens eletrônicas no *Skype* ou *Facebook* – aos quais se seguiam telefonemas ou conversa presencial - e destes o retorno era sempre maior devido a esta intervenção intermediada. Destes, especialmente, cabe destacar um grupo de universitários e pós-graduandos jovens, que foi extremamente significativo para nossa análise. Sem a ajuda destes, não teríamos conseguido obter parte considerável das entrevistas respondidas. Além disso, por se tratar de contatos que não conhecíamos até o momento, isso nos dotava de um fator menos previsível nas respostas e que tornaria as entrevistas menos direcionadas, tornando a variável de respostas muito mais rica e aberta.

Em seguida ao primeiro contato informal inicial, no qual nos apresentávamos e solicitávamos uma entrevista, enviávamos então por *e-mail* uma carta formal de apresentação da pesquisa, seguida de um questionário, ambos no próprio corpo da mensagem. Inicialmente, o questionário utilizado na primeira coleta, de Maio a Julho de

2013, continha vinte e quatro perguntas e um espaço para comentários adicionais. Para um entrevistado em especial, ampliamos voluntariamente em mais duas questões adicionais, por se tratar de um produtor de uma revista eletrônica que demonstrou especial interesse em nos atender.

Porém, após a coleta de sete entrevistas iniciais neste período, decidimos reduzir o tamanho do questionário, para obter uma maior taxa de retorno dos indivíduos procurados, uma vez que uma entrevista extensa dificultava a obtenção de retorno e respostas. Assim, em Outubro de 2013, o questionário foi reduzido a apenas treze perguntas, com um espaço para depoimento livre opcional ao final. Isso se deveu não apenas à busca por aumentar a taxa de retorno, por facilitar a resposta de um questionário mais leve e compacto; mas, principalmente, a tornar o questionário ainda mais aberto e menos direcionado, deixando um espaço mais vago e flexível para resposta, e evitando expor ou antecipar as hipóteses de pesquisa. Assim, a margem de interpretação e resposta do entrevistado ficaria muito maior e menos previsível. Interessava-nos especialmente as respostas mais dissonantes, imprevisíveis e contraditórias, especialmente as que colocassem em dificuldades nossas hipóteses de pesquisa. Especialmente após a explosão de protestos sociais pelo Brasil em Junho de 2013, muitas dúvidas nos acometeram e certezas nossas se abalaram, obrigando-nos a repensar o próprio método de entrevistas, uma vez que problemas de pesquisa eram abalados e agravados, e surgiam novos problemas. Isso nos influenciou na elaboração do novo questionário. Preocupava-nos o risco de acabar por direcionar as respostas e comprometer a profundidade e largura de análise desta pesquisa. Logo, éramos obrigados a deixar uma margem muito maior para o entrevistado responder.

Naquele momento, um fator que até então estava fora de nossa preocupação de pesquisa – as redes sociais comerciais, principalmente o *Facebook* – já que nosso objeto eram sites de mídia ativista especificamente - assumia uma relevância imensa, uma vez que grande parte dos protestos era articulada por ali, bem como as próprias ondas mais conservadoras também.

Depois de Outubro de 2013, além do questionário mais compacto, passamos também a estimular que o entrevistado desse um depoimento livre opcional ao final da entrevista. Porém, apenas oito indivíduos o quiseram fazer, pois a maioria achava mais fácil responder apenas às questões dadas. Alguns alegaram que as próprias respostas

seriam longas e já seriam um depoimento em si. Entretanto, cabe assinalar que em nossa metodologia de análise qualitativa, damos o tratamento de depoimento às respostas das questões, mesmo porque na maioria das vezes são respostas longas e especialmente ricas e variadas, dotadas de profundidade.

Finalmente, após os contatos serem efetivados e um prazo de espera que variava muito, obtínhamos a resposta das entrevistas por *e-mail* – algumas em arquivo anexo, outras em corpo de mensagem de correio eletrônico. Todos os leitores entrevistados responderam por *e-mail*, e sempre por escrito. Utilizamos assim amplamente a mediação da internet neste processo e não fizemos entrevistas faladas com os *leitores* – as realizamos apenas na série efetuada com *produtores*. Isto, por um lado, nos reduziu o significativo e difícil trabalho de transcrição de entrevistas – já que elas já eram respondidas diretamente por escrito, e preservamos as respostas em sua forma (já, se as entrevistas fossem faladas, o tratamento de transcrição seria diferente e englobaria procedimentos e cuidados metodológicos específicos – WHITAKER, 2000). Porém, surpreendentemente, nos aumentou muito o trabalho de contatar pessoas (e contatar duplamente, pois era um contato eletrônico e também pessoal e direto), explicar-lhes do que se tratava e, depois, perguntar a elas sobre as respostas, quando estas demoravam mais do que o prazo acordado. Ainda, cada pessoa teve de ser contatada individualmente, sendo aqui impossível anexar ou descrever estes contatos, que foram totalmente diferentes para cada sujeito abordado. Isto tornou nosso trabalho de coleta um tanto exaustivo, com imensa quantidade de trocas diárias e constantes de *e-mails* e mensagens privadas pelo *Skype* e *Facebook* – além de telefonemas e conversas diretas constantes. Em muitos dias, tínhamos que acessar a *internet* por cinco vezes ou mais para dar continuidade a este trabalho, além de efetuar telefonemas. Adotamos esta forma individualizada de abordagem, pois, logo ao início do trabalho, percebemos que se solicitássemos entrevistas para grandes grupos de uma só vez, a taxa de retorno seria baixíssima ou mesmo nula. Assim, era necessário abordar os internautas, um a um, e insistir para obter retorno.

Num universo de cem pedidos de entrevista, obtivemos o retorno de sessenta e quatro pessoas (64%) que se comprometeram efetivamente a respondê-las, acordando um prazo. Das demais não obtivemos um comprometimento ou retorno afirmando se de fato responderiam. Deste total, ao final do período, apenas trinta e seis efetivamente responderam, constituindo uma taxa de retorno de apenas 36% do total de indivíduos

contatados, e de 56,25% dos sessenta e quatro que efetivamente se comprometeram a responder. Trinta e seis pessoas contatadas sequer manifestaram resposta ou se comprometeram a responder, representando uma abstenção de 36%, fato muito significativo, considerando que compreende o mesmo total dos que responderam. Dos sessenta e quatro que se comprometeram, tivemos uma abstenção de aproximadamente 44%. E no total de cem entrevistas, a abstenção de resposta foi de 64%, fato que devemos aludir e discutir. A dificuldade de retorno já nos demonstrou, de antemão, um importante indício de fragmentação das relações e isolamento social que pode ser percebido nestes meios, fator muito relevante para a nossa análise.

A seguir, demonstramos o modelo de questionário inicial, utilizado de Maio a Julho de 2013:

Questionário de entrevista

Nome:

Idade:

Gênero:

Estado civil:

Tem filhos?

1) Fale-me sobre sua formação e atividade profissional.

2) Como se tornou militante/ativista? Em que movimentos atua no momento? Em que movimentos ou grupos já atuou?

3) Que sites de crítica social e de mídia alternativa costuma mais acessar? E com que frequência?

4) Participa dos debates destes sites nos seus espaços de comentários? Com que frequência?

5) Que tipo de temas mais costuma debater?

6) Conhece pessoas que também os acessam? Com que frequência? Qual o perfil médio destas pessoas (nível de instrução, emprego)? Quais destes sites elas mais acessam?

7) Qual sua visão sobre Passa Palavra?

8) Pode nos dar uma opinião sobre o Centro de Mídia Independente?

9) Pode opinar sobre o “desinformemonos.org”?

10) Em que estas mídias podem contribuir para a formação e educação dos indivíduos?

11) Como esta formação se coloca em relação ao sistema de ensino formal capitalista?

12) E em relação ao papel formativo dos partidos operários e sindicatos tradicionais?

13) Você consideraria estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona autônoma crítica?

14) Qual sua participação nas mídias eletrônicas?

15) A classe trabalhadora encontra-se fragmentada. Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a superar a fragmentação das lutas sociais?

16) Os espaços destes veículos podem constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?

17) Podem constituir fóruns de construção de identidade e novos projetos e idéias políticas para a classe trabalhadora?

18) Como você vê a relação destas mídias eletrônicas anticapitalistas com redes sociais comerciais, como o Facebook?

19) Como você vê as redes sociais: espaços de alienação ou de luta social no plano teórico/simbólico?

20) Como você vê a questão do controle da internet e da militarização do ciberespaço? E a deep web?

21) Qual o papel e impacto das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social, no Brasil e pelo mundo atual, a seu ver?

22) Você pensa que sites de crítica social sejam úteis neste processo?

23) Quais as potencialidades e limitações destes sites?

- 24) *Finalmente: No que as mídias eletrônicas anticapitalistas influíram em sua formação, e de seus companheiros/colegas de elaboração teórica e ativistas? E das jovens gerações atuais?*
- 25) *Comentários adicionais (se quiser):*

No segundo período de coleta de entrevistas, iniciado em Outubro de 2013, adotamos o seguinte modelo de questionário, que tornamos nosso padrão para o resto da pesquisa:

Questionário de entrevista - (Padrão)

Nome:

Idade:

Gênero:

Estado civil:

Tem filhos?

- 1) Fale-me sobre sua formação e atividade profissional.*
 - 2) Como se tornou militante/ativista? Em que movimentos ou grupos atua no momento e já atuou?*
 - 3) Com que frequência acessa sites de crítica social e mídias alternativas? Quais os sites mais acessados?*
 - 4) Qual sua participação nas mídias eletrônicas (leitor, debatedor, produtor)? Como debatedor com que frequência você participa dos debates destes sites em seus espaços de comentários? Que temas te interessam mais?*
 - 5) Conhece pessoas que também os acessam? Com que frequência o fazem? Qual o perfil médio dessas pessoas (nível de instrução, emprego, idade)? Quais destes sites elas mais acessam?*
 - 6) Quais destes sites conhece: Passa Palavra, Centro de Mídia Independente e “desinformemonos.org”? Faça uma apreciação sobre aqueles que conhece.*
 - 7) Você considera que estas mídias contribuem para a formação crítica dos indivíduos?*
 - 8) Em que aspectos esta formação se relacionaria com a pretendida pelo sistema escolar? E em relação aos partidos políticos e sindicatos?*
 - 9) Você considera estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona autônoma crítica? Se sim, podem eles constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?*
 - 10) Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a articulação das diferentes frentes de lutas sociais e movimentos hoje existentes? Ajudam a construir novos projetos políticos e uma identidade de classe?*
 - 11) Qual o papel das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social no Brasil e no mundo, a seu ver? Quais suas potencialidades e limitações?*
 - 12) Como você vê a relação destas mídias eletrônicas anticapitalistas com redes sociais como o Facebook? Como você vê as redes sociais neste processo?*
 - 13) Fale sobre o controle, vigilância e a militarização da internet. Fale sobre a deep web.*
- Depoimento (opcional) –*

A partir desta base de investigação através de entrevistas, nosso método de análise das mesmas, que acabam por possuir característica de *depoimento*, se constitui na leitura destas enquanto documentos de fonte, dos quais procuramos extrair elementos relativos às nossas hipóteses e questões. Daí procedemos a uma dupla comparação das respostas –

uma leitura vertical e horizontal do conjunto de entrevistas. Por leitura vertical, entendemos a leitura das entrevistas completas por indivíduo, do começo ao fim. Por leitura horizontal, entende-se a leitura cruzada das entrevistas por tópicos ou hipóteses de pesquisa, comparando as diversas respostas dos diversos indivíduos para o mesmo problema. É através desta análise comparada que encontramos o fio condutor para o tratamento de nossos problemas de pesquisa, possibilitando a resposta a nossas indagações, na medida em que encontramos indícios e estabelecemos os nexos que nos permitem construir nossa análise, como veremos adiante.

3.2. Das dificuldades de obtenção das entrevistas.

Cabe destacar que, em nosso processo de procura de entrevistados, estabelecimento de contato com os mesmos e coleta de entrevistas, nos deparamos com uma série de obstáculos e dificuldades, a enumerar a seguir. A exposição destes percalços é significativa porque nos permite levantar alguns elementos importantes para nossa análise.

a) *Dificuldades em procurar indivíduos e estabelecer contatos.*

Primeiramente, podemos citar a dificuldade de escolher pessoas – procurar indivíduos com perfil militante, ativista ou de internauta debatedor de política e assuntos sociais. Porém, tínhamos de optar pela escolha de um leque variado de indivíduos, de várias cidades, profissões, campos de atuação, militâncias, movimentos sociais e outras características diferenciadas, de forma a tornar mais abrangente nosso escopo de análise, evitando ao máximo que este ficasse viciado a setores fechados ou específicos. Assim, foi necessário selecionar pessoas de grupos e círculos variados. Porém, nem sempre conseguíamos obter o retorno de todos os indivíduos que almejávamos, o que nos forçava a continuar a procura por indivíduos para tentar efetuar as entrevistas. Em segundo lugar, nos deparamos com a dificuldade de contatar as pessoas, por motivos dentre os quais podemos derivar principalmente do fato de utilizarmos a internet como mediação - a morosidade dos contatos eletrônicos escritos, o acúmulo de mensagens trocadas com muitos indivíduos em grande quantidade e simultaneamente, o que tornava o processo

cansativo e lento. Finalmente, a necessidade de estabelecer com os indivíduos paralelamente também um contato pessoal direto, por fora da internet, nos tornou o processo de estabelecimento de contatos e coleta de entrevistas mais difícil e complexo.

b) Dificuldades em obter respostas às entrevistas.

Aqui, nos deparamos com uma série de obstáculos, uma vez que já havíamos conseguido os contatos e efetuado diálogo com os mesmos solicitando a entrevista. Isto resultou muitas vezes em uma grande espera a obter as respostas às entrevistas, e também numa elevada taxa de abstenção, conforme já relatamos anteriormente. Aqui cabe enumerar estes problemas com que nos deparamos e analisar as causas conforme pudemos constatar:

b.1) *Medo de exposição, desconfiança* - Em uma época de crescente criminalização dos protestos sociais e aumento do controle e vigilância sobre a internet, pudemos notar, especialmente em alguns indivíduos ativistas que não conhecíamos pessoalmente, certa desconfiança e receio em responder, em se expor, ou mesmo estar sendo vigiado. Apenas conseguíamos contornar ou minimizar este problema ao solicitar ajuda de conhecidos em comum para facilitar o contato, ou ao dar referências de pessoas conhecidas em comum. Porém, após um contato e diálogo pessoal, presencial ou telefônico, com os indivíduos, o problema se resolveu na imensa maioria das vezes.

b.2) *Sobrecarga de trabalho e falta de tempo livre* - Como a quase totalidade dos entrevistados não exerce funções políticas de comando, gestão ou militância profissional, dependendo de empregos assalariados para sobreviver, pudemos notar que muitos sujeitos apresentaram dificuldades de contato, em responder as questões por escrito, demoras ou mesmo abstenção, casos em que foi perceptível a sobrecarga de afazeres profissionais e trabalho sobre estes trabalhadores, segundo o que os mesmos relataram.

b.3) *Sobrecarga de militância ou ativismos* - Este outro caso, também muito frequente, deu-se especialmente entre militantes. Muitos, além de trabalhar, atuam em um ou mais movimentos sociais ou coletivos, tendo seu tempo livre quase todo preenchido com atividades de militância e restando muito pouco tempo livre disponível, característica comum especialmente ao perfil do militante comumente chamado de “tarefeiro” e

frequentemente presente em grupos militantes e ativistas¹⁰⁸ que possuem uma postura muitas vezes pragmática¹⁰⁹, que facilita tal sobrecarga. Alguns militantes atuam em duas,

¹⁰⁸O leitor deve ter percebido que empregamos dois termos – militância e ativismo. Em nosso emprego, eles encontram-se associados e referentes a um mesmo campo de contestação social. Porém, nos debates internos ao *Movimento Antiglobalização* no Brasil, alguns coletivos fizeram questão de diferenciar os dois termos. Assim, por *militância* se entenderia a atuação política orgânica, de longo prazo, fundada em laços de compromisso coletivo e com divisão de tarefas; e por *ativismo* se entenderia a ação de grupos mais informais, espontâneos e momentâneos, com ausência de divisão de tarefas mais clara e sem laços tão fortes e orgânicos. Certamente isto remete às discussões dos anos sessenta e setenta, no qual se contrapunham novas formas de organização ao velho estilo militante dos partidos leninistas e sindicatos tradicionais, fortemente hierarquizados e burocráticos. Porém, de dentro dos grupos informais também poderiam surgir relações hierárquicas e formas de poder pessoal, como notou Jo FREEMAN (1970). No momento do refluxo do *Movimento Antiglobalização*, a formação de um campo do “*Anarquismo Organizado*” no Brasil, aos moldes do anarquismo uruguaio, defendia um estilo militante em contraposição ao estilo ativista dos grupos antiglobalização. Os debates foram acirrados – a *militância* era criticada pelos grupos adeptos do *ativismo*, como ação política hierarquizada; e os setores defensores da idéia de *militância* consideravam o *ativismo* enquanto influência pós-moderna e muitas vezes queda em estilos de vida alternativos. Não nos cabe aqui defender uma ou outra destas definições, mas apenas registrar que alguns indivíduos em nosso campo de pesquisa se definem como “*militantes*” e outros como “*ativistas*”, e muitos não diferenciam os dois termos ou os consideram sinônimos. Ver o texto do Coletivo Luta Libertária “*Militância e ativismo: porque uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa*”, disponível em <<http://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/luta-libertaria-militancia-e-ativismo/>>(publicado no boletim *Combate Anarquista*, números 37 e 38, julho/agosto de 2004.), e o texto de Jo FREEMAN “*A tirania das organizações sem estrutura*”, de 1970, disponível em <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>>. Cabe aqui notar que nas lutas sociais, dentro da Fábrica Social, muitas vezes os chamados “estilos” se complementam – havendo círculos mais “*militantes*” e outros mais “*ativistas*” atuando de forma conjunta e articulada, sem que seja possível definir a predominância de um tipo sobre o outro. Na medida em que a Fábrica Social hetero-organiza os mais diversos campos sociais, da mesma forma a contestação social ocorre nas frentes e formas mais variadas possíveis, não havendo uma única forma de luta vigente ou válida. A luta de classes assume uma multiplicidade de formas.

¹⁰⁹Por esta postura entendemos o culto à *ação* em detrimento da discussão e reflexão. Muitas vezes esta forma de ação acaba se tornando um fim em si mesmo, cego e sem planejamento ou reflexão prévia, deteriorando-se em “*ação pela ação*”. O *agir* é fetichizado em detrimento do diálogo e da reflexão, que podem mesmo ser censurados como comportamento “ocioso” e improdutivo. Aqui se reproduz o comportamento e discurso ideológico do trabalho nas empresas – o mote “*não pense, aja!*”. Isto mesmo se tornou um mote publicitário e de marketing, onde é vendido o estilo de vida de um “*sujeito de atitude*” – que pode beirar a passionalidade e o irracionalismo. A reflexão (e o estudo teórico) é associada à divagação improdutiva e mesmo vista como uma anti-ação ou algo absolutamente inútil. Assim, a prática política se torna similar às relações de trabalho, nas quais o comando é hierarquicamente separado em um corpo gestor ou dirigente. A ação fetichizada pode se tornar cega, ineficaz, e mesmo ser movida por fatores emocionais ou irracionais de cunho similar ao religioso, mesmo que sob formas ideológicas laicas; pode assumir mesmo um caráter tautológico, algo como uma “*Pedra de Sísifo*”, no qual o sofrimento da abnegação, mimetizando o espírito de renúncia religioso, passa a ser visto como gerador de méritos – que podem legitimar a ascensão de lideranças dos “mais ativos” sobre os demais, gerando a hierarquização e perda da horizontalidade das lutas. Igualmente, a reflexão teórica se perde e a ideologia se torna cada vez mais um campo abstrato de legitimação política não-reflexiva e muitas vezes repetidora de motes anacrônicos ou mesmo gestoriais. Surge assim um culto da “prática”, mas essencialmente de uma prática alienada e mecânica, que reproduz as estruturas de dominação social. Essa era uma problemática que perpassava toda a obra de Robert Kurz, retomando as mesmas discussões conforme feitas por Theodor Adorno (ADORNO, 1969). Em nossa observação de vários anos sobre os movimentos sociais e lutas, percebemos como é comum este problema do militante sobrecarregado, extremamente ocupado e sem tempo livre. E mesmo como esta sobrecarga pode consumir física e mentalmente o militante, comprometendo sua saúde física e mental, e sendo muitas vezes o motivo do posterior abandono da militância por muitos, e mesmo causa de implosão, desmobilização e desaparecimento de grupos e coletivos de luta – e de maior desorganização e fragmentação das lutas sociais. Constatamos mesmo o notável fato de que grupos de oposição sindical possuíam médico psiquiatra para dar assistência a seus militantes.

três ou até quatro frentes de luta simultaneamente, participando de muitas reuniões e estando sempre repletos de tarefas (é muito comum no jargão de movimentos sociais a expressão “*correrias*” para se referir a este acúmulo de tarefas sucessivas). Muitas vezes, os indivíduos demonstravam-se simpáticos, com boa receptividade e comprometiam-se a responder a entrevista, porém, a sua sobrecarga de militância gerava o atraso na resposta ou a abstenção, conforme pudemos constatar através do contato com os mesmos.

b.4) *Desinteresse* - Neste outro caso, mais comum entre militantes e ativistas do que entre pessoas nas quais identificamos apenas a sobrecarga de trabalho, percebemos certo desinteresse, descaso ou apatia em responder entrevistas – algumas vezes demonstrando um comum desinteresse entre militantes e ativistas pragmáticos, do aludido perfil “tarefeiro”, por atividades teóricas ou de produção de conhecimento, que são vistas como pouco relevantes para a militância ou secundárias em relação à urgência da “ação”. Isto desencadeou grande quantidade de abstenções, e muito mais abstenções do que demoras em responder. Houve um caso em que um militante sindical e de movimento comunitário, após um difícil contato, respondeu de má vontade apenas metade da entrevista e depois se descomprometeu com o restante. Todos estes casos foram perceptíveis na medida em que contactávamos os indivíduos novamente.

b.5) *Hostilidade ideológica ou teórica com o tema abordado* - Pudemos perceber alguns casos de abstenção motivados por certo grau de hostilidade ideológica ou teórica para com o objeto de nosso trabalho. Isso foi comum entre militantes de correntes políticas mais ortodoxas - leninistas, trostkistas e organizações anarquistas ortodoxas. O próprio objeto de pesquisa, que trata de redes eletrônicas e de uma modalidade nova de ativismo autônomo surgido no âmbito do *Movimento Antiglobalização*, suscitava o desinteresse de membros de correntes políticas tradicionais e ortodoxas – que se deu muitas vezes de forma bastante perceptível nos contatos que tivemos com estes militantes.

b.6) *Abstenção justificada* - Apenas um contactado pediu para se abster de antemão, justificando que estava a estudar para um concurso.

b.7) *Dificuldades para responder (expressão escrita ou raciocínio abstrato)* - Este caso ocorreu de forma perceptível em três entrevistas com indivíduos de menor escolaridade, que responderam o questionário com certa quantidade de erros de ortografia, e sentenças que demonstravam uma dificuldade de expressão escrita, que foi perceptível pela quantidade de dúvidas que levantavam e nos enviavam durante o

processo e pelo questionário final respondido. Entretanto, estes indivíduos responderam entrevistas com prontidão e empenho maior do que muitos outros de maior escolaridade e formação. Além disso, apesar das dificuldades de expressão na chamada “*norma culta*” da língua, seus depoimentos demonstraram complexidade de pensamento e percepção da realidade por vezes mais rica do que outros depoimentos dados dentro das normas formais de linguagem. Ante este fato, cabe lembrar também a necessidade de não incorrerem em um preconceito com a forma de expressão dos trabalhadores entrevistados (o que seria ainda mais sério no caso de entrevistas faladas efetuadas com gravador - ver WHITAKER, 2000.). Houve também duas abstenções, no caso de um músico e um artista plástico, que apesar do bom domínio da expressão em linguagem escrita, se queixavam de forte dificuldade em articular raciocínios e respostas sistemáticos e mais abstratos para nosso objeto, e acabaram por desistir durante o processo. Cabe relatar também o caso de uma entrevista efetuada com um indivíduo portador de diploma de nível superior, que continha também erros de ortografia e dificuldade de construção de frases, demonstrando dificuldades em responder. Em outro caso de um indivíduo também possuidor de formação de nível superior, a linguagem e escrita se apresentavam dentro das normas consideradas “cultas” ou “corretas”, mas havia uma curiosa confusão de conceitos e tópicos enumerados e truncados sem encadeamento lógico – ou, talvez, expressando uma lógica de pensamento diferente, rica em aspectos e desdobramentos.

b.8) Demoras para responder e esquecimentos - Todos os fatores anteriores contribuíram, em maior ou menor grau, para a demora da resposta e envio para nós de boa parte das entrevistas. Poucas entrevistas foram entregues dentro do prazo acordado com o entrevistado – a maioria delas sempre era concluída e enviada com atraso. Porém, houve vários casos de abstenções ou demora causadas por esquecimento. Houve dois casos de indivíduos que responderam com muito atraso, após uma série de esquecimentos e lembranças seguidos de contatos eletrônicos nos quais pediam maior prazo.

b.9) Adoecimento, problemas de saúde - Um dos contatados se comprometeu não apenas a responder uma entrevista, como também a mobilizar um grupo de seus alunos universitários para responder, propiciando certo número de entrevistas. Porém, a mesma pessoa adoeceu gravemente, sendo inclusive hospitalizada, e afastada do emprego por meses e posteriormente aposentada, não podendo, portanto, responder à entrevista e nos auxiliar com a coleta de mais algumas. Outra pessoa sofreu um grave acidente automobilístico seguido de lesões graves na vista, não podendo responder a sua entrevista.

Estas foram, resumidamente, as dificuldades encontradas, e que julgamos necessário expor, para melhor definir o perfil dos entrevistados e o terreno social sobre o qual estávamos a nos debruçar e empreender nossa investigação. Destas dificuldades em si já podemos depreender alguns fatores importantes para nossa análise: o isolamento e fragmentação dos indivíduos; o impacto da proletarização nas relações de trabalho dos mesmos; as dificuldades da luta de classes nos grupos militantes ou ativistas, que ficam sobrecarregados na medida em que ficam isolados; os impactos da criminalização das lutas sociais e do aumento da vigilância eletrônica, que ocasionam a perda da privacidade nos meios eletrônicos; a fragmentação ideológica e sectarismos nos campos militantes; e uma dificuldade de expressão escrita cada vez mais presente em setores da classe trabalhadora. Todos estes fatores não são de pouca importância para nossa análise, senão indícios extremamente importantes da problemática da desorganização e dispersão dos trabalhadores pela reestruturação produtiva e adoção das tecnologias microeletrônicas na nova divisão social do trabalho. Eles revelam aspectos do estilhaçamento das relações sociais e lutas sociais e das dificuldades de recomposição política de uma classe trabalhadora fragmentada e atomizada.

Se, justamente um dos aspectos mais importantes que discutimos aqui é a questão da fragmentação dos trabalhadores gerada pela engenharia social das tecnocracias gestoras do capital, e as possibilidades da recomposição política dos trabalhadores enquanto classe; a constatação da fragmentação e dificuldade de contato entre os indivíduos nos meios eletrônicos se torna extremamente significativa. Conforme já expusemos anteriormente, as classes capitalistas dependem a todo momento de manipular dinamicamente a divisão social do trabalho, de forma a fragmentar a classe trabalhadora, decompondo-a politicamente (CLEAVER, 1981). A microeletrônica foi um dos fatores mais importantes que permitiram à rede de poder gestorial executar esta fragmentação, ao mesmo tempo em que centraliza o controle e a fiscalização sobre os indivíduos e reorganiza os processos de trabalho (BERNARDO, 2004, p. 112). Porém, é sobre o mesmo terreno das novas tecnologias de produção que se processa a reorganização política das novas gerações de trabalhadores – como ocorreu com o universo das linhas de produção e esteiras do taylorismo e fordismo nas décadas de sessenta e setenta do século vinte, quando eclodiram contestações ao ritmo e gestão do processo de trabalho. Assim, uma nova reorganização política das lutas também poderia ocorrer sobre o terreno

das redes de computadores, como o teria sido a expansão internacional do movimento *Hacker* na década de noventa (MACHADO, 2013). O próprio *Movimento Antiglobalização* se inseriu neste contexto e não teria sido possível sem a apropriação das redes de computadores por uma quantidade cada vez maior de usuários que as utilizavam para articular suas lutas e divulgar suas demandas. Porém, este também é o campo da tecnologia que fragmenta e permite o estabelecimento do controle social - não é possível a uma tecnologia ser neutra ou apolítica, na medida em que sempre é a expressão das relações sociais vigentes. Assim, a microeletrônica continua a ser o campo do controle gestorial – e as lutas dos movimentos, desde os *hackers*, as lutas *antiglobalização* e as novas ondas de lutas atuais, sempre passam também pela necessidade de produzir novas ferramentas adequadas às relações sociais de luta e transformações no próprio processo tecnológico. A constante criação, por ativistas, de programas novos de comunicação internautica, bem como a luta pela *criptografia* e privacidade digital, se inserem neste âmbito. A luta sobre a propriedade intelectual e o compartilhamento e acesso a bens intelectuais também expressam este dilema. Entretanto, justamente estas lutas se travam no mesmo terreno onde os indivíduos se encontram fragmentados e isolados, e centralizados por uma mediação microeletrônica, como já antecipara Debord: “*O Espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado.*” (DEBORD, 1997, p. 23). Tornou-se possível a nós, pela imensa dificuldade de contato e coleta de entrevistas com os indivíduos experimentada pelos meios eletrônicos, tomar consciência ou ao menos ter um vislumbre da amplitude e gravidade desta fragmentação e isolamento social. Conforme analisamos no artigo “*A Revolta e seu duplo*” (2013), nas próprias revoltas sociais de Junho de 2013 no Brasil, a abundância de cartazes nas ruas com “*hashtags*”¹¹⁰ e frases de reivindicações individuais similares às frases de impacto dos cartazes eletrônicos das redes sociais (especialmente do *Facebook*), mostrava que saía às ruas nas áreas centrais das maiores cidades uma multidão atomizada, onde surgia pelas cidades uma verdadeira “*News Feed*”¹¹¹ viva do *Facebook* (DIAS, 2013). É verdade, também, que a erosão da confiança popular nos tradicionais partidos e sindicatos burocratizados se expressava com certa autonomia na abundância de cartazes com ideias e palavras de

¹¹⁰*Hashtags* são palavras-chave, expressões ou termos relacionados a algum tema ou assunto, sempre escritos precedidos por um símbolo #. Assim, os termos gerados ficam indexados pelo *Twitter*, *Facebook*, *Google+* ou *Instagram*, virando hiperlinks dentro da rede, facilitando a busca dos mesmos por outros usuários. Por exemplo: #*acordabrasil*, ou #*vempraruá*, que eram bastante populares nas Revoltas de Junho de 2013.

¹¹¹Coluna central da página do *Facebook*, onde aparecem as atualizações e notícias dos usuários e páginas, sucedendo-se em velocidade grande, à medida que surgem novas atualizações.

ordem, formando um mosaico heterogêneo – diferente das uniformes faixas, balões e caminhões de som típicos das centrais sindicais e partidos. Porém, as reivindicações não surgiam como produto de discussões e pautas coletivas, mas como clamores individuais de indivíduos atomizados – assim sendo, a rua tomava a forma do *Facebook* e expressava a perplexidade de indivíduos que não se conheciam e se encontravam subitamente juntos. Certamente, esta era uma realidade específica de certa gama de protestos de trabalhadores mais qualificados que integram setores da chamada “classe média”, e não corresponde ao todo das ondas de protestos surgidos nas periferias, áreas mais pobres, englobando desde lutas por moradia e infra-estrutura até greves de garis e motoristas de ônibus, que se estendem desde aquele até o presente momento. Tão fragmentada como a classe trabalhadora foi toda a miríade de protestos naquele momento – e daí deriva uma dificuldade em interpretar e compreender as relações sociais subjacentes a essa imensa heterogeneidade. Porém, ela expressa as divisões da classe trabalhadora nas atuais configurações da *Fábrica Social* (DIAS, 2013). A forma como isto se expressou nas redes sociais, colocando uma infinidade de pautas muitas vezes opostas, indo desde demandas sociais ou contra a repressão social até propostas conservadoras e mesmo fascistóides (DUARTE, 2013), expressa o agravamento e a natureza destas divisões, que chegam a opor setores diferentes da classe trabalhadora.

Outro fator importante que percebemos, como acima aludido, é o impacto da proletarianização e precarização das relações de trabalho. Estas, ao se tornarem cada vez mais flexíveis e fragmentárias, permitem ao capital preencher todo o tempo disponível das pessoas com trabalho - seja diretamente em empresas, ou em atividades feitas no ambiente doméstico ou outros locais que se organizam em função do trabalho e como apêndice deste. Esta fragmentação do tempo dos indivíduos, que é especialmente visível na categoria dos professores, se torna um pesado fator de *des-socialização*, na medida em que impede o encontro e convívio entre pessoas (quando um indivíduo possui algum tempo livre, os outros não o possuem). Isto já nos foi possível verificar em nossa observação do sindicalismo docente, desde o ano de 2005 (DIAS: 2010). Uma séria crise abateu grupos, oposições sindicais, coletivos, movimentos e mesmo saraus culturais a partir do ano de 2008, configurando um refluxo de lutas e mesmo a desaparecimento e dissolução de muitos destes movimentos, conforme pudemos observar também desde então. Esta ausência de tempo disponível dos indivíduos foi um fator de agravamento do isolamento social e da atomização, e foi algo que pudemos perceber de forma enfática

nesta experiência da coleta de entrevistas.

Uma das consequências mais impactantes desta fragmentação e ausência de tempos livres, gerada pela colonização cada vez maior dos mesmos pelas relações de trabalho e formas mercantis de consumos e lazes foi que, ao dificultar o estabelecimento de laços de grupo coletivo e relações de solidariedade, gerou um refluxo considerável nas lutas sociais nos últimos anos, devido ao aumento da *dispersão* dos indivíduos – e a inevitável perda do diálogo. Debord ressaltava que o *Espetáculo*, fundado no *isolamento*, é o oposto do *diálogo*, que é possível onde existe autogestão (DEBORD: 1997). A inflação da esfera da “política das redes sociais” e da socialização mediada por meios “virtuais” expressa na verdade este esgarçamento do tecido social e esta dispersão. A sociabilidade real (e presencial), ao ser dispersa, pode ser absorvida por formas de sociabilidade abstratas ou mesmo ilusórias – donde se torna questionável até que ponto estas redes e meios seriam politicamente compatíveis com a autogestão. Seria uma pergunta relevante questionarmos em que medida o fenômeno da explosão de popularidade do *Facebook* - que existia desde 2004 e se expandiu muito desde 2007 - não possuiria relação com a des-socialização agravada pela crise econômica mundial. O “boom” das redes sociais pode ser uma compensação do isolamento e ausência de sociabilidade presencial. Gera, por um lado, uma sociabilidade abstrata, mediada e mesmo fictícia; porém, também pode expressar a tentativa de trabalhadores fragmentados recompor suas inter-relações através da apropriação da tecnologia – o atesta a popularidade do uso destas redes para marcar e convocar eventos. Os “rolezinhos” dos jovens de periferia em 2013 chegaram a promover desordens e preocupação política sobre os governantes e classes dominantes. Porém, a fragilidade destas formas de encontro se expressava na ausência de pautas, na socialização motivada pelos motes mercantis e da indústria cultural, e na rápida dispersão desses encontros, que revelaram uma incapacidade de se manter – ao passo de que movimentos como os de luta por moradia, que utilizam a organização de base e presencial, sustentam ocupações por meses ou anos. O fato crucial para nós, cabe ressaltar, é que a dispersão social e refluxo das lutas influíram em um considerável aumento da sobrecarga de ativismo e militância em grupos, coletivos e movimentos, que passaram a dispor de muito menos pessoas. Este fator é agravado pelo pragmatismo nos movimentos e coletivos, que chegam por vezes a sucumbir a um ativismo cego e regressivo, fundado no desespero – e gerando hierarquizações dentro dos mesmos e o domínio dos “mais ativos” (FREEMAN, 1970).

Esta alucinante sobrecarga e rotina acelerada dos grupos militantes faz com que a militância assuma caráter de trabalho, podendo mesmo se tornar atividade *hetero-organizada*. A utilização de redes eletrônicas, se por um lado permite articulação entre grupos, também gera a aceleração da informação e da quantidade de demandas e problemas. Todos estes fatores tornam os militantes ou ativistas possuidores de ainda menos tempo disponível. Isso foi também perceptível na nossa relação com os indivíduos contatados, que se encontravam sobrecarregados e sem tempo para responder um questionário.

Quando ocorre uma dispersão das relações de solidariedade coletivas que dão base para as lutas sociais, cria-se uma situação na qual é provável que se amplie a fragmentação ideológica e dos sectarismos nos campos militantes. Quando o movimento social não possui lastro em relações sociais de luta fundadas em grupos e movimentos com relações mais horizontalizadas de solidariedade e coletivismo, ele pode perder seu enraizamento social e sua plataforma fundada em demandas e reivindicações concretas ligadas ao universo das necessidades sociais; assim, há o recrudescimento de grupos que ficam ilhados e isolados, e a tendência ao deslocamento das plataformas práticas de reivindicações em direção a programas ideológicos ou teóricos mais abstratos. Esta alienação ou separação em relação à realidade sensível do tecido social, além de estar fortemente ligada à introdução de relações hierárquicas e a recuperação dos movimentos pelo capital, tende a fragmentar os mesmos em disputas por direção política, acirrando os sectarismos ideológicos, chegando ao comportamento de seitas ou mesmo de “*ganges*” políticas (CAMATTE e COLLU: 1979). Os agrupamentos podem inclusive fetichizar suas ideologias, programas ou até cair em um fetichismo da organização; seu discurso pode se tornar abstrato e mesmo ficcionalizado, parecendo um elemento estranho e sem sentido para os trabalhadores. Em casos extremos, os grupos podem se fechar sobre si próprios e assumir proposições exóticas e completamente afastadas da realidade. Esta fragmentação ideológica e sectarismo podem determinar níveis de hostilidade a outras visões teóricas ou a proposições que valorizem a dinâmica de lutas sociais de base; e isto foi justamente perceptível também em nosso processo de investigação. A simples proposta de investigar o periodismo eletrônico anticapitalista existente na internet enquanto um dos campos de novas lutas sociais autônomas pode parecer algo sem sentido ou um objeto sem importância para os campos ideológicos muito ortodoxos.

Se junta a isto a constatação do impacto da criminalização das lutas sociais, que

provoca o aumento da vigilância sobre a internet e da coleta de dados de usuários, e a violação cada vez maior da privacidade dos internautas por empresas e governos – fator que coloca muitos internautas em posturas defensivas. Muitos adotam cada vez mais o *software livre*, programas com *códigos abertos*, uso de *criptografia* e passam a evitar redes sociais comerciais, como o *Facebook*, ou utilizá-las com cuidado e restrições. A simples abordagem feita por alguém solicitando entrevista pode gerar desconfiças em ativistas, e isso ocorreu diversas vezes durante nossa busca por entrevistas e depoimentos – o que solucionávamos através do contato pessoal direto e também pela intermediação de conhecidos em comum. As tecnologias microeletrônicas, e mais especificamente a internet, na medida em que expressam o conteúdo das relações sociais, permitem que se exerçam diversas funções políticas e administrativas sobre a *Fábrica Social*, dentre elas a função de controle e fiscalização. Questões de segurança passam a ser cada vez mais relevantes para a manutenção do controle sobre a *Fábrica Social*; e da mesma forma, a des-socialização, dispersão e isolamento podem assim ser reforçados, na medida em que a vigilância eletrônica sobre as redes de computadores surge para vigiar e dispersar contatos entre os indivíduos que possam ser suscitadores de contestação social. Aqui pudemos depreender melhor acerca do papel político destas tecnologias.

Finalmente, pudemos perceber também na coleta de nossas entrevistas a forma como a dificuldade de expressão em linguagem escrita pode em certos casos se manifestar e assumir relevância dentro das problemáticas acima expostas. Justamente o mais notável foi o fato de que, para além dos casos de indivíduos portadores de menor escolaridade que já aludimos, ocorreram também dois casos de entrevistas com dificuldades de linguagem – uma com erros de ortografia e outra com uma construção de frases muitas vezes confusa; ambos os casos ocorreram em entrevistas respondidas por indivíduos que portavam diplomas do ensino superior. A precarização a que é submetida a classe trabalhadora não se restringe às condições de trabalho; ela atinge também a formação, a expressão, raciocínio e linguagem. Nas redes sociais, surgem novas “linguagens” entre internautas; em certos nichos, o uso destas redes pode estimular a escrita e mesmo melhorá-la potencialmente, pela prática dos debates de comentários; porém, podemos encontrar com abundância nas redes sociais também formas distintas que expressam o empobrecimento da linguagem, a laconização da comunicação, que se restringe a abreviaturas e formas mesmo silábicas. Mesmo a leitura e escrita de trechos mais longos, que ainda ocorria em debates dentro de comunidades eletrônicas da rede *Orkut*, se reduz

ainda mais na forma de mensagens instantâneas e comentários que se sucedem numa velocidade acentuada na linha de notícias do *Facebook*. A velocidade e a aceleração são o fator primordial que desencadeia este processo. Há um aumento do ritmo das mensagens e notícias. O emprego da linguagem se adequa, então, a esta forma mais abreviada e efêmera de comunicação. A perda de narrativas mais densas e longas, ou construções de raciocínio mais pormenorizadas em favor de linguagens mais instantâneas e informações curtas que aparentemente falam por si, é um fator que surge no esgarçamento do tecido social dentro do processo de isolamento e fragmentação que descrevemos. Assim, torna-se possível perceber uma relação entre o empobrecimento do diálogo e o empobrecimento do senso crítico e da própria politização, que regride das demandas coletivas às individuais. Porém, cabe ressaltar que as entrevistas coletadas em nossa pesquisa demonstram em sua imensa maioria uma facilidade e riqueza de utilização da linguagem escrita, além de um nível de formação elevado e elaborado presente no corpo de entrevistados. Entretanto, isto se deve mais ao campo específico de internautas que selecionamos e abordamos, sendo possivelmente uma exceção dentro do espectro mais amplo que envolve as redes sociais eletrônicas. Outro aspecto importante é que, mesmo nos casos em que detectamos tais dificuldades de expressão escrita, os indivíduos eram portadores de um forte senso crítico e politização, oriundos dos meios sociais de luta e ativismo. Isto demonstra que a formação mais simples não é um obstáculo à busca da formação crítica e da própria ação de crítica social. Um baixo nível de crítica às relações sociais pode ocorrer também em indivíduos com excelente domínio da escrita e muitos anos de estudo.

Um aspecto perceptível em vários dos problemas com que nos deparamos na coleta das entrevistas, a saber, nos casos em que obtivemos posturas de indiferença, desinteresse ou hostilidade, é o da banalização da comunicação dentro destes meios eletrônicos. Dentro de uma nuvem de informação cada vez mais acelerada, onde ocorre um “bombardeiro” ou “enxurrada” de informações e comunicações breves e efêmeras, o contato e o diálogo se apresentam como coisas cada vez mais banais. Assim, a tentativa de estabelecimento de um diálogo com a solicitação de uma entrevista ou depoimento para fins de investigação social pode também parecer algo banal, efêmero, de pouca importância, rapidamente perdido e esquecido dentro da imensa quantidade de informações, notícias e contatos fragmentados. A dimensão da profundidade dos contatos e relações é perdida em prol de relações muito mais superficializadas. E também é

perceptível que neste campo, a fragmentação do tempo dos indivíduos também surge como fragmentação do pensamento, e da própria comunicação. Isto certamente não é um problema moral ou individual, mas uma característica da própria configuração das relações sociais vigentes.

Todos estes aspectos que relatamos, que pudemos perceber em nosso processo de pesquisa de campo, nos permitem já começar a delinear o terreno sobre o qual investigamos o perfil dos leitores de sites de crítica social. Ainda, nos permitem entender melhor os dilemas atuais da luta de classes e da reorganização da classe trabalhadora. E neste âmbito, podemos entender melhor os alcances e limites efetivos de tentativas de apropriação de saber e práticas de *autoformação* neste terreno marcado pelas novas tecnologias, bem como os conflitos de prioridades nele ocorridos.

3.3. Do perfil médio dos leitores entrevistados.

O questionário, dentre outras coisas, permitiu basicamente obter primeiramente a idade, gênero, estado civil, informação sobre filhos dos entrevistados; nível de escolaridade, áreas de escolaridade e conhecimento; profissão ou área de atuação; campo de militância atual e passada; relação de *sites* mais lidos e acessados pelos entrevistados; atuação enquanto leitor, produtor ou debatedor nos meios eletrônicos; veículos produzidos por leitores entrevistados; modalidade de debate utilizada, e frequência de debate; temas de interesse de leitura e debate; informações sobre o círculo social dos entrevistados (se conhecem mais leitores deste tipo de mídias eletrônicas e o que podem dizer sobre estes). Estas são apenas informações relativas a um perfil geral dos entrevistados, visto que o questionário adentra qualitativamente em muitas outras questões relativas diretamente ao nosso objeto de pesquisa. Cabe aqui tentar estabelecer inicialmente um perfil dos nossos leitores entrevistados.

a) *Faixa etária dos entrevistados.*

Houve em nosso levantamento a prevalência de indivíduos da faixa de idade entre 26 e 30 anos (11 indivíduos), seguida da faixa de 31 a 35 anos (7 indivíduos), e por sua

vez da de 21 a 25 anos (5 indivíduos) - totalizando 23 respostas de internautas entre 21 e 35 anos (*Tabela 1*). Num universo de trinta e seis pessoas, isto representa 63,8% dos entrevistados. Pudemos depreender, ainda, que entrevistamos sete indivíduos com entre 41 e 55 anos de idade, e dois na faixa entre 66 e 70 anos. Tais dados não fariam sentido por si mesmos, mas o fazem na medida em que cruzamos os mesmos com o histórico de militância e atuação política dos entrevistados. Percebemos, pelo que os próprios declararam, que os mesmos se agrupam em faixas de idade que correspondem a ciclos de luta específicos. Por exemplo, os dois indivíduos com mais de sessenta e seis anos fizeram parte da luta contra a ditadura militar. Já, dos que entram na faixa dos trinta e seis anos aos cinquenta e cinco, vários deles participaram do Partido dos Trabalhadores (alguns mesmo como fundadores do Partido) ou de movimentos sociais e sindicais que integraram o ciclo de lutas iniciado nos anos 1978-1980 em diante, estendendo-se até a década de noventa. E no setor de predominância, de internautas entre 21 e 35 anos, muitos declararam sua passagem pelo *Movimento Antiglobalização* (com maior atividade de 1999 a 2004); alguns com curtas passagens por partidos, mas há a predominância da militância em coletivos autônomos, grupos libertários ou movimentos de novo tipo que reivindicam formas de organização em rede, amplamente popularizados nesta época.

Um dado notável é que, quando alguns entrevistados foram perguntados sobre o círculo social de leitores que conheciam, ao descrevê-lo, corroboraram as faixas de idade, de forma que este fator foi reforçado. Outro aspecto importante é que há, em nosso levantamento, uma escassez de leitores e declarações por parte dos entrevistados de conhecerem leitores com menos de vinte anos de idade – apenas dois entrevistados citaram internautas adolescentes e jovens, no caso, seus alunos. Possivelmente, esta lacuna possa ter alguma relação com o processo de desorganização das lutas sociais no Brasil intensificado a partir do ano de 2008, ou mesmo antes, após o enfraquecimento e dispersão do *Movimento Antiglobalização*, em 2004. Conforme nos apontou um dos entrevistados, boa parte do movimento de protestos contra a Copa do Mundo e mesmo grupos *Black-Block* tenderia a ser formada por jovens com até trinta anos de idade: “Normalmente são graduados recentes, ou estudantes, na maioria jovens adultos (entre 20 e 30 anos)” (L7). A questão fundamental é que as faixas de idade expressam gerações distintas de luta social, ou mesmo ciclos de luta. O predomínio de internautas leitores que nos concederam entrevistas e depoimentos encontra-se na geração formada no processo do *Movimento Antiglobalização*, a partir de 1999 até 2004 (incluindo a luta contra a

ALCA) – fator confirmado por produtores do *Centro de Mídia Independente* que, quando entrevistados, enfatizaram este momento como um marco para a formação de mídias eletrônicas anticapitalistas e constituição de um público leitor destes espaços(L?). Podemos ver, em nosso corpo de entrevistados, faixas de indivíduos que se formaram em distintos ciclos de luta social. Mesmo as divergências de formações e interesses expressam as questões postas em cada momento histórico de lutas.

Tabela 1 - Faixa Etária	
Idade (anos)	Indivíduos
Até 20	1
21-25	5
26-30	11
31-35	7
36-40	3
41-45	2
46-50	3
51-55	2
56-60	-
61-65	-
66-70	2
70 +	-

b) Problemática de Gênero.

Dentre os entrevistados, vinte e oito são do gênero masculino e oito do feminino. Há, portanto, um acentuado predomínio masculino. Em que pesem os avanços da participação feminina na política e atuações sociais, ainda se pode notar um predomínio de participação masculina nestes campos, o que foi possível perceber pela dificuldade em conseguir entrevistas com pessoas do gênero feminino. Certamente, a depender do círculo em que fossem aplicadas as entrevistas, estas proporções poderiam ser substancialmente diferentes. Um dos entrevistados declarou perceber que o círculo social de leitores e debatedores internautas que conhecia era majoritariamente formado por homens: “*Pelo que vejo o perfil dessas pessoas se assemelha ao meu: homens, com ensino superior completo, idade entre os 25 e os 45, das mais diversas profissões.*” (L8). Do corpo de entrevistados, cabe ressaltar que três declararam espontaneamente ter orientações sexuais específicas, a saber – uma entrevistada se declarou lésbica e dois entrevistados bissexuais.

Como esta informação não constava no questionário, não temos condições de avaliar estas questões em relação aos restantes entrevistados. De uma maneira geral, podemos ver que a problemática de gênero ainda afeta de forma significativa o nível de participação política também no campo de leitores e debatedores de temáticas políticas e ativistas na internet.

Tabela 2 - Gênero	
Masculino	28
Feminino	8

Tabela 2.1 - Orientação Sexual (apenas leitores que a declararam no corpo de entrevista)	
Lésbicas	1
Bissexuais (masculinos)	2

c) Situação familiar dos entrevistados.

Do conjunto dos entrevistados, onze declararam-se casados ou em união estável, dez solteiros e três divorciados. Doze pessoas não declararam sua situação. No tocante a possuir filhos, nove declararam positivamente, enquanto vinte disseram não possuir filhos e sete não responderam. Estes fatores, aparentemente sem relação com nosso objeto de pesquisa, devem ser considerados, pois a constituição de família e relações de maternidade ou paternidade pode resultar em mudanças significativas no perfil socioeconômico e nas relações de trabalho dos indivíduos, na medida em que obrigam os indivíduos a possuir laços profissionais para sustento familiar ou mesmo uma intensificação de sua carga de trabalho por necessidades vitais de sobrevivência. Este fator pode impactar a participação política de diversas maneiras – seja limitando-a por falta de tempo e recursos, seja obrigando os indivíduos a engajar-se em lutas por questão de sobrevivência e satisfação de suas necessidades básicas. Entretanto, boa parte das entrevistas mais ricas e longas foi obtida com pessoas que tem filhos; assim, torna-se questionável a idéia difundida em senso comum de que o ativismo ou militância sejam ocupação possível apenas a quem não tem obrigações, dependentes ou não trabalhe. Especialmente ao analisar as relações de trabalho, ficou evidente que a maioria absoluta

dos entrevistados e de seus círculos de convívio e atuação política e social é composta por trabalhadores assalariados e considerável parte destes (ao menos um quarto) possuem dependentes.

Tabela 3 - Estado Civil	
Casados ou em União	11
Solteiros	10
Divorciados	3
Não declarados	12

Tabela 4 - Filhos	
Sim	9
Não	20
Não declarados	7

d) Escolaridade e formação dos entrevistados.

d.1) Nível de escolaridade.

Pudemos constatar um forte predomínio de pessoas que possuem o nível Superior completo ou Pós-Graduação em nosso corpo de entrevistados – ou seja, podemos depreender um nível de formação cultural alto entre a maioria dos entrevistados. Deparamo-nos com dezesseis indivíduos com nível Superior completo; onze com nível de Mestrado, dois Doutores e um pós-Doutor (*Tabela 5*). Isto pode nos levar à conclusão de um predomínio do acesso internáutico a sites de crítica social por setores de trabalhadores mais qualificados. Porém, seis entrevistados declararam possuir apenas o Ensino Médio completo (alguns cursando o Ensino Superior, entretanto). Assim sendo, podemos concluir que há o predomínio de trabalhadores qualificados, mas não se exclui uma parcela politizada de trabalhadores com formação mais simples – porém, dos quais boa parte encontra-se ainda estudando ou buscando ampliação de sua formação. Em nossas entrevistas e depoimentos obtivemos casos notáveis, como os de um jovem militante de movimentos sociais de bairros de periferia desempregado, um ex-operador de telemarketing e atual auxiliar administrativo, e um ex-metalúrgico (atualmente bancário), todos apenas possuidores do diploma de Ensino Médio e cursos técnicos (**L20**,

L21 e L24). Porém, os dois últimos atualmente exercem funções em escritórios. Além disso, cabe relatar que dentre os indivíduos que se abstiveram de conceder entrevistas, encontramos alguns casos de possuidores apenas do diploma de Ensino Médio, e mesmo um internauta militante de movimentos de periferias que tinha o Ensino Médio incompleto, pois deixou seus estudos para trabalhar. Apesar também do predomínio de idades já aludido, dois entrevistados citaram possuir alguns alunos do Ensino Médio que são internautas que trafegam por estes espaços – neste caso, também portadores de Ensino Médio ou cursos técnicos muitas vezes incompletos (**L1 e L34**). Não temos, entretanto, condições de avaliar numericamente o peso deste grupo e, pensamos, dado o papel que o *Facebook* exerce como porta de entrada ou difusor de *sites*, textos e matérias, que estes jovens possam ter acesso a estes sites muitas vezes através de seus professores. Mais adiante adentraremos estas questões no tocante ao círculo social de internautas conhecido pelos entrevistados – já que extrapola o conjunto dos próprios entrevistados. Finalmente, cabe relatar que estudantes universitários de graduação – no caso, sete entrevistados (alguns já portadores de uma graduação anterior completa) - também constituem parcela considerável de internautas que acessam estes espaços eletrônicos, totalizando 19.4% dos entrevistados. Não encontramos indivíduos com apenas o nível do Ensino Fundamental *entre os entrevistados*.

Para nosso curso de análise tudo isto é relevante, na medida em que aponta o predomínio de trabalhadores mais qualificados, com alta formação e que exercem trabalho intelectual, entre o corpo de público deste tipo de sites – segmento de trabalhadores adequado à inserção no circuito de produção da *mais-valia relativa*, portanto. A presença de trabalhadores com menor formação também ocorre em menor grau, porém, constatamos que boa parte destes encontra-se em processo de estudo e aumento de sua própria formação. Assim sendo, podemos vislumbrar o ativismo eletrônico e o acesso a estes espaços como um fenômeno de luta de classes que ocorre no próprio processo de passagem do *trabalho simples* ao *complexo* e no seio do processo da modalidade de exploração da *mais-valia relativa*.

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos entrevistados	
Ensino Fundamental	-
Ensino Médio	6
Superior Completo	16

Mestre	11
Doutor	2
Pós-Doutorado	1

d.2) Áreas de escolaridade e de conhecimento.

Em relação às Áreas de Escolaridade, encontramos um forte predomínio de pessoas com formação no campo das Ciências Humanas. Em primeiro lugar, temos nove entrevistados formados em História, seguidos de quatro formados em Ciências Sociais e Antropologia, três em Geografia, três em Filosofia, três em Pedagogia e três em Sociologia (*Tabela 6*). Igualmente, há no corpo de entrevistados três indivíduos formados no curso técnico em Magistério. Três entrevistados possuem formação na área de Administração; dois possuem especialização em Saúde Pública e dois em Meio Ambiente; e dois indivíduos são formados em Ciências Contábeis. Também encontramos um entrevistado especializado em Geoprocessamento, um em Arqueologia, e um indivíduo formado em Letras; além disso, entre nossos entrevistados temos um Engenheiro Químico e Ambiental e um indivíduo formado em Engenharia Civil. Temos também um graduado em Direito, um técnico em Mecânica pelo SENAI, um técnico em Design e um técnico em Edificações; e também um Veterinário. Entrevistamos uma pessoa com formação em Cinema, uma em Música, e uma em Comunicação e Jornalismo; um bacharel em Economia e um em Ciências da Computação; e, finalmente, um graduado em Psicologia. Ainda, seis indivíduos são possuidores apenas do Ensino Médio. Cabe aqui notar o importante fato de que parte considerável dos entrevistados declarou possuir formação e graduação em mais de uma área. Isto é um fator significativo quando consideramos que a imensa maioria dos entrevistados são trabalhadores intelectuais, sobre os quais impera uma exigência de formação cada vez mais ampliada e continuada – e que também expressa um fator de pressão e proletarização, bem como de sobrecarga nas relações de trabalho, na medida em que se amplia cada vez mais o trabalho não-remunerado de produção da própria *força de trabalho* (na forma de estudo), muitas vezes concomitante com o exercício de empregos assalariados (estudar e trabalhar em turnos diferentes). Podemos constatar em nosso conjunto de entrevistados um predomínio de trabalhadores assalariados que possuem formação voltada para atividades com predominante presença do componente intelectual do trabalho.

Tabela 6 - Áreas de Escolaridade	
Geografia	3
Administração	3
Filosofia	3
História	9
Pedagogia	3
Geoprocessamento	1
Ciências Sociais/Antropologia	4
Ciências Sociais/Sociologia	3
Arqueologia	1
Letras	1
Engenharia Química e Ambiental	1
Meio Ambiente	2
Direito	1
Engenharia Civil	1
Técnico em Mecânica (SENAI)	1
Técnico em Edificações	1
Técnico em Design	1
Saúde Pública	2
Medicina Veterinária	1
Cinema	1
Música	1
Jornalismo/Comunicação	1
Ciências Contábeis	2
Economia	1
Ciências da Computação	1
Psicologia	1
Magistério (Curso Técnico)	3
Apenas Ensino Médio	6
Observação - vários indivíduos declararam possuir mais de uma formação, o que foi computado nesta tabela.	

Nossa análise assume maior sentido e se desdobra em outros aspectos na medida em que derivamos da tabela anterior uma divisão ou categorização dos cursos e formações em áreas maiores de conhecimento (*Tabela 7*):

Tabela 7 – Áreas de Conhecimento	
Ciências Humanas	23
Ciências Exatas	12
Ciências Biológicas	7
Ciências da Comunicação	2
Artes	2

O predomínio de indivíduos entrevistados se encontra na área de conhecimento ligada às Ciências Humanas (*Tabela 7*). Isto não exclui, entretanto, pessoas oriundas das

áreas das Ciências Exatas ou Biológicas, Ciências da Comunicação ou Artes enquanto parcela considerável do público que lê e debate em periódicos eletrônicos de crítica social e mídia alternativa. As Ciências Humanas constituem exata metade das áreas de formação declaradas por nossos entrevistados, e as outras áreas somadas constituem a outra metade - o que é uma proporção significativa. Um dos entrevistados declarou que conhece internautas acessadores de sites de conteúdos críticos, provenientes de praticamente todas as áreas de formação, "*das mais diversas profissões*" (L8); outro declarou conhecer nestes meios "*...diversas pessoas, de diversos perfis(...) Muitas têm graduação em diversas áreas.*" (L9). Estas declarações ampliam nossa constatação sobre a presença de pessoas de áreas diversas entre o público destes espaços eletrônicos e círculos de atuação social e militância (e considerando-se também que vários indivíduos sobrepõem formação em mais de uma área). Este fator é importante, pois vai de encontro à idéia comum que liga a atuação política exclusivamente a pessoas com formação em História, Geografia ou Ciências Humanas em geral. Também devemos considerar que pelo fato de muitos indivíduos possuírem mais de uma formação, estamos diante de trabalhadores com uma qualificação e *capacidade de trabalho* plurifacetada e mesmo multilateral, que constitui um traço característico de boa parte da *força de trabalho* mais qualificada nas novas formas de organização do trabalho instauradas na última reestruturação produtiva - que exigem maior flexibilidade e capacidade de atuar em campos mais abertos e diversificados (assim como a própria produção se tornou mais diversificada).

Houve, em nosso levantamento, o predomínio da área de Ciências Humanas, com vinte e três pessoas, seguida da de Ciências Exatas, com doze indivíduos; encontramos sete internautas com formação na área de Ciências Biológicas, dois da área de Ciências da Comunicação e dois em Artes. Cabe notar que várias pessoas da área de Ciências Biológicas e Ciências Exatas que foram contatadas relataram especial dificuldade em redigir as respostas às questões, e destas áreas encontramos boa parte das abstenções, o que impactou o número de respostas por área. O predomínio de Ciências Humanas também se deve a ser esta a nossa própria área de atuação, da qual dispúnhamos maior número de contatos, o que deve ser levado em consideração – talvez em outros círculos sociais as proporções pudessem ser um pouco diferentes. Notamos, todavia, que as pessoas entrevistadas pertencentes às áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Artes trabalham, como veremos, basicamente em ambientes que exigem grande contato com o público, fator que pode motivar o debate e politização, propiciando maior

envolvimento político e social.

e) Profissão.

Notamos, em nosso levantamento, uma quantidade considerável de entrevistados que declararam exercer profissões relacionadas à área educacional. Constatamos sete estudantes, quatro professores da rede pública e quatro da rede privada; cinco professores universitários, dois professores de cursinhos comunitários, um diretor de escola, um técnico educacional em saúde, um educador social em meio aberto e um professor de música (*Tabela 8*). Dentre as demais profissões, encontramos um analista de sistemas, um técnico administrativo, um arqueólogo, um editor, um advogado social e trabalhista, um engenheiro ambiental, um consultor indígena, um bancário, um auxiliar administrativo, um sanitarista, um documentarista, um jornalista e um consultor tributário. Temos ainda dois aposentados e cinco indivíduos que se declararam desempregados. Muitos entrevistados relataram exercer mais de uma profissão simultaneamente – o que se relaciona com o perfil plurifacetado e flexível da *força de trabalho* nas formas atuais de organização do trabalho e divisão social do trabalho na *Fábrica Social*. Sem considerarmos os dois aposentados e os cinco desempregados, temos vinte e seis indivíduos atuando na área educacional, e treze nas demais áreas declaradas, totalizando trinta e nove profissões declaradas pelo corpo de entrevistados.¹¹²

Qualitativamente este fato é importante, pois professores e trabalhadores da área educacional - o que inclui os estudantes, que laboram de forma não-assalariada na produção da *própria força de trabalho* (CLEAVER: 1981; DIAS: 2010) – são trabalhadores que produzem futuros trabalhadores. Sua atividade consiste na produção de *capacidade de trabalho* de outros trabalhadores (ou da própria, no caso dos estudantes). Assim, é uma atividade de produção e reprodução social da *força de trabalho* dentro do *trabalhador social agregado* da *Fábrica Social* (CLEAVER: 1981). Sua atividade produz a capacidade de se exercer trabalho mais *complexo*, através de disciplina e qualificações

¹¹²O leitor deste trabalho deve ter percebido que na imensa maioria das tabelas a soma excede o número total de entrevistados. Isto se deve ao fato de muitos entrevistados declararem mais de uma formação, mais de uma área de conhecimento, mais de uma profissão, mais de uma militância, etc. As quantificações das tabelas apenas servem para inventariar elementos aos quais damos tratamento qualitativo – ou seja, trata-se aqui de extrair o qualitativo das quantidades enumeradas. Na medida em que, como veremos, as entrevistas recebem tratamento de depoimento, o que nos interessa é a análise qualitativa.

necessárias à operação das novas tecnologias do processo produtivo social (BERNARDO: 1998, págs. 33-40). Porém, em nosso corpo de entrevistados, temos ainda um sanitarista, que embora não atue na área de educação, também trabalha num campo de reprodução da *força de trabalho* – a Saúde Pública. Sua atividade inclui também campanhas educacionais em escolas e diversos campos sociais, o que nos permite associá-lo *também* ao grupo de trabalhadores educacionais, somando então vinte e sete indivíduos.

Tanto os trabalhadores da Educação como os da Saúde Pública atuam na produção e reprodução da *força de trabalho* e, assim, exercem atividade dentro do terreno das *Condições Gerais de Produção* do Capital. Porém, em nosso corpo de entrevistados, temos também duas pessoas da área de Comunicação (jornalista e documentarista), que grosso modo pode *em certas condições* se associar também ao terreno das mesmas *Condições Gerais de Produção* (na medida em que trabalhadores da Comunicação operam também funções de circulação e difusão de informação, para além das conhecidas funções de formação de opinião). Além disso, as atividades do engenheiro ambiental e do bancário também podem ser inseridas na mesma malha de *Condições Gerais de Produção*, assim como a atividade de analista de sistemas (que trabalha sobre infraestruturas de rede entre empresas). Totalizam então trinta e duas atividades que se inserem ou relacionam neste campo – isto sem considerar a maior ou menor proximidade das demais em relação ao mesmo.

A imensa maioria dos profissionais entrevistados são trabalhadores assalariados (possível exceção poderia ser, dentre outras, a profissão de advogado – que, entretanto, pode trabalhar em escritórios como assalariado. É preciso levar em conta a proletarização das profissões liberais. Um trabalhador pode ser formalmente autônomo, porém estar inserido no circuito de exploração dentro do *trabalhador social agregado* – assim sendo, conta muito mais a posição do indivíduo na cadeia produtiva do que seu estatuto jurídico. Trabalhadores dos serviços públicos, assim, podem estar inseridos dentro do circuito de produção do valor e serem trabalhadores produtivos). Estes exercem em sua quase totalidade atividades com predomínio do componente intelectual do trabalho, possuindo alto nível de escolarização e formação e, laboram dentro de funções que em sua maioria se inserem no campo das *Condições Gerais de Produção*, das quais parte significativa consiste em produção e reprodução de *força de trabalho*. Isto tudo assume uma grande importância em nossa análise, na medida em que nestas atividades em geral ocorre um

grande contato com o público, fator que propicia a politização e circulação de informações. Ainda, a maioria dos entrevistados provém da Área de Ciências Humanas, porém outra parte significativa se encontra nas áreas das Ciências Exatas, Biológicas e da Comunicação, e trabalham também em contato constante com grande público, fator propiciador de debate político e social. Em escolas se trabalha com a população; na Saúde Pública também; comunicação e jornalismo são atividades que coletam informações com o público e são formadoras de opinião. Advocacia trabalhista igualmente é atividade de contato com público (e contradições sociais); as funções de bancário, técnico ou auxiliar administrativo, ou de consultorias também. Um consultor indígena está diretamente envolvido com populações indígenas diversas e seus dilemas.

Além disso, mesmo aposentados são pertencentes ao campo dos trabalhadores assalariados, e os desempregados, embora não assalariados no momento, se inserem neste campo também, pois integram *força de trabalho* pertencente ao *exército de reserva*. Assim, temos um corpo de internautas entrevistados formado massivamente por trabalhadores assalariados, que laboram majoritariamente em áreas ligadas às *Condições Gerais de Produção* do capital, em atividades ligadas ao contato com o público; são detentores em sua imensa maioria de alta escolarização e formação, mas também expostos à pressão profissional e proletarização das relações de trabalho. Em alguns casos, como já relatamos, também encontramos pessoas com dificuldades de expressar ideias em linguagem mais precisa e, mesmo, carência vocabular. Como vimos, caracteriza este corpo social de internautas também uma predominância de gênero masculina (expressando ainda as problemáticas políticas de gênero); além disso, destes trabalhadores entrevistados, ao menos um quarto possuem filhos ou dependentes. A maioria dos entrevistados possui formação em Ciências Humanas e grande parte exerce funções ligadas à Educação.

Obviamente, é impossível delinear com exatidão o público dos sites de crítica social – nem mesmo os produtores destes sites sabem dizer com precisão qual seja este público. Isto se deve ao isolamento expressado (e reproduzido) pelas tecnologias de comunicação microeletrônicas das redes de computadores. Porém, em nosso levantamento de entrevistas e depoimentos, pudemos por amostragem obter um vislumbre ou ao menos, indícios do que seja este público mais amplo – por isso também perguntamos aos entrevistados se conheciam pessoas que acessam estes sites e que falassem um pouco a respeito, o que permite ampliar o leque de informações. Assim,

podemos ao menos formar uma idéia dos tipos diversos de leitores destes espaços eletrônicos. Ainda, contrariamente ao preconceito muito comum propagado por leituras políticas do marxismo mais ortodoxo ou dogmático, que consideram os militantes e ativistas internauticos e de novos movimentos como “classe média” não-trabalhadora (ou “pequena-burguesia”, pejorativamente), temos aqui fortes evidências de um público formado majoritariamente por trabalhadores assalariados qualificados (potencialmente inseríveis em relações de trabalho com predomínio da modalidade de exploração da *mais-valia relativa*), sujeitos a pressões profissionais e precarização crescente de suas condições sociais e de trabalho.

Tabela 8 – Profissão	
Professor na Rede Pública	4
Professor na Rede Privada	4
Professor Universitário	5
Professor de Cursinho Comunitário	2
Professor de Música	1
Estudante	7
Analista de sistemas	1
Técnico Administrativo	1
Aposentado	2
Arqueólogo	1
Diretor de Escola	1
Editor	1
Engenheiro Ambiental	1
Advogado	1
Técnico Educacional em Saúde	1
Consultor Indígena	1
Educador social em meio aberto	1
Bancário	1
Auxiliar Administrativo	1
Sanitarista	1
Documentarista	1
Jornalista	1
Consultor Tributário	1
Desempregados	5
Observação – Muitos indivíduos acumulam mais de uma profissão simultânea, o que foi computado nesta tabela. Estudantes que não declararam emprego foram computados também entre o número de desempregados por não declarar vínculo assalariado, embora exerçam trabalho não-assalariado e sejam considerados trabalhadores em nossa abordagem. As profissões estão mencionadas da forma como foram declaradas pelos entrevistados.	

f) *Atuação política atual e passada.*

Nas entrevistas, perguntamos acerca da atuação política atual e passada dos entrevistados. No tocante a atividade política atual dos entrevistados, cuja relação completa se encontra na *Tabela 9*, alguns fatos nos pareceram notáveis. Primeiramente, a quantidade de pessoas que declarou não estar exercendo atividades políticas formalmente no momento – sete pessoas; embora sejam leitores e debatedores interessados em temáticas de crítica social e política. Na verdade, a declaração destes não se refere exatamente a estar sem exercer nenhuma atividade, mas sim a não pertencer atualmente a grupos formalmente organizados. Muitos destes declararam já ter passado por diversas atividades de militância e ativismo anteriores, entretanto. Em segundo lugar, seis entrevistados declararam participação em greves como uma atuação política – mesmo não sendo sindicalistas ou exercendo atividades em organizações políticas formais em sua maioria. Em terceiro lugar, nos chamou a atenção o fato de que cinco entrevistados declararam como atividade política serem *ensaístas críticos*, ou seja, produtores de textos de crítica social e análise sobre a política, economia e sociedade, bem como formadores políticos e de opinião. Isto em si pode ser considerado uma modalidade de atividade de militância teórica e formativa – embora nem sempre seja considerado militância ou ativismo sob a acepção mais pragmática de correntes mais ortodoxas ou ativistas.

Além destes fatos elencados, quatro indivíduos relataram participar do movimento estudantil, e quatro atuam em cursinhos populares. Três entrevistados declararam-se sindicalistas; e duas pessoas como membros de Oposições Sindicais. Três indivíduos afirmaram pertencer a um coletivo de estudos teórico e de auto-formação intitulado “*Crítica Social*”; três declararam exercer militância educacional, cultural e comunitária no *Espaço de Educação Popular “Casinha”*, situado em uma região de favelas; foram declaradas três militâncias no “*Comitê Pró-Organização Popular*”, coletivo de lutas sociais e comunitárias de periferia. Igualmente, constam três participações em um grupo de Maracatu engajado em trabalhos educacionais e de luta comunitária em bairros periféricos da região do Alto Tietê. Três atuações em organizações políticas anarquistas foram declaradas por entrevistados; e duas atuações no *Movimento Palestina Para Todos* e no *Comitê Autônomo de Solidariedade ao Povo Palestino*. Todas as demais atuações políticas elencadas que foram declaradas apenas uma vez encontram-se relacionadas na *Tabela 9* (Abaixo). Cabe destacar que muitos entrevistados relataram participar de mais

de um movimento ou grupo simultaneamente. Um entrevistado chegou a declarar participação em cinco atividades políticas e sociais simultâneas. Isto se deve ao fato de serem grupos, movimentos, coletivos e frentes interligados entre si.

Tabela 9 – Militância e atuação política (atual)	
“Atualmente nada”	7
“Ensaísta crítico”	5
Movimento LGBTT	1
Participação em Greves	6
Sindicalista	3
Organização Anarquista	3
Movimento Passe Livre (MPL)	1
Fanfarra do Mal	1
Movimento Estudantil (em geral)	4
Rede contra o Aumento (ônibus)	1
Base Popular (rede de coletivos)	1
Partido dos Trabalhadores (PT)	1
Oposição Sindical	2
Espaço Povo Forte (cultural e comunitário)	1
Espaço de Educação Popular “Casinha”	3
Coletivo Crítica Social	3
Cursinho Popular	4
Grupo de Estudos de Teoria Crítica	1
Bloco de Lutas pelo Transporte Público (Porto Alegre - RS)	1
Advocacia social e de movimentos	1
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1
Coletivo Domínio Público	1
Movimento Palestina para Todos – MOPAT	2
Comitê Autônomo de Solidariedade ao Povo Palestino	2
Luta anti-proibicionista (descriminalização das drogas)	1
Marcha da Maconha	1
Organização Anarquista Socialismo Libertário – SP (OASL)	1
Comitê Pró-Organização Popular	3
UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular)	2
Grupo de Maracatu (Luta comunitária e cultural)	3
Via SOT (Sistema Orgânico do Trabalho – cooperativismo autogestionário associado)	1
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1
Militância Indígena	1
Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)	1
Movimento Organização de Base - RJ (MOB)	1
Organização Popular - RJ (OP)	1
Centro de Cultura Social – RJ (CCS-RJ)	1
Mães de Maio	1
Periferia Nossa Faixa de Gaza (coletivo)	1

Movimento Estudantil (Autônomo)	1
Rede Extremo Sul – SP (rede de comunidades)	1
Observação – Transcrevemos os nomes das atividades ou grupos de militância tais como declarados pelos entrevistados. Muitos declararam exercer mais de uma militância ao mesmo tempo. Isto se deve ao fato de que muitos grupos estão interligados entre si ou em diferentes níveis ou frentes (político, social, sindical, comunitário).	

Podemos depreender desta lista de atuações elencadas que a maioria das atividades sociais e políticas declaradas pelos entrevistados acompanha a situação social e política de nosso tempo, ou seja, a maioria dos entrevistados nos parece estar ligada a movimentos de pautas atuais, como a luta educacional e formativa, lutas de organização em comunidades, a luta por transporte público, questões trabalhistas e greves, lutas culturais, lutas contra repressão e opressão, etc. Cabe destacar a atualidade de algumas atividades declaradas, como a luta indígena, coletivos de estudos e autoformação, cursinhos comunitários e populares, lutas pela descriminalização das drogas, movimento LGBTT, etc. Também é significativo o fato de que apenas três entrevistados declararam estar afiliados a partidos políticos, e três atuam em instituições sindicais. Ou seja, a maioria das atuações declaradas nas entrevistas encontra-se mais ligada a lutas por necessidades sociais sensíveis e imediatas, do que a organizações com pautas ideológicas da esquerda tradicional partidária ou burocracias sindicais. Podemos analisar esta problemática no artigo “*A revolta e seu duplo*” (DIAS: 2013), sobre as revoltas sociais iniciadas em Junho de 2013 no Brasil. Nelas, ficava nítido o esvaziamento das tradicionais pautas ideológicas e programáticas mais abstratas (os programas de modernização e desenvolvimentismo de esquerda sob a perspectiva do *trabalho abstrato* e da *lei do valor*) e o afloramento de movimentos enfocados em reivindicações concretas (enfoque nos aspectos sensíveis, no *valor de uso* – como lutas pelo transporte, por saúde pública, por passarelas em estradas, luz e água em periferias, etc.). Isto expressa uma composição da classe trabalhadora atual também diferente da de pelo menos vinte ou trinta anos atrás, quando os sindicatos e partidos operários tradicionais ainda tinham um papel de peso enquanto formas de organização de lutas. Os entrevistados aqui estão predominantemente ligados a pautas atuais compostas por lutas em torno de necessidades concretas e sensíveis mais imediatas e das mais diversas. Isto também se insere na problemática da expansão das relações de produção capitalistas que configurou a *Fábrica Social*, integrando as mais diversas atividades ao circuito de produção de *valor*. Assim, um mosaico de situações e terrenos novos de conflito social se apresenta como expressão de novos campos da própria luta de classes. A própria fragmentação da classe trabalhadora se apresenta nesta imensa

heterogeneidade de tipos e situações de luta novos.

Logo, neste quadro, as mídias eletrônicas anticapitalistas e redes de comunicação internauticas assumem um papel crucial, na medida em que podem propiciar a “*circulação das lutas*” (CLEAVER: 1981), a troca de informações entre estas, rompendo o isolamento; e mesmo a aproximação, troca de solidariedade e união entre lutas das mais diversas. O mesmo campo tecnológico que permitiu aos gestores capitalistas fragmentar os trabalhadores e centralizar o controle sobre a *força de trabalho* pode ser apropriado pelos trabalhadores como forma de tentar superar esta mesma fragmentação. A circulação e troca de informações sobre as lutas, ainda, permite que os envolvidos nestas tenham um vislumbre mais global da realidade dos conflitos sociais, possibilitando uma visão de totalidade que pode ser profundamente formativa. O contato com a realidade de outras lutas permite o aprofundamento da visão crítica e da compreensão das próprias relações sociais.

A diversidade de atuações e frentes de luta declaradas permite também obter um vislumbre da atual composição da classe trabalhadora, que expressa também a fragmentação da classe na atual *divisão social do trabalho*. A crise dos partidos e sindicatos tradicionais aqui se apresenta também na escassez de declarações deste tipo de atuação - embora seis entrevistados declarem participar sempre de greves, e grande parte dos demais relate já ter participado de greves também, embora não sejam sindicalistas ou membros de organizações operárias tradicionais. Isto demonstra também um importante componente de autonomia nas lutas sociais, que podem irromper e se organizar independentemente de burocracias sindicais e partidárias (BRUNO: 1985).

Além disso, outro fator importante a ressaltar é que, assim como pudemos constatar na análise sobre as Profissões dos entrevistados, aqui também percebemos o peso das atuações na área de *Educação e Formação*, que constituem parte significativa das atuações políticas declaradas; e também a importância de outras lutas envolvidas também no terreno das *Condições Gerais de Produção*, como a luta pelos transportes públicos – que assumiu um papel crucial nas últimas ondas de lutas sociais pelo país desde o ano de 2013. Educação e transportes integram as *Condições Gerais de Produção* do Capital. As atuações declaradas pelos entrevistados podem ser relacionadas também com seu espectro formativo e profissional.

Grosso modo, poderíamos arriscar uma divisão ou categorização (muito

provisória e mesmo problemática, é preciso ter em mente) das atuações políticas e sociais declaradas na *Tabela 9*:

- I) *Lutas por Educação e Formação*: Movimento Estudantil (em geral), Movimento Estudantil (Autônomo), Espaço Povo Forte, Espaço de Educação Popular “Casinha”, Coletivo Crítica Social, Cursinho Popular, Grupo de Estudos de Teoria Crítica, Coletivo Domínio Público, UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular), Grupo de Maracatu, Centro de Cultura Social – RJ, e também a Rede Extremo Sul – SP.
- II) *Movimentos Estudantis*: Movimento Estudantil (em geral), Coletivo Domínio Público, Movimento Estudantil (Autônomo).
- III) *Lutas contra a repressão, opressão, e pela descriminalização de drogas*: Marcha da Maconha, Luta Anti-Proibicionista (descriminalização das drogas), Mães de Maio, Movimento LGBTT, Base Popular, Advocacia Social, UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular), Militância Indígena, *Periferia Nossa Faixa de Gaza*.
- IV) *Lutas Comunitárias*: Base Popular, Espaço Povo Forte, Espaço de Educação Popular “Casinha”, Cursinho Popular, Comitê Pró-Organização Popular, UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular), Grupo de Maracatu, Movimento Organização de Base, Organização Popular, Rede Extremo Sul – SP.
- V) *Lutas pelos Transportes Públicos*: Movimento Passe Livre – MPL, Fanfarra do Mal, Rede Contra o Aumento, Bloco de Lutas pelo Transporte Público (Porto Alegre), Rede Extremo Sul – SP, Comitê Pró-Organização Popular.
- VI) *Lutas Trabalhistas e Sindicais*: Greves, Participação em Sindicatos (APEOESP - Sindicato dos Professores), Oposição Sindical (Oposição Alternativa da APEOESP, Oposição Bancária), Advocacia Social e Trabalhista, Via Sistema Orgânico do Trabalho (Cooperativismo autogestionário associado – “Via SOT”).
- VII) *Partidos tradicionais*: Partido Socialismo e Liberdade, Partido Comunista Brasileiro, Partido dos Trabalhadores.
- VIII) *Organizações Anarquistas e Grupos Autônomos*: “Organização Anarquista” (declaração genérica e sem especificação por alguns entrevistados),

Base Popular, Coletivo Crítica Social, Organização Anarquista Socialismo Libertário - SP, Comitê Pró-Organização Popular, Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Movimento Organização de Base, Organização Popular, Centro de Cultura Social – RJ, Movimento Estudantil (Autônomo), Movimento Passe Livre - MPL, Espaço de Educação Popular “Casinha”.

IX) *Lutas Étnicas e contra o racismo*: Espaço de Educação Popular “Casinha”, UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular), Grupo de Maracatu, Militância Indígena, Comitê Pró-Organização Popular, Mães de Maio (Movimento formado por mães de vítimas da violência policial), *Periferia Nossa Faixa de Gaza*.

X) *Lutas culturais*: Fanfarra do Mal, Espaço Povo Forte, Espaço de Educação Popular “Casinha”, Militância Indígena, UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular), Grupo de Maracatu, *Periferia Nossa Faixa de Gaza*.

XI) *“Lutas de Juventude”*: Movimento Passe Livre – MPL, Fanfarra do Mal, Movimento Estudantil (em geral), Espaço de Educação Popular “Casinha”, Cursinho Popular, Bloco de Lutas pelo Transporte Público – Porto Alegre, Rede contra o Aumento, Coletivo Domínio Público, Luta Anti-Proibicionista, Marcha da Maconha, UNEAFRO (Cursinho comunitário e popular), Grupo de Maracatu, *Periferia Nossa Faixa de Gaza* e Movimento Estudantil (Autônomo).

XII) *Outros (solidariedade com povos, anti-guerra, refugiados)*: Movimento Palestina para Todos (MOPAT); Comitê Autônomo de Solidariedade ao Povo Palestino.

Certamente, esta categorização que fizemos acima não é a única possível, e o leitor pode reagrupar e dividir os grupos e movimentos de inúmeras outras formas. Mesmo esta divisão que fizemos possui muitos problemas e insuficiências, na medida em que um mesmo grupo ou movimento pode se inserir em uma, duas, três ou mais categorias de atuação ou atuar em outras que não sabemos (ou deixar de atuar em alguma, também). Esta relação de atuações dos entrevistados, citada na *Tabela 9*, poderia ter sido diferente a depender também do círculo em que efetivássemos as entrevistas. Ela fica, portanto, condicionada e limitada pelo alcance de nosso próprio círculo social e de contatos que compõem nossas fontes – e o leitor precisa ter em mente isto, que é um fato muito importante. Ela serve, na verdade, para permitir um vislumbre do (ou ao menos indícios

do) perfil dos leitores e debatedores de mídias eletrônicas de crítica social, não podendo ser tomada como um quadro conclusivo ou totalizante deste público.

Como pudemos ver, a maioria das atuações elencadas apresenta-se concentrada em questões imediatas e demandas concretas atuais, mais do que nas pautas ideológicas mais abstratas dos partidos e sindicatos tradicionais. No processo de lutas eclodido em Junho de 2013, no Brasil, ficou patente o descrédito e ausência de fé nas mudanças por vias burocráticas e institucionais em amplos segmentos de manifestantes. Isso se manifestou de forma emblemática no rechaço aos partidos políticos tradicionais em manifestações e também no esvaziamento dos atos convocados em Julho de 2013 pelas maiores Centrais Sindicais do Brasil (DIAS: 2013), que exerciam uma tentativa de capitalização política do movimento. Certamente, houve tentativas de apropriação ou capitalização deste descontentamento também por grupos de orientação de *direita*, *extrema-direita* e mesmo “fascistóides”, culminando em agressões a militantes de esquerda em protestos nos centros de São Paulo e Rio de Janeiro, em Junho de 2013 (DIAS: 2013; DUARTE: 2013). Além disso, o rechaço aos partidos e organizações políticas poderia também se confundir em algumas situações com certa negação do *político* (formulada como proposta de efetivação da política como puro ato “administrativo”, no sentido técnico, aparentemente “neutro”¹¹³ – vale lembrar como atualmente a palavra “*política*” é frequentemente utilizada na imprensa por gestores para desqualificar greves e ocupações, como um adjetivo negativo – “esta greve é *política*”), e uma regressão da contestação das relações sociais de exploração em direção a pautas mais abstratas e moralistas, como a discussão em torno da moralização da política, centrada na questão da corrupção (e uma naturalização consequente das próprias relações

¹¹³Obviamente, temos em mente que as funções administrativas são fundamentalmente *funções políticas*, e que a ciência administrativa é uma ciência do exercício de *poder político* sobre a *força de trabalho*. O que aludimos aqui é o mito ou construção social e ideológica (fortemente difundida na imprensa e no senso comum mais conservador) que atribui uma suposta “neutralidade” ou caráter “apolítico” aos gestores e suas funções administrativas. Na verdade, esta negação do *político* nada possui de apolítica. Trata-se de pura e simplesmente negar a luta de classes, o conflito, o contraditório; e uma apologia a um totalitarismo de mecanismos tecnocráticos que governariam sem oposição. É uma curiosa contradição – os gestores que exercem *poder político* acusarem aqueles que os contestam de serem (e terem interesses) “*políticos*”, e utilizarem a palavra “*política*” como um insulto. Torna-se possível a construção ideológica de um discurso que tente conduzir o descontentamento social com os aparelhos políticos institucionais em direção à apologia da soberania da tecnocracia e das empresas – ou seja, do *Estado Amplo*. Podemos ver formulações semelhantes na ideologia de grupos que surgiram depois de Junho de 2013, como o Partido *Novo*, que defende uma modalidade ainda mais radicalizada de neoliberalismo. Ver - <<http://novo.org.br>>. Ver também Instituto Liberal do Nordeste - <<http://ilinordeste.wordpress.com/>>. Atualmente, se difundem novas formulações e polêmicas que chegam a defender um “*anarco-capitalismo*”, sem Estado ou uma forma de Estado Mínimo ainda mais radical.

de exploração)¹¹⁴. Porém, o rechaço às instituições da esquerda tradicional partidária e sindical, na maioria das vezes não expressou apenas posturas conservadoras, mas muitas vezes um descrédito, crise e esvaziamento destas instituições, que passam a ser vistas como meios de enquadramento das lutas sociais ou de imobilização destas. Este fato complexo, por um lado expressa a consciência deste esvaziamento; também em outros setores, houve o rechaço à esquerda tradicional com argumentos conservadores dos mais variados – fator que foi muito denunciado pelas esquerdas tradicionais. Porém, o que queremos salientar aqui é que nem todo rechaço foi simplesmente manifestação conservadora ou “fascistóide”, mas também consciência da crise das instituições de representação e mediação políticas e sindicais. Mesmo a extrema-direita tentou, desde então, convocar inúmeros protestos *anticorrupção*, e mesmo reeditar a famosa *Marcha da Família*, de 1964, pedindo “*Intervenção Militar*” (contra um suposto “perigo comunista” do Governo Federal), mas não teve êxito e sua adesão não somou mais do que quatro centenas de pessoas em São Paulo e algumas dezenas de pessoas em outros protestos posteriores (as próprias *Marchas Antifascistas* convocadas como reação nas mesmas datas foram muito maiores e mais expressivas, como nos demonstrou a própria imprensa na época). Já importantes greves eclodiriam nos meses posteriores, organizadas por fora dos sindicatos, como a famosa *Greve dos Garis* do Rio de Janeiro, durante o carnaval de 2014, ou as greves de motoristas de ônibus por todo o país, além de outras categorias (como a importante *Greve dos Metroviários* de São Paulo). Inúmeras lutas autônomas passaram a surgir, desde ocupações de Sem-Tetos em São Paulo, a uma intensificação das lutas indígenas pelo país. Assim, se forma um quadro novo, fragmentário, ainda difícil de ser interpretado com clareza, por comportar elementos muito heterogêneos e contraditórios que expressam a mesma condição fragmentada e heterogênea da classe trabalhadora atual. A própria luta, quando irrompe, o faz de forma fragmentária, expressando reivindicações das mais diversas e, por vezes, contraditórias entre si (DIAS: 2013). Muitas vezes, as *formas* de ação podem ser horizontalizadas, e as reivindicações ou *conteúdos* ideológicos expressarem demandas muito imediatas ou mesmo conservadoras. Mesmo setores diferentes da classe trabalhadora podem se opor, por vezes – notou-se em Junho de 2013 um corte entre os protestos da chamada “classe média” (de trabalhadores qualificados e profissionais liberais em aberta proletarização),

¹¹⁴Ver os artigos “*Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas*”, in <<http://passapalavra.info/2013/06/79985>>, e “*20 de Junho: A Revolta dos Coxinhas*”, in <<http://passapalavra.info/2013/06/79726>>.

e as lutas de periferias pobres. Os setores de trabalhadores qualificados, muitas vezes direcionavam sua insatisfação contra o *capitalista coletivo* (o *Estado Restrito*), pois pagam impostos (que entram como parcela da *mais-valia* social) e não obtém retorno destes em serviços de Saúde, Educação, etc. Nas periferias, lutava-se por água, luz, mais horários de ônibus, contra despejos ou repressão policial. Assim, torna-se possível que em grupos de trabalhadores que se veem como “classe média”, a luta se direcione contra a corrupção, culpabilizando o Estado (e os mais pobres) por gastos como a *Bolsa Família* e exigindo maior policiamento (e até meritocracia e o corte de assistências sociais para os mais pobres, privatizações, desregulamentação de mercados); enquanto ao mesmo tempo, trabalhadores precários numa favela enfrentem a própria polícia, especuladores e empreiteiras que desejem despejá-los. Ou então, outros grupos que integram a chamada “classe média” podem se somar a lutas com pautas progressistas, como a redução da tarifa de ônibus, ou contra a repressão policial; enquanto setores de trabalhadores precários ligados a igrejas pentecostais mais conservadoras podem se manifestar contra o casamento gay e pautas como as relativas ao aborto. Essa contradição de reivindicações expressa na verdade a dimensão das fraturas que perpassam a classe trabalhadora atual, chegando a opor setores dela contra outros. Quando as mediações políticas tradicionais entram em crise, as reivindicações mais díspares entre si podem emergir.

O esvaziamento dos partidos e sindicatos tradicionais ficou também evidente em nossa pesquisa, quando analisamos a relação de militâncias anteriores dos entrevistados, em que nos salta aos olhos o número de pessoas que já passaram por partidos, sindicatos, e organizações da esquerda tradicional no passado e não pertencem mais a estas (*Tabela 10*). Também se evidencia no fato de vários entrevistados declararem participação atual em greves sem estarem atrelados a sindicatos (como sindicalistas), e exercerem engajamentos diversos sem serem vinculados a partidos. Outro fator que chama a atenção é o aumento da participação em grupos autônomos, anarquistas ou independentes declarada pelos entrevistados em sua atuação política atual (*Tabela 9*), em relação a suas atuações anteriores.

Tabela 10 – Militância anterior (enquanto ex-membro)	
Movimentos de Teologia da Libertação	2
Ação Libertadora Nacional - ALN (Luta Armada, 1969-72)	2
Coletivos Autônomos diversos	1
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU	4

Movimento Anarco-Punk	2
Grupos Anarquistas (genericamente, sem especificar)	2
Movimentos de Bairro	1
Oposição APEOESP (Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo)	3
Movimento Passe Livre – MPL	2
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL	3
Partido dos Trabalhadores – PT	4
Partido Socialista Brasileiro – PSB	2
Partido Revolucionário Comunista – PRC	1
Coletivo Revolutas (corrente do PSOL)	1
Movimento Estudantil	5
Centro Acadêmico (participante de gestão)	1
Greves independentes (anos 80-90)	3
Comissão de Fábrica	1
União Nacional dos Estudantes - UNE (1967-1970)	1
União Estadual dos Estudantes - UEE (1967-1970)	1
Coletivo Ocupa a Rua (2013)	1
Coletivo Trinca (2009-2011)	5
Organização Socialista Libertária – OSL	2
Resistência Popular – RP	2
Passa Palavra (periódico)	1
Centro de Contra-Informação e Material Anarquista - CCMA	1
Luta Libertária (coletivo anarquista)	1
Centro de Mídia Independente – CMI	1
Observação – Todos os ex-sindicalistas declararam ter sido membros de oposições sindicais. Grande parte dos entrevistados declarou já ter participado de greves. Três ex-membros do PT declararam ter sido fundadores do partido. Muitas pessoas relataram ter passado por várias militâncias diferentes ao longo de anos, o que foi computado na tabela.	

Conforme pudemos ver na tabela acima (*Tabela 10*), dois entrevistados declararam sua passagem pela luta armada contra a Ditadura Militar (na organização *Ação Libertadora Nacional*); um entrevistado iniciou sua trajetória pela *União Nacional dos Estudantes* e *União Estadual dos Estudantes*, em 1967. Temos também dois relatos de indivíduos que iniciaram suas atuações em movimentos da Teologia da Libertação nos anos da década de 1980; igualmente, temos quatro declarações de passagem pelo Partido dos Trabalhadores (três como fundadores deste), duas pelo Partido Socialista Brasileiro e uma pelo Partido Revolucionário Comunista, todas durante a década de 1980. Chamam a atenção, especialmente, três relatos de participações em greves independentes e uma participação em *Comissão de Fábrica*, na mesma década.

Na geração mais recente, temos declaradas quatro atuações pelo Partido Socialista

dos Trabalhadores Unificado (PSTU), e três pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); uma passagem pelo *Coletivo Revolutas*, corrente do PSOL, consta também entre as declarações.

No campo sindical, temos três ex-membros de grupos da Oposição da APEOESP – Sindicato dos Professores. Pelo movimento estudantil mais recente (após 1990), foram declaradas cinco participações passadas, e mais uma como integrante de gestão de Centro Acadêmico. Figura também no quadro uma atuação passada em Movimento de Bairro.

Porém, nos chama a atenção também todo um conjunto mais recente de relatos de atuações em coletivos, grupos e organizações autônomas, anarquistas e independentes. Dois entrevistados relatam ter iniciado sua trajetória pelo *Movimento Anarco-Punk*; dois por grupos anarquistas não especificados e um indivíduo por “*coletivos autônomos diversos*” (assim denominamos, pois na entrevista havia uma lista assombrosa com mais de dez grupos e uma enorme sucessão de atuações elencadas – **L5**). Dois indivíduos se declararam ex-membros do *Movimento Passe Livre* (MPL); dois entrevistados afirmaram ter pertencido à extinta *Organização Socialista Libertária* e à rede de lutas sociais *Resistência Popular* (ambas atuantes no Estado de São Paulo até o ano de 2008. A *Resistência Popular*, no entanto, existe até hoje em outros estados.). Temos também a declaração de atuação nos grupos anarquistas *Luta Libertária* e *Centro de Contra-Informação e Material Anarquista* – ambos depois dissolvidos. No campo das mídias alternativas, que está diretamente relacionado ao nosso objeto de pesquisa, foram declaradas uma atuação passada como voluntário no *Centro de Mídia Independente* e uma como ex-membro do coletivo *Passa Palavra*.

Dentre outros coletivos mais recentes, cinco entrevistados declararam ter pertencido ao extinto “*Coletivo Trinca*” (“*Trabalhadores Indispostos com o Capitalismo*”, de orientação Autonomista), e um indivíduo pertenceu brevemente ao *Coletivo Ocupa a Rua*, no ano de 2013.

Alguns fatos aqui são notáveis. Primeiramente, a passagem dos indivíduos por inúmeros grupos constitui um fato que por si só chama a atenção. Demonstra-se, assim, uma fluidez e flexibilidade de deslocamento dos indivíduos por diferentes grupos e áreas, que não se diferencia da mesma constante migração e fluidez de deslocamento da própria *força de trabalho* – que é condição crucial para o estabelecimento do próprio *trabalho abstrato* (CLEAVER: 1981, p. 152; MARX: 1985, p.51). Este fenômeno de deslocamento

poderia suscitar pesquisas inteiras; podemos, entretanto, aludir alguns aspectos dele brevemente. Primeiro, o fator de mobilidade gerado pelas próprias relações mercantis, ao esvaziar os conteúdos sociais (e possibilitar a ocultação das relações de exploração sob uma máscara de objetividade aparente), e permitir o trânsito de indivíduos conjuntamente ao trânsito e intercâmbio de mercadorias. A objetividade social da *forma-mercadoria* torna possível ao sujeito social vagar entre os mais diversos campos, muitas vezes sem encontrar um escopo. Segundo, que o leque da produção social se abre cada vez mais, abarcando cada vez mais domínios e possibilitando uma abstração social crescente, que permite o crescimento de campos que não atuam com produção de transformação ou uma prática material imediata (embora, em termos da *lei do valor*, se integrem como parte do *trabalhador social agregado* ao circuito total de produção de *valor* – formando um proletariado expandido que produz valor conjuntamente na *Fábrica Social*). Este fator propicia um desenraizamento, da mesma maneira que a abstração cada vez maior das relações sociais torna o leque de objetos sociais cada vez mais difuso – e mesmo o objeto a ser combatido se torna também mais difuso – as relações de exploração tornam-se opacas, neste “*eclipse social*” do sujeito por detrás do objeto. Esta expansão das relações mercantis, que configurou a *Fábrica Social*, tornou a produção mais difusa, e os próprios modelos teóricos e conceitos tornam-se mais difusos também; os conceitos são interativos, porém, pequenas discordâncias podem se tornar base para conflitos e dissensões – justamente pela perda da *unidade* e de uma visão de *totalidade* do processo social. Esta perda da visão de totalidade e da unidade das relações de exploração favorece o espírito de seitas que se fragmentam cada vez mais no campo da esquerda. Entra neste espectro ainda a perspectiva neoliberal e a expressão de formas discursivas do pós-modernismo, que agravam este quadro e facilitam ainda mais o desenraizamento, a atomização e esta mobilidade constante. Grupos políticos e movimentos sociais passam assim por um processo de “*protestantização*” (MYKONIOS, 2014), onde autofagias internas geram uma fragmentação, fator de desgaste que expressa também uma dificuldade de traduzir o conceitual em prática política efetiva ou em projetos de classe. Esse mesmo processo também é acompanhado da construção, dentro de organizações políticas ou movimentos sociais, de relações de poder burocráticas ou mesmo pessoais e informais (ou uma mescla de ambas as formas). Há uma prevalência histórica prolongada da burocratização dentro das esquerdas, que segue até a atualidade; e conjuntamente a este processo, uma articulação atual em torno mais de aspectos de ordem cultural e de narrativas do que em torno de afrontas às relações sociais de exploração. Assim, a

constituição de discursos pós-modernos, multiculturalistas e conceituações sobre o “*politicamente correto*” se tornam fatores que agravam a mesma fragmentação (BERNARDO, 2014). Porém, o fator mais importante, como aludimos acima, é a própria condição do trabalhador atual, cada vez mais sujeito à flexibilização e precarização de suas condições de trabalho (o que atinge também os trabalhadores intelectuais e do setor de predomínio do regime da *mais-valia relativa*), de estar sob constante movimentação entre diferentes locais, empregos e situações sociais, dentro do espectro do trabalho abstrato. Essa situação torna, sobretudo, difícil o estabelecimento de raízes, de laços de solidariedade e identidade que são fundamentais para a construção de coletivos e grupos mais fortes.

Sobre este terreno comum dentro de diversos campos das esquerdas, torna-se possível uma migração constante dos indivíduos. Se expressa assim uma insatisfação constante que pode se traduzir num constante deslocamento dos sujeitos de um grupo a outro, em busca de uma atuação mais coerente. Também se soma a isso a própria formação social brasileira, que expressa um desenraizamento, uma espoliação ou despossessão permanente, que se traduzem na dificuldade de uma *formação* – algo que fica sempre *inconcluso* (DUARTE, 2014)¹¹⁵. Assim, coletivos políticos, grupos e movimentos enfrentam esta imensa dificuldade de formação e consolidação de identidade, que muitas vezes determina o colapso rápido dos grupos (e muitas vezes por falta de enraizamento social). Isso foi particularmente verdadeiro para a luta armada durante a Ditadura Militar (1964-1985); e também a curta duração de existência de muitos coletivos se insere neste âmbito.

Assim, percebemos uma notável circulação das pessoas entre grupos e movimentos ao longo do tempo. Nem todos os grupos também desaparecem – eles podem

¹¹⁵ “Não que falte qualquer forma. Há um processo particularmente moderno de formação em curso, avançado e vanguardista a seu modo, que se inverte em produção do retrocesso. Naquilo que se forma, portanto, talha-se a marca da violência, o horror de uma desfiguração incurável do conteúdo. Daí a fugacidade, a morte iminente, a descontinuidade em toda linha e em toda dimensão. Na economia, o sistema de plantations e a produção voltada para a exportação primária; na política, o Estado oligárquico; na sociedade, a rígida hierarquia, a desigualdade e o racismo brutal etc. É o oposto de um movimento bem logrado e enraizado de constituição dialética. Daí a busca das “raízes do Brasil” (Sérgio Buarque de Holanda), se é que esse empreendimento comercial tinha alguma. Um ser social que não se constitui é um ser que, passando no Outro, não volta enriquecido de seu processo de reflexão e alienação, mas um ser que se perde no Outro, e resta na “dialética rarefeita entre o não-ser e o ser-outro” (Paulo Emílio Salles Gomes, *Cinema: trajetória do subdesenvolvimento*, 1973).” In Cláudio DUARTE. “Terror econômico, político e midiático: O Gigante integral da “Ditadura”. Últimas variações sobre o tema da formação, no país da eterna emergência”, in <<http://militante-imaginario.blogspot.com.br/2014/09/terror-economico-politico-e-midiatico-o.html>>.

se absorver dentro de outros novos. Esta curta duração pode significar também o ressurgimento ou origem de formas novas. Da mesma forma, a circulação de pessoas também pode favorecer potencialmente uma circulação das lutas. A insatisfação constante com as propostas (e práticas) dos grupos leva os indivíduos à saída e busca por outros. Este fenômeno social, de forma nenhuma é exclusivo de grupos de esquerda e movimentos sociais – ele ocorre, em nosso país, até mesmo em tribos de juventude ou denominações religiosas. Se por um lado há uma fragilidade de formação constante, essa migração também significa uma insatisfação que pode ser produtiva, porque permite ao indivíduo procurar uma formação própria. Assim, essa fluidez também tem um aspecto positivo, que se torna difícil de ser enquadrado ou recuperado pela gestão capitalista. Ela pode ter lastro na própria mercantilização extrema das relações sociais (ainda mais num país que foi uma colônia mercantil desde o começo), configurando formas de subjetividade também fluidas; relações sem fronteiras claras, onde a própria dominação burocrática e sua racionalidade se fundem, inconclusas em seu conceito, com relações de poder pessoal onde desaparece a separação entre sujeitos (e se dificulta a própria razão e o discernimento claro das relações sociais). Isto se manifesta mesmo dentro dos grupos de esquerda e movimentos sociais, onde a burocratização pode se fundir com relações de poder pessoal informais. Porém, esta mesma fluidez também pode permitir aos indivíduos uma formação em outros patamares. Na crise de visões ou formulações rígidas e fixas, eles podem ler de tudo e, mais atualmente, buscar em mídias internauticas conhecimentos e informações dos mais diversos, e formar sua própria visão.

Pela quantidade de ex-militantes de partidos, como pudemos ver em nossa relação elencada de atuações passadas, se manifesta um sintoma de esvaziamento, crise ou abandono desta forma de organização entre nossos entrevistados. Ainda, podemos relacionar este histórico de atuações com a nossa constatação de que estamos lidando com três gerações que correspondem a três momentos ou ciclos da luta social – a luta armada e estudantil contra a Ditadura Militar; o ciclo das novas lutas iniciado a partir dos anos 1978-1980 (a partir das Greves, a popularização da Teologia da Libertação e a formação do PT); e o ciclo mais recente, que vai desde o movimento *Anarco-Punk*, grupos de juventude independentes, a coletivos anarquistas e autônomos, luta pelo *Passe Livre*, Mídias Alternativas, que constituiu uma constelação surgida ao redor do momento histórico da *Ação Global dos Povos*, a partir de 1998 (RYOKI e ORTELLADO: 2004). Mesmo a relatada passagem de depoentes (em sua maioria da geração mais jovem das

três) pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU - formado em 1993) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL - fundado em 2004) se insere dentro deste contexto mais recente (já que ambos os partidos surgem de crises internas do próprio Partido dos Trabalhadores). Assim, estamos diante de um histórico de três gerações ou ciclos de luta, e seus pontos de partida.

Podemos ver uma transformação, portanto, das atuações políticas e sociais, que passam das organizações tradicionais para lutas e grupos com maior autonomia e organizados sobre questões sensíveis e concretas, expressando a própria modificação da composição da classe trabalhadora e as novas condições de luta social em emergência. Na medida em que a formação dos indivíduos se dá não apenas pelas instituições escolares e educacionais formais, mas pelo conjunto das relações sociais – que englobam relações de exploração e resistência - podemos dizer que o próprio processo de luta compreende grande parte da formação dos indivíduos. Assim, o percurso dos entrevistados que analisamos é também um vislumbre de sua própria formação em processo. Como poderíamos, metodologicamente, separar a formação dos trabalhadores da análise de sua própria composição enquanto classe e *força de trabalho*? A formação, aqui tal qual a pensamos, é uma função da própria composição de classe. A decomposição da classe trabalhadora pela reestruturação produtiva efetuada pelas tecnocracias corresponde à produção desta e sua formação enquanto *força de trabalho* para o capital – absorvendo disciplina e qualificações para o trabalho. E, a reorganização das lutas destes trabalhadores, permitindo sua recomposição política enquanto classe, comporta em si também uma formação, uma *autoformação* para si mesmos, distinta da *heteroformação* que receberam dos *aparelhos de governamentalidade* (FOUCAULT: 2010) do Capital.

Se a característica mais marcante do trabalho, atualmente, é sua cada vez maior flexibilidade e precariedade, que engloba uma mobilidade sempre crescente, isto implica também em uma formação básica e generalista, plurilateral, que permita aos trabalhadores esta mobilidade, conforme pudemos analisar em *Economia Política da Educação de Massas* (DIAS: 2010). Porém, naquele trabalho, embora já analisássemos este processo dentro do âmbito da *Fábrica Social* (correspondente em termos de relações de poder ao conceito de *Estado Amplo*, de João Bernardo – BERNARDO: 1991), tratávamos de instituições escolares formais que compõem o *Estado Restrito* – embora como um departamento da *Fábrica Social* responsável pela produção de *força de trabalho*.

Obviamente, estas instituições escolares, conforme pudemos analisar, vêm sendo reguladas e geridas por decisões políticas tomadas por conselhos técnicos compostos por empresários e gestores, no caso, integrantes do *Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e no Caribe* (DIAS: 2010, p. 187), dentre outros organismos, que se situam no âmbito do *Estado Amplo*. Porém, aqui a novidade é que estamos discutindo a formação em termos que extravasam o domínio das instituições de ensino do *Estado Restrito*. Na medida em que o consumo se torna *consumo produtivo* (CLEAVER: 1981), a própria utilização das tecnologias informáticas e internauticas constitui em um momento importante da produção desta *força de trabalho* (de uma forma ampliada e difusa) para o capital. E não só da produção desta *força de trabalho*, mas de tentativas de apropriação e constituição de redes de inter-relação que permitam superar a fragmentação imposta pela *divisão social do trabalho* e, assim, constituir em veículos de luta – já que o *valor de uso* sempre expressa as contradições de classe, enquanto *categoria política*. Assim, o próprio processo de luta se confunde com um processo de *autoformação*. Aqui analisamos a formação e a luta dentro deste terreno difuso, da *Fábrica Social*, onde o Estado Amplo se apresenta, não apenas como soberania das empresas, mas como conjunto de regras do jogo social impostas pelas empresas – e abarcando todos os momentos da vida social. Aqui se trata dos conflitos pelo emprego do tempo nestes momentos.

Como pudemos ver, tratamos de grupos de trabalhadores que estão situados dentro das atuais condições de trabalho cada vez mais flexíveis e precárias. Os mesmos, portanto, estão submetidos a uma sempre maior mobilidade e fluidez – sua situação cada vez mais perde sua fixidez e estabilidade, rumando a um desenraizamento crescente. Isso particularmente é notável no caso de professores e trabalhadores da educação, que constituem parte considerável de nosso grupo de leitores analisados, que laboram em condições em que a fragmentação de locais de trabalho, escolas, jornadas e empregos acumulados se agrava paulatinamente. Igualmente, estudantes são obrigados pela pressão do mercado de trabalho a se inserir em novos cursos superiores (acumulando graduações sucessivas) e de pós-graduação, o que implica também em uma mobilidade sempre maior – e uma contenção maior, na medida em que constituem uma *força de trabalho* muito qualificada, com dificuldades em ser absorvida pelo mercado, e cada vez mais proletarizada e com seu *valor* mais reduzido. A administração de um *exército de reserva* de trabalhadores bastante qualificados pode se tornar um problema político considerável

para as tecnocracias (e justamente deste setor de trabalhadores qualificados surgem diversas lutas e atuações, como vimos). A perda de fixidez social que descrevemos, embora submeta e enfraqueça as lutas sociais que antes se davam sob um viés local ou corporativo – partidos operários, sindicatos de categorias profissionais, movimento estudantil oficial – pode permitir que as lutas surjam em novos patamares e formas novas. O deslocamento dos indivíduos por diversas situações e condições, se os sujeita enquanto *força de trabalho*, também potencialmente permite uma visão mais ampla das relações sociais, para além de categoria profissional, patrão ou empresa em particular. Para esta classe trabalhadora, o conceito de *trabalho*, enquanto abstração, se torna uma poderosa realidade efetiva. Porém, a mesma condição pode permitir a construção de consciência em outros patamares mais amplos e sofisticados, com críticas sociais mais sistêmicas. Isto já pudemos vislumbrar em *Economia Política da Educação de Massas* (DIAS: 2010, p. 120), quando descrevemos a realidade das novas irrupções de lutas sociais de jovens pelo mundo, nas quais uma espécie de cultura de periferias e trabalhadores precários parecia se manifestar. Os acontecimentos das eclosões de lutas pelo mundo após o início da *Primavera Árabe* (2011) vieram a demonstrar essa problemática de forma ainda mais ampla (e também os limites e contradições destas novas lutas).

Esta transformação que analisamos, das atuações políticas e sociais, em sua mutação das organizações operárias tradicionais para lutas e formas organizadas sobre questões sensíveis e concretas e com outro patamar de autonomia e independência, pode ser entendida como expressão da nova composição da classe trabalhadora, condicionante das novas condições e terrenos de luta de classes atuais.

g) Sites habitualmente lidos pelos entrevistados.

Em nosso levantamento através das entrevistas, pudemos obter a relação dos sites políticos e de crítica social habitualmente mais acessados pelos nossos entrevistados, conforme exposto na *Tabela 11*:

Tabela 11 – Relação dos sites habitualmente lidos pelos entrevistados (conforme respostas)	
“Sites da esquerda tradicional”	1
Passa Palavra http://passapalavra.info/	20
Pragmatismo Político http://www.pragmatismopolitico.com.br/	6
Coordenação Anarquista Brasileira – CAB http://anarquismo.noblogs.org/	2
Leonardo Boff http://www.leonardoboff.com/	1
Associação dos Professores de Filosofia do Estado de São Paulo – APROFESP - http://aproffesp.blogspot.com.br/	1
“Noticiários de imprensa corporativa”	5
Folha de São Paulo http://www.folha.uol.com.br/	1
“Sites sobre Literatura de terceiro mundo”	1
Centro de Mídia Independente – CMI http://www.midiaindependente.org/	13
News Feed do Facebook	8
Brasil de Fato http://www.brasildefato.com.br/	3
“Sites de Partidos”	1
“Sites Zapatistas”	1
“Sites de organizações anarquistas” (genericamente)	2
Carta Capital http://www.cartacapital.com.br/	6
Brasil 247 http://www.brasil247.com/	1
Revista Fórum http://www.revistaforum.com.br/	2
EXIT! http://obeco.planetaclix.pt/	3
Noblogs.org (plataforma de blogs) http://noblogs.org/	1
Rede Brasil Atual http://www.redebrasilatual.com.br/	1
Blog do Sakamoto http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/	3
Carta Maior http://www.cartamaior.com.br/	4
Opera Mundi http://operamundi.uol.com.br/	2
Crítica Social http://crticasocial.blogspot.com.br/ http://criticasocial.milharal.org	1
Socialista Morena http://socialistamorena.cartacapital.com.br/	1
Diário Liberdade http://www.diarioliberalidade.org/	2
Viomundo http://www.viomundo.com.br/	5

Vice http://www.vice.com/pt_br/	3
Enlace http://enlacepsol.wordpress.com/	1
“La Tomada”	1
Pagina12 http://www.pagina12.com.ar/diario/principal/index.html	1
Ferrez http://www.ferrez.com.br/	1
Desinformémonos http://desinformemonos.org/	3
Luis Nassif Online http://jornalggn.com.br/luisnassif	2
Sul21 http://www.sul21.com.br/jornal/	1
Jornalismo B http://jornalismob.com/	1
Catarse http://coletivocatarse.com.br/home/	1
Outras Palavras http://outraspalavras.net/	3
O Beco (EXIT!) http://obeco.planetaclix.pt/	1
Monthly Review http://monthlyreview.org/	1
Herramienta http://www.herramienta.com.ar/	1
Resistir.info http://resistir.info/	2
Caros Amigos http://www.carosamigos.com.br/	3
Barão de Itararé http://www.baraodeitarare.org.br/	1
Conversa Afiada (Paulo Henrique Amorim) http://www.conversaafiada.com.br/	2
Observatório da Imprensa http://www.observatoriodaimprensa.com.br/	1
Instituto Humanitas UNISINOS (IHU-UNISINOS) http://www.ihu.unisinos.br/	2
“Sites indigenistas”	1
“Sites sobre terra e meio ambiente” (genericamente)	1
Correio da Cidadania http://www.correiocidadania.com.br/	2
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU http://www.pstu.org.br/	1
Coletivo Desentorpecendo a Razão – DAR http://coletivodar.org/	1
Marcha das Vadias de Campinas https://pt-br.facebook.com/pages/Marcha-das-Vadias-Campinas/207263652655580	1
Escreva, Lola, Escreva http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/	1
UOL Notícias http://noticias.uol.com.br/	1
IG Notícias	1

http://www.ig.com.br/	
Blogueiras Feministas http://blogueirasfeministas.com/	1
Racismo Ambiental http://racismoambiental.net.br	1
Agência de Notícias de Direitos Animais http://www.anda.jor.br/	1
Infolatam – Información y análisis de América Latina http://www.infolatam.com/	1
Estratégia & Análise http://www.estrategiaeanalise.com.br/	2
Anarkismo.net http://www.anarkismo.net/	2
Crítica Radical http://criticaradical.org/	1
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST http://www.mst.org.br/	1
Ricardo Noblat http://oglobo.globo.com/pais/noblat/	1
Merval Pereira http://oglobo.globo.com/blogs/blogdomerval/	1
Augusto Nunes http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/	1
Escrevinhador http://www.rodriovianna.com.br/	1
Mídia faz Mal http://midiafazmal.wordpress.com/	1
Altamiro Borges http://altamiroborges.blogspot.com.br/	1
Agência Pública http://apublica.org/	1
Sérgio Vaz http://coleccionadordepedras1.blogspot.com.br/ http://coleccionadordepedras2.blogspot.com.br/	1
Rebelión http://www.rebelion.org/	1
Sinal de Menos http://sinaldemenos.org/	2
Militante Imaginário http://militante-imaginario.blogspot.com.br/	1
Mídia Ninja https://pt-br.facebook.com/midiaNINJA https://ninja.oximity.com/	1
Black-Block Brasil (Facebook) – https://www.facebook.com/groups/blackblockbrasil/?fref=ts http://blackblockbrasil.blogspot.com.br/	1
Rede Estudantil Classista e Combativa – RECC http://redeclassista.blogspot.com.br/	1
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL http://psol50.org.br/site/	2
Partido Comunista Brasileiro – PCB http://pcb.org.br/portal/	1
Confederación Nacional del Trabajo – CNT – Espanha http://www.cnt.es/	1

<i>Confederación General del Trabajo – CGT – Espanha</i> http://www.cgt.org.es/	1
<i>Enlace Zapatista – México</i> http://enlacezapatista.ezln.org.mx/	1
<i>Partido da Causa Operária – PCO</i> http://www.pco.org.br/co.php	1
<i>União Popular Anarquista – UNIPA</i> http://uniaoanarquista.wordpress.com/	1
<i>Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ</i> http://www.farj.org/	1
<i>Federação Anarquista Gaúcha – FAG</i> http://www.federacaoanarquistagaucha.org/	1
<i>Organização Anarquista Socialismo Libertário – OASL</i> http://anarquismosp.org/	1
<i>Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST</i> http://www.mtst.org/	1
<i>Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB</i> http://www.mabnacional.org.br/	1
<i>Intersindical (independente)</i> http://intersindical.org.br/	1
<i>Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas)</i> http://cspconlutas.org.br/	1
<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército Del Pueblo (FARC-EP) – Colômbia</i> http://www.farc-ep.co/	1
<i>Ejército de Liberación Nacional (ELN) – Colômbia</i> http://www.eln-voces.com/index.php/es	1
<i>Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR) - Chile</i> http://www.fpmr-chile.org/	1
<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) – Chile</i> http://www.mir-chile.cl/	1
<i>Resistência Popular (RP)</i> http://resistenciapopular.blogspot.com.br/ http://resistenciapopular-al.blogspot.com.br/ http://tendenciaestudiantilrp.blogspot.com.br/	1
<i>Organização Popular (OP)</i> http://organizacaopopular.wordpress.com/	1
Observação – Transcrevemos os nomes dos sites da forma literal como os entrevistados os citaram. Nomes entre aspas se remetem a grupos genéricos de sites. Apenas de um site nomeado não conseguimos obter o endereço. Sites com mais de um endereço disponível ou constituídos por redes de núcleos em alguns casos tiveram mais de um endereço enumerado.	

O site mais acessado, como podemos ver, é *Passa Palavra*, com vinte declarações. Porém, este fato está condicionado também pelo círculo específico de entrevistados a que nos debruçamos (que exercem atuações em sua maioria autônomas e independentes em relação às organizações da esquerda tradicional, partidárias e sindicais, conforme demonstrado), e este número poderia ser substancialmente diferente a depender de outros círculos em que efetuássemos as entrevistas. O *Centro de Mídia Independente* conta com treze declarações de acesso regular (e a mesma condicionante do círculo social aqui

também se aplica). Oito pessoas declararam simplesmente que se mantêm informadas pela *News Feed* do *Facebook*, genericamente (e sem especificar *sites* de preferência). Seis entrevistados declararam acessar sempre o site da revista *Carta Capital*, e seis pessoas citaram o site *Pragmatismo Político*; ambos veículos vinculados à esquerda tradicional e com orientação bastante favorável à gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Temos cinco declarações genéricas de acesso a “*Noticiários de imprensa corporativa*”; cinco acessos regulares declarados ao site *Viomundo*, de orientação vinculada à esquerda tradicional e favorável ao Governo Federal; e quatro citações ao site *Carta Maior*, de igual orientação política. Elencamos três declarações de acesso habitual ao *Brasil de Fato* (de igual orientação dos anteriores); três ao site de cultura e política *Vice*; três ao *Blog do Sakamoto* (sobre questões sociais, políticas e trabalhistas); três ao site da Revista *EXIT! Alemã*, de *teoria crítica*, muito popularizado pelo falecido teórico Robert Kurz. O site da Revista *Caros Amigos* também consta com três leitores declarados, assim como o blog *Outras Palavras* (a orientação política de todos os sites será exposta adiante). A revista eletrônica sobre movimentos sociais *Desinformémonos*, que consta como parte de nosso objeto de pesquisa, só conta com três citações de acesso regular dentre nossos entrevistados – alguns declararam não a conhecer. Com duas declarações de acesso temos o site da *Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)*; e duas referências a “*sites de organizações anarquistas*” (genericamente). Os sites da *Revista Fórum*, *Opera Mundi*, *Diário Liberdade*, *Luis Nassif Online*, *Resistir.info*, *Conversa Afiada*, *Instituto Humanitas – UNISINOS*, *Correio da Cidadania*, *Estratégia & Análise*, *Anarkismo.net*, e *Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)*, contam com duas citações de acesso cada um. A Revista Eletrônica *Sinal de Menos*, que também consta como objeto de análise de nossa pesquisa, conta com dois leitores declarados também. Todos os demais sites da lista, finalmente, contam com apenas uma declaração. É uma imensa quantidade de sites que contam com apenas uma referência.

Seria importante aqui proceder a uma tentativa de tipificação dos sites da *Tabela 11* – o leitor deve ter em mente que esta também possui muitas limitações e pode ser organizada de diferentes maneiras. Podemos agrupar como sites vinculados à ***Esquerda tradicional*** os declarados “*Sites da esquerda tradicional*”, *Pragmatismo Político*, *Leonardo Boff*, *Brasil de Fato*, “*Sites de partidos*”, *Carta Capital*, *Brasil 247*, *Revista Fórum*, *Rede Brasil Atual*, *Carta Maior*, *Opera Mundi*, *Diário Liberdade*, *Pagina12*, *Sul21*, *Jornalismo B*, *Catarse*, *Outras Palavras*, *Resistir.info*, *Caros Amigos*,

Observatório da Imprensa, Correio da Cidadania, Infolatam, Enlace, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, Agência Pública, Partido Socialismo e Liberdade, Partido Comunista Brasileiro e Partido da Causa Operária.

Como **Blogs de Esquerda** poderíamos considerar os sites *Blog do Sakamoto, Coletivo Catarse, Outras Palavras, Escreva Lola Escreva, Blogueiras Feministas, Estratégia & Análise, Agência Pública e Rebelión.*

Como **Sites Independentes, Autônomos e Libertários**, poderíamos agrupar: *Passa Palavra, Coordenação Anarquista Brasileira, Centro de Mídia Independente, “Sites Zapatistas”, “Sites de Organizações Anarquistas”, EXIT!, Noblogs.org, Crítica Social, Desinformémonos, Anarkismo.net, Crítica Radical, Revista Sinal de Menos, Militante Imaginário, Black-Block Brasil, Rede Estudantil Combativa e Classista, CNT (Espanha), CGT (Espanha), Enlace Zapatista, União Popular Anarquista, Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Federação Anarquista Gaúcha, Organização Anarquista Socialismo Libertário, Resistência Popular e Organização Popular.*

Elencamos como veículos de **Teoria Crítica e Sites Teóricos** (em geral) os sites *EXIT!, Crítica Social, Monthly Review, Herramienta, Crítica Radical, Revista Sinal de Menos, Militante Imaginário e Passa Palavra* (este último, embora se concentre em notícias sobre lutas sociais, possui ampla produção teórica).

Consideramos como **Sites de Partidos Políticos** os declarados “*Sites de partidos*”, *Enlace PSOL, PSTU, PSOL, PCB e PCO*; e também os sites das organizações *FARC-EP, ELN, FPMR e MIR* (O significado de todas as siglas consta na *Tabela 11*, e aqui expomos os sites na forma abreviada do nome das organizações e partidos).

Podemos agrupar como **Sites de Movimentos Sociais** os declarados: *Associação de Professores de Filosofia do Estado de São Paulo, “Sites Zapatistas”, “Sites Indigenistas”, “Sites sobre terra e meio ambiente”, Coletivo Desentorpecendo a Razão, Marcha das Vadias de Campinas, Blogueiras Feministas, Racismo Ambiental, Agência de Notícias de Direitos Animais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Black-Block Brasil, Rede Estudantil Combativa e Classista, CNT (Espanha), CGT (Espanha), Enlace Zapatista, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Movimento dos Atingidos por Barragens, Intersindical, CSP-Conlutas, Resistência Popular e Organização Popular.*

O site *Leonardo Boff* pode ser considerado como veículo social dos movimentos da **Teologia da Libertação**, embora possa se enquadrar em outras categorias também.

No campo dos sites considerados como veículos de *Arte, Poesia, Cultura e Política*, temos os declarados: “*Sites sobre Literatura de Terceiro Mundo*”, *Vice*, *Ferrez*, e *Sérgio Vaz*.

Como referentes à *Esquerda Armada Latino-Americana*, constam os sites das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo*, *Ejército de Liberación Nacional* (Colômbia), *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (Chile) e *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Chile).

O site do *Instituto Humanitas – UNISINOS* (IHU-UNISINOS) formaria uma categoria à parte, por ser veículo vinculado a uma Universidade.

Como sites pertencentes ao domínio da *Imprensa Corporativa*, temos declarados pelos entrevistados: “*Noticiários da imprensa corporativa*”, *Folha de São Paulo*, *UOL Notícias*, *IG Notícias*, *Ricardo Noblat*, *Merval Pereira* e *Augusto Nunes*.

Das *Redes Sociais Comerciais*, foi declarado apenas o *Facebook* – que conta como uma porta de acesso para muitos sites (na medida em que os usuários compartilham notícias de inúmeros sites nas suas páginas pessoais desta rede social), conforme expresso pelos depoimentos de nossos entrevistados.

Podemos agrupar, ainda, enquanto *Imprensa de Situação favorável ao Governo Federal* (na Gestão do Partido dos Trabalhadores) os sites: *Pragmatismo Político*, *Carta Capital*, *Brasil 247*, *Revista Fórum*, *Rede Brasil Atual*, *Carta Maior*, *Opera Mundi*, *Socialista Morena*, *Viomundo*, *Luis Nassif Online*, *Sul21*, *Jornalismo B*, *Caros Amigos*, *Barão de Itararé*, *Conversa Afiada*, *Escrevinhador*, *Mídia faz Mal*, *Altamiro Borges* e *Mídia Ninja*. Já, por sua vez, integram a *Imprensa de Oposição (de orientação Liberal)* as páginas: *Ricardo Noblat*, *Merval Pereira* e *Augusto Nunes*.

Desta rudimentar (e um tanto provisória) tipificação das páginas e, da descrição dos acessos já elencados na *Tabela 11*, podemos observar algumas coisas importantes. Primeiro, que *Passa Palavra* e *Centro de Mídia Independente* são os periódicos eletrônicos mais lidos – porém, isto se reporta e limita ao círculo específico de leitores que entrevistamos, como já aludimos. Em segundo lugar, podemos ver que muitas declarações genericamente apontaram o próprio *Facebook* como porta de acesso para notícias e informações – e trata-se do maior site de *rede social* comercial do mundo. Isto demonstra a hegemonia que o mesmo possui sobre as relações de comunicação e diálogo internáuticas, a ponto do mesmo ser um portal de acesso até mesmo para a circulação de notícias e artigos anticapitalistas. Mesmo esta esfera da contestação social tem tido suas

relações de divulgação e circulação de informação fortemente absorvidas pelo *Facebook*, o que demonstra o controle que as tecnocracias conseguem ter sobre este processo, e a fragilidade da capacidade atual dos trabalhadores criarem ou controlarem redes sociais autônomas nestes meios eletrônicos. Podemos dizer que os indivíduos debatem política, leem e compartilham notícias sobre lutas sociais debaixo dos olhos e da vigilância dos próprios aparelhos de poder capitalistas, ou seja, dentro do terreno das próprias tecnocracias. Porém, isto não se diferencia da tradicional situação dos trabalhadores dentro das empresas, na qual dentro do terreno onde a *organização do trabalho* é controlada pelos gestores, tenta-se criar relações de solidariedade e luta. Sites anticapitalistas, para obter alguma visibilidade, são obrigados a criar páginas sucursais também dentro do *Facebook*, nas quais divulgam anúncios e ligações para seus conteúdos produzidos – por exemplo, muitas pessoas vêm a conhecer os artigos de *Passa Palavra* através de compartilhamentos dos mesmos pelo *Facebook* por parte de seus amigos e outros leitores. Ou seja, as mídias eletrônicas anticapitalistas, embora sejam sites autônomos que estão fora do *Facebook*, acabam por utilizá-lo para fazer propaganda de suas notícias e textos. O leitor recebe o anúncio pela *News Feed* do *Facebook*, e sai dele para estes sites que estão fora. Outro fato importante que percebemos é que podemos ver uma abundância de declarações de indivíduos que se dizem leitores de sites vinculados à esquerda tradicional e à *imprensa de situação*, favorável à gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Esta imprensa acaba por exercer uma atração gravitacional de acessos, leitura e compartilhamentos mesmo entre um público formado por indivíduos com atuações sociais com elevado grau de autonomia e mesmo simpatia por ideais autônomos e libertários. Mesmo entre este público, percebemos uma presença, leitura e compartilhamento consideráveis da *imprensa de situação* favorável ao Partido dos Trabalhadores e outros grupos da esquerda tradicional. Isto não significa, entretanto, que o mesmo público esteja necessariamente atrelado ou politicamente sujeitado a uma hegemonia deste campo de imprensa; mas apenas que este mesmo público a acessa em busca de informações sobre lutas sociais, economia, política, etc., da mesma forma que acessa outros veículos também. Notamos que uma grande lista de sites autônomos, independentes, libertários ou anarquistas em geral, além de páginas de movimentos sociais, contou com apenas uma declaração de acesso regular para cada página. Porém, a somatória de todas estas declarações gera um volume de acessos que possui tanto peso quanto o acesso aos citados sites da esquerda tradicional e *imprensa de situação* – embora formando uma rede muito mais difusa e descentralizada de páginas. Podemos aqui,

entretanto, concluir que dentre o público que abordamos, apesar de sua simpatia por formas políticas autônomas e horizontais, temos um considerável acesso e consulta a sites da esquerda tradicional, sites da *imprensa de situação*, além da navegação em busca de informações pelo próprio *Facebook*, que demonstram uma quantidade de acessos mais concentrada do que a lista dos demais sites elencados. Assim sendo, podemos depreender que a esquerda tradicional e partidária, além das redes sociais comerciais (que funcionam como mediação), ainda possui uma forte atração e centralização na difusão de notícias e textos sobre este público e uma forte influência sobre sua formação. Também notamos que um leitor declarou ler também a *imprensa de oposição* liberal ao Governo Federal, que se insere também no campo da *imprensa corporativa*; o mesmo lê periódicos de *situação* e de *oposição*, e *autônomos* também, procurando diversas vertentes de informações para sua própria formação (L34). Outro entrevistado declarou uma grande lista de sites, que incluem mesmo os da *esquerda armada latino-americana* (L7).

Podemos concluir que os leitores entrevistados consultam uma pluralidade de sites; que o *Facebook* funciona como mediação ou porta de acesso para estes conteúdos para muitos; que os sites da *imprensa de situação* e esquerda tradicional possuem uma forte atração e centralização na difusão de matérias e textos e são muito consultados – porém, igualmente outros sites, como os da *imprensa corporativa* e os sites de *oposição liberal* ao Governo Federal, são também acessados (embora os últimos em menor medida); e um amplo leque de sites autônomos, libertários e de movimentos sociais é acessado, formando uma rede difusa e de grande peso dentre a lista de consultas habituais de nossos entrevistados. Finalmente, esta pluralidade de acessos demonstra que os mesmos obtêm informações, notícias, artigos e formações de uma pluralidade de fontes, sem um predomínio de veículos único ou centralizado – configurando uma leitura e busca descentralizada e uma potencial formação igualmente descentralizada. Substancialmente, este processo se revela diferente do ocorrido com os tradicionais jornais da imprensa operária partidária e sindical burocráticas (é importante ressaltar que a imprensa anarquista do final do século XIX e começo do século XX era muito rica e plural em veículos, produzidos de forma horizontal); e também mostra um alargamento das fontes de obtenção de informações para além do domínio restrito da imprensa corporativa tradicional. Além de uma formação potencialmente mais aberta, isto possibilita a formação de discursos alternativos ou contrapostos aos da imprensa corporativa e institucional oficial; e mesmo possibilita também a obtenção de informações sobre os conflitos sociais que não sejam veiculadas nos veículos corporativos, tornando possível a

existência de canais ou redes subterrâneas onde as mesmas circulem. Isto é um fator crucial para um processo de recomposição política de uma classe trabalhadora que se encontra fragmentada. Ainda, a formação que este processo possibilitaria surge como função da mesma reorganização da classe.

h) Entrevistados que também são produtores de mídias eletrônicas.

Um dos fatos mais consideráveis que pudemos levantar pelas entrevistas, é que dez entrevistados declararam não serem apenas leitores, mas também produzir algum tipo de mídia eletrônica (*Tabela 12*):

Tabela 12 – Entrevistados que são produtores de mídias eletrônicas.	
Sim	10
Não	26

Em relação aos veículos que declaram produzir, pudemos elencar “*Blogs pessoais*”, a *Revista Sinal de Menos*, “*Páginas de Facebook*” diversas, *Coletivo Delta9* (grupo anti-proibicionista, página dentro da rede *Facebook*), *Crítica Social*, *Anarquismo.org* (site atualmente inativo, ex-produtor), *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, *Coletivo Via-SOT* (“Via Sistema Orgânico do Trabalho” – rede de cooperativas autogestionárias), *Pílulas Diárias*, *Centro de Mídia Independente* (CMI - ex-produtor), *Coletivo Libertário Trinca* (ex-produtor), *Liberdade Palestina* (ex-produtor) e *Oposição Bancária Mogi* (ex-produtor), conforme constam na *Tabela 13*:

Tabela 13 - Veículos produzidos por entrevistados.	
Revista Sinal de Menos http://sinaldemenos.org/	2
“ <i>Blogs pessoais</i> ”	6
“ <i>Páginas de Facebook</i> ”	3
Coletivo Delta9 (dentro do <i>Facebook</i>) https://pt-br.facebook.com/ColetivoDelta9	1
Crítica Social http://crticasocial.blogspot.com.br/ http://crticasocial.milharal.org	1
Anarquismo.org (site antigo e inativo, ex-produtor)	1
Site da <i>Federação Anarquista do Rio de Janeiro</i> - FARJ http://www.farj.org/	1
Coletivo <i>Via Sistema Orgânico do Trabalho</i> (Via-SOT) http://viasot.blogspot.com.br/	1
Pílulas Diárias http://pilulas-diarias.blogspot.com.br/	1
Centro de Mídia Independente - CMI (ex-produtor)	1

http://midia independente.org/	
Coletivo Libertário Trinca (ex-produtor) http://coletivotrinca.wordpress.com	1
Liberdade Palestina (ex-produtor) http://liberdadepalestina.blogspot.com.br	1
Oposição Bancária Mogi (ex-produtor) http://oposicao bancariamogi.blogspot.com.br/	1
Observação - Alguns entrevistados declararam serem produtores de mais de um veículo ao mesmo tempo. Nesta tabela também computamos ex-produtores de mídias eletrônicas. O número de veículos produzidos pode ser ainda maior do que os acima elencados, pois sabemos que alguns entrevistados já participaram da produção de outros blogs e sites não declarados ou atualmente inativos.	

Conforme exposto acima, o público que analisamos não é composto apenas por leitores de mídias eletrônicas, mas quase um terço dos entrevistados produz algum site ou participa de algum veículo na internet enquanto produtor de conteúdos. E mesmo podemos afirmar que o debate eletrônico também pode ser considerado uma forma de produção de conteúdo. O texto original publicado, quando recebe comentários, pode derivar em nuances variadas que enriqueçam as perspectivas de análise ou abram dissensões que gerem novos debates. O debate pode, por vezes, ser maior do que o próprio texto-fonte ao qual se reporta. O debate, quando efetuado seriamente e dentro da rapidez oferecida pela internet, perde a característica da autoria única e se torna *potencialmente* muito mais interativo e aberto do que a leitura de um texto impresso (certamente que também ocorrem debates pobres e destrutivos na internet; e mesmo suspeitamos que os mesmos sejam predominantes. Aqui seria preciso diferenciar os termos *potencialmente* e *efetivamente*). Assim sendo, neste terreno, as próprias fronteiras entre produção e recepção de materiais se tornam fluidas, de forma que muitas vezes leitores e produtores se confundem dentro de um mesmo círculo social. O indivíduo pode ser apenas leitor, pode ser leitor e debatedor, leitor e produtor, ou mesmo leitor, debatedor e produtor. Poderíamos deste fato, ingenuamente depreender uma irrestrita horizontalidade do processo de debate e formação dentro destes meios eletrônicos; porém, cabe aqui mais uma vez retomarmos a problemática já exposta neste trabalho acerca do caráter político da categoria *valor de uso*, que nos remete à *não-neutralidade* destas tecnologias. Assim, a produção, leitura e debates eletrônicos podem ter sua horizontalidade comprometida na medida em que o domínio de empresas ou aparelhos de poder político pode exercer um efeito centralizador ou condicionante sobre a produção de conteúdos – seja estabelecendo limites para os mesmos, ou exercendo censuras e retirando do ar as páginas; seja estabelecendo critérios de divulgação que dotem páginas comerciais de grande

visibilidade e restrinjam a visibilidade de páginas com poucos participantes a um mínimo que as torna praticamente invisíveis e irrisórias. Isto é tanto mais verdadeiro em relação às redes sociais comerciais, nas quais, além de critérios de patrocínio privado, surgem mecanismos de divulgação por popularidade que possibilitam tornar extremamente visíveis conteúdos dos mais acríticos, de baixa elaboração e mesmo grotescos (em termos estéticos, éticos, e de complexidade de pensamento) e preconceituosos, enquanto outros conteúdos dotados de profundidade intelectual, crítica, estética e filosófica podem passar despercebidos ou se tornar quase invisíveis, perdidos e marginais em meio à enxurrada de conteúdos banalizados, superficiais e comerciais. Neste terreno, a visibilidade de veículos de crítica social acaba se limitando aos próprios círculos de indivíduos que os produzem e os envolvidos nas próprias lutas sociais – em outras palavras, criando segmentos sociais específicos (e muitas vezes restritos) que criam seus canais e redes próprios pelos quais circulam suas informações. Ou, em outras palavras: o conteúdo socialmente crítico permanece *subterrâneo* e, muitas vezes é soterrado pela quantidade de conteúdos comerciais e da indústria cultural que circulam pela internet. Muitas vezes é necessário fazer um trabalho de “escavação” por camadas imensas de material para encontrá-lo – achando “veios” e “jazidas”, “sítios” enterrados (mas no caso, atuais), ou fragmentos a se reunir como indícios em busca de uma visão mais ampla da totalidade – o indivíduo que se interessa por um conhecimento crítico das relações sociais tem de fazer frequentemente este trabalho de “escavador”, comportar-se como um verdadeiro “buscador” herético. Não possuímos a ingenuidade de acreditar que a internet ofereceu uma revolução nas relações sociais e humanas – ela apenas é a expressão das mesmas relações sociais de exploração e opressão dominantes no moderno *sistema produtor de mercadorias* (KURZ: 1992). Ela se apresenta, aqui, como uma forma mais desenvolvida e interativa daquilo que Debord já analisava em *A Sociedade do Espetáculo* (DEBORD: 1997), ainda na época do predomínio da Televisão, Rádio e Imprensa Impressa. Os veículos e círculos que analisamos neste trabalho são, portanto, marginais, subterrâneos, verdadeiros “caminhos de rato” em contramão ao *Espetáculo* dominante. Este talvez seja o maior obstáculo e desafio à utilização destas tecnologias pelos trabalhadores com intuito de reorganização política e *autoformação*.

i) *Entrevistados que são debatedores e frequência de debate.*

Declaram ser debatedores em espaços eletrônicos vinte e cinco entrevistados (Tabela 14). Ainda, pudemos levantar de boa parte deles a modalidade de debate que exercem – sendo dezoito deles debatedores regulares via comentários no *Facebook*, e um especificamente em uma página de um coletivo no *Facebook* (Tabela 15). Apenas um entrevistado afirmou participar de debates no site *Passa Palavra*. Não encontramos nenhuma declaração de participação de debates em espaços de comentários nos sites *Centro de Mídia Independente* e *Desinformémonos* (ainda que o *Centro de Mídia Independente* tenha um histórico de grande quantidade de debates e comentários, principalmente em sua origem e primeiros anos de existência¹¹⁶). Podemos concluir, mais uma vez, que o *Facebook* se tornou o grande ponto de convergência e diálogo deste círculo de leitores e depoentes. São postadas nesta rede ligações com anúncios para notícias e artigos dos mais diversos periódicos e sites, e os leitores os leem, e comentam sobre eles no próprio *Facebook*. Isto demonstra, mesmo em relação a um público que discute política, questões sociais e crítica social sob um viés anticapitalista, que este mesmo está inserido a discutir dentro de um terreno pertencente ao domínio comercial e empresarial.

Tabela 14 – Entrevistados que declaram serem debatedores.	
Sim	25
Não (apenas leitor)	11

¹¹⁶O próprio autor deste trabalho pôde presenciar este fato e pode afirmar que, antes da existência das redes *Facebook* e *Orkut*, o grande ponto de convergências e debates de lutas autônomas (no Brasil) era o próprio site do *Centro de Mídia Independente*, além de listas de *e-mails* das mais variadas. Depois, aproximadamente em 2004, a rede *Orkut* tendeu a absorver o debate dentro de suas “comunidades” virtuais, dentre as quais podemos destacar a *Karl Marx*, *Hegel*, *Robert Kurz*, *Michel Foucault* e outras. Após 2007, os usuários foram migrando da rede *Orkut* para o *Facebook*, e as comunidades da primeira rede ficaram esvaziadas (e a própria rede). Atualmente a troca de notícias e debates ocorre principalmente dentro da rede *Facebook*. O site do *Centro de Mídia Independente* sofreu um declínio progressivo dos debates nos últimos anos, que passaram a se tornar muito mais disputas pessoais e dogmáticas, e mesmo trocas de ofensas, nas quais inclusive elementos da direita e extrema-direita política adentram nas discussões. Atualmente, também podemos notar um abandono das antigas listas de *e-mails* – e também percebemos a existência de usuários de internet que nem mais abrem seus *e-mails*, mas se comunicam apenas pela rede *Facebook*. Podemos afirmar, portanto, que as redes sociais comerciais absorveram o debate político para dentro de seus espaços – um verdadeiro processo de assimilação e “recuperação” capitalista (BERNARDO: 1998). Também é importante citar que grande quantidade de comentários e debates ocorre no site de vídeos *Youtube*; e em jornais eletrônicos da imprensa corporativa como o *UOL Notícias* e *IG Notícias*. Porém, neste domínio, os debates muito mais se tornaram trocas de ofensas e agressões políticas, especialmente entre defensores do Governo Federal e opositores, e não faltam comentários fascistóides, racistas, misóginos e xenofóbicos. Basta que o leitor deste trabalho acesse estes espaços de comentários públicos e os leia, e verá a dimensão do que estamos descrevendo.

Tabela 15 – Modalidade de debate declarada.	
Comentários no <i>Facebook</i>	18
<i>Coletivo Delta9</i> (Página dentro do <i>Facebook</i>)	1
Comentários no site <i>Passa Palavra</i>	1
Observação – Um entrevistado declarou que procura "não se expor" e por isso não participa de debates (L18). Alguns não declararam que modalidade de debates exercem.	

Em relação à frequência de debates, quatro pessoas relataram fazê-lo *diariamente* (Tabela 16). Cinco declararam de forma genérica debater “*frequentemente*”, e doze “*raramente*”. Uma pessoa declarou debater “*duas a três vezes por semana*” e uma “*semanalmente*”. Outro declarou fazê-lo “*sem frequência certa*”. Um não respondeu. Chama a atenção o fato de que a maioria dos entrevistados debate, mas o faz raramente ou com pouca frequência. Mas o que mais chamou a atenção é que onze indivíduos declararam que não costumam debater em meios eletrônicos. Alguns não o fazem por razões que vão desde o medo de exposição até uma série de descontentamentos com sectarismos e intolerância nos debates nos meios digitais, fator que abordaremos mais tarde neste trabalho – uma vez que reporta à própria questão da medida em que os leitores considerem estes meios formativos ou não. Segundo um entrevistado: “*Normalmente apenas leio, tem muita gente ignorante que mal conhece os problemas sociais e que eu não tenho paciência para debater.*” (L21). Também é provável que a falta de tempo devida à sobrecarga de trabalho seja um fator a influenciar a abstenção em debates.

Tabela 16 – Frequência de debates declarada (conforme respostas dos entrevistados).	
“ <i>Diariamente</i> ”	4
“ <i>Frequentemente</i> ”	5
“ <i>Duas a três vezes por semana</i> ”	1
“ <i>Semanalmente</i> ”	1
“ <i>Raramente</i> ”	12
“ <i>Sem frequência certa</i> ”	1
Não debate	11
Não responderam	1

j) *Nível de conhecimento informático.*

Apesar de não constar em nosso questionário a indagação acerca do nível de domínio e conhecimento de informática e redes de computadores por nossos entrevistados, pudemos depreender da análise das próprias entrevistas e depoimentos que os mesmos demonstram em geral possuir um nível básico ou mediano de domínio da informática e navegação em redes. Isto foi por nós constatado de acordo com as declarações no próprio corpo de entrevistas. Cinco entrevistados, entretanto, demonstraram por seus depoimentos serem conhecedores mais aprofundados da internet, *navegação anônima, criptografia, software livre* e mesmo *deep web*. Um entrevistado, tomado de curiosidade sobre o que seria a *deep web*¹¹⁷ (da qual nunca tinha ouvido falar, conhecendo este termo pelo nosso questionário), nos relatou (por *e-mail*, ao entregar o questionário respondido) que experimentou uma navegação neste domínio e teve seu computador “destruído” por uma quantidade grande de *vírus* que adquiriu neste processo – porém considerou a experiência positiva, e nos concedeu uma das entrevistas mais ricas e detalhadas (L28). Cabe também relatar que um de nossos entrevistados trabalha como *analista de sistemas* – e o mesmo se demonstrou muito cético em relação a qualquer possibilidade de privacidade em redes eletrônicas (L36).¹¹⁸

k) *Temas de interesse de leitura e debates.*

Questionados acerca de por quais temas de leitura e debates mais se interessavam, os nossos entrevistados nos forneceram uma miríade ampla de respostas, conforme descrita em pormenores na *Tabela 17*. Interessava-nos, ao fazer esta pergunta, sobretudo levantar o que os leitores de mídias de crítica social por nós entrevistados mais procuram na internet e, especialmente, neste campo de sites. A tabela por si já nos fornece um quadro geral desses interesses:

¹¹⁷ Internet não-indexada, “subterrânea” ou “profunda”, sendo possível de ser acessada apenas por programas específicos e que requerem procedimentos de navegação especiais e dotados de anonimização e proteção de privacidade.

¹¹⁸ Devido à simplicidade da descrição, julgamos desnecessário expor este pequeno tópico através de uma tabela.

Categorias	Tabela 17 – Temas de interesse de leitura e debates (conforme respostas literais dos entrevistados).		Total por categoria
Política e Política Institucional	Política	17	25
	Política Nacional	5	
	Políticas Públicas	1	
	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1	
	Partidos e Eleições	1	
Economia	Economia Política	4	11
	Economia (Notícias)	5	
	Teoria do Valor	1	
	Crítica da necessidade (valor de uso)	1	
Teoria Crítica	Crítica Radical (<i>Krisis, EXIT!</i>)	1	9
	Crítica Social	3	
	Ideologia	1	
	“Sociedade”	1	
	Teoria Crítica (Escola de Frankfurt)	1	
	Crítica ao Trabalho	1	
	“Emancipação e Transformação Social”	1	
Marxismo, Socialismo e Comunismo	Esquerda (genericamente)	1	8
	Marxismo	4	
	Socialismo e Comunismo	3	
Autonomia e Anarquismo	Anarquismo	4	11
	Autogestão	1	
	Zapatismo	2	
	“Crítica aos vanguardismos partidários”	1	
	Anti-autoritarismo	1	
	<i>Black Block</i>	1	
	Ativismo (em geral)	1	
Movimentos e Lutas Sociais	Sindicalismo	1	19
	Questão Indígena	4	
	Lutas por Moradia	1	
	Movimento dos Sem-Terra (MST) e Luta pela Terra	3	
	Movimentos Sociais	5	
	Cooptação das Lutas Sociais	2	
	Eventos	1	
	Atos e Manifestações	1	
	Movimento Estudantil	1	
Lutas contra Opressão	Estado Laico	1	7
	Questões de Gênero	1	
	Feminismo	1	
	Lutas contra Opressão	1	
	Drogas e Anti-proibicionismo	1	
	Luta Anti-manicomial	1	

	Direito (social)	1	
Antifascismo e lutas contra repressão	Fascismo	1	8
	Antifascismo	2	
	Desmilitarização	1	
	Repressão	1	
	Leis de Segurança	1	
	Vandalismo (como argumento conservador)	1	
	“Críticas à direita”	1	
Ecologia e Animais	Ecologia e Meio-Ambiente	3	4
	Direitos dos Animais	1	
Erudição, Educação, Arte e Cultura	História	2	24
	Filosofia	2	
	Literatura	2	
	Poesia	3	
	Música	4	
	Cinema	1	
	Cultura	2	
	Folclore e Cultura Popular	1	
	Educação	6	
	Religiões (comparadas)	1	
Questões Urbanas	Políticas Urbanas	1	13
	Empreendimentos Privados e Estatais	1	
	Transportes e Mobilidade Urbana	4	
	Habitação	1	
	Saúde Pública	3	
	Fenômenos Urbanos (“rolezinhos”, desocupações e despejos)	1	
	Copa do Mundo	1	
	Futebol (implicações políticas e sociais deste)	1	
Comunicação e mídia	Comunicação e Imprensa	1	2
	“Contraponto à Grande Mídia”	1	
Geopolítica e Oriente Médio	Questão Palestina	2	4
	Oriente Médio, geopolítica	2	
Outros	“Questões Sociais” (genericamente)	3	4
	“Diversos. Nada específico”	1	
Não Responderam		2	
Observação – As caixas da tabela alternam grupos sombreados e não-sombrados, de forma a evidenciar os grupos de interesses temáticos e facilitar assim o vislumbre dos mesmos pelo leitor. Esta é apenas uma forma possível de agrupar os interesses temáticos em categorias, e o leitor pode, entretanto, refazer esses agrupamentos da forma que desejar. Pode se fazer esta categorização sob inúmeras formas e critérios.			

Ao interpretar esta tabela, podemos extrair algumas conclusões particularmente importantes para nossa pesquisa. Especialmente porque aqui os dados levantados tocam

diretamente à *autoformação* possível dos leitores entrevistados, nestes meios eletrônicos.

Primeiramente, podemos ver uma linha de continuidade comum, uma interdependência ou interligação entre os diversos temas elencados (e as categorias maiores que agrupam os temas). Todos estão inter-relacionados entre si em maior ou menor grau. Segundo que, genericamente, vinte e cinco declarações referem seu interesse ao campo sobre *Política e Política Institucional*. Porém, esta é uma categoria tão genérica e vasta, que podemos afirmar que tudo o mais declarado nos temas seguintes se insere também neste campo. Assim, toda a lista de interesses elencados do princípio ao fim, incluindo temas como *Música, Poesia, Cinema* e até *Religiões (comparadas)*, assume um caráter político, na medida em que são assuntos e campos sempre expostos ou discutidos de forma a expressar visões de mundo e sociedade das mais diversas – ou seja, a não-neutralidade do próprio conhecimento e de seus usos. Expressam as próprias relações sociais – o conhecimento também tem usos sociais, o saber também possui uso socialmente determinado pelas relações de classes. Não há nada “*apolítico*” nestes temas - e, aliás, o que poderia existir de propriamente *apolítico*? Outro fator notável é que, nesta lista, temos declarados interesses em temas e problemáticas que vão desde o mais *particular* (ou pontual) – das causas mais específicas como, por exemplo, a discussão sobre o *Anti-Proibicionismo* de drogas e *Luta Anti-Manicomial* – até o mais *universal*, como *Economia Política, Marxismo, Socialismo*, etc. Universal e particular encontram-se, novamente, interligados. De muitas formas estas categorias podem se interpenetrar ou se inserir umas dentro das outras – por exemplo, na medida em que a questão das drogas se insere nos circuitos econômicos, ou que a questão dos manicômios se insere na problemática da opressão e do próprio aparelho de governamentalidade social.

Além disso, outro fator que chama a atenção é o peso das temáticas de interesse das categorias ligadas a *Autonomia e Anarquismo*, ou *Movimentos e Lutas Sociais*, em relação ao pouco peso de declarações de interesse em discussões relacionadas a partidos políticos e sindicalismo (e mesmo há um tema “*crítica aos vanguardismos partidários*”, citado por um dos entrevistados, que expressa uma crítica a esta forma de organização). Isto expressa e ilustra a análise que já efetuamos sobre a evolução da atuação política de nossos entrevistados em direção a atuações sobre questões concretas e sensíveis e dotadas de maior grau de autonomia.

Podemos notar, também, que temos toda uma categoria de interesses ligada à

própria formação e atuação profissional dos entrevistados – como os elencados na categoria “*Erudição, Educação, Arte e Cultura*” (que talvez pudesse ser chamada de inúmeras formas), que incluem disciplinas e áreas como *História, Filosofia, Música e Educação*. Isto se relaciona diretamente com o já analisado peso dos profissionais da educação dentro de nosso círculo de entrevistados.

Outro fator de interesse nesta lista de temas elencados é a pluralidade de referências a assuntos ligados a pautas muito atuais, como a *Questão Indígena, Luta pela Terra, Questões de Gênero, Feminismo, Estado Laico, Anti-Proibicionismo* (descriminalização das drogas), *Antifascismo, Transportes e Mobilidade Urbana, Saúde Pública, Ecologia e Meio-Ambiente, Fenômenos Urbanos, Geopolítica, Movimentos Sociais*, etc. É todo um conjunto de temas que expressam lutas das mais diversas concentradas sobre necessidades sociais concretas e sensíveis, também dentro do que já expusemos sobre o quadro das atuações políticas dos entrevistados.

Também nos chama a atenção que temos diversas linhas de análise política elencadas – indo do *Marxismo* ao *Anarquismo, Zapatismo* e experiências de *Autogestão*, passando pela *Teoria Crítica* (da Escola Frankfurtiana e pós-frankfurtianos). Isso demonstra uma pluralidade de vias de análise e pensamento. E, pudemos notar que muitas vezes os mesmos indivíduos se interessavam por linhas de pensamento diversas. Isso expressa uma *potencial heterodoxia* na formação que eles buscam. Os interesses no mínimo seriam ecléticos, mas podem ser considerados *heterodoxos* na medida em que se inserirem em uma linha coerente e dialética de análise e posicionamento político e social. Podemos ver traços de um processo no qual os indivíduos procuram fontes tanto teóricas quanto de conhecimentos e informação bastante diversificados e sempre conectados com seu contexto social.

Finalmente, as lutas de minorias e causas mais específicas e pontuais estão representadas nesta lista elencada, indo desde *Lutas por Moradia, Questões de Gênero, Luta Anti-Manicomial, Anti-Proibicionismo, Futebol* (suas relações com política e sociedade), etc. Mostra-se assim um leque de lutas diversas que expressam também a diversidade de condições da própria classe trabalhadora atual – que expressa sua composição heterogênea e a pluralidade de dilemas sociais por todos os domínios da *Fábrica Social*.

Podemos apontar, dentre os temas que demonstraram maior peso de declarações

de interesse *Economia* (com quatro declarações em *Economia Política* e cinco relativas a noticiários econômicos), *Marxismo* (com quatro declarações), *Anarquismo* (também com quatro citações), *Questão Indígena* (com quatro declarações), *Movimento dos Sem-Terra* (com três referências), *Movimentos Sociais* (cinco declarações), *Ecologia e Meio Ambiente* (três citações), *Poesia* (três declarações), *Música* (quatro citações), *Educação* (seis declarações), *Transportes e Mobilidade Urbana* (declarados quatro vezes) e *Saúde Pública* (declarada três vezes). Percebemos que nossos entrevistados possuem uma variante de inquietações que vão desde a análise das condições políticas e macro-econômicas, até a inquietação num plano mais particular de compreender os dilemas de minorias ou grupos sociais prejudicados (indígenas, homossexuais, mulheres, etc.), aos quais buscam direitos e afirmação. A novidade aqui, é que percebemos nestas pessoas pesquisadas uma integração da busca e discussão dos temas particulares a críticas mais sistêmicas.

As categorias (grupos de temas) de mais peso foram *Política*, com vinte e cinco declarações; “*Erudição, Educação, Arte e Cultura*”, com vinte e quatro; *Movimentos e Lutas Sociais*, com dezenove declarações; *Questões Urbanas*, com treze referências; e *Autonomia e Anarquismo*, ao lado de *Economia*, ambos com onze declarações.

Poderíamos extrair e tecer imensas considerações ainda sobre este leque de interesses temáticos. Porém, o que aqui nos interessa é elencar os fatos acima descritos – sobre a interligação entre os temas de interesse; seu caráter intrinsecamente político; a interligação de questões pontuais e universais; o peso de temas ligados a *Autonomia e Anarquismo*, e *Movimentos e Lutas Sociais*; o destaque das pautas ligadas a lutas sociais atuais; os grupos de temas interligados com a formação e profissão de nossos entrevistados (profissionais de educação, saúde, arte, etc.); a pluralidade de vertentes de análise (que demonstra uma formação *potencialmente* mais aberta e heterodoxa); e a expressão de lutas pontuais e de minorias. Isto já nos permite ter um vislumbre do tipo de *autoformação* que possivelmente nossos entrevistados procurem e obtenham pela leitura e pesquisa na internet – marcada por um relevante nível de autonomia, potencial heterodoxia, pluralidade de visões, variedade de temas de interesse interligados, relevância social e atualidade das questões, enfim, fatores que geram condições de visões mais ampliadas e complexas. O indivíduo procura livremente aquilo que demonstra sentido em seu contexto social – o que é muito diferente de uma formação fechada de instituições formais de ensino burocráticas, e da formação ortodoxa e muitas vezes

dogmática encontrada nos veículos de imprensa (e cursos) dos partidos operários e sindicatos burocráticos tradicionais.

- l) *O círculo social de leitores de mídias eletrônicas anticapitalistas conhecido pelos nossos entrevistados.*

Perguntamos aos nossos entrevistados se estes conheciam pessoas que também acessam sites de crítica social e anticapitalistas; com que frequência essas pessoas o fazem; qual o perfil médio dessas pessoas (em nível de instrução, emprego e idade); e quais sites que elas mais acessam.

Obtivemos da imensa maioria dos entrevistados a resposta afirmativa de conhecer diversos leitores – com exceção apenas de dois, que reclamaram do isolamento e de desconhecer outras pessoas que acessem tais espaços – o que aponta um importante indício de isolamento social nos meios eletrônicos que não pode ser desconsiderado: “*Não conheço outras pessoas que acessem as mídias alternativas.*” (L20); “*Não conheço pessoas que acessam estes sites, pelo menos se acessam não me dizem.*” (L21). Cabe notar que ambos os depoentes citados são trabalhadores que possuem formação referida ao nível de *Ensino Médio*. Este fato nos indica que, possivelmente, no círculo social do público que analisamos, poucas pessoas portadoras apenas do *Ensino Médio* acessem este campo de sites - pois os depoentes citados não identificam outros internautas que acessem estas mídias em seu círculo social e de profissão.

Um entrevistado, professor na Rede Particular e doutor em Geografia, nos deu um quadro geral bastante pormenorizado do público que conhece:

“As pessoas que conheço e que acessam bastante são professores, intelectuais, militantes, sindicalistas, pessoas de esquerda em geral. A mídia desse tipo é uma fonte inesgotável, barata e muito útil. O perfil de renda é a de uma classe média baixa ou classe média mais “intelectualizada”, em geral formada na universidade pública. Mas não são parte da pequena burguesia, pois antes cumprem o papel de trabalhadores ou intelectuais assalariados, daí a sua percepção da necessidade de se engajar na luta pela democracia, em primeiro lugar, para corrigir as distorções de renda e direitos de cidadania no Brasil e no mundo.” (L1).

Outro depoente também nos deu uma descrição importante:

“(...) pessoas que atuam nas ruas, e estão atentas às novas formas de se organizar e utilizam estas páginas citadas do Facebook, no topo a do Black Block SP, utilizam no mesmo sentido que eu, para se informar, perante o mar de contra-informação que a mass media nos impõe, para passar informação e também para saber dos eventos que ocorrerão. Normalmente são graduados recente (sic), ou estudantes, na maioria jovens adulto (entre 20 e 30 anos)(sic).” (L7).

Ainda, um professor e diretor de escola da Rede Pública proferiu o seguinte quadro:

“A média de idade é entre 27 e 33. A maioria tem formação de Ensino Superior. Acessam os mesmos sites que eu na maioria das vezes pelo que percebo. Sites como pragmatismo político tem ganhado muita força pela crítica e pelo conteúdo em formato jornalístico, simples e objetivo. Acredito que seja com bastante frequência pois essas pessoas tem internet e ficam grande parte do tempo nela.” (L10).

Em termos de nível de instrução, a maioria das respostas apontou para um círculo formado por pessoas com nível *Superior* completo, estudantes de nível *Superior* e também *pós-graduandos* e *pós-graduados*. Mas houve também declarações de conhecimento de pessoas portadoras apenas do *Ensino Médio* com importante participação nestes meios. Segundo um entrevistado, que é portador do nível de formação de *Pós-Doutor*, “Essas pessoas têm, ou o nível superior completo ou, no mínimo, o ensino médio. A diferença de titulação dos membros não interfere na qualidade dos debates.” (L4). Outro depoente, professor de cursinhos comunitários, acrescenta que:

“A maior parte dos que acessam ao meu ver, são militantes de movimentos sociais. Não sei dizer o nível de instrução, mas acho que predominantemente devem ser pessoas cursando ou com nível superior concluído. Mas acho que isso não é regra, há muitas pessoas com ensino médio, sem ensino médio que se interessam por esses sites. Acho que alguns sites tem uma linguagem muito “específica” ou hermética (caso do Passa Palavra) apesar de ser um excelente site de notícias.” (L29).

Ficou patente, pela linha geral das entrevistas, que predominam pessoas com nível *Superior*, incluindo bom número de *pós-graduados* também, em áreas das mais diversas, mas com ligeiro predomínio da área de *Ciências Humanas*. Mas não se exclui uma pequena, mas atuante parcela de internautas portadores do *Ensino Médio*. Isto em si é uma novidade considerável em termos formativos – a mistura de pessoas com *Ensino Médio*, *Superior* incompleto e completo, *Mestres* e até *Doutores* e *pós-Doutores* em um mesmo campo de leituras e debates. Não há, nestes espaços, uma hierarquização (e

separação) e, assim, um indivíduo portador do *Ensino Médio* pode ler e debater junto a um *Doutor*. Não há um impedimento, neste círculo, a que dialoguem entre si e compartilhem informações e conhecimentos. Este fato é um crucial indício do potencial processo de recomposição da classe trabalhadora em termos de suas fraturas hierárquicas em níveis de qualificação, que pode ocorrer quando se inauguram debates e contatos deste tipo.

Em termos de profissão, a maioria dos entrevistados aponta conhecer leitores que são professores, estudantes ou funcionários públicos – e aqui também em geral pudemos perceber que predominam trabalhadores assalariados - alguns entrevistados fizeram questão de ressaltar isto. Uma entrevistada, professora de cursinho, afirmou que “*São, em geral universitários ou pessoas que atuam na área de educação*” (L12). Outro depoente, professor universitário, afirma que são pessoas “*(...) em geral com superior completo, emprego público e idade superior a 30 anos...*” (L25). Houve uma recorrência das palavras “trabalhadores” e “empregados” em muitas descrições dadas pelos nossos entrevistados. Não há nenhuma referência a empresários ou membros de classes proprietárias neste público. Podemos concluir, portanto, tratar-se de um público similar ao de nosso corpo de depoentes, composto por trabalhadores assalariados, seja empregados do setor privado ou funcionários públicos, com ampla participação de trabalhadores da área de educação e estudantes, não excluindo outras áreas.

No tocante à idade, ficou salientado, que de uma forma geral predominam pessoas entre os 20 e 50 anos, podendo haver uma separação entre grupos mais jovens – entre 20 e 30 anos, ou 25 a 35 anos; grupos de 40 a 50 anos, ou até 55 anos – as respostas foram muito diversificadas, porém permitem perceber a existência de grupos etários. Porém, só vimos duas alusões a jovens com menos de vinte anos, e a maioria dos entrevistados não os mencionou neste público. Um professor de Música declarou haver “*(...) poucos adolescentes, uma quantidade razoável de jovens e adultos.*” (L28), neste público. Outro, um professor do *Ensino Médio* em escola pública, citou seus próprios alunos como parte do público (e também faixas etárias):

“Essas páginas são visitadas também por alguns amigos, que possuem formação universitária, que estão na faixa de 30 a 50 anos, ex-alunos, na faixa dos 20 a 30 anos e também alunos do ensino médio, que estão entre 16 e 18 anos.”(L34),

sendo o único caso de menção direta a internautas desta idade. Isto vem a corroborar com

nossa análise do predomínio de idade dos entrevistados, com tendência à existência de grupos de idade que já analisamos. Em relação ao gênero, houve alguns apontamentos em entrevistas que indicam uma predominância masculina também no círculo social internáutico conhecido de nossos entrevistados: *“Pelo que vejo o perfil destas pessoas se assemelha ao meu: homens, com ensino superior completo, idade entre os 25 e 45, das mais diversas profissões”* (L8).

Sobre a frequência de acesso pelas pessoas, nossos entrevistados responderam de forma similar à própria frequência declarada – alguns afirmaram que as pessoas acessam *“bastante”* (L1), *“de vez em quando”* (L5), *“todos os dias”* (L24), *“com bastante frequência”* (L10); *“quase todos os dias”*, *“com frequência”* e *“semanalmente”* foram outras respostas comuns. Outros responderam não saber qual frequência (*“não tenho condições de dizer”* – L33), ou ser difícil definir isso (*“Difícil mencionar a frequência. Provavelmente toda a semana”* – L13), embora muitos apontaram que os seus conhecidos costumam debater nestes meios. Não é possível definir com precisão a frequência de acesso destas pessoas, porém, na medida em que são trabalhadores assalariados e as frequências declaradas variam muito, este fator pode estar condicionado à já referida problemática de se ter ou não *tempo livre*, em função das relações de trabalho a que as pessoas estão submetidas.

Os entrevistados declararam, ainda, que estas pessoas que conhecem costumam acessar mais os sites *Pragmatismo Político*, *Outras Palavras*, *Desinformémonos*, *Passa Palavra*, *Blog do Sakamoto*, *Maria Frô*, *Escreva Lola Escreva*, *Correio da Cidadania*, *Vice*, *Carta Capital*, *Centro de Mídia Independente* (este último seria acessado por pessoas mais novas, segundo um educador social em meios abertos – L18), *Partido Comunista Brasileiro*, *Black Block SP* (no Facebook), *Caros Amigos*, *Brasil de Fato*, *Cafezinho*, *Viomundo*, *Conversa Afiada*, *Moreira Leite*, e *blogs* (de uma forma geral). Houve declarações de não se saber dizer o que seus conhecidos acessam, mas vários entrevistados afirmaram que os seus amigos e conhecidos acessam o mesmo que eles – corroborando a lista que já temos de endereços comumente acessados, aos quais a lista acima se corresponde de uma forma geral (com a novidade de três sites que não foram citados antes como parte do já analisado repertório de acessos de nossos entrevistados – *Maria Frô*, *Cafezinho* e *Moreira Leite* – mas que se inserem nas mesmas redes e círculos de páginas, entretanto.).

Verificamos também, por várias entrevistas, que a principal porta de acesso para os sites é o *Facebook* e demais redes sociais. No passado a rede social *Orkut* também teve seu peso e papel enquanto porta de acesso e divulgação, antes de perder sua popularidade para a rede *Facebook*. Segundo nos relatou um entrevistado, professor universitário:

“A maioria acessa o Facebook, eu de minha parte, não convivo com tanta gente que tem militância na internet. Geralmente, as pessoas que acessam esses sites são jovens de tendências libertárias ou marxistas de várias correntes.” (L9).

Outro depoente, um documentarista ligado à questão indígena, salientou que “(...) acredito que grande parte deles acesse por recomendação de links em rede social. Exceção a amigos mais próximos dos mov. autônomos. (sic)” (L26). De fato, por nossa observação direta e análise do corpo de entrevistas, já havíamos percebido que, à exceção de militantes de movimentos autônomos (que já acessam diretamente estas páginas), a maioria das pessoas utiliza o *Facebook* como “noticiário” e porta de acesso para tais páginas. Um analista de sistemas e estudante de *Economia* afirmou que “O grande triunfo das redes sociais é seu poder de centralização de conteúdo e pessoas” (L36). Ou seja, vemos pelos depoimentos de nossos entrevistados a percepção já assinalada de que as redes sociais comerciais como o *Facebook* acabam por funcionar como uma porta de entrada para muitos sites e possuem este poder de centralização na divulgação de páginas. É muito comum ouvir pessoas dizerem que vão “abrir o Facebook para ver as notícias”. Isto equivaleria a dizer que esta rede social se tornou uma espécie de jornal, mas no caso, um “jornal” eletrônico com anúncios para todo tipo de sites e notícias, à escolha do internauta.

Podemos depreender de todas estas declarações fatores que ainda mais reforçam nossas constatações anteriores – sobre o isolamento e fragmentação dos indivíduos nos meios digitais; da predominância das faixas de idade que elencamos, e com o fenômeno da significativa pequena participação de mulheres e de internautas com menos de vinte anos dentre o público que acessa estes espaços. Também vimos que as redes sociais comerciais funcionam como fator centralizador e porta de acesso para estes mesmos espaços. Ainda, se estabelece um inequívoco predomínio de trabalhadores empregados assalariados (e funcionários assalariados do setor público), possuidores de escolaridade de alta qualificação, com significativo peso da área de *Ciências Humanas*. Destes, parte significativa também estaria situada como trabalhadores da área de educação e estudantes, não excluindo outras diversas profissões e áreas. Porém, trabalhadores portadores apenas

do *Ensino Médio* figuram dentre este público, mesmo em menor grau. Logo, acessam estes espaços, leem estes sites e debatem pessoas de níveis bastante diferentes de instrução, tendo contato entre si, o que constitui um fato extremamente importante. Temos, na descrição do círculo social de leitores conhecidos por nossos entrevistados, um quadro mais ampliado do que já tínhamos vislumbrado pela análise do perfil do mesmo corpo de depoentes.

m) Conclusão do capítulo

Nesta análise que fizemos, procuramos levantar o perfil do nosso corpo de entrevistados-leitores de mídias e periódicos eletrônicos de crítica social e anticapitalistas. O fizemos com o objetivo de tentar estabelecer um quadro geral aproximado ou pelo menos obter um vislumbre do possível público receptor dos periódicos que são nosso objeto de pesquisa – falamos em uma *aproximação* porque sabemos ser impossível definir com precisão quem são os leitores destes periódicos e seu perfil em sua totalidade. Porém, através de entrevistas e depoimentos de uma amostra de internautas leitores deste tipo de sites, conseguimos obter indícios que nos permitiram formar um quadro mais aproximado deste público. Obviamente, tínhamos consciência das limitações e dificuldades deste processo, principalmente do fato de estarmos a trabalhar com uma amostra referente a um círculo específico e restrito de pessoas. Ainda, na medida em que experimentamos utilizar a própria internet como mediação para a obtenção de entrevistas escritas, nos deparamos com uma série de dificuldades de contato e obtenção das mesmas.

Aqui, extraímos e analisamos uma série de tabelas de dados. Porém, o leitor deve ter percebido que a imensa maioria das tabelas não produz uma soma total equivalente ao número total de entrevistados – ou seja, na maioria delas não derivamos divisões percentuais. Isto se deve ao fato de que são tabelas que funcionam muito mais como levantamentos e categorizações de informações e dados elencados, não tendo como objetivo final uma mera e simples quantificação – são antes tabelas descritivas de um corpo de entrevistados. Assim, dos itens levantados e das quantidades, extraímos informações e dados sobre o perfil deste público. Esta foi nossa grande dificuldade – transformar *quantidade* em *qualidade*, ou seja, extrair destes levantamentos uma análise qualitativa e teórica, que vá além da mera descrição dos fatos expostos, procurando

demonstrar fenômenos sociais subjacentes. O leitor deve ter em mente também que as entrevistas recebem por nós o tratamento de *depoimento* e como tal são consideradas.

Ainda, nos deparamos com a dificuldade e morosidade na obtenção de entrevistas por escrito por mediação eletrônica. Se por um lado não nos colocamos, neste caso, frente à transcrição tradicional de gravador para texto, nos surgiram novos desafios como, por exemplo, a necessidade de estabelecer um contato pessoal paralelo com os entrevistados – um lastro real e presencial – para não incorreremos no risco de entrevistas falsas ou dadas por indivíduos em nome de outros. Entretanto, cabe aqui ressaltar que informações enganosas também podem surgir ao gravador; e que negarmos examinar por dentro o terreno das mediações eletrônicas (na internet), que são o terreno de nosso objeto de estudo, seria tão absurdo quanto escrever sobre a organização de fábricas sem nunca se pisar em uma delas.

Pudemos depreender de nossa análise, que o público que entrevistamos se divide em faixas etárias distintas, correspondentes a momentos sucessivos ou ciclos das lutas sociais no Brasil: o grupo dos que lutaram contra a Ditadura Militar (numericamente menor); o grupo que participou ativamente das lutas dos anos 1980-1990, que vai das lutas autônomas aos ligados ao começo do Partido dos Trabalhadores; e, finalmente, a geração mais jovem, formada pelas lutas autônomas do *Movimento Antiglobalização*, iniciada com a *Ação Global dos Povos* (sendo os dois últimos grupos os mais numerosos). Neste levantamento, constatamos uma escassa participação de jovens com menos de vinte anos, bem como a persistência da problemática de gênero, com uma pequena participação feminina nestes meios.¹¹⁹

Percebemos também que não se exclui deste público uma parcela considerável de pessoas casadas ou em união estável, e indivíduos com filhos ou dependentes. O nível geral de escolaridade de nossos entrevistados corresponde, como vimos, predominantemente a pessoas com o *Superior Completo* e também *Mestres*, com a presença de alguns estudantes do *Ensino Superior*; também temos alguns poucos portadores apenas do *Ensino Médio*, escassos *doutores* e um *pós-doutor*. O fato mais

¹¹⁹Gostaríamos de relatar, ainda, enquanto uma observação empírica nossa que não consta nas entrevistas, que há um forte predomínio de pessoas brancas em nosso corpo de entrevistados e poucos afro-descendentes – refletindo também a problemática étnica.

notável, aqui, é que pessoas de diversos níveis de formação compartilham dos mesmos espaços eletrônicos de leitura e debate.

Sobre as áreas de escolaridade, pudemos constatar um predomínio das *Ciências Humanas*, mas não excluindo pessoas das áreas de *Ciências Exatas*, *Ciências Biológicas*, *Comunicação* e *Artes*, que constituem quase metade do corpo de entrevistados – que, entretanto, laboram em empregos nos quais exercem contato com público, o que proporciona o engajamento e debate político. No levantamento sobre profissão dos entrevistados, pudemos perceber o predomínio de profissionais ligados à *Educação*, mas também a presença de profissionais das áreas de *Saúde*, *Comunicação* e outros setores. A questão mais importante a salientar é a inserção da maioria destas profissões na malha das chamadas *Condições Gerais de Produção* do Capital. Trata-se de um público de trabalhadores de alta qualificação, potencialmente inseríveis no circuito da *mais-valia relativa* e que laboram neste terreno social (das referidas *Condições Gerais de Produção*). Não encontramos em nosso corpo de depoentes empresários ou membros de classes proprietárias. Nossos entrevistados são trabalhadores assalariados qualificados, de alta escolarização e nível cultural (e que laboram com predomínio da exploração do componente intelectual de sua *força de trabalho*), sujeitos a cada vez maior pressão e precarização de condições (que os leva a acumular empregos e formações sucessivas). São assalariados do setor público ou empregados do setor privado, atuando em sua maioria com Educação, Saúde, Comunicação e outras atividades, dentro da malha das *Condições Gerais de Produção*, em atividades que podem ser consideradas **produtivas** dentro da *Fábrica Social*, embora a maioria não atue diretamente dentro das tradicionais fábricas. Alguns, ainda, estão desempregados; e vários acumulam funções de emprego, ou estudam e trabalham simultaneamente. Notamos ainda uma sobrecarga de atividade e pouco tempo livre disponível em considerável parte destas pessoas, diferentemente do que muitos poderiam imaginar, ou estereótipos comuns formados sobre este público.

Este público analisado nos relatou um interessante histórico de militâncias e atuações políticas, evoluindo desde o início de suas trajetórias em organizações políticas, partidárias, sindicais e estudantis mais tradicionais, com a passagem por inúmeros grupos, e chegando a atuações atuais diversificadas, em um amplo leque de movimentos e lutas com maior grau de autonomia em relação a partidos tradicionais e sindicatos burocráticos, e organizados sobre questões sensíveis e concretas em torno de pautas muito atuais.

Este mesmo corpo de depoentes é leitor de todo um leque de sites, dos quais predominam *Passa Palavra* e o *Centro de Mídia Independente*, com poucos leitores de *Desinformémonos* (mas cabe ressaltar que em outros grupos políticos e sociais as opções de leitura poderiam ser diferentes). Porém, este público visita e lê uma gama muito variada de sites. Uma rede ou miríade difusa e grande de páginas de movimentos sociais, grupos autônomos, libertários e anarquistas é acessada, ao lado de páginas muito populares da esquerda tradicional e algumas hegemônicas por uma *imprensa de situação* apoiadora da gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Porém, isto não significa que estes leitores estejam politicamente atrelados ou “aparelhados” por um grupo ou partido; eles leem de tudo, inclusive alguns as mídias de *oposição liberal* ao Governo também – expressando uma formação potencialmente muito mais aberta e um nível grande de autonomia em relação às tradicionais organizações da esquerda burocrática.

Alguns de nossos entrevistados, além de leitores, são também produtores de alguns veículos, dos quais levantamos os títulos e endereços. A imensa maioria dos entrevistados participa de debates em meios eletrônicos com frequências variadas (desde o acesso diário, até uma maioria que acessa de forma irregular quando possui algum tempo livre) – e acaba desta maneira ampliando a própria produção dos sites que leem, por extensão de seus comentários. Porém, percebemos que a maioria dos entrevistados acaba utilizando redes sociais comerciais como o *Facebook* como porta de acesso para tais sites (como um “*noticiário*”), e acabam por debater mais nos espaços de comentários desta rede do que nos próprios sites que leem. Isto demonstra o poder de absorção da própria contestação e discussão crítica anticapitalista pelas tecnocracias em seus domínios eletrônicos controlados hierarquicamente. Alguns entrevistados também evitam debater, seja por aversão a conflitos desgastantes, ou por medo de exposição. Constatamos também que nossos entrevistados possuem em geral um nível de domínio informático e de redes mediano, não excluindo alguns casos de pessoas com conhecimento avançado sobre redes, *criptografia*, *navegação anônima*, *software livre*, etc.

Nossos entrevistados procuram nestes sites por uma ampla gama de temas de interesse, que possuem a particularidade de estarem interligados entre si; um caráter geral intrinsecamente político; interligação de temas ligados a lutas sociais *particulares* num interesse de contexto *universal*; o importante peso de temas ligados à autonomia, anarquismo, autogestão e movimentos sociais (relativamente a pouca importância dos

partidos e sindicatos tradicionais enquanto temas de interesse); uma importante e enfática busca de materiais que colaborem com sua própria formação em sua área de atuação profissional, ou lazer e arte; a expressão de interesse por temas ligados a pautas sociais atuais, como a *Questão Indígena*, por exemplo; a referência presente a lutas de minorias oprimidas; e, finalmente, a leitura de diversas linhas de análise, passando pelo Marxismo, Anarquismo, Autonomismo, Teoria Crítica e outras, demonstrando uma busca por formação com potencial *heterodoxia* e elevada autonomia. Há uma busca intensa por temas como *Política, Economia, Marxismo, Anarquismo, Questão Indígena, Luta pela Terra, Movimentos Sociais, Ecologia, Poesia, Música, Educação, Transportes e Mobilidade Urbana, Saúde Pública e Fenômenos Urbanos* em geral.

Finalmente, a análise do círculo social de leitores destes sites conhecido pelos nossos entrevistados, de forma surpreendente, referendou, confirmou e ampliou nosso levantamento, proporcionando um quadro maior do que antes já havíamos analisado em um corpo de trinta e seis pessoas. É a partir da *percepção* e depoimentos deste público receptor das mídias anticapitalistas que analisamos, que iremos agora investigar o papel formativo das mesmas.

Capítulo IV - A recepção dos periódicos entre seus leitores

Neste capítulo, iremos analisar como os leitores de mídias eletrônicas anticapitalistas por nós entrevistados apreendem, recebem, veem e consideram os nossos três periódicos-objeto de estudo – *Centro de Mídia Independente*, *Passa Palavra* e *Desinformémonos*. É justamente o depoimento dos leitores entrevistados que constitui o “fiel da balança” de análise sobre o papel de reorganização política, formativo e educativo dos mesmos periódicos, mais do que a própria análise de depoimentos de seus produtores e textos editoriais, que já constituem em si elementos importantes. É através da análise do que os leitores dizem que podemos discernir a efetiva penetração social destes mesmos periódicos, sua capacidade de aglutinação social e política, seu potencial formativo e os seus efetivos limites e impasses.

Iremos aqui, neste capítulo, aplicar sobre os três periódicos que estudamos um conjunto sequencial de quatro perguntas. A primeira é: *como os leitores entrevistados apreendem e consideram nossos periódicos estudados?* Em seguida temos a seguinte questão: *Em que medida estes periódicos seriam veículos de reorganização das lutas sociais dispersas e da própria classe trabalhadora, na visão destes leitores?* Terceiro e principalmente: *Estes periódicos cumprem efetivamente um papel formativo e educativo?* E, como consequência, finalmente: *Em que esta formação se diferencia da oferecida pelas instituições formais de ensino e da obtida pelos trabalhadores através dos partidos e sindicatos burocráticos operários tradicionais?* Assim, aplicamos aos depoimentos que nos foram concedidos estas quatro questões, procurando definir seus termos, limites e precisar de uma forma efetiva nossas questões de pesquisa. Nossa análise, neste momento, é plenamente qualitativa, e tem como pano de fundo o mesmo público do qual analisamos e definimos o perfil, no capítulo anterior.

4.1 Os três periódicos considerados pelos leitores entrevistados.

Aqui analisamos através dos depoimentos dos leitores entrevistados como estes enxergam e consideram os três periódicos por nós abordados.

Conforme afirmou um médico veterinário, de sessenta e nove anos de idade, estes sites “*são de alto nível teórico, publicam matéria de alto valor teórico, ajudam a ter uma visão melhor da realidade que nos cerca, e do que vai pelo mundo em termos de movimentos sociais, são importantes formadores de opinião.*” (L23)

Um professor de História da rede pública, de quarenta e um anos, ressaltou que:

“Essas mídias em meu entender cumprem um papel importante de contrainformação, apresentando notícias e informações negligenciadas propositadamente pela grande mídia e também oferecendo pontos de vista alternativos no que se refere a acontecimentos tratados também na grande mídia ou mídia corporativa.”. (L33)

De uma forma geral, os leitores fazem uma apreciação positiva dos três veículos, ressaltando seu papel de contraponto à grande mídia oficial, na medida em que oferecem informações que esta negligencia ou não expõe (ou mesmo distorce); ainda, consideram-nos importantes veículos de formação de opinião e debate teórico, como veremos pela análise dos depoimentos, a seguir. Além disso, ressaltam a importância estratégica dos mesmos para a difusão e circulação das lutas sociais. Nossos entrevistados, entretanto, também tecem críticas a aspectos que consideram problemáticos, contraditórios ou mesmo negativos dos mesmos periódicos. Nossa leitura dos depoimentos revela, assim, um público leitor dotado de elevada autonomia crítica em relação ao que lê e pesquisa, conforme veremos.

a) Passa Palavra

Passa Palavra foi o periódico que recebeu maior número de declarações de ser habitualmente lido pelos nossos entrevistados – com vinte declarações de acesso. Igualmente, percebemos que é o periódico sobre o qual obtivemos a maior quantidade de comentários de nossos leitores. De uma forma geral, os leitores ressaltaram qualidades importantes e um papel estratégico do mesmo, mas também desacordos e críticas.

Um professor universitário, na área de História Antiga, de trinta e um anos, afirmou que Passa Palavra “*se propõe a oferecer explicações sobre fenômenos contemporâneos, lançando mão de referenciais teóricos de maior alcance.*” (L30) Pelo

mesmo viés, um professor da rede particular e doutor em Geografia de trinta e cinco anos, ressalta a profundidade teórica e conceitual deste periódico:

“Com certeza, trata-se de um dos melhores sites da esquerda “vermelha” e “rubro-negra”, com uma infinidade de temas, perspectivas e debates, com gente que pensa através de mediações conceituais, o que acho ser imprescindível para nos afastarmos do positivismo e do empirismo barato. E tudo apresentado de maneira organizada, o que já é um trunfo na mídia virtual.” (L1)

Assim, nestes dois depoimentos, podemos ver que este periódico se destaca pela profundidade de análise teórica, que transcende a mera difusão de notícias sobre lutas sociais. Um professor de Filosofia da rede pública escolar e sindicalista, de trinta e quatro anos, ressalta também o comprometimento social e caráter reflexivo do mesmo periódico:

“É um tipo de mídia, alternativa reflexiva, não de entretenimento, que objetiva a produção independente e autônoma de vídeo, publicações e imagens comprometidas com as lutas sociais e que denunciem a opressão e abusos cometidos por parte do poder público e privado.” (L3)

Outro professor de filosofia, de cinquenta e quatro anos, que leciona em uma Universidade Federal, ressaltou que Passa Palavra, por sua profundidade de análise, permite perceber também as forças e fenômenos sociais subjacentes às lutas e eventos noticiados:

“Conheço Passa Palavra e Centro de Mídia Independente (...). Para mim, são extremamente úteis para informações e atualizações acerca da dinâmica social, dos fatos que se concentram por de trás desses fatos, sempre uma reflexão interessante que me ajuda a me situar diante do contexto atual. O Passa Palavra tem me municiado com diversas informações importantes e cruciais sobre assuntos que são relevantes, como o Mídia Ninja e o Fora de Eixo, foi ali, no Passa Palavra que pude compreender a dimensão e extensão desses dois supostos movimentos libertários.” (L9)

Ele se referiu à famosa polêmica, levantada por este periódico, acerca do coletivo *Fora do Eixo*, com sua ligação à gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores, e da *Mídia Ninja*, veículo bastante famoso, mantido por este coletivo – que possuiriam uma aparência autônoma e independente, autogestionária, mas seriam na verdade muito mais a expressão de uma agremiação tecnocrática de recuperação capitalista das lutas culturais e das formas de mídia alternativa.

Segundo um advogado trabalhista, de cinquenta anos de idade,

“Passa Palavra, passei a conhecer há pelo menos uns dois anos através de amigos de redes sociais que compartilhavam matérias e artigos lá estampados, e mesmo por eles produzidos. Um site altamente

politicizado, doutrinário (com tendências anarco e comunistas que lá escrevem), artigos de fôlego que requer uma leitura cuidadosa e reflexão. Muito concorrido pelo que posso precisar pelos comentários e variedade de artigos e matérias lá estampadas. Clareia o entendimento acerca de polêmicas sobre tendências divergentes de a ou b, mas que de alguma maneira converjam para os mesmos objetivos, e toma partido revelando a tendência do autor em sua tese.” (L14)

O mesmo ressaltou em seu depoimento, que conheceu este site por propagandas em redes sociais; resalta sua qualidade teórica, sua coerência de linha política e riqueza de informações, matérias e textos e a presença de intenso debate no mesmo veículo.

Um documentarista ligado à questão indígena, de trinta anos de idade, ainda ressaltou a inserção social do mesmo site em relação aos movimentos sociais e sua autonomia crítica: *“O passa palavra em especial me parece uma empreitada importantíssima pela proximidade e autonomia crítica que faz aos processos de luta anti-capitalista.” (L26)*

Podemos ver também algumas apreciações dialéticas, que são elogiosas em relação ao mesmo site, mas também apresentam algumas críticas ao mesmo. Afirmou uma professora universitária aposentada, de sessenta e oito anos, que:

“O site Passa Palavra é de alto gabarito técnico. Como dentro dos ambientes abertos das Universidades, ressen-te-se de permitir que vaidades pessoais interfiram em suas matérias. Pelos meios eletrônicos é mais difícil trabalhar os ahaques de humor dos participantes. Por outro lado, o nível textual dos debates do Passa Palavra é bastante alto e sofisticado para ser compreendido pelos mortais comuns. Então, reproduz em meios eletrônicos o que poderia fazer parte do debate na Academia. A única vantagem é que consegue congrega pensadores e teóricos que estão dispersos em muitos países.” (L4)

Um jovem estudante de geografia, de vinte e cinco anos, resalta que Passa Palavra é *“Um bom site informativo que traz uma perspectiva sobre os movimentos sociais com reflexões profundas, mas que é preso ao seu grupo composto, sua perspectiva, seu formato. Um site necessário, a sua maneira.” (L5)*

Um pós-graduando em Pedagogia e militante de movimentos sociais, de vinte e sete anos, apreciou que:

“O Passa Palavra propõe-se a fazer uma reflexão sobre os fatos da atualidade que são relevantes para uma esquerda não tradicional, com preocupação menor em aplicar uma linha estratégica rígida dentro de seu conteúdo, ou seja, fazendo da riqueza da informação e do debate a sua linha estratégica e não a distorção e apresentação tendenciosa. Embora o sarcasmo e a depreciação taxativa frequentes no estilo de

debate do Passa Palavra possa empobrecer algumas das análises.”(L6)

Como podemos ver, estes depoimentos ressaltam que Passa Palavra possui alto nível técnico e teórico; sofisticação de conteúdos que o colocam praticamente num nível acadêmico; profundidade de análise e riqueza de informação e debate. Entretanto, também ressaltam um caráter complexo que o torna menos acessível a pessoas com menor formação; um elevado rigor formal do grupo; e a presença de conflitos entre autores, em textos, debates e comentários, que por vezes desliza para um sarcasmo e ironia que nem sempre são bem recebidos por seus leitores – que reconhecem o alto nível do periódico, entretanto.

Um arqueólogo e antropólogo, de trinta e cinco anos de idade, resalta que:

“O Passa Palavra conheço desde seu início, porém não é um dos que coloco como dos principais para minha busca por informações, cumpre o papel importante como imprensa autônoma, libertária, mas não foge dos textos imensos e cansativos, voltados para o público acadêmico, como vemos na revista Caros Amigos. Se for para entender algo, como pensamentos, ideologia e os grupos, prefiro me dedicar direto aos livros e clássicos diretamente, o Passa Palavra, apesar do nome, ainda está ancorado na idéia do “mediador” que vem lhe dizer e lhe informar, repetindo o jornalismo tradicional seja de direita, seja da imprensa leninista, esta dependência informacional, está cada vez mais débil.” (L7)

Uma jornalista de movimentos sociais, de vinte e sete anos, reafirma a problemática da complexidade do site acabar por torná-lo menos popular ao acesso do público comum:

“Eu gosto, embora acredite que esses sites não chamem um público que não condiz com a sua linguagem que é muitas vezes rebuscada e pode ser até cansativa devido ao fato de os textos, na sua maioria, caracterizarem uma opinião pessoal do autor.” (L31)

Um jovem diretor de escola e professor, de vinte e seis anos, com remarcada atividade política e social junto à sua comunidade, resalta sua dificuldade em ler os extensos textos devido à sua falta de tempo (embora reconheça a qualidade do site e se identifique com ele): *“O Passa Palavra vi desde o começo, é com que mais me identifico em princípios mas, infelizmente não acompanho muito ultimamente por falta de tempo para ler aqueles textos enormes.” (L10)*

Nossos entrevistados ressaltam, portanto, a alta qualidade da produção e debate teórico do site, porém também seu lado polêmico. Uma professora de cursinhos, de vinte e sete anos, e militante de movimento popular, depôs: *“Tenho muita proximidade pessoal com*

os coletivos do Passa Palavra e do CMI especialmente. Eventualmente tenho desacordos com os textos do primeiro e noto certa queda de qualidade no segundo.” (L12)

Um professor desempregado e pós-graduando, de trinta e três anos, caracterizou a problemática da seguinte maneira:

“(...) são comprometidos com as lutas. Acho que é assim: quando acertam, como o míssil no Fora do Eixo, é muito bom. Mas tem alguns equívocos também... não estou discutindo opiniões e posicionamentos: só acho que alguns embates só vale fazer se há conhecimento do objeto, de todas as vertentes, todas as lutas. E outra coisa, o texto recorrentemente é difícil, complexo, intrincado demais... muitas vezes só para especialistas. Mas é uma crítica construtiva: eu gosto do PP¹²⁰, são militantes, são aguerridos, comprometidos, têm posições radicais – o que é ótimo – e informam muito bem!”(L35)

Um analista de sistemas e economista, militante anarquista, de vinte e sete anos, ressaltou sua apreciação positiva e o caráter polêmico do mesmo veículo:

“O Passa Palavra mantém um alto nível de conteúdo e formato eletrônico, o João Bernardo participa ativamente e pessoalmente gosto de suas análises, como de outras que leio por lá. Também tenho vontade de morder as orelhas de alguns “analistas” que leio por lá. Faz parte da nossa formação de esquerda, de crítica.” (L36)

Um professor em universidade federal, de trinta e seis anos, destacou que:

“(...) Minha percepção é que eles são aos mais críticos, às vezes de forma exagerada ao meu ver, centrando energia em aspectos secundários. Somente valorizam ideias próximas aos seus editores e lutas práticas, abrindo pouco espaço para novas ideias e ponderações. Porém, das mídias alternativas, acho que é uma das melhores.” (L25)

Ou seja, um certo caráter editorial rígido e fechado também é destacado pelo seu depoimento que, entretanto, reconhece a alta qualidade crítica do periódico. Certamente, a linha política e as temáticas abordadas pelo mesmo veículo não agradam muito a militantes da esquerda ortodoxa, conforme depoimento de um jovem auxiliar administrativo, de vinte e oito anos, afiliado ao PSTU (mas sem atuação no presente momento): *“Em relação aos sites citados conheço o Passa Palavra e o CMI, porém verifico que possuem muito conteúdo anarquista e me atraem pouco a leitura.”(L21)* Esta é uma crítica ao mesmo site que pudemos ouvir em nossa experiência sindical, por parte de alguns militantes trotskistas e leninistas mais ortodoxos.

¹²⁰Abrevia-se o Passa Palavra como PP.

Um depoimento de um professor de cursinho comunitário e militante anarquista, de trinta e um anos de idade, resume o caráter de profundidade e ao mesmo tempo polêmico do site:

“Acho o Passa Palavra um bom site de informações. Há análises interessantes e precisas, mas acho que há um “vício” no site que é o de manter uma postura de “crítica pela crítica”, que no meu entendimento às vezes, descamba para uma certa arrogância intelectual. Não estou dizendo que o site inteiro e todos os seus artigos seguem essa linha, mas há de fato, em alguns artigos e na linha editorial, uma postura de “superioridade teórica” que de fato, me incomoda. O CMI sempre foi um site de referência. Mas permitiu que a direita se infiltrasse na coluna da direita (coluna onde qualquer um pode publicar). A falta de critérios de publicação (coisa que o Passa Palavra tem bem definido) diminuiu a legitimidade do site. Há também uma lentidão em atualizar a coluna principal. De qualquer modo o CMI pautou a questão da mídia independente, à despeito da situação do seu site. Tenho muito respeito pelo CMI por ter sido pioneiro nessa questão.” (L29)

Neste depoimento, ele ressalta também o rigor de critérios de publicação, que Passa Palavra possui.

Seis entrevistados afirmaram não conhecer Passa Palavra. Outros não depuseram sobre o veículo, especificamente. Cabe ressaltar, ainda, que alguns dos depoentes que citamos aqui já publicaram artigos no mesmo site, e um deles já foi membro do coletivo por uma curta permanência; e que outros conhecem ou possuem proximidade ao coletivo. Como pudemos ver, de longe o site é reconhecido pela sua qualidade teórica e de publicação. Os leitores afirmam seu caráter estratégico para as lutas sociais, seu enraizamento e proximidade a movimentos sociais atuais, a sua riqueza de informações e produção de notícias sobre as lutas. A profundidade de produção teórica e debate do mesmo site é quase que unanimemente reconhecida, bem como sua linha política clara, mas não-ortodoxa, e seu cuidado criterioso com a publicação. Igualmente, é reconhecido que é um site com debates importantes e intensos, e que levantou polêmicas precisas – como o “míssil” aplicado sobre o coletivo *Fora do Eixo*. Por outro lado, nos surpreendeu a quantidade de comentários em que os leitores se queixam de um rigor formal de publicação por vezes demasiado; de textos muito longos e com uma linguagem que os torna acessíveis apenas a um círculo mais restrito de pessoas de alta formação e com tempo livre disponível, e dificulta uma maior popularização do site; a queixa quanto a sarcasmos e ironias em alguns textos, que tendem a depreciar grupos ou posições, e polêmicas que são vistas como desnecessárias ou secundárias e que poderiam afastar parte do público do site. Um leitor chega a apontar um caráter mediador da informação em termos leninistas, que repetiria as formas do jornalismo tradicional da esquerda (L7).

Outros depoimentos dão a entender um caráter fechado do coletivo em relação à publicação, linha editorial e critérios. Assim sendo, podemos depreender, pelos leitores, que o mesmo veículo, ao mesmo tempo em que possui reconhecida riqueza de notícias, proximidade com as lutas, profundidade teórica e critérios de publicação (inclusive de comentários dos leitores, o que segundo os mesmos, o *Centro de Mídia Independente* não possui); se coloca em polêmicas nem sempre agradáveis a muitos, em ironias e disputas teóricas, e um caráter editorial fortemente mediado e um tanto fechado que aproxima o mesmo veículo em alguns aspectos da forma da imprensa operária tradicional.

b) Centro de Mídia Independente

Segundo uma professora universitária aposentada de 68 anos de idade, “*O Centro de Mídia Independente e o Desinformemonos, levam a vantagem de colocar ao acesso de muita gente o que geralmente a mídia oficial sonega.*” (L4) Esta é uma percepção comum a vários de nossos entrevistados, a saber, sobre o papel estratégico que as mídias alternativas eletrônicas possuem enquanto contraponto à grande imprensa, atuando na exposição de notícias que a mesma não torna públicas. Um professor de Filosofia na rede pública e sindicalista, de trinta e quatro anos de idade, vai adiante neste raciocínio, afirmando:

“É uma forma de aglutinar produtores e produtoras independentes de qualquer interesse de classes dominantes que viabilizam críticas e dar mais qualidade as informações distorcidas pela mídia direitista e dissimulada. (...) É uma forma de dar voz aos excluídos, aos que não tem voz, fugindo dos padrões e formatos de mídias atreladas aos interesses comerciais e empresariais. Também é um canal onde circulam informações críticas e que não omitem fatos, que acompanha movimentos sociais (...).” (L3)

Outro professor de Filosofia, de cinquenta e quatro anos de idade e que leciona em uma Universidade Federal, resalta também a importância deste tipo de mídia eletrônica para a compreensão das forças sociais subjacentes aos fatos que ocorrem: “*Para mim, são extremamente úteis para informações e atualizações acerca da dinâmica social, dos fatos que se concentram por de trás desses fatos, sempre uma reflexão interessante que me ajuda a me situar diante do contexto atual.*” (L9) Assim, este tipo de periodismo eletrônico teria a importância estratégica de auxiliar os indivíduos a perceberem os jogos de poder e as relações sociais que vão além dos fatos imediatos.

Para nossos entrevistados, outro fator importante, do qual o CMI seria pioneiro, é a forma descentralizada de difusão da informação, tornando o receptor também em produtor de notícias e materiais, o que quebraria o monopólio do jornalismo profissional e da imprensa corporativa e comercial, conforme ressalta um engenheiro químico e ensaísta crítico (editor da *Revista Sinal de Menos*), de trinta e seis anos:

“O CMI tem um papel importante de permitir a difusão de informação sem a intermediação de jornalistas profissionais ou da mídia corporativa, transformando o receptor também emissor de notícias, informações e análises.” (L13)

Outro aspecto importante que podemos destacar de nossos depoimentos, é a penetração que o CMI tem (ou pelo menos teve) entre gerações mais jovens: *“No meu ver o CMI possui uma “cara” mais moderna. Trata de assuntos voltados a juventude e problemas que estão interligados entre a adolescência e juventude.” (L18)* Embora o CMI não seja um site exclusivamente ligado ao público jovem e assuntos de juventude, o depoimento deste educador social em meios abertos, de vinte e oito anos de idade, expressa a percepção do impacto deste veículo sobre toda uma geração jovem e sua formação. Conforme destacou um professor universitário de História Antiga e pesquisador, de trinta e um anos, o CMI *“(...) se caracteriza por textos curtos de denúncia, importantes para gerar mobilização e ações rápidas.” (L30)* Ou seja, enquanto Passa Palavra é um site de análises ricas e longas, o CMI se caracteriza por um estilo de comunicações breves, com textos de denúncia, fotos, vídeos, ligações para outros sites e matérias, num formato de acesso fácil e rápido para ativistas jovens e militantes de movimentos sociais. Este caráter simples e de rápida leitura e divulgação seria um dos grandes atrativos do CMI como site de notícias e uma das razões do êxito de sua popularização, que sempre foi muito maior que a dos demais sites.

O CMI, além disso, em sua trajetória, cumpriu um importante papel de interligação entre uma grande quantidade de coletivos e lutas, internacionalmente, das mais variadas atuações e causas, conforme nos relata um estudante de História, de vinte e dois anos, militante da luta anti-proibicionista:

“Acho que é uma fonte de notícias bem completa; abarca temas nacionais e internacionais; coloca voz a agentes não ouvidos pela grande mídia; e aparentemente se baseia num tipo de mídia, na minha opinião, mais democrática, no sentido de assumir uma parcialidade e ir se ligando com uma grande nuvem de parcialidades, de maneira crítica, e não para lucrar.” (L22)

Neste depoimento, o entrevistado ainda ressalta, como vimos, a importância da estrutura democrática em rede do CMI e de seu caráter voluntário e associado, não-mercantil.

A variedade de assuntos sobre lutas divulgados no CMI também é outro aspecto que aparece em nossos depoimentos, como na fala de um jovem militante anarquista atuante em movimentos comunitários, de dezenove anos de idade, ex-operador de telemarketing, atualmente desempregado e portador de formação com diploma de ensino médio: *“O que eu acho muito bom do CMI, é que consegue-se achar assuntos mais variados, como por exemplo uma vez achei uma entrevista falando do machismo dentro da cena punk/hardcore.”* (L24)

O caráter de contrainformação e de construção de uma narrativa (e, portanto, de uma "contra-história") é uma percepção presente e ressaltada pelos nossos depoentes, como ressalta (e como já citamos anteriormente) um professor de História na rede pública, de quarenta e um anos de idade:

“(...) Essas mídias em meu entender cumprem um papel importante de contrainformação, apresentando notícias e informações negligenciadas propositadamente pela grande mídia e também oferecendo pontos de vista alternativos no que se refere a acontecimentos tratados também na grande mídia ou mídia corporativa.” (L33)

A referência aqui não é apenas à demonstração de fatos e informações que a mídia oficial negligencia, mas também à apresentação de um ponto de vista alternativo ao da versão oficial dos fatos dada pela imprensa corporativa e pelo discurso do poder dominante. Ou seja, uma narrativa alternativa àquela apresentada pelas classes dominantes e aparelhos de poder burocráticos, fator essencial para a construção de uma memória histórica dos explorados e de suas lutas.

Possivelmente, o maior impacto que o CMI tenha gerado sobre seus leitores foi sua ação pioneira de quebra do monopólio da produção e circulação de informações, conforme destaca um pós-graduando em educação de trinta e três anos, atualmente desempregado na função de professor:

“(...) poxa, é um coletivo que se mantém a um puta tempo né, em todo o globo. Tenho um puta respeito por eles, conheço alguns membros aqui de SP e aí fica até enfiado falar dos caras. O CMI derreteu a velha concepção de que só é notícia o que sai dos grandes empresários de comunicações. Só isso já é do c-----... não vou precisar fazer nem um esforço para que meus filhos cresçam sabendo onde se informar e filtrar as notícias que esses lixos no rádio e TV tentam enfiar goela abaixo. Por fim, é isso. A gente sabe que pode gerar informação por nós mesmos e para nós mesmos.” (L35)

Resumidamente, estas são as apreciações mais positivas que nossos leitores entrevistados fizeram sobre o CMI. Porém, os mesmos identificam também problemas e um processo de crise e declínio neste veículo - ao menos em seu corpo de coletivos do Brasil. Conforme afirma (já citado anteriormente) uma professora de cursinho popular de vinte e sete anos de idade, *“Tenho muita proximidade pessoal com os coletivos do Passa Palavra e do CMI especialmente. Eventualmente tenho desacordos com os textos do primeiro e noto certa queda de qualidade no segundo.”* (L12) Um advogado trabalhista e de movimentos sociais, de cinquenta anos de idade, destaca:

“Centro de Mídia Independente, penso que não tem a profundidade do Passa Palavra, mas muito variado acerca de eventos e movimentos e demais lutas que se desenrolam entre a massa. Muito útil para a militância de movimentos por aí dispersos em meio a territorialidade da América do Sul. Atuante na cobertura dos movimentos e eventos da esquerda, procurando retratar e registrar fielmente os fatos, o que é muito importante como mídia alternativa.” (L14)

O depoimento deste profissional reconhece o papel estratégico do CMI para movimentos sociais dispersos, especialmente na América do Sul; porém, também deixa claro que o mesmo site não possuiria a mesma qualidade de produção e edição de Passa Palavra.

Um professor de geografia da rede privada, doutor em geografia e editor da *Revista Sinal de Menos*, na qual exerce ampla produção enquanto ensaísta, afirma a existência de uma "falta de seleção" de materiais no site:

“Eu creio que é um site muito plural, democrático, útil para compreender o que se passa simultaneamente no Brasil e no mundo. Não julgo que seja a principal ou a única fonte possível para obter informações críticas. Aliás, há muito material estranho naquele e sem seleção nesse meio. E, claro, falta muita análise conceitual, crítica, argumentativa.” (L1)

De fato, o CMI é um site de produção e circulação de notícias. O depoimento aponta, entretanto, uma falta de critérios (provavelmente referente a comentários dos leitores e à coluna dos leitores, onde estes publicam livremente) de publicação e aprovação editorial de materiais - o que Passa Palavra possuiria como uma de suas características mais marcantes. Ainda, o depoente afirma haver uma carência de análises mais teóricas e críticas no CMI, que se enfoca preferencialmente à emissão de notícias de forma breve. Esta mesma percepção vemos no depoimento de um estudante de geografia desempregado, de vinte e cinco anos, que destaca a ligação do site a movimentos sociais

e seu potencial aglutinador de coletivos e lutas dispersas, porém, apontando as limitações de análise em seus conteúdos:

“Um bom site informativo que traz uma perspectiva sobre os movimentos sociais, mas limitado em relação ao aprofundamento, mas, no entanto, pelo menos historicamente, uma mídia que dava certa “liga” entre vários CMI’s informativos no mundo esboçando uma certa visão maior dos informativos anticapitalistas independentes.” (L5)

Nossos entrevistados relataram ainda um fator extremamente importante face a estas limitações, bem como um declínio histórico do mesmo veículo - ao menos em seu site do Brasil: sua perda de papel para as redes sociais comerciais. Conforme relata um pós-graduando e militante do MPL, de vinte e sete anos de idade:

“O CMI propõe-se a informar mais do que debater, e informa não somente fatos que são pouco noticiados pela grande mídia, mas também com um léxico informado por uma tradição diferente daquela da grande mídia. Um léxico mais ligado às lutas anti-capitalistas. Mas hoje em dia o papel do CMI é muito insignificante, posto que o Facebook, apesar do padrão de poucas linhas para cada post, faz esse papel de mediatizar aquilo que a grande mídia despreza. O espaço do Facebook é menor, mas a função que antes tinha o CMI agora se encontra ocupada. A tentativa de informar em tempo real também está sendo cumprida pelo Facebook.” (L6)

Este depoimento ressalta algumas coisas realmente significativas. Primeiro, que o CMI, mesmo internacionalmente, no contexto do *Movimento Antiglobalização*, ajudou a formar um *léxico* próprio das lutas sociais, fator extremamente importante para a circulação e difusão destas e formação de identidade social e de classe. Porém, perdeu, como outras mídias similares, seu papel para as redes sociais comerciais, como o *Facebook*, que teriam absorvido a forma interativa de comunicação que existia e foi gerada no âmbito ativista¹²¹. Hoje a circulação de informações de lutas sociais de fato ocorre principalmente no âmbito desta rede social - e, como já vimos anteriormente, ela funciona como um "noticiário" e painel de divulgação para diversos sites anticapitalistas, que adentram esta rede e postam suas matérias para manter sua visibilidade e não "desaparecerem". Cabe aqui lembrar que é neste terreno atual das redes sociais que uma nova direita produz também seu léxico, compreendendo desde campanhas de remarcado conteúdo proto-fascista e discursos de ódio, até taxações contra a esquerda e movimentos sociais (expressões como "esquerdopata", "esquerda caviar", etc.) e discursos ultraliberais radicalizados. Ainda, cabe apontar que as mídias e informações de lutas sociais tem

¹²¹Veremos, na análise das entrevistas com produtores dos veículos, uma explanação sobre este processo a que aludimos.

grande dificuldade de se colocar com imensa divulgação no meio do *Facebook*, onde impera hegemonicamente nas postagens de seus usuários a própria ideologia empresarial e formulações conservadoras, liberais, e mesmo “fascistóides”. A própria estrutura de funcionamento desta rede social privilegia certos tipos de publicações em detrimento de outras - por critérios diversos, de forma que postagens com imensa popularidade da indústria cultural ou postagens comerciais de empresas podem ser vistas por milhões de pessoas, ao passo que postagens sobre lutas sociais ou com conteúdos críticos podem circular por algumas dezenas, centenas de pessoas, ou talvez poucos milhares de leitores, no máximo. O depoimento ainda nos aponta que a própria divulgação das lutas foi absorvida por esta rede social.

O CMI cumpriu um papel histórico enquanto veículo de difusão das lutas sociais pelo mundo, antes de enfrentar uma crise e a forte ascensão das redes sociais comerciais, conforme nos ressalta em depoimento um arqueólogo de trinta e cinco anos de idade:

“O CMI eu conheço desde da época que surgiu, em um movimento mundial de coletivos dedicado a mídia alternativa. Acompanhei a época do assassinato de Brad Will no México e todo o drama vivido pelos ativistas em Oaxaca, nos acontecimentos da comuna de 2006. Acredito que cumpriu um bom papel no período que a internet já era um realidade, mas as redes sociais ainda não existiam ou não tinham seu potencial descoberto. É um ambiente onde a participação é valorizada, mediada por princípios básicos do site. Hoje as redes sociais tomaram este lugar, e me parece que o CMI está tendo seu ciclo concluído.”(L7)

O entrevistado citado relata a importância que a rede mundial *Indymedia* (CMI) teve para a difusão da imensa revolta popular de Oaxaca, de 2006, que culminou na formação de uma comuna de auto-governo que se sustentou por meses em um estado mexicano com milhões de habitantes de etnias indígenas em áreas rurais. Tal revolta foi seguida por uma imensa repressão, prisões políticas e assassinatos de ativistas. O citado Brad Will era um jovem voluntário da rede CMI norte-americana e foi assassinado com um tiro por capangas, quando se encontrava em uma barricada. Tragicamente, ele portava uma câmera e filmou o homem e o próprio disparo que o matou. A rede mundial *Indymedia* (CMI) teve um papel crucial na denúncia da repressão e na organização de ações de apoio à APPO (*Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca*) por todo o mundo, culminando em protestos e ocupação de embaixadas em diversos países. O mesmo depoente reconhece que ainda neste momento as redes sociais comerciais não tinham um papel importante, e depois, com o crescimento destas, o CMI e sites do gênero ficaram obscurecidos, perdendo sua relevância gradualmente - e sua função foi absorvida por estas

redes sociais controladas pela tecnocracia empresarial, vigiadas e sem garantias de privacidade aos usuários.

Para além desta perda de papel para as redes sociais comerciais, como vimos nos depoimentos citados, temos relatos de nossos depoentes de um processo ocorrido ao longo dos últimos anos, de crise e esvaziamento do site (em sua coluna de leitores e mesmo da coluna central de publicação), que permitiria a entrada de elementos da direita política ou da esquerda partidária burocrática (nas áreas de comentários e coluna do leitor). Conforme nos afirma um pesquisador, professor de cursinhos comunitários e militante anarquista de trinta e um anos de idade, em um depoimento já citado anteriormente,

“O CMI sempre foi um site de referência. Mas permitiu que a direita se infiltrasse na coluna da direita (coluna onde qualquer um pode publicar). A falta de critérios de publicação (coisa que o Passa Palavra tem bem definido) diminuiu a legitimidade do site. Há também uma lentidão em atualizar a coluna principal. De qualquer modo o CMI pautou a questão da mídia independente, à despeito da situação do seu site. Tenho muito respeito pelo CMI por ter sido pioneiro nessa questão.” (L29)

A mesma problemática de crise do site é relatada por um professor de História da rede pública estadual, de cinquenta e quatro anos de idade, ex-fundador do PT e atualmente atuante em oposições sindicais e coletivos libertários: *“(...) proporcionam uma visão de esquerda sobre a política nacional e internacional e também sobre aspectos culturais. Tenho algumas restrições ao CMI, em função da invasão da militância petista nessa página.” (L34)* É um fato que a coluna da direita, onde os leitores publicam, passou a ser ocupada por elementos tanto da direita ultraliberal, como da extrema-direita, onde ocorrem reproduções de textos de autores conservadores como Olavo de Carvalho e outros, e também publicações de militantes do PT ou pequenas organizações leninistas. Mesmo ataques pessoais e provocações caluniosas a pessoas passam a constar nessa coluna.

Dentre nossos depoentes, também cabe lembrar que o CMI nunca agradou algumas correntes ortodoxas da extrema-esquerda. No depoimento já citado de um jovem auxiliar administrativo, de vinte e oito anos e afiliado ao PSTU, o mesmo afirma *“verifico que possuem muito conteúdo anarquista e me atraem pouco a leitura.” (L21)* É importante relatar que até o presente momento, militantes e grupos anarquistas ainda utilizam bastante o espaço dos leitores e publicam no CMI seus textos e divulgação de seus eventos.

Porém, dentre nossas entrevistas, um depoimento chamou a atenção pelas suas duras críticas ao CMI. Na visão de um analista de sistemas, militante anarquista, de vinte e sete anos de idade,

“Quanto ao CMI, está ocupando espaço em vão na web. (...) Sobre o CMI, falo especificamente dos coletivos CMI Brasil. Não conheço a realidade em outros países. Aqui, no geral, são pessoas distantes da realidade social e que vêem na esfera virtual uma forma de “estar no mundo”. Há uma fetichização sobre isso que me é repulsiva. Conheço ex-militantes do CMI que se resolveram para o movimento social (...). Esses foram raras e valiosas exceções. Às vezes me parecia que o CMI filmava um prédio ocupado da mesma forma como um gringo filma a selva brasileira. Com aquele distanciamento tomado de exotismo. Como se reivindicam ativistas, não tinham qualquer compromisso para além das máquinas fotográficas e suas parafernálias eletrônicas. São gente “descolada”, muito bem formada quanto a tecnologia e humanidades, mas sem qualquer disposição social ou militante. São retratos de uma “juventude classe média pseudo-engajada, branca e universitária” que teve um assenso no início de 2000 em razão das mobilizações antiglobalização. Observando nos dias atuais, era até bom. Nossa classe média branca e bem formada está hoje no espectro obscurantista da direita, pedindo intervenção militar. Às vezes encontro pessoas que foram ou acompanharam o CMI na mesma época que eu e pergunto do paradeiro desses ativistas. Alguns estão vivendo muito bem na Europa, outros viraram cozinheiros ou artistas na Ásia, outros entraram para partidos fisiológicos no Brasil, outros viraram gerentes em grandes empresas. Acho tudo isso muito natural, eles se formaram pra isso e rejeitaram a formação dentro daquilo que pensamos como luta de classes. Se posso falar por mim, aprendi tudo com a luta de classes, que dizem ter acabado. Tudo que li da Economia Política, dos modelos econômicos e das discussões filosóficas e políticas só tiveram sentido porque foram lidos com os olhos de quem teve alguma experiência na luta de classes. Sem isso, os livros não valem nada. Para além desse histórico do CMI enquanto coletivo, o modelo de interação do site se esgotou. A coluna da direita, que recebe postagens livres, é um show de horrores, talvez um reflexo do desleixo do próprio grupo que permite que isso aconteça. Quanto a coluna central, passou a destacar artigos muito superficiais (...). Há muitos anos não acesso o CMI, mas imagino que continue assim.” (L36)

Este depoimento, repleto de críticas incisivas e fortes, reflete também uma série de polêmicas que ocorreram no ano de 2004 entre de um lado ativistas do CMI, MPL e movimentos com orientação autônoma e *ativista*, e de outro lado grupos militantes do Anarquismo Organizado.¹²² Tratava-se da polêmica intitulada "militância versus ativismo", já aludida, e que ecoa nestes meios e coletivos até os dias atuais. Entretanto, o depoimento descreve uma decadência do site, uma perda de enraizamento social progressiva, e uma fetichização de uma modalidade de ativismo internáutico desprendido

¹²²Ver o ensaio "*Militância e Ativismo*", de 2004, disponível in <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/luta-libertaria-militancia-e-ativismo/>>.

de bases sociais. O depoente ainda refere-se a uma cooptação de ativistas por empresas, cargos burocráticos ou partidos políticos, e atribui este fator a uma falta de enraizamento e compromisso claro do site com a luta de classes. Ele ainda afirma que isto é um problema do coletivo CMI no Brasil, não podendo afirmar o mesmo em relação a outros países.

Cinco entrevistados afirmaram não conhecer o site do CMI. Finalmente, desta gama de depoimentos sobre o *Centro de Mídia Independente*, podemos concluir algumas coisas principais. Primeiro, que os nossos depoentes consideram-no um veículo que teve um papel importante ao demonstrar notícias sonegadas e distorcidas pela mídia corporativa. Este veículo cumpriu, na visão dos entrevistados, um papel de dar voz aos oprimidos em luta, e permitindo também uma visão dos processos sociais para além dos fatos noticiados. Os depoimentos destacam o pioneirismo do site em descentralizar a produção e emissão de informação, tornando os receptores também em produtores de conteúdo; quebrando o monopólio da mediação do jornalismo profissional e das empresas de mídia corporativa como produtores de informação e notícias. Os depoentes destacaram que a forma breve e acessível das matérias, imagens e vídeos facilitou a popularização, e especialmente sua penetração em uma geração de público jovem, na época do *Movimento Antiglobalização* (1999 a 2004). Os entrevistados também destacaram que os coletivos componentes do CMI auxiliaram na interligação nacional e internacional de lutas sociais isoladas e dispersas, especialmente no âmbito da América Latina. Ainda, os depoentes demonstraram que o CMI teve um papel importante ao desmercantilizar a emissão de informações e atuar de forma democrática através de uma estrutura em rede de voluntários associados; e que expressou a divulgação de uma variedade de assuntos e temas ampla. Ao ressaltarem o papel do site como veículo de "contra-informação", alguns entrevistados demonstraram sua importância para a construção de uma memória dos oprimidos e das lutas sociais, através da divulgação de notícias sob o ponto de vista destes. O site, assim, representou uma ação de quebra de monopólio da produção e circulação de informações. E, como um depoente destacou, o CMI ainda atuou na formação de um léxico das lutas sociais, importante para o seu momento histórico.

Porém, os depoentes também apontaram problemas e críticas - a saber, a percepção de uma crise progressiva do site, expressa por uma queda de qualidade das produções; da falta de profundidade de análise crítica e conceitual dos textos e materiais produzidos; uma falta de critérios de publicação que permitiriam que "material estranho" cada vez mais aparecesse na coluna dos leitores e nos espaços de comentários -

permitindo uma penetração da direita política e da militância de partidos da esquerda burocrática e bases de apoio da gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Esta crise, como foi demonstrado por outros depoimentos importantes, também se caracterizou por uma perda de papel do CMI e mídias similares para as redes sociais comerciais como o *Facebook*, que absorveram esta função de circulação de notícias, para um terreno controlado pela tecnocracia e vigiado pelas empresas. Um depoente aponta, ainda, que esta crise se acompanhou, por anos, de um progressivo desenraizamento do site em relação à luta de classes e ao fortalecimento de uma fetichização da "militância virtual", culminando na perda e mesmo cooptação de voluntários para empresas e aparelhos burocráticos capitalistas; e os depoimentos apontam para o encerramento do ciclo do site. De toda forma, nossos entrevistados ofereceram um impressionante panorama deste site, de seu pioneirismo, de sua trajetória e de seus dilemas atuais. Podemos afirmar, sem a menor sombra de dúvida, que o mesmo cumpriu um papel histórico e pioneiro e foi o precursor de toda uma modalidade e técnica nova de produção e difusão interativa de notícias e informações - que influenciaria o surgimento de sites como Passa Palavra e Desinformémonos, dentre outros. E um *modus operandi* que também sofreria a tentativa de ser recuperado pelas tecnocracias capitalistas, em vista de suas imensas potencialidades, através de novas formas de rede social que aliam a publicidade comercial, a indução ideológica e a vigilância eletrônica em patamares inéditos.

c) Desinformémonos

Este periódico, de forma surpreendente, contou com poucos entrevistados que declararam o conhecer. Onze pessoas afirmaram conhecê-lo, e vinte e cinco depoentes afirmaram não o conhecer. De forma análoga, no capítulo anterior, este periódico contou com apenas três declarações de habitual acesso e leitura. Da mesma forma, contamos aqui com poucos depoimentos que falem especificamente deste site, e alguns deles o fazem de forma genérica, referindo-se aos outros sites estudados também.

Conforme já citamos anteriormente, uma professora universitária aposentada afirmou que “*O Centro de Mídia Independente e o Desinformémonos, levam a vantagem de colocar ao acesso de muita gente o que geralmente a mídia oficial sonega.*” (L4)De

forma análoga, o depoimento de um bancário e membro de oposição sindical, de cinquenta anos de idade, afirma: *“Conheço os três sites citados e considero como importantes na tarefa de noticiar o que em geral a mídia burguesa não notícia.”* (L20) A mesma percepção dos leitores em relação aos outros dois periódicos aqui se repete, em relação à sua capacidade de noticiar aquilo que a mídia empresarial não mostra, a "história oculta" da luta de classes e dos explorados.

Segundo um advogado trabalhista e de movimentos sociais, de cinquenta anos de idade:

“Desinformemonos.org, conheço de um mês até aqui, mais atuante nos movimentos e lutas que vai de camponeses, indígenas, quilombolas, movimento contra barragens, ecológicos do sul ao norte, leste a oeste da América, com artigos e matérias de importância para inteirar a extensa militância desses movimentos de luta. Um site que procura universalizar as lutas e movimentos sociais do continente americano e mesmo africano, pelo pouco que conheci.” (L14)

O entrevistado destaca o papel do site na circulação e divulgação das lutas sociais típicas da América Latina e incluindo a África; também expõe a importância aglutinadora que o mesmo periódico tem sobre uma diversidade de lutas sociais, que passam por sujeitos que atuam em setores da *Fábrica Social* (e portanto trabalhadores) que extravasam a tradicional figura do operário de fábrica.

Como afirmou um professor de História da rede pública, de cinquenta e quatro anos de idade, já citado anteriormente,

“Sites como Passa Palavra, Centro de Mídia Independente e o Desinformemonos.org proporcionam uma visão de esquerda sobre a política nacional e internacional e também sobre aspectos culturais. (...) São um importante contraponto em relação à chamada grande imprensa (que deve ser analisado com um olhar bastante crítico, mas não deve ser desprezada). Para formarmos uma opinião crítica temos que estar aberto a ouvir todas as vozes.” (L34)

O professor entrevistado, que possui um histórico de atuação política antiga, como ex-fundador do Partido dos Trabalhadores, depois sindicalista de oposição e militante libertário e de coletivos culturais, ressalta também a linha política anticapitalista do site, bem como seu papel de contraponto à grande imprensa; ele entretanto, como leitor, afirma sua prática de comparar constantemente estes veículos eletrônicos anticapitalistas com a imprensa oficial. Cabe ressaltar que o mesmo entrevistado declarou em seus depoimentos que lê desde sites anticapitalistas, à imprensa corporativa e mesmo a imprensa da direita política liberal - o que mencionamos no levantamento de sites lidos pelos nossos entrevistados no capítulo anterior. Assim, na visão deste professor e

militante político e social, a formação necessária passa por ler, com o crivo crítico, uma diversidade de fontes, comparando-as entre si. Desinformémonos estaria entre aquelas que possuem importância em seu repertório de fontes.

Um jovem professor desempregado, ativista libertário e Mestre em Educação, de trinta e três anos de idade, ressalta o caráter militante e a inserção social dos membros do coletivo que produz o site no Brasil. Ainda, destaca a qualidade e diversidade das matérias produzidas, e a linha claramente próxima ao zapatismo adotada pelo site:

“É um pessoal muito gente fina, militante, dignos. As matérias são reflexivas e diversas. Esses abraçaram as idéias zapatistas exatamente como as comunidades em Chiapas queriam que o mundo entendesse – e poucos entenderam! São ponta firme!” (L35)

Essa mesma ligação do site com o ideário dos movimentos sociais autônomos da América Latina, como os zapatistas, é referida também no depoimento de um documentarista e militante indigenista, de trinta anos de idade: *“O Desinformémonos conheço menos e há pouco tempo, acessei algumas vezes para ler sobre os zapatistas. Também sigo essas páginas no FB¹²³.” (L26)* Cabe aqui destacar, lateralmente, que ele menciona utilizar a rede *Facebook* como porta de acesso para este e outros sites, o que é um fato significativo (os produtores do site também o divulgam dentro do *Facebook*, o que é uma estratégia comum deste tipo de periódicos, para obter visibilidade). Um outro depoente, diretor de escola pública e professor, de vinte e seis anos de idade, também declara obter acesso a esta e outras páginas através desta divulgação que as mesmas fazem no *Facebook*¹²⁴: *“O Desinformemos conheço muito pouco, é mais por uma matéria ou outra que compartilham no Facebook.” (L10)*

Nem todos os entrevistados, entretanto, apreciam positivamente Desinformémonos, conforme o depoimento de uma estudante universitária e professora da rede pública estadual de vinte e três anos de idade: *“Quanto ao desinformemonos.org entrei uma vez, por indicação, mas não me despertou curiosidade.” (L11)* E mesmo um depoente, estudante de História, de vinte e dois anos de idade e com atuação na luta anti-proibicionista, de forma surpreendente, declarou não conhecê-lo, mas considerá-lo “interessante”: *“O desinformemonos.org seguramente eu não conheço, mas parece um*

¹²³Abreviação de *Facebook*.

¹²⁴É importante destacar que os três sites que constituem nosso objeto de pesquisa são periódicos com página própria na internet que **não** estão dentro da rede *Facebook*. Porém, seus coletivos mantêm perfis também nesta rede social, através dos quais postam breves anúncios de seus sites, das matérias publicadas e as ligações para o site e para os textos destacados. É uma estratégia de difusão considerada importante, pela qual os coletivos produtores de mídias anticapitalistas conseguem ampliar sua visibilidade e conquistar potenciais leitores.

site interessante.” (L22) Um militante anarquista, professor de cursinhos comunitários, de trinta e um anos de idade, declarou que: “(...) *o Desinformémonos confesso, só conheço de "ouvir falar". Nunca li nenhuma matéria.*” (L29)

Também, referindo-se a este site e aos outros dois que pesquisamos, uma jornalista de vinte e sete anos de idade, que atua em movimentos de periferia contra a violência de Estado (*Mães de Maio*) e no *Movimento Palestina para Todos* (MOPAT), em depoimento já citado, criticou este site, incluindo-o dentre os que possuiriam um formato "cansativo" e uma linguagem que não seria muito atrativa a um público não acostumado com esses sites (L31). Seu depoimento aponta que o mesmo veículo, portanto, seria voltado a um público especificamente militante. Entretanto, a mesma declarou "gostar" do site Desinformémonos.

Dois outros entrevistados afirmaram conhecer Desinformémonos, mas não opinaram sobre este periódico. A maioria de nossos entrevistados (vinte e cinco indivíduos) não o conhecem. Assim, concluímos que dos três periódicos estudados, este é um site relativamente pouco conhecido no Brasil - o que talvez seja um reflexo de uma pequena divulgação. Possui claras influências da rede *Indymedia* (que também foi influenciada pelo zapatismo e movimentos sociais latino-americanos), e sua produção de matérias sobre lutas sociais se assemelha em formato às feitas pelo periódico *Passa Palavra*.

Os entrevistados concordam entre si que este, como os outros dois sites, expõe aquilo que a imprensa corporativa não mostra, ou que mostra sob o ponto de vista das classes dominantes. Os depoentes reconhecem, assim, sua importância como veículo de contrainformação e voz das lutas sociais e dos grupos marginalizados. Também fica patente, pelos depoimentos, que chama a atenção aos leitores a circulação de informações sobre lutas promovida pelo site, com especial destaque para movimentos sociais latino-americanos e da África, expressando novos sujeitos em luta, que vão desde índios, a camponeses, quilombolas, etnias, grupos marginalizados, etc. - sujeitos que, em nossa análise, fazem parte da classe trabalhadora dentro do espectro amplo da *Fábrica Social*. Pelos depoimentos, podemos ver que a atividade do site é apreendida como algo com potencial aglutinador sobre uma diversidade de lutas; que expressa uma visão de esquerda que se contrapõe ao discurso oficial da grande mídia. E temos depoentes que declaram comparar criticamente diversas mídias, desde as anticapitalistas autônomas, passando pelas mídias da esquerda tradicional, as mídias corporativas e as mídias da direita política

liberal¹²⁵. Este tipo de declaração demonstra a presença em nosso público entrevistado de leitores internautas dotados de um elevado grau de autonomia crítica, na medida em que consultam diversas fontes com diversas orientações políticas.

Dos depoimentos, podemos também depreender o caráter militante e dotado de inserção social do coletivo produtor de *Desinformémonos* - no caso, os coletivos do Brasil e México, que são conhecidos pessoalmente por um de nossos entrevistados. Os depoimentos destacam também a elevada qualidade das matérias, e sua linha política dotada de proximidade aos movimentos sociais autônomos influenciados pelo zapatismo. E, como já vislumbramos antes, aqui a rede *Facebook* também funciona como porta de entrada para este site para vários leitores, uma vez que o coletivo produtor utiliza esta rede social para anunciar suas matérias e o próprio site em si¹²⁶. Também percebemos que nem todos os leitores entrevistados se atraem pelo site; que vários apenas ouviram falar dele ou pouco conhecem; e que, finalmente, o mesmo site é destinado a um público bem específico - um círculo militante - e sua linguagem e formato se adequam a este, não sendo preferencialmente voltada ou mesmo chamativa a outros tipos de público¹²⁷. Entretanto, ao analisar os depoimentos, parece-nos em geral que aos leitores seria um site mais acessível que *Passa Palavra*, porém com mais embasamento crítico e critérios editoriais que o Centro de Mídia Independente - e, entretanto, entre nossos entrevistados, o site é menos conhecido que os outros dois. O site veicula notícias, matérias, textos, áudios, fotorreportagens e entrevistas (conforme podemos observar do mesmo) - mais aprofundados do que as breves comunicações do CMI, porém, em um formato mais breve e acessível que o de *Passa Palavra*. Os leitores não mencionam debates em *Desinformémonos* porque, de fato, o site enfatiza a emissão de notícias - publicando como uma revista, por números editados - e muito raramente ocorrem comentários dos leitores, conforme podemos observar ao acessá-lo.

d) Comparação da análise dos depoimentos sobre os três periódicos.

¹²⁵Basta ao leitor deste trabalho retomar ao capítulo anterior, onde expusemos a pluralidade de fontes lidas por nossos entrevistados, demonstrando que os mesmos lêem um leque de sites bastante variado.

¹²⁶A página do *Desinformémonos-México* conta com 443.152 "curtidas" (e portanto, seguidores) no *Facebook*, e a do *Desinformémonos-Brasil* com 5.931 "curtidas" na mesma rede, na data de 18 de Novembro de 2014.

¹²⁷O que não impede que o site seja bastante conhecido na rede *Facebook*, conforme demonstramos na nota anterior.

Primeiramente, *Passa Palavra* é o site mais conhecido entre nossos entrevistados, que destacam sua elevada qualidade e profundidade teórica e de publicação, seu caráter estratégico para a circulação das lutas, seu enraizamento e proximidade às lutas sociais e sua divulgação de uma gama variada de lutas e temáticas. A linha política do mesmo é notadamente classista, sob um viés coerente e claro, situado dentro da esquerda heterodoxa que faz a crítica ao capitalismo e também aos estatismos burocráticos gestoriais. Os entrevistados destacam que é o site que possui como grande marca os critérios fortes para publicação de textos e de comentários de leitores - e marcado por intensos debates nas seções de comentários de leitores. Levantou importantes polêmicas - como a sobre o coletivo *Fora do Eixo* - e sempre procurando alvos estratégicos. Porém os entrevistados se queixam de um rigor formal excessivo, de textos muito longos e complexos que os tornariam pouco acessíveis a um público maior e que se destinariam à circulação dentro de círculos específicos militantes de alta formação. Ironias e críticas ácidas ou depreciativas feitas em textos gerariam também uma percepção negativa em alguns indivíduos e grupos - e estas polêmicas são vistas como desnecessárias ou secundárias pelos nossos entrevistados. Ainda, o caráter formal, mediado e fechado de sua atuação editorial o situaria em um formato mais próximo ao da imprensa operária mais tradicional.

O *Centro de Mídia Independente* (CMI), sendo também bastante conhecido, é apreciado pelo seu papel de contrainformação e contraponto à grande mídia corporativa, permitindo também a compreensão das relações sociais que estão para além dos fatos noticiados. O site foi, como destacam nossos depoentes, pioneiro em quebrar o monopólio da imprensa corporativa e do jornalismo profissional sobre a produção de informação, transformando receptores em produtores de notícias; notícias estas que se destacam pelo caráter breve, de fácil acesso, o que popularizou muito o site durante o *Movimento Antiglobalização*, especialmente entre um público jovem. Sua estrutura de coletivos interligados regional e internacionalmente - permitindo uma circulação das lutas, e compostos por voluntários - teria permitido uma forma nova e democrática de difusão em rede que aglutinou diversas lutas sociais dispersas, especialmente no âmbito da América Latina. Ainda, o CMI teria ajudado a criar um *léxico* das lutas sociais. Porém, nossos depoentes identificam uma progressiva crise do site - que podemos relacionar ao refluxo e desmobilização social do *Movimento Antiglobalização* - se manifestando pela queda de qualidade das publicações e debates, uma falta de profundidade conceitual nas análises, além de uma falta de critérios de publicação na coluna dos leitores e espaços de

comentários, que teria permitido a ocupação dos mesmos por elementos da direita política e também da esquerda burocrática (e da ligada ao *Partido dos Trabalhadores*), além de disputas e ataques pessoais contra indivíduos. O site (e outros similares) foi perdendo seu papel para redes sociais comerciais como o *Facebook*, que absorveram a forma interativa de circulação de notícias - num claro processo de recuperação capitalista dos próprios debates e circulação de informações, sob controle e vigilância das tecnocracias (e podemos perceber que nas redes sociais comerciais se forma também, porém de forma alienada, um *léxico* marcadamente conservador e ligado a discursos de ódio). A este processo, acompanhou-se a perda de raízes nas lutas sociais, apontando para uma fetichização da luta virtual, e mesmo nossos depoentes afirmam ter ocorrido a cooptação de membros produtores para empresas e instituições burocráticas (e mesmo à posição de gestores); e assim, com a perda de função para as redes sociais, dois importantes depoimentos afirmam a conclusão do ciclo do site, ao menos em sua rede de coletivos no Brasil. Entretanto, foi o site pioneiro na criação de toda uma forma de comunicação para as lutas sociais, e isto nossos depoentes ressaltaram enfaticamente - bem como seu respeito e dívida para com o mesmo, apesar de todas as dificuldades que a rede *CMI* do Brasil enfrentaria. Entretanto, esta novidade em termos de formas e estruturas comunicativas pôde ser assimilada por empresas e tecnocracias, determinando portanto a sua perda de papel para as redes sociais comerciais.

Desinformémonos revelou, pelos depoimentos, ser um site bem menos conhecido (e divulgado) no Brasil. Foi influenciado pela forma oriunda da rede *Indymedia*, e pelos movimentos sociais latino-americanos de inspiração *zapatista*, e é destacado por nossos depoentes como sendo um coletivo com forte inserção social e militante; e a forma das notícias, dotadas de boa qualidade editorial, aproximaria as mesmas à forma de *Passa Palavra*. O mesmo site é visto pelos depoentes como um valioso veículo de contrainformação frontal face à mídia corporativa, permitindo a circulação de uma miríade de lutas sociais da América Latina e África, expressando a luta de setores da classe trabalhadora que são marginalizados (mesmo pela esquerda ortodoxa, que não os inclui em seu conceito de *classe trabalhadora*), mas estão inseridos na malha ampliada dos circuitos de valorização da *Fábrica Social*. Desta circulação de lutas resultaria um potencial aglutinador de lutas do mesmo site. Sua linha política, claramente demonstra influências dos movimentos sociais latino-americanos e do *zapatismo* - nos quais estaria enraizado o site. Como os outros dois sites, utiliza também o espaço da rede *Facebook* para anunciar suas matérias e site. Porém, percebemos que, mesmo o site

possuindo grande quantidade de seguidores nesta rede social, é pouco conhecido e, provavelmente, pelo que indicam os depoimentos, acessado por um círculo social bem específico de militantes. Pelos depoimentos, o site nos parece gerador de uma produção mais acessível que *Passa Palavra*, mas com maior profundidade e critérios que a do *Centro de Mídia Independente* - porém, editando números, como uma revista, nos quais dificilmente ocorrem comentários e debates de leitores.

Podemos ver os três sites como membros de um mesmo "veio" ou ramificações que estão próximas entre si. O *CMI* se apresenta como o pioneiro no papel histórico e precursor de uma forma de comunicação que o popularizou rapidamente. Podemos perceber que os três periódicos possuem em comum alguns aspectos. Primeiramente, que o *CMI* foi pioneiro e pode ser considerado um precursor dos outros dois, na medida em que foi uma referência histórica e produtor de uma forma de comunicação autônoma. Tanto *CMI* quanto *Desinformémonos* sofreram influências dos novos movimentos sociais autônomos, para os quais o *Zapatismo* é uma referência. O *CMI* teve maior influência do *Movimento Antiglobalização* (e também do *zapatismo*), enquanto *Desinformémonos* teve maior influência das lutas sociais de base latino-americanas (e do *zapatismo* também); e *Passa Palavra* traz influências de ambas, com ênfase também nas lutas laborais e remarcado aspecto classista, além de uma herança teórica profunda na esquerda autônoma europeia. Os três periódicos têm em comum, além da origem em um mesmo contexto histórico, o fato de noticiarem aquilo que a imprensa oficial *sonega* ou *distorce*; produzem *contrainformação*, um *contra-discurso* e uma narrativa (e, portanto, memória histórica) dos explorados e marginalizados e de suas lutas - uma narrativa subterrânea, sob um viés autônomo e não-comprometido com os aparatos burocráticos da esquerda tradicional. Os três veículos, como vimos, noticiam uma diversidade de lutas, permitindo a circulação das mesmas e exercendo um papel *potencialmente* aglutinador. Ainda, permitem o vislumbre da dinâmica social subjacente aos fatos noticiados e, assim, uma crítica das próprias relações sociais. Nossos entrevistados, demonstrando autonomia crítica, também teceram críticas aos periódicos. Destacaram a crise e desenraizamento progressivo do *CMI*, a virtualização do ativismo, e uma queda de qualidade, culminando na absorção de seu papel de comunicação pela rede *Facebook*. *Passa Palavra* foi criticado pelo rigor formal excessivo, pelo seu caráter editorial fechado e mediado, pela linguagem e tamanho dos textos que dificultam o acesso, e seu teor sarcástico e envolvimento em polêmicas desgastantes. *Desinformémonos*, sendo menos conhecido, recebeu menos críticas - talvez a mais significativa seja o apontamento de um certo fechamento de sua produção, numa

forma para um círculo social especificamente militante. O fato mais notável é que nossos leitores entrevistados leem uma gama ampla de fontes, que vai das mídias eletrônicas autônomas, às da esquerda tradicional e partidária, passando mesmo pela imprensa corporativa e por sites da direita política liberal. Aqui, vemos que nossos depoentes leem de todas as fontes possíveis, e daí podemos depreender, já como realidade efetiva, uma atividade auto-formativa dotada de elevada autonomia, heterodoxia e teor crítico - tanto perceptível na forma como avaliam fatores positivos e negativos dos periódicos, expressando uma forma complexa de percepção e busca pela realidade dos fatos sociais. Este fato, por si merece ser destacado como uma importante evidência de um novo processo de formação autônomo. Caberá agora, avaliarmos efetivamente a relação dos periódicos com a reorganização das lutas sociais e seu efetivo potencial aglutinador destas.

4.2 Os periódicos enquanto potenciais veículos de reorganização das lutas sociais dispersas e da própria classe trabalhadora.

Aplicamos, em seguida, sobre nosso corpo de depoimentos, a seguinte questão: em que medida estes leitores de sites de crítica social e anticapitalistas que entrevistamos consideram os mesmos veículos que constituem nosso objeto de pesquisa (e o campo de sites anticapitalistas e de crítica social a que pertencem os mesmos) como potenciais veículos de reorganização das lutas sociais dispersas e da própria classe trabalhadora, que se encontra fragmentada? Em outras palavras: efetivamente, estes sites promovem um papel aglutinador que permita a reorganização de lutas sociais que estão em um quadro de isolamento e dispersão, dentro da atual divisão do trabalho? Promovem alguma reorganização ou recomposição desta classe trabalhadora, que se encontra estilhaçada e sem uma identidade clara de classe?

Esta indagação é fundamental por uma simples razão - consideramos, neste trabalho, assim como em *Economia Política da Educação de Massas* (DIAS: 2010), que dentro do caráter *político* do *valor de uso* ou usos sociais de qualquer mercadoria (material ou serviço) na sociedade capitalista, também a educação e formação possuem *valores de uso*, ou usos sociais. E, este *valor de uso* não é politicamente neutro, mas pode expressar utilidades diferentes e mesmo opostas para as diferentes classes sociais no

processo capitalista. Assim sendo, na medida em que a estrutura de educação e formação social - seja escolar ou em sua forma ampliada, que incorpora os momentos extraescolares - integra as *condições gerais de produção* capitalistas, se apresentam estas estruturas formativas como funções da própria organização das classes sociais. Ou seja, tanto na forma de *autoformação* ou de *hetero-formação*, a educação e formação em geral se apresentam nesta sociedade como função da composição de classes (e expressam também os conflitos de classes). Assim sendo, para analisarmos em que medida estes sites poderiam cumprir um papel importante em um processo de *autoformação*, torna-se necessário antes definir como os mesmos veículos expressam os dilemas da *composição de classe*, atuando ou não como elementos de aglutinação e reorganização das lutas sociais.

Cabe aqui definir qual é o potencial agregador de lutas sociais destes veículos (o que já foi parcialmente respondido no tópico anterior, sobre a apreciação que os leitores sobre eles fazem); em que medida efetivamente conseguem ser um contraponto ao discurso da mídia oficial; o quanto efetivamente possibilitam uma formação politizadora; em que medida atuam ou não como elementos viabilizadores ou fortalecedores de identidade de classe; e quais os limites destes sites neste processo. Basicamente, é sobre isso que os depoimentos falam, como veremos adiante.

Aqui, nos deparamos com dois elementos importantes. Primeiro, que tivemos que lançar esta questão sobre os depoimentos, que possuem já uma sequência de respostas a um conjunto de perguntas - no caso do questionário em sua forma final, correspondendo às questões número dez ("*Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a articulação das diferentes frentes de lutas sociais e movimentos hoje existentes? Ajudam a construir novos projetos políticos e uma identidade de classe?*") e também onze ("*Qual o papel das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social no Brasil e no mundo, a seu ver? Quais suas potencialidades e limitações?*"). Na já citada versão preliminar do questionário, bem mais extensa e que foi aplicada apenas nas cinco primeiras entrevistas, estas questões encontram-se dispersas dentro de um número maior de perguntas. De qualquer forma, excertos de respostas a outras perguntas do questionário, em algumas entrevistas, também vieram a contribuir para esta problematização, ampliando nosso escopo de análise.

Em segundo lugar, nos deparamos com outro problema. Como o leitor deste trabalho sabe, nos reportamos nesta pesquisa a três periódicos eletrônicos como objeto de estudo. Porém, nos questionários, perguntamos, como já demonstrado, qual é o papel

destes veículos e também das redes eletrônicas em geral, neste processo de lutas sociais. Isto colocava as perguntas em uma abertura que possibilitaria aos leitores entrevistados falar não apenas dos nossos sites que são objeto de pesquisa, mas do campo mais amplo de sites anticapitalistas nos quais eles se inserem - sites dos quais já expusemos um levantamento. Porém, este caráter mais aberto das perguntas nos gerou dois impasses novos: primeiro, que os entrevistados responderam sobre estes sites realmente de uma forma genérica e ampla (referindo-se ao campo de sites anticapitalistas em geral) - e isso já era esperado por nós. A novidade que mais nos surpreendeu é que as redes sociais comerciais - como *Facebook* - foram citadas e apareceram em grande parte das respostas. Isto nos demonstra que a absorção que as mesmas efetivaram da circulação de informação sobre lutas sociais foi tão grande, que praticamente o campo eletrônico de sites anticapitalistas sempre tem de se relacionar com as mesmas redes sociais. Isto sem contar quando, na percepção e depoimento de alguns de nossos entrevistados, chegam os dois campos a ser referidos e confundidos genericamente e de forma indiferenciada entre si, revelando de forma surpreendente a dimensão desta absorção. Isto é mais um indício importante do que já expusemos anteriormente - de que o papel de circulação de informação e debates sobre lutas sociais teria sido absorvido por este campo das redes sociais comerciais. Tendo como base estes fatores preliminares que apontamos, passamos à análise dos depoimentos, procurando resposta à questão acerca do papel destes sites em relação à reorganização das lutas sociais.

Nossos depoentes reconhecem, de uma forma geral, o papel estratégico dos sites anticapitalistas para as lutas sociais e sua reorganização. Conforme podemos ver no depoimento de um engenheiro químico e ambiental, de trinta e seis anos de idade,

"A imprensa "operária" sempre foi importante para a articulação de classe, na medida que publica informação e análise de um ponto de vista classista como a mídia corporativa não faz. Isto segue válido e é potencializado com a possibilidade das mídias eletrônicas, que podem ter um alcance muito maior do que a antiga imprensa. Assim, esses veículos eletrônicos podem ser um instrumento valioso para projetos políticos alternativos e recomposição de classe. (...) Nas jornadas de Junho ficou claro o papel da contrainformação, que conseguiu como talvez nunca antes furar o bloqueio da mídia corporativa e em certos momentos colocá-la na defensiva. A mídia eletrônica permite como nunca a circulação de visões e análises contra-hegemônicas. As limitações derivam basicamente do fato de que, mesmo com estas novas

possibilidades, os meios tradicionais ainda tem alcance muito maior, derivada de seu poder econômico e político. Isto também se reflete no fato de que a televisão, com seu imenso poder de conformação de discursos e subjetividades, ainda é reduto exclusivo da mídia corporativa. Portanto, o confronto entre a mídia tradicional e a alternativa ainda é muito desigual.”(L13)

Neste depoimento, o entrevistado compara o papel das mídias eletrônicas anticapitalistas com a antiga imprensa operária, como veículos que expressam o ponto de vista da classe trabalhadora, mas com um alcance potencialmente maior. O depoente responde positivamente à nossa indagação, acreditando serem veículos que ajudam a constituição de projetos políticos alternativos e a recomposição de classe. Destaca o papel de contraponto à mídia corporativa e ao discurso oficial, mas também menciona que a mídia tradicional ainda possui uma força muito maior do que as mídias alternativas.

A este reconhecimento do papel estratégico enquanto veículos de contrainformação, se soma a percepção da potencialidade de contato e aproximação entre pessoas e grupos dispersos, gerada pela aceleração da informação, e permitindo a construção de projetos comuns, conforme destaca o depoimento de um estudante de História, de vinte e dois anos de idade, engajado na luta anti-proibicionista:

"A potencialidade de se criar "contra informação" e isso chegar a um todo é algo de fundamental importância desses veículos eletrônicos. As possibilidades organizacionais e a velocidade são outras vantagens. A velocidade dos veículos eletrônicos encurta distâncias. É facilitado, portanto, o encontro de pessoas com pensamentos próximos, possibilitando a construção de projetos políticos entre pessoas de maneira mais abrangente. Identidade de classe eu acho que também, no mesmo sentido que anterior. Só pensar no caso dos funkeiros no "Rolezinho no Shopping".(...)."

O depoente considera que os polêmicos "rolezinhos" de jovens de periferia seriam potenciais fenômenos de identificação de classe. Ele prossegue avaliando o potencial de contrainformação e quebra de monopólio da informação das redes eletrônicas:

"Acho que Junho de 2013 ilustrou bastante as potencialidades e limitações do papel das redes sociais. Acredito que elas tiraram o controle absoluto das grandes mídias e é uma boa fonte de contra informação. Por causa da Mídia Ninja, a globo teve que falar que o policial que jogou o molotov na vinda do papa para o Brasil era um P2¹²⁸; algo que dez anos atrás seria impossível. Elas possibilitam, também, a difusão e o crescimento de grupos menores, sem estrutura, a princípio, para ser conhecido nacionalmente; O MPL é um exemplo (...) As limitações são em função do controle, do poder do capital sobre essas ferramentas. Uma página no Facebook para ser vista por todas as pessoas que curtiram necessita pagar uma quantia X. Portanto,

¹²⁸Expressão popular referente a agente policial infiltrado.

alguns problemas se mantém das ferramentas tradicionais da mídia, para essa "nova". ” (L22)

Porém, para além destas potencialidades, o mesmo destaca o controle tecnocrático e o caráter mercantil das redes sociais comerciais como um fator limitador deste potencial comunicativo e crítico.

Entre nossos depoentes, há quem admita mesmo que não há, no quadro atual, uma identidade de classe sólida, ao mesmo tempo em que ressalte o potencial articulador que os sites anticapitalistas podem ter sobre demandas atuais. Neste caminho, um professor universitário de História de trinta e um anos de idade, afirma que a identidade de classe depende muito mais da dinâmica dos movimentos do que do veículo eletrônico empregado:

"Vejo que há uma distância entre projetos políticos e identidade de classe, e, talvez pelas circunstâncias atuais (passe livre, não vai ter copa), acho muito difícil uma articulação das lutas em função de uma classe. Por outro lado, especialmente no caso do CMI, estes veículos podem articular diferentes movimentos sociais, em particular os que lutam pelo direito à cidade e à terra. Se isso levará a uma identidade de classe, é uma questão que, a meu ver, não é tão influenciada pelo veículo da articulação, mas sim aos objetivos e devires dos movimentos: tornar-se proprietário versus manter a militância, por exemplo." (L30)

Esta mesma percepção é vista no depoimento de um estudante de geografia desempregado, de vinte e cinco anos, que afirma que estes veículos eletrônicos *"(...)Possuem certo potencial para isso, mas depende de grupos com um mínimo grau de consolidação por fora. Ou agrupamentos em potencial..."* Este processo dependeria da existência de grupos com trabalho paralelo presencial. Para ele, estes sites podem colaborar com a recomposição de classe, *"Na possibilidade de ser um mecanismo facilitador das livres associações (...)bem limitada por enquanto à classe trabalhadora envolvida com o setor acadêmico."* Porém ele afirma que é um processo restrito a trabalhadores intelectuais acadêmicos. Mas ele destaca que estas mídias *"(...) têm um poder informacional maior que a TV e podem em momentos de choque social informar qualitativamente em benefício daqueles que não tem a grande mídia ao lado." (L5)*

Entretanto, outros depoentes se mostram céticos em relação ao potencial aglutinador deste campo de sites sobre as lutas sociais. Conforme afirma um técnico educacional em Saúde Pública, de aproximadamente cinquenta anos de idade,

"Sinceramente, não. Não por si mesmo. Acho que a mesma dificuldade que impede a esquerda de ter alguns jornais capazes de disputar a hegemonia entre parcelas maiores da população, ocorre em relação

aos espaços eletrônicos. Eles poderiam até facilitar, mas a formação de uma zona crítica ou algo assim depende de um projeto político amplo e radical, mas não sectário. Algo que os meios eletrônicos não se mostraram capazes de construir. Aliás, eles continuam ser meios e não fins, por mais sofisticados e ágeis que sejam.(...) Potencialidades, são as de aumentar a capacidade de mobilização e rapidez na comunicação e no debate no campo das esquerdas. Limitações, as mesmas que envolvem o uso de meios sem clareza sobre a que fins eles devem servir. De qualquer maneira, não se pode menosprezar seu papel, de jeito algum.” (L15)

O depoente admite o potencial mobilizador, de comunicação e de debates destes veículos, porém destaca que os meios eletrônicos são apenas meios e não fins; donde ressalta a necessidade de um projeto político de classe mais claro e definido.

Na mesma linha de pensamento, um jovem consultor tributário e contador, de vinte e cinco anos de idade, afirma que os veículos eletrônicos carecem da promoção de atividades presenciais:

"Acho que o site em si mais teria que promover encontros e eventos de discussão para ficar mais concreto, o meio eletrônico tem que ser só um meio mesmo, mas que através dele e de sua divulgação convocar algum evento, palestra, encontro de discussão etc., algo desse tipo.” (L32)

O que também é percebido por um geógrafo e professor na rede escolar particular, ensaísta crítico, de trinta e cinco anos de idade. Ele destaca a impossibilidade de superar a fragmentação recorrendo apenas a estes meios eletrônicos, destaca o caráter efêmero das relações e grupos em meios virtuais, e a necessidade do trabalho de base como meio de reorganização social e formação de identidade de classe:

"Não acredito que consigamos romper o isolamento apenas por meio da internet. O que reúne e pode reunir é a formação de base, nas grandes cidades, nos centros de formação e discussão presencial, que pode ser estimulado por meio da rede. (...) Identidade? Não creio. Os processos de identificação e contra identificação acontecem no mundo presencial, no compartilhamento de lutas, no face a face (...). Creio que inclusive a internet cristaliza grupinhos identitários frágeis, fugazes demais, volúveis (...). A internet é o reino da velocidade e da fugacidade, do pensamento evanescente. Fazer alguma coisa perdurar e frutificar aqui é difícil, muito difícil.” (L1)

A mesma percepção pode ser vista no depoimento de um professor de História e militante de oposição sindical, de quarenta e um anos de idade, segundo o qual os meios eletrônicos:

"Podem ajudar na circulação de informações públicas, divulgação de ideias e propostas, propor debates e ações, mas não substituem a organização “real” de “carne e osso”, de bases. Na medida em que podem incentivar debates podem ajudar na questão de projetos

políticos, mas são insuficientes, os meios virtuais são uma ferramenta, mas não proporcionam toda a organização e espaços necessários para esse propósito. Quanto a identidade de classe, ainda penso que ela surge das lutas concretas e mais da organização real e nem tanto da organização virtual dessas lutas. Os veículos eletrônicos podem colocar a questão da identidade de classes em debate, mas não são suficientes para construí-la.” (L33)

Já um professor de piano e estudante de Filosofia, de vinte e sete anos de idade, afirma que tanto a reorganização das lutas sociais como a formação de processos de identificação coletiva dependem de relações pessoais diretas, horizontais e comunais:

“Não sei se é possível, neste âmbito de redes, falar em identidade de classe, mas suponho que seja possível pensar a articulação de frentes de lutas sociais. Novos projetos políticos provavelmente só sairão mesmo do contato pessoal e intransferível realizado no diálogo e nas interconexões sociais diretas, e digo isso porque acredito que, a despeito da grande contribuição que a internet oferece às relações sociais – elas sempre serão virtuais - novos projetos políticos, no contexto atual, só terão legitimidade em sua construção comunal (não no sentido dos comunismos cristalizados pelos marxismos antiquados), mas do sentido legítimo do termo, da comum unidade, da horizontalidade das relações. Daí que não consiga pensar em uma só identidade política, mas em redes de identidades intercambiantes, um complexo de interações que buscam zonas autônomas de manifestação.” (L28)

Ele também salienta a dificuldade de construção de uma identidade de classe - no atual panorama de fragmentação social - mas destaca que pode surgir uma rede de identidades articuladas através das relações horizontais constituídas nos processos de luta.

Podemos depreender uma desconfiança de nossos depoentes em relação às redes eletrônicas enquanto "panaceia" de uma onda de resistência e lutas sociais. Os meios eletrônicos e sites anticapitalistas são reconhecidos como instrumentos de circulação das lutas e aceleração de contatos e informações; mas este processo não pode ficar restrito aos meios eletrônicos, conforme ressalta um auxiliar administrativo e ex-militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), de vinte e oito anos de idade:

“Creio que possam desenvolver fóruns de discussão, grupos de debates, e troca de informações de forma muito mais rápida. Entretanto as discussões não podem parar no mundo virtual. Elas precisam se tornar coisas concretas, ou seja, as ruas, os sindicatos, os movimentos populares, os movimentos estudantis, as universidades e etc.” (L21)

Igualmente, um pós-graduando em Educação e professor desempregado, de trinta e três anos de idade, ressalta esta problemática:

“Acho que é mais um espaço para articulação de lutas sociais e permite um alcance maior também. Isso com certeza deve gerar mais

envolvimento em diversas partes do mundo. Mas a segunda pergunta, eu acho que não.(...) Acho que desempenham um papel importante para divulgar a informação contra-hegemônica; estão comprometidos com as ações políticas e as lutas sociais e tal...agora é isso, a gente consegue fazer a informação, ela chega aonde queremos e ao mesmo tempo conseguimos nos informar. Isso é um potencial enorme de articulação. (...) Mas sabemos que não foram as redes eletrônicas que baixaram a tarifa do ônibus, nem fizeram a Primavera Árabe e por aí vai. Ajudam a articular, mas a força desses movimentos, assim como tantos outros, vêm da sua capacidade de organização, do comprometimento dos militantes, do trabalho cotidiano e perseverante, da horizontalidade nas relações, enfim... das relações entre pessoas, no dia-dia.” (L35)

Assim, o mesmo depoimento destaca que os sites anticapitalistas e redes eletrônicas realmente auxiliam a circulação de informação sobre as lutas, possuem potencial articulador e ajudam a articulação das lutas, mas que o essencial do processo de reorganização das lutas e formação de identidade de classe está fundamentalmente em processos de luta presenciais, de base.

Um extremo pessimismo pode ser visto no depoimento de um professor de Universidade Federal na área de Filosofia, ex-fundador do PT e ex-militante de movimentos da Teologia da Libertação, atualmente ensaísta crítico libertário, de cinquenta e quatro anos de idade, que ressalta o caráter capitalista das redes de computadores, que seriam parte das *condições gerais de produção* do capital, e não poderiam ser utilizadas como elementos de construção anticapitalista:

"(...)A internet é o próprio capitalismo, e as esquerdas se utilizam desse espaço, utilizam o próprio capitalismo para falar mal dele e se organizar para destruí-lo. Ilusão, isso me parece uma grande ilusão. Serve para a informação, mas não me parece que servirá para derrubá-lo, em hipótese alguma. É bem verdade que esses espaços virtuais podem articular e mobilizar grupos e até multidões. Mas boa parte desses grupos que surgem são, em grande medida, efêmeros, aparecem e desaparecem com a mesma facilidade, surgem com os mais altos desejos de transformação e simplesmente morrem, como toda a forma de espetáculo que ocorre na sociedade capitalista. É preciso compreender que a rede de computadores é uma ferramenta do capitalismo. Essa ferramenta está em todas as formas de reprodução do valor. Os sistemas de produção, a sua interligação, os Estados, as burocracias nacionais e internacionais, os transportes, os meios de comunicação, a produção de petróleo, o comércio, os bancos, a estrutura financeira e sua financeirização, enfim, tudo está interligado e funciona hoje graças à internet. Não há mais nenhum espaço na produção de valor que não conte com a internet. Ora, os espaços reservados para a articulação de diferentes lutas parecem não conter a compreensão, por parte de seus agentes, de que isso se trata apenas da superfície, trata-se do sintoma de algo muito mais profundo. Quando a internet propicia que grupos de esquerda, dos mais variados naipes, manifestem suas posições, é porque todo o sistema capitalista

está já impregnado por esta ferramenta e tais espaços representam apenas a ponta de um iceberg que não se vê. Me parece assim, uma ilusão imaginar que a organização de grupos, movimentos sociais, partidos, grupos radicais, etc., se tenham espaço, não significa que possam atingir o cerne desse processo de produção de valor. O que me parece que esses grupos conseguem é, em determinados aspectos da crise social, atuar com certo grau de precisão contra os Estados ou contra determinados focos do capitalismo, elementos tópicos, por exemplo, mobilização contra a construção de uma barragem, do desvio de um rio, do leilão de empresas, etc., mas essas mobilizações apenas conseguem, em alguns casos, barrar temporariamente os processos em curso. Como foi o caso da mobilização contra o preço das passagens de ônibus no Brasil. (...)."

O mesmo professor destaca a imensa fragmentação atual da classe trabalhadora dentro das atuais formas de organização da produção como algo que se viabiliza e reproduz através das redes de computadores, impedindo a formação de uma identidade de classe ou de luta social anticapitalista, bem como de projetos políticos abrangentes que possam colocar em questão o próprio capitalismo:

"Penso que não são capazes de construir novos projetos, dado o que respondi acima. A dificuldade intrínseca reside no fato histórico que a desestruturação neoliberal tem um sentido de reconstruir a acumulação de capital após o período histórico do fordismo. O modelo de produção fordista atuou não apenas sobre o processo de produção fabril, mas avançou sobre todas as esferas da sociedade, criando, assim, até mesmo condições para uma organização social de cunho massivo, de pensamento unívoco; os grandes sistemas de pensamento começam a ruir, efetivamente, com o fim da era fordista de organização social. A partir daí e desde então, a fragmentação passa a ser um mote importante para a desmobilização social e desmobilização do pensamento articulado em torno a uma idéia que seja convergente para pôr fim ao capitalismo. Com a era neoliberal e o consequente ultraliberalismo, encontramos uma sociedade estilhaçada e nela, podemos experimentar a imensa dificuldade em compreender o processo social, dado o fato histórico de que estamos, nós da esquerda, também estilhaçados. Se a internet, diante do exposto, é um sintoma desse processo de tentativa de atualização do capital em termos globais, não me parece sensato imaginar que os grupos articulados na internet sejam capazes de promover novos projetos políticos e muito menos uma nova noção de classe. Isso tudo está muito longe de ocorrer. Não significa com isso que, de outro modo, isso não esteja no âmbito da tentativa e que muitos críticos, pensadores não estejam tentando fazê-lo na órbita da rede de computadores."

Ele reconhece, portanto, que a despeito desta fragmentação, estas tentativas de rearticulação e construção de projetos anticapitalistas ocorrem. Ele prossegue sua análise pessimista, afirmando o caráter efêmero das articulações por meios eletrônicos, e ressalta o controle, vigilância e monitoramento que as tecnocracias possuem sobre estes mesmos meios: "(...) Vejo muito mais limitações do que potencialidades, mas também, aqui, nesse

campo, não tenho elementos suficientes para dizer se são reais ou fantasiosas. Acontece que devido a sua fragilidade, a rede de computadores pode ser monitorada e controlada por indivíduos que estão a serviço de organismos duvidosos. De certa forma as lutas sociais são, por outro lado, organizadas por grupos muito bem articulados, há minorias que se articulam de forma a conseguirem mobilizações específicas, pontuais. Assim como afirmei anteriormente, esses movimentos surgem e desaparecem com muita velocidade.

(...) Mais uma vez estamos às voltas com o problema da superfície e da profundidade. Olhamos a internet como se ela fosse, ao nosso serviço, a profundidade; mas é a superfície, porque a estrutura e o sistema capitalista estão totalmente dependentes da internet e agora os indivíduos e organizações se valem desse espaço, mas não o controlam.” (L9)

Ele destaca um fato extremamente importante e muito pouco discutido: que os ativistas e movimentos utilizam realmente as redes de computadores para tentar se reorganizar, articular seus projetos e identidade, mas que eles não controlam materialmente esta rede (o terreno que se insere nas *condições gerais de produção*), que é dominada e controlada pelos próprios gestores capitalistas¹²⁹.

Uma estudante de História, de vinte e três anos de idade, ressalta que os sites anticapitalistas e redes eletrônicas podem realmente ajudar na articulação das lutas sociais e formação de projetos políticos, mas não necessariamente na formação da identidade de classe, que dependeria de processos de organização de base, solidariedade e luta presenciais. Ela destaca o contraditório destas redes, que podem ajudar a articulação, mas nas quais as relações e lutas podem se superficializar, tornando-se vazias e espetaculares:

"Acredito que estes sites podem contribuir na articulação de diferentes frentes de lutas sociais e movimentos, por se tratar de espaços de aglutinação de pessoas com visões políticas semelhantes, onde diversas notícias podem ser difundidas, bem como também ser divulgado movimentos e projetos. Assim, creio que podem contribuir na construção de projetos políticos, entretanto, não sei até que ponto contribuem para formação de uma identidade de classe. Acho a questão de identidade de classe algo que não dê para ser construído por meio de sites, mas pela solidariedade e interação real entre os indivíduos que se unem em pró de alguma coisa.(...) Acho que as redes eletrônicas desempenham um papel muito notável hoje em dia para os movimentos de luta social. Foi muito comentado, este ano mesmo no Brasil, o papel que as redes sociais, principalmente o Facebook, teriam desempenhado na mobilização das pessoas para os protestos pela redução do preço das passagens e contra a corrupção e etc. Porém, acho as redes

¹²⁹Possível exceção seria apenas a internet não-indexada ou *Deep Web*, rede subterrânea que não é controlada por um poder central, mas não é acessada pela maioria dos internautas comuns, sendo terreno de hackers, cibercriminosos, piratas eletrônicos e redes de compartilhamento muito específicas, como cientistas, colecionadores, oposições políticas em países totalitários, etc.

eletrônicas uma faca de dois gumes. Se por um lado elas servem como um meio de pessoas de diversos lugares e que nem se conhecem se articularem, por outro, acabam tornando, a meu ver, as lutas como algo um tanto superficial e “espetacular”. Vi casos de pessoas que discutiam no Facebook a roupa com a qual iriam ao protesto e, ao chegar lá, tiravam “n” fotografias para postar em sua página, parecendo que o que as levava ao protesto não era de fato uma causa política, mas uma onda, um feeling de momento, nada com muita convicção. Não havia, em alguns casos, muita diferença entre ir a um protesto ou a uma “rave”, mas enfim, acho que me desviei um pouco do assunto. Voltando a questão, outra limitação que vejo nisto é a exposição que às vezes leva à perseguição. Vou usar um exemplo concreto: Houve manifestantes que estavam se articulando via redes sociais e que foram identificados e presos antes mesmo da execução do protesto. Muitos marcavam um lugar de encontro e, “coincidentemente”, a polícia já sabia onde seria a manifestação, de onde sairia, quem liderava, etc.” (L11)

Ela também destaca que a exposição gerada na internet e meios eletrônicos torna os indivíduos e grupos vulneráveis ao monitoramento político e criminalização de seus protestos.

Um professor de Universidade Federal, de trinta e seis anos de idade e atuante em movimentos de cooperativas autônomas, relata a existência de um sectarismo em grupos que compõem os sites anticapitalistas, que contribuiria para fragmentar os meios de esquerda, além de muitas vezes negar espaço a publicações relacionadas a iniciativas e projetos que não se enquadrem em uma linha ideológica muitas vezes fechada. O mesmo afirma:

"Tenho dúvidas a este respeito. No nosso caso, já tentei demandar várias vezes um novo projeto político e societário que estamos articulando, e nenhuma mídia deu espaço ou ao menos respeitou tais iniciativas. Ao que parecem, são conservadoras no sentido de apenas valorizar os projetos políticos aonde já estão engajadas. Também acho ainda mais complicado uma identidade de classe, pois há uma severa fragmentação na esquerda, que também é reproduzida nas mídias alternativas, além do mais, sem uma nova base produtiva (ou seja, fora do trabalho alienado), uma existência social capitalista tende a deformar as identidades de classe. (...) Gostaria que as mídias alternativas também se esforçassem para serem elementos de articulação entre as diferentes lutas anticapitalistas, e também valorizassem outras ideias e propostas de superação do estabelecido. Em geral é mais fácil a "Folha" ou o "Estadão" publicar ou responder um e-mail nosso, do que ter espaço nessas mídias que se situam como anticapitalistas... Ou seja, não basta apenas problematizar e atacar o status quo, é preciso também autocrítica, é preciso também a afirmação de outras alternativas..." (L25)

Como já destacamos anteriormente, na análise sobre como os depoentes enxergam os três sites que estudamos, nem sempre a forma de organização real de grupos produtores de mídias eletrônicas anticapitalistas é horizontal da forma como os mesmos grupos declaram. Podem existir sectarismos, publicações podem ser cortadas e impedidas, expressando práticas fechadas e autoritárias típicas da esquerda tradicional, nestes meios. Os próprios projetos em que o depoente atua não tiveram seus textos publicados e nem obtiveram espaço nestas mídias, como ele mesmo relatou. Ele também destaca que é necessária a existência de um corpo real de relações sociais de novo tipo, para superar a fragmentação e constituir uma identidade dos explorados.

Além disso, sempre existe o risco de sites anticapitalistas expressarem um ponto de vista já dado, fechado, de uma forma que impeça aos receptores de refletir sobre o mesmo:

"(...) como ele já traz um pensamento novo, já refletido, acaba inibindo que os leitores tenham sua reflexão. A participação vai da capacidade dos leitores em concordarem com o contra-discurso ou não. (...) O papel principal é sem dúvida o da informação. O alcance dessas redes é incontestável. O risco é ela se tornar um fim em si. As pessoas lêem, se identificam ou não com a causa e fica apenas no curtir e compartilhar." (L19)

Este entrevistado, um professor de Geografia da rede particular, Mestre em Geografia, de quarenta e três anos de idade, também destaca que embora as redes eletrônicas tenham um enorme potencial de divulgação de informações e alcance, elas podem absorver e virtualizar a contestação social, esvaziando-a. Sobre esta problemática, uma professora universitária aposentada, de sessenta e oito anos de idade e que participou da luta armada contra a Ditadura Militar, afirma de uma forma cética que:

"Os sites de crítica social nos processos de luta social são praticamente inócuos. Mais vale um quadrinho crítico ou um apelo qualquer no Facebook, que chame o indivíduo a cumprir seu papel nas lutas sociais. (...) Minha geração não foi influenciada por instrumentos "internáuticos" pois eles não existiam. Nossas formas de divulgação eram bastante primitivas. Por exemplo, O Manual do Guerrilheiro, cuja autoria se atribui a Carlos Marighela, mas teve também o pulso de escrita de Carlos Eduardo Pires Fleury, (...) com correções feitas em diversos tipos de canetas. Esse manuscrito deveria ser batido em estêncil para mimeógrafo a tinta, e foi uma destas cópias que chegou às mãos de Jean Paul Sartre que o publicou em 'Les Temps Modernes', em 1970, junto com um dossiê da situação da Argélia. A esta altura, o líder Marighela já estava morto em emboscada desde novembro de 1969. (...) Mas havia sim uma forma simbólica de tornar mais ágeis os contatos entre os combatentes da guerrilha urbana, ou rural (...) tão popular desde a resistência contra os alemães na França (...)." (L4)

Além de reconhecer que as redes sociais comerciais têm muito mais alcance do que os sites anticapitalistas, ela destaca que os militantes da luta armada contra o Regime Militar brasileiro não tinham este tipo de ferramentas eletrônicas, mas possuíam formas eficazes de circulação de textos, manuscritos e informações, por sistemas simbólicos de comunicação e redes de solidariedade e contato sempre pessoais e diretas.

O impressionante depoimento de um jovem professor de cursinhos comunitários e militante anarquista, de trinta e um anos de idade, afirma que a comunicação não poderia ser um fim em si mesmo, mas deveria ser uma função dos movimentos sociais de base. Desta forma, ela poderia conseguir o enraizamento social e cumprir efetivamente o papel articulador de que ele mesmo reconhece e ressalta o imenso potencial:

"Eu acho que esses veículos podem ajudar a reunir uma pauta em comum, mas não creio que eles por si só articularão as diferentes frentes de luta social. Se tu diz que eles podem articular no campo informacional, reunir as pautas produzidas pelos movimentos e difundi-las, aí sim tenho concordância, mas creio que são os próprios movimentos que podem fazer esta relação entre as pautas. Esses espaços de informação crítica ajudam também os movimentos populares a refletirem sobre a necessidade deles próprios constituírem ferramentas de informação. Creio que os veículos de informação críticos podem sim, ajudar a constituir uma identidade de classe. Mas sou um pouco crítico da abordagem que acha que é apenas pelo "convencimento" no campo das ideias que consolidamos uma consciência política de classe. Creio que o convencimento se dá muito mais pelo movimento da luta do que propriamente por um convencimento anterior. Acho que a classe forja uma identidade de classe no próprio movimento, na luta e suas contradições. Nunca parei para pensar qual é o peso desses veículos nessa identidade. Talvez seja maior do que eu imagine. Acho que temos uma tendência em valorizar menos do que ela merece (a comunicação crítica). Acho que talvez o mais interessante, seja pensarmos como os próprios movimentos sociais podem produzir uma comunicação crítica (no meu caso, uma comunicação crítica e comunitária) levando a informação não apenas no campo da produção, mas também, no engajamento efetivo de outras pautas. Isso já é realidade em alguns espaços. No complexo da Maré há um jornal chamado "O Cidadão" que é produzido pelos próprios moradores. É uma comunicação que engaja e cria uma identidade de classe. Repare que a maior parte das mídias críticas apesar de claramente comprometidas com uma identidade de classe, possuem um determinado recorte político (autonomistas, marxistas-leninistas, libertários, anarquistas). Isso é positivo, mas ao meu ver, de maneira ampliada é um erro "estratégico". Precisamos discutir melhor a informação crítica nos marcos dos organismos e entidades dos trabalhadores. Essa sempre foi uma arma histórica dos trabalhadores. Veja os jornais operários produzidos na Primeira República... Eles não tinham a comunicação como um fim em si. Mas a comunicação retratava e abastecia a luta. Era uma tática de convencimento e de movimento para a luta. Eu vejo que a comunicação deve cobrir esse aspecto, fundamentalmente. De no processo de produção, engajar, mas

engajar com um projeto bem definido. Eu respeito os comunicadores, os mídia ativistas e independentes, mas acharia muito mais proveitoso, que esses mídia ativistas estivessem dentro de um projeto específico de luta (movimento sem-teto, movimento comunitário, movimento sindical). Muitos estão, é verdade. Não nego a possibilidade de luta no campo da comunicação "constituir" uma esfera própria de luta. Mas creio que hoje, o fundamental é que essa luta da comunicação crítica e autônoma crie uma simbiose com os movimentos populares. Não apenas retratando-os, noticiando-os (o que é bom), mas também ajudando esses movimentos a serem construídos (o que é melhor). (...) Quando as lutas de Junho eclodiram, algumas pessoas diziam que o Facebook era o 'grande potencializador' de tudo isso. Segundo essas pessoas, a primavera árabe também era fruto dessa revolução via Twitter. Permita-me discordar de todas essas afirmações. Não jogo fora o papel das redes sociais, mas precisamos minimizar sua importância. Elas sim tiveram um papel em contrapor determinadas informações da mídia corporativa. A Rede Globo no caso do cinegrafista Santiago por exemplo, teve de "desmontar" diversas teses que circulavam no Facebook. De certo modo, ficou visível para mim que as mídias sociais interferiam nas pautas da mídia corporativa, que não podia simplesmente 'mentir' ou 'ocultar' e que teria de ser mais cuidadosa com as afirmações feitas. Isso não quer dizer que fundamentalmente essa mídia mudou seu 'papel', mas que está atenta que no jogo da disputa de informação, de hegemonia, terá de olhar para os movimentos dos seus adversários, ao invés de simplesmente ignorá-los, como o fez em todos esses anos. As limitações me parecem claras. Essas redes sociais são organizadas por empresas. Fico feliz que uma geração de ativistas desenvolveu novas redes sociais. Como Lorea (<http://n-1.cc>) uma rede social criptografada e segura. Não podemos ter ilusões com nossa segurança. Os movimentos precisam disputar o 'monopólio' da informação. E isso é de certo modo, também estratégico." (L29)

Para ele, a consciência crítica das relações sociais e a identidade de classe não se produzem por um convencimento anterior, mas sim no próprio processo de lutas sociais. O depoente também destaca a percepção de que a ideologização fechada dos sites anticapitalistas pode gerar sectarismos que reforçam a fragmentação das lutas. Para o nosso entrevistado, um caminho de superação desta fragmentação seria, portanto, o enraizamento e participação da comunicação internautica e de seus próprios produtores em movimentos sociais de base. Ele reconhece que as redes eletrônicas cumpriram um papel importante de contrainformação, capaz inclusive de pressionar a mídia oficial corporativa de diversas formas, porém destaca que as redes são controladas pelas empresas capitalistas. E cita uma tentativa de ativistas de criar uma rede social criptografada, controlada por eles mesmos e não pelas tecnocracias - uma produção de tecnologia de comunicação de novo tipo (em *softwares* e redes), mais adequada às demandas da luta do que às das empresas.

Difícilmente algo poderia ser mais significativo do que o depoimento de um analista de sistemas, de vinte e sete anos de idade, que afirma que as redes eletrônicas em geral,

"Se articulam movimentos, são questões muito pontuais e superficiais. Já participei de movimentos que buscavam interação e articulação nesse formato. Foi um desastre completo, inclusive porque na ocasião se instaurou um tribunal de exceção para julgar quem estava contra a linha majoritária do movimento, que se pretendia "horizontal". Um tribunal de exceção que despachava por uma lista de e-mails. Horrível. A superação das distâncias e a inclusão do maior número de pessoas possível se articulando simultaneamente através da web é um sonho, mas é falso e perigoso à democracia. É uma espécie de assembleísmo 2.0, versão web.(...)."

Ele destaca que podem existir e se reproduzir, nestes meios, relações de poder informais e autoritárias, mesmo que os coletivos afirmem possuir relações *horizontais*. Assim, práticas de expurgos políticos típicas das esquerdas burocráticas e estalinistas podem ocorrer em grupos que defendem um assembleísmo horizontal em rede. Ele prossegue afirmando que

"Por outro lado, as ferramentas eletrônicas são muito úteis para atualizar grupos afins de atividades que são desenvolvidas localmente; para propor ideias, sugerir leituras, formações políticas conjuntas, etc. Mas nada muito além disso. A ferramenta não constrói projetos políticos, só facilita alguma comunicação. A tecnologia deve ser usada como intermediária, como facilitadora, reconhecendo suas limitações. Eu, como Analista de Sistemas, desconfio muito das tecnologias informacionais. Elas vendem ilusões perigosas."

Assim, temos aqui neste trecho do depoimento que as redes serviriam de uma forma positiva apenas como meios de interligação e comunicação entre grupos, e difusão de formação política, mas que o elemento mais importante do processo de luta é sempre presencial. Ele prossegue afirmando a mesma percepção dos outros depoentes já citados, de que os sites anticapitalistas podem ajudar a formação crítica e política, mas que a identidade de classe também se constrói apenas na luta social real e presencial:

"Quanto a identidade de classes, pode ajudar a desenvolver o senso crítico do indivíduo e propor a ele algum reconhecimento enquanto membro de sua classe, mas como sabemos, a identidade de classe é um fenômeno que só se dá no coletivo, pela experiência e pelo sentimento de classe. Não é possível alijá-la, obtendo-a virtualmente."

Assim, podemos depreender também neste depoimento a percepção e preocupação com a virtualização abstrata das lutas em meios eletrônicos. Estas poderiam ser absorvidas pelas redes eletrônicas e esvaziadas, criando-se uma ilusão espetacular de

luta em um âmbito apenas virtual. O depoente, referindo-se às ondas de lutas sociais mais recentes, afirma sobre as redes eletrônicas que:

"(...) Elas foram fundamentais para aglutinar pessoas e promover os grandes atos de Junho/2013. Promoveram grandes atos inflados por descontentamentos dispersos na sociedade brasileira, que passa pela crise de representatividade e pelo desejo de avanço nas conquistas sociais. Porém, as grandes mobilizações de Junho não ocorreriam sem uma mobilização concreta: A bandeira do Passe Livre, da Tarifa Zero, na qual sempre acreditei ter um potencial mobilizador extraordinário. (...) A juventude foi a protagonista principal do processo e é a que mais está conectada nas redes eletrônicas. A oportunidade de Junho/2013 serviu para mostrar a grande limitação que representam essas redes sociais. Elas não necessariamente politizam, mas sim põem em contato pessoas. A oportunidade de despertar uma consciência política mais ampla não depende só das ferramentas disponíveis, mas de condições conjunturais e superestruturais mais abrangentes, que atualmente estão fora das possibilidades de esquerda." (L36)

Assim, ele destaca que a atividade de organização de base em torno de questões como o Passe Livre e os transportes públicos é que possibilitou a eclosão das lutas sociais no Brasil no ano de 2013. O depoimento do profissional da informática e análise de sistemas é muito esclarecedor em sua percepção da fetichização das redes eletrônicas que é construída em prejuízo da organização de base das lutas sociais. Neste momento, podemos levantar a seguinte pergunta: em que medida esta virtualização e exacerbação dos meios eletrônicos nos processos de lutas, bem como a constatada absorção dos mesmos pelas redes não seria uma estratégia das próprias tecnocracias capitalistas para esvaziar as lutas sociais, permitindo sua recuperação pelo próprio sistema, seu enquadramento, monitoramento e o controle sobre setores da classe trabalhadora? Esta percepção fica ainda mais evidente quando constatamos que as redes sociais comerciais e redes eletrônicas em geral possuem atualmente enorme quantidade de manifestações ultraliberais, preconceituosas, de ódio, discursos conservadores e mesmo fascistóides e fascistas¹³⁰. Como já ressaltou anteriormente um outro depoente, grupos e indivíduos que possuam dinheiro podem pagar pela difusão de seus materiais e discursos em redes sociais; e nossos entrevistados ressaltam que este é um terreno controlado pelas próprias empresas capitalistas.

¹³⁰Ver o artigo "Rede de interação de páginas policiais no Facebook: a violência como hit.", publicado pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura, que porta um mapa gráfico de sites com discurso de apoio à violência policial e à militarização.

Como pudemos ver, para os leitores de mídias eletrônicas anticapitalistas entrevistados, parece haver um acordo sobre o fato de que o estratégico potencial articulador de lutas sociais destes sites é grande, não sendo de forma nenhuma menosprezado, mas reconhecido - embora criticamente. Os depoentes sustentam o papel estratégico de articulação de ações, grupos, movimentos, pautas, e também o papel de circulação das lutas promovido por este campo de sites, na medida em que possibilitam que a troca de informações sobre diversas lutas ajude os movimentos que estão em um estado de isolamento e dispersão a procurar horizontes mais amplos e contato com outros movimentos e pautas. Esta circulação de informações (e das próprias lutas) se torna um importante contraponto à mídia corporativa e oficial, permitindo, na linguagem dos depoentes, "furar o bloqueio da mídia", uma vez que as mídias corporativas expressam o discurso das classes dominantes, omitindo fatos sobre as lutas sociais ou distorcendo-os (por exemplo, a criminalização das lutas legitimada pela exposição parcelar de fatos fora do contexto social e histórico). Também nossos depoentes reconhecem o papel estratégico deste campo de sites para a politização e formação política de pessoas e grupos engajados - um importante indício de que estes sites realmente veiculam determinada formação, ao menos no sentido de formação política e crítica social. Porém, para os leitores entrevistados, em última instância, o processo de reorganização de classe, embora possa estrategicamente ser bastante auxiliado e potenciado pelos veículos eletrônicos anticapitalistas e redes eletrônicas em geral, tem seu elemento fundamental fora da internet, nas relações diretas entre indivíduos e grupos, no próprio processo de luta social e auto-organização de bases. Assim sendo, nossos depoentes expressam o contraditório - que esses sites e as redes eletrônicas, por si, não são o elemento primordial da reorganização das lutas e recomposição política da classe trabalhadora, embora sejam de grande valor enquanto meios - tendo-se clareza de que são apenas *meios* que devem servir a um *fim* que precisa ser claramente estabelecido pelos trabalhadores. Fica patente, que o público que entrevistamos considera que os trabalhadores podem se valer e beneficiar destas ferramentas, desde que não se perca de vista que o essencial do processo é o trabalho organizativo e formativo de base e presencial, e que os meios eletrônicos devem servir para aglutinar e articular estes movimentos sociais reais de bases. Porém, os depoentes destacam os perigos das ferramentas eletrônicas, que podem reproduzir a fragmentação da classe trabalhadora, podem reforçar o isolamento, na medida em que gerem uma virtualização das lutas que enfraqueça as relações reais e diretas entre trabalhadores. Igualmente, os meios eletrônicos podem servir aos gestores capitalistas

para reforçar o isolamento, a dispersão, fragmentação dos trabalhadores e o monitoramento, fiscalização e criminalização das lutas.

Percebemos também que diversos entrevistados confundem em suas declarações de uma forma genérica e difusa o campo dos sites anticapitalistas e de crítica social com o campo de redes sociais comerciais em geral, dentre elas, o *Facebook*, sendo especialmente citado nas declarações. Isso confirma o fato que já depreendemos anteriormente, sobre a absorção do papel de circulação de informações sobre lutas e textos de crítica social pelo terreno das redes sociais comerciais - e que consideramos aqui como um processo de recuperação capitalista ou assimilação da própria contestação em meios eletrônicos.

Nossos depoentes, de uma forma enfática - e comum à imensa maioria dos depoimentos - ressaltaram que o uso de sites anticapitalistas e redes eletrônicas em geral não é o elemento principal formador de identidade de classe. Para eles, apenas na luta presencial e organização de base, criadora de relações de solidariedade e horizontais, é que pode se delinear a identidade de classe. A consciência não seria produto de convencimento discursivo ideológico ou teórico anterior, mas se produziria, assim, no próprio processo de luta e organização dentro do movimento social real. Projetos políticos anticapitalistas, igualmente, só poderiam ser formados de forma efetiva, consistente, com substância, coerência e enraizamento social dentro do diálogo propiciado pelas lutas sociais e organização horizontal destas.

Os depoimentos analisados demonstram uma consciência da fragmentação da classe trabalhadora reproduzida pelas redes de computadores, que integram *as condições gerais de produção do capital*, sendo terreno controlado pelas empresas e tecnocracias, e não controlado pelos trabalhadores.

De uma forma geral, para todas nossas indagações, os depoimentos insistem na urgência e necessidade dos processos sociais presenciais como fundamento das lutas e reorganização destas, construção de identidade, projetos políticos e formação política.

Fica, patente, em nossa análise, a atualidade do raciocínio de *Guy Debord* sobre a estruturação do *Espectáculo* fundada na fragmentação e no isolamento social dos indivíduos (DEBORD: 1997) - e na reprodução circular do mesmo isolamento - centralizado e controlado por uma força que gera a abstração e espetacularização das relações sociais, o que aparece de uma forma impressionante nos meios chamados "virtuais". Igualmente, um depoente que trabalha como analista de sistemas definiu esse processo da chamada "democracia digital", tão propagado e ressaltado nos meios

mediáticos, como uma "ilusão perigosa" que pode servir como veículo a relações autoritárias e verticais. Os entrevistados demonstraram a problemática dos *fins* e dos *meios*, apontando a necessidade da clareza dos *fins* a que os *meios* devem servir e almejar. Igualmente, criticaram a fetichização das redes eletrônicas e apontaram os problemas gerados pela virtualização das lutas - que pode ser considerada um fator de recuperação capitalista destas. E finalmente, foi mencionada a tentativa de criação de novas tecnologias eletrônicas (em redes e programas) pelos trabalhadores - o que reforça nossa percepção da não-neutralidade e do caráter político da tecnologia e a disputa pelos usos sociais desta. Não bastaria, para um dos depoentes já citado, a apropriação da tecnologia de redes tal como é; seria necessário transformá-la, produzindo tecnologia de novo tipo. Isto reforça nossa análise feita ao começo deste trabalho, sobre a tecnologia enquanto expressão das relações sociais.

As novas ondas de luta, como destacam os depoimentos, não possuem uma identidade de classe solidamente formada e nem projetos anticapitalistas bem formados e socialmente enraizados - os depoentes expressam que a classe trabalhadora ainda está seriamente fragmentada. Esta fragmentação se expressou seriamente no caráter multifacetado e contraditório dos protestos de Junho de 2013 (DIAS: 2013), nos quais se opunham reivindicações dos trabalhadores qualificados (a chamada "classe média"), dos movimentos de periferias e trabalhadores precários, movimentos de gênero e minorias, grupos evangélicos, etc. formando um mosaico de difícil compreensão - e que expressa, fundamentalmente, estas fraturas da classe trabalhadora.

Finalmente, temos a partir da análise dos depoimentos, que sites anticapitalistas e redes eletrônicas não substituem a luta concreta e presencial, mas podem ser importantes, se forem utilizados como função da luta e organização de bases, na qual seria efetivamente possível a construção de relações de solidariedade horizontais e a recomposição política da classe trabalhadora. Tendo agora esboçado um painel sobre as potencialidades e limitações dos veículos eletrônicos anticapitalistas, podemos analisar sua contribuição e papel no processo educativo e formativo.

4.3. Os periódicos enquanto veículos autoformativos e educativos da classe trabalhadora: potenciais e limitações.

Examinamos como os entrevistados consideram os periódicos que estudamos; como eles enxergam o papel de veículos eletrônicos anticapitalistas e redes de computadores em geral enquanto elementos articuladores e aglutinadores de lutas sociais; agora, cabe responder através da análise dos depoimentos, se *estes periódicos cumprem efetivamente um papel formativo e educativo*.

O fato mais significativo é que nenhum depoente respondeu negativamente a esta indagação. Aqui, aplicamos nossa questão sobre as respostas dos entrevistados às questões *sete* e *nove* do questionário-padrão de entrevista (respectivamente:

"Você considera que estas mídias contribuem para a formação crítica dos indivíduos?" e "Você considera estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona autônoma crítica? Se sim, podem eles constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?")¹³¹.

Os entrevistados responderam afirmativamente, concordando entre si de uma forma praticamente consensual – embora tenham destacado tanto os aspectos positivos e os potenciais deste campo, como também seus limites ou condições para a ocorrência de um processo formativo real. Aqui entendemos esta formação ou educação como uma função da composição de classes e expressão das relações sociais e lutas sociais - e buscamos, efetivamente, determinar em que medida ocorre uma *autoformação* através do acesso, leitura e debate nestes veículos eletrônicos de crítica social e anticapitalistas. De certa forma, já vimos anteriormente neste trabalho importantes indícios afirmativos da existência efetiva desta formação; cabe aqui analisar como os depoentes vêem este processo, de forma mais pormenorizada, e destacando o caráter contraditório do mesmo, que expressa a dualidade de *valores de uso* das redes eletrônicas, inerente à luta de classes e expressando posições opostas de classe.

Também é importante ressaltar que, como no caso da análise que fizemos da posição de nossos entrevistados a respeito do papel das mídias alternativas anticapitalistas na reorganização das lutas sociais, também aqui muitas vezes os depoimentos mesclam os sites que constituem nosso objeto de pesquisa com o campo mais amplo de sites anticapitalistas em que estes se inserem; e, por vezes, os depoentes mesclam ainda este campo com o das redes sociais comerciais e da internet em geral, como uma espécie de *generalidade abstrata* e difusa. Isso só reforça nossa constatação sobre a amplitude da absorção que as redes sociais comerciais obtiveram sobre estes espaços e mídias

¹³¹Na versão do questionário mais extensa adotada nas primeiras entrevistas, correspondem às questões dez, treze e dezesseis.

alternativas em geral; e a forma como na internet, conteúdos e espaços se mesclam formando uma abstração muitas vezes indiferenciada - que é muito similar à abstração dos fazeres sociais úteis na forma do *trabalho abstrato*. Esta indiferenciação generalizante de espaços eletrônicos nos depoimentos foi um fator inesperado que nos surpreendeu e merece exame e reflexão; e deve ser levado em conta pelo leitor deste trabalho. Porém, também houveram depoentes que direcionaram suas respostas mais especificamente aos sites que estudamos. Passemos agora à análise dos depoimentos.

Primeiramente, podemos destacar no depoimento de um sanitarista, de sessenta e oito anos de idade e ex-militante pela União Nacional dos Estudantes na luta contra a Ditadura Militar, a percepção e alusão explícita a um processo formativo:

"Sim, as opiniões que os autores emitem são de elevado nível e ajudam os demais ativistas a melhorar seus conceitos ou mesmo reformulá-los em alguns aspectos. São a síntese dos escritores teóricos, que por estudarem o assunto sempre, estão e tem maior oportunidade que os demais, contribuindo para o debate, e dando sua contribuição erudita." (L23)

Neste depoimento, um tanto otimista, o mesmo destaca o papel formativo da evolução e reelaboração conceitual possível nos espaços eletrônicos que estudamos.

Assim como na questão referente ao papel dos veículos eletrônicos anticapitalistas como aglutinadores e articuladores de lutas sociais, os depoentes ressaltam o importante papel dos mesmos em contraponto à mídia e discurso oficial, sob um viés da classe trabalhadora:

*"Acredito que contribuem ao disponibilizar informação e análise que fazem contraponto aos grandes meios corporativos, que produzem informação segundo determinados interesses de classe. Isso se refere ao **conteúdo**, mas também à **forma** (grifos nossos) de produção das análises e informação, que conta com maior envolvimento e controle dos interessados. Portanto, podem contribuir para a formação crítica."*

(...) "Sim, pelo menos em potencial, e portanto podem sim constituir-se como fóruns de construção de conhecimento coletivo. Porém isto tampouco pode ser idealizado, já que "independência", a rigor, não existe, de algum lugar tem que sair o financiamento das estruturas envolvidas (do servidor de internet ao tempo de trabalho dos produtores...etc). Caso seja feito de forma voluntária, como uma atividade "bifurcada" do trabalho assalariado, as estruturas seguem, em última análise, dependentes dos processos de trabalho assalariado,

e provavelmente da “aristocracia” assalariada, já que os precarizados raramente têm o luxo do “tempo livre” para o “voluntariado”. Caso seja financiado, há o perigo de reproduzir as formas de financiamento da mídia tradicional (patrocínios corporativos, etc.). De qualquer forma, é uma autonomia relativa e contraditória, e isto é inevitável nos marcos do capitalismo.” (L13)

Nosso depoente, um engenheiro químico/ambiental e ensaísta crítico de trinta e seis anos de idade, destaca que esta formação se diferencia não apenas em *conteúdos*, mas em *formas* também. Porém, destaca os limites de autonomia deste processo, sempre dependente de financiamento; e que o mesmo fica ainda restrito aos trabalhadores do regime de predomínio da *mais-valia relativa* - confirmando o que analisamos anteriormente, sobre a composição social deste círculo de internautas. Assim, o acesso de trabalhadores precarizados a estes espaços ainda seria pequeno. Além disso, o financiamento é uma questão problemática e que influi na efetiva autonomia política dos veículos - determinando a diferença entre autonomia e recuperação capitalista dos mesmos.

Temos, no depoimento de um professor de Geografia da rede particular de ensino, doutor em Geografia e ensaísta crítico, de trinta e cinco anos de idade, a constatação de que o processo de formação, leitura e debates nestes espaços é mais pluralista, menos dogmático e mais aberto do que nos meios da esquerda tradicional:

"Além da ampliação da informação, a internet auxilia na formação e supre parte do trabalho de base, o amplia e o pluraliza, tornando-o menos dogmático e enviesado. Sempre tive a impressão de que os militantes de esquerda não sabiam muito conversar, não sabiam ouvir o outro, não sabiam muito como argumentar e contra-argumentar. A internet permite, com a distância do tempo-espaço, uma maior experiência do diálogo. Curiosamente, porém, trata-se de um diálogo feito através da escrita. Creio que a internet permite uma rica fusão de palavra e texto escrito. A escrita e a exposição dialética dos problemas, na melhor tradição hegeliano-marxista, são inseparáveis de um movimento social que queira ir mais longe, no sentido de aprofundar a crítica ao capital. Nos diálogos tradicionais do meio estudantil ou operário, frequentemente, tudo se resume a duas ou três palavras de ordem, por meio de chavões retóricos e dogmáticos. Na internet, ao contrário, já vi excelentes discussões que viraram pontos de inflexão na formação de militantes, em ganho coletivo para muitos. E, no entanto, a internet tem uma eficácia pequena, porque não cria os chamados vínculos fortes, face a face. Não se cria um movimento social sem vínculos fortes entre as pessoas.(...)"

O mesmo destaca que este processo de diálogo curiosamente é escrito, ao que caberia acrescentar que possui uma "quebra" ou intermediação de tempo maior entre afirmação e resposta, o que potencialmente permitiria maior reflexão por parte dos agentes envolvidos. Esta mediação no debate permitiria um caráter reflexivo maior do

que nos embates pessoais diretos, nos quais imperaria o dogmatismo das "palavras de ordem" dos grupos políticos. Porém, o depoente destaca a fragilidade da criação de laços entre os indivíduos pela rede, sem relações diretas e presenciais. O mesmo prossegue afirmando que a formação nestes espaços seria:

"(...) mais democrática, plural, mais horizontal e com a possibilidade de infinitos modos de interação e participação dos indivíduos (vídeos, textos, informações, quadrinhos, criações etc.). Ao mesmo tempo, a internet é um meio que, por sua infinitude, pode gerar a procrastinação, a dispersão, a velocidade e a insatisfação com tudo, enfim, a destruição da atenção para o que realmente mais importa, etc. Não se deve idolatrar ou levar a internet tão a sério quanto os ideólogos do mundo virtual, como Pierre Lévy. Por isso, o processo escolar, bem como a formação sindical, partidária etc., no contexto histórico em que vivemos, é ainda imprescindível – inclusive para dar acesso a essa e a outras instâncias de formação social crítica mais amplas a serem construídas."

Assim, a aceleração da informação e o bombardeio de informações fragmentárias também acarretariam a dispersão do debate e o risco de superficialização - onde mais uma vez entraria a necessidade do trabalho relacional presencial. O entrevistado conclui afirmando que havia maior diálogo na época de predominância da rede social *Orkut*, antes da existência da rede *Facebook*:

"Mas falta criar realmente grandes diálogos por meio da internet. Eu tenho a impressão que o Orkut tinha muito mais discussão significativa do que o Facebook. Este último foi, aliás, uma guinada em direção à vida privada, à despolitização. Em suma, perdemos a idéia de "comunidade" virtual (que havia no Orkut). Os grupos no Facebook são muito mais vazios, inconstantes, quase insignificantes em termos de participação. Ao mesmo tempo, o Facebook traz mais conteúdo conectado a blogs e páginas externas, o que parece à primeira vista um ganho." (L1)

O entrevistado destaca um importante fato. Cabe aludir aqui que a antiga rede *Orkut* possuía uma estrutura de página fixa ou estática, na qual os indivíduos se afiliavam a "comunidades" virtuais, que seriam fóruns de discussão temáticos por interesse. Assim, o usuário é que ia atrás das informações que lhe interessavam. Nesta rede, havia certamente conteúdos comerciais, banalizações oriundas da indústria cultural, superficialidade, virtualização das relações, auto-exposição dos indivíduos. Porém, haviam determinadas "comunidades" com fóruns temáticos nas quais ocorriam intensos debates - por exemplo, as "comunidades" *Karl Marx*, *Hegel*, *Michel Foucault*, *Deleuze*, *Robert Kurz*, *Guy Debord*, etc. Mesmo grupos de estudos, movimentos sociais e coletivos anticapitalistas possuíam suas páginas nesta rede. Tais "comunidades" possuíam uma estrutura de mural ou painel, no qual se abriam discussões sobre tópicos temáticos. Pela

estrutura fixa dos mesmos, os indivíduos entravam e postavam textos e comentários relativamente longos, com imensas réplicas e tréplicas (nas comunidades que citamos), o que gerava ainda mais respostas longas e novos debates, possibilitando o conhecimento de novos autores e a exposição mais pormenorizada de teorias. Na verdade, este processo já ocorria em listas de e-mails, antes da rede *Orkut*. Porém, a rede *Facebook* possui uma estrutura bastante diferente da rede de "comunidades" *Orkut*. Sua estrutura e forma é muito mais individualizada e atomizada que a daquela rede. No *Facebook*, os indivíduos possuem páginas dinâmicas, não estáticas. As publicações dos murais individuais e de páginas de grupos aparecem numa sucessão dinâmica e rápida na *News Feed* dos usuários, proporcionando um bombardeio de informações, nas quais sempre chegam notícias e publicações novas a cada instante. Nesta estrutura, a informação vem até o receptor, sem que o mesmo necessariamente tenha que entrar em páginas para procurá-la (embora isso possa acontecer). Tal dinâmica acelerada pode propiciar um comportamento de contemplação passiva nos indivíduos. A visibilidade das informações, ainda, obedece a critérios de popularidade do site, que envolvem desde número de seguidores e visitantes dos indivíduos e páginas de grupos, até patrocínios comerciais. Desta forma, uma banalização crescente de conteúdos sem profundidade crítica, publicidades comerciais e reprodução de senso comum alienado ou produtos de massa da indústria cultural se torna muito mais forte. Isto já ocorria na rede *Orkut*, porém, na *Facebook* o processo ocorre como uma correnteza acelerada e sobre a qual os indivíduos possuem muito menos controle. Desta forma, as publicações e os comentários acabam por seguir um ritmo que os obriga a ser muito mais curtos e lacônicos, dada a dificuldade de debate em meio a publicações que se sucedem rapidamente - e isto ocorre desde as páginas de indivíduos até as de grupos virtuais. Assim, o que o depoente alude é a um empobrecimento dos debates nesta rede, que ocorreu com a popularização da mesma e o progressivo abandono da antiga rede *Orkut* e das tradicionais listas de *e-mails* (que, entretanto, ainda existem). Porém, o entrevistado destaca que é relativamente fácil divulgar páginas críticas externas na "linha do tempo" da rede *Facebook*, o que em sua visão é positivo (pois facilita a divulgação de notícias e textos). Como vimos anteriormente, *Passa Palavra*, *CMI*, *Desinformémonos* e outros periódicos divulgam suas publicações também na rede *Facebook*.

Outro entrevistado, um jovem professor e diretor de escola pública municipal, de vinte e seis anos de idade, destaca em seu depoimento que a já aludida pluralidade de

posições que compõem a publicação e debate nestes espaços eletrônicos possibilita um formato menos homogêneo e que permite maior criticidade:

"Com certeza, espero que surjam mais mídias parecidas, quanto mais melhor para o leitor ter opções, pois a criticidade não nasce na homogeneidade. A contribuição está no sentido de dialogar com as pessoas e ser uma mídia que é parcial, sempre a favor dos trabalhadores, dos movimentos sociais, isso é muito importante, neutralidade não existe, é preciso se posicionar sempre.(...) Sim, eu considero, mas não podemos descartar o presencial para a construção coletiva de conhecimento, é necessário pensarmos nas outras possibilidades, em bibliotecas públicas, espaços de convivência, festas, entre outras, pois também o acesso à internet no Brasil não é tão amplo. O impresso também não deve ser descartado, mas deve coexistir. É possível criar um coletivo na internet, por exemplo, mas para ampliar precisará de mais."
(L10)

O mesmo diretor de escola, que exerce um importante trabalho de organização social de bases com a comunidade escolar, também destaca as limitações sociais do acesso à internet (entre a população mais pobre), bem como a importância dos trabalhos presenciais formativos, bibliotecas, impressos, em coexistência com os meios eletrônicos. Isto converge com a mesma percepção dos entrevistados sobre o uso de redes por movimentos e lutas sociais - acerca do caráter primordial do trabalho de bases presencial. Porém, ele reconhece que estes meios possam realmente funcionar como mediações para enriquecer este trabalho presencial. A mesma percepção da *não-homogeneidade* de conteúdos e formação destes veículos é ressaltada por um educador social em meios abertos, de vinte e oito anos de idade, que responde positivamente à nossa indagação:

"Sim, com certeza. A mídia comum, isto é, a TV aberta, revistas como Veja, e jornais como Folha de São Paulo e Estadão possuem um perfil mais conservador e menos crítico. Após a redemocratização brasileira, muitos militantes do passado acreditam que a reforma está feita e a revolução foi realizada. E assim se conservam cada vez mais. Hoje a busca por mídias alternativas faz da pessoa que as acessa um ser mais crítico, por se tratar das questões de forma não homogênea. (...) Tudo que permeia a participação pública, talvez possa ser considerado público. É como um livro, uma vez publicado ele se torna público, pois as leituras são múltiplas, as interpretações e construções também e o domínio não é particular, ainda que seja arbitrário. E com certeza podem construir fóruns de conhecimento coletivo. Não vivemos um controle como no filme 1984, ainda que vivêssemos, teríamos alguma forma de resistência." (L18)

O entrevistado retoma a recorrente problemática expressa nos depoimentos, sobre o papel dos veículos eletrônicos anticapitalistas em exercer um contraponto aos meios de

comunicação corporativos, no tratamento das questões e, em um formato de participação que possibilita a construção de formas de conhecimento coletivo e de resistência social aos discursos dominantes.

Forma e conteúdo diferenciados destes espaços também são percebidos como algo que possibilita uma abertura formativa; igualmente, a aproximação dos sites, como *Passa Palavra*, aos movimentos e lutas reais, se torna um elemento marcante e importante deste processo formativo:

*"Sim, tanto na **forma** (abertos a comentários e textos respostas) dos textos e debates quanto nos **conteúdos** (grifos nossos) críticos. O *Passa Palavra* em especial me parece uma empreitada importantíssima pela proximidade e autonomia crítica que faz aos processos de luta anticapitalista." (L26)*

O depoimento, de um documentarista de trinta anos de idade, ressalta também a abertura do site a comentários e textos de resposta, como elemento importante da *forma* do mesmo, que possibilita um processo dialético de debate e diálogo. Este seria um elemento crucial de diferenciação em relação aos veículos da mídia corporativa; seria a diferenciação não apenas no *conteúdo* expresso pelos periódicos anticapitalistas, mas na *forma*, que possuiria uma abertura de debates. Porém, cabe ressaltar que, atualmente, os sites da imprensa corporativa e redes sociais comerciais, como *Facebook*, *Youtube* e outras, possuem também espaços de comentários dos leitores. Ou seja, empresas comerciais também adotaram este formato - o que reforça nossa percepção da capacidade de assimilação dos debates em meios eletrônicos que as mesmas exercem.

Outra característica importante da formação possível pelos periódicos eletrônicos anticapitalistas e redes eletrônicas, é ressaltada pelo depoimento de um professor de Filosofia e sindicalista da rede pública escolar estadual, de trinta e quatro anos de idade, que aposta nas mídias alternativas como espaços que possuiriam potencial de contraponto à ideologia da competência técnico-científica:

"As mídias alternativas podem nos ajudar a combater a ideologia da competência técnico-científica, ou seja, daquela idéia de que quem tem mais conhecimento ou acesso à melhores informações devem ser os mandatários ou os que serão os futuros mandatários. De que a camada da classe dominante que possui os melhores meios de informação será mais bem preparada para administrar e que os menos preparados deverão obedecer e cumprir funções, não dependendo de ações coletivas. De forma geral a mídia independente ajuda a combater a possibilidade ou a posse de informações dos poderes privados e interesses da burguesia empresarial em querer manipular e controlar as pessoas e instituições. Na verdade, a forma como circulam as informações hoje nas mídias convencionais e inclusive nas instituições de ensino reproduz o aparato ideológico do Estado. Então, as mídias

independentes servem de ferramentas de luta e combate a essa forma de ideologia de dominação, se colocando como uma arma de desmascaramento, luta e antítese ao sistema neoliberal que unidimensiona e nivela as pessoas de cima pra baixo, diluindo a subjetividade e autonomia dos indivíduos. As mídias independentes, de posicionamentos de esquerda, ajudam a fomentar o espírito crítico, sem cair em uma ideologia de educação que prepara para o mercado de trabalho; e a combater as desigualdades e injustiças e por uma educação acompanhada de lutas sociais (...)" (L3)

Nosso depoente toca em uma questão primordial: como a circulação mais aberta e horizontal de informações, promovida pelas mídias alternativas, permitiria a quebra do monopólio de informação, e possibilitaria um empoderamento dos trabalhadores, permitindo que a própria separação entre *decisão* e *execução* seja colocada em questão. Além disso, tais veículos permitiriam também um contraponto à educação capitalista, voltada ao mercado de trabalho - à produção do trabalhador *para o capital*, enquanto *força de trabalho* (a *hetero-formação*).

Entretanto, para nossos depoentes, o processo formativo possibilitado por estes espaços eletrônicos anticapitalistas também possuiria problemas e limitações, que expressariam o contraditório dos próprios conflitos sociais. No depoimento de uma professora universitária aposentada, de sessenta e oito anos de idade, podemos ver a alusão ao problema do empobrecimento vocabular e do nível de linguagem nas gerações atuais, como um obstáculo e desafio para as mídias alternativas:

"Essas mídias podem contribuir muito para a formação e educação dos indivíduos, porém, para que isso aconteça, os elaboradores das matérias tem que levar em conta o empobrecimento vocabular das pessoas, ocorrido nos últimos 30 anos. Hoje, os símbolos transferem mais ideias do que frases inteiras. Vejamos: o símbolo do McDonald's é universal e induz à vontade de comer. Também as bandeiras podem dizer muito. Assim como a foice e o martelo determinavam uma orientação política, também a suástica o fez. O símbolo anarquista ainda não está fixado na cabeça das pessoas até porque elas não sabem o teor da causa e não associam idéia ao símbolo. Para além disso, há que se colocar a própria linguagem de explicações no nível da compreensão dos interessados. Seria assim uma tarefa de simplificar para níveis de cartilha, aquilo que é erudito, sem deixar, contudo, prostituir as ideias que norteiam o pensamento. No passado, qualquer discurso era uma cadência de palavras uma vez que o mundo da comunicação tinha o rádio para informações e propagandas. Isto exigia dos ouvintes uma elaboração cerebral de compreensão que hoje os símbolos consagrados dispensam, pois atuam na esfera da pronta articulação mental entre a mensagem e o receptor." (L4)

A depoente propõe como alternativa a formação de linguagens de mediação mais populares - talvez dentro daquilo que anteriormente já discutimos, ao mencionar um depoimento que aludia ao pioneirismo do *Centro de Mídia Independente* como criador de um *léxico* das lutas sociais. Mas isso, segundo a mesma, deveria ocorrer com cuidados para não "prostituir" as ideias expressas. Para além da problemática da dificuldade de acesso à internet por setores de trabalhadores precarizados, temos o obstáculo do empobrecimento da linguagem. Como também vimos anteriormente, há depoentes que se queixam da linguagem demasiadamente fechada dos sites anticapitalistas que estudamos em círculos sociais especificamente militantes.

Há uma percepção clara, em nossos entrevistados, de que o público dos periódicos que estudamos é restrito:

"Não tenho elementos para dizê-lo. No meu caso, sim, há uma contribuição à medida que posso me informar e articular as informações com o que realmente faz parte de minha formação. Por outro lado, penso que há uma contribuição significativa porque não se trata de programas televisivos. Portanto, há uma contribuição significativa e necessária, mas se isso se concretiza do ponto de vista dos leitores, me parece mais difícil de medir. Sem dúvida, os que acessam constantemente fazem parte daquele grupo socialmente distinguido que é plenamente alfabetizado e de alguma forma, parece engajado, de uma forma ou de outra. Penso que são verdadeiros fóruns, verdadeiras arenas de debates e discussões, mas de outro lado, limitadas porque falam a um público restrito, não há como ampliar esse modelo, porque a internet se faz também no âmbito das chamadas tribos e o campo da esquerda tem um grupo muito específico de reflexão e ação."

Este depoimento, de um professor de Filosofia de uma Universidade Federal, de cinquenta e quatro anos de idade, e que mantém um blog de ensaios críticos, efetivamente expressa este dilema - na medida em que ele reconhece que se beneficia desta formação nestes sites, porém afirma que esta atinge um círculo social mais culto, engajado e restrito da sociedade. Ele prossegue afirmando que estes sites

"São fóruns de conhecimento coletivo, mas restritos, não atingem a totalidade social, não afetam as condições de sociabilidade, não afetam o processo de produção de valor, permanecem nas superfícies da forma social da mercadoria. O que isso quer dizer? O processo de produção não é nem um pouco afetado. A produção de valor, a sociedade do valor não é nem um pouco afetada, isto é, os protestos, as reflexões, as denúncias, as críticas, continuam no âmbito de uma mobilização que atende a uma tradição da esquerda, a distribuição da riqueza material, o controle dos aparatos de Estado, o controle da produção, mas não atingem a estrutura do valor; querem mais justiça distributiva, porque não temos mais como mudar o processo de produção, a indústria, a

tecnologia; a autonomia dos trabalhadores na produção, nada disso mais é possível.” (L9)

De uma forma pessimista, o depoente afirma que mesmo fóruns ou espaços autoformativos constituídos nestes sites, enquanto campo de crítica ao capitalismo e circulação de informações sobre lutas sociais, não conseguem por si mesmos engendrar novas relações sociais, nem mesmo possuiriam força suficiente, sozinhos, para superar as relações sociais existentes. Isto mais uma vez nos aponta para a já mencionada problemática acerca da importância basilar das lutas reais e do trabalho organizativo e formativo de bases, presencial.

A mesma percepção acerca de que estes sites seriam acessados por um público restrito, aparece no depoimento de um técnico educacional em Saúde Pública, de aproximados cinquenta anos de idade:

“Sim, com certeza. Só tenho dúvidas quanto ao alcance delas. Certamente, o material que disponibilizam chega a muito mais gente do que antes da internet, mas ainda tenho a impressão de que não ultrapassam muito o público militante de esquerda, que é bem restrito, infelizmente.” (L15)

Ou seja, aqui se confirma a impressão que já obtivemos em depoimentos anteriormente analisados, de que estes sites efetivamente atingem um público restrito a militantes e ativistas da esquerda.

Esta constatação se intensifica, quando vemos que nossos depoentes afirmam também que, geralmente, quem acessa estes espaços são pessoas que já portam uma formação anterior:

“Acredito que sim. Serve ainda mais para munir pessoas que já possuem alguma formação crítica, se informar e formar mais. Não estou certo, hoje, de que pessoas mergulhadas no senso comum possam criar uma grande formação a partir desses sites, não sei nem se eles leem as matérias até o fim. Digo isso por ler, recentemente, um texto de alguém sobre os “rolezinhos no shopping” e sem querer parei nos comentários. E ali, era só barbaridades, não tinha quase nenhum comentário razoável.”

Este entrevistado, estudante de História, de vinte e dois anos de idade, confirma em seu depoimento que enxerga realmente um papel autoformativos nestes sites; porém, destaca que o mesmo se limita a pessoas que já possuem uma base formativa crítica anterior; mostra-se cético em relação ao acesso dos sites por pessoas com formação comum ou portadoras de preconceitos e senso comum. Ele alude, ainda, aos problemas comumente encontrados em espaços de comentários, nos quais ocorrem ofensas, disputas,

contendas pouco respeitadas, intolerâncias e grande quantidade de afirmações conservadoras ou “fascistóides”. O depoente prossegue, afirmando que:

"(...) Eu acredito em qualquer tipo de construção coletiva e independente. Que alie as potencialidades da individualidade com a noção do público, da coletividade. Porém, não estou seguro de que seja uma zona autônoma, mas um espaço de difícil controle, mas já mega controlado. Vide o Facebook, que sabe que eu fumo maconha, quando eu estou apaixonado, quem mora comigo, que eu sou são paulino, amo futebol; coisa que vários amigos nem sabem..." (L22)

Nosso depoente também destaca, como parte das limitações do uso de sites de crítica social e redes eletrônicas em geral, que os trabalhadores já estariam a atuar em um terreno controlado por empresas e tecnocracias. A mesma percepção, sobre o público que porta uma formação prévia, pode ser vista no depoimento de um professor de piano e estudante de Filosofia, de vinte e sete anos de idade, que sobre o papel formativo destes sites, nos responde: *"Certamente que sim. Entretanto, o que tenho notado é que a maior parte dos que acessam estas mídias já está de alguma forma vinculada a setores mais politizados, acadêmicos e não escolares (me refiro, neste caso, ao ensino fundamental e médio)." (L28)* Ele menciona que este setor previamente politizado inclui também indivíduos que possuam formação mais simples, com Ensino Fundamental e Médio e sem o Ensino Superior - o que já constatamos anteriormente, embora os depoimentos apontem que estes são em menor número que os portadores do Ensino Superior.

Na mesma linha de pensamento, uma professora e pesquisadora em História, de trinta e dois anos de idade, salienta sobre esta formação nestes espaços:

"Acredito que contribui se as pessoas tem outras leituras, por exemplo havia uma notícia no Centro de Mídia Independente que claramente estava tão enviesada como o Estadão.com (<<http://xn--estado-7ta.com>>), mas à esquerda: afirmando que uma cidade com 3 mil pessoas havia acusado indígenas de desaparecerem com 3 pessoas, como se não tivessem encontrado os corpos. Na Carta Capital a mesma história está contada de modo menos panfletário."

Ou seja, a própria interpretação e análise das notícias e informações veiculados nestes espaços depende de uma formação e acesso a diversas fontes, que permitam o julgamento por parte dos leitores. Porém, como já constatamos anteriormente, realmente os leitores destes espaços leem uma multiplicidade de fontes e as comparam entre si. A depoente continua, questionada sobre se estes espaços eletrônicos constituiriam alguma espécie de "zona autônoma" crítica:

"(...)Não os considero. As pessoas transpõem os guetos que vivem na vida real para a internet, os comentários dos sites indicam isso. Se eu apontar a reportagem da Carta Capital e criticar a panfletagem que a moça da Mídia Independente fez fatalmente serei acusada de direitista. Portanto não há circulação ou construção de nada mas afirmação de posições" (L27)

Aqui temos a indicação de fatos extremamente importantes. Primeiro, que a formação anterior das pessoas, suas posições sociais, acabam efetivamente determinando o uso que as pessoas fazem destes textos e debates eletrônicos - transpondo "os guetos da vida real" para os meios eletrônicos. Mais uma vez, percebemos que estes espaços muito mais expressam as relações sociais reais e as lutas sociais existentes do que criam uma consciência pelo convencimento. Isto é perceptível quando a depoente, de forma pessimista, salienta que não enxerga construção de conhecimento, mas apenas disputas de posições prévias dos indivíduos.

Uma jornalista, de vinte e sete anos de idade, afirma de forma idêntica o mesmo problema:

"Sim, considero. Mas, como disse acima, acho o público específico demais. Dificilmente esses sites são acessados por um indivíduo com pouca ou nenhuma formação política. E assim, quando é feito, esse não compreende a linguagem de assuntos muitas vezes cotidianos. (...) Como o espaço para a discussão é amplo, os comentários muitas vezes acrescentam de maneira positiva os textos e temas abordados." (L31)

A mesma, efetivamente considera estes sites veículos formativos, mas aponta a necessidade de uma formação prévia para compreendê-los. Porém, ela enxerga na forma interativa dos comentários um elemento enriquecedor do debate e da formação possíveis. Percepção similar podemos ver no depoimento de um jovem consultor tributário, de vinte e cinco anos de idade, que considera que os sites são apenas *parcialmente* formativos, e circulam entre um público restrito e específico: *"Parcialmente, vejo que quem acessa geralmente são pessoas que tem o mesmo perfil de pensamento ou próximo, o resto só vêem sites convencionais."* (L32)

Outra dificuldade enfrentada por este campo de sites anticapitalistas e de crítica social, é a concorrência que sofrem do imenso "bombardeio" ou "enxurrada" de informações superficiais, comerciais e de senso comum que existem pela *internet*. Um auxiliar administrativo e estudante de Arquitetura e Urbanismo, de vinte e oito anos de idade, afirma, sobre a formação possível em sites de notícias anticapitalistas e de crítica social:

"Creio que sim, toda despoluição contra um sistema que nos massacra todos os dias é válida. Afinal a máquina capitalista está em todos os

lados nos alienando o tempo todo.(...) Zona autônoma? Não acredito que haja zona autônoma, existem alguns sites e comunidades que podem desenvolver alguma discussão crítica, não neutra e nem autônoma. Porém existe um bombardeio de informações inúteis que desviam a atenção de coisas sérias e importantes. Estamos vivendo na era da informação, porém uma informação totalmente manipulada. Existe uma disparidade de informações. Enquanto alguns grupos (de forma minoritária) tentam desenvolver informações importantes, sérias, o resto é um lixo virtual que te bombardeia e te faz desviar dos assuntos plausíveis.” (L21)

Esta mesma preocupação sobre a dispersão gerada na internet já foi exposta em um depoimento anteriormente. Isto reforça também a importância deste aspecto, da luta pelo pensamento autônomo crítico em meio a uma correnteza de informações pontuais e dispersas, que possui efeito dispersivo e superficializador.

O conservadorismo presente em muitos grupos de internautas seria um obstáculo importante a qualquer formação autônoma nestes meios eletrônicos; igualmente, nota-se em nossos depoimentos a alusão a um determinado comportamento passivo entre internautas adeptos de pensamentos ou causas progressistas, como podemos ver em um depoimento de um jovem desempregado, de dezenove anos de idade, ex-operador de telemarketing e atuante em movimentos sociais de periferia:

"A formação crítica das pessoas está bem difícil de se discutir hoje em dia. Ao mesmo tempo que você vê jovens com senso crítico ou com interesse em saber sobre causas sociais, essas mesmas pessoas demonizam as mobilizações sociais e a classe trabalhadora. Ou você tem aqueles que apoiam os movimentos sociais, mas que não se preocupam em sair da sua zona de conforto para uma iniciativa na prática política, que resumidamente, seu único costume é de buscar informação, é ler títulos de links de artigos políticos da esquerda para depois curtir sem ao menos abrir e ler o conteúdo. Falando particularmente das mídias citadas, mesmo tendo poucas alternativas de jornais impressos e online, o fato de termos mídias onde confiar para mim já é o primeiro passo, e depois pensar no tanto que esta mídia poderá atingir."

Para ele, conservadorismo e passividade na forma de protestos virtuais e "curtidas" em redes sociais seriam problemas; entretanto, o entrevistado vê a existência das mídias eletrônicas como um fato importante. Ele prossegue falando sobre como estas mídias podem auxiliar e mesmo estimular o engajamento e a formação crítica de pessoas atuantes em movimentos sociais:

"(...)Na divulgação de atividades futuras ou passadas na Casinha (espaço autônomo onde atuo), com as pessoas vendo algum tipo de organização, sinto florescer um pingô de esperança nelas e em algumas vezes uma necessidade de se organizar também. Então vejo os meios de informação alternativa desta forma, e ainda por cima dando uma

pequena base teórica para as pessoas que nunca pegaram um livro de caráter esquerdista para ler.” (L24)

Encontramos na fala de nossos depoentes sobre o potencial formativo dos periódicos eletrônicos anticapitalistas, novamente a afirmação da necessidade de engajamento e enraizamento social em movimentos de base, escapando ao risco da "virtualização" das relações. Esta mesma problemática encontrada nos já analisados usos sociais destes meios para a reorganização das lutas sociais se encontra no uso *autoformativos* dos mesmos, como afirma um professor de História da Rede Pública Estadual e membro de oposição sindical, de quarenta e um anos de idade: *"Sim, podem ser ferramentas de conhecimento coletivo, mas isso tem limites e penso que quem quer ter uma formação crítica não deve se limitar a elas."* (L33) Da mesma forma, um pesquisador em História e professor de cursinhos populares e projetos de educação libertária, de trinta e um anos de idade, se por um lado reconhece que estes sites cumprem um papel formativo, destaca a necessidade destes veículos "saírem" do virtual em direção ao presencial, veiculando formatos impressos, mesclando-se ao trabalho de bases e tornando-se **complementos** das lutas sociais (ou seja, não sendo *fins*, mas *meios*):

"Sim, com certeza. Essas mídias são fundamentais, mas elas também precisam sair do mundo digital e ganhar o papel. Falo isso, pois mesmo com o crescente acesso das pessoas ao mundo virtual, ainda há muitas pessoas, em nosso trabalho de base, nas periferias, favelas, ocupações que não tem acesso a essas mídias. O Brasil de Fato, que tem algumas informações interessantes, mas uma linha editorial que não é próxima aos sites que você citou teve uma iniciativa importante de mudar o seu jornal e distribuí-lo num formato muito mais acessível e em pontos populares. Um informativo, um jornal, nesse ponto são fundamentais. Mas vejo que essas mídias tiveram um papel importante. As mídias alternativas e os mídia-ativistas realizaram nas redes sociais um importante contraponto às informações veiculadas pela mídia corporativa nos protestos. Creio que elas contribuem sim. A questão ao meu ver, é transformar a formação crítica, numa formação e cultura militante de engajamento. Então eu vejo desse modo, a função da mídia como um complemento às outras lutas e demandas sociais dos trabalhadores." (L29)

Isto não se diferencia do que foi constatado na análise do papel das mídias alternativas como articuladoras de lutas sociais dispersas - estas são importantes ferramentas de mediação, mas não podem suprimir ou substituir o trabalho formativo de bases. Da mesma forma, se aqui pensamos em uma *auto-educação* ou *autoformação* como uma função das lutas dos trabalhadores (e a formação em si como função da composição de classes), o mesmo raciocínio é válido, e aparece como constatação na

análise dos depoimentos. Assim como os indivíduos que acessam os espaços eletrônicos anticapitalistas e periódicos sobre lutas sociais já possuem em geral alguma formação prévia - e que expressa sua posição nos conflitos sociais - aqui também o uso destes sites aparece como uma função de processos de formação oriundos das próprias lutas sociais, que são externos às redes de computadores, e se encontram dentro do próprio tecido social. Ou seja, nossos depoentes desmontam qualquer apologia à fetichização dos meios eletrônicos como ferramentas que *por si* mesmas permitiriam a reorganização das lutas sociais ou uma formação emancipatória - embora reconheçam abertamente que estes meios não podem ser ignorados e são importantes ferramentas que podem auxiliar os processos de luta e formação autônoma.

Quando falamos sobre o risco de uma virtualização da formação possível através destas ferramentas eletrônicas, é importante destacarmos que aqui também encontramos a mesma preocupação de nossos entrevistados com a absorção pelas redes sociais comerciais do próprio processo de debate e formação - assim como dos processos de articulação das lutas e divulgação das contestações sociais. Um professor universitário e pesquisador em História, de trinta e um anos de idade, afirma que os veículos eletrônicos anticapitalistas podem efetivamente contribuir para a formação, mas que as redes sociais absorveram este papel:

"Sim, profundamente, mas em conjunção com o compartilhamento via redes sociais.(...) Sim, na medida em que a produção não é mediada, necessariamente, pelo mercado. No entanto, repito, o Facebook também é isso, de um modo mais eficiente, com todas as suas contradições." (L30)

Aqui o entrevistado alude que, se os sites de crítica social podem de fato ajudar a formação dos indivíduos, dependem do compartilhamento em redes sociais (para atingir uma visibilidade relevante). Os mesmos periódicos possuem certa autonomia por não estarem presos ao controle direto do mercado, mas, como mostra o depoente, as redes sociais comerciais conseguem desempenhar este papel dos sites com elevado grau de eficácia - o que revela a dimensão desta absorção ou *recuperação* capitalista de processos *autoformativos* criados na rede mundial de computadores.

De uma forma geral, podemos ver que a mesma dialética das redes eletrônicas utilizadas como elemento de articulação política, que já analisamos, se apresenta nos usos das mesmas dentro de processos *autoformativos*. E a mesma limitação marcante - a virtualização das relações e a necessidade do elemento presencial, se apresenta de forma decisiva aqui também. Isto podemos ver claramente através do depoimento de um

professor desempregado e ativista de movimentos autônomos comunitários, de trinta e três anos de idade, que afirma que os periódicos eletrônicos anticapitalistas (e aqui ele se refere aos veículos que estudamos, e não genericamente a este campo de sites e às redes eletrônicas, como a imensa maioria dos depoimentos o fez) efetivamente auxiliam a formação, mas não substituem processos presenciais de luta. Ele afirma:

"Com certeza! Os três são leituras obrigatórias porque são veículos de crítica radical à essa merda toda que nos fazem aceitar como normal. São críticos e mostram quem está lutando de verdade, de forma horizontal, consensual, sem comprometimento com partidos e sindicatos, enfim, "desde a base e para a base". O mundo visto 'desde abajo'."

O entrevistado prossegue, entretanto, expondo a dificuldade de configurar estes espaços como efetiva *esfera pública*: "(...) Cara, não sei...acho difícil considerá-los *esfera pública*. Tem tanto perfil fake¹³² na internet, tanto ***¹³³ que fala merda só porque não mostra a cara nos comentários, muitas vezes até parece ação articulada...". Porém, ele faz uma avaliação geral positiva destes espaços, ressaltando que o processo formativo mais importante ainda ocorre no trabalho de bases:

"(...) Prefiro enxergá-los como "portais" construídos por e para militantes, e são importantíssimos. Acho que refletem o comprometimento real desses militantes nas lutas diárias, na expressão dos coletivos e de como se organizam, assim como sua orientação contra-hegemônica... Mas acho que fórum coletivo mesmo é o bom e velho trabalho de base, as ocupações, os coletivos autogestionados... até porque sabemos que onde está 'treta'¹³⁴ o pessoal não está com tempo muito menos condição de acessar esses sites, infelizmente."
(L35)

O entrevistado deixa claro que são os processos presenciais que constituem o principal fórum formativo e de debates. Também relata a presença frequente de perfis falsos na internet que promovem ataques políticos e difamações (muitas delas conservadoras ou "fascistóides"). Ainda, reconhece que os sites anticapitalistas que estudamos são produzidos por militantes e defendem importantes valores de democracia de bases e horizontalidade na organização dos movimentos. Porém, não substituem a organização horizontal de bases enquanto elemento formador e constituinte de novas relações sociais.

¹³²"Fake" é a expressão utilizada para definir perfis falsos na *internet*, onde um indivíduo se passa por outro ou cria uma personalidade fictícia.

¹³³Utilizamos neste trabalho três asteriscos quando os entrevistados utilizam alguma palavra com teor de insulto ou ofensa.

¹³⁴Gíria para designar brigas, conflitos, situações de confronto.

A mesma percepção vemos no depoimento de um *analista de sistemas*, de vinte e sete anos de idade, e estudante de *ciências econômicas*. Segundo ele, os periódicos eletrônicos anticapitalistas são de fato formativos, mas isto não seria suficiente *por si*: *"As mídias alternativas em geral, sem dúvidas. Mas isso não garante nada. No nosso jargão economês: Educação é uma condição necessária, mas não suficiente."* Aqui nosso depoente afirma que a formação social crítica mais profunda não provém apenas de convencimento teórico, como já expôs um depoente (professor de cursinhos comunitários) em nossa análise dos sites de crítica social enquanto articuladores e aglutinadores de lutas sociais. Ele prossegue indicando a premência e importância das relações diretas e presenciais como espaços formativos:

"(...) Já é uma zona pública de compartilhamento de conteúdo e debate, porém, não suplanta os espaços reais de debate, até porque, como o conteúdo publicado é literalmente público, pode haver inconvenientes nas discussões a fundo sobre certos temas. A experiência do convencimento pela web é muito fria, ela não superará os exercícios da retórica e oratória que marcam a evolução da vida coletiva do homem. Entre um fórum seletivo de debatedores virtuais, fico com a mesa do bar, que considero o maior espaço de sociabilidade e aprendizado e, muitas vezes, de resistência no convívio democrático. No bar se discute tudo."
(L4)

Podemos concluir de nossa análise dos depoimentos, que todos os entrevistados parecem concordar entre si que os periódicos eletrônicos anticapitalistas e de crítica social realmente e efetivamente formam e contribuem para a educação dos indivíduos - como *autoformação* sob um viés da classe trabalhadora. O que nossos depoentes divergem entre si é relativamente às condições em que isso ocorreria e às limitações deste processo.

Primeiramente, percebemos que a esmagadora maioria de nossos entrevistados responderam às nossas indagações colocando diversas instâncias - os periódicos eletrônicos que estudamos; o conjunto geral e mais amplo de sites anticapitalistas que costumam acessar; as redes eletrônicas em geral e as redes sociais comerciais - todos como um espaço único e indiferenciado, configurando uma generalidade abstrata. Isso reforça a importante constatação que já demonstramos anteriormente, de que a absorção que as redes sociais comerciais efetivaram sobre os espaços eletrônicos de debate anticapitalistas foi tão profunda que, na percepção de muitos internautas, sites anticapitalistas e redes sociais se confundem - e, mesmo, como vimos, estes sites acabam por veicular seus conteúdos via redes sociais à procura de maior número de leitores.

Acerca da *autoformação* que pode ser obtida pelos indivíduos no acesso e utilização dos periódicos eletrônicos que estudamos, bem como do campo de sites anticapitalistas nos quais estes se inserem, devemos destacar alguns aspectos levantados pelos depoentes. Os depoimentos destacam a existência nestes espaços de uma real evolução e elaboração conceitual possível para os leitores permitida pela difusão ampla de elaborações teóricas de alto nível.

Estes espaços eletrônicos, no aspecto formativo, da mesma forma que no seu já analisado papel enquanto aglutinadores e articuladores de lutas sociais, apresentam como traço marcante seu contraponto à mídia corporativa e ao discurso oficial, sob um viés classista que expressa a posição dos trabalhadores em luta. Ou seja, atuam construindo uma narrativa dos explorados e oprimidos em luta. A diferenciação para com a mídia e imprensa corporativas se apresenta não apenas em *conteúdos*, mas também e principalmente nas *formas* adotadas.

Estas *formas* utilizadas se caracterizam por sua estrutura não-linear, emissão e circulação de informações não-centralizada, uma formação mais aberta e plural, menos dogmática, possibilitada pela estrutura de textos de debate, que comportam comentários e respostas; bem como a abertura que estes sites muitas vezes dão às contribuições de seus leitores, possibilitando uma construção de um discurso mais heterogêneo, plural e não-monolítico. A "quebra espaço-temporal" entre a publicação do texto, sua leitura, comentários e respostas, feita de forma *mediada* pelos fóruns na rede (e mais especificamente, espaços de comentários), permite que haja um amadurecimento de debates conceituais de uma forma que não seria possível no calor *imediato* das discussões permeadas por disputas de palavras-de-ordem tradicionais nas reuniões da esquerda - e isso ocorre porque nos espaços eletrônicos os indivíduos discutem por escrito (sempre mediados por um lapso de tempo entre emissão e resposta)¹³⁵.

¹³⁵Pela nossa experiência pessoal, cabe relatar que foram muito produtivos para nossa formação os debates ocorridos na listas de e-mails "*Crítica do Valor*" e "*Sociedade do Ócio*"; nas "comunidades" da rede *Orkut* "*Robert Kurz*", "*Karl Marx*", "*Hegel*", "*Guy Debord*"; e, mais recentemente, nos grupos da rede *Facebook* intitulados "*Sinal de Menos*" e "*Via Sistema Orgânico do Trabalho*". Igualmente, os espaços de comentários aos textos dos sites *Passa Palavra* e *Centro de Mídia Independente* aqui se incluem em nossa lista de fóruns que mais contribuíram decisivamente para nossa formação. Através de todos estes fóruns, conhecemos uma miríade de novos autores, teorias, debates, conceitos e formulações, que se incorporaram de forma decisiva ao nosso pensamento. Alguns simples comentários na antiga "comunidade" *Robert Kurz*, na rede *Orkut*, somavam quatro ou cinco páginas completas - se transpostos para o programa *Word*, com espaçamento simples. Certos debates completos, quando impressos, somavam cinquenta ou sessenta páginas completas de texto. Isto permite ao leitor deste trabalho fazer uma idéia da intensidade de debate nestes fóruns. Se a internet é utilizada como veículo majoritariamente para conteúdos comerciais e superficiais, em seus "caminhos de rato" também existem círculos de pensamento crítico muito ricos, embora raros e incomuns. Ver *Revista Sinal de Menos* (grupo no *Facebook*):

Tal estrutura de diálogo mais aberta possibilita a construção de práticas de diálogo que não passam pelas mediações burocráticas tradicionais nos campos da esquerda, na medida em que o debate pode ser pluricentrado entre diversas posições e opiniões - e, assim, menos homogêneo e dotado de maior criticidade. Isso se torna possível justamente pela dialética estabelecida pelo formato de comentários e respostas - que, entretanto, foi com o tempo adotada e apropriada também pelas empresas que produzem redes sociais comerciais.¹³⁶

Como os depoentes mostraram, ainda, a abertura dos debates e a facilidade de acesso a textos, notícias e informações por todos os leitores possibilitaria uma importante crítica à ideologia da *competência técnico-científica*, que legitima a separação entre *decisão* e *execução* nos sistemas administrativos, baseada no domínio dos mais "preparados". Numa modalidade de troca de informações mais horizontal, todos podem procurar conhecimento, discuti-lo, trocar conhecimentos entre si e construir saberes - e isto criaria condições importantes para um fortalecimento dos trabalhadores e de suas capacidades de gestão de suas condições de vida.

Porém, nossos depoentes destacaram uma miríade de problemas e limitações destes periódicos e espaços eletrônicos em questão, que restringem seriamente e dificultam seu uso formativo. Primeiramente, a dificuldade de acesso de grande quantidade de internautas às formulações e publicações destes sites, gerada pelo empobrecimento vocabular da população e dos internautas. Além disso, como os depoentes demonstraram, este campo de sites anticapitalistas apresenta uma linguagem fechada, que dificulta sua popularização; e também afirmaram a importante dificuldade de acesso dos trabalhadores mais precarizados à internet, que é um problema real e não resolvido. Assim, confirma-se mais uma vez nossa análise do perfil médio dos leitores destes sites, que remete a um público restrito e específico, de trabalhadores qualificados, de melhor renda, que exercem trabalho predominantemente intelectual dentro do regime de predomínio da exploração da *Mais-Valia Relativa* (e, que, como vimos anteriormente,

<<https://www.facebook.com/groups/197353606949877/?fref=ts>>; e *Via Sistema Orgânico do Trabalho* ("Via-SOT", também sua página na rede *Facebook*): <<https://www.facebook.com/groups/viasot/?fref=ts>> (Data de acesso dos sites: 30/01/2015.).

¹³⁶ Isto ocorreu da mesma forma como as estruturas de diálogo existentes em comissões de fábrica e organismos de autogestão gerados nas lutas autônomas dos trabalhadores nas décadas de sessenta e setenta do século vinte acabaram por ser recuperadas e apropriadas pelas empresas em suas técnicas de "gestão democrática" que integram a reestruturação produtiva, possibilitando aos gestores capitalistas se apropriar do saber-fazer e das capacidades intelectuais dos trabalhadores em favor da acumulação de capital. Ver João BERNARDO. *Estado, A silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998. e João BERNARDO. *Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

laboram principalmente em funções inseridas nas *condições gerais de produção* do capital).

Os depoentes ressaltaram outro fator muito importante, diretamente ligado à linguagem fechada e ao público específico destes espaços: o fato de que quem os acessa quase sempre porta uma formação anterior, com determinada politização e visão de mundo. Assim, o que realmente ocorre é muito mais uma transposição dos "guetos da vida real" para as redes - o que faz com que os debates sejam muito mais constituídos pela afirmação de posições do que por um convencimento aberto, recíproco e progressivo dos indivíduos. Se levamos em consideração a agressividade dos comentários conservadores e "fascistóides" que existem em abundância dentro das redes sociais comerciais em geral, bem como as disputas de posições entre indivíduos e grupos de esquerda, concluímos que o debate dentro de redes eletrônicas muito mais expressa as condições e contradições do mundo real e presencial. E, portanto, são indivíduos que possuem formação prévia em processos de luta social que acessam e debatem posições nos periódicos anticapitalistas, especialmente naqueles que estudamos. Assim, a *autoformação* crítica possível nestes veículos praticamente quase sempre depende desta base formativa presencial prévia. E, o público que efetivamente acessa *Centro de Mídia Independente*, *Passa Palavra*, *Desinformémonos*, *Sinal de Menos* e demais espaços, corresponde ao círculo específico militante, politizado e qualificado que analisamos.

Pudemos depreender de nossa análise, que os depoentes consideram que veículos eletrônicos anticapitalistas, bem como as redes de computadores em geral, não engendram novas relações sociais e não possuem, por si, capacidade de afetar diretamente o processo de exploração e produção de *valor* - embora seu uso como articuladores e aglutinadores de processos de luta real possa ajudar a afetá-lo. Além disso, os espaços eletrônicos, com possível exceção da *internet não-indexada* (conhecida como *deep web*), são estruturas controladas pelas empresas e tecnocracias - principalmente as redes sociais comerciais e mecanismos de busca¹³⁷. Daí podemos ver, na percepção dos leitores entrevistados, a realidade da pouca autonomia existente nas redes de computadores. Os trabalhadores debatem suas lutas muitas vezes em espaços controlados pelas empresas.

Como vimos em alguns depoimentos, a informação crítica e os debates também acabam por enfrentar na internet a concorrência de um verdadeiro "bombardeio" cotidiano e constante de informações superficiais, publicidade comercial, elementos da

¹³⁷Por exemplo, *Google*, *Yahoo*, *Bing* e outros.

indústria cultural, postagens efêmeras nas redes sociais, dentre uma verdadeira correnteza de informações fragmentárias e alienantes - o que gera uma aceleração, um efeito dispersivo e superficializante, que pode afetar a própria cognição, concentração e raciocínio dos internautas. Das listas de *e-mails* populares até há uma década atrás, passando pelos estáticos grupos temáticos de debates da antiga rede *Orkut*, ao fluxo incessante de informação fragmentária na rede *Facebook*, a comunicação internáutica passa por uma progressiva des-socialização, individualização e atomização, acompanhada pela superficialização progressiva dos conteúdos e debates. Pudemos constatar, ainda, a dimensão da absorção, não apenas do aspecto de notícias, informações e articulações de lutas, mas também dos processos de debates, pelas redes sociais comerciais - a ponto de muitos entrevistados confundirem em seu discurso esferas que para nós representam campos bastante distintos (o das mídias alternativas anticapitalistas; o das redes eletrônicas em geral; e o das redes sociais comerciais) - o que se manifesta de forma análoga à indiferenciação característica da *forma-mercadoria* como relação social, e à redução da complexidade de fazeres úteis (e identidades sociais) à generalidade do *trabalho abstrato*.

Também vimos como as próprias lutas, absorvidas pelas redes sociais, podem sofrer tendências de aumento da *passividade* e *virtualização* das mesmas - expressas pelo ativismo virtual sem atuação em espaços de sociabilidade reais (as conhecidas "curtidas" e "compartilhamentos" em redes sociais comerciais). Assim, pode ocorrer uma *abstração* ou mesmo *ficcionalização* dos conflitos sociais, que se tornam "espetáculo" simbólico e discursivo dentro de redes eletrônicas - configurando-se ao sabor das próprias tendências do pós-modernismo - a substituição do conflito social real pelos jogos identitários e de narrativas. E, como mostraram nossos depoentes, o processo formativo não pode ser efetivo se estiver desenraizado de suas bases sociais reais.

Tal processo de virtualização, ficcionalização e abstração, num universo de correnteza fluida e acelerada de informações efêmeras e dispersivas, expressa a fragilidade dos laços constituídos na rede de computadores - e dos grupos de afinidade que nela se formam. Se a formação é uma *função* da própria *composição de classe* e dos processos de lutas sociais¹³⁸, a ausência de laços de solidariedade fortes expressa uma

¹³⁸Para os capitalistas, a imposição da *hetero-formação* sobre os trabalhadores como expressão e função de sua *hetero-organização* administrativa e social; para os trabalhadores, a construção de uma *auto-formação* como expressão e função de sua *auto-organização* construída nas lutas sociais. Assim, educação e formação apresentam-se como *funções* das relações de poder entre classes sociais.

formação debilitada ou bastante problemática - na medida em que faltaria o elemento crucial que conferiria a *unidade* e *coerência* ao processo. Em que pese a possibilidade de uma visão de totalidade mais ampla pelo acesso a uma diversidade de sites, informações e textos, é o elemento da inserção nas contradições e lutas que ocorrem no tecido social que permite conferir uma unidade, sentido ou coerência a essa miríade de fontes. Daí a importância da constatação de que os leitores dos veículos eletrônicos anticapitalistas que estudamos já portam uma formação anterior; e que os internautas em geral transpõem para as redes eletrônicas seus guetos e círculos da vida real. A constatação da linguagem específica dos veículos que estudamos, e da existência de círculos militantes que os leem e utilizam, referendam esta percepção ainda mais.

Outra limitação e problema sério posto ao debate formativo nos espaços eletrônicos mais amplos é a presença muito forte de um senso comum conservador dos internautas e de discursos conservadores e de ódio. Porém, isto não surpreende, a partir do momento em que consideramos que as redes expressam e transpõem para seu terreno os círculos sociais e guetos do mundo presencial real. Assim sendo, nada de novo surge nas redes, mas nelas emergem as contradições e fraturas da sociabilidade presencial. As fraturas e cisões no seio da classe trabalhadora se manifestam na forma de discursos contraditórios entre grupos - como já analisamos a respeito da onda de protestos de Junho de 2013 no Brasil (DIAS: 2013). A democratização do debate nas redes, se por um lado permite um debate crítico e mais plural da sociedade em grupos específicos, também permite a emergência e expressão de posições preconceituosas dos mais variados matizes. Se no universo acadêmico e nos conhecidos meios cultos sempre foi necessário ter critérios e se fundamentar aquilo que se afirma, no *mundo das opiniões* dos fóruns da internet, dispensa-se qualquer fundamentação, fontes ou embasamento, permitindo-se que se propague qualquer enunciado, com a mesma autoridade de uma afirmação teórica fundamentada - e, muitas vezes, com o predomínio do afetivo e do emocional sobre qualquer argumentação. É certo que o excesso de critérios também poderia enquadrar o pensamento e cercear a criação (e o livre-debate pode quebrar formas de hierarquia do pensamento); porém, a recusa de qualquer método e fundamentação argumentativa mais racional e lúcida pode deteriorar qualquer debate a um predomínio do emocional e da afirmação intolerante de bordões ou palavras-de-ordem. É o que João Bernardo designou sob o nome de "*punk-incultura*" - se todos podem falar e escrever livremente, também podem expressar opiniões conservadoras e preconceituosas de forma livre:

"Para que uma sociedade autogerida não leve à barbárie da falta de produtividade e do primitivismo tecnológico é necessário que a complexidade não sirva de pretexto à ignorância e que todos queiram aprender a gerir. Se o interesse e a competência generalizados e uma divisão do trabalho igualitária forem uma utopia irrealizável, então será impossível a autogestão da abundância e teremos de optar entre uma abundância gerida por outros ou a autogestão da miséria. Toda a questão do comunismo é esta.

*Ora, o aparecimento do punk-rock constituiu uma colossal ruptura política, afirmando o direito dos que não têm voz a cantar, dos que não têm ouvido a compor, dos que não sabem tocar a tocar. A partir de então não se parou e a ignorância e a inaptidão deixaram de constituir obstáculo às pretensões. **A democracia assumiu um novo sentido, não é mais a luta pelo direito a todos aprenderem o que quiserem saber e passou a ser a afirmação de que é desnecessário saber o que quer que seja. A internet é usada como infraestrutura desta punk-incultura.(grifo nosso)** Tudo o que assim se poderá obter é a autogestão da miséria. Na época da punk-democracia, é desta verdade profunda que deve partir qualquer programa de reforma da esquerda anticapitalista.*"¹³⁹ (BERNARDO: 2014).

Podemos finalmente depreender da fala dos depoentes entrevistados principalmente a necessidade do engajamento real e do trabalho organizativo e formativo de bases, como base primordial do processo *autoformativo*, coexistindo com os veículos eletrônicos. Pode-se perceber, na fala dos depoentes, a necessidade de uma *desvirtualização* efetiva, que permita se contrapor à *desrealização* tendencial que ocorre nos meios eletrônicos. Os veículos eletrônicos de crítica social, assim, possuem valor formativo quando não são considerados *fins-em-si-mesmos* (ou seja, a fetichização das redes eletrônicas), mas aparecem com enraizamento social como *função* das lutas sociais e complementos destas. E este é, efetivamente, o mote de *Passa Palavra*, bem como de *Centro de Mídia Independente* e *Desinformémonos* - noticiar e expressar lutas sociais de base e propiciar reflexões sobre estas, bem como apoiá-las.

Nossos entrevistados consideram também que não é o convencimento teórico ou ideológico e discursivo que forma e educa como função das lutas; mas são a própria luta social e o conjunto de relações de solidariedade nela estabelecidas que efetivamente *formam* - e fornecem uma base a partir do qual os periódicos eletrônicos que estudamos podem cumprir um papel complementar e enriquecedor considerável. É neste terreno das lutas de base que não apenas ocorre a recomposição política da classe trabalhadora, mas a *autoformação* efetiva e crítica das relações sociais.

¹³⁹ João BERNARDO. "Sobre a esquerda e as esquerdas (4ª parte)" in <<http://passapalavra.info/2014/05/93844>>

4.4. A Autoformação via periódicos eletrônicos anticapitalistas em relação com o sistema escolar capitalista, partidos e sindicatos operários.

Já analisamos como os leitores entrevistados consideram os três periódicos em questão; como estes enxergam tais veículos enquanto potenciais articuladores e aglutinadores das lutas sociais e da classe trabalhadora; e como os depoentes vêem tais veículos e o campo de sites anticapitalistas em geral nos quais estes se inserem enquanto espaços potencialmente formativos e educativos sob o viés da classe trabalhadora; cabe analisar como esta *autoformação* que discutimos se relaciona com o sistema escolar capitalista, bem como com os tradicionais partidos e sindicatos operários.

Tal questão, que no questionário preliminar se reportava às questões *onze* e *doze* ("*Como esta formação se coloca em relação ao sistema de ensino formal capitalista?*" e "*E em relação ao papel formativo dos partidos operários e sindicatos tradicionais?*"), se apresenta no questionário-padrão de forma mais sintética, como referente à questão número *oito* ("*Em que aspectos esta formação se relacionaria com a pretendida pelo sistema escolar? E em relação aos partidos políticos e sindicatos?*") - forma adotada em trinta e uma entrevistas. Nos surpreendeu o fato de que poucos depoentes realmente adentraram a tais indagações - vários se abstiveram ou declararam não ter conhecimento suficiente sobre o assunto, especialmente ao se tratar dos partidos e sindicatos.

Porém, na medida em que na análise das questões de pesquisa anteriormente expostas pudemos delinear as características gerais da *autoformação* dentro dos espaços eletrônicos que estudamos, já em grande parte a questão atual foi respondida pelos depoentes. Primeiramente, porque estes descreveram um processo que ocorre como *função* e *expressão* de lutas sociais. Entretanto, este possui características em tudo diferentes da formação oferecida pelo sistema escolar, da forma e discurso da mídia corporativa, e também dos partidos e sindicatos operários tradicionais.

Primeiramente, esta diferença ocorre por se tratar de uma formação "*(...) mais democrática, plural, mais horizontal e com a possibilidade de infinitos modos de interação e participação dos indivíduos*"(L1) ou seja, um processo *não-linear*, *não-*

centralizado, não-homogêneo, não-vertical, no qual ocorre uma produção *pluricentrada* de textos e ideias, gerando comentários, debates e textos de resposta - rompendo com a estrutura "*espetacular*" (DEBORD: 1997) de *emissão* hierárquica e *recepção passiva*. O próprio leitor destes espaços se interessa pelas fontes, as escolhe, lê aquilo que lhe apresenta especial significado, contextualiza, comenta e discute nos espaços de comentários, compartilha e divulga estes textos com outros leitores de seu círculo social; e, mesmo produz material próprio ou contribui com os sites; e além disso, também acessa uma gama variada de periódicos e sites e compara estas diversas fontes entre si, produzindo sua própria visão. Isto, por si, já configura uma *forma* diferente de tratamento da informação, mais *horizontal*, sem um *ponto de emissão* centralizado e único, produzindo redes de circulação de textos e informações bastante diferentes das estruturas burocráticas e hierárquicas. Isto se diferencia totalmente da forma hierárquica e burocrática dos sistemas de ensino escolares e do ensino superior, e da estrutura de conteúdos curriculares pré-definidos. Além disso, no próprio processo de leituras e debates, o leitor vai tomando contato com autores que não conhecia, novas fontes, referenciais bibliográficos novos, novas vertentes teóricas - ou seja, conhece muitas vezes ideários e correntes teóricas (especialmente libertárias, autônomas e anticapitalistas - o mais notável é que os indivíduos conhecem através de espaços eletrônicos novas teorias e autores, e então passam a procurar e ler livros destas vertentes), que não teria acesso em escolas ou mesmo universidades. Aqui os indivíduos compõem seu próprio currículo segundo seus interesses. Este processo também se diferencia de forma marcante do discurso hegemônico da mídia corporativa e das classes dominantes, ao criar uma narrativa dos explorados e de suas lutas (bem como se distancia da narrativa da *História de Estado*); e se diferencia também de forma ainda mais marcante da formação política e ideológica fechada, doutrinária e autoritária que resulta das hierarquias das burocracias operárias partidárias e sindicais - com o famoso "*discurso de cartilha*" que representa a ideologia destas burocracias e dos regimes burocráticos que as mesmas defendem politicamente (os socialismos estatais na forma de *capitalismo burocrático de estado*, do século XX - ver KURZ:1992). Os leitores podem formar sua própria visão política, possuindo e expressando muito mais autonomia neste processo - como pudemos ver na análise da composição social do círculo de leitores destes sites e nas complexas e arrojadas considerações que os leitores entrevistados expressaram em seus depoimentos.

Ficou evidente que os mesmos, por congregar fontes políticas diversas, de uma forma coerente e aberta, expressam uma notável *heterodoxia* política e de visão de mundo.¹⁴⁰

¹⁴⁰Esta heterodoxia pode ser vista de forma muito patente em dois movimentos políticos contemporâneos. O primeiro é o conhecido movimento do *Zapatismo* mexicano de Chiapas, que partiu de uma orientação marxista-leninista em direção a teorias de autogestão e a afirmação prática de uma rede de comunidades indígenas autogeridas, que se tornou referência mundial para a esquerda autônoma - incluindo os sites que estudamos. Outro caso notável, que ocorre no momento em que escrevemos este trabalho, é o do movimento autônomo dos trabalhadores curdos, veiculado pelas bases do partido PKK ("*Partido dos Trabalhadores do Curdistão*"), que surgiu em 1978, baseado no marxismo-leninismo e no nacionalismo curdo. Porém, após sua prisão, seu fundador Abdullah Öcalan abandonou o marxismo ortodoxo e abraçou idéias libertárias e autogestionárias de Murray Bookchin. Todo o programa do partido foi reformulado - e este passou da luta de guerrilhas pela criação de um Estado Nacional Curdo a uma estratégia muito mais próxima do *zapatismo*, baseada na formação de uma enorme rede de comunidades autogestionárias que ultrapassam as fronteiras nacionais dos países onde os curdos vivem - Síria, Turquia, Irã, Iraque, Armênia, Geórgia e Azerbaijão. Assim, durante o final do ano de 2014 e princípio de 2015, os trabalhadores curdos do Norte da Síria enfrentaram em guerra civil os combatentes do Estado Islâmico ("ISIS"), conseguindo com êxito expulsá-los de toda a região de Rojava e Kobane, próxima à Turquia. Além disso, no Curdistão, se desenrola atualmente uma revolução social, com a coletivização e autogestão de serviços públicos e empresas, terras, escolas, formação de conselhos municipais autônomos com representação a todas as etnias e religiões (inclusive Yezidis e Armênios), e a defesa da tolerância religiosa e da emancipação das mulheres - que constituem grande parte das milícias YPG e YPJ Star no combate ao *Estado Islâmico* e às investidas do fascismo religioso do salafismo (doutrina de reforma puritana e fundamentalista) radical:

"And it was in prison that Öcalan read Murray Bookchin's work—The Ecology of Freedom and The Rise of Urbanization had recently been translated into Turkish. In reading those pages, Öcalan recognized the importance of assembly democracy and confederalism; he embraced the critique of hierarchy, the necessity of gender equality, and the urgent reality of the ecology crisis. Through his lawyers, Öcalan sent out the word that Kurds should read Bookchin. And thereafter untold numbers of Kurds did so and to some uncalculable degree accepted social ecology. Bookchin's ideas percolated through Kurdistan while he himself was at the end of his life and could them offer no advice." - "Report from The Mesopotamian Social Forum", 10/05/2011, in <<http://new-compass.net/node/265>>. (Acesso em 01/02/2015).

Segundo uma entrevista com anarquistas turcos: *"It's known that minor Maoist armed groups are also active in northern mountains of Kurdistan, particularly in the Dersim region. The war polarized the sides of the state and PKK. That the main aim of the PKK has been declared as 'democratic autonomy' by its leadership establishes that the solution is not to create an independent Kurdish state but a people's federation without state and beyond capitalism ('capitalist modernity' in their terms). The new paradigm of democratic autonomy is full of references to well known works of anti-authoritarians such as Kropotkin."* - "Interview with turkish anarchists", in *Ideas and Action*, 02/03/2011, in <<http://ideasandaction.info/2011/03/interview-with-turkish-anarchists/>>. (Acesso em 01/02/2015).

Ver também *"David Graeber narra revolução de Kobane"*. in *Outras Palavras*, 18/01/2015 - <<http://outraspalavras.net/destaques/david-graeber-narra-a-revolucao-de-kobane-que-derrotou-isis/>>

(Acesso em 01/02/2015); e *"David Graeber narra revolução curda que derrotou Estado Islâmico em Kobani."* - Ancara - 29/01/2015 - "Antropólogo norte-americano conta que partido marxista aderiu a práticas de autonomia e exército composto por mulheres expulsou fundamentalistas" in <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/39329/david+graeber+narra+revolucao+curda+que+derrotou+estado+islamico+em+kobani.shtml>>. (Acesso em 01/02/2015). Ver também

<<http://www.pkkonline.com/en/>>. (01/02/2015) e *"Socialismo, igualdade de gênero e ecologia social nas montanhas do Curdistão"* - Giran Ozcan, 07/01/2015, in

<<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2015/01/07/socialismo-igualdade-de-genero-e-ecologia-social-nas-montanhas-do-curdistao/>> (Acesso em 08/01/2015). Também ver o artigo de Nic Beuret sobre o sistema econômico de autogestão dos rebeldes curdos, intitulado *"6 notas sobre a Economia da Revolução de Rojava"*, publicado no periódico *Passa Palavra*, 05/02/2015, disponível in <<http://passapalavra.info/2015/02/102469>>. (Acesso em 07/02/2015). Para maiores informações sobre o processo de lutas sociais no Curdistão, consultar o site *"Solidariedade à Resistência Popular Curda!"*, que

Com toda a descrição pormenorizada do processo de *autoformação* nos periódicos eletrônicos que estudamos e suas características que já expusemos, fica patente ao leitor deste trabalho a imensa diferença existente entre esta formação e aquela pretendida pelo sistema escolar, pelos partidos e sindicatos operários. Porém, iremos aqui analisar brevemente mais alguns aspectos importantes desta diferença, através dos depoimentos de nossos entrevistados.

a) A Autoformação via periódicos eletrônicos em relação aos Partidos e Sindicatos operários¹⁴¹.

Um já citado depoente (L1), professor de Geografia na rede privada de ensino e também Doutor em Geografia, de trinta e cinco anos de idade, descreveu em seu depoimento (também já citado) os aspectos mais democráticos e horizontais da *autoformação*. Afirma em seguida que a internet, entretanto,

"pode gerar a procrastinação, a dispersão, a velocidade e a insatisfação com tudo, enfim, a destruição da atenção para o que realmente mais importa etc.(...)Por isso, o processo escolar, bem como a formação sindical, partidária etc., no contexto histórico em que vivemos, é ainda imprescindível."

- ou seja, assim como a posição geral de nossos depoentes, ele coloca a necessidade da formação presencial como algo urgente. Certamente, pelo teor de seu depoimento, que defende formas políticas *horizontais*, o entendimento que o mesmo coloca sobre organizações políticas e sindicais é bastante crítico das hierarquias nestas existentes, de forma que o entrevistado afirma que a formação possível nestas instituições

"é muito limitada, muito dogmática, muito descolada do que se produz na universidade e mesmo nas escolas. Há uma fragmentação e uma alienação social que se reproduz inevitavelmente nos meios da

traduz textos e matérias sobre os movimentos de autogestão dos trabalhadores curdos: <<https://resistenciacurda.wordpress.com/>>.(Acesso em 07/02/2015).

Procuramos demonstrar aqui como a circulação de teorias e idéias autônomas, autogestionárias e de crítica radical ao capitalismo tem influenciado movimentos sociais e organizações políticas, mesmo oriundas de meios da esquerda ortodoxa radical. No Brasil, destacam-se grupos autônomos como o *Movimento Passe Livre* (MPL), ou o *Bloco de Luta pelo Transporte Público* (de Porto Alegre), com forte participação de anarquistas da *Federação Anarquista Gaúcha* e grupos autônomos e libertários, dentro do panorama de novos movimentos e organizações.

¹⁴¹Aqui nos reportamos ao campo dos partidos da esquerda política tradicional e aos sindicatos que integram este campo do movimento operário e trabalhista tradicional. Ou seja, nos referimos sempre às esquerdas políticas, representações operárias, partidos operários e de esquerda, o campo que reivindica um posicionamento em favor dos trabalhadores - e é importante frisar isto, porque o campo partidário e sindical inclui também partidos da direita política, sindicatos patronais e de empresários, associações de empresas comerciais, etc.

esquerda. É o que faz reproduzir a hierarquia burocrática entre intelectuais e não-intelectuais (ouvintes), líderes ou gestores e subordinados, experts do assunto e militantes etc.(...).” (L1)

O depoente, assim, considera que a atuação política e sindical é necessária (em termos *horizontais* e de *bases*, e não burocráticos), mas que esta formação tradicionalmente é dogmática, autoritária e fechada.

Uma técnica administrativa e doutoranda em Educação, de trinta anos de idade, defende que uma formação enriquecida pelos periódicos eletrônicos anticapitalistas que analisamos possibilitaria uma quebra de hierarquias dentro de movimentos sociais, partidários e sindicais, ao afirmar que:

“Acho que o acesso a esse tipo de informação faz com que todos possam ser líderes ao mesmo tempo, ou seja, diminui um pouco essa “necessidade” e a força dessas lideranças. As pessoas ficam mais críticas e participativas, porque têm mais informação, e mais qualificadas a tomarem decisões, em tese.” (L2)

De forma análoga, um professor de Filosofia da rede pública estadual e sindicalista, de trinta e quatro anos de idade, afirma que os periódicos eletrônicos anticapitalistas que estudamos

“Ajudam a despertar a idéia de que estas instituições não estão conseguindo nos representar mais por causa de favores, clientelismo e assistencialismo e nos trocam por interesses de dirigentes ou setores privados, pois ao invés de representarem a nós, nossa luta, são cooptados por dirigentes partidários que se colocam como salvadores e detentores de poder e que submetem todos a essa forma de relação. Traem os lutadores por dirigentes partidários ou por interesses das classes dominantes.” (L3)

As mídias alternativas, assim, assumiriam um papel importante que permitiria aos trabalhadores manter uma luta com autonomia e maior controle sobre a atividade das representações operárias, bem como a consciência da cooptação destas e do atrelamento dos sindicatos e partidos operários à lógica empresarial e ao Estado; bem como do aparelhamento e subordinação das organizações sindicais por estruturas político-partidárias.

Outro depoente, um professor universitário em Ciências Sociais (na área de Antropologia) e consultor indígena, de vinte e sete anos de idade, explicita uma aberta desconfiança em relação às instituições políticas partidárias e sindicais:

“Sobre os partidos políticos e sindicatos não acredito na eficiência de nenhum deles como algo que possibilite mudanças estruturais na sociedade, apenas os vejo como auxiliares da permanência das relações sociais como já estão constituídas.” (L16)

Assim, a *autoformação* possibilitada pelo periodismo eletrônico autônomo acabaria por incomodar a formação e estrutura de poder dos dirigentes partidários e sindicais:

"Sobre os partidos e sindicatos, acredito que a vocação crítica próxima à linha do Passa Palavra acaba incomodando bastante adeptos de uma unidade partidária que não distingue entre questões internas de segurança tática e exposição a processos críticos das ações e lutas travadas pelo e no interior do partido e/ou direção sindical." (L26)

Segundo o depoimento de um técnico educacional em Saúde Pública e ensaísta crítico, de cinquenta anos de idade, a própria militância partidária e sindical, além disso, parece não demonstrar interesse por este tipo de *autoformação*, devido à sua absorção pelo pragmatismo da gestão de tarefas burocráticas cotidianas:

"(...) em relação a partidos de esquerda e algumas correntes sindicais, é possível que ajudem no debate. Mas imagino que os temas de que tratem ainda fiquem marginais em relação ao dia-a-dia da militância política e sindical, muito voltada para a administração burocrática de suas funções." (L15)

Ele afirma que estes periódicos poderiam ajudar nos debates e formação, porém questiona o efetivo interesse do próprio corpo de militantes destas instituições nos temas e debates propostos por estas mídias alternativas.

Como ressalta um jovem diretor de escola e professor na rede pública, de vinte e seis anos de idade, que possui marcante atuação em greves e movimentos comunitários escolares, a estrutura partidária e sindical possui suas formas de comunicação, mas que são hierárquicas e verticais: *"(...) Os sindicatos e partidos em sua maioria ainda preferem se comunicar por boletins, de cima para baixo. Se quiserem continuar existindo terão que se reinventar no sentido de abrir espaços para comunicação e horizontalizar sua própria formação."* (L10) Ou seja, a própria estrutura comunicativa destas instituições ainda reproduz sua forma de organização hierárquica¹⁴², fato que agrava a sua crise e o afastamento em reação aos trabalhadores.

¹⁴²Pudemos perceber, em nossa observação prática e experiência junto ao movimento sindical docente, durante os anos de nosso trabalho de Mestrado (2007-2010), uma forte resistência de sindicalistas docentes em utilizar a internet para comunicação, organização e circulação de informações para os trabalhadores da base. O mais notável é que este fato ocorria dentro de um agrupamento sindical que fazia aberta *oposição* à direção da entidade em questão, e defendia em seu programa práticas de democracia de base e críticas à burocracia sindical; entretanto, preferia e empregava a mesma estrutura de comunicação por boletins fechados.

Outro depoente, um pós-graduando em Pedagogia de vinte e sete anos de idade, com atuação em movimentos autônomos como o *Movimento Passe Livre* (MPL) e outros, declara que:

"Os partidos políticos e sindicatos possuem outra proposta de formação, imagino que estes sites possam instrumentalizar aqueles que tentarem se opor aos partidos políticos e sindicatos a partir de fora. Não esperaria de um militante partidário ou de um sindicalista que entrasse dentro de um processo formativo através do Passa Palavra ou do CMI. Embora com frequência vejamos esses espaços serem utilizados como espaço de disputa por esses militantes partidários e sindicalistas." (L6)

O seu depoimento é esclarecedor ao afirmar que a proposta de formação dos partidos e sindicatos da esquerda tradicional é muito diferente da *autoformação* dos sites que estudamos. Ela estaria, assim, muito mais voltada a uma *hetero-formação*. Porém, ele ressalta que justamente movimentos autônomos de trabalhadores, que se organizam por fora das instituições de representação burocrática operárias, podem se aglutinar ao redor dos periódicos eletrônicos autônomos e anticapitalistas. Ele, assim como o técnico educacional em Saúde Pública acima citado (L15), também não crê que militantes partidários e sindicais tenham algum interesse efetivo em utilizar estes sites para sua formação - embora possam utilizar seus espaços de comentários para suas disputas de posições.¹⁴³

Um professor em Universidade Federal na área de Filosofia e ensaísta crítico, de cinquenta e quatro anos de idade, que atuou como fundador do Partido dos Trabalhadores e depois adotou perspectivas teóricas autonomistas, afirma que:

"Quanto aos partidos, haveria algum interesse se a direção dos partidos se voltasse para a formação de seus filiados. Mas os próprios partidos têm seus meios de comunicação, programas, portais na internet, como é o caso da Esquerda Marxista, ligada ao Partido dos Trabalhadores. Ora, nesse sentido, trata-se, mais uma vez e de modo exclusivo, formar e municiar os quadros do partido e suas bases. Eventualmente, encontraremos militantes a frequentar essas mídias alternativas."

¹⁴³Entretanto, em nossa experiência de observação do sindicalismo docente, conhecemos o curioso caso de uma sindicalista e seu grupo de mulheres sindicalistas docentes, que passaram a dar espaço em suas formações a intelectuais que defendem críticas frontais aos sindicatos e sua burocracia; bem como divulgam para os trabalhadores de sua base em suas formações políticas e reuniões os sites que estudamos neste trabalho e outros veículos similares. As mesmas militantes, que integram uma oposição sindical, propagam assim um aberto discurso chamando os trabalhadores de sua base à *auto-organização* e *auto-formação*; constituindo uma exceção mesmo ao meio das oposições sindicais, que na maioria das vezes são baseadas em orientações políticas leninistas e trotskistas, e não raramente reproduzem nas subsedes e núcleos que dirigem práticas burocráticas e autoritárias similares àquelas que combatem enquanto oposições a instâncias sindicais superiores.

Assim, as próprias direções partidárias não estariam interessadas em formar seus militantes de uma forma mais abrangente, que extravase os domínios programáticos mais restritos. Entretanto, elas se modernizaram ao construir sites que, entretanto, funcionam muito mais como veículos doutrinários dos seus partidos (na "formação de quadros") do que como fóruns abertos de *autoformação* plurais e heterodoxos. Porém, pode ocorrer de seus militantes também acessarem as mídias alternativas - e isto é um fator importante na medida em que possibilitaria o questionamento de posições monolíticas e fechadas. Ele prossegue declarando que vê um desinteresse pela *autoformação* ainda maior por parte de militantes sindicais: *"Sobre os sindicatos, me parece ainda mais improvável que estes considerem os conteúdos dessas mídias como fundamentais para a formação de seus associados, seus quadros dirigentes e suas bases de ação."* (L9) Cabe aqui lembrar que uma parte considerável das recusas e abstenções de respostas às entrevistas que solicitamos ocorreu entre militantes partidários e sindicais - que pareceram não sentir muito interesse e mesmo demonstrar hostilidade ao nosso objeto de pesquisa.

Um professor de História da rede pública estadual, de cinquenta e quatro anos de idade, membro de oposição sindical e ex-fundador do Partido dos Trabalhadores e depois do Partido Socialista Brasileiro (tendo rompido ainda em meados da década de mil novecentos e oitenta com os partidos e abraçado perspectivas libertárias e basistas), ressalta como a *autoformação* oferecida pelos espaços que estudamos possibilitaria uma formação autônoma e contraposta em relação às burocracias partidárias e sindicais:

"Por termos um sistema escolar reacionário, partidos políticos fisiológicos e sindicatos burocratizados que formam seus militantes de acordo com suas cartilhas, ou seja, querem adeptos moldados de acordo com o seus interesses imediatos ligados ao seu projeto de poder, creio na possibilidade de uma formação autônoma e dentro da web há uma infinidade de sites e blogs que propiciam fóruns de discussões que, de alguma forma, contribuem para essa formação política mais autônoma e dessa maneira fazer com que a luta transborde para as ruas." (L34)

Sua crítica também se estende ao sistema escolar, e este contraponto da mesma forma às escolas e o sistema de ensino. Aqui ele considera o sistema escolar, partidário e sindical conjuntamente, como instituições hierárquicas e burocráticas.

Porém, como demonstramos acima - no depoimento de um professor de Universidade Federal - as instituições partidárias e sindicais da esquerda tradicional também tentam se apropriar das ferramentas eletrônicas e redes sociais, para fins de propaganda, como destaca também um professor de História da rede pública estadual e militante de oposição sindical e movimentos autônomos, de quarenta e um anos de idade:

"Os partidos que podemos considerar "tradicionais" na política brasileira, incluindo aí o PT, têm utilizado redes sociais para fazer propaganda, o mesmo vale para os sindicatos. Mas vejo a maior parte dessas instituições ainda distantes desse tipo de formação. As mídias alternativas citadas seguem ou devem seguir um caminho independente dessas instituições." (L33)

Mesmo com estas tentativas, ainda há um distanciamento destas instituições em relação à *autoformação* existente nas mídias alternativas - e, segundo o depoente, que já ocupou cargos como sindicalista no passado, as mídias alternativas devem manter-se independentes dos partidos e sindicatos. Cabe notar que, pelos dois últimos depoimentos analisados, vemos que para além da notada e já exposta absorção do debate sobre lutas sociais pelas redes sociais comerciais, vemos também uma tentativa de apropriação ou recuperação dos mesmos, a seu modo, pelas burocracias partidárias e sindicais - embora estas o façam em um nível restrito aos seus programas e doutrinas políticas e de forma fechada. A quantidade enorme de blogs e sites apoiadores da gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores, por nós levantados anteriormente na lista de sites acessados pelos nossos depoentes, ilustra a penetração político-partidária neste terreno dos debates eletrônicos. E, nossos depoentes já citaram a entrada de militantes partidários nos espaços de comentários em sites como o *Centro de Mídia Independente*, o que também ilustra este processo. Porém, a *autoformação*, com características *horizontais*, é algo distante do horizonte pretendido pelas instituições burocráticas.

Um analista de sistemas, de vinte e sete anos de idade, já afirma que:

"Em relação aos partidos e sindicatos, a mídia alternativa tem contribuído como grupos de pressão, porque expõem a pluralidade das partes envolvidas, cria maior transparência nos processos de gestão sindical e atuação partidária e traz a complexidade dessas instituições à tona. As correntes partidárias e os próprios partidos e sindicatos manifestam pela web suas posições, fazem denúncias que podem se tornar virais na rede, enfim, tem ferramentas que atuam para balancear o jogo de forças, que antes era restrito aos canais oficiais (e da situação) de comunicação. Ter um leque de informações heterogêneas para interpretar a realidade é crucial na tomada de decisão de quem atua nessas estruturas. E também para fazer a denúncia e tentar reverter situações que antes se calavam nas coxias, nos bastidores da vida política." (L36)

Este depoente, em particular, apresenta-se mais otimista em relação a estas instituições e à possibilidade das mesmas se apropriarem da forma do periodismo autônomo anticapitalista na internet. Certamente, quando se refere à busca pela transparência na gestão sindical e partidária, e em grupos de mídia alternativa com potencial de pressão, ele explicita que a *forma* das mídias alternativas pode influenciar o

sindicalismo e a atuação política de maneira decisiva. Isto ocorreria porque ajudaria a abrir o universo do "segredo burocrático" que ocorre nas cúpulas destas instituições - e, de certa forma, permitiria uma des-hierarquização ou um controle maior das bases sobre os dirigentes, modificando estruturas ou criando formas de organização novas. Entretanto, o depoente considera que mesmo os sindicatos e partidos podem se nutrir desta formação ou usar destes meios como ferramentas de contraponto à mídia corporativa, e de denúncia.

Um arqueólogo, de trinta e cinco anos de idade e atuante em movimentos sociais autônomos, afirma:

*"Como estas instituições citadas funcionam a luz do que foi o século XX, podemos dizer que a imprensa de massa, a dos partidos e sindicatos, todos estes até lhe autorizam a comentar seus artigos e matérias, mas efetivamente não há debate e nem liberdade, atuam como mediadores, **mediadores que hoje estão perdendo a sua função e estão decadentes** (Grifo nosso). O CMI foi pioneiro, e bem ou mal, as páginas do Facebook potencializam esta ascensão do sujeito, do sujeito informacional, potencializando a inteligência através do estímulo à participação. A educação hoje, mira esta autonomia, mas ainda escorrega quando tenta aplicá-la de forma eficaz, em Escolas que desde sua estrutura física até a formação biográfica dos professores, não favorecem estas práticas libertárias." (L7)*

Ele aponta o autoritarismo vigente nas estruturas sindicais e partidárias em relação ao livre-debate, porém afirma que estas instituições de *mediação* vivem uma crise, perda de função e decadência histórica. Aponta o pioneirismo do *Centro de Mídia Independente* na forma participativa de circulação de informação, papel absorvido depois pelas redes sociais comerciais - como ele mesmo menciona (entretanto, apreendendo isto de forma positiva); e como o sistema de ensino escolar falha também na busca pela autonomia formativa, por problemas profundos em sua estrutura de funcionamento e organização, que impedem uma formação autônoma real. Assim, o depoente (como outros) também aproxima a problemática sindical e partidária com a da estrutura escolar burocrática e *hetero-formativa*. Tal comparação também é feita por um engenheiro químico e ambiental, e ensaísta crítico, de trinta e seis anos de idade, que salienta que:

*"O sistema escolar tende a reproduzir os paradigmas hegemônicos em todas as esferas, inclusive no campo da produção e distribuição da informação e da análise. Os partidos políticos e sindicatos institucionalizados, que são a imensa maioria, seguem a mesma tendência. Nesse sentido, esta formação pode fornecer um espaço de crítica mais "livre", de articulação de visões contra-hegemônicas. Portanto, creio que há uma relação **mais de tensão do que de complementaridade** (Grifo nosso), ainda que esta última também possa ocorrer." (L13)*

O entrevistado aponta que o mesmo problema - a reprodução dos paradigmas hegemônicos - é comum ao sistema de ensino e às estruturas de representação sindicais e partidárias operárias; e aponta a *autoformação* pelas mídias alternativas e periódicos eletrônicos anticapitalistas e autônomos como uma alternativa de contraponto à visão social hegemônica. Em seu depoimento, destaca uma relação onde predomina mais a *tensão* (e, portanto, o *contraponto*), do que a *complementaridade* (que dificilmente pode ocorrer) entre estas instituições e formas em tudo diferentes.

A maior horizontalidade, abertura e pluralidade da *autoformação* possível pelas mídias alternativas anticapitalistas permitiria pôr em questão a própria estrutura de organização dos movimentos partidários e sindicais - levando ao questionamento das hierarquias e a uma *horizontalização* das lutas, que potencialmente poderia confrontar as estruturas verticais das burocracias sindicais e partidárias. Por esta razão, para nossos depoentes, a *autoformação* das mídias alternativas chegaria a incomodar as estruturas de poder dos dirigentes. Nossos entrevistados parecem em sua maioria nutrir uma descrença pelas instituições de mediação partidárias e sindicais¹⁴⁴; e estas, por sua vez, parecem possuir um desinteresse pelos processos de *autoformação* e pelas *mídias alternativas*, que se diferenciariam de forma decisiva em sua atividade da estrutura de comunicação vertical e fechada das burocracias sindicais e partidárias. A formação tradicional oferecida por estas possuiria muito mais uma característica fechada e doutrinária, à qual a formação mais horizontalizada e participativa das mídias alternativas constituiria um contraponto - podendo mesmo aglutinar setores que se oponham a estas burocracias ou que se organizem de forma autônoma em relação a estas instituições. Isto possibilitaria formas de organização mais horizontais das lutas sociais, e mesmo novas formas de atuação política e luta laboral de *bases* e mais *des-hierarquizadas*. Haveria, na visão de nossos depoentes, uma crise das instituições de *mediação burocrática* existentes nas representações operárias tradicionais. Porém, o fato notável é que, assim como no caso das *redes sociais comerciais*, as burocracias partidárias e sindicais também tentariam se

¹⁴⁴E isto se torna ainda mais relevante quando retomamos a análise que já fizemos neste trabalho do histórico de atuação política de nossos entrevistados, no qual muitos deles passaram por um processo de distanciamento da atuação em partidos e sindicatos, em direção a formas autônomas de movimento social e temáticas políticas mais heterodoxas.

apropriar e recuperar em seu favor a atividade de periodismo e debates eletrônicos, construindo (ou financiando, no caso dos blogs e sites de apoio à gestão do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores¹⁴⁵) seus próprios veículos de comunicação na internet - que, entretanto, veiculam de uma forma fechada e tradicional seus programas ideológicos e de governo; ou adotariam formas mais ou menos participativas, como as redes sociais comerciais. Finalmente, os entrevistados veriam, em suma, mais um *contraponto* e *tensão* do que uma complementaridade entre a *autoformação* dos periódicos de crítica social e a atividade das instituições de representação sindicais e partidárias da esquerda política.¹⁴⁶

b) *A Autoformação via periódicos eletrônicos anticapitalistas em relação com o sistema escolar capitalista.*

Conforme expôs (e já mencionamos anteriormente) um Professor de Filosofia da rede pública estadual de ensino e sindicalista de oposição, de trinta e quatro anos de idade, a atividade *auto-formativa* possível nos periódicos eletrônicos que estudamos possibilitaria uma crítica ao discurso da *competência técnico-científica*, que legitima ideologicamente a separação entre *decisão* e *execução* nos processos de organização administrativa do trabalho e de gestão do social:

¹⁴⁵ O caso mais emblemático talvez seja o da famosa *Mídia NINJA* (<<https://ninja.oximity.com/>>), site que se destacou a partir dos protestos de 2013, adotando um estilo ativista, uma estética que se assemelha à dos sites, imagens e vídeos do *ativismo autônomo*, *Movimentos Antiglobalização* e do *Zapatismo*, e temáticas de apoio a protestos sociais e denúncias da violência policial. Porém, o grupo *Fora do Eixo*, produtor do site, é completamente dependente de financiamentos governamentais, faz aberta apologia das gestões do *Partido dos Trabalhadores* e de suas políticas; adota uma estrutura de organização vertical; e, de uma forma polêmica, teria utilizado trabalho voluntário de ativistas, músicos, artistas e demais voluntários em condições precárias. Ver PASSA PALAVRA. "*Acabou a magia: uma intervenção sobre o Fora do Eixo e a mídia NINJA (1ª parte)*", 16/08/2013, disponível em <<http://passapalavra.info/2013/08/82548>>; e Anônimo. "*Mais um relato: quais os problemas do Fora do Eixo?*", 12/08/2013, disponível em <<http://passapalavra.info/2013/08/82408>>. (Acessos em Agosto de 2013). O coletivo *Passa Palavra* se destacou por sua produção intensa e que gerou forte repercussão, criticando e denunciando o funcionamento do grupo *Fora do Eixo* e da *Mídia NINJA*.

¹⁴⁶ Assim, se revelam formas muito mais *antagônicas* do que complementares de lutas sociais, por serem estruturas absolutamente diferentes. As formas horizontais e basistas de organização se fortalecem justamente enfraquecendo ou desestruturando as organizações mediadas verticais, hierárquicas e burocráticas; estas últimas, por sua vez, se fortalecem absorvendo, desorganizando e desmobilizando as formas de organização e relações de solidariedade horizontais e autônomas. Certamente, nas esquerdas políticas tradicionais e ortodoxas, pode-se insistir que o trabalho de bases seja condição necessária para um partido forte, ou que um "governo operário" seria baseado em uma organização de bases intensa. Porém, o estudo dos processos revolucionários - como a *Revolução Russa* - demonstra justamente o oposto - o fortalecimento das burocracias partidárias anda a par com o enfraquecimento e destruição dos conselhos e organismos de *autogestão*. (ROCKER: 2007).

"As mídias alternativas podem nos ajudar a combater a ideologia da competência técnico-científica, ou seja, daquela idéia de que quem tem mais conhecimento ou acesso às melhores informações devem ser os mandatários ou os que serão os futuros mandatários." (L3)

Assim sendo, um dos pilares ideológicos do sistema de ensino capitalista - que se fundamenta na qualificação da *força de trabalho* para o processo de produção de *valor* e na reprodução da estrutura de *hetero-organização* do trabalho - pode ser colocado em questionamento quando uma atividade *auto-formativa* permite potencialmente um empoderamento dos trabalhadores que coloque a questão da autogestão coletiva do processo de trabalho como possibilidade efetiva. Isto abordamos em nosso trabalho *Economia Política da Educação de Massas: a escola pública como condição geral de produção do capital* (DIAS: 2010), quando discutimos a possibilidade da criação de espaços de *autoformação* autônomos, que constituiriam experiências de resistência à formação de *força de trabalho para o capital*, dentro do espectro da *Fábrica Social*, possibilitando a criação de relações de autonomia **pela e para** a classe trabalhadora.

Conforme destaca um pós-graduando em Educação e militante estudantil e de movimentos sociais autônomos, de vinte e sete anos de idade, referindo-se à *autoformação* possível através dos periódicos anticapitalistas autônomos,

"Bem, o sistema escolar não tem como objeto central a política. Essa formação complementariza aquilo que se ouve nas aulas de história, sociologia, filosofia com o aprofundamento e a problematização desses conteúdos escolares. Evidentemente desconstruindo alguns desses conteúdos com esta nova formação, mas também de acordo com a experiência de cada um." (L6)

Assim, o sistema escolar capitalista não objetivaria o empoderamento dos trabalhadores e a possibilidade destes exercerem a efetiva atividade política (de gestão do social e de suas condições de vida); mas a *autoformação* pelos periódicos autônomos permitiria problematizar e desconstruir a própria formação escolar, ou mesmo transbordá-la e enriquecê-la de forma mais crítica e dissonante.

Um professor em Universidade Federal, na área de Filosofia e Humanidades, de cinquenta e quatro anos de idade, afirma que:

"Em se tratando do atual processo educacional, penso que o único aspecto que aproxima os dois universos é a própria internet como meio, por um lado, e instrumento de outro lado - para o sistema escolar, que está em profunda crise em vários aspectos, a saber, crise de identidade, crise social que afeta todos os quadrantes da educação e do sistema funcional da escola."

A única aproximação possível entre os dois universos (escolar e das *mídias alternativas*), para este depoente, seria o uso comum de meios tecnológicos ligados à internet. Segundo o entrevistado,

"A escola brasileira está em pleno colapso, porque não consegue atender a determinadas demandas do mercado e o mercado sabe que não necessita nem necessitará da massa que é atendida pelo sistema escolar. Há uma contradição profunda nesse contexto."

O depoente vai, de certa forma, de encontro e acordo a uma das constatações de nosso já citado trabalho de mestrado *Economia Política da Educação de Massas* (DIAS:2010), onde discutíamos a imensa contradição do aumento do *exército de reserva* e da *superpopulação relativa* (MARX: 1985) que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, porém são produzidos por um sistema escolar que possui por ideologia a promessa da inserção social no mundo do emprego. O entrevistado prossegue afirmando:

"Por outro lado, oficialmente, os conteúdos da internet, notadamente os conteúdos de cunho crítico não são exatamente ferramentas educacionais que servem a uma escola alienada e apenas comprometida com as esquizofrenias do mercado. Essas mídias alternativas, no entanto, educam, educam como toda a estrutura social educa sem que a escola exerça seu papel, também oficial (Grifos nossos)."

O depoente afirma que os conteúdos dos sites que estudamos efetivamente educam (e há todo um campo *extraescolar* que educa, independentemente da instituição escolar) - e formam por uma *perspectiva* que escapa ao controle e direcionamento da educação para o mercado e a estrutura produtiva - a *autoformação*. Ele prossegue assinalando que:

"O discurso (grifo nosso) e a missão de diversas instituições de ensino têm como escopo a formação de cidadãos críticos. Não consigo observar isso na prática, porque não se trata de um cidadão crítico, mas as instituições não acreditam nisso - é um discurso que reflete a indiferença e a mentira sociais; todos sabem que o que deve ser feito, sobretudo, é agradar o mercado, as empresas; a formação exigida para a estrutura de ensino é a que deve prevalecer como fundamento do mercado, o conhecimento necessário é o de mercado (Grifos nossos)." (L9)

Assim, o depoimento afirma que a estrutura dos sistemas de ensino formais e da escolarização oficial estaria voltada para as demandas das empresas e do mercado de trabalho - apesar de ideologicamente se afirmar uma produção de cidadãos críticos, que na realidade não ocorreria, devido a este direcionamento produtivista da escola para o processo de valorização capitalista. Assim, como nosso depoente colocou claramente acima, as mídias alternativas escapam a este direcionamento para as empresas e mercado

do sistema de ensino formal - e nisso, se distanciam dele, em um *tensionamento*. Mesmo que o sistema de ensino formal e empresas da área educacional utilizem a internet como ferramenta no caso do *ensino à distância*, a forma deste é absolutamente diferente da forma que já analisamos das mídias alternativas autônomas e anticapitalistas - pois no ensino à distância, há um currículo fechado e dado a priori, uma estrutura de emissão centralizada e de recepção passiva, muito pouco espaço participativo, e falta de autonomia e controle dos receptores sobre os programas e conteúdos. Esta é, certamente, uma recuperação capitalista de tecnologias internauticas e participativas; porém, de uma forma *hetero-organizada* que se afasta completamente da atividade e *formas* das mídias alternativas que estudamos.

Um professor de piano e estudante de Filosofia, de vinte e sete anos de idade, assinala o afastamento da estrutura escolar em relação à forma de atividade de *autoformação* crítica que se utiliza dos periódicos eletrônicos autônomos:

"Acredito que o ensino de base pouco ou nada usufrui deste tipo de formação crítica apresentada em âmbitos virtuais alternativos, por vários motivos: os professores estão pouco a vontade em abandonar giz, lousa e métodos antiquados; os professores que desejam alguma forma virtual complementar ao ensino, geralmente não tem acesso a material básico para tanto (computador, notebook, Datashow, etc.); no próprio convívio entre professores há uma recusa quase total por permitir uso de internet nas escolas e não há, pelo menos até onde tenho notícia nenhum tipo de formação escolar que permita ao aluno o acesso à internet com intenção crítica, ou seja, com o foco voltado para ensinar o aluno a usufruir da internet para fins de conhecimento (que dizer então de um conhecimento crítico?)." (L28)

Seu depoimento aponta uma recusa de gestores e mesmo docentes em utilizar tecnologias eletrônicas de forma mais crítica e livre. Primeiro, pela existência e ainda predomínio de uma estrutura escolar muito presa à sala de aula e a um espaço confinado; segundo, pela carência material das escolas e falta de acesso a materiais para esta atividade pelos docentes; e ainda, pela recusa por parte dos próprios docentes e da estrutura escolar. Quando a internet é empregada, é apenas para pesquisas ou modalidades de programas educacionais verticalmente escolhidos e dados pela burocracia gestora escolar, sem a intenção *autoformativa* e crítica. Da mesma forma que as burocracias sindicais e partidárias, a burocracia do sistema escolar também não demonstra interesse pela atividade *autoformativa* que utiliza os veículos eletrônicos de crítica social e autônomos¹⁴⁷. E aqui, nosso depoente se demonstra pessimista e expressa mais um

¹⁴⁷E cabe a nós destacar que isto ocorre porque, como no caso das burocracias sindicais e partidárias, a atividade *auto-formativa* do periodismo eletrônico de crítica social pode incomodar e ir de encontro aos

distanciamento e uma *tensão*, do que uma complementaridade entre a estrutura escolar e estes espaços e veículos.

Uma visão crítica ao sistema escolar também é exposta por um professor universitário em História e pesquisador doutorando em História Antiga, de trinta e um anos de idade, que afirma que

"O sistema escolar, tal como o vejo, não visa a formação política dos indivíduos para além do (eventual) espaço aberto para a discussão de temas e assuntos "políticos" pelos professores, normalmente os de humanas. Para mim, formação política tem a ver mais com gestão da própria escola do que com a informação acerca de fenômenos políticos mais amplos (grifos nossos). Claro, esta última é imprescindível para uma ação mais concreta; mas saber sobre o que se passa na Ucrânia e não ter idéia do orçamento da escola é só uma das subordinações à lógica do vestibular. Quanto aos partidos e sindicatos, não tenho experiência suficiente para falar." (L30)

Assim, o depoente expressa um ceticismo em relação ao sistema escolar oficial existente, que não estaria voltado a capacitar os indivíduos para a gestão das próprias condições de vida. Informações, por mais críticas que sejam, embora importantes, para ele não substituiriam o exercício da *auto-organização* enquanto forma criadora de novas relações sociais e de uma formação de novo tipo. Podemos, além disso, depreender deste depoimento que a maior contribuição das mídias alternativas, para além dos importantes conteúdos que se contrapõem à mídia corporativa e ao discurso oficial das classes dominantes, poderia ser a *forma* de organização e debate aberta adotada. As *formas* teriam um papel crucial, sem o qual os *conteúdos*, por mais críticos que sejam, acabariam por se incorporar à lógica dominante.¹⁴⁸ O entrevistado é bem direto ao afirmar que, sem

projeto empresariais e gestoriais que determinam os sistemas de ensino e seus objetivos. A *auto-formação*, nos moldes do que Illich defendia em *Sociedade sem Escolas*, não apenas *extravasa*, mas se *contrapõe* ao que pretende o sistema burocrático de escolarização (ILLICH: 1973). Ainda, dentro do espectro da *Fábrica Social*, esta *auto-atividade* constitui em *tempo morto* ou perdido para a produção de *força de trabalho* - e, assim sendo, equivaleria à destruição de dinheiro ou montantes de *valor*, na medida em que não realize este uso social como *consumo produtivo*. (Ver CLEAVER: 1981 e DIAS: 2010).

¹⁴⁸O que vale igualmente para organizações políticas em geral. Um discurso (*conteúdo*) revolucionário, sem uma *forma* de organização horizontal, apenas reproduz as burocracias sindicais e partidárias existentes. Por outro lado, um movimento aparentemente inócuo, como uma cozinha comunitária, pode portar um discurso brando e aparentemente não-politizado, porém possuir *formas* de organização que rompem com as *relações sociais* existentes. Assim, não bastaria uma luta pela mudança de uma "hegemonia" ideológica para a transformação das relações sociais existentes. É perfeitamente possível que a formação de uma "hegemonia" ideológica de esquerda se concretize conjuntamente à formação de uma tecnocracia gestora de um capitalismo burocrático de estado ou de malhas patrimonialistas de poder que integrem partidos, empresas e burocracias sindicais em corpos gestores. Assim, a ideologia pode funcionar como inversão das relações sociais reais. Insistimos, em *Economia Política da Educação de Massas* (DIAS: 2010), que a problemática da educação pública não consiste simplesmente em se lutar para substituir a hegemonia de um "currículo burguês" por um "currículo socialista"; mas, de forma muito mais profunda, está radicada na *forma* de organização escolar e na posição da escola como departamento da *Fábrica Social* produtor, disciplinador e qualificador de *força de trabalho*.

exercício efetivo de organização de bases, o saber, por mais crítico que seja, continua instrumentalizado pela lógica do mercado de trabalho (da qual o vestibular faz parte). Sua visão também é pessimista em relação a mudanças apenas através de currículos ou conteúdos mais "críticos" dentro de estruturas de ensino hierárquicas e *hetero-formativas*.

Outro depoente, professor da rede estadual de ensino que leciona História, e sindicalista de oposição, de quarenta e um anos de idade, afirma que o sistema de ensino se aproxima das mídias alternativas

"em quase nada, se considerarmos o atual estado do sistema escolar, especialmente a escola pública de forma geral. Mas também cabe ao professor levantar em sala de aula questões que estimulem o pensamento crítico... (...)colocando em questões temas como a suposta "neutralidade" da mídia e as relações sociais e políticas que também envolvem a questão da informação." (L33)

Assim, este professor demonstra também sua crítica em relação às estruturas escolares, que se tornam refratárias a atividades *autoformativas*. Porém, ele acaba por ser mais otimista que os depoentes anteriores, ao destacar que o docente poderia utilizar as questões (e temáticas) abordadas pelo periodismo eletrônico das *mídias alternativas* como enriquecimento crítico de sua matéria, gerando um *tensionamento* em relação ao currículo imposto hierarquicamente, e permitindo discutir com os alunos uma narrativa dos explorados que se contraponha ao discurso da mídia corporativa (e, por conseguinte, da forma da História oficialmente aceita). Entretanto, a atuação que ele propõe se situa muito mais como um *tensionamento e crítica interna* por dentro das estruturas escolares, no qual a atividade *autoformativa* das mídias alternativas poderia ser incorporada.

Um analista de sistemas e estudante de economia, de vinte e sete anos de idade, vai no mesmo sentido do depoimento anterior, ao afirmar que:

*"A grande vantagem de uma alternativa midiática é ter acesso ao contraditório, a ouvir as partes que a grande mídia não publica, por ser ela um agente político e, por isso, enviesar as informações. Isso contribui para o aprendizado escolar na medida em que possibilita ampliar as visões sobre um determinado assunto e inevitavelmente convida ao debate. Os educadores devem trabalhar com essa perspectiva **quando for possível**. (grifos nossos)" (L36)*

Assim, apesar da ressaltada (por depoimentos anteriores) existência de uma estrutura escolar que é refratária a mudanças e a uma atividade *auto-formativa* que se desvie do discurso e prática material voltados para o mercado de trabalho e disciplinarização dos corpos para a *Fábrica Social*, o entrevistado advoga a necessidade, *quando possível*, do professor exercer um papel de *crítica interna* e utilizar-se das mídias

alternativas como fontes de ampliação de visão e debate crítico, gerando também um *tensionamento*. Isto se aproxima daquilo que Maurício Tragtenberg afirmava, sobre a possibilidade de o professor exercer um papel crítico, mais do que de mero reproduzidor das *relações de poder* na escola:

"Porém, há o outro lado da moeda. O professor é agente da reprodução social e, pelo fato de sê-lo, também é agente da contestação, da crítica. O predomínio das funções de reprodução e de crítica professoral dependem mais do movimento social e sua dinâmica, que se dá na sociedade civil, fora dos muros escolares." (TRAGTENBERG: 1985)¹⁴⁹

Como vimos, seria possível, pela atividade *auto-formativa* das mídias alternativas, exercer uma crítica e efetivo contraponto à ideologia da *competência técnico-científica* que justifica a separação entre *decisão* e *execução* nos processos de trabalho e gestão do social. Para os depoentes, a estrutura escolar capitalista não objetiva o empoderamento dos trabalhadores para gerir as próprias condições de vida. Assim, o valor da *autoformação* que se utiliza das mídias alternativas permitiria, entre outras coisas, desconstruir a formação escolar e mesmo enriquecê-la de forma dissonante, exercendo um *tensionamento* interno.

Vimos nos depoimentos a afirmação de uma crise da escola voltada para a *disciplinarização* e *qualificação* de *força de trabalho* para o mercado e empresas, decorrente da *crise do trabalho*, com o efetivo aumento da *superpopulação relativa* e a precarização das condições laborais. Neste panorama de uma educação escolar e sistemas de ensino voltados para as empresas e mercado, a *autoformação* escapa e se distancia deste processo, podendo entrar em *tensionamento* com o mesmo. Os depoentes ressaltaram também o afastamento e refratariedade das estruturas burocráticas escolares à *autoformação*, e mesmo ao emprego criativo e autônomo da própria tecnologia (de uma forma que se distancie dos objetivos disciplinares e qualificativos).

Pudemos perceber pela análise das entrevistas um pessimismo e ceticismo de nossos depoentes em relação às estruturas escolares enquanto formadoras de sujeitos autônomos; a afirmação de um distanciamento destas em relação à atividade *autoformativa* dos periódicos eletrônicos de crítica social - que gera uma tensão entre

¹⁴⁹Maurício TRAGTENBERG. "Relações de Poder na Escola." in **Educação & Sociedade – Revista Quadrimestral de Ciências da Educação** – Ano VII – Nº 20 – Jan/Abril de 1985 (1ª reimpressão – setembro de 1986). Campinas: CEDES/Unicamp; São Paulo: Cortez Editora, pp. 40-45.

estes e a estrutura escolar, que são estruturalmente dotados de formas de organização e finalidades opostas. A *autoformação* das mídias eletrônicas, com seu caráter aberto, plural, não-dogmático, participativo, baseado em estruturas de organização e gestão mais horizontais e liberdade de debate, se distancia de forma decisiva da estrutura vertical, burocrática, hierárquica e de currículos fechados e dados a priori do sistema escolar capitalista. Ainda, a *autoformação* com a finalidade de empoderamento e busca da *auto-organização* e *autogestão* das condições de vida e atividade pelos trabalhadores se demonstra diametralmente oposta à *hetero-formação* para o mercado de trabalho e empresas, que *disciplina* e *qualifica* a *força de trabalho* para sua *sujeição* a sistemas administrativos baseados na *hetero-organização* hierárquica e na *expropriação do controle* dos trabalhadores sobre seus meios de existência. A estrutura burocrática do sistema escolar, com seus *fins*, currículos fechados e *forma* de organização vertical não estaria pronta para um emprego da modalidade de atividade *autoformativa* das mídias alternativas autônomas que estudamos, de uma forma efetiva que não reproduzisse o comum recorte e colagem de textos da internet com fins a trabalhos de avaliação.

Um depoente destacou, de forma muito enfática, que saber *gerir a escola* seria mais importante do que a adoção de currículos críticos. Assim, nossos depoentes mostram que a mera mudança de *conteúdos* não seria suficiente, se não forem mudadas as *formas* do processo de aprendizagem e organização desta. A importância das mídias alternativas não estaria apenas nos relevantes conteúdos dissonantes e contrapostos aos da mídia corporativa e discurso oficial; mas também e principalmente na *forma* mais horizontal como se processa a *autoformação*.

Nossos depoentes em geral mostraram enxergar também muito mais uma relação de *tensionamento* do que de *complementaridade* das mídias alternativas em relação ao sistema escolar. No caso dos partidos e sindicatos operários, este tensionamento se apresenta ainda muito mais como um *contraponto* e *oposição* do que um *transbordamento*. No caso do sistema escolar, de forma idêntica o tensionamento assume uma forma de contraponto; porém alguns depoentes apostam no uso das *mídias alternativas* (dos seus temas, formas e métodos) dentro também das fissuras em crise do espaço escolar, como uma *crítica interna*, *tensionamento* e *enriquecimento* que *transborda* o controle burocrático do processo formativo e de seus currículos. Assim, haveria um *transbordamento*, e um *tensionamento* simultaneamente *externo* e *interno* às estruturas do sistema escolar capitalista.

Em síntese, desta longa análise dos depoimentos dos leitores entrevistados, podemos enunciar como *conclusões parciais*:

a) Sobre os três periódicos, os depoentes demonstram um reconhecimento de seu papel estratégico, aglutinador de lutas sociais e formativo dos mesmos. Destaca-se o reconhecido pioneirismo do *Centro de Mídia Independente (CMI)*, seu formato participativo, linguagem popular e inovação na formação de um *léxico* das lutas; porém, o periódico sofreu uma crise, desenraizamento e esvaziamento que repercutiram em sua produção. *Passa Palavra* é reconhecido pela sua alta qualidade editorial e enraizamento em lutas sociais, porém, os entrevistados apontam a maior complexidade da linguagem e um procedimento editorial fechado, mais próximo à esquerda tradicional, além de um debate de alta qualidade. *Desinformémonos* é menos conhecido, mas considerado um veículo de alta qualidade de produção e com enraizamento social, embora não costume comportar debates entre leitores e fique restrito a um círculo militante específico.

b) Confirmou-se em nossa análise nossa percepção anterior, de que o círculo social leitor dos três sites é composto *predominantemente* por trabalhadores qualificados, que laboram no setor da *mais-valia relativa*, inseridos em funções que integram as *condições gerais de produção* do capital.

c) Sobre o papel dos periódicos em relação à rearticulação das lutas sociais, os depoentes parecem acordar entre si que os três sites, assim como o campo mais amplo de sites anticapitalistas nos quais estes se inserem, cumprem um papel importante de articulação e aglutinação de lutas. Porém, isto fica restrito ao círculo social de leitores que definimos. Nossos depoentes ressaltaram que o elemento primordial de rearticulação da classe trabalhadora não está em veículos da internet, mas na organização social e presencial de bases das lutas, da qual os sites seriam apenas uma *função*. Assim, o trabalho de bases se apresenta como alternativa real contra a *virtualização* e esvaziamento das lutas, bem como o *fetichismo* dos meios eletrônicos.

d) Notamos uma *recuperação* capitalista da *forma* de comunicação e debates eletrônicos de crítica social, absorvida pelas redes sociais comerciais, a um nível tão extenso que sites de crítica social e redes sociais parecem se confundir entre si na visão dos depoentes. Igualmente, burocracias sindicais e partidárias tentam promover tal recuperação, em seus termos.

e) Sobre o caráter formativo e educativo dos sites, os entrevistados mostram acordo sobre a efetiva atividade *auto-formativa* destes espaços - porém, restrita a seus círculos leitores, de trabalhadores qualificados e intelectuais; e destacam a forma mais horizontal, plural e não-homogênea dos debates e formação. Mas, obtemperam que assim como nas lutas sociais, esta formação tem seu elemento crucial nos processos organizativos presenciais e de bases. Assim, o que ocorre em espaços eletrônicos é, na verdade, a transposição dos guetos sociais do mundo presencial, das lutas e contradições, em suma, das *relações sociais*.

f) Nossos depoentes apontam a significativa diferença entre a forma e atividade *auto-formativa* dos periódicos que estudamos em relação às estruturas fechadas, dogmáticas e verticais dos partidos e sindicatos operários tradicionais - havendo *tensionamento* e *contraposição* das mídias alternativas a estas estruturas. A mesma diferença, tensionamento e afastamento existe em relação ao sistema de ensino capitalista em crise; porém, alguns depoentes apontam a necessidade de um tensionamento interno com a atividade da estrutura escolar, na atuação docente, que poderia utilizar elementos e formas do periodismo eletrônico crítico.

Tendo, portanto, todos estes elementos, passaremos finalmente a uma análise sucinta dos depoimentos dos *produtores* dos sites que estudamos.

Capítulo V - Os Produtores dos Periódicos

Buscamos no presente capítulo analisar os depoimentos dos produtores dos periódicos estudados: *Passa Palavra*, *Centro de Mídia Independente* e *Desinformémonos*; incluímos aqui, como ampliação de nosso corpo de fontes, a Revista Eletrônica *Sinal de Menos*.

O primeiro periódico entrevistado foi *Centro de Mídia Independente (CMI)*; esta escolha foi feita por ser o site mais antigo e precursor de toda a modalidade de atividade de mídia alternativa e *autoformação*. Três integrantes do *CMI* nos concederam entrevistas, sendo dois deles fundadores do site no Brasil e ex-membros, e o terceiro, membro atual e ativo. As entrevistas foram coletadas entre Junho de 2013 e Junho de 2014.

O segundo periódico entrevistado foi *Desinformémonos*, em Junho de 2014, e dele coletamos uma única entrevista com uma ativista membro. Optamos por trabalhar apenas com o coletivo brasileiro da rede (que é uma filial), uma vez que sua Matriz, do México, nos propiciaria uma gama de materiais muito grande em relação a nosso recorte pretendido - que trabalha com coletivos brasileiros - o que proporcionaria um outro trabalho completo de pesquisa. Além disso, desde 4 de Agosto de 2014, o coletivo *Desinformémonos* do México encontra-se em reformulação organizativa e de seu site, cujos arquivos de cento e cinquenta e cinco números publicados em cinco anos estão, entretanto, disponíveis na sua página¹⁵⁰.

O coletivo *Passa Palavra* não nos concedeu entrevista - alegando que isto comprometeria sua segurança interna - o que se reporta a um contexto de criminalização do protesto social e das mídias alternativas. Baseamo-nos, por orientação dos integrantes do mesmo, em seus documentos editoriais (*Apresentação*, *Pontos de Partida*, *Estatuto Editorial* e *Organização Interna*, dentre outros)¹⁵¹, bem como em demais informações presentes no site para a avaliação a seguir. A carta de recusa à entrevista por parte do coletivo pode ser consultada nos anexos desta tese. Os contatos com este coletivo ocorreram entre Julho e Setembro de 2014.

¹⁵⁰ Ver <<http://desinformemonos.org/>>.

¹⁵¹ Ver <<http://passapalavra.info/quem-somos>>.

Finalmente, o coletivo *Sinal de Menos*¹⁵², do qual alguns integrantes já nos concederam entrevistas enquanto *leitores* de mídias alternativas, nos ofereceu sua entrevista de forma especialmente interessada e prestativa - e a incluímos aqui, como ampliação do escopo original de fontes que adotamos. Como esta entrevista, concedida em Setembro de 2014, nos chegou posteriormente à coleta e análise de materiais, ela e o periódico não foram anunciados nas análises anteriores deste trabalho. Assim, temos um total de cinco entrevistas - três relativas ao *Centro de Mídia Independente*, uma sobre *Desinformémonos* e uma de *Sinal de Menos*, sendo esta última respondida por escrito. À exceção de *Sinal de Menos*, as gravações das entrevistas tiveram a média de uma hora de duração (a primeira do *CMI*, entretanto, com aproximadamente duas horas). A mensagem de recusa de *Passa Palavra* é, por nós, considerada por si só um documento significativo para nossa análise.

Aqui trabalhamos com método de coleta diferenciado em relação ao adotado para os *leitores* dos sites. No caso dos *produtores*, todas as entrevistas (exceção à *Sinal de Menos*) foram obtidas da forma tradicional - pessoalmente e *registradas em gravador*, para depois serem transcritas de forma cuidadosa (ver WHITAKER: 2000).¹⁵³ Preservamos também aqui o pleno sigilo e anonimato das fontes e de seus dados - sem mencionar nomes, mas com a adição de que não mencionamos também as idades ou outras informações dos integrantes dos coletivos produtores dos periódicos que nos concederam entrevistas (com exceção de gênero dos mesmos).

Não houveram maiores dificuldades para obtenção das entrevistas. Os coletivos apresentaram-se em geral acessíveis e interessados. Em alguns casos, entrevistados estiveram sob sobrecarga de trabalho na vida profissional e militante, o que requereu que as entrevistas fossem remarcadas; e houve um caso grave de doença de um filho de uma pessoa entrevistada. Estas dificuldades demonstram como estas pessoas se encontram inseridas em relações de trabalho sobrecarregadas e fragmentárias (e possuem dependentes e problemas familiares), demonstrando uma situação de falta de tempo disponível, similar à de diversos *leitores* entrevistados, e que coaduna com nossa análise do perfil dos trabalhadores que compõem o círculo militante que lê (e também produz) os periódicos. A única abstenção, do coletivo *Passa Palavra*, foi dada após uma solicitação de entrevista seguida de resposta positiva do periódico; entretanto, após enviarmos o

¹⁵² Ver <<http://sinaldemenos.org/>>.

¹⁵³ Cabe aqui acrescentar que conhecemos pessoalmente todos os integrantes de *Sinal de Menos*, e diversos integrantes dos demais coletivos entrevistados.

questionário e uma espera de aproximados dois meses, contatamos o coletivo por *e-mail* novamente e foi-nos dada a seguinte resposta:

"Infelizmente, o coletivo julgou que a resposta ao questionário poderia comprometer nossos procedimentos de segurança interna. Além disso, observou que muitas das questões poderiam ser respondidas apenas consultando nossos documentos editoriais (...)". (ANEXO 1)

Desta resposta, podemos inferir que a preocupação com *segurança interna* reflete a já abordada temática sobre a criminalização do protesto social e o aumento da repressão e vigilância sobre a internet - a ponto de coletivos, assim como indivíduos, temerem comprometer sua segurança pela concessão de entrevistas. Aqui podemos ver o nível em que a criminalização e repressão vêm atingindo sites de notícias anticapitalistas. Ao mesmo tempo, a resposta revela também uma forma de organização mais *fechada* e próxima das formas da esquerda tradicional - o que não afeta de nenhum modo a alta qualidade da produção e debate deste site. Um integrante, no entanto, nos indicou seus textos de fundação e editoriais, como material que poderia responder a nossas indagações. Ainda, temos ex-integrantes e ativistas próximos ao coletivo *Passa Palavra* que nos responderam entrevistas na condição de *leitores* e adiantaram importantes considerações sobre o site.

Foram efetivamente aplicados os seguintes questionários sobre os coletivos entrevistados¹⁵⁴:

Questionário de Entrevista I - Centro de Mídia Independente¹⁵⁵

- 1) *Como surgiu o CMI internacionalmente e no Brasil? Qual foi sua relação com a Ação Global dos Povos? E com o movimento Zapatista e o Fórum Social Mundial? Como e onde se organizava? Qual sua composição social básica (perfil de quem fazia parte) e que tipos de atividade fez?*
- 2) *Como vocês se situam no âmbito da rede Indymedia internacional?*
- 3) *Qual a novidade do Indymedia em termos organizacionais e de prática política? Como se organiza o CMI atual? Qual é sua composição social básica (dos membros)? É uma organização horizontal ou vertical? Poderia me dar exemplos de uma situação e de outra (organizações verticais e horizontais)?*
- 4) *Quantos acessos tem em média por dia e mês atualmente? Qual é o perfil do leitor médio? Que tipo de pessoas e grupos o leem?*
- 5) *Qual é o nível de participação dos leitores? Ocorrem diálogos com os leitores? Como isto se estabelece?*

¹⁵⁴ Como o coletivo *Passa Palavra* não nos concedeu entrevista, não sentimos a necessidade de expor aqui o questionário que seria utilizado para o mesmo.

¹⁵⁵ Nas entrevistas com três indivíduos diferentes ligados ao *Centro de Mídia Independente*, perguntas adicionais ou variações ocorreram nas questões, pelo fato de as entrevistas serem diálogos falados, que suscitavam novas questões. Porém, aqui transcrevemos o questionário padrão e basilar, sobre o qual os três depoimentos foram coletados.

- 6) *Qual é o nível de relação e enraizamento com movimentos sociais atuais? Quais seriam estes movimentos?*
- 7) *As discussões textuais geram novos debates, discussões e textos? Com que frequência? Podem citar ou indicar algumas publicações que especificamente geraram desdobramentos e debates intensos?*
- 8) *O CMI pode ser considerado um veículo de reorganização das lutas de uma classe trabalhadora fragmentada, internacionalmente?*
- 9) *O CMI tem algum papel na formação das novas gerações de lutadores sociais e novos movimentos? **Pode-se considerar que exerce um papel educativo e pedagógico, neste sentido?***
- 10) *O CMI Brasil deu origem a novos grupos, coletivos e sites? Onde podemos ver sua influência hoje? Qual é sua relação com Desinformémonos e Passa Palavra?*
- 11) *Quais as dificuldades hoje encontradas pelo CMI? E quais as razões?*
- 12) *Como vocês se colocam em relação à indústria cultural e mídia oficial?*
- 13) *Como vocês se colocam em relação às redes sociais comerciais, tais como o Facebook, Orkut¹⁵⁶, Twitter, Instagram, Youtube, etc.? Mídias sociais e internet: ferramenta de alienação ou instrumento de auto-organização dos trabalhadores?*
- 14) *Como foi, na opinião de vocês, a relação das redes eletrônicas com o atual processo de lutas sociais no Brasil iniciado desde o mês de junho¹⁵⁷ até o presente?*
- 15) *E a deep web, aonde entra nisso? Como a militarização da internet pode afetar os usos da internet pelos trabalhadores?*
- 16) *Para vocês, qual o papel que mídias alternativas como o CMI representam atualmente?*

Questionário de Entrevista II - Desinformémonos

- 1) *Como surgiu o Desinformémonos internacionalmente e no Brasil? Qual foi sua relação com o movimento Zapatista e movimentos sociais latino-americanos? E com o movimento antiglobalização? Como e onde se organizava? Qual sua composição social básica (perfil de quem o fundou) e que tipos de atividade fez/faz?*
- 2) *Como vocês se situam no âmbito da rede Desinformémonos internacional?*
- 3) *Qual a novidade do Desinformémonos em termos organizacionais e de prática política? Como se organiza Desinformémonos? Qual é sua composição social básica (dos membros atuais)? É uma organização horizontal ou vertical? Poderia me dar exemplos de uma situação e de outra (organizações verticais e horizontais)?*
- 4) *Quantos acessos tem em média por dia e mês atualmente? Qual é o perfil do leitor médio? Que tipo de pessoas e grupos o leem?*
- 5) *Qual é o nível de participação dos leitores? Ocorrem diálogos com os leitores? Como isto se estabelece?*
- 6) *Qual é o nível de relação e enraizamento com movimentos sociais atuais? Quais seriam estes movimentos?*
- 7) *As discussões textuais geram novos debates, discussões e textos? Com que frequência? Podem citar ou indicar algumas publicações que especificamente geraram desdobramentos e debates intensos?*
- 8) *Desinformémonos pode ser considerado um veículo de reorganização das lutas de uma classe trabalhadora fragmentada, internacionalmente?*

¹⁵⁶ A rede social Orkut encerrou sua existência a 30 de Setembro de 2014. Os questionários foram elaborados antes de seu encerramento. Esta rede social existiu de Janeiro de 2004 a Setembro de 2014. No seu site, consta um museu virtual com arquivos de suas "comunidades", disponível em <<https://orkut.google.com/>> (22/02/2015).

¹⁵⁷ Nos questionários, nos referimos ao processo das "Jornadas de Junho" de 2013. Como foram elaborados entre Junho de 2013 e início de 2014, a referência aos eventos consta apenas como "junho".

- 9) Desinformémonos tem algum papel na formação das novas gerações de lutadores sociais e novos movimentos? **Pode-se considerar que exerce um papel educativo e pedagógico, neste sentido?**
- 10) O Desinformémonos Brasil deu origem a novos grupos, coletivos e sites? Onde podemos ver sua influência hoje? Qual é sua relação com CMI e Passa Palavra?
- 11) Quais as dificuldades hoje encontradas por Desinformémonos? Quais as razões?
- 12) Como vocês se colocam em relação à indústria cultural e mídia oficial?
- 13) Como vocês se colocam em relação às redes sociais comerciais, tais como o Facebook, Orkut, Twitter, Instagram, Youtube, etc.? Mídias sociais e internet: ferramenta de alienação ou instrumento de auto-organização dos trabalhadores?
- 14) Como foi, na opinião de vocês, a relação das redes eletrônicas com o atual processo de lutas sociais no Brasil iniciado desde o mês de junho até o presente?
- 15) E a deep web, aonde entra nisso? Como a militarização da internet pode afetar os usos da internet pelos trabalhadores?
- 16) Para vocês, qual o papel que mídias alternativas como o Desinformémonos representam atualmente?
- 17) Como vocês analisam a propagação da extrema-direita e ideias fascistóides na internet pelo Brasil atual?

Questionário de Entrevista III – Revista Sinal de Menos (SdM)¹⁵⁸

- 1) Como surgiu a revista Sinal de Menos? Qual é sua relação com movimentos sociais e teóricos? Aonde ela se situa e se filia? Como e onde se organizava? Qual sua composição social básica (perfil de quem o fundou) e que tipos de atividade fez/faz?
- 2) Podem me elencar a linha teórica, bem como as temáticas abordadas e produções da SdM, de uma forma sucinta?
- 3) Como vocês se situam no âmbito da rede mais ampla de revistas de teoria crítica, mídias alternativas e periódicos eletrônicos de esquerda?
- 4) Qual a novidade do coletivo Sinal de Menos em termos organizacionais e de prática? Como se organiza SdM? Qual é sua composição social básica (dos membros atuais)? É um coletivo horizontal ou vertical? Poderia me dar exemplos de uma situação e de outra (organizações verticais e horizontais)?
- 5) Quantos acessos tem em média por dia e mês atualmente? Qual é o perfil do leitor médio? Que tipo de pessoas e grupos o leem?
- 6) Qual é o nível de participação dos leitores? Ocorrem diálogos com os leitores? Como isto se estabelece?
- 7) Qual é o nível de relação e enraizamento com movimentos sociais atuais? Quais seriam estes movimentos?
- 8) As discussões textuais geram novos debates, discussões e textos? Com que frequência? Podem citar ou indicar algumas publicações que especificamente geraram desdobramentos e debates intensos?
- 9) Como Sinal de Menos compreende e se situa em relação à dinâmica de reorganização das lutas de uma classe trabalhadora fragmentada, internacionalmente?
- 10) Sinal de Menos considera exercer um papel formativo, quer entre grupos teóricos, ou na própria formação política de elementos que participam das novas gerações de lutadores sociais e novos movimentos? **Pode-se considerar que exerce um papel formativo-educativo, neste sentido? Como consideram a Sinal de Menos enquanto experiência de formação?**
- 11) É possível falar na existência de uma esfera pública crítica e autônoma de debates existente na internet atual? Quais os alcances e limitações disso?

¹⁵⁸SdM é a abreviação adotada para Sinal de Menos.

- 12) *Qual o impacto da Sinal de Menos? A SdM deu origem a novos grupos, coletivos e sites? Onde podemos ver sua influência? Qual é sua relação com outras revistas eletrônicas, periódicos de esquerda e mídias alternativas ativistas? Quais seriam estas?*
- 13) *Quais as dificuldades hoje encontradas por Sinal de Menos? Quais as razões?*
- 14) *Como vocês se colocam, como veículo de reflexão e teoria crítica, em relação à indústria cultural e mídia de massa?*
- 15) *Como vocês se colocam em relação às redes sociais comerciais, tais como o Facebook, Orkut, Twitter, Instagram, Youtube, etc.? Mídias sociais e internet, para vocês, se apresentam como ferramenta de alienação mercantil ou instrumento de auto-organização e autoformação reflexiva?*
- 16) *Como foi, na opinião de vocês, a relação das redes eletrônicas com o atual processo de lutas sociais no Brasil iniciado desde o mês de junho de 2013 até o presente?*
- 17) *E a deep web, aonde entra nestes processos? Como a militarização da internet pode afetar os usos da internet pelos trabalhadores?*
- 18) *Para vocês, qual o papel que veículos como o SdM representam atualmente?*
- 19) *Como vocês analisam a propagação da extrema-direita e ideias fascistóides na internet pelo Brasil atual?*
- 20) *Depoimento, considerações adicionais, etc. -*

Cabe ressaltar que, para nossa análise destes sites as entrevistas com os *leitores*, foram por nós consideradas o "fiel da balança" ou a fonte mais importante - na medida em que indicam a inserção social, recepção e participação no debate dos sites em questão. Nossa análise dos depoimentos dos *produtores*, pois, será muito mais sucinta que a dos *leitores*, na medida em que estes últimos já responderam muitas de nossas indagações; e porque as entrevistas com *produtores* são especialmente longas e forneceriam material para várias pesquisas inteiras.¹⁵⁹ Por isso, iremos nos ater direta e pontualmente à resposta das questões de pesquisa aplicadas sobre os depoimentos dos *produtores* de mídias alternativas, a saber:

- 1) *Qual a origem e composição social do periódico?*
- 2) *O periódico pode ser considerado um veículo de reorganização da classe trabalhadora?*
- 3) *O periódico exerce um papel formativo e educativo?*
- 4) *Como esta formação se coloca em relação à pretendida pelo sistema escolar, e a dos partidos e sindicatos operários?*

Assim, esclarecido o método de coleta e análise dos depoimentos, passamos agora à análise dos mesmos.

¹⁵⁹ Muitas questões colocadas nos questionários não puderam ser abordadas por nós na análise desta pesquisa, por questões de espaço neste trabalho e tempo, pois forneceriam material para diversos trabalhos de pesquisa.

5.1 A origem e composição social dos periódicos.

Cabe, primeiramente, definir a origem e composição social dos periódicos por nós analisados - o que nos possibilita definir sua posição nos processos de lutas sociais, suas relações com o campo de movimentos de luta social, bem como o círculo social ou perfil social dos coletivos produtores dos sites. Muitas pesquisas completas poderiam ser feitas sobre a história destes meios, especialmente o *Centro de Mídia Independente* - na verdade, a história destes movimentos é um campo novo e aberto à pesquisa. Como aqui nos atemos a questões específicas acerca de *formação e composição de classe*, iremos discorrer sobre o histórico destes veículos de forma breve.

a) *Centro de Mídia Independente*

O *Centro de Mídia Independente* pode ser considerado o grande precursor de toda a modalidade de ativismo de mídia alternativa e dos grupos e coletivos que surgiram depois, sendo por nós considerado um marco histórico.

A ideia e prática de construção de mídias e narrativas dos trabalhadores não é absolutamente nova - já era uma atividade amplamente empregada desde o antigo movimento operário revolucionário e Movimento Anarquista, desde o final do século XIX. Esta modalidade de atividade *auto-organizada* de produção de notícias, textos e circulação das lutas foi especialmente fértil durante os processos de lutas no Brasil na República Velha - e tendo seu declínio após o Estado Novo e o descenso do movimento operário anarquista e libertário no Brasil. Destacaram-se diversos periódicos, como *A Plebe*, *A Lanterna*, *A Vida*, etc. O mais importante a destacar é que a prática coletiva de escrita e formulação destes periódicos, na medida em que congregavam grupos de trabalhadores em sua produção, acabava por ser especialmente *auto-formativa* para os mesmos. Da mesma forma, sua leitura por parte de operários também constituía significativa atividade formativa autônoma. Cabe aqui destacar a importante obra *Contos anarquistas - Antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*, organizada por Francisco Foot Hardman e Antonio Arnoni Prado (1985) - que possui uma amostra de uma importante produção literária feita pelos próprios trabalhadores e publicada pelos periódicos anarquistas da época, o que ilustra a importância da atividade formativa que

se congregava ao redor destes periódicos - e podemos ver uma colaboração coletiva na produção de textos e publicação de colaborações voluntárias de muitas pessoas no campo das mídias alternativas que estudamos. Entretanto, por fim a repressão, somada à burocratização do movimento operário, ao domínio de um paradigma de socialismo burocrático de Estado e a recuperação capitalista das reivindicações dos trabalhadores (como elementos possibilitadores de um regime de acumulação baseado na *mais-valia relativa*) se somaram como fatores que promoveram um eclipse do movimento libertário - e de sua produção textual e cultural - por décadas.

Foi com o ciclo mundial das lutas dos anos 1960 e 1970 que as temáticas autônomas de inspiração libertária começaram a retornar e despertar interesse. Porém, este retorno seria mais efetivo no contexto do *Movimento Antiglobalização*. No Brasil, segundo destaca Pablo Ortellado, o

Movimento Antiglobalização "...nasceu da convergência de outros dois movimentos que surgiram ou reemergiram nos anos 1980: o movimento estudantil independente e autogestionário e o movimento anarquista propriamente dito."(ORTELLADO, in RYOKI, 2004, p.9).

Ortellado, ainda, destaca que o *movimento punk* teve um papel importante de fortalecimento do renascimento do movimento anarquista (ORTELLADO, in RYOKI, 2004, p.9). O ponto crucial da reemergência do movimento libertário e autônomo se daria finalmente com o *Movimento Antiglobalização*.

O movimento indígena *Zapatista* mexicano foi de certa forma um precursor e catalisador extremamente importante para o processo que estamos discutindo. Significou, de certa forma, uma clara ilustração da teoria da *Fábrica Social* e a mostra da insuficiência de alguns paradigmas da esquerda ortodoxa - um deles seria o da centralidade da luta de classes apenas ao redor da figura dos operários industriais e urbanos como estopim e motor da luta social. Certamente, tal visão tradicional fez sentido no contexto de um capitalismo pouco desenvolvido, onde a *lei do valor* se concentrava apenas nos setores industriais urbanos e no qual a maioria da população e do tecido social ainda se encontrava sob relações pré-capitalistas. Uma teoria da *fábrica social*, no contexto de um capitalismo totalizado, nos permite ver que a produção de *valor* de forma nenhuma se limita às indústrias tradicionais, mas antes se apresenta como uma imensa cadeia social do *trabalhador social agregado*, incluindo setores não assalariados.

A luta das etnias indígenas, que pouco foi considerada pelas teorias do marxismo tradicional (mesmo na atualidade), converteu-se assim em setor dinâmico de luta no México, encontrando sua expressão culminante na ação de um grupo revolucionário com

forte heterodoxia teórica – o *Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)*. Após um trabalho organizativo de bases de mais de uma década, irrompeu-se uma insurreição indígena armada ao sul do México, no Estado de *Chiapas*, com habitantes de diversas etnias e *pueblos* indígenas de descendência *Maia*. A revolta se iniciou em Primeiro de Janeiro de 1994, dia em que as elites mexicanas comemoravam a adesão do México à *NAFTA*, com a adoção de leis que iriam permitir a venda e mercantilização das terras comunitárias dos *ejidos*. Os indígenas, que já sofriam massacres tendo os *ejidos* formalmente existentes desde a *Revolução Mexicana*, sofreriam muito mais violência com as novas leis e o interesse das empresas transnacionais nas terras e em seus recursos naturais. Na revolta, milhares de homens e mulheres indígenas encapuzados, armados com fuzis, espingardas, bastões e facões saíram das florestas e tomaram durante a noite as principais cabeceiras municipais do Estado de *Chiapas*. Seguiu-se uma reação armada violenta do exército mexicano, que se tornou uma guerra civil de algumas semanas de duração, até um acordo de paz ser firmado com imensa dificuldade, intermediação e pressão civil e popular. As elites mexicanas foram tomadas de surpresa, e o discurso oficial da *globalização* e do neoliberalismo, que afirmava quase em tom de escárnio o “*Fim da História*” (e tinha a adesão de muitos intelectuais e políticos oriundos da esquerda), encontrava-se duramente atingido. O fato mais importante é que uma repressão maior não ocorreu justamente porque o *Movimento Zapatista* e seus apoiadores civis, de forma inédita, possuíam e utilizaram uma extensa rede articulada pela internet para fazer ouvir suas urgências e denúncias internacionalmente. Em poucos dias, embaixadas mexicanas pelo mundo todo estavam cercadas de ativistas em protesto, e esta visibilidade inesperada, a solidariedade e a pressão social internacional obrigaram o estado mexicano a recuar, fazer acordos e deixar a região de *Chiapas* praticamente entregue ao sistema de autogestão organizado pelos *zapatistas*. Deste ponto em diante, os ataques ao movimento seriam muito mais desferidos por grupos de capangas e paramilitares (ver GENNARI, 2005).

O *Movimento Zapatista* articulou seu ideário e identidade tendo no ativismo pela internet um fator multiplicador e articulador entre grupos. Evocou um ideário socialista renovado e baseado numa mescla heterodoxa de teorias marxistas, autonomistas e influências da Revolução Mexicana de 1910, como o movimento de Emiliano Zapata e as idéias do anarquista mexicano Ricardo Flores Magón. Para os *zapatistas*, a coletivização dos *meios de produção* (e cabe ressaltar que é a *propriedade da terra* a questão central do movimento e não aspectos simbólicos ou culturais, como parte da

esquerda pós-moderna insiste), deve ser feita através da *autogestão* e de um processo decisório de *democracia direta* baseada em uma estrutura de “*juntas de buen gobierno*” (conselhos de delegados rotativos e não-profissionalizados) e a organização de “*caracoles*” (centros comunitários de decisão coletiva). O ponto mais marcante deste processo é a estrutura de delegados rotativos, a recusa da profissionalização da decisão, bem como do discurso econômico desenvolvimentista. O lema deste sistema de decisão é “*mandar obedecendo*”. Tal movimento influenciaria lutas importantes em muitos estados mexicanos, como *Guerrero, Morellos, Atenco, Oaxaca*, etc - na verdade as lutas autônomas indígenas perpassam regiões inteiras do país e evocam formas de organização de bases similares. O interessante a notar foi a emergência de uma figura que se tornaria muito popular e alvo de imensa especulação por sempre se apresentar mascarado – o *Subcomandante Marcos* – porta-voz do *Exército Zapatista* e importante teórico (que recusa o culto à personalidade, chamando a si mesmo de “*delegado zero*”; chegou a publicar libretos pornográficos e declarar amor publicamente a Angelina Jolie, sempre em um tom de humor, ironizando o culto que se tentou produzir sobre ele. De qualquer forma, tornou-se uma personagem “folclórica”). “Marcos”, a quem o governo mexicano atribui supostamente ser Rafael Guillém, ex-professor universitário, tornou-se uma figura simbólica de uma produção coletiva de identidades e pensamentos. Publicou extensivamente obras teóricas e políticas. Marcos e o *movimento zapatista* receberam apoio dos pensadores autonomistas John Holloway e Harry Cleaver. Em 1996, durante uma conferência internacional de *mídias livres*, *Subcomandante Marcos* apresentou em um vídeo uma declaração do *movimento zapatista*, de forte crítica à *sociedade do espetáculo*, com uma análise das relações de poder, uma leitura prognóstica da crise capitalista e da “*cuarta guerra mundial*”, que seria a guerra do poder capitalista contra os explorados e os não-rentáveis.¹⁶⁰ Nesta visão, Marcos antecipa um choque entre a realidade falsificada pelos meios espetaculares e a realidade concreta baseada na violência, opressão e exploração; e exorta à criação de uma rede internacional de mídias independentes que teria o papel de promover a circulação e fusão das lutas sociais e funcionar como veículo de debates, construção teórica coletiva e horizontal e salvamento da memória histórica dos oprimidos e sem voz. Sem dúvidas, encontramos aí ecos que se

¹⁶⁰ “Entrevista al Subcomandante Marcos” disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=QM2n0WNiMDQ>.

aproximam ao pensamento de Guy Debord, as obras de Harry Cleaver, teorias autonomistas de Toni Negri, Hakim Bey e outros.

Nesta época, iniciou-se uma série de esforços de construção internáutica de redes anticapitalistas e antiglobalização, que culminaram na onda de protestos global com as imensas manifestações de Seattle (quando a "rodada do milênio", da OMC, foi cancelada após os protestos, bloqueios de vias de acesso e descontentamento de países integrantes na OMC), em novos movimentos como os *Black Blocks* e na criação internacional do *Centro de Mídia Independente (Indymedia)* em Novembro de 1999. O *zapatismo* mexicano, assim, foi um forte precursor de uma reorganização internacional dos processos de lutas, bem como formador de uma complexa e heterodoxa concepção política, cultural e dos imaginários sociais, que influenciou os novos movimentos decisivamente, se tornando uma referência.

Com os protestos internacionais ocorridos entre 1998 e 2002, o *Movimento Antiglobalização* se apresentou de forma decisiva. Conforme relata Ortellado,

"Essas duas vertentes do movimento social libertário convergiram, meio que casualmente, atraídas pelos fascinantes acontecimentos em Seattle. Mas o movimento, claro, não começou em Seattle, como dizia o slogan das manifestações contra a ALCA em 2001 ("Não começou em Seattle, não vai terminar em Quebec"). De fato, Seattle foi a vitrine midiática de um movimento que pode ter muitas origens, mas que, em sua vertente radical, remonta à inspiração da revolta zapatista em 1994 e à articulação dos dias de ação global em 1998.

Os encontros promovidos pelos zapatistas, chamados de "intergalácticos" e "pela humanidade e contra o neoliberalismo", permitiram a articulação de movimentos sociais de base, o que deu origem a uma rede permanente de mobilização e comunicação chamada Ação Global dos Povos. Essa rede, consolidada depois de um encontro bem-sucedido em Genebra, em 1998, concentrou-se em uma idéia a um só tempo singela e audaciosa: a de dias de ação global. A idéia era explorar as novas redes de comunicação, que ganhavam muito dinamismo com o barateamento da internet, para mobilizar simultaneamente, em todas as partes do globo, movimentos sociais contra as instituições que estavam promovendo o neoliberalismo." (ORTELLADO in RYOKI, 2004, p.9-10).

Surgia a *Ação Global dos Povos (AGP)*, que se apropriava da estrutura da internet para fins de circulação e articulação das lutas. O próprio movimento *hacker* e o *hacktivismo*, como destacou Murilo Bansi Machado, teria se fortalecido na metade da década de 1990, ao redor das redes de solidariedade ao movimento zapatista (MACHADO, 2013, p.20-21). Harry Cleaver analisou e enfatizou este potencial aglutinador das redes eletrônicas que surgiram ao redor do *zapatismo*, congregando lutas muito diversas (CLEAVER, 1998). Toda esta estrutura horizontal e participativa de

comunicação surgia, numa época em que a internet tinha uma estrutura de emissão não-participativa e recepção passiva de sites comuns, pelas mãos do próprio movimento social, muito antes das empresas da internet criarem redes sociais, sites de vídeo, fóruns e outras ferramentas. Jérémie Zimmermann chegou a afirmar que foram *hackers* que praticamente criaram a internet:

"(...) ... os hackers criaram a internet por várias razões - inclusive porque era divertido. Eles a desenvolveram e disponibilizaram essa tecnologia para o mundo todo. Empresas como o Google e o Facebook viram uma oportunidade de criar modelos de negócios com base na coleta de dados pessoais de usuários.(...)" (ASSANGE et al.: 2013, p. 85).

O *Movimento Antiglobalização*, organizado principalmente pela *Ação Global dos Povos*, soube utilizar-se de espaços para encontros criados pela esquerda institucional, como o *Fórum Social Mundial*, dentre outros, preservando sua autonomia mas tentando dialogar com a esquerda tradicional (ORTELLADO, in RYOKI, 2004). Finalmente, foi para cobrir os protestos contra a OMC em Seattle que se articulou a rede *Centro de Mídia Independente*, conforme relata Ortellado:

"Apesar da relação em certo sentido ambígua com a mídia corporativa, um dos resultados concretos mais importantes do movimento foi a criação de uma alternativa bem-sucedida a ela: o Centro de Mídia Independente (CMI). O site do CMI nasceu em novembro de 1999, especificamente para cobrir os protestos contra a OMC em Seattle. Ele foi concebido, alguns meses antes, em um encontro de mídia alternativa como um banco de dados multimídia por meio do qual diferentes veículos alternativos intercambiariam matérias dispensando o direito autoral. O que aconteceu, porém, foi que, durante os protestos de Seattle, não apenas os jornalistas utilizaram o site. Os manifestantes, eles mesmos, publicaram diretamente seus relatos, entrevistas, fotos e vídeos, dispensando a mediação do jornalista. As pessoas envolvidas no projeto foram suficientemente sensíveis para perceber essa apropriação e transformaram isso em base para um novo conceito de contra-informação. Não se tratava apenas de combater a hierarquia da redação jornalística, nem o caráter industrial e capitalista da produção da notícia; tratava-se de abolir o próprio papel de mediador do jornalista, criando um sistema participativo de publicação aberta. Os altos índices de acesso e a difusão dos sites do CMI mostraram que a escolha tinha sido acertada." (ORTELLADO in RYOKI, 2004, p.28-29).

Assim, foi desta *apropriação direta* da tecnologia de publicação em plataforma aberta que surgia toda uma modalidade de ativismo de mídia alternativa como expressão das lutas sociais.

O *Movimento Antiglobalização* foi, porém, se enfraquecendo, num contexto de aumento do controle da internet e criminalização dos protestos sociais gerado pela guerra

internacional ao terrorismo e leis aprovadas pelo governo Bush (limitação da circulação de pessoas, controle das comunicações); na mesma época se intensificava o crescimento econômico internacional após o ano crítico de 2001; nos anos seguintes, o destaque cada vez maior da economia chinesa, e o crescimento cada vez mais intenso dos atualmente conhecidos *BRICS*; e, finalmente, um contexto de eleição de uma frente de governos da esquerda política na América Latina, seguido pela burocratização, cooptação e esvaziamento de importantes movimentos sociais e sindicais. Foi dentro deste contexto, especialmente após a eleição do *Partido dos Trabalhadores* para a gestão do Governo Federal em 2002, que ocorreu forte esvaziamento e dispersão das lutas no Brasil; ainda, diversas esquerdas organizadas ao redor do *Fórum Social Mundial* foram com o tempo se integrando pelas vias parlamentares, sofrendo uma dissolução em lutas pontuais dispersas, cooptações partidárias, burocratização e esvaziamento de conteúdo de classe. Assim, o *Movimento Antiglobalização* sofreria as consequências globais e locais de todo este contexto.¹⁶¹ Porém, sua atuação enquanto processo de lutas sociais foi extremamente importante como experiência, enquanto difusor do uso das novas tecnologias em auxílio do processo de organização de lutas, pelo acúmulo de discussões políticas e pela consciência que permitiu gerar de seus próprios limites; ainda, se destacou por sua autonomia em relação à política institucional. A partir de 2004, os protestos autônomos encontravam-se completamente esvaziados - o que determinou algumas mudanças em relação aos integrantes deste movimento. Uma parte se direcionava em relação à adoção do *Anarquismo Organizado*¹⁶², enquanto a outra prosseguia com a forma *autonomista*. Podemos finalmente acrescentar que, fundado em 2005, o nascente *Movimento Passe Livre* foi um dos herdeiros do processo iniciado pela *Ação Global dos Povos* e da influência formativa e catalisadora do *Centro de Mídia Independente*.

Nos anos de 2006 e 2007, o Brasil viveu uma sequência importante e nacional de lutas sociais, culminando na significativa luta de Abril e Maio de 2007, quando reitorias de universidades foram ocupadas por estudantes em todo o país, os movimentos

¹⁶¹ O *Centro de Mídia Independente*, internacionalmente, teve um papel crucial, ainda, na cobertura da revolta de Oaxaca em 2006, quando o ativista da rede *Indymedia* Brad Will foi assassinado por capangas em uma barricada, no momento em que cobria os protestos.

¹⁶² Vertente anarquista de origem uruguaia, de forte inspiração em teorias de Bakunin, Nestor Makhno e Malatesta, que prega a necessidade de os anarquistas se organizarem não apenas em nível sindical e social, mas em nível político, criando organizações específicas anarquistas. Ver RUGAI, Ricardo Ramos. **Um partido anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU**. São Paulo: Ascaso, 2012.

camponeses de luta por terra bloqueavam estradas, ocupavam terras e usinas por todo o território nacional; lutas indígenas floresciam e fortes movimentos grevistas de servidores públicos ocorriam, muitos organizados por oposições sindicais¹⁶³, contra políticas de precarização trabalhista e previdenciária do *Governo Federal* e governos estaduais. Porém, após a crise econômica mundial de 2008 e o posterior crescimento econômico de recuperação acelerado do país e dos *BRICS*, uma dispersão mais forte e acentuada das lutas ocorreu. Cabe destacar que, pelo menos desde 2005, as redes sociais como *Orkut* já possuíam grande força, e a rede *Facebook* passou por um enorme crescimento de utilização nos últimos anos da primeira década do século XXI, configurando uma verdadeira febre internáutica.

No ano de 2009, fruto da união de ativistas de diversas áreas e movimentos do Brasil e de Portugal, é fundado o site *Passa Palavra*, com uma plataforma de publicação fechada, uma organização coesa, um corpo teórico sólido, e um espaço de debates intensos e de alto nível. No mesmo ano *Desinformémonos* era fundado também. Já desde Dezembro de 2008 também era constituída a Revista Eletrônica *Sinal de Menos*, produto da aproximação de teóricos da área de *teoria crítica* e *autonomistas*, que há anos já discutiam através de fóruns eletrônicos. Após este breve histórico, cabe analisar brevemente como os depoimentos relatam a fundação, origem e composição social dos periódicos.

O processo de formação do *CMI* que descrevemos pode ser muito bem ilustrado por um depoimento em que, perguntada sobre a origem e composição social do periódico, uma entrevistada integrante do *CMI* afirma:

"O CMI internacional surgiu em mil novecentos e noventa e nove (grifo nosso), durante a rodada do milênio da OMC em Seattle, e a idéia inicial era de um site pra publicação de matérias por jornalistas freelancers. Então era um projeto jornalístico, numa plataforma aberta e até então inédita. O CMI é o primeiro site de publicação aberta do mundo, e durante os protestos de Seattle, as pessoas que estavam nas ruas protestando viram que aquele site podia ser útil na divulgação das lutas e elas começaram a usar o site. Então o site foi subvertido. Ele começou com uma proposta inicial pra jornalistas freelancers e foi

¹⁶³Devido a um momento de organização que privilegiou a unidade das lutas pela base e ao redor de um calendário comum de mobilizações, destacaram-se sua atuação as oposições sindicais ligadas à *Conlutas* (Coordenação Nacional de Lutas) e *Intersindical*, antes de *Conlutas* se tornar uma *Central Sindical* registrada no Ministério do Trabalho (CSP-*Conlutas*), e a *Intersindical* se dividir em duas, tendo uma corrente basista e independente e outra ligada ao *Partido Socialismo e Liberdade*, em aberta divergência uma com a outra. Este processo repercutiu seriamente, agravando o enfraquecimento e crise das oposições sindicais no país. Tratava-se da divergência entre duas estratégias de luta: uma que colocava a unidade na ação, pela base, e outra que privilegiava a criação de aparelhos pela cúpula, através da fundação de uma *Central Sindical*, dentro do panorama da Lei n.º 11.648/2008, que fez o reconhecimento formal das *Centrais Sindicais* no Brasil, atrelando-as financeiramente ao Estado.

tomado pelos manifestantes que estavam nas ruas e assim todo mundo publicava o seu relato (grifo nosso).(...)E a inspiração do CMI é Zapatista, veio de um chamado do Subcomandante Marcos, na Quarta Declaração de Selva Lacandona ele diz que... (...) Ele diz que a gente deve ter os nossos próprios meios de comunicação... Isso já é mais velho que o Subcomandante Marcos. O Malatesta dizia que a gente tinha que ter os nossos jornais. Porque quando você está lutando você sabe que a divulgação da luta é muito importante... (...) Então tem essa relação com o movimento Zapatista desde o começo. E com a Ação Global dos Povos (AGP), o que aconteceu é que o CMI foi crescendo junto com a AGP. Conforme os protestos iam acontecendo ao redor do mundo, iam sendo criados CMIs. Então você tem em Seattle, Gênova, Québec, vem no Brasil e aí sobe a América Latina toda. Foi pra Palestina durante uma das Intifadas. Eu lembro que tinha gente presa dentro de igreja durante o começo das guerras.” (P2)

Aqui a depoente também alude ao fato importante de que a rede CMI existe espalhada pelo mundo todo. Ela prossegue descrevendo a composição social do CMI: “(...) Bom, no começo era jornalista freelancer, estudante de jornalismo, e aí foi espalhando pelo pessoal ativista autônomo, anarquista. No Brasil chegou com o pessoal anarquista ativista”.(P2) Assim, a entrevistada aponta a origem da rede Indymedia (CMI) durante o Movimento Antiglobalização, como site pioneiro de publicação aberta, criado para jornalistas *freelancers*, e apropriado pelos movimentos e ativistas, pois todos poderiam publicar. Ela destaca a inegável influência dos comunicados zapatistas, que exortavam aos novos movimentos que surgiam a criar sua rede própria de comunicação, contra-informação e memória. O CMI cresceu conjuntamente à Ação Global dos Povos (AGP), espalhando-se pelo mundo, e chegando finalmente ao Brasil.

Outro entrevistado, ex-membro-fundador do mesmo veículo, ao ser perguntado sobre a composição social do CMI, descreve que este coletivo era composto por

“(...) classe média universitária e pós-universitária. Geralmente branco, com poucas exceções de minorias (...) quem compunha a rede era sempre jovem, universitário, pós-universitário, classe média, média alta, até mesmo elite e majoritariamente branco. Era isso. (...) Trabalhador qualificado e às vezes até filho da burguesia mesmo, assim, né? E... e... e... Mas tinha um equilíbrio de gênero, homem e mulher, tinha equilíbrio de gênero.” (P1)

Assim, o depoente descreve um perfil de trabalhadores qualificados que corresponde com o mesmo perfil dos *leitores* por nós entrevistados, com a novidade da inclusão de alguns indivíduos oriundos de classes proprietárias - o que surge como uma novidade. Ele ressalta o equilíbrio de gênero também.

b) *Desinformémonos*

Já a entrevistada integrante do periódico *Desinformémonos*, ao relatar (em uma fala bastante introspectiva e informal) sobre o surgimento do periódico, associa-o também à forte influência *Zapatista*:

*"Então, em dois mil e seis eu passei uma temporada, na realidade, na comunidade zapatista, e nessa ocasião eu conheci a Gloria Muñoz - é... no caracol e tal - que também é uma jornalista bastante ativista e que, enfim... passou bastante tempo com a comunidade zapatista (...). Quatro anos depois, não, três anos depois, em dois mil e nove, eu fui convidada para participar do Desinformémonos que estava em gestação, estava em processo de vir a público para fazer traduções. E assim como eu fui chamada por ter conhecido a Glória num Caracol Zapatista e num ambiente zapatista, várias outras pessoas dessa rede internacional de apoio ao zapatismo também foram chamadas, pessoas que se conheceram nesse contexto. Então isso, acho que a relação do Desinformémonos com o zapatismo é sobretudo essa, a base dele, a composição inicial dele, tem muito a ver com essa rede internacional de apoio aos zapatistas (...) ... a linha política, visão de mundo que tanto o Desinformémonos apresenta como aquelas pessoas que estão contribuindo, tentando trazer um pouco dessas lutas de **abajo** e da **esquerda** (grifos nossos), que tem essa chave da autonomia e tal, dos seus países para o Desinformémonos, esse acaba sendo o filtro, uma perspectiva bastante zapatista, bastante política. Ainda que não seja um site zapatista, ele tem os princípios e tem uma visão de mundo e acaba se conectando com movimentos que tem muitas afinidades em vários aspectos com o zapatismo. (...) Ele nasceu, veio ao ar em outubro de dois mil e nove(...) ele tem pessoas no conselho editorial de vários países..." (P3)*

Assim, aqui também temos a influência zapatista, não apenas como um referencial, mas com militantes diretamente ligados ao movimento, e sua rede internacional de apoiadores. Esta rede, que existe desde antes do *Movimento Antiglobalização*, consiste na própria composição social dos coletivos integrantes da rede *Desinformémonos*. Aqui temos o adicional da menção a militantes com inserção e proximidade grande com o zapatismo e movimentos sociais comunitários de base.

Como podemos ver, tanto *Centro de Mídia Independente* quanto *Desinformémonos* surgiram de um contexto em que ocorriam lutas anticapitalistas globais, tendo como forte referencial o *Movimento Zapatista*, experiência autogestionária que se faz presente até os dias atuais no México. Podemos ver também em comum nestes periódicos, a marcante presença de jovens dentre seus componentes e certo equilíbrio de gênero (a própria entrevistada do *Desinformémonos* é uma mulher, e dentre os entrevistados de *CMI* também temos a presença feminina). A alusão remete, num

depoimento, a trabalhadores qualificados, e em outro, a jornalistas - o que, mais uma vez, remete ao círculo social por nós anteriormente analisado e descrito.

c) *Passa Palavra*

O coletivo *Passa Palavra* foi fundado, assim como *Desinformémonos*, no ano de 2009. Em seu editorial apresenta-se:

*"Somos um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais."*¹⁶⁴

Partindo de uma análise que ressalta a transnacionalização do Capital, o site defende uma internacionalização da luta dos trabalhadores como resposta ao próprio capital e coloca-se como instrumento de divulgação, apoio, ligação e associação das lutas que ocorrem nacionalmente e internacionalmente (bem como meio de formação e discussão política):

*"Desde sempre o capital teve tendência a internacionalizar-se. Mas nas últimas décadas fez mais do que isso, transnacionalizou-se. Já não se trata de alguns países exportarem capitais para os restantes, mas de uma permanente circulação de capitais por cima de todas as fronteiras. E se o capital hoje não conhece fronteiras, também as lutas dos trabalhadores não se podem submeter a elas. Aprender com as formas práticas de luta desenvolvidas noutros países, apoiá-las e ligarmo-nos a elas é uma necessidade de sempre, mas que agora se torna ainda mais decisiva."*¹⁶⁵

Em seu documento "*Aspectos de organização interna*", *Passa Palavra* também destaca:

*"O Colectivo chamado a tomar decisões no Passa Palavra é constituído por todos os companheiros e companheiras que concordem com os documentos de referência do Passa Palavra (Pontos de Partida e Estatuto Editorial) e que os apliquem na prática de forma regular e continuada. Enquanto a dimensão do Colectivo o permitir, a admissão de um novo membro será decidida por consenso na base de uma "apresentação" do candidato (quem é, no que participa, etc.)"*¹⁶⁶.

Assim, a adesão ao coletivo se dá ao redor do acordo a uma plataforma, exposta no citado documento *Pontos de Partida* e em seu *Estatuto Editorial*, e na aceitação do indivíduo pelo grupo em decisão coletiva.

¹⁶⁴ Ver o texto "*Apresentação do Passa Palavra*", 02/02/2009, in <<http://passapalavra.info/2009/02/12>>.

¹⁶⁵ "*Pontos de Partida*", 02/02/2009, in <<http://passapalavra.info/2009/02/121>>.

¹⁶⁶ "*Aspectos de organização interna*", 02/02/2009, in <<http://passapalavra.info/2009/02/200>>.

O coletivo, ainda, se coloca como uma organização *horizontal* com *tarefas rotativas e coletivas*:

*"No Passa Palavra as decisões colectivas serão, preferencialmente, tomadas por consenso. A votação de decisões na base de maiorias e minorias deve ser considerada como um último recurso que necessita, da parte de todos e cada um, de um esforço prático e urgente de restabelecimento do consenso"*¹⁶⁷

O mesmo documento destaca a existência de uma *Coordenação Rotativa*, que convoca reuniões e organiza a edição do site, viabilizando as decisões do coletivo¹⁶⁸. Assim, o mesmo assegura uma forte organização editorial - da qual, entretanto, alguns *leitores* entrevistados se queixam de possuir um caráter fechado ao modo das organizações *mediadas* da esquerda tradicional, não sendo um site de publicação aberta - o que contrasta de alguma forma com a horizontalidade proposta por seus documentos fundadores. Porém, é unânime dentre seus leitores que a qualidade editorial é das mais elevadas.

d) Sinal de Menos

A Revista Eletrônica *Sinal de Menos*, da qual entrevistamos membros enquanto *leitores* dos periódicos anticapitalistas que analisamos, foi especialmente simpática à nossa pesquisa e nos ofereceu entrevista, que foi concedida rapidamente e por escrito e aqui mencionamos como uma importante ampliação de nossas fontes. Sabemos também tratar-se de um grupo jovem, que evoca, como os demais periódicos, uma forma de organização *horizontal*. Coloca-se como uma revista de *teoria crítica*, e não exatamente uma mídia de notícias anticapitalistas, embora faça constantemente análises de processos de luta. Em relação a sua origem, o coletivo *Sinal de Menos* nos relata:

"A revista surgiu de um convite, feito por um de nós aos demais, por e-mail, em Dezembro de 2008, em pleno contexto de crise mundial. Com exceção de um de nós, que integrou o grupo depois, os outros já vinham discutindo online (via comunidades do Orkut, e-mail, Messenger e Skype) pelo menos desde 2005, 2006. Concordamos que o momento havia chegado de começar algo novo. Em maior ou menor grau, tínhamos todos passagens pela universidade (hoje o grupo conta com 4 doutores e 2 mestres), mas achávamos que a Revista não devia ter caráter estritamente acadêmico (para alguns de nós, academia já

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Ibidem.

rimava com anemia), mas nem por isso seria uma revista puramente militante". (P5)

O depoimento também destaca o alto nível de formação de seus componentes, que constituem todos em ensaístas teóricos. Suas publicações, como *Desinformémonos*, se organizam em números, mas que aparecem com intervalo de meses, em volumes ricos em contribuições, resenhas, traduções e entrevistas. O eixo teórico referencial principal é uma teoria radicalmente crítica da *economia política* e da *sociedade produtora de mercadorias* e baseada na *lei do Valor*. Seu espaço editorial é aberto a divergências e debates, como o publicado sobre os conceitos de *classes* e *luta de classes* relacionados à teoria crítica (CUNHA, 2009).¹⁶⁹

Como vimos, todos os periódicos reivindicam organizar-se de forma *horizontal*, embora seu caráter editorial possa ser circunstancialmente mais ou menos fechado. Podemos depreender, que os periódicos, em termos de origem, podem ser divididos grosso modo em três ramos. O primeiro é o dos oriundos do *Movimento Antiglobalização*, do *Zapatismo* e movimentos sociais mexicanos e latino-americanos, comportando *Centro de Mídia Independente* e *Desinformémonos*. É inegável a influência e referencial que o primeiro exerceu sobre o segundo, embora o segundo não possua o formato de publicação aberta do primeiro, sendo uma *revista de números*, e possua um enraizamento mais forte em movimentos indígenas e sociais de base, um pouco diferente do perfil predominante ativista urbano do *CMI*.

Passa Palavra, por sua vez, surge da aproximação de uma rede de colaboradores de Portugal e do Brasil, fundindo-se em um projeto jornalístico e teórico, com intuito de noticiar as lutas, apoiá-las e difundir reflexões sobre as mesmas. Possui um estilo e formato fechado de publicação, com um coletivo editorial rigoroso, porém portando um espaço de comentários que suscita ricos debates. Assim, *Passa Palavra* carrega uma prática de notícias e debate eletrônico da qual sem dúvidas *CMI* foi o precursor, mas com um formato de publicação também diferente (não aberto e mediado) - podemos dizer que

¹⁶⁹Daniel CUNHA. "Penúltimos combates. A luta de classes como desejo reprimido no *Krisis/Exit*." in *Revista Sinal de Menos*, nº 1, Abril de 2009. <<http://sinaldemenos.org/2011/02/22/sinal-de-menos-1/>>. Este artigo representa a síntese de intensos debates em fóruns eletrônicos sobre a problemática de as revistas alemãs *Krisis* e *EXIT!* empreenderem uma crítica ao capitalismo apenas pela lógica categorial sistêmica, abrindo mão e mesmo rechaçando as análises que utilizam os conceitos de *classe social* e *luta de classes*.

traz influências do *CMI* principalmente em sua proposta de circular as lutas sociais e dar voz aos seus protagonistas. Sua composição social, embora mais difícil de definir pelo fato do coletivo não nos conceder entrevista, sugere pelo alto nível de publicação e organização editorial que se constitui principalmente de teóricos de alta formação e engajamento, do Brasil e Portugal, e que herdam também uma tradição oriunda das lutas operárias autônomas europeias e teóricos autonomistas.

Finalmente, a origem de *Sinal de Menos* é diferente e única, por ser um grupo surgido inteiramente a partir de fóruns de debates eletrônicos sobre *Teoria Crítica* - listas de *e-mails*, comunidades da rede *Orkut*, *Messenger* e *Skype*¹⁷⁰. É um grupo com projeto mais estritamente teórico, não voltado a um ativismo direto de notícias e circulação das lutas sociais, como os demais. Porém, porta textos e ensaios que refletem sobre processos de lutas sociais, mas com um teor mais teórico e uma considerável abertura a posições divergentes.

Em termos de composição social, todos os periódicos se assentam em trabalhadores qualificados, com um geral alto nível de formação, englobando ativistas urbanos, militantes mais próximos a movimentos sociais, jornalistas engajados e teóricos ensaístas de alto nível de elaboração. Assim, cria-se uma linha de continuidade onde os mesmos se confundem com o círculo de *leitores* dos sites - o que ainda se torna mais evidente, quando lembramos que alguns leitores entrevistados relatam conhecer pessoalmente os membros dos periódicos que estudamos ou já ter colaborado com os mesmos. Logo, trata-se de um mesmo círculo social, entre *produtores* e *receptores* (que mesmo se misturam entre si) - que também não exclui, cabe lembrar, alguns casos de pessoas de menor formação que os acessem com grande interesse e *autodidatismo*, misturando-se nos debates a pessoas de maior formação. Este seria um dos indícios mais importantes de um processo *autoformativo*.

5.2 O periódicos como veículos de reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais.

¹⁷⁰Assistimos pessoalmente a seu processo de formação, desde as listas de emails *Estudos Krisis* e *Crítica do Valor*, passando pelas comunidades da rede *Orkut* *Karl Marx*, *Robert Kurz*, e outras, e pelo *Fórum de Teoria Crítica* (em reuniões de debate por voz pela rede *Skype*).

Aqui aplicamos a mesma questão que dirigimos aos *leitores*, pois isto permite o cruzamento da resposta dos *produtores* com a daqueles. E, como veremos, as respostas apresentam importantes pontos de convergência.

Temos no depoimento de uma entrevistada, membro do *CMI*, a afirmação de que esta *não* acredita que o periódico seja objetivamente um veículo de reorganização da classe trabalhadora (ou das lutas e movimentos sociais), mas sim um instrumento de *circulação* das lutas:

"Eu não sei se de reorganização das lutas, mas divulgação delas sim (grifo nosso). A idéia sempre foi ser um centro onde todas as lutas que estavam esparsas pudessem ser reunidas, então seria ter um lugar onde você pudesse... (sic)'O que está acontecendo no país?'- você vai lá e dá uma olhada. Olha lá no CMI porque tem notícia do MST ao Movimento dos Atingidos por Barragem, aos Autônomos de São Paulo, MPL. Estar tudo junto, essa era a idéia. Mas o CMI não tem ligação de organização dos movimentos em si (grifo nosso). (...) ...a idéia era de mostrar que a luta é global. Que a luta do cara no Chile é a mesma da pessoa em São Paulo, e isso a rede Indymedia conseguiu fazer muito bem. Foi conectar essas lutas que aconteciam esparsas pelo mundo (grifo nosso), através dos sites da rede Indymedia, e dos vídeos, das produções de conteúdo." (P2)

Assim, o site mesmo não seria um veículo de articulação ou reorganização de lutas, mas permitiria *conectar* lutas e fazer *circular* a informação sobre as mesmas. No capítulo anterior, mais de um depoente afirmou uma não-inserção de ativistas do *CMI* em movimentos sociais de base (ou, pelo menos, um afastamento progressivo em relação aos movimentos); mas, efetivamente, a prática do *CMI* nunca objetivou dirigir as lutas ou cumprir um papel de vanguarda mas, colocar diversas lutas dispersas em contato entre si, permitindo o apoio e solidariedade recíproca entre as mesmas.

Para outro depoente, fundador e ex-integrante do *CMI*, o periódico hoje seria um projeto politicamente superado e que *não* cumpriria esta função de reorganização da classe trabalhadora, apesar de afirmar que a rede já teve *potencial* para isso. Além disso, o mesmo diz que, na verdade, tratava-se muito mais de um grupo marginal - no sentido de estar à parte, de fora, lateralmente - de jovens brancos de melhor situação econômica (uma "*classe média globalizada*"), que apenas cobria jornalisticamente as lutas dos trabalhadores e as divulgava:

"(...) Hoje em dia, eu pessoalmente tenho uma avaliação que o Centro de Mídia Independente é um projeto que já foi superado há alguns anos, assim, se bobear, desde dois mil e cinco, dois mil e seis, assim. Para mim o CMI é um projeto que já foi superado tecnologicamente, com certeza, mas principalmente é um projeto que foi superado politicamente.(...) Ele já teve potencial para ser isso que você está

falando, mas ele nunca funcionou assim. Ele atuou num gueto de classe média branca global, globalizada; não foi "um grande não sei o quê" da classe trabalhadora. Não, ele registrou muitas lutas da classe trabalhadora no mundo inteiro mas, assim, quem era membro orgânico do CMI? Juventude branca, classe média globalizada. Esse era o ativista padrão do Centro de Mídia Independente, que cumpria o papel de ir lá cobrir a luta dos piqueteros(sic), dos Mapuches, dos Sem-Terra, dos Sem-Teto, dos estudantes, e tal, mas ele em si não era o agente dessas lutas, entendeu? Ele era o jornalista que estava lá cobrindo, e esses movimentos, os militantes desses movimentos e as direções desses movimentos nunca se apropriaram da ferramenta de publicação aberta do CMI como ele poderia ter sido apropriado" (P1)

Como vimos, o depoente não considera os *produtores* do CMI como membros de uma *classe trabalhadora* (evocando o conceito de "classe média")- mas nós consideramos em nossa análise os mesmos como membros do setor qualificado da classe - trabalhadores inseridos no regime de predomínio da exploração da *mais-valia relativa*. Fora as críticas que o entrevistado coloca em seu depoimento (de que o site estaria tecnológica e politicamente superado), o mesmo concorda (como a entrevistada acima citada), porém, que o periódico atuou como instrumento de *circulação de lutas* e até mesmo contribuiu significativamente para a *articulação* das mesmas, na medida em que a plataforma aberta do site permitia a interação entre as pessoas que o acessavam, além do conhecimento das lutas que ocorriam, conforme ilustra o diálogo a seguir entre nós e o depoente (sobre *se* o site cumpriria um papel articulador de lutas):

Entrevistado: "(...) de informação das lutas, de uma forma bem espontânea, sem muita linha estratégica, apenas esse corte geral de combate ao capitalismo e tal."

Paulo: "E de articulação, de certa forma?"

Entrevistado: "Provavelmente cara, provavelmente, mas não por mérito dos voluntários do CMI. Eu acho, por mérito da plataforma que permitia interação entre as pessoas e que viam que estava acontecendo uma luta aqui, uma luta ali, se inspiravam, buscavam entrar em contato com aquela luta lá que era similar à luta deles, tal, N/E?". (P1)

Assim, não seria o coletivo CMI que articularia lutas, mas isso acabava se tornando possível pela sua plataforma de publicação aberta (e que permite comentários dos leitores), que possibilitava que indivíduos envolvidos em lutas diferentes e isolados mutuamente conseguissem entrar em contato entre si, aproximando suas próprias lutas. Isto vai de encontro à proposição de Harry Cleaver (1981), que, em 1979, sustentava a importância de promover a *circulação das lutas*, permitindo que as mesmas caminhem à sua *fusão*, saltando de contestações pontuais e particulares para níveis de contestação e crítica mais sistêmicos. E, para a *autoformação*, justamente o contato com uma miríade

diversa de lutas seria o elemento que permitiria enxergar o *universal* que une diversas *particularidades*. Esta seria uma forma de produção da consciência através das próprias lutas, ao invés de sua "introdução" a partir *de fora* (e de cima) por uma vanguarda política portadora de uma "verdade" acabada e fechada enquanto *ideologia* (que pode se converter em ideário da constituição de um novo *poder*). Aqui, os indivíduos *produzem* sua própria *verdade aberta* através do contato entre diversas lutas que permite uma visão de totalidade dos processos sociais concretos. Neste processo se partiria do *real* para o *ideal*, e não do *ideal* para o *real*.

A depoente membro do *Centro de Mídia Independente* nos narra três fatos que descrevem de forma clara este caráter de divulgação (e circulação) de informações que o site possui, através da seguinte declaração:

*"Teve uma coisa muito legal que aconteceu em Junho [2013]. A gente estava no segundo protesto do MPL e uma pessoa filmou um vídeo e perguntou assim: 'Poxa! Aonde é que eu vou publicar?', falei: 'o único lugar que com segurança não vai registrar o seu IP, que eu te garanto, é o CMI. Todo mundo sobe vídeo no Youtube e corre o risco de ou ter que tirar o vídeo do ar ou ser perseguido por isso'. E aí a pessoa subiu o vídeo, e a gente achava que não ia dar nada e, tipo, a pessoa subiu o vídeo terça à noite, na quarta-feira de manhã o vídeo tinha explodido na rede e [tinha] dezesseis mil acessos. Copiaram o vídeo do CMI e puseram no Youtube e explodiu, porque eram os policiais espancando um jornalista, e virou o vídeo que serviu para denúncia disso. (...)Aquele caso que soltaram os beagles no interior. Essas pessoas vinham publicando sistematicamente no CMI, acho que duas vezes por semana, três vezes por semana: 'Esse laboratório faz isso, isso e isso.', e aí depois você vai vendo - eles vão formando um conteúdo dentro do CMI; a gente agregou o conteúdo e fez [sic] um editorial, porque você via que eles iam publicando as notícias; **só que eles não pensaram em entrar em contato com o CMI para o CMI publicar um editorial, eles só iam noticiando, e a gente vai, junta e forma uma matéria a partir disso** (grifo nosso). Então antes de sair na mídia, estava no site do CMI. (...)Tem a da denúncia do GRADI, que sempre me marca. Quando o Governo do Geraldo Alckmin criou o GRADI, que seria o novo DOPS, o Grupo de Repressão a Delitos Intolerantes, ele veio com o discurso que seria para combater esses crimes de homofobia, de racismo; e a gente estava tentando dizer que era só mais um aparato repressor e que isso ia atingir os movimentos sociais. O CMI vai, lança um editorial fazendo uma denúncia. Você tem aquele caso na Imigrantes, do ônibus que foi metralhado, onze pessoas morreram, isso aí foi em dois mil e três. Ninguém acreditava na gente, todo mundo achando que o CMI estava inventando história, e aí foram investigar e sim, o GRADI era o responsável por repressão a movimentos sociais. A Anistia Internacional indicou o prêmio e o CMI ganhou o prêmio, por conta da denúncia que fez. Depois teve uma super repercussão e isso tudo veio do CMI". (P2)*

Assim, importantes denúncias de repressão policial e lutas subterrâneas puderam circular (e em segurança, porque o site não registra o *IP* de quem publicou) e se tornar públicas, mesmo chegando à imprensa, furando o bloqueio da mídia corporativa e a obrigando a divulgar estas notícias. Este papel, recentemente, tem sido cumprido internacionalmente pelo site *Wikileaks* com imensa repercussão¹⁷¹. As mídias alternativas, assim, acabam se tornando fontes para jornalistas profissionais e a própria imprensa corporativa, por vezes.

A entrevistada membro do coletivo *Desinformémonos* acredita, assim como os entrevistados do *CMI*, que o periódico eletrônico funcione muito mais como *divulgador* das lutas - um instrumento para dar voz aos movimentos - do que um veículo de reorganização efetiva da classe trabalhadora. Sobre essa questão, diz:

"...vou dizer a minha opinião. Acho que o Desinformémonos nem tem essa pretensão, assim, de organizar uma classe, ou de organizar... acho que o Desinformémonos se vê muito mais como uma ferramenta, como... tentar dar um pouco de voz para algumas vozes que já acontecem, que já se organizam, é...(sic) Acho que tem mais pretensão de ecoar coisas que já estão acontecendo do que de ter uma ingerência de organização, sabe?" (P3)

Ela destaca que o periódico não tem a pretensão de organizar os trabalhadores ou os movimentos, mas sim de dar voz às lutas sociais, sem interferir sobre elas - contribuindo para sua divulgação (e, portanto, circulação).

No que diz respeito à mesma questão, os entrevistados¹⁷² da revista *Sinal de Menos* respondem:

"Nesse processo, nos inserimos, em nossa própria escala e com todas as nossas limitações, no sentido de contribuir para a reflexão crítica que se faz necessária a esse processo, sem abrir mão da crítica radical da sociedade produtora de mercadorias (capitalista). Uma nova solidarização, em nível global, precisa dar-se em um nível mais avançado e de maneira enraizada e estruturada teórica e praticamente". (P5)

¹⁷¹ Por exemplo, a impressionante denúncia, publicada pelo site *Wikileaks*, de Julian Assange, de que o governo dos Estados Unidos teria armado o califado extremista *Estado Islâmico* (ISIS), dentre outros grupos fundamentalistas, e negado ajuda ao governo da Síria para combatê-los. Ver a matéria "*Wikileaks: EUA armaram Estado Islâmico e se recusaram a ajudar Síria no combate ao grupo. Presidente Bashar al-Assad tentou se aproximar de Washington em 2010, mas governo Obama continuou armando seus opositores e grupos islâmicos.*" Charles Nisz, São Paulo - 12/08/2014 - in *Opera Mundi*. <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/37414/wikileaks+eua+armaram+estado+islamico+e+se+recusaram+a+ajudar+siria+no+combate+ao+grupo.shtml>>. São abundantes as análises e denúncias em mídias alternativas, em diversos idiomas, do processo pelo qual o governo dos EUA estaria a armar e se utilizar de grupos extremistas islâmicos com finalidades de controle geopolítico. Ver também <<https://search.wikileaks.org/?q=%22Islamic+State+of+Iraq%22&sort=2>>. (Acessos em 22/02/2015).

¹⁷² A entrevista foi respondida coletivamente pelo grupo, por escrito.

Assim, o periódico assume que possui especificamente um papel *teórico*, destacando a importância da *autonomia da teoria* e a consideração da própria *prática teórica* como uma práxis política militante. O periódico se limitaria a contribuir para a reflexão sobre os processos sociais e as lutas - e sem intervir sobre as mesmas (e, por conseguinte, pretender organizá-las ou reorganizá-las).

No que tange à reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais, *Passa Palavra*, por sua vez, propõe-se como colaborador desta, conforme destaca em seu documento de fundação:

Pontos de Partida: "Numa época em que avançam as várias modalidades de vigilância e repressão – a monitorização das nossas palavras e dos nossos gestos por meio da internet e de câmaras espalhadas por todos os lugares, a utilização empresarial de dados pessoais, a criminalização dos movimentos sociais e de quaisquer idéias anticapitalistas – é urgente a criação de uma rede que ligue as diversas formas de contestação, um espaço comunicacional que favoreça o contacto entre as diferentes correntes anticapitalistas, independente tanto do poder económico como das tutelas políticas e ideológicas. Igualmente, apoiamos e estamos dispostos a cooperar com outros projectos neste sentido. Procurando antes de mais contribuir para a unificação prática das lutas que a todo tempo irrompem e se desenvolvem, promoveremos através do nosso site: a circulação de informações que impulsionem a solidariedade entre leitores, colaboradores, activistas e grupos de trabalhadores; a exposição pública dos diferentes casos de opressão que sofrem os movimentos sociais e a população comum não organizada; e o fomento à produção teórica e ao debate político. Não somos nem pretendemos ser uma organização de tipo partidário. As nossas regras de funcionamento interno deverão prefigurar o modelo de democracia pelo qual lutamos. Desse modo, privilegiamos o horizontalismo e o colectivismo de decisão, com base nos princípios da escolha em comum, da rotatividade de funções e do controlo permanente sobre quem exerce os cargos. E só faremos acordos com outras organizações no quadro de plataformas de acção concreta destinadas a apoiar e desenvolver as lutas sociais" (grifos nossos).¹⁷³

Desta forma, o coletivo *Passa Palavra* não se propõe a ser um *partido*. Estabelece que seu papel é promover a circulação das lutas, noticiando-as, e permitindo a troca de solidariedade e contato entre as mesmas, e apoiando-as (e também promover a discussão, formação e debate político). Todas estas características seriam fundamentais para auxiliar processos de reorganização da classe trabalhadora. É importante notar que os acordos e

¹⁷³ Ver o documento "*Pontos de Partida*". *Passa Palavra*, 02/02/2009. <<http://passapalavra.info/2009/02/121>> (Último acesso em 20/12/2014).

alianças com demais organizações só se dariam através de *plataformas de ação concreta*, ou seja, bases de acordo mínimas e práticas, e não a partir de programas teóricos e ideológicos abstratos. Assim, para a concepção sustentada por *Passa Palavra*, as lutas sociais é que são a fonte e "salvam" propriamente a teoria, que surge como consciência e expressão destas. A reorganização da classe trabalhadora, desta maneira, se dá pela interligação das lutas fragmentadas, e não a partir de programas ideológicos. E o site se propõe, não a comandar as lutas, mas a ajudar este processo de *circulação* e *aglutinação*. Assim, sua prática editorial é mediada, porém, sua prática política em relação aos movimentos de luta social segue a mesma linha do *CMI* e de *Desinformémonos* - com um destacado comprometimento, proximidade aos movimentos e inserção social.

Podemos concluir, em resumo, que nenhum dos periódicos analisados se considera veículo de efetiva reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais, mas sim instrumentos de divulgação e circulação das lutas, permitindo a aproximação e unificação destas entre si, através da solidariedade e apoio mútuo entre as mesmas. O papel reorganizativo, como ficou claro nos depoimentos do *CMI*, ocorre pela ação dos próprios movimentos, que se apropriam e utilizam destes sites para divulgar suas lutas e travar contato com outras. Já *Sinal de Menos* nem mesmo pretende noticiar e circular lutas, sendo um veículo de militância teórica e reflexão sobre as mesmas. Assim, os depoimentos dos *produtores* convergem de forma decisiva aos dos *leitores* dos periódicos eletrônicos de crítica social e anticapitalistas: estes sites *não* são reorganizadores das lutas sociais, embora possam servir à *circulação* das lutas e exercer um papel importante como *função* dos movimentos. A reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais, em última instância, estaria na *ação organizativa de bases e presencial* das próprias lutas - para as quais os instrumentos de comunicação eletrônicos podem, entretanto, ser úteis enquanto voz, meio de expressão, meio de comunicação e de conseguir apoio e solidariedade, tomando contato com outras lutas e trabalhadores.

5.3 O periódicos enquanto veículos potencialmente formativos e educativos.

Anteriormente, neste trabalho, procuramos traçar o perfil do *leitor* médio destes periódicos, com intuito de compreender a qual camada da classe trabalhadora destinam-se os artigos e materiais dos sites que estudamos. Ressaltamos novamente aqui, o que já destacamos anteriormente neste trabalho - que o conceito de *classe trabalhadora* por nós utilizado não corresponde ao conceito tradicional (e romantizado) do operário de fábrica, empregue pelo marxismo ortodoxo¹⁷⁴. Esta discussão é extremamente importante, para determinarmos o potencial papel formativo e educativo destes veículos - pois precisamos justamente analisar o perfil social e formativo destes trabalhadores envolvidos neste processo, tanto *produtores* como *leitores*. Assim, retomamos brevemente esta questão, através dos depoimentos dos *produtores*.

Quando questionado sobre o perfil socioeconômico dos *leitores* do site, um ex-integrante e fundador do *CMI* responde:

"Eu não sei cara, eu estaria chutando para você. Isso eu não sei. Eu sei dos comentários que tinham no site. Acredito que classe média, acredito que classe média, cara. Porque o acesso à internet até hoje meio... (sic) por mais que tenha massificado 3G, internet móvel... tal... pô! ...em [no ano de] dois mil e um, dois mil e sete... é classe média, N/E, cara?" (P1)

Percebemos que os produtores dos veículos não sabem realmente dizer com precisão quem são seus leitores, embora acreditem ser membros da "classe média". Para esta questão, nossa análise dos leitores entrevistados e do seu círculo social foi extremamente útil, porque permitiu clarear este problema e estabelecer uma maior aproximação em relação a definir um perfil dos *receptores* destes sites. Porém, o depoimento é elucidativo quando evoca a problemática da dificuldade de acesso e remete a (um possível) setor de trabalhadores qualificados (a "classe média").

Quando perguntado se poderia tecer um perfil em termo de classe social acerca dos *leitores* do *CMI*, outro entrevistado, também fundador e ex-membro confirma, ainda sobre essa questão, que o acesso à internet na época do princípio da trajetória do *CMI* era mediado por um corte

"(...) de classe sim, porque naqueles anos o acesso à internet era muito restrito, N/E? Se você pegar, por exemplo, os estudos do corpo gestor da internet que acessa o Brasil, acessa a internet no Brasil(sic), você

¹⁷⁴ Assim, para nós, a *classe trabalhadora* não desapareceu, nem tampouco perdeu relevância, e nem mesmo seu papel protagonista na luta anticapitalista. Ela foi, na verdade, remodelada de uma forma fragmentária. Quando se afirma sua inexistência ou perda de relevância se está, na verdade, a expressar a consciência determinada por esta fragmentação - na qual sua identidade se dissolveu, e ainda não se recompôs. Porém, a classe continua, da mesma forma que antes, na base do processo produtivo.

vai ver que naquele tempo você tinha um corte de classe por própria natureza do veículo, N/E? Então... Então... Tanto é que a gente tinha muito esforço de sair da internet, fazer projeto, por exemplo, com bases comunitárias, com... com impressos... A gente teve um monte de projetos que tentavam sair da internet por conta disso, por conta desse corte de classe". (P4)

Com base nestas declarações, atreladas ao próprio conhecimento que temos da recente democratização da internet no Brasil, compreendemos que os leitores do *CMI* em seu início e seu ápice de atividades eram pertencentes a um setor da classe trabalhadora mais qualificado, potencialmente inserível no circuito de produção da *mais-valia* relativa. Entretanto, vale acrescentar aqui que muitos dos acessos do *CMI* não vinham necessariamente de pessoas que buscavam acessar especificamente seu site, e sim de pesquisas feitas pelo *Google*, onde o site do periódico aparecia dentre os primeiros para buscas de determinado assunto, como destaca aqui o mesmo entrevistado:

*"A gente nunca conseguiu desenhar um perfil do nosso leitor. E quando o site ficou grande, o que é que acontecia, você jogava qualquer coisa, qualquer assunto no Google, o segundo, terceiro link era do CMI. Então o CMI atraía um público muito diverso, muito diverso mesmo. Tinham alguns leitores regulares, N/E? **Que eram esses ativistas** (grifo nosso), mas o leitor médio eram pessoas das mais diversas. Eram os usuários da internet de então" (P4).*

Isto nos remete, assim, ao corte de grupo social que acessava a internet na época, o que corresponde ao setor de trabalhadores qualificados que apontamos anteriormente¹⁷⁵. Assim, esta percepção também mais uma vez converge com a análise que fizemos do perfil dos *leitores* dos sites, reforçando e confirmando a nossa constatação sobre o círculo social dos mesmos - que se mescla ao dos *produtores*.

Ao serem questionados sobre o nível das discussões textuais, debates e interação dos *leitores*, os entrevistados do *CMI* apontam que muitas pessoas entram nos espaços de comentários do site desviando as discussões para disputas *partidárias*, *ideológicas* e até mesmo ataques pessoais que empobrecem o debate reduzindo-o a meras "brigas" sem valor formativo. Neste depoimento, a entrevistada membro do coletivo diz:

"Nas matérias, você tem um espaço que se chama "complemente esta matéria", mas ninguém sabe ler, todo mundo faz comentários. Então fulano... Aí começam as brigas. Tem o que a gente chama de colunistas. São pessoas que publicam todo dia no CMI só pra causar polêmicas, ou que ficam respondendo umas às outras. Tem diálogos entre os

¹⁷⁵ Esta mesma "classe média" inclui também outros setores, como profissionais liberais proletarizados, funcionários públicos (também inseridos nas *condições gerais de produção* e sujeitos a uma crescente precarização e proletarização), pequenos proprietários de empresas familiares (também crescentemente proletarizados). Estes setores cada vez mais estão inseridos no circuito de produção de valor, e fazem parte do *trabalhador social agregado*.

leitores, tem sempre as mesmas pessoas que publicam e sempre as mesmas que comentam, uma para brigar com a outra. Tem gente que lê e faz comentários bons, mas tem essa interação, o site está vivo ainda". (P2)

A isto, outro entrevistado, ex-membro, complementa:

"(...)O CMI era um site de publicação aberta, as pessoas publicavam e você tinha comentários. Quando o site começou a crescer, a gente começou a ver comentários muito ruins, preconceituosos, ataques pessoais, e a gente tinha uma política editorial que proibia esse tipo de coisa, então, a gente gastava um tempo muito grande moderando o site. Por conta disso, N/E? Justamente por conta do engajamento que havia dessas pessoas que estavam fora do perfil, do conceito, digamos, do objetivo do site, que era divulgar... as lutas... esse tipo de luta que a gente estava envolvido". (P4)

Assim, a moderação editorial dos comentários e publicações da famosa coluna de publicação aberta (do lado direito do site), sempre foi uma atividade muito trabalhosa e que requer um coletivo forte e ativo, com muitos membros atuantes para conseguir se revezar e cumprir esta tarefa - e, em momentos de crise e esvaziamento das lutas sociais, a dificuldade em conseguir voluntários atrapalha consideravelmente este processo, fazendo com que a moderação fique prejudicada, e haja a penetração de debates com queda no nível, proselitismos, disputas e ofensas. Um *leitor* entrevistado (e já citado) se queixou de uma "invasão" da militância partidária e petista nesta coluna (L34). Aqui sabemos que há uma dificuldade na tarefa de moderação - agravada pela falta de tempo dos *produtores*, que trabalham para sobreviver e atuam no coletivo *voluntariamente*.

Sobre o nível das discussões que acontecem na trajetória do site, um ex-membro acrescenta:

*"(...) Tinha vários tipos de discussões nos comentários, nos debates com os leitores, N/E? É... Eu vejo que infelizmente **boa parte das discussões que eu via acontecendo era relativa a esconder ou não tal comentário, porque o CMI em determinado momento adotou uma política editorial estritamente anticapitalista, e aí começava a esconder comentários e postagens de partido...**(grifo nosso) Isso sempre aconteceu, N/E? De partidos, de gente de direita, não sei o quê, não sei quê. Então o nível das discussões nos comentários do Indymedia eu achava muito baixo, N/E?". (P1)*

Assim, este periódico, possuindo um recorte autônomo, anticapitalista e apartidário, se marcou pelo seu distanciamento em relação aos partidos políticos, e muito de seu debate nos espaços abertos acabava sendo prejudicado pelos conflitos resultantes disto e da necessidade constante de moderar comentários ofensivos ou partidarizantes. O

ex-membro e fundador acaba por afirmar, criticamente, que considera que o nível das discussões era baixo.

Os entrevistados da revista *Sinal de Menos*, quando questionados sobre o nível de participação dos seus *leitores*, responderam:

"Um espaço está reservado para comentários no site. Houve uma discussão uma vez, a respeito de um texto sobre Robert Kurz. Mas não é muito frequente a reação de leitores na página da revista. Dito isso, nas redes sociais recebemos muitos elogios, mas raramente uma discussão é lançada em função de um texto publicado. Alguns dos leitores, por fim, contribuem com artigos para a revista". (P5)

Este site, portanto, apresenta uma atividade de comentários muito pequena - e cabe acrescentar que não possui uma plataforma aberta, apenas espaço de comentários. Porém, a participação, quando ocorre, surge na forma de contribuições dos *leitores*, que enviam artigos para a revista; ou comentam em redes sociais acerca dos mesmos. Assim, podemos dizer que ocorre um processo construtivo, a seu modo - e que presenciamos pessoalmente na evolução do próprio periódico (sendo que o mesmo surgiu de fóruns de debates).

Quanto ao periódico *Passa Palavra*, podemos notar em seu site que este possui grande participação dos leitores - e uma política de moderação de comentários bastante rigorosa, propiciada por sua divisão de tarefas rotativa¹⁷⁶. Os artigos publicados, como podemos ver por todo o site, frequentemente geram réplicas, tréplicas, e mesmo dão origem a outros textos e artigos, ou geram dossiês temáticos agrupados pelo coletivo.¹⁷⁷

¹⁷⁶"Aspectos de organização interna". *Passa Palavra*, 02/02/2009. in <<http://passapalavra.info/2009/02/200>> (Acesso em 15/12/2014).

¹⁷⁷*Passa Palavra* se envolveu em polêmicas que surtiram fortes efeitos ou celeumas. Por exemplo, podemos citar a série de publicações sobre o grupo *Fora do Eixo* (já aludidas); uma polêmica sobre o *Feminismo*; e, finalmente, a discussão sobre *Ecologia*. Esta última, cabe destacar, gerou textos de resposta. Ver os artigos: João BERNARDO. "Ecologia, a fraude do nosso tempo." in *Passa Palavra*, 11/03/2012, <<http://passapalavra.info/2012/03/53719>>; João BERNARDO. "O mito da natureza: 1) A mitificação do camponês." in *Passa Palavra*, 25/11/2011, <<http://passapalavra.info/2011/11/48913>>; João BERNARDO. "Sociedade Urbana e Industrial". Uma resposta. in *Passa Palavra*, 20/01/2012, <<http://passapalavra.info/2012/01/50861>>; JG. "Agroecologia e a luta campesina: continuando o debate." in *Passa Palavra*, 04/03/2012, <<http://passapalavra.info/2012/03/53470>>; e MIX. "Será o camponês um mito?" in *Passa Palavra*, 12/01/2012, <<http://passapalavra.info/2012/01/50981>>. (Último acesso dos sites em 24/02/2015). As polêmicas mais exaltadas foram as relativas ao *Feminismo*. Ver a coletânea de artigos DOSSIÊ: *Feminismo*, *Passa Palavra*, <<http://passapalavra.info/2014/07/97829>>. (Último acesso em 20/01/2015). O leitor deste trabalho, se tiver interesse, pode consultar os dossiês temáticos de *Passa Palavra*, em <<http://passapalavra.info/category/dossies>>. (Último acesso em 25/02/2015). Temos, no *Centro de Mídia Independente*, uma resposta com comentários às polêmicas sobre *Feminismo* de *Passa Palavra*, por exemplo em "Dois ou três apontamentos sobre o machismo incluyente." 27/07/2013, publicado na coluna de publicação aberta em *Centro de Mídia Independente*. <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/07/522303.shtml>>. (Último acesso em 25/02/2015). Trata-se de um caso em que um debate foi gerado e uma resposta surgiu em outro periódico eletrônico.

Durante a entrevista com a integrante do *Desinformémonos*, colocamos em pauta o fato de não percebermos muitos comentários de leitores no site, ao que a mesma respondeu-nos:

"É... No site não tem uma estrutura muito aberta assim. Acho que isso são propostas. Teve um momento que estava se reformulando o site... (...)... o Desinformémonos nasceu de pessoas que pensavam bastante no jornalismo escrito, então ele sempre...Tipo, no começo era proposta mais ser uma revista virtual(grifos nossos) (...)". (P3)

Como a mesma destaca, o coletivo surgiu de uma proposta jornalística e se direcionou a produzir uma revista, sem um direcionamento a possuir espaços abertos de comentários - embora figurem raros comentários no site. Entretanto, a revista publica vídeos, entrevistas, matérias e foto-reportagens dando voz aos próprios movimentos sociais de bases, o que acaba por dar espaço privilegiado aos mesmos, embora de uma forma jornalística que não se utiliza de debates eletrônicos como principal via. Possivelmente, em nossa análise, isto se deva à opção e linha política do periódico, que privilegia os movimentos sociais de base como espaços de atuação transformadora mais importantes. Podemos dizer, que desta forma, a revista acaba por dar voz de forma enfática a estes próprios movimentos, mais do que a discussões de internautas.

Para um fundador e ex-membro do *CMI*, os debates entre os leitores no site não funcionavam como meio de "conversão" política. Em sua avaliação, as pessoas dificilmente mudavam sua opinião política ou posicionamento ideológico, e as discussões resumiam-se apenas a reafirmações político-ideológicas já existentes:

"Então, eu acho que esses debates que aconteciam ali, é... Seria caso de analisá-los com um olhar mais detido, mas vou te dar a minha opinião, assim, de memória. Eu acho que esses debates políticos, eles... muito dificilmente eles levam a uma mudança de posição. Eles são reafirmações das posições que as pessoas já têm(grifo nosso). Há muito... há muito pouco trabalho ali de convencimento efetivo. Claro que pessoas que já tem a mesma posição, elas terminam informadas de fatos que aconteceram, de novos argumentos (grifo nosso), mas o processo de interação e de mudança de opinião, não creio que acontecia muito. Posso estar enganado, mas a minha impressão é de que... assim como a gente vê hoje nos debates da internet, o processo de convencimento e de troca e de interação efetiva, ou seja, duas ou mais pessoas entrando num processo de interação dialógica, visando o auto-esclarecimento mútuo é uma coisa muito ideal. E principalmente quando toca em assuntos políticos, que são carregados de valores, isso acontece muito pouco(grifo nosso)". (P4)

Todos estes exemplos servem para ilustrar como uma discussão ou publicação pode gerar novos textos e debates.

Este depoimento não poderia ser mais esclarecedor. Ele admite que, realmente, as pessoas adquirem pelo site informações e argumentos, mas que *não* ocorre um processo *dialógico* de busca por uma evolução consensual de ideias e debates na maioria das vezes. Isto converge de forma gritante com o já citado e analisado depoimento de uma leitora, que afirmava que o que ocorre realmente na internet é a transposição para espaços eletrônicos dos "guetos da vida real" (L27). Isto confirma muito da análise que já fizemos sobre o papel formativo destes espaços eletrônicos, através do depoimento dos *leitores* dos mesmos.

Quando perguntado se o CMI e as demais redes que surgiram do *Movimento Antiglobalização* cumpriram um papel de formação autônomo, o mesmo depoente fundador e ex-membro responde:

*"(...) É... se você pensar educação, eu não sei, não é uma coisa... não é uma área sobre a qual eu reflito muito, mas pensando assim, no processo de aprendizado que vá além do político, eu não sei se o CMI colaborou para isso. Eu acho que é mais um aprendizado de organização política e de... É, de organização política e talvez assim de formação, de aperfeiçoamento, de... de uma visão de mundo política, por meio dessa interação de pessoas que **já estão muito próximas** (grifo nosso)". (P4)*

Ele se demonstra reservado, mas admite que houve de fato um aprendizado político, de organização e de visão de mundo neste espaço eletrônico, porém, por meio da interação de pessoas que *"já estão muito próximas"*. Mais uma vez, se reforça nossa percepção da importância das relações presenciais neste processo.

Porém, nos parece inegável o papel formativo deste periódico, como veremos nos depoimentos a seguir.

A entrevistada e membro atual do CMI, ao ser perguntada sobre o potencial *papel formativo-educativo* do site e sua influência na formação das novas gerações de lutadores sociais e novos movimentos, diz:

"Pode-se dizer que sim. Várias pessoas chegam nos movimentos sociais através do CMI. Elas lêem alguma coisa no CMI e acham interessante a proposta do site e aí se aproximam do coletivo, e aí acabam indo conhecer os movimentos sociais através do CMI. É meio que uma porta de entrada, de formação política. A pessoa entra pelo jornalismo e acaba se formando politicamente". (P2)

Ou seja, o site mesmo atrai pessoas para os movimentos e lutas - como já pudemos constatar de nossa observação pessoal ao longo de muitos anos, isto é muito frequente. Diversas pessoas se aproximam, colaboram com o site e seus membros de alguma forma, e adquirem formação política através desta prática. Cabe ressaltar que as pessoas que

adquirem esta formação, conforme expôs a depoente, fazem-no justamente na medida em que se aproximam e se engajam de uma forma mais enraizada e *presencial*. Assim, o site colabora de fato para a formação, mas também entra aqui o elemento presencial - para o qual o site se torna um "*convite*".¹⁷⁸ Assim, o CMI foi uma "porta de entrada" para a vida política de muitos ativistas.

Perguntado sobre a mesma questão, outro depoente, ex-integrante e fundador do CMI, afirma:

"Mas o CMI com certeza teve um papel fundamental na educação da nova geração política (grifo nosso). Acredito que no mundo inteiro (grifo nosso), principalmente urbano, N/E? Classe média. É... Você pega o exemplo aqui de São Paulo, por exemplo, todas as lideranças políticas entre vinte e cinco e quarenta anos já foram leitores assíduos do Centro de Mídia Independente e participaram de movimentos que o Centro de Mídia Independente divulgava, N/E? Publicavam coisas no Centro de Mídia Independente (grifo nosso), N/E? Isso daí é certeza. E em relação à influência direta, eu vejo essa influência direta no MPL. Porque quando se decidiu criar o Movimento Passe Livre, quando os diversos comitês de luta pelo Passe Livre do Brasil se uniram no Fórum Social Mundial, em dois mil e cinco, pra criar o Movimento Passe Livre, o Centro de Mídia Independente estava lá em peso, articulado e já com um, vamos dizer assim, um consenso informal que não havia sido discutido em reunião nenhuma, mas que era um consenso informal de várias conversas informais, que era o quê? 'Vamos sair daqui de Porto Alegre e montar coletivos do MPL em todo lugar que tiver coletivos do CMI'. Então o DNA do MPL tá marcado pela impressão digital do Centro de Mídia Independente. Não é a toa que o MPL se organiza de forma federativa, horizontal, descentralizada e por consenso, e com um foco na ação direta. O MPL, ele é um produto direto da formação política que veio da AGP e CMI em conjunto". (P1)

Ele destaca que o CMI cumpriu um papel crucial para a educação e formação de uma nova geração política, e afirma que o Movimento Passe Livre(MPL)¹⁷⁹ é um "filho" direto do CMI(e da AGP); na verdade, o Movimento Antiglobalização pode ter se desmobilizado, mas a luta não desapareceu - ela se transferiu e assumiu novas formas e frentes, carregando a experiência da AGP e do CMI: MPL, grupos do Anarquismo Organizado, coletivos libertários e autonomistas, grupos de educação libertária, novos coletivos de mídia alternativa, etc. A forma *horizontalista* e *federativa* destes novos grupos é, sem dúvidas, uma continuação das práticas e experiências de CMI e da AGP.

¹⁷⁸ Durante anos, observamos pessoalmente inúmeros jovens, que partindo de grupos culturais *Punk* ou *Hip Hop*, dentre outros, se tornaram ativistas de movimentos sob forte estímulo deste e de outros sites. Chegam a se considerar "*filhos*" do mesmo (e da AGP) e consideram o CMI como uma referência pela qual possuem imenso respeito. E, em que pese a apreciação de alguns *leitores* entrevistados, já analisada, que aponta as dificuldades enfrentadas pelo site no Brasil, é unânime que o mesmo constituiu uma referência e um marco histórico para toda uma geração de ativistas.

¹⁷⁹ <<http://www.mpl.org.br/>> (Último acesso em 25/02/2015).

Para o depoente, este papel formativo do *CMI*, ainda, foi *internacional*. Cabe notar também que, em seu depoimento, ele mostra como os *leitores* também publicavam no site do *CMI*, mesclando-se e confundindo-se com seus *produtores*.

Confirmando este depoimento acima, outro ex-membro e fundador responde:

*"(...)...o CMI era uma parte constitutiva muito importante, porque as pessoas mais ativas estavam ligadas a ele, e... de maneira que dessa geração e dessa experiência é... eu acho que se formou uma geração de militantes ativistas... Todo mundo que está na casa dos trinta anos, trinta e poucos anos... e que segue ativo, passou - e é desse campo autônomo - a maio...(sic) ...todo mundo não, mas uma boa parte, provavelmente a **maioria**(grifo nosso) das pessoas, dos militantes, passou pelo CMI de uma maneira ou de outra. Acho que tem uma coisa assim de formação. O Movimento Passe Livre eu acho que é a principal coisa concreta que tem a ver com essa experiência histórica do CMI."*
(P4)

Este mesmo depoente, ao ser indagado sobre se o *CMI* teve um papel educativo e formativo, diz:

*"Mas que ele formou uma geração de militantes e ativistas, não há a menor sombra de dúvidas. **O CMI foi uma escola** (grifo nosso). O Movimento Passe Livre é um filho... É um filho do movimento do CMI. É um filho claro. O CMI... O Movimento Passe Livre, quando ele foi fundado em dois mil e cinco, eu chutaria aí que umas sessenta, setenta por cento dos componentes que estavam no Encontro que fundou o Passe Livre, no primeiro congresso, eram ativistas do CMI".* (P4)

Assim, fica bastante claro, na visão dos *produtores* do *CMI*, a importância que o mesmo teve como uma "escola" que formou uma geração de ativistas e lutadores sociais (que atualmente teria entre vinte e cinco e quarenta anos de idade, não excluindo pessoas mais jovens). Porém, aqui é muito importante e crucial notar que o *CMI* só cumpriu um papel *auto-formativo*, porque esteve durante um período significativo praticamente fundido com lutas sociais presenciais. A força *auto-formativa* se exerceu desta fusão e deste uso do site como *função* do movimento. O site ajudou, também, a *articular* o movimento, cumprindo um papel crucial - mas que, novamente, andou a par com movimentos de base e presenciais. Nada surgiu apenas no mundo das redes eletrônicas, é preciso frisar.

O caso da Revista *Sinal de Menos* é um tanto diferente, por se tratar de um periódico eletrônico *teórico*. Ao serem questionados sobre se a revista *Sinal de Menos* exerceria um papel educativo e formativo, nossos entrevistados respondem:

*"Para sermos sinceros, a experiência formativa se dá primeiramente, e em maior grau, **para os próprios membros** (grifo nosso). Sem nenhuma*

modéstia, acreditamos que raramente há hoje em meio universitário, aqui ou lá fora, discussões de ideias no nível que temos entre nós. Obviamente, gostaríamos que a revista, pela qualidade dos artigos que publicamos, contribuísse por pouco que fosse para a formação política e teórica de militantes da nova geração. Mas é uma coisa difícil de medir".

Ou seja, neste caso, a Revista é o próprio processo *autofornativo*. Ela surgiu de fóruns de debates eletrônicos de *teoria crítica*, e seu trabalho de discussões editoriais e produção de textos segue sendo a "universidade" do grupo - que admite que seu trabalho poderia também influenciar os leitores. Os *produtores* de *Sinal de Menos* também nos apontam o fato do leitor atual dispor de pouco tempo para se dedicar à leitura, como um obstáculo enfrentado pela Revista:

"Nos últimos anos a Sinal de Menos tem ficado mais conhecida, inclusive no exterior, mas sua influência, para guardarmos o pé no chão, ainda é bem diminuta. Os bloqueios contudo são objetivos: a falta de tempo do leitor atual, mesmo quando interessado e engajado, além do próprio meio digital, que afasta leitores mesmo perseverantes. Ao mesmo tempo a revista está lá, como um grande arquivo prestes a ser explorado por quem porventura a descubra e se interesse em explorar os números passados". (P5)

Podemos destacar considerações importantes extraídas da análise que fizemos dos depoimentos dos *produtores* sobre o papel *autofornativo* dos periódicos que analisamos. Em primeiro lugar, pelo depoimento dos mesmos, se confirma ainda mais o círculo social de *leitores* deste campo de sites que já havíamos analisado - e que coincide com o dos *produtores*, confundindo-se.

Em segundo lugar, temos a percepção de mais indícios do processo pelo qual as fraturas ou guetos da vida real se transpõem para os fóruns da internet, na medida em que os depoentes apontam o problema das disputas de posições em sites como o *CMI* - gerando um baixo nível de discussões neste e a dificuldade de moderação dos comentários.

A Revista *Sinal de Menos*, por sua vez, apontou que há um processo construtivo e dialógico através da contribuição de *leitores* que enviam seus textos para publicação, apesar de quase não ocorrer debates em espaços de comentários. O depoimento do coletivo *produtor* demonstrou que a revista é o próprio processo de *autofornação* de seus integrantes; porém, estes apontam a falta de tempo dos *leitores* - que pertencem ao círculo

social de *trabalhadores qualificados* que analisamos - como o maior obstáculo a uma *autoformação* mais ampla e efetiva.

Passa Palavra, por outro lado, possui um rico e intenso debate de alta qualidade em seu espaço de comentários - o que pode ser produto também de um trabalho editorial de moderação altamente organizado e que segue critérios de rotatividade e divisão de tarefas. Suas produções textuais geram de fato réplicas e tréplicas, gerando novos textos e polêmicas acirradas - que são em geral afirmação de posições, mas também formadoras e ricas em diálogo. *Desinformémonos*, por sua vez, quase não possui debates em espaços de comentários, e isto se deve, na verdade, à sua opção por priorizar um jornalismo com enraizamento social que dá voz aos movimentos e faz falar aos oprimidos em luta através de suas reportagens.

Vimos que no *CMI* ocorre um processo onde os indivíduos realmente se informam, mas os diálogos são guiados por disputas onde os mesmos na maioria das vezes não mudam suas posições, raramente ocorrendo um processo dialógico, o que leva alguns depoentes a uma posição reservada sobre seu aspecto formativo; porém, estes afirmam que houve um grande aprendizado de organização, sempre envolvendo pessoas próximas e processos simultaneamente presenciais e eletrônicos. Para eles, o site funcionou como uma *porta de entrada* para o ativismo e militância para muitos indivíduos, bem como de formação política destes - e isto ocorreu porque sempre havia o elemento presencial das lutas e da organização de bases, coexistindo de forma indissociável aos trabalhos do site e alimentando-o.

O *CMI*, desta maneira, efetivamente e de forma indiscutível, formou uma geração de lutadores sociais, nacional e internacionalmente, tendo o *Movimento Passe Livre*, grupos *anarquistas organizados*, e outros coletivos como seus sucessores diretos (ou ao menos, que receberam sua influência). No processo de origem do *MPL*, ativistas do *CMI* e membros do *MPL* estavam próximos ou eram as mesmas pessoas, de forma que o site e o movimento se confundiam - e *leitores* e *produtores* também se mesclavam e confundiam entre si. *CMI* foi, desta forma, na palavra de nossos depoentes, uma "escola"; mas isto ocorreu, como eles demonstraram, porque o processo caminhava a par e fundido com movimentos e organização *presencial*.

Podemos concluir, portanto:

a) Nossa percepção de círculo social de *leitores* e *produtores* como um mesmo campo difuso de trabalhadores qualificados se reforça e se confirma de forma decisiva.

b) As relações sociais se expressam nos meios eletrônicos, transpondo os guetos e fraturas da sociabilidade presencial real, manifestos em disputas de posições, para os debates eletrônicos. Esta percepção, presente na análise dos *leitores*, se confirma mais uma vez.

c) A contribuição dos *leitores* se torna um processo construtivo e formativo e os próprios *produtores* se formam no processo de edição dos sites, apesar da falta de tempo para leitura acometer seriamente os trabalhadores do círculo social que analisamos. *Passa Palavra* é um exemplo que expressa um rico debate de comentários e textos que dialogam entre si. *Desinformémonos*, por sua vez, privilegia dar voz aos movimentos a abrigar disputas de comentários.

d) Fica inequívoco que *CMI* foi a porta de entrada, meio de formação e "escola" de toda uma geração de militantes e ativistas. Assim, efetivamente, ocorreu um processo *autoformativo*; mas o ponto mais crucial é que o mesmo apenas ocorreu porque o site se fundiu com movimentos e se lastreou, neste processo, em trabalhos *presenciais*. Os depoimentos anteriormente analisados dos *leitores* apontam que as dificuldades do site começaram quando as lutas sociais que lhe davam base real se dispersaram ou se enfraqueceram. *Desinformémonos* possui forte enraizamento em movimentos sociais; e *Passa Palavra* também. Daqui, podemos concluir, e em pleno acordo com os depoimentos dos *leitores*, que efetivamente e realmente ocorre um processo *autoformativo* nestes sites que estudamos; mas a força deste está no lastro dos sites em lutas e processos de organização de base e presenciais - desmistificando a *fetichização* dos meios eletrônicos *em si* mesmos como "revolucionadores da sociedade" - formulação muito popular no discurso dos meios de comunicação. Assim, os indivíduos se *autoformam* no processo de lutas, e os sites entram como *função* destas, podendo funcionar como catalisadores e contribuir com o processo organizativo de bases, e não podendo ser separados deste.

5.4. A autoformação dos periódicos em relação à formação pretendida pelo sistema escolar, partidos e sindicatos operários.

Os *produtores*, em seus depoimentos, muito pouco adentraram em comparações diretas entre a atividade de seus veículos e a formação oferecida pelas instituições escolares, partidárias e sindicais. Na realidade, não se discutiu em seus depoimentos a questão da relação com o sistema de ensino formal; instituições sindicais também não foram abordadas. Porém, os depoentes, ao descrever sua forma de organização baseada em princípios *horizontais* e seu afastamento e autonomia em relação aos partidos políticos e organizações da esquerda tradicional (ver o depoimento já analisado **P1**), já nos deram os indícios mais importantes que permitiriam esta comparação. Faremos esta relação, agora, de forma breve.

a) *Relação com o sistema escolar capitalista.*

Questionado se haveria um *transbordamento* ou um meio alternativo de formação por meio dos novos meios eletrônicos, um ex-integrante e fundador do *CMI* responde:

"(...)Eu acho que sim, mas uma formação política bem diferente da tradicional, mais pela prática e pela conversação do que por aulas, palestras e tudo o mais. Para mim a formação política está se dando mais por redes de aprendizagem, conexão, afinidades, troca de conteúdos, conversações, do que pelos formatos tradicionais, mas não menosprezando os formatos tradicionais. Acho que eles ainda cumprem um papel para um espectro menor desses novos ativistas, N/E?". (P1)

Assim, o depoente ressaltou que surge realmente um aprendizado em redes, baseado em trocas de conteúdos, em aproximação de grupos afins, discussões - e nisto constituiria a diferença formativa principal. Mas ele também deixa claro que os meios tradicionais - ou seja, presenciais - não podem ser menosprezados. Pelo que podemos ver pela conjunção deste depoimento e de outros já analisados, o processo *autofornativo* se diferencia do das instituições escolares por alguns fatores importantes:

- a) *Horizontalidade* na forma de organização dos coletivos e fóruns;
- b) Divisão de tarefas auto-organizada nos coletivos;
- c) *Finalidade* formativa voltada à luta social e resistência e não ao mercado de trabalho;

- d) Estrutura de livre-associação e dissociação constante dos indivíduos;
- e) *Auto-didatismo* a partir de buscas livres por textos e materiais nestes espaços;
- f) Ausência de um currículo pré-definido hierarquicamente;
- g) Estrutura de diálogos, comentários e por vezes publicação aberta, estimulando a escrita, a formulação de posições e textos, etc.

Porém, na medida em que o acesso a estes espaços eletrônicos é restrito, como já analisamos, a um público com bom nível de formação e escolaridade, podemos afirmar que uma boa escolarização anterior é uma pré-condição para o uso dos mesmos - apesar de nos defrontarmos com casos de indivíduos de menor formação que se convidam ao *autodidatismo* a partir destes espaços.

b) *Relação com as instituições partidárias e sindicais da esquerda tradicional.*

O periódico *Passa Palavra*, como já observamos, não nos concedeu entrevista. Porém, em seu documento *Apresentação do Passa Palavra*, assinala que são independentes de partidos políticos e instituições burocráticas e empresariais em geral. Assim, o aprendizado e organização dos trabalhadores se dariam na própria luta autônoma, conforme podemos ver:

"Este é o jornal on-line do Coletivo Passa Palavra. Somos um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais. (...)"¹⁸⁰

A estrutura dessa articulação, como diz o artigo, seria o próprio espaço comunicacional que congregaria lutas e grupos. *Passa Palavra*, ainda, além de dar destaque à importância dos movimentos populares como formuladores de novas relações sociais, considera que as lutas sindicais são cruciais para a reorganização da classe trabalhadora e produção de sua consciência – e, por conseguinte, incluindo sua *autoformação* como função de sua reorganização:

"Além de se encontrarem fragmentados pelas remodelações ocorridas nos processos de produção, os trabalhadores e as populações autóctones e dominadas são hoje alvo de todo o tipo de divisões ideológicas, estimuladas pelos órgãos de informação e pela indústria

¹⁸⁰ "Apresentação do Passa Palavra". in *Passa Palavra*, 02/02/2009, <<http://passapalavra.info/2009/02/12>>.

cultural. Os trabalhadores só voltarão a sentir-se uma classe através da luta contra os capitalistas. Acreditamos que são as lutas sociais que transformam a classe económica em classe política, quer dizer, que convertem uma massa humana vítima da exploração numa classe coesa que enfrenta a exploração. Nesse sentido, temos em conta que as movimentações sindicais continuam a ser uma forma de resistência e podem servir como escola de luta e de tomada de consciência política, apesar das elites burocráticas que hoje dominam a quase totalidade deste meio. De igual modo, consideramos que os movimentos populares têm constituído um fértil campo para o amadurecimento das alternativas concretas ao capitalismo.(...)”¹⁸¹

Fica patente na fala deste periódico, além disso, a consideração de que a classe trabalhadora nunca desapareceu ou perdeu seu papel nas lutas sociais - ela perdeu a consciência política de si própria enquanto classe devido à sua *fragmentação*, mas esta consciência surge do próprio processo de lutas, que aloja em si uma *autoformação*. Porém, o coletivo deixa claro que os movimentos sindicais são controlados por uma *elite burocrática*; e, portanto, a luta autônoma e atividade de comunicação autônoma deveriam se dar afastadas e com independência em relação a estas burocracias.

Passa Palavra afirma que a discussão de política restrita a discutir os jogos de forças (ou seja, a política partidária e institucional) se insere na perspectiva das classes dominantes:

"(...)Para as classes dominantes, falar de política é discutir as rivalidades e os jogos de forças. Para os anticapitalistas, falar de política é integrar o particular no geral, o individual no social.(...)Aprender com as formas práticas de luta desenvolvidas noutros países, apoiá-las e ligarmo-nos a elas é uma necessidade de sempre, mas que agora se torna ainda mais decisiva (...)"¹⁸²

O coletivo, ainda, prossegue ressaltando a necessidade imperiosa de manter a autonomia em relação à política institucional e partidária:

"Na democracia parlamentar em que vivemos, o povo detém a soberania com a condição de não a usar, excepto para entregá-la periodicamente a candidatos que, uma vez eleitos, não são controlados nem são revocados se faltarem ao prometido. Trata-se, então, de criar meios de participação popular directa, como forma de retomada do controlo das decisões sobre as nossas vidas. Tais meios só podem ser gerados a partir da prática dos movimentos populares, desde que estes não se deixem envolver numa «gestão participativa» que os inclui nos órgãos de poder oficiais e serve para legitimar as orientações da tecnocracia governamental, como é o caso dos «conselhos de políticas públicas» no Brasil.”¹⁸³

¹⁸¹"Pontos de Partida". in *Passa Palavra*, 02/02/2009. <<http://passapalavra.info/2009/02/121>>.

¹⁸²Idem.

¹⁸³Ibidem.

Fica mais do que evidente a defesa do afastamento desta atividade de *auto-organização* e *autoformação* em relação aos partidos políticos, instituições burocráticas e o próprio Estado, conforme sua defesa por parte de *Passa Palavra*.

Temos, na fala de um ex-membro e fundador do *CMI*, que o fator mais marcante que diferencia o veículo (como estas mídias alternativas autônomas em geral) em relação à forma de organização de partidos e sindicatos é a recusa da profissionalização da militância:

"O CMI chegou a ter dez mil voluntários. Era a maior organização baseada em trabalho voluntário - exclusivamente voluntário - do mundo. (...) É... Nós não tínhamos nenhuma... Nenhuma uma única pessoa recebendo salário. É... Então foi uma organização enorme, muito organizada... Nós chegamos a ter coletivos espalhados... Não sei, acho que passou de duas dezenas de cidades, duas centenas de cidades, é... uma mediação muito grande, coordenada, e eu acho, se você pensar em termos, por exemplo, do movimento antiglobalização, era a coisa mais estruturada do movimento antiglobalização, porque tinha uma referência, um site, N/E? Então você tinha em cada cidade, tinha o seu site e cada cidade tinha o seu coletivo, então, você podia viajar para qualquer lugar do mundo que haveria um coletivo ali, mais ou menos afinado do ponto de vista ideológico, de perspectiva política..." (P4)

Este caráter voluntário e não-profissionalizado, além de impedir radicalmente a burocratização dos movimentos, exige um alto nível de *auto-organização* - e o *CMI* efetivamente o tinha; além desta organização, diferentemente do caráter nacional e corporativo do sindicalismo e partidos políticos, tinha também um caráter *internacional*. Podemos dizer, inclusive, que a profissionalização de militantes, além de criar a separação entre dirigentes e bases, é um fator que contribui para a desorganização das últimas - visto que estruturas horizontais de voluntários exigem um alto nível de organização de base. Efetivamente, a organização horizontal, a divisão de tarefas e a não-profissionalização da atividade política constituem em um fator marcante que diferencia e afasta as mídias alternativas anticapitalistas que estudamos das burocracias partidárias e sindicais. Além disso, se soma o fator que os *leitores* depoentes apontaram - da formação aberta, sem uma "cartilha" teórica e ideológica fechada e pré-definida hierarquicamente.

Um depoimento que nos foi dado por um *movimento social*, chamado *Via SOT* (*Via Sistema Orgânico do Trabalho*, uma rede associativa de cooperativas autogestionárias), cujos integrantes se utilizam amplamente de mídias alternativas, dentre as quais as que estudamos, afirma sobre a *autoformação* destes veículos, em relação aos partidos e sindicatos, que:

"Ela se distancia, pois, além de prescindir do controle burocrático, também permite (ou permitiria) a necessária autocrítica. Primeiro por

*não haver um controle hierárquico, todos teriam, a princípio, o mesmo espaço, e tempo. As redes podem contribuir, porém, vejo que carecem de uma base material adequada, ou seja, há inúmeras preocupações imediatas que dificultam a participação e o envolvimento crítico das pessoas, isso poderia mudar a partir do momento que a autogestão for uma preocupação imediata, no sentido de que nossas condições de vida estejam entrelaçadas por ela, e não exclusivamente pela mercadoria. Vemos como espaços de resistência importante, na importante batalha pela ideias, mas também observamos que esses meios, de uma forma ou de outra, também refletem as múltiplas fissuras sociais que vivemos, uma vez que cada um acaba tendo um núcleo organizativo ou editorial relativamente fechado em si, disputando influência com os demais grupos de corte anticapitalistas. A internet seria importante para promover diálogos, encontros, articulações, e auxiliar na convergência das lutas, porém, esse potencial ainda permanece adormecido... De qualquer forma, tem sido importante o uso da internet para coordenação de diálogos e ações entre pessoas que não moram na mesma localidade...*¹⁸⁴ (M) (Entrevista movimento 1, Fevereiro de 2015.)

Este depoimento ressalta que a *autoformação* nos periódicos eletrônicos que estudamos possui de fato a vantagem de não se submeter ao controle burocrático, o que permite uma liberdade de diálogo constante. Porém, ressalta que a maior dificuldade, dado que a sobrevivência dos ativistas está mediada por relações mercantis da sociedade capitalista, consiste na falta de uma estrutura de relações sociais que dê base material real e substrato social ao processo *autoformativo*. Sem isso, as redes eletrônicas apenas transpõem as fraturas e fissuras da sociabilidade real para seus fóruns e espaços, expressando a fragmentação da classe trabalhadora. Apesar disso, o uso das redes aproxima movimentos geograficamente separados. Podemos depreender deste depoimento a importância da autonomia destes espaços eletrônicos em relação ao controle exercido pelas instituições burocráticas; porém, o mesmo destaca que é necessário um processo de luta e organização de base que crie novas relações sociais que deem base e substância para esta *autoformação* - ou seja, o elemento presencial das lutas e as relações de solidariedade produzidas nestas, quando se engendram formas de auto-organização horizontal pelas bases.

Podemos resumir que, na visão dos *produtores*, a atividade de discussões e debates livres, dotada de uma forma de organização e estrutura diferenciada em relação à

¹⁸⁴Este é um depoimento extraordinário, que não consta na série dos leitores nem na dos produtores, sendo dado por um movimento social.

burocracia das instituições de ensino, somada a uma orientação de *finalidade* que coloca como objetivo a *autonomia*, luta e resistência, se distancia qualitativamente da *heteroformação* que ocorre nas instituições escolares. Permite, desta forma, processos horizontais, de diálogo, solidariedade, e um *autodidatismo*.

Em relação aos partidos e sindicatos operários tradicionais, a análise de cartas editoriais de *Passa Palavra*, depoimentos de produtores do *Centro de Mídia Independente*, e de um movimento social, nos demonstram que a formação de uma consciência de classe anda a par com a reorganização das lutas dos trabalhadores - e a *autoformação* surge como *função* desta. Os periódicos salientam a importância de se manter a independência em relação a instituições burocráticas partidárias e sindicais e ao Estado, constituindo relações de luta e formas de comunicação autônomas. A política restrita às instituições do Estado e de representação política estaria sob a perspectiva das classes dominantes; caberia, portanto, que a *autoformação* conduza sua discussão olhando para além deste campo, para o terreno das lutas e conflitos sociais. Finalmente, o aspecto mais notável ressaltado é a recusa da profissionalização da atividade política por parte dos produtores das mídias alternativas que estudamos; porém, o depoimento de um movimento social demonstrou que esta atividade autônoma depende materialmente de uma base social de relações de solidariedade que lhe dê sustentação. Por esta razão, quando as lutas se desorganizam ou enfraquecem, esta atividade autônoma de periodismo crítico também se enfraquece, pois é organizada sobre um fazer voluntário e não-profissionalizado. Portanto, mais uma vez, fica patente que a *autoformação* surge como elemento e *função* das lutas sociais e reorganização da classe trabalhadora, e não o oposto.

5.5 Relação das mídias alternativas anticapitalistas com redes sociais comerciais.

Aqui tratamos, de forma breve, dois pontos adicionais que surgiram da análise dos depoimentos dos *produtores* e que possuem grande relevância para nossa pesquisa.

- a) *Das mídias alternativas às redes sociais comerciais: criação, recuperação capitalista e reorganização.*

Os *leitores* entrevistados narraram um processo de crise que se abateu sobre o *Centro de Mídia Independente*, que foi acompanhado da absorção do papel de debates de crítica social e protestos por redes sociais comerciais, como o *Facebook* - fator que coloca as mídias alternativas anticapitalistas em dificuldades inéditas. Esta problemática apareceu e foi abordada de forma surpreendente também pelos *produtores* entrevistados.

Os *produtores* entrevistados reconhecem, como já aludimos, o papel pioneiro do ativismo antiglobalização na internet em produzir novas tecnologias de comunicação interativa, conforme destaca um ex-membro fundador do CMI:

"É cara, na verdade, a internet 2.0 foi a apropriação do capitalismo, do novo capitalismo informático, informatizado, das tecnologias desenvolvidas pelo movimento anticapitalista global. E eu digo até um pouco mais, não só a apropriação da tecnologia como cooptação financeira, não digo de suborno, de coisas escusas, mas cooptação através de trabalho, de alguns dos principais técnicos que desenvolveram essa tecnologia naquela época." (P1)

Como destacou este depoente, as tecnologias desenvolvidas por ativistas daquele ciclo de lutas foram apropriadas por empresas, possibilitando um salto de patamar dos serviços oferecidos por estas. O depoente prossegue, narrando:

"Aqui no Brasil a gente perdeu o bonde da história por causa de uma posição sectária de só utilizar ferramentas de software livre, servidores nossos, servidores anarquistas e tal, tal, tal, N/E? Então, inclusive pessoas que passavam a utilizar Flickr, Blog, não sei que, eram até... Como é que eu vou dizer, não é motivo de chacota... Eram de alguma forma recriminadas por estar utilizando plataforma corporativa, e numa espécie de auto-centramento (sic) de que o CMI ainda era a grande novidade tecnológica, quando a gente já estava sendo superado. Então o CMI sempre ignorou Facebook, Orkut, Twitter e Instagram. Sempre ignorou. Tanto que uma vez criaram o Twitter do CMI Brasil, é...(sic) Ninguém nunca soube quem é o cara que administra esse Twitter do CMI Brasil. Não sei se hoje em dia descobriram, mas enquanto eu estava lá ninguém sabia quem era o cara que administrava o Twitter do CMI Brasil. E pelo que eu percebi, o CMI aqui no Brasil, está utilizando estas plataformas somente agora, agora a partir das jornadas de lutas de Junho [de 2013]. Se você procurar no Facebook, você vai ver que o CMI São Paulo criou uma página no Facebook, do CMI São Paulo semana passada. Então eu acho que, até mesmo o advento desses coletivos de mídia - a Mídia Ninja, Mídia Negra, Nova Democracia - que estão utilizando de forma bem intensa o Youtube, Vimeo, o Facebook, Twitter, principalmente, acho que o advento desses coletivos na última jornada de lutas fez o pessoal que deve estar agora no CMI se mexer um pouco da posição deles de conforto e começar a utilizar essas plataformas corporativas também. Mas até o tempo que eu fiquei lá em dois mil e sete, a política do CMI era praticamente boicote às plataformas corporativas." (P1)

Assim, este fundador do CMI nos explana, de forma esclarecedora, que o crescimento das redes sociais corporativas acabou por esvaziar sites de mídia alternativa da geração surgida no *Movimento Antiglobalização*, forçando os próprios coletivos a criarem páginas também dentro destas redes sociais para divulgar seus sites a um público mais amplo e não perder visibilidade.

Na análise do mesmo depoente, a relação das redes eletrônicas com o processo de lutas sociais no Brasil que começou no mês de Junho de 2013, expressa esta dialética de organização, recuperação capitalista das formas criadas pelos trabalhadores e reorganização que estamos descrevendo:

"Bom, minha opinião é a seguinte, cara, aquilo que eu falei sobre a origem lá do CMI e da internet 2.0. Isso é uma tecnologia que foi criada, esse processo foi criado pelos movimentos sociais, então, a internet 2.0 e consequentemente a internet 3.0, que é interatividade junto com a mobilidade, isso daí é reverberação do processo do Centro de Mídia Independente. Não só do Centro de Mídia Independente, mas de todos os projetos similares e anticapitalistas que surgiram naquela época. É... O que aconteceu? Quando estava restrito somente aos coletivos ativistas a posse desta tecnologia, a gente não conseguia ter escala para massificar. A partir do momento que essa tecnologia foi incorporada pelas organizações capitalistas, pelas empresas capitalistas, se criou a escala para isso se massificar para o mundo inteiro. Só que, só ferramenta sem as condições subjetivas para rebelião popular, para luta revolucionária, ou mesmo para luta por melhores condições, essas ferramentas ficaram muitos anos sendo utilizadas prioritariamente para entretenimento, N/E? O que a gente vê? A partir de dois mil e dez, dois mil e onze, com o surgimento do Facebook, que é uma rede social mais dinâmica e de troca de contatos entre pessoas, o processo de politização e compartilhamento da insatisfação com a realidade começou a se massificar numa forma que a gente não previu. Então eu vejo que hoje em dia as redes eletrônicas e na sua totalidade e-mail, sites de vídeo, redes sociais, Twitter e tal, blogs e micro blogs, eles foram o grande instrumento de mobilização das lutas sociais neste mês de Junho. Por quê? Porque finalmente a gente juntou a insatisfação popular com as formas de comunicação horizontais que essas redes proporcionam. E isso daí já estava acontecendo há alguns anos, N/E? Essa politização das redes sociais e a campanha do Passe Livre, em São Paulo, junto com a luta contra o aumento que já estava ocorrendo em outras cidades como Porto Alegre, foi o estopim de uma potência que estava latente. Então pra mim a campanha contra o aumento do MPL não foi o barril de pólvora, mas foi a fagulha que explodiu um barril de pólvora que já estava sendo construído há muito tempo." (P1)

O depoente destaca que as empresas corporativas se apropriaram da tecnologia criada por ativistas; esta tecnologia, assim, foi reproduzida em larga escala, e depois acabaria sendo apropriada por ondas de protestos sociais - que o mesmo ressalta que estavam latentes na sociedade. Isto é muito importante frisar, o depoente de fato afirma,

como podemos ver, que a insatisfação estava latente na sociedade - e não surgiu da internet. Houve, por conseguinte, a politização de redes sociais que antes serviam a entretenimento. Além disso, apesar da onda de insatisfação e protestos se utilizar de redes sociais comerciais, ela o fez sobre tecnologias de interação que originalmente foram criadas pelo *Movimento Antiglobalização*. Assim, não seria exagero dizer que o processo das redes sociais comerciais teria sido a grande vitória - ao mesmo tempo que foi a derrota - do *Movimento Antiglobalização* e das ferramentas por este criadas.

Outro fundador e ex-membro do *Centro de Mídia Independente* afirma, embora discorde com o termo "recuperação" (assimilação pelo capital), que de fato houve uma apropriação das tecnologias e da atividade de indivíduos ativistas pelas empresas:

"É... ..eu não gosto muito dessa expressão... ..É isso! Mas eu não gosto dessa expressão "recuperação", porque parece que tem uma força oculta que... (sic)E nesse caso, dando um depoimento de quem vivenciou essa história, eu sei que houve uma ação ativa de pessoas que saíram desse projeto quando... Como o movimento acabou e o site do CMI começou a declinar junto com o movimento, com essa experiência, do... com o esgotamento dessa experiência histórica, as pessoas foram cuidar da vida, do mesmo jeito que alguns foram para a academia - é o meu caso - ou foram para o (sic), ou foram militar em outros movimentos sociais, essas pessoas técnicas que trabalhavam, ou foram para projetos radicais que eram outros, que não era o CMI... é o caso de pessoas que continuaram colaborando, por exemplo, no riseup¹⁸⁵, ou elas se meteram... Foram abrir empresas, foram cuidar da vida, foram contratadas por empresas e trouxeram consigo essa bagagem, do modelo de comunicação do CMI na cabeça e terminaram aplicando, digamos, esse conceito, desenvolvendo esse conceito nos... nas experiências corporativas, N/E?(grifos nossos)" (P4)

O depoente deixa claro que o *CMI* começou a enfrentar uma crise e esvaziamento junto com o *Movimento Antiglobalização* - o que mais uma vez referenda nossa análise de que as mídias eletrônicas anticapitalistas não surgem *por si*, mas como *função* de lutas sociais presenciais. O entrevistado ressalta que o esvaziamento do movimento se somou à necessidade dos ativistas se sustentarem e garantirem sua sobrevivência - o que fez vários deles irem vender sua força de trabalho para as empresas da área de comunicação internáutica, onde acabaram empregando as tecnologias que criaram. Outros ativistas migraram para outros movimentos, deixaram de atuar, foram para a academia, ou mesmo

¹⁸⁵ *Riseup* é o mais importante coletivo provedor internacional que provê serviços de *emails* e comunicações seguros, organizados por ativistas anticapitalistas e libertários. Seu mote é a comunicação privativa e segura dos lutadores sociais anticapitalistas, fora do alcance da vigilância eletrônica - e qualquer pessoa ou grupo comprometido com as lutas sociais facilmente pode criar uma conta de *email* ou utilizar seus serviços gratuitos. Ver <<https://help.riseup.net/pt>>. (Último acesso em 02/03/2015).

foram cooptados pelas empresas, tornando-se gestores ou cedendo estas formas tecnológicas para as mesmas. O entrevistado, após uma pausa de silêncio, prosseguiu pedindo desculpas e nos interrompendo antes de uma nova pergunta:

*"Ah, é! Desculpa, eu me referi à **recuperação** (grifo nosso) porque eu acho que houve uma **participação ativa** (grifo nosso), N/E? Não é que as pessoas... não... não é que, digamos, por fenômeno, que por um fenômeno assim... de concorrência automática do capitalismo, por imitação ou por concorrência ele assimilou, digamos isso, houve, de fato, um investimento de pessoas que saíram de lá e começaram a criar produtos comerciais a partir do modelo de comunicação que a gente tinha desenvolvido." (P4)*

O depoente quis ressaltar que este não foi um processo passivo. Nós compreendemos, em nosso referencial teórico, que a *recuperação* das formas de luta é de fato um processo ativo e não passivo, ela possui agentes, envolve pressões, necessidade de sobrevivência, apropriação e também cooptações. Mas o entrevistado, surpreendentemente, desabafou neste sentido, afirmando que houve a cooptação de técnicos ativistas por empresas. Assim, o enigma da absorção do debate contestatório pelas redes sociais comerciais se desnuda de uma forma esclarecedora, quando o mecanismo desta apropriação é revelado por ex-ativistas que ajudaram a criar estas tecnologias e as mídias alternativas.

O mesmo produtor depoente, finalmente, lança luz e coerência a uma percepção central desta pesquisa, a de que é o fator presencial que gera as lutas, e se transpõe para os espaços eletrônicos:

"Tem gente que diz, chega a dizer que a forma horizontal da rede gerou a forma horizontal da mobilização, quando é exatamente o contrário, foram os movimentos sociais que desenharam essa forma participativa porque se adequava a eles. Essa história que acabei de te narrar dos (sic), essa inversão do elemento determinante na história." (P4)

Desmentindo completamente o *fetichismo das redes eletrônicas* e a ideologia que apregoa serem estas as transformadoras da sociedade, o entrevistado resume, em concordância com os *leitores* entrevistados e demais *produtores*, que redes eletrônicas participativas e horizontais foram criadas por movimentos sociais de base horizontais, e não o contrário - por mais que depois suas tecnologias e formato participativo tenham sido apropriados pelas empresas. Podemos ir adiante, afirmando que a própria *gestão participativa*, em voga nos sistemas administrativos atuais, foi produto da apropriação de formas de luta e diálogo decisório constante criados pelos trabalhadores, por parte das gerências das empresas (as *comissões de fábrica*, por exemplo), conforme esclareceu João

Bernardo em *Democracia Totalitária* (BERNARDO: 2004). Assim, de forma análoga, as tecnocracias capitalistas se apropriaram dos mecanismos de diálogo nos meios eletrônicos gerados pelos trabalhadores em suas lutas.

O coletivo *Passa Palavra* expressa de forma sintética a dialética resultante deste processo e o desafio que se coloca aos trabalhadores em relação a estas tecnologias:

"Se, por um lado, há quem vislumbre nas novas tecnologias de comunicação o despertar de um novo mundo, há, por outro, quem as rejeite por considerá-las meros instrumentos a serviço da dominação. Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar, preferimos dizer apenas que, cada vez mais, o vídeo e tantas outras ferramentas tecnológicas podem ser instrumentos úteis ao fortalecimento e articulação das lutas sociais quando usados com o propósito de dialogar com pessoas que ficariam à margem de importantes debates se estes se limitassem aos círculos restritos e letrados. (...)"¹⁸⁶

Assim, estas novas tecnologias se tornaram, como expusemos nos primeiros capítulos deste trabalho, terreno da luta de classes pelos empregos do tempo dos trabalhadores.

A luta social, entretanto, se apresenta em ciclos, e a cada desorganização dos trabalhadores (e recuperação pelas tecnocracias de suas formas de luta), sucede uma reorganização e recomposição da classe trabalhadora, no terreno das novas tecnologias e nos novos campos de conflito. Como já vimos nos depoimentos, *Passa Palavra* e *Desinformémonos* foram uma nova geração de mídias alternativas anticapitalistas que recebeu direta influência do *Centro de Mídia Independente* - que deu origem a novos coletivos e sites. Como destaca um ex-membro e fundador do CMI:

"Ah! Cara, eu acho que... No ativismo você diz? Eu acho que boa parte do que a gente vê aí hoje em dia é influência do CMI, cara, não só do CMI, mas o CMI influenciou barbaramente tudo. É, você vê o Passa Palavra: um monte de ex-voluntário do CMI com algumas pessoas que liam o CMI, N/E? Aqui no Brasil. O próprio Passa Palavra, está cheio de ex-voluntário do CMI. Eu não sei agora, N/E? Mas quando surgiu era um monte de ex-voluntário do CMI que tava descontente com o projeto do CMI, com os rumos que o CMI tinha tomado no Brasil."
(P1)

Uma integrante do *Centro de Mídia Independente* afirma, em acordo com o depoimento anterior, que vê influência do *CMI* sobre o site *Passa Palavra*, dentre outros veículos:

¹⁸⁶Ver *"Implodindo a Rotina: apresentação do Passa Palavra.tv."* *Passa Palavra*, 16/01/2012, <<http://passapalavra.info/2012/01/50822>>. (Último acesso em 02/03/2015).

"...bom, no site do Passa Palavra. Hoje a gente tem um site que chama Mídia Livre. A abertura do site é inspirado no CMI, e é igualzinho o CMI, é muito legal. A idéia do CMI é que não exista só o CMI, que existam vários grupos de mídia, qualquer um pode ser a mídia. O mote do CMI é: se você odeia a mídia seja a mídia. Então forme seu coletivo de mídia e dissemine as lutas por aí." (P2)

Uma entrevistada, membro do coletivo *Desinformémonos* do Brasil, afirma que este surgiu junto ao *Passa Palavra*: *"Com o Passa Palavra sim, com o CMI, tipo, a gente nunca teve uma relação física (sic). Com o Passa Palavra, tipo, a gente nasceu muito junto, N/E? Passa Palavra e Desinformémonos, os dois são de 2009."* (P3)

Ela prossegue:

"É, tudo, tudo em 2009. No México... não, no Brasil, a gente teve uma proximidade com o Passa Palavra, no sentido de se encontrar com o "X" e "Y", de tentar pensar como que a gente poderia... juntar esforços, enfim, de repente fazer coberturas juntos, de repente um ajudar com (sic), fazer traduções juntos, mas é... a gente já chegou a participar de algumas reuniões, tipo... Também, de algumas reuniões... de algum... (sic) Convocado para alguns momentos juntos... Enfim, a gente transita na mesma esfera, a gente tem afinidades políticas, temos afinidades(sic)... nos conhecemos, temos a disposição, mas a gente nunca conseguiu, enfim, organizar, ou realmente formular uma forma de colaboração, assim, mais sistemática, até porque, enfim, a gente está tentando se fortalecer, tipo, a gente tá num momento tipo isso...(sic)." (P3)

Ela também, para além de confirmar que ambos os sites surgem juntos e de um mesmo círculo social, afirma a dificuldade dos ativistas (que sabemos ser voluntários e não-remunerados) em se organizar de forma mais profunda - e depreendemos que provavelmente o principal fator seriam as dificuldades de sobrevivência e falta de tempo dos voluntários. Isto demonstra mais uma vez como o sustentáculo deste tipo de veículos, além de relações sociais de luta de base fortes, são as relações de solidariedade das lutas, que permitem o uso do tempo dos trabalhadores para este tipo de atividade - e o emprego do seu tempo *para si*, e não *para o capital* e suas tecnocracias gestoras.

Assim, se confirma nossa análise de que houve uma recuperação ou assimilação dos debates anticapitalistas e de protesto social pelas redes sociais comerciais - com a importante adição de que elucidamos como as empresas se apropriaram das tecnologias e passaram a empregar ex-ativistas. E também vimos que o processo não acabou por este ponto, mas surgiram novos coletivos produtores e novas reorganizações de periódicos

anticapitalistas derivados do mesmo "tronco". E o coletivo do *CMI* continua ativo, no Brasil, publicando ativamente novos artigos e divulgando seu site, agora, também nas redes sociais. Demonstramos, mais uma vez, como as relações sociais e conflitos do mundo presencial se expressam nos veículos eletrônicos, determinando sua formação, crise, assimilação e reorganização dos mesmos.

b) Números de acesso e divulgação em redes sociais comerciais.

Julgamos relevante, para conhecimento do leitor deste trabalho, falar brevemente sobre números de acesso dos veículos que estudamos, o que permite alargar nossa percepção de sua penetração social efetiva.

Conforme relata um ex-membro e fundador do *CMI*, o site chegou a possuir sessenta mil acessos diários:

"Olha cara, no princípio... O CMI eu não sei, cara, agora te falar bem porque eu me lembro de dados de dois mil e quatro, dois mil e sete. Então do princípio, iníciozinho mesmo, não me lembro. Mas ele sempre teve uma média boa de acesso até para os padrões atuais, com amplo acesso de internet entre o povo, N/E? Quando eu saí do Centro de Mídia Independente, em dois mil e sete, a média de acessos diários era em torno de cinquenta, sessenta mil acessos diários." (P1)

Passa Palavra publica em seu site, na coluna *Estatísticas*, em dois de Março de 2015, que em Janeiro do mesmo ano teve *"145,550 visitantes únicos; 625,439 acessos e 736,238 páginas visualizadas"*¹⁸⁷ *Sinal de Menos*, sendo uma revista teórica e de menor número de acessos, registra na mesma data ter tido 26.514 acessos até o momento presente (desde o início do site)¹⁸⁸. Como já destacamos, seu círculo de leitores é mais específico, menos massivo, mas altamente participativo em colaborações. Em seu depoimento, seu coletivo produtor afirma:

"Em 2013 e 2014 tivemos em média 20 acessos diários ao site. Porém esse número varia bastante, concentrando-se nos dias seguintes ao lançamento de novas revistas. Além disso, isso não necessariamente representa o número total de pessoas que entram em contato com a revista, já que há arquivos espalhados como Scribd e outros. Outro dado é que temos 64 'seguidores' (pessoas que recebem um email sempre que há uma atualização no site) e 135 'likes' no Facebook." (P5)

¹⁸⁷ Informação extraída de <<http://passapalavra.info/>>, em 02/03/2015.

¹⁸⁸ Ver <<http://sinaldemenos.org>> (Acesso em 02/03/2015).

Não temos dados sobre o número de acessos a *Desinformémonos* em sua página principal. Na data de dois de Março de 2015, em sua página de divulgação do site na rede social *Facebook*, *Passa Palavra* conta com 8943 "curtidas", além de 4299 seguidores e 7084 *tweets* na rede *Twitter*¹⁸⁹. Na mesma data, o *Centro de Mídia Independente* possui 3819 "curtidas" em sua página de São Paulo e 1790 em sua página do Rio de Janeiro no *Facebook*; a página internacional *Indymedia* conta na mesma data com 26657 "curtidas" na mesma rede social¹⁹⁰. Já a página divulgativa de *Desinformémonos* (do México), conta com 730233 "curtidas" no *Facebook* na mesma data; e sua página brasileira possui 6110 "curtidas" na mesma rede social¹⁹¹. No mesmo dia, a Revista Eletrônica *Sinal de Menos* conta com 257 membros em seu grupo de debates na rede *Facebook*, e 179 "curtidas" na página de divulgação na mesma rede¹⁹².

Podemos, destes dados, perceber a importância que a divulgação em redes sociais comerciais assumiu para os coletivos produtores destes sites anticapitalistas - que, passaram a adentrar as mesmas redes, para divulgar suas publicações e obter visibilidade - e, um dos depoentes (P1) já destacou que isto é importante e teria sido um erro dos ativistas se absterem por anos de divulgar notícias e matérias nestes espaços. Estes números que expusemos revelam também a dimensão da absorção que as redes sociais comerciais obtiveram sobre as discussões e protestos sociais.

Neste capítulo de análise dos depoimentos dos *produtores* dos periódicos que estudamos e de algumas cartas editoriais dos mesmos, concluímos que, oriundos de um mesmo "tronco" ou "veio" de lutas sociais, e se compondo seus coletivos produtores e seus receptores de um mesmo círculo social de *trabalhadores qualificados* no qual *produtores* e *leitores* se confundem entre si, os periódicos que analisamos *não* se

¹⁸⁹Ver <<https://www.facebook.com/passapalavra?fref=ts>> e <<https://twitter.com/passapalavra>> (02/03/2015).

¹⁹⁰Ver <<https://www.facebook.com/cmi.saopaulo?ref=ts&fref=ts>>; <<https://www.facebook.com/indymediario?fref=ts>> e <<https://www.facebook.com/indymedianetwork?ref=ts&fref=ts&rf=109222082431029>> (02/03/2015).

¹⁹¹Ver <<https://www.facebook.com/Desinformemonos?fref=ts>> e <<https://www.facebook.com/desinformemonos.brasil?ref=ts&fref=ts>> (02/03/2015).

¹⁹²Ver <<https://www.facebook.com/groups/197353606949877/?fref=ts>> e <<https://www.facebook.com/sinaldemenos?ref=ts&fref=ts>> (02/03/2015).

consideram veículos de reorganização das lutas sociais, mas instrumentos que permitem a *circulação e unificação* de lutas fragmentárias, possibilitando uma reorganização destas, que os depoentes apontam que pode ser tornada efetiva através do trabalho presencial e auto-organizativo de bases. Porém, os mesmos depoentes demonstraram que, de forma inequívoca, estes veículos ajudaram a formar, como uma "escola", a toda uma geração de militantes e ativistas; mas o fizeram apenas na medida em que estavam atuando como *função* das lutas sociais de base e fundidos a estas. O esvaziamento das lutas sociais repercutiria criticamente sobre estes veículos eletrônicos.

Ainda, por sua *autonomia e independência* em relação ao Estado, partidos políticos, burocracias sindicais e empresas, além de sua forma de organização *horizontal e não-profissionalizada*, a prática *autoformativa* destes periódicos se distancia de forma decisiva da formação pretendida pelo sistema escolar, partidos e burocracias sindicais - inaugurando uma prática com *formas e conteúdo* diferenciados, voltada à resistência social e autonomia. Finalmente, vimos como os *produtores* destas mídias demonstraram o processo pelo qual, no descenso das lutas do *Movimento Antiglobalização*, ativistas foram trabalhar em empresas da área de comunicação e mesmo alguns foram cooptados à posição de *gestores*, permitindo que uma série de novas redes eletrônicas e redes sociais comerciais e corporativas absorvessem o espaço, tecnologias e atividade de discussões que antes se dava no seio do movimento social - e, cabe adicionarmos, que mais recentemente, burocracias partidárias e sindicais têm efetuado a mesma tentativa de apropriação. Porém, o processo de lutas sociais tende também a sucessivas reorganizações, e do referencial histórico e modalidade de atividade inovadora do *Centro de Mídia Independente* surgiram novos movimentos (como o *Movimento Passe Livre*), coletivos e sites - como *Passa Palavra* e *Desinformémonos*, dentre outros. Finalmente, os próprios *produtores* de mídias alternativas anticapitalistas passaram a também divulgar seus sites nas redes sociais corporativas, para obter maior visibilidade. A análise do depoimento dos *produtores* reforçou e explanou com novas informações as percepções que obtivemos do depoimento dos *leitores* dos periódicos e de seus documentos editoriais, lançando luz às nossas questões de pesquisa - e também gerando novos problemas.

Considerações finais – das nuvens ao subterrâneo do real

"Não sabendo quão próximos estão da verdade,

Os pobres seres vivem a procurá-la tão longe!

São como infelizes a gritar de sede,

Embora estejam mergulhados n'água."

- Hakuin, século XVII.

Neste trabalho, empreendemos uma longa - e por vezes complexa - jornada. Saímos de nossas indagações e análises categoriais de nossos referenciais teóricos, para saltar ao mundo das fontes; passamos do *lógico* ao *histórico*, e, agora, retornamos a aquele. Fomos, há anos, em nossa inquietação por analisar criticamente o sistema de ensino escolar capitalista em outro trabalho (DIAS, 2010), levados à percepção da organização social do capitalismo totalizado como uma *Fábrica Social*, terreno do conflito pelo emprego dos tempos entre trabalhadores e capitalistas. Assim, em nossa análise do mundo da exploração qualificada e civilizada da *mais-valia relativa*, chegamos à provocação de Ivan Illich, que propunha a *desescolarização* da sociedade, através do estímulo ao livre estudo e *autodidatismo* veiculado por coletivos e grupos (ILLICH, 1973). Neste campo, descobrimos o periodismo eletrônico de crítica social e anticapitalista como um impressionante terreno de debates e aprendizado que extravasa o domínio das instituições de ensino e da escolarização burocrática. Atualmente, mais de quarenta anos após a proposta de Illich, parece ser o capitalismo a buscar escolarizar burocraticamente toda a sociedade e a vida, a par do avanço da mercantilização de todos os momentos sociais. Porém, assim como a *forma-mercadoria* possui a contradição interna entre seus momentos *sensíveis* e a abstração do *valor-trabalho*, também o processo de imposição da *forma-mercadoria* enquanto relação social a toda a sociedade se defronta com conflitos sociais e resistência; o germe da luta de classes se encontra dentro desta forma mais elementar e sua cisão estrutural.

Assim, a *lei do valor*, socialmente estabelecida, se efetiva através do conflito de classes pela imposição do *trabalho*. A *exploração* econômica se viabiliza através da *opressão* política e do controle social, em toda suas variadas formas, configurando a unidade entre *economia* e *política*, base da *economia política*.

Nosso mergulho no universo das fontes, sobretudo, permitiu demonstrar a dialética e o contraditório do *valor de uso* das redes de computadores - enquanto instrumentos de imposição de trabalho e controle social, mas também como mediações apropriadas pelos trabalhadores para sua resistência e construção de esferas de autonomia. Se desnuda, assim, o caráter *político* da tecnologia, e da própria categoria *valor de uso*. Como pudemos ver, os próprios movimentos ativistas se apropriaram da tecnologia e a transformaram, produzindo plataformas e redes de novo tipo, adequadas às suas lutas e busca por autonomia; e, depois, as tecnocracias capitalistas se apoderaram das mesmas, recuperando-as em prol da acumulação. Isto demonstra o caráter da *economia política* como constante *cabo de guerra* social entre classes - ou, talvez, algo que lembre a técnica do conflito entre guerreiros marciais orientais, que tentam a todo instante desviar a força do oponente e utilizá-la contra o mesmo. Este processo ilustra como o *fetichismo* do capital e seu aparente automatismo depende de ser *produzido e reproduzido* a todo instante pelos conflitos de classes. Daí, a nosso ver, ser especialmente problemática a leitura estrutural daqueles que pretendem realizar uma crítica da *lei do valor*, das categorias mercantis e das dissociações da *forma-mercadoria* sem considerar as classes sociais e seus conflitos.

Vimos, na alusão à problemática do acesso e elitização da internet - que por muitos anos a manteve restrita aos trabalhadores qualificados, antes de sua massificação recente - e ainda incompleta - como a categoria *valor de troca* assume relevância na questão do acesso à rede de computadores, quando este é mediado pela *forma-mercadoria* a partir do momento em que empresas o vendem, e pelos limites postos pelo próprio valor da *força de trabalho*, que também pode limitar o acesso.

Justamente na guerra pela imposição social de um nível de produtividade - e, portanto, da *lei do valor* enquanto *média social* - se desenrolam as lutas pelo emprego do tempo, nas quais a rede mundial de computadores é o palco de um conflito pelos seus usos sociais: entre a qualificação capitalista da *força de trabalho* através do *consumo produtivo* e a construção de teias de relação *solidárias e horizontais*, que rompem com a mercantilização, como formas embrionárias de outra lógica produtiva, e enquanto *relações sociais* de luta que podem potencialmente se converter em novas *relações sociais* de produção, caso logrem êxito em controlar os *meios de produção* e as *condições gerais de produção*. Assim, estas relações sociais de luta geradas não podem simplesmente ser desconsideradas ou desqualificadas por não romperem imediatamente com a *forma-mercadoria*, justamente porque elas afetam a reprodução do *valor* e da

própria *força de trabalho* enquanto *mercadoria*. São práticas sociais que instituem *formas* relacionais diferenciadas, mesmo que não reivindiquem *conteúdos* que defendam uma ruptura categorial imediata e completa. Na verdade, estas *formas* portam um *conteúdo* social relacional distinto das relações sociais mercantis - isto fica claro quando analisamos a forma de atividade *autônoma, horizontal, auto-organizada e não-profissionalizada* (e, portanto, *desmercantilizada*) pelo qual estes movimentos sociais e os veículos eletrônicos que surgiram como *função* destes se organizam.

Vimos também como, neste terreno das redes de computadores, a *divisão do trabalho* expressa seu caráter *político*, determinando uma classe trabalhadora estilizada pelas gerências capitalistas, e que tenta recompor suas inter-relações, suas lutas e a si própria como *classe política* no terreno destas novas tecnologias, que integram as *condições gerais de produção*. Como expusemos em nossa análise de depoimentos, a luta pela superação da fragmentação se torna o mote mais importante das mídias alternativas anticapitalistas, possibilitando uma *recomposição política* da classe trabalhadora e a superação potencial das fissuras geradas pela *divisão do trabalho*. Um fato sutil, mas extremamente importante, é que a análise dos depoimentos demonstrou que no campo de leituras e debates das mídias alternativas que estudamos, embora predominem em peso trabalhadores qualificados, também adentram a este indivíduos de menor formação, se mesclando àqueles. Este fato é muito significativo. Justamente, é na estrutura de divisões do *trabalho útil* que se estabelece o controle social hierárquico que permite a estruturação dos fazeres sociais úteis e sensíveis sob a generalidade abstrata de trabalho, como *trabalho abstrato* - e a dissolução das subjetividades e identidades históricas e orgânicas em mera *força de trabalho* - a existência dos trabalhadores *para o capital*. A internet, assim, além de terreno importante de articulação atual das *condições gerais de produção*, assume a generalidade abstrata do próprio *trabalho abstrato* - e o vimos na confusão pela qual depoentes consideram elementos tão diferentes, como mídias alternativas e as redes sociais comerciais, como uma totalidade indiferenciada e única.

Assim, um elemento do consumo dos trabalhadores, que é o acesso às redes de computadores, passa a expressar também a integração entre *trabalho* e *tempos livres*, dentro da *Fábrica Social*. Na constante guerra pelo emprego do tempo, os *tempos livres* estão sempre na fronteira entre sua *hetero-organização* enquanto *consumo produtivo* (reprodução da *capacidade de trabalho* dos trabalhadores), e a *auto-organização* enquanto espaços de resistência e autonomia política e social - que comporta a *auto-formação* como sua *função*. Este é o conflito entre *hetero-formação* e *auto-formação*.

Usos autônomos do tempo enquanto *tempo de luta* e autonomia constituem o importante avesso da moeda da estruturação do tempo e de toda a vida social enquanto *tempo de produção* de mercadorias e valor. Cabe colocar que, se as transformações sociais levavam séculos ou milênios para ocorrer, no terreno das tecnologias atuais, podem se desencadear em períodos de tempo de curtíssima duração.

Decomposição e recomposição da classe trabalhadora enquanto *classe política* se darão neste processo, entre a fragmentação gestorial dos trabalhadores e a sua reorganização que produz suas próprias *zonas de autonomia* para além do *Estado* e do *mercado*. A classe trabalhadora atual, com uma estrutura diferente da classe trabalhadora *taylorista-fordista*, possui dentre uma infinidade de fissuras e fragmentações colocadas pela *reestruturação produtiva* das últimas três décadas, as divisões geradas pelas *hierarquias qualificacionais*, dentro do espectro da nova divisão do trabalho. Assim, separam-se os *trabalhadores precários*, do terreno de predomínio da modalidade de exploração da *mais-valia absoluta*, dos *trabalhadores qualificados*, sobre os quais predomina o regime da *mais-valia relativa*, fundado no *trabalho complexo* e na exploração do *componente intelectual do trabalho*. Foram estas fraturas, junto a diversas outras, que se expressaram na confusa e complexa "colcha de retalhos" das lutas das jornadas de Junho de 2013 pelo Brasil - esta miríade de conflitos expressou o nível das fragmentações da classe trabalhadora.

As redes eletrônicas se colocam para os gestores capitalistas como instrumento de controle sobre a *Fábrica Social*, como parte do *aparelho de governamentalidade* - o que inclui como um dos seus elementos cruciais a contabilização administrativa do tempo e da atividade, e o controle social possibilitado pelo dinheiro, muito ampliado pela sua existência em forma eletrônica. É o efetivo controle social que possibilita que dinheiro, mercadorias, meios de produção e trabalhadores se tornem *capital*, pois o *capital* nada mais é que *uma relação social* que se utiliza destas mediações - incluindo as redes de computadores - para fins de exploração e produção de *valor*. Assim, sob a aparência fetichista de naturalidade das *relações sociais*, se esconde o conflito social. E vimos efetivamente neste trabalho a "história secreta" e pouco conhecida deste conflito dentro dos usos sociais da rede de computadores - e que tende a se agravar para patamares superiores, na medida em que a troca do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*, e do *capital variável* pelo *capital constante* agravam as cisões sociais, desencadeando o retorno do predomínio da exploração da *mais-valia absoluta*, o estilhaçamento do ordenamento social e institucional, e agravando a crise capitalista. A própria virtualização da vida se

fortalece e caminha a par com a ficcionalização da riqueza social e da economia, gerada pelo estreitamento de sua valorização posto pelo aumento histórico do *capital constante* sobre o *capital variável* (CLEAVER, 1981). A ficcionalização da economia se estabelece junto com a *ficcionalização* e *espetacularização* (DEBORD, 1997) da vida e das relações sociais.

Porém, é neste terreno que surgem as heresias e os sonhos. Literalmente aqui nos reportamos ao aspecto *onírico* e do imaginário social - de forma análoga à atividade dos hereges medievais (do mundo cristão e islâmico), que desafiavam a ortodoxia fechada da religião organizada e hierárquica, ao "acessar" diretamente a "esfera psíquica" dos símbolos e do imaginário, revolucionando sua cosmovisão, seus conceitos de *sujeito* e *verdade*, como belamente expôs Peter Lamborn Wilson, em *Chuva de estrelas* (WILSON, 2004). Assim, os indivíduos podiam literalmente criar e escrever seus próprios "livros" sagrados. Este processo continua atual - pois é nas *zonas autônomas* (BEY, 2010) colocadas pelos "caminhos de rato" das redes de computadores que grupos de "hereges modernos" afrontam as relações de poder e questionam a naturalidade das relações sociais, expressando sua voz, circulando suas lutas, criando e decidindo sua própria organização, gerando sua narrativa e se apropriando da História.

Procedemos neste trabalho a uma investigação que compara e cruza as análises de depoimentos dos *leitores* dos periódicos, de seus *produtores* e documentos editoriais, na qual procuramos desvendar os nexos internos que respondam às nossas indagações de pesquisa. Cabe aqui considerar as nossas conclusões.

I- Apreciação social dos periódicos.

Primeiramente, vimos como os periódicos que estudamos são reconhecidos pela sua importância, papel estratégico e forma de atuação pelos seus *leitores*. *Centro de Mídia Independente* é respeitado como um site e coletivo referencial e histórico, precursor da forma de atividade de mídias alternativas e de uma linguagem e léxico popular e acessível a um grande círculo de leitores. Alguns *leitores* notam, em concordância com os *produtores*, que uma crise se abateu sobre o site, que foi perdendo enraizamento social; a qualidade dos debates e textos na coluna de publicação aberta e espaços de comentários se tornou baixa. Os *produtores* demonstraram que isto ocorreu com o descenso do

Movimento Antiglobalização, que tornou a manutenção da atividade do site difícil e submetida a novos desafios, como a apropriação de suas tecnologias por empresas. *Passa Palavra* é reconhecido pela sua alta qualidade de publicação, pelas suas polêmicas marcantes e relevantes em termos estratégicos, e pela sua alta organização e moderação editorial; porém, seus leitores queixam de que o mesmo veículo possui uma política editorial fechada e mediada ao modo das organizações da esquerda tradicional, bem como um nível de debate e linguagem elevado que torna difícil sua popularização em círculos maiores. *Desinformémonos*, por sua vez, é pouco conhecido, não abriga grandes debates em comentários de *leitores*, sendo considerado um veículo de um círculo militante muito específico - mas de reconhecido compromisso e inserção social. Finalmente, analisamos a Revista *Sinal de Menos*, que possui um público restrito, pequeno, mas ativo e participativo em colaborações, sendo uma revista de complexo caráter teórico - talvez única em nosso país - que não se propõe a ser um canal de mídia ou notícias e nem um veículo massivo. Nossa percepção dos números de acessos e sua visibilidade em redes sociais demonstra que estes periódicos, embora não atinjam nem de perto a visibilidade que páginas comerciais, ligadas a empresas, celebridades da indústria cultural, ou mesmo páginas tomadas por discursos conservadores, atingem um público que não é desprezível e qualitativamente representa um setor social crítico.

II-Origem dos periódicos.

Demonstramos e analisamos como os periódicos estudados se originaram de um mesmo contexto e ramificação de lutas sociais - que passou pelos movimentos autônomos dos anos sessenta e setenta do século vinte, pelo zapatismo mexicano e o movimento antiglobalização, incorporando seus referenciais teóricos, temas, formas de organização *horizontal e não-profissionalizada, autonomia e independência* em relação ao estado, empresas e instituições burocráticas. Assim, exceção a *Sinal de Menos*, que surgiu como veículo teórico (embora seus membros tenham obtido influência de todos os movimentos anteriormente citados em maior ou menor grau), estes periódicos eletrônicos expressam um mesmo processo de movimentos e uma trajetória. *Centro de Mídia Independente*, surgido a par com a *Ação Global dos Povos*, produziu tecnologias novas, uma modalidade de atividade e um *fazer* que foi precursor dos demais coletivos e sites. Após seu descenso e a ascensão das redes sociais comerciais, surgiram *Passa Palavra* e *Desinformémonos*, expressando uma continuidade que *conserva* as partes fundamentais

do *fazer* inaugurado pelo *CMI*, mas o *superam* em consciência crítica dos processos de *recuperação* capitalista das lutas sociais, inaugurando uma atividade em novos patamares.

III- Círculo social.

Pelos depoimentos dos *leitores*, pudemos realizar uma tarefa difícil. A definição do círculo social de *leitores* e usuários dos sites era algo que seus próprios *produtores* não souberam definir em suas entrevistas. Porém, a análise cruzada do perfil dos *leitores* entrevistados e de seus círculos sociais permitiu-nos estabelecer um quadro deste grupo social que demonstra que o mesmo é, em sua imensa maioria, composto por *trabalhadores qualificados*, que se inserem no circuito de predomínio da modalidade de exploração da *mais-valia relativa*, laborando em atividades (e com formações) diversas que se inserem no terreno das *condições gerais de produção* do capital - desde saúde pública, educação, comunicação, etc. Este círculo inclui trabalhadores qualificados desempregados, e alguns casos de trabalhadores de menor formação, que se mesclam aos demais nos debates. Os *produtores*, em seus depoimentos, ofereceram indícios que referendaram completamente nosso quadro do perfil social dos *leitores*, e ainda permitiram perceber que *leitores* e *produtores* pertencem ao mesmo círculo social e mesmo se confundem entre si e em suas funções. Este quadro que estabelecemos é importante, pois demonstra que os *produtores* e *leitores* destes espaços não são externos à classe trabalhadora, mas trabalhadores de alta produtividade - no uso do componente intelectual do trabalho - e que ocupam funções sociais de reprodução estratégicas e se inserem no *trabalhador social agregado*, produtor de *mais-valia*, e laboram nas *condições gerais de produção*. Esta percepção nossa contrasta com o discurso das esquerdas ortodoxas, que desdenha e desqualifica este setor, não o considerando como parte da classe trabalhadora, e nem como inserido na luta de classes. Pelo contrário, demonstramos que faz parte desta e que sua atividade não foi desprezível e nem secundária. Basta considerar que durante os anos de atividade, estes coletivos cobriram e noticiaram inúmeras lutas de trabalhadores precários por terra, moradia, melhores condições de trabalho, etc. Assim, estabelecemos um quadro deste círculo social.

IV- Reorganização da classe trabalhadora e periodismo digital.

Nossa investigação demonstrou que nem mesmo *leitores*, nem os *produtores* dos veículos que analisamos consideram os mesmos como geradores de lutas, organização ou

reorganização da classe trabalhadora e das lutas sociais. *Leitores e produtores* concordam entre si que esta só pode ocorrer através da atividade presencial e da organização de base das lutas e movimentos sociais. Porém, reconhecem que os veículos possuem papel estratégico na circulação, divulgação, e unificação das lutas sociais fragmentadas (e na politização e reflexão sobre as mesmas). Os periódicos eletrônicos cumpriram, assim, papel de dar voz aos movimentos e de contra-informação. *Centro de Mídia Independente* abriu um importante espaço e modalidade de atividade política, que teve importância ao veicular um espaço de publicação aberta, onde os agentes das lutas podiam publicar livremente - e que foi invadido por disputas e sofreu uma queda do nível de debates quando o *Movimento Antiglobalização* se desorganizou. *Passa Palavra* veicula notícias sobre uma diversidade de lutas sociais, demonstrando importante enraizamento social, apesar de não ser um site de publicação aberta. *Desinformémonos* exerce um importante papel de jornalismo que dá voz aos explorados e suas lutas sociais; e *Sinal de Menos*, embora não se proponha a ser veículo de circulação de lutas, apresenta importantes reflexões sobre estas. Assim, os periódicos que estudamos *não* são veículos de reorganização da classe trabalhadora que, segundo os depoentes, só pode se dar pelo trabalho organizativo de bases presencial, mas são reconhecidos como estratégicos instrumentos de circulação e aproximação das diversas lutas, permitindo a fusão destas.

V- *Periodismo eletrônico anticapitalista e autoformação.*

Na medida em que entendemos que a formação dos indivíduos e da classe trabalhadora expressa sua *composição de classe*, a *autoformação* é uma *função* da reorganização das lutas sociais (em formas auto-organizadas). Nossos depoentes, *leitores e produtores*, ressaltaram que os periódicos que estudamos cumprem um papel muito importante na *autoformação* de toda uma geração de ativistas e militantes sociais, porém seus depoimentos destacaram que esta só ocorre na medida em que possua lastro real e presencial nas lutas de base e seja uma *função* destas. As lutas sociais de base é que constituem o elemento que dá substância, coerência, sentido e visão de totalidade a esta *autoformação*. Isto se confirma pelo fato de os depoentes demonstrarem que produtores e participantes de lutas sociais muitas vezes se confundem entre si, ou estão juntos durante os processos de luta.

VI- *Autoformação face aos partidos, sindicatos e escolas.*

Os depoimentos de *produtores e leitores*, bem como documentos editoriais nos permitiram depreender que a *autoformação* que ocorre ao redor destes espaços eletrônicos é qualitativamente diferente da formação oferecida pelas instituições escolares e de ensino, na medida em que possuem uma orientação voltada para a luta e autonomia social - e não à qualificação para o mercado de trabalho - além de uma atividade organizada de forma *horizontal*, participativa, sem currículo fechado e pré-definido hierarquicamente, com estímulo e abertura ao auto-didatismo. Porém, o acesso a esta *autoformação* depende de fatores como um certo nível de formação e escolarização prévia, e também acesso às redes - e inserção social nos processos de lutas. E depoentes apontaram que, diversos materiais e formas de atividade das mídias alternativas anticapitalistas e autônomas podem ser incorporados na atividade docente, nas fissuras da crise do sistema escolar público. A *autoformação* desenvolvida por estes sites que estudamos também se distingue, de forma radical, da formação pretendida e oferecida por sindicatos e partidos políticos da esquerda tradicional. Isto ocorre porque sua atividade recusa a militância profissional e as hierarquias; é *autônoma e independente* em relação ao Estado, empresas e burocracias sindicais e partidárias, e se organiza de forma *horizontal*. Certamente, esta horizontalidade é um objetivo pretendido e buscado constantemente pela prática destes coletivos, mas também depende de fatores como enraizamento social nas lutas de base, maior participação dos indivíduos, divisão de tarefas - podendo ocorrer crises e momentos em que a atividade editorial se torne mais fechada ou centralizada. Não se exclui o risco de se proceder, nestas situações, a sectarismos e ações autoritárias que reproduzam em maior ou menor grau as práticas burocráticas (e, principalmente, de poder informal e pessoal dentro de grupos) da esquerda tradicional, como pudemos ver da análise dos depoimentos dos *leitores* dos periódicos. Porém, em relação às instituições escolares, partidárias e sindicais, a prática dos coletivos é inovadora e diferenciada, distanciando-se destas de forma efetiva.

VII - Crítica social e assimilação capitalista.

Também vimos neste trabalho que, antes do *Movimento Antiglobalização*, a internet possuía uma estrutura muito mais unilateral e menos participativa; e foi crucial a atividade de hackers e ativistas do movimento e do *Centro de Mídia Independente* e outros veículos no sentido de abrir a internet à publicação livre, participação, interação entre seus leitores, produção de vídeo, etc. Toda uma nova sorte de tecnologias de

comunicação eletrônicas - programas, plataformas - foi gerada pelos ativistas para atender suas relações de luta. Porém, com o descenso do movimento, como vimos, muitos técnicos ativistas tiveram a pressão da sobrevivência e venderam sua força de trabalho para empresas, que se apropriaram de seu fazer e das tecnologias criadas, recuperando-as em prol do capital, gerando mercadorias e serviços que impulsionaram um setor dinâmico da economia (bens intelectuais), e permitindo a expansão de um novo setor, no qual se destacam as redes sociais comerciais. Estas absorveram o papel do debate e da contestação política, após seus primeiros anos como ferramentas de entretenimento; porém são espaços vigiados e controlados pelas tecnocracias. Sua absorção dos debates eletrônicos foi tão profunda, que na percepção de muitos depoentes, sites anticapitalistas e redes sociais se confundem. Porém, novos coletivos e periódicos militantes surgiram, conscientes desta recuperação, gerando novos sites, e adentrando as redes sociais comerciais para difundir suas publicações. Assim, houve um ciclo de lutas desde o zapatismo e o movimento antiglobalização; o descenso destas repercutiu seriamente sobre as mídias alternativas, colocando-as em crise; porém, coletivos de trabalhadores qualificados e com inserção em lutas sociais se organizaram, retomando a atividade de circulação das lutas e *autoformação* em novos patamares. Cabe aqui acrescentar que, como demonstrou *Passa Palavra* em muitas publicações que citamos nesta tese, a atividade de mídia alternativa (e cultural) também se tornou objeto de apropriação por burocracias partidárias ligadas a gestores governamentais - como é o caso do grupo *Fora do Eixo* e de toda uma "blogosfera" de apoio à gestão do governo federal pelo *Partido dos Trabalhadores* - como percebemos também pela popularidade destes sites, que são acessados *criticamente* pelos *leitores* entrevistados; estes leem diversas fontes e as comparam entre si, expressando uma atividade *auto-formativa* aberta e heterodoxa, e especialmente dotada de autonomia. Trata-se este processo também de uma tentativa de recuperação gestorial da atividade autônoma das mídias alternativas, além de uma estratégia que envolve a gestão hierárquica de atividades artísticas e culturais, e de comunicação. Entretanto, é lícito supor em nossa análise que os indivíduos percebem os processos de recuperação das lutas, e há o surgimento constante de novos coletivos, veículos, expressando reorganização em novos patamares.

VIII - Fetichismo das redes.

Finalmente, a conclusão mais marcante de nossa pesquisa sobre o corpo de depoimentos e documentos é a percepção da premência e predomínio do presencial das lutas, *auto-organização* de bases e processos presenciais sobre as atividades dos veículos eletrônicos anticapitalistas. Assim, as mídias alternativas fazem circular as lutas, mas estas só podem se reorganizar através do trabalho de bases; os veículos expressam importantes debates e *autoformação*, mas que só podem fazer sentido e ter eficácia se enraizados em lutas sociais e verdadeiras coletividades solidárias no mundo real. Em última instância, quem reorganiza a classe trabalhadora é o próprio movimento social; quem proporciona a *substância* para a *autoformação* é a própria luta social e *auto-organização* dos trabalhadores.

Ficou demonstrado, portanto, que o *fetichismo* das redes eletrônicas, expresso nos discursos midiáticos que falam em uma *inteligência coletiva* ou nas redes sociais como panacéia transformadora da sociedade se revela vazio de sentido; e isto porque a própria rede e as suas tecnologias *não* são politicamente neutras, mas fazem parte e expressam as relações sociais, transpondo as lutas, fissuras e contradições do mundo real para os fóruns eletrônicos. Não são as redes que criam as lutas sociais, mas estas se expressam nas redes. As redes eletrônicas, sem o substrato da contestação social real, se transformam em veículo de inversão ideológica da realidade, de *fetichização* das relações sociais, de virtualização das relações humanas e sociais e esvaziamento das lutas; cumprem o papel de desorganizar e controlar a classe trabalhadora, reproduzindo de forma circular o isolamento social, ao mesmo tempo em que centralizam o controle e o *poder político* das tecnocracias. Este *fetichismo da internet* e toda sua construção ideológica pós-moderna, que tenta dissolver as lutas sociais contra a exploração em uma fragmentação multicultural e corporativa, e reduzi-las a meras disputas discursivas, é um dos maiores desafios com que o movimento social autônomo se defronta na atualidade. Isto se torna ainda mais evidente quando vemos a propagação descontrolada de discursos de ódio, conservadores, preconceituosos e fascistas pelas redes sociais. Os depoentes demonstraram que apenas o trabalho social de auto-organização cotidiano pode engendrar novas relações sociais de solidariedade e desmercantilização da vida que constituam alternativas reais de sociabilidade e existência capazes de rearticular de forma efetiva as lutas sociais, e dar base real para uma *autoformação* que transponha o círculo dos trabalhadores qualificados, atingindo os trabalhadores precários e a sociedade de forma mais ampla.

Podemos concluir, portanto, que:

a) Os periódicos que estudamos se originam de um mesmo ramo de lutas sociais, movimentos e coletivos.

b) Seus *leitores* e *produtores* se mesclam em um mesmo círculo social de *trabalhadores qualificados*.

c) Os sites de mídia alternativa anticapitalistas **não** reorganizam a classe trabalhadora e as lutas sociais, mas cumprem um papel crucial de circulação das lutas. A reorganização da classe trabalhadora se dá pelo trabalho de bases.

d) Os periódicos estudados são reconhecidamente *educativos* e *formativos*, sob a perspectiva da classe trabalhadora. Porém a força desta *autoformação* reside em seu enraizamento no trabalho de bases.

e) Sua atividade formativa *autônoma*, *horizontal* e *des-profissionalizada* se distancia e diferencia de forma decisiva da formação oferecida pelo sistema escolar, partidos, e sindicatos operários tradicionais.

f) As redes eletrônicas não engendram as relações sociais, mas são parte delas, as veiculam e reproduzem. O *fetichismo das redes* se torna um fator de desorganização e controle sobre os trabalhadores. Os ciclos de organização, desorganização e reorganização das lutas repercutem sobre as mídias alternativas anticapitalistas, determinando sua organização, crise e *recuperação* capitalista de sua atividade pelas empresas e tecnocracias, bem como as potencialidades de reorganização.

O *fetichismo das redes sociais*; a recuperação das tecnologias e formas de debate pelas redes sociais comerciais; a propagação de discursos fascistas, etc. constituem questões abertas que dariam material para novas pesquisas e questões, mas que também podem se perder no universo abstrato das ideias e discursos. Este trabalho não pretendeu chegar a uma posição final e fechada; antes, a abrir novas questões e apontar caminhos para a prática e reflexão dos lutadores sociais do proletariado, trabalhadores e movimentos comprometidos com a transformação social real. Efetivamente, as respostas aos dilemas levantados só podem ser encontradas por estes em suas lutas cotidianas contra a exploração, opressão, mercantilização e burocratização da vida; que enfrentam diariamente e anonimamente a repressão, a vigilância, a desorganização das lutas, as tentativas de cooptação pelo capital, gestores e Estado; a pressão da sobrevivência e a virtualização e abstração das relações sociais; que não se prendem aos limites postos pelas

tecnocracias e pelo poder. Cabe a estes lutadores se tornarem dialéticos e estrategistas, compreendendo as estruturas sociais e se colocando como *classe política* e *subjetividades livres* e críticas; encontrando saídas para a reorganização da classe trabalhadora e a construção de uma formação autônoma e libertária, para além do estreito universo da *forma-mercadoria*. É a partir destes heróis anônimos e despossuídos - os verdadeiros intelectuais orgânicos que passam noites em seus quatinhos simples e cheios de livros - que este trabalho foi escrito e a quem ele se deve. E é para estes que este trabalho, como nossos outros anteriores, também foi dirigido.

Explicit.

Bibliografia

- ACCIOLY e SILVA, D. “*Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica*”. In: *Educação e Sociedade*, v. 106. São Paulo, 2009.
- ACCIOLY e SILVA, D. ; WHITAKER, D. C. A. . *A chama e o silêncio: memória e esquecimento das lutas anarquistas no Brasil*. in Dulce C. Whitaker; Elis C. Fiamenghi; Telma G. Velôso. (Org.). **Ideologia e Esquecimento: aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau: Editora Letras a Margem, 2010, p. 159-179.
- ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, Theodor W. “*Educação para quê?*” Disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno15.htm>> (04/03/2004).
- ADORNO, Theodor W. “*Televisão e formação*.” Disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno11.htm>> (04/03/2004).
- ADORNO, Theodor W. “*Educação após Auschwitz*.” Disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno10.htm>> (04/03/2004).
- ADORNO, Theodor W. “*Educação contra a barbárie*.” Disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>> (04/03/2004).
- ADORNO, Theodor W. “*Sobre sujeito e objeto*.” Disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>> (26/02/2004).
- ADORNO, Theodor W. “*Tempo livre*.” Disponível in Antivalor <www.antivalor.cjb.net> (12/12/2008).
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- ANÔNIMO. “*Mais um relato: quais os problemas do Fora do Eixo?*”, Passa Palavra, 12/08/2013, disponível em <<http://passapalavra.info/2013/08/82408>>. (Acessos em Agosto de 2013).
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ASSANGE, Julian. **Cypherphunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Imaginário, 2000.

BAKUNIN, Mikhail. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. **Os Enganadores**. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008.

BAKUNIN, Mikhail. **A instrução integral**. São Paulo: Imaginário, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. **Obras escolhidas**. Org. e trad. Plínio Coêlho. São Paulo: Hedra, 2015.

BARBOSA, Mariana. “*Papel das redes sociais na primavera árabe foi superestimado, diz professor.*” Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1011675-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-foi-superestimado-diz-professor.shtml>> (acesso em 13/01/2012).

BARROT, Jean; MARTIN, François. **Eclipse e Reemergência do Movimento Comunista (1972)**. Londres: Antagonism Press, 1997.

BECKER, Gary. **El capital humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

BERNARDO, João. **Estado, A silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras, 1998.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

BERNARDO, João. “*O proletariado como produtor e como produto.*” In Revista de Economia Política, vol. 5, nº 3, julho/setembro 1985.

BERNARDO, João. **Para uma teoria do Modo de Produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.

BERNARDO, João. **O inimigo oculto. Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto Anti-Ecológico**. Porto: Afrontamento, 1979.

BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

BERNARDO, João. “*O dinheiro: da reificação das relações sociais até o fetichismo do dinheiro.*” In Revista de Economia Política, volume III, nº1, janeiro-março de 1983.

BERNARDO, João. *Ponto Final. Passa Palavra*, 19 de Junho de 2012. in <<http://passapalavra.info/?p=60646>>. (Último acesso em 24/07/2013).

BERNARDO, João. “*Trabalhadores, classe ou fragmentos?*” (2005), disponível em *Para ler João Bernardo*, <http://www.4shared.com/dir/6353945/38db478d/Para_ler_Joo_Bernardo.html> (03/03/2010).

BERNARDO, João. “*A Autonomia nas Lutas Operárias.*” In BRUNO, Lúcia, e SACCARDO, Cleusa (coord.). **Organização, Trabalho e Tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

BERNARDO, João. *Ainda acerca da crise econômica* (2010), em oito artigos, intitulados 1) *O declínio dos Estados Unidos*, 2) *A nova hegemonia*, 3) *A China em primeiro plano*, 4) *O problema da produtividade*, 5) *Transnacionalização e espaços nacionais*, 6) *A crise do neoliberalismo*, 7) *Uma crise de regulação*, e 8) *A crise de regulação na zona do euro*, todos disponíveis em <<http://passapalavra.info/?p=28011>> (acesso em janeiro 2011).

João BERNARDO. “*Sobre a esquerda e as esquerdas (4ª parte)*” in *Passa Palavra*, 18/05/2014, <<http://passapalavra.info/2014/05/93844>> (14/03/15).

João BERNARDO. “*Ecologia, a fraude do nosso tempo.*” in *Passa Palavra*, 11/03/2012, <<http://passapalavra.info/2012/03/53719>>. (14/03/15).

João BERNARDO. “*O mito da natureza: 1) A mitificação do camponês.*” in *Passa Palavra*, 25/11/2011, <<http://passapalavra.info/2011/11/48913>>. (14/03/15).

João BERNARDO. “*Sociedade Urbana e Industrial. Uma resposta.*” in *Passa Palavra*, 20/01/2012, <<http://passapalavra.info/2012/01/50861>>. (14/03/15).

BEY, Hakim. **Zonas Autônomas.** Organização Coletivo Protopia. Porto Alegre: Deriva, 2010.

BOOKCHIN, Murray. (1921-2006) *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism* (1995) **AK Press: Stirling.**

BORDIGA, Amadeo. “*O marxismo dos gogos*” - In *Battaglia Comunista*, nº 8, Abril 1952. Tradução de J. Henriques. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/bordiga/1952/04/08.htm>> (29/06/2009).

BORGES, Thássio. “*Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe*”, publicada em 4 de Janeiro de 2012 em *OperaMundi*, disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>> (Acesso em 05/06/2012).

BRINTON, Maurice. **Os bolcheviques e o controle operário.** Porto: Afrontamento, 1975. Também disponível na internet em <<http://libcom.org/library/the-bolsheviks-and-workers-control-solidarity-group>> (10/02/10).

BRUNO, Lúcia E. N. B. **O que é a autonomia operária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUNO, Lúcia E. N. B. *Gestores: A prática de uma classe no vácuo de uma teoria*. In BRUNO, Lúcia; SACCARDO, Cleusa. (coord.). **Organização, Trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.

BRUNO, Lúcia E. N. B.. *Educação, qualificação e desenvolvimento econômico*. In: BRUNO, Lúcia (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRUNO, L. E. N. B.; DOWBOR, L.; JACOBI, P. R.; OLIVEIRA, D. A.; MORAES, C. S. V.; LEITE, E.; CATANI, A. **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRUNO, L. E. N. B.; LINHARES, M. C. “A Educação Omnilateral frente a Reestruturação do Trabalho.” *Revista de Educação da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 31-47, 1995.

BRUNO, Lúcia E. N. B. “Poder Político e Sociedade: qual sujeito, qual objeto?” In FERREIRA, Eliza e OLIVEIRA, Dalila (org). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

BRUNO, Lúcia E. N. B. “Educação e desenvolvimento econômico no Brasil.” *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 545-562, set. – dez. 2011.

BRUNO, Lúcia. **O combate pela autonomia operária (em Portugal)**. Tese de mestrado apresentada à PUC/SP, 1985.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **Práticas da educação libertária no Brasil: a experiência da Escola Moderna em São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: FEUSP, 2004.

CAMATTE, Jacques e COLLU, Gianni. “Sobre Organização: As Gangues (dentro e fora do Estado) e o Estado como Gangue.” (1969), in *Biblioteca Virtual Revolucionária*. <<http://www.oocities.org/autonomiabvr/organi.html>>. (Acesso em 13/03/2015).

CAMPBELL, Horace. “Ecos da Tunísia e do Egito: revoluções sem revolucionários autoproclamados”. Publicado em 9 de fevereiro de 2011 no periódico Passa Palavra, disponível em <<http://passapalavra.info/?p=35790>> (acesso 12/02/2012).

CARIBÉ, Daniel Andrade. **Das fábricas ao estado, do estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe**. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2006.

CARR, Nicholas G. **A geração superficial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros**. Tradução: Mônica Gagliotti Fortunato Friaça. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

CLEAVER, Harry. **Leitura Política de O Capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

CLEAVER, Harry. “*Teses sobre a Crise Secular do Capitalismo: a Insuperabilidade dos Antagonismos de Classe.*” Austin: Texas, 1993. Disponível in <<http://www.geocities.com/autonomiabvr/teses01.html>> (25/06/2009).

CLEAVER, Harry. “*The Zapatistas and the international circulation of struggle: Lessons suggested and problems raised*” in <<http://utexas.academia.edu/HarryCleaver>> (14/03/15).

CLEAVER, Harry. Zapatistas e a teia eletrônica de luta. *Lugar Comum*, v.4, p.139-163,1998.

CILIGA, Ante. “*The Kronstadt Revolt.*” Disponível in <<http://libcom.org/library/kronstadt-ciliga>> (05/06/2009).

CUNHA, Daniel. “*Penúltimos combates. A luta de classes como desejo reprimido no Krisis/Exit.*” in *Revista Sinal de Menos*, nº 1, Abril de 2009. <<http://sinaldemenos.org/2011/02/22/sinal-de-menos-1/>>. (14/03/15).

DAMIANI, Amélia Luiza (coord). **O Futuro do Trabalho. Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro**. São Paulo: AGB/SP, Labur/Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. “*Society of Control.*” Disponível in <<http://www.nadir.org/nadir/archiv/netzkritik/societyofcontrol.html>> (01/03/2010).

DIAS, Gonçalves. **Poesia Indianista**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DIAS, Gonçalves. *Dicionário da língua tupi*. In: **Poesia Indianista**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DIAS, Paulo V. M. “*A Crise Política é a Crise da Política.* In *Cadernos de Política*. São Paulo: Ilustra, 2006 (Artigo). Também disponível in Antivalor <<http://antivalor3.vilabol.uol.com.br/outros/vergilio.html>> (01/12/2007).

DIAS, Paulo Vergílio Marques. **Economia Política da Educação de Massas: a Escola Pública como Condição Geral de Produção do Capital**. Orientação de Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno. São Paulo: s.n., 2010. 217 p. Dissertação de Mestrado defendida

no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área *Estado, Sociedade e Educação*, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

DIAS, Paulo V. M. “40 anos do Maio de 68: a Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord.” Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de Setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Paulo%20Vergilio%20Marques%20Dias.pdf>> (último acesso: 03/07/2013).

DIAS, Paulo V. M. “A Revolta e seu duplo” (2013), Sinal de Menos # Especial, Agosto de 2013, in <<http://sinaldemenos.org/2013/08/09/sinal-de-menos-especial/>> e Vias de Facto, Portugal, Agosto de 2013. <http://viasfacto.blogspot.com.br/2013/08/brasil-uma-contradicao-em-processo_31.html>. (Acesso em 13/03/2015).

DUARTE, Cláudio R. “O gigante que acordou - ou o que resta da ditadura?” Sinal de Menos # Especial, Agosto de 2013, in <<http://sinaldemenos.org/2013/08/09/sinal-de-menos-especial/>>. (Acesso em 13/03/2015).

DUARTE, Claudio. “Terror econômico, político e midiático: O Gigante integral da “Ditadura”. Últimas variações sobre o tema da formação, no país da eterna emergência”. São Paulo: 2014. Disponível em <<http://militante-imaginario.blogspot.com.br/2014/09/terror-economico-politico-e-midiatico-o.html>>. (Acesso em 13/03/2015).

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**. São Paulo: Atlas, 1981.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. **La Escuela Moderna - póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista**. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREGONI, Olga Regina. **Educação e resistência anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920-1945)**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2007.

FREEMAN, JO. “A tirania das organizações sem estrutura.” (1970). S/local: 1970. Disponível em <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>>. (14/03/15).

FREIRE, Ana; FREITAS, Julia; SOARES, Pedro. “Dois ou três apontamentos sobre o machismo incluyente.” 27/07/2013, Centro de Mídia Independente. <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/07/522303.shtml>>. (Último acesso em 25/02/2015).

GENNARI, Emilio. **EZLN: Passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (1ª edição 1987)

GORTER, Hermann: “*Open Letter to Comrad Lênin.*” (1920) Disponível in <<http://www.marxists.org/archive/gorter/index.htm>> (25/04/2008).

KRISIS. **Manifesto contra o Trabalho**. (1999) Disponível in <<http://obeco.planetaclix.pt>> (25/06/2009).

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. México: Fondo de C. Econômica, 1990.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOLLOWAY, John. “*Entrevista com John Holloway.*” em Sinal de Menos, ano 1, n.1. Disponível in <www.sinaldemenos.org> (01/04/2009).

HOLLOWAY, John. “*Nós somos a crise do trabalho abstrato.*” Palestra proferida em Roma. Trad. Daniel Cunha. Disponível in <<http://www.fimdalinha.lbr.net/>> (03/09/2008).

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria – para uma nova crítica do valor**. Portugal: Antígona, 2005.

JAPPE, Anselm. “*O reino da contemplação passiva*” (Palestra), disponível em <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=11521>> (acesso em Junho 2013).

JG (pseudônimo). “*Agroecologia e a luta campesina: continuando o debate.*” in *Passa Palavra*, 04/03/2012, <<http://passapalavra.info/2012/03/53470>>. (14/03/15).

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, UFJF: Pazulin, 2004.

KURZ, Robert. “*A ditadura do tempo abstrato. Sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer*”; disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_62.htm> (21/07/2010)

KURZ, Robert. *A Substância do Capital*. In Revista *EXIT!* <<http://obeco.planetaclix.pt>>.

KURZ, Robert. *Dominação sem sujeito*. in Revista EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *Antieconomia e Antipolítica*, Revista EXIT! disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt>> (01/07/2009).

KURZ, Robert. *Razão Sangrenta*, Revista EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *As leituras de Marx no século XXI*, disponível no site da Revista EXIT!: <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. “*A História como Aporia. Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche.*” (2006) Disponível em EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz242.htm>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *O Fim da Política*. Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *Para além do Estado e Mercado*. Disponível in EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *Pós-imperialismo – a nova face do mundo e a velha visão da esquerda*. Disponível em EXIT! <<http://obeco.planetaclix.pt>> e Antivalor <<http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/criticapolitica.html>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *Mais-valia absoluta*. In Revista EXIT!. <<http://obeco.planetaclix.pt>> (acesso em 2010).

KURZ, Robert. “*A comercialização da alma*”. In Folha de São Paulo, Ilustrada, 11 de Fevereiro de 2001. Disponível no site da Revista EXIT!: <<http://obeco.planetaclix.pt>> (21/07/2010).

KURZ, Robert. *Não há revolução em lugar algum*, publicado em EXIT!, em Janeiro de 2012, disponível em <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>> (acesso 12/03/2012).

KURZ, Robert. “*Economia Política do Anti-Semitismo.*” *Politische Ökonomie des Antisemitismus* em <www.exit-online.org>. Publicado na Revista *Krisis* nº 16/17, 1995.

KURZ, Robert. “*Lógica e Ethos da sociedade do trabalho*”, Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_042.htm> (21/07/2010).

KURZ, Robert. “*O desfecho do masoquismo histórico.*” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_012.htm> (21/07/2010).

KURZ, Robert. “*Escravos da luz sem misericórdia.*” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_019.htm> (21/07/2010).

KURZ, Robert. “*A honra perdida do trabalho.*” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_rkurz_055.htm> (21/07/2010).

KURZ, Robert. “*O pós-marxismo e o fetiche do trabalho.*” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_61.htm>(21/07/2010).

KURZ, Robert. “*A ditadura do tempo abstrato. Sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer.*” Disponível in Antivalor <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_62.htm> (21/07/2010).

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

LIPIANSKI, Edmond-Marc. **A Pedagogia Libertária.** São Paulo: Imaginário, 1999.

LUIZETTO, Flávio V. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920.** Tese de doutorado. São Carlos: USP, 1984.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUTA LIBERTÁRIA. “*Militância e ativismo: porque uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa*”. *Combate Anarquista*, São Paulo, números 37 e 38, julho/agosto de 2004. disponível em <<http://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/luta-libertaria-militancia-e-ativismo/>>. (14/03/15).

MACHADO, Murilo Bansi. **Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle.** Salvador: EDUFBA, 2013.

MACIEL, Danielle E. F. **Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista.** Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

MAKHAISKY, Jan Wacław. **Le Socialisme des Intellectuels.** Textes choisis, traduits ET presentes par Alexandre Skirda. Paris. Seuil, 1979.

MARRAS, Jean Pierre. **Gestão de Pessoas.** São Paulo: FUTURA, 2005.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia.** SP: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. **A guerra civil em França.** Disponível in *Arquivo Marxista na Internet* <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm> (08/07/2009).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política.** in Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro.** in *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. 3v.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos Econômicos de 1857-58. Esboços da Crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A Guerra Civil em França.** Versão digital de *Arquivo Marxista na Internet*, 2008, disponível in http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/ (acesso em Janeiro de 2013).

MATTICK, Paul; LEWIN, Roland; FURTH, René. **Comunistas de conselhos.** Coimbra: Centelha, 1976.

MESZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHELS, R. **Os partidos políticos.** São Paulo, Senzala, s.d.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MIX. "Será o camponês um mito?" in *Passa Palavra*, 12/01/2012, <http://passapalavra.info/2012/01/50981>. (Último acesso em 24/02/2015).

MORAES, José Damiro. **A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos Centros de Cultura Social.** Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1999. e "Educação anarquista no Brasil da Primeira República". In: *HISTEDBR*. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, s/d. disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html. (Acessado em 05/01/2012.)

NASCIMENTO, Anamaria. "Primavera Árabe e as redes sociais". In *Diário de Pernambuco* <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/vestibular2013/?p=580> (acesso 12/01/2013).

NASCIMENTO, Jonatas W. A.; MELO, Murilo Oliveira; BEZERRA, Alexandre N. B. “*A Primavera Árabe e o uso político da técnica: dos sites de relacionamento para as ruas no caso egípcio*”. In Revista de geopolítica, Natal – RN. V. 3, nº 2, p. 153 – 162, jul./dez. 2012.

NEGRI, Antonio. **Marx oltre Marx : quaderno di lavoro sui Grundrisse**. (1979) Milano, Feltrinelli, [rist. Roma, Manifestolibri, 2003]

NEGRI, Antonio. “*Dall'operaio massa all'operaio sociale : intervista sull'operaismo*” – 1979 (a cura di Paolo Pozzi e Roberta Tommasini). Milano, Multhipla, [rist. Verona, Ombre corte, 2007, con una prefazione dell'Autore]

OLIVEIRA, Francisco de. **O Ornitorrinco**. (2003) Disponível in <<http://pt.scribd.com/doc/65248440/Francisco-de-Oliveira-O-Ornitorrinco>> (Último acesso em 24/07/2013).

ORTIZ, Pedro. “*Das Montanhas ao ciberespaco*”. Publicado na Revista Fórum de 19 de Outubro de 2011, disponível em <<http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/das-montanhas-ao-ciberespaco/>> (Acesso 28/11/2011).

ORWELL, George. **Lutando na Espanha**. São Paulo: Globo, 2006.

PANNEKOEK, Anton. **A luta operária**. Coimbra, Centelha, 1977. Disponível também in Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>> (21/07/2009).

PANNEKOEK, Anton. **Os conselhos operários**. (1936) Disponível in Arquivo Marxista na Internet. <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>> (21/07/2009).

PANNEKOEK, Anton. **Les conseils ouvriers**. Paris: Bélibaste, 1974.

PANNEKOEK, Anton. “*A força contra-revolucionária dos sindicatos*.” Disponível In Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>> (21/07/2009).

PANNEKOEK, Anton. “*As tarefas dos conselhos operários*.” Disponível In Arquivo Marxista na Internet <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/index.htm>> (21/07/2009).

PASSA PALAVRA. “*A Esquerda Fora do Eixo*”. Disponível in <<http://passapalavra.info/?p=41221>>. (Último acesso: 23/07/2013).

PASSA PALAVRA. “*Protestos virtuais e impotência política (parte 2)*”, de 25 de março de 2013, publicado em *Passa Palavra* (disponível em <<http://passapalavra.info/2013/03/74500>>). (14/03/15).

PASSA PALAVRA. “*Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas*”, em *Passa Palavra*, 24 de Junho de 2013, in <<http://passapalavra.info/2013/06/79985>>. (14/03/15).

PASSA PALAVRA. *Wikileaks e os conflitos no ciberespaço. – parte II*. In <<http://passapalavra.info/2010/12/33413>> (acesso em 01/08/2011).

PASSA PALAVRA. “*O povo nos acordou? A perplexidade da esquerda frente às revoltas.*” in <<http://passapalavra.info/2013/06/79837>> (Acesso em Junho de 2013).

PASSA PALAVRA. “*Acabou a magia: uma intervenção sobre o Fora do Eixo e a mídia NINJA (1ª parte)*”, 16/08/2013, disponível em <<http://passapalavra.info/2013/08/82548>> (14/03/15).

PASSA PALAVRA. “*Apresentação do Passa Palavra*”. in *Passa Palavra*, 02/02/2009, <<http://passapalavra.info/2009/02/12>>. (14/03/15).

PASSA PALAVRA. “*Pontos de Partida*”. in *Passa Palavra*, 02/02/2009. <<http://passapalavra.info/2009/02/121>>. (14/03/15).

PASSA PALAVRA. “*Aspectos de organização interna*”, *Passa Palavra*, 02/02/2009, in <<http://passapalavra.info/2009/02/200>>. (14/03/15).

PASSA PALAVRA. “*Implodindo a Rotina: apresentação do Passa Palavra.tv.*” *Passa Palavra*, 16/01/2012, <<http://passapalavra.info/2012/01/50822>>. (Último acesso em 02/03/2015).

PASSA PALAVRA. “*Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas*”, *Passa Palavra*, 23/06/2013, in <<http://passapalavra.info/2013/06/79985>>. (Acesso em 13/03/2015).

PASSA PALAVRA. “*20 de Junho: A Revolta dos Coxinhas*”, *Passa Palavra*, 21/06/2013, in <<http://passapalavra.info/2013/06/79726>>. (Acesso em 13/03/2015).

PASUKANIS, Eugeny B. **A Teoria Geral do Direito e o marxismo**. Tradução: Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PATSCHIKI, Lucas. “*A internet no Brasil: sua utilização política e controle autoritário.*” (2012) in <<http://passapalavra.info/2012/05/58670>> (acesso em 2013).

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POSTONE, Moishe. **Time, Labor and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory**. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PRADO, A & HARDMAM, F. (orgs.). **Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1985.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio Federativo**. São Paulo: Imaginário, 2001.

PROUDHON, Pierre-Jouseph. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**. Floresta: L&PM, 1997.

PROUDHON, Pierre-Jouseph. **A Nova Sociedade**. Porto: Edições Rés.

PROUDHON, Pierre-Jouseph; GODWIN, William; BAKUNIN, Mikhail; KROPOTKIN, Piotr; FABBRI, Luigi; ROCKER, Rudolf; GILIMÓN, Eduardo G. **La Destrucción Del Estado. Antología del Pensamiento Anarquista**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1972.

PROUDHON, Pierre-Jouseph. **O que é a propriedade?** Portugal: Editorial Estampa, 1975.

ROCKER, Rudolf. **Os soviets traídos pelos bolcheviques**. São Paulo: Hedra, 2007.

RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 1**. Rio de Janeiro: VJR, Editores associados, 1994.

RONAN. “*Tecnocracia e as lutas dos professores*.” In Passa Palavra, Abril de 2009. <<http://passapalavra.info/?p=2746>> (03/05/2009). (O artigo está assinado apenas com o primeiro nome do autor).

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital, de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Ilich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUGAI, Ricardo Ramos. **Um partido anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU**. São Paulo: Ascaso, 2012.

RYOKI, André. **Estamos vencendo! : resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad, 2004.

SAFÓN, Ramón. **O racionalismo combatente de Francisco Ferrer y Guardia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A trajetória anarquista do educador João Penteado: leitura sobre educação, cultura e sociedade**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: FEUSP, 2009.

SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. “*Revolução contra o Estado: o contexto e o significado dos escritos tardios de Marx*.” s/d. Disponível em Antivalor <http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/sayer_01.html> (23/05/2007).

SCHMITT, Karl. **O Conceito do Político**. Petrópolis, Vozes, 1992.

SCHOLZ, Roswitha. “*O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*.” (2007) Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>> (31/12/2007).

SCHULTZ, Theodore W. **Valor econômico de la educación**. Trad. Sonia Tancredi. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1968.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, César Augusto Alves. **Indústria Cultural, Educação Escolar e Currículo. A contradição ocultada e o desinteresse dos alunos pela educação formal**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2010. Publicado como **Além dos Muros da Escola: As causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

SILVA, Felipe Luiz Gomes. **A fábrica como agência educativa**. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

SILVA, Robledo Mendes da. **A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das Ciências Naturais à Educação Integral**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Unirio, 2010.

SILVA, Victor Deodato. **Os impasses do historicismo. Modo de produção e Trifuncionalidade social**. Idade média – Atualidade. São Paulo: Giordano, 1992.

SOLIDARITY. **Paris: Maio de 68**. São Paulo: Conrad, 2008.

STIRNER, Max. **O falso princípio de nossa educação**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo, Atlas, 1970.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: UNESP, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. "Relações de Poder na Escola." in **Educação & Sociedade – Revista Quadrimestral de Ciências da Educação** – Ano VII – Nº 20 – Jan/Abril de 1985 (1ª reimpressão – setembro de 1986). Campinas: CEDES/Unicamp; São Paulo: Cortez Editora, pp. 40-45.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o Socialismo**. São Paulo: UNESP, 2008.

TRAGTENBERG, Maurício (org). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Faísca, 2007.
- TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: UNESP, 2009.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: UNESP, 2011.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Relações de Poder na Escola*. In Educação & Sociedade – Revista Quadrimestral de Ciências da Educação – Ano VII – Nº 20 – Jan/Abril de 1985 (1ª reimpressão – setembro de 1986). Campinas: CEDES/Unicamp; São Paulo: Cortez.
- TRONTI, Mario. **Social Capital**. Telos, 17, 1973.
- VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as futuras gerações**. São Paulo: Conrad, 2004.
- VANEIGEM, Raoul. **Aviso aos alunos do básico e do secundário**. Lisboa: Edições Antígona, 1996.
- VÁRIOS AUTORES. **A contra-revolução burocrática**. Coimbra: Centelha, 1978.
- VINICIUS, Leo. “O neozapatismo e os velhos meios de produção.” (2009) in *Passa Palavra*. <<http://passapalavra.info/2009/04/2280>> (acesso abril de 2009)
- VIRILIO, Paul. **A Bomba Informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- WEBER, Max. **Economia y Sociedad – Esbozo de sociologia comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- WILSON, Peter Lamborn. **Sacred Drift**. City Lights Books, 1993.
- WILSON, Peter Lamborn. **Chuva de estrelas. O sonho iniciático no sufismo e taoismo**. São Paulo: Conrad, 2004.
- WHITAKER, Dulce. Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida. São Paulo: Cadernos CERU. Série 2, n. 11, 2000.
- ZEROWORK. *Political Materials* 1, 1975 e 2, 1977. New York, 1975 e 1977.
- ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: America Latina em movimiento**. México: Editoriales Bajo Tierra e Sísifo, 2008.

Sites e periódicos consultados

- <<http://passapalavra.info>> (14/03/15).
- <<http://www.midiaindependente.org>> (14/03/15).
- <<http://www.desinformemonos.org>> (14/03/15).
- <<http://sinaldemenos.org/>>. (14/03/15).

Páginas dos periódicos em redes sociais

Passa Palavra (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/passapalavra?fref=ts>>

Passa Palavra (Twitter) (14/03/15).

<<https://twitter.com/passapalavra>>

CMI São Paulo (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/cmi.saopaulo?ref=ts&fref=ts>>

CMI Rio de Janeiro (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/indymediario?fref=ts>>

CMI Internacional (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/indymedianetwork?ref=ts&fref=ts&rf=109222082431029>>

Desinformémonos México (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/Desinformemonos?fref=ts>>

Desinformémonos Brasil (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/desinformemonos.brasil?ref=ts&fref=ts>> (02/03/2015).

Revista Sinal de Menos (Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/sinaldemenos?ref=ts&fref=ts>> (02/03/2015).

Revista Sinal de Menos (grupo no Facebook) (14/03/15).

<<https://www.facebook.com/groups/197353606949877/?fref=ts>>

Via Sistema Orgânico do Trabalho ("Via-SOT", página na rede Facebook):

<<https://www.facebook.com/groups/viasot/?fref=ts>> (14/03/15).

Sites com documentos editoriais e dossiês

Documentos editoriais de Passa Palavra

<<http://passapalavra.info/quem-somos>>. (14/03/15).

DOSSIÊS temáticos de *Passa Palavra*

<<http://passapalavra.info/category/dossies>>. (14/03/15).

DOSSIÊ: Feminismo, *Passa Palavra*

<<http://passapalavra.info/2014/07/97829>>. (14/03/15).

Manual do CMI Brasil

<[https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilDocs#Ensaaios e Pesquisas sobre o CMI](https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilDocs#Ensaaios_e_Pesquisas_sobre_o_CMI)>
(14/03/15).

Grupo de Trabalho de Processo - CMI

<<https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilProcesso>> (14/03/15).

FAQ CMI BRASIL

<[https://docs.indymedia.org/Local/RedeCMIBrasilFAQ#O que a Indymedia e como surgiu](https://docs.indymedia.org/Local/RedeCMIBrasilFAQ#O_que_a_Indymedia_e_como_surgiu)> (14/03/15).

Quiénes Somos - Desinformémonos

<<http://desinformemonos.org/quienes-somos/>> (14/03/15).

Outras fontes, boletins e revistas

- Boletins da série “*Crítica Semanal da Economia*”, de autoria de José Martins, do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio.

- Revistas alemãs *Krisis* e *EXIT!*, disponíveis em <<http://www.krisis.org/>> e em português <<http://www.krisis.org/navi/portugues>>; e <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. (14/03/15).

-Verbete sobre Murray Bookchin na Wikipédia. <http://pt-br.protopia.wikia.com/wiki/Murray_Bookchin> (14/03/15).

Notícias citadas sobre lutas atuais

- *Grécia: Anarquistas gregos são fichados e proibidos de deixar o país.* In <<http://pt.squat.net/>> (14/03/15).

- “Greve dos operários em Belo Monte se intensifica nos canteiros de obra e chega ao terceiro dia.”, in <<http://cspconlutas.org.br/2012/11/greve-dos-operarios-em-belo-monte-se-intensifica-nos-canterios-de-obras-e-chega-ao-terceiro-dia/>> (14/03/15).

- “Operários de Belo Monte completam 30 dias presos e comissão de sindicalistas retorna a Altamira.” in <<http://cspconlutas.org.br/2012/12/operarios-de-belo-monte-completam-30-dias-presos-e-comissao-de-sindicalistas-retorna-a-altamira/>> (14/03/15).

-Verbete *Primavera Árabe* na Wikipedia, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe> (acesso 3/12/2012).

- “Report from The Mesopotamian Social Forum”, 10/05/2011, in <<http://new-compass.net/node/265>>. (Acesso em 01/02/2015).

- “Interview with turkish anarchists”, in *Ideas and Action*, 02/03/2011, in <<http://ideasandaction.info/2011/03/interview-with-turkish-anarchists/>>. (Acesso em 01/02/2015).

- “David Graeber narra revolução de Kobane”. in *Outras Palavras*, 18/01/2015 - <<http://outraspalavras.net/destaques/david-graeber-narra-a-revolucao-de-kobane-que-derrotou-isis/>> (Acesso em 01/02/2015).

- “David Graeber narra revolução curda que derrotou Estado Islâmico em Kobani.” - Ancara - 29/01/2015 in <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/39329/david+graeber+narra+revolucao+curda+que+derrotou+estado+islamico+em+kobani.shtml>>. (Acesso em 01/02/2015).

- BEURET, Nic. sobre o sistema econômico de autogestão dos rebeldes curdos, intitulado *"6 notas sobre a Economia da Revolução de Rojava"*, publicado no periódico *Passa Palavra*, 05/02/2015, disponível in <<http://passapalavra.info/2015/02/102469>>. (Acesso em 07/02/2015).

- NISZ, Charles. *"Wikileaks: EUA armaram Estado Islâmico e se recusaram a ajudar Síria no combate ao grupo. Presidente Bashar al-Assad tentou se aproximar de Washington em 2010, mas governo Obama continuou armando seus opositores e grupos islâmicos."* in *Opera Mundi*. São Paulo, 12/08/2014 - <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/37414/wikileaks+eua+armaram+estado+islamico+e+se+recusaram+a+ajudar+siria+no+combate+ao+grupo.shtml>>. (14/03/15).

- OZCAN, Giran. *"Socialismo, igualdade de gênero e ecologia social nas montanhas do Curdistão"* - 07/01/2015, in <<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2015/01/07/socialismo-igualdade-de-genero-e-ecologia-social-nas-montanhas-do-curdistao/>> (Acesso em 08/01/2015).

Sobre o Zapatismo

<www.ezln.org> (EZLN); (14/03/15).

<www.fzln.org.mx> (Frente Zapatista); (14/03/15).

<www.ezlnaldf.org> (Centro de Información Zapatista); (14/03/15).

<www.utexas.edu/students/nave> (Acción Zapatista); (14/03/15).

<www.chiapas.hpg.com.br> (Arquivo EZLN); (14/03/15).

<www.revistarebeldia.org> (Revista Rebeldia); (14/03/15).

<www.enlacecivil.org.mx> (Enlace Civil); (14/03/15).

<<http://chiapas.mediosindependientes.org>> (Centro de Medios Independientes); (14/03/15).

<<http://desinformemonos.org>> (Desinformémonos). (14/03/15).

Vídeos sobre o Zapatismo

- “*Tomada de Chiapas pelos Zapatistas – 1994*”, in <http://www.youtube.com/watch?v=U6LeaSFvdEk> (acesso 12/12/2007).
- “*Entrevista al Subcomandante Marcos*” disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=QM2n0WNIrDQ> (acesso 20/04/2008).

Sobre o movimento Occupy

- *Occupy Wall Street*: <http://occupywallst.org/>. (14/03/15).
- *Acampa Sampa In* <https://www.facebook.com/acampasampa>. (14/03/15).
- *Democracia Real Ya!* <http://www.democraciarealya.es/>. (14/03/15).

Sites citados sobre o Comitê Gestor da Internet no Brasil:

- http://en.wikipedia.org/wiki/Razorfish_%28company%29 (14/03/15).
- <http://www.razorfish.com/>. (14/03/15).
- <http://www.cgi.br/>. (14/03/15).

Outros Sites

- LABIC* - <http://www.labic.net/> (14/03/15).
- Partido Novo* <http://novo.org.br>. (14/03/15).
- Instituto Liberal do Nordeste* - <http://ilinordeste.wordpress.com/>. (14/03/15).
- Arquivo Orkut* <https://orkut.google.com/> (22/02/2015).
- Dossiê Wikileaks sobre o Estado Islâmico* <https://search.wikileaks.org/?q=%22Islamic+State+of+Iraq%22&sort=2>. (Acessos em 22/02/2015).

Movimento Passe Livre <<http://www.mpl.org.br/>> (Último acesso em 25/02/2015)

Riseup <<https://help.riseup.net/pt>>. (Último acesso em 02/03/2015).

PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão <<http://www.pkkonline.com/en/>>. (01/02/2015)

Solidariedade à Resistência Popular Curda!
<<https://resistenciacurda.wordpress.com/>>. (Acesso em 07/02/2015).

Mídia NINJA <<https://ninja.oximity.com/>>. (14/03/15).

Documentários citados

- "*L'Eterna Rivolta*" (2010), sobre o pensamento e a trajetória de Antonio Negri, em 4 partes. <<https://www.youtube.com/watch?v=GSHnfoCP8z8>>. (14/03/15).

- "*Michel Foucault por ele mesmo*." (1966), in
<<http://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>>. (14/03/15).

Filmes citados

LAWRENCE DA ARÁBIA. Direção: David Lean. Reino Unido: Horizon Pictures, 1962.

Epígrafes citadas

- Hakuin, monge zen-budista e poeta do século XVII.

GONÇALVES, Ricardo Mário (org.). **Textos budistas e zen-budistas**. São Paulo: Cultrix, 1967.

- Maulana Jalaluddin RUMI (Poeta místico persa do século XIII).

RUMI. **Masnavi**. Trad. Mônica Udler Cromberg e Ana Maria Sarda. Rio de Janeiro: Dervish, 1992.

- Reunismo, poema de Maiakovski.

MAIAKÓVSKI. **Vida e poesia**. Trad. Emilio Guerra e Daniel Fresnot. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Apêndice – Tabela dos Entrevistados

Tabela A - Lista de Leitores depoentes.								
Número	Idade	Gênero	Profissão	Nível Escolaridade	Leitor	Produtor	Debate dor	Conhecimen to Informático
L1	35	M	Professor Geografia	Doutor	S	S	S	Básico
L2	30	F	Técnica Administrativa	Mestre	S	N	N	Básico
L3	34	M	Professor Ensino Médio de Filosofia	Superior	S	N	S	Básico
L4	68	F	Professora Universitária Aposentada	Pós-Doutor	S	S	S	Básico
L5	25	M	Desempregado, Estudante Univers.	Ensino Médio, Superior Incompleto	S	N	S	Avançado
L6	27	M	Estudante e Desempregado	Superior	S	N	S	Básico
L7	35	M	Arqueólogo	Superior	S	N	S	Avançado
L8	39	M	Professor Ensino Particular, História	Mestre	S	N	S	Básico
L9	54	M	Professor Filosofia, Univ. Federal	Mestre	S	S	S	Básico
L10	26	M	Professor e Diretor de Escola Pública	Superior	S	N	S	Básico
L11	23	F	Professora em Escola Pública, História	Superior	S	N	N	Básico
L12	27	F	Professora Cursinho com. e Editora	Mestre	S	N	N	Básico
L13	36	M	Engenheiro químico e ambiental.	Mestre	S	S	S	Básico
L14	50	M	Advogado	Superior	S	S	S	Básico
L15	Aprox. 50	M	Técnico Educacional em Saúde Pública	Superior	S	S	S	Básico
L16	27	M	Professor Universitário, Consultor Indígena	Mestre	S	N	N	Básico
L17	21	F	Estudante, Desempregado	Ensino Médio, Superior Incompleto	S	N	S	Básico

L18	28	M	Educador social em meios abertos	Superior	S	N	N	Básico
L19	43	M	Professor Geografia na rede privada	Mestre	S	N	N	Básico
L20	50	M	Bancário	Ensino Médio e Técnico	S	N	N	Básico
L21	28	M	Auxiliar administrativo	Ensino Médio, Técnico e Superior Incompleto	S	N	N	Médio
L22	22	M	Estudante, Desempregado	Ensino Médio, Superior Incompleto	S	S	S	Básico
L23	68	M	Sanitarista	Superior	S	N	S	Básico
L24	19	M	Desempregado	Ensino Médio	S	N	S	Avançado
L25	36	M	Professor em Universidade Federal	Mestre	S	S	S	Básico
L26	30	M	Documentarista e Colaborador Indigenista	Superior	S	N	S	Básico
L27	32	F	Professora de História na rede pública	Mestre	S	N	N	Básico
L28	27	M	Professor de Piano	Ensino Médio, Superior Incompleto	S	S	S	Médio
L29	31	M	Pesquisador e Professor em cursinho comunitário	Mestre	S	S	N	Avançado
L30	31	M	Pesquisador e Professor Universitário (História)	Doutor	S	N	S	Básico
L31	27	F	Jornalista	Superior	S	N	S	Básico
L32	25	M	Consultor Tributário e Contador	Superior	S	N	S	Básico
L33	41	M	Professor História na rede pública	Superior	S	N	S	Básico
L34	54	M	Professor História na rede pública	Superior	S	N	N	Básico
L35	33	M	Professor desempregado	Mestre	S	N	N	Básico

L36	27	M	Analista de sistemas	Técnico e Superior Incompleto	S	N	S	Avançado
Observação - Mantemos o sigilo e anonimato dos depoentes e, por isso, omitimos aqui informações que possam identificá-los, como nome, militância, filhos, orientação sexual. Estas informações aparecem no corpo da tese, no capítulo IV, nas tabelas, de maneira difusa. As entrevistas foram coletadas de Maio de 2013 a Fevereiro de 2014.								

Tabela B - Lista de Produtores depoentes.			
Número	Veículo	Gênero	Data do depoimento
P1	<i>Centro de Mídia Independente</i> , ex-membro e fundador.	M	28/06/2013
P2	<i>Centro de Mídia Independente</i> , membro atual.	F	17/09/2013
P3	<i>Desinformémonos</i> , membro atual.	F	13/06/2014
P4	<i>Centro de Mídia Independente</i> , ex-membro e fundador.	M	05/07/2014
P5	<i>Sinal de Menos</i> .	Vários	08/09/2014
Observação - <i>P1</i> , <i>P2</i> , <i>P3</i> e <i>P4</i> deram depoimento por gravador e individualmente; <i>P5</i> nos concedeu depoimento por escrito e coletivamente, daí o gênero constar como " <i>Vários</i> ".			

Tabela C - Lista de Movimentos Sociais depoentes.				
Número	Movimento	Gênero depoente	Modalidade Movimento	Data
M1	Via SOT - Sistema Orgânico do Trabalho.	M	Associação de cooperativas autogestionárias.	21/12/2014
Observação - Depoimento extraordinário à série de depoimentos, coletado posteriormente, por escrito. Movimento social depoente único.				

Anexos da Pesquisa

Anexo I - Carta do Coletivo *Passa Palavra*.

Pasta Atual: **Entrada** **Desconectar**
[Escrever](#) [Endereços](#) [Pastas](#) [Opções](#) [Procurar](#) [Ajuda](#) [SquirrelMail](#)

[Lista de Mensagens](#) | [Nã o lidas](#) | [Apagar](#) [Anterior](#) | [Próxi ma](#) [Encaminhar](#) | [Encaminhar como anexo](#) | [Responder](#) | [Responder a todos](#)

Assunto: Re: Sobre a Entrevista - Paulo Marques

De: *****@riseup.net

Data: Dom, Setembro 28, 2014 1:39 am

Para: *****@riseup.net

Prioridade: Normal

Opções: [Ver cabeçalho completo](#) | [Ver Versão para Impressão](#) | [Baixar como um arquivo](#) | [Add to Address Book](#)

Olá Paulo,

Infelizmente, o coletivo julgou que a resposta ao questionário poderia comprometer nossos procedimentos de segurança interna. Além disso, observou que muitas das questões poderiam ser respondidas apenas consultando nossos documentos editoriais ou algum outro material publicado.

Era para alguém lhe ter repassado essa posição. Mas parece que houve alguma falha quanto a isso.

Essa não foi minha posição, mas fui voto vencido.

Abraços,

[Delete & Prev](#) | [Delete & Next](#)

Mova para:

Anexo II

Amostras de entrevistas com *leitores* dos periódicos analisados

Entrevista I

Número: L1

Idade: 35 anos

1) Fale-me sobre sua formação e atividade profissional.

C: Sou professor de Geografia, sou bacharel, mestre e doutor pela USP. Dei aulas durante 13 anos na escola pública, no município de São Paulo. Perdi o cargo durante o governo Kassab, que infelizmente não me concedeu afastamento sem vencimentos durante o período em que tive uma bolsa de doutorado do CNPq. Hoje, atuo em duas escolas particulares na Capital. Sou ainda um dos editores da revista *Sinal de Menos*.

2) Como se tornou militante/ativista? Em que movimentos atua no momento? Em que movimentos ou grupos já atuou?

C: Não creio que eu seja um militante nem um ativista no sentido tradicional, mas apenas um professor de geografia e um ensaísta crítico, que se interessa pelos fenômenos econômico-sociais num sentido amplo. Gosto da expressão irônica do *Dicionário Zero à Esquerda* de Paulo Arantes, sou um “militante imaginário”, em combate contra o imaginário capitalista.

3) Que sites de crítica social e de mídia alternativa costuma mais acessar? E com que frequência?

C: Uma correção, talvez, à sua pergunta. Creio que a internet não nos dispensa da consulta aos acervos tradicionais nas bibliotecas públicas. Eu ainda acho tais meios imprescindíveis. Na internet, uso semanalmente sites genéricos de busca e as chamadas mídias sociais (basicamente o *Facebook* e, tempos atrás, o *Orkut*) para discussão e debate. Frequento páginas de esquerda mais tradicionais como Carta Capital, Brasil de fato, Conversa Afiada (do Paulo Henrique Amorim), Pragmatismo político e outros blogs críticos da mídia burguesa e do chamado “PIG” (Partido da Imprensa Golpista), além da

esquerda marxista mais consolidada, como o blog da Boitempo, Marxismo21, Esquerda.net, Centro de Mídia Independente, etc. Da esquerda marxista mais radical, destacaria: os grupos Passa Palavra, Exit, Krisis, Streifzüge, e uma infinidade de blogs de companheiros de esquerda, anarquistas, situacionistas, comunistas, etc.

4) Participa dos debates destes sites nos seus espaços de comentários? Com que frequência?

C: Sim, participo bastante, até em excesso às vezes, e pelo menos umas duas ou três vezes por semana.

5) Que tipo de temas mais costuma debater?

C: A crítica tem sempre muitos focos. Busco fazer o papel de uma espécie de intelectual crítico ou intelectual público, pois tenho muitos alunos associados ao meu blog, ao perfil e à revista. Daí a necessidade de divulgar matérias, dar opiniões, questionar e focar tudo isso de modo didático, argumentativo, o que não dispensa a ironia, tendo como base fundamental a crítica da economia política e da sociedade moderna feita por Marx, os frankfurtianos, Debord e Robert Kurz, além de Roberto Schwarz e Paulo Arantes (para mim, os grandes intelectuais do país). De resto, a crítica da economia é necessariamente a crítica da política, da cultura e da literatura (um dos temas que me especializei, em meu doutorado), da estrutura social, etc. A crítica, para mim, deve voltar suas baterias para a ideologia, a alienação e o fetichismo. Só para além desse nível, surge a possibilidade de pensar a política e se engajar na práxis dita “revolucionária”, que começa sempre, obviamente, como reivindicações de reformas estruturais no seio da sociedade burguesa.

6) Conhece pessoas que também os acessam? Com que frequência? Qual o perfil médio destas pessoas (nível de instrução, emprego)? Quais destes sites elas mais acessam?

C: As pessoas que conheço e que acessam bastante são professores, intelectuais, militantes, sindicalistas, pessoas de esquerda em geral. A mídia desse tipo é uma fonte inesgotável, barata e muito útil. O perfil de renda é a de uma classe média baixa ou classe média mais “intelectualizada”, em geral formada na universidade pública. Mas não são parte da pequena burguesia, pois antes cumprem o papel de trabalhadores ou intelectuais assalariados, daí a sua percepção da necessidade de se engajar na luta pela democracia, em primeiro lugar, para corrigir as distorções de renda e direitos de cidadania no Brasil e

no mundo. O ponto de chegada visado por nós, é claro, é a crítica radical, a criação de um movimento anticapitalista unificado mundialmente.

7) Qual sua visão sobre o Passa Palavra?

C: Com certeza, trata-se de um dos melhores sites da esquerda “vermelha” e “rubro-negra”, com uma infinidade de temas, perspectivas e debates, com gente que pensa através de mediações conceituais, o que acho ser imprescindível para nos afastarmos do positivismo e do empirismo barato. E tudo apresentado de maneira organizada, o que já é um trunfo na mídia virtual.

8) Pode nos dar uma opinião sobre o Centro de Mídia Independente?

C: Eu creio que é um site muito plural, democrático, útil para compreender o que se passa simultaneamente no Brasil e no mundo. Não julgo que seja a principal ou a única fonte possível para obter informações críticas. Aliás, há muito material estranho naquele e sem seleção nesse meio. E, claro, falta muita análise conceitual, crítica, argumentativa.

9) Pode opinar sobre o desinformemonos.org ?

C: Não conheço!

10) O que estas mídias podem contribuir para a formação e educação dos indivíduos?

C: Além da ampliação da informação, a internet auxilia na *formação* e supre parte do trabalho de base, o amplia e o pluraliza, tornando-o menos dogmático e enviesado. Sempre tive a impressão de que os militantes de esquerda não sabiam muito conversar, não sabiam ouvir o outro, não sabiam muito como argumentar e contra-argumentar. A internet permite, com a distância do tempo-espço, uma maior experiência do diálogo. Curiosamente, porém, trata-se de um diálogo feito através da escrita. Creio que a internet permite uma rica fusão de palavra e texto escrito. A escrita e a exposição dialética dos problemas, na melhor tradição hegeliano-marxista, são inseparáveis de um movimento social que queira ir mais longe, no sentido de aprofundar a crítica ao capital. Nos diálogos tradicionais do meio estudantil ou operário, frequentemente, tudo se resume a duas ou três palavras de ordem, por meio de chavões retóricos e dogmáticos. Na internet, ao contrário, já vi excelentes discussões que viraram pontos de inflexão na formação de militantes, em ganho coletivo para muitos.

E, no entanto, a internet tem uma eficácia pequena, porque não cria os chamados vínculos fortes, face a face. Não se cria um movimento social sem vínculos fortes entre as pessoas. Como diz a teoria marxiana, a solidariedade e a liberdade são pressupostos do movimento de libertação e emancipação social comunista.

11) Como esta formação se coloca em relação ao sistema de ensino formal capitalista?

C: Eu creio que ela é mais democrática, plural, mais horizontal e com a possibilidade de infinitos modos de interação e participação dos indivíduos (vídeos, textos, informações, quadrinhos, criações etc.). Ao mesmo tempo, a internet é um meio que, por sua infinitude, pode gerar a procrastinação, a dispersão, a velocidade e a insatisfação com tudo, enfim, a destruição da atenção para o que realmente mais importa etc. Não se deve idolatrar ou levar a internet tão a sério quanto os ideólogos do mundo virtual, como Pierre Lévy. Por isso, o processo escolar, bem como a formação sindical, partidária etc., no contexto histórico em que vivemos, é ainda imprescindível – inclusive para dar acesso a essa e a outras instâncias de formação social crítica mais amplas a serem construídas.

12) E em relação ao papel formativo dos partidos operários e sindicatos tradicionais?

C: Estou longe deles, não tenho muita base para opinar. Vejo que há a necessidade premente dessa formação, mas ela é muito limitada, muito dogmática, muito descolada do que se produz na universidade e mesmo nas escolas. Há uma fragmentação e uma alienação social que se reproduz inevitavelmente nos meios da esquerda. É o que faz reproduzir a hierarquia burocrática entre intelectuais e não-intelectuais (ouvintes), líderes ou gestores e subordinados, *experts* do assunto e militantes etc. Sem falar na mercantilização que impregna tudo isso.

13) Você consideraria estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona autônoma crítica?

C: Sim, exatamente disso que se trata. Mas falta criar realmente grandes diálogos por meio da internet. Eu tenho a impressão que o *Orkut* tinha muito mais discussão significativa do que o *Facebook*. Este último foi, aliás, uma guinada em direção à vida privada, à despolitização. Em suma, perdemos a ideia de “comunidade” virtual (que havia no *Orkut*). Os grupos no *Facebook* são muito mais vazios, inconstantes, quase

insignificantes em termos de participação. Ao mesmo tempo, o *Facebook* traz mais conteúdo conectado a blogs e páginas externas, o que parece à primeira vista um ganho.

14) Qual sua participação nas mídias eletrônicas?

C: Acho que a minha principal contribuição é a Revista digital *Sinal de Menos*. Fizemos 9 números até aqui, com textos variados, longos, densos, realmente críticos, além de entrevistas e muitas traduções importantes. São como “mensagens na garrafa”, pois o acesso não tem passado de 300 ou 500 downloads por artigo até hoje, quando muito. E é claro que não sabemos se os artigos são realmente lidos. Há pouca citação, pois não temos prestígio intelectual reconhecido pela universidade, a não ser nosso nome.

15) A classe trabalhadora encontra-se fragmentada. Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a superar a fragmentação das lutas sociais?

C: Não acredito que consigamos romper o isolamento apenas por meio da internet. O que reúne e pode reunir é a formação de base, nas grandes cidades, nos centros de formação e discussão presencial, que pode ser estimulado por meio da rede.

O que vimos nas jornadas de junho foi que a internet trouxe milhões para as ruas, mas pessoas despolitizadas – os individualistas e consumistas da classe média. No *Facebook*, portanto, temos uma espécie de espelho do que a grande mídia produz ideologicamente. O filme *V de Vingança* – com seu conteúdo histórico completamente imerso no fundamentalismo religioso - passar como revolta anticapitalista é um equívoco. A classe média não estará do nosso lado a não ser que trabalhemos a consciência crítica, a contra-ideologia.

16) Os espaços destes veículos podem constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?

C: Sim, parcialmente. Conhecimento por meio de revistas, ensaios, grupos de estudo, listas de discussão. Tudo isso é muito útil e dispensá-los sem análise seria muito prejuízo.

17) Podem constituir fóruns de construção de identidade e novos projetos e ideias políticas para a classe trabalhadora?

C: Identidade? Não creio. Os processos de identificação e contra-identificação acontecem no mundo presencial, no compartilhamento de lutas, no face a face, não no *Facebook*.

Creio que inclusive a internet cristaliza grupinhos identitários frágeis, fugazes demais, volúveis, como diria Machado de Assis. A internet é o reino da velocidade e da fugacidade, do pensamento evanescente. Fazer alguma coisa perdurar e frutificar aqui é difícil, muito difícil. Quanto às ideias políticas – essas ideias devem surgir da interação entre teoria e prática social. E teoria se faz no tempo lento da produção intelectual, não em *posts* isolados. O que não impede a criação de revistas digitais, etc.

18) Como você vê a relação destas mídias eletrônicas anticapitalistas com as redes sociais como o *Facebook*?

C: O *Facebook* traz a mensagem até você. Essa é a diferença do *Orkut*, em que você tinha de ir até ela. O *Facebook* articula amigos e conhecidos em torno de alguns *posts* e comentários. O seu defeito, como já dito, é o esvaziamento do debate. Ele se esgota tão rápido quanto começou. Pode-se ver nas caixas de comentários dos blogs tradicionais muito mais discussão do que no *Facebook*. Nesse sentido, o *Facebook* é uma mídia capitalista, do sujeito narcísico típico. Adorno ou Debord veriam o máximo da degradação social e humana. Tudo tende a se concentrar numa imagem, todas as relações sociais são mediadas por imagens, e cada vez menos coisas são realmente vividas e compartilhadas. Tudo vira imagem falsa, padronizada, estereotipada (como no caso das críticas difamatórias do PT como sinônimo único e exclusivo de corrupção no país), sem possibilidade de verificação e cotejamento com os processos reais que lhes deram origem, etc. etc.

19) Como você vê as redes sociais: espaços de alienação ou de luta social no plano teórico/simbólico?

C: É um espaço de conflitos, tanto de alienação da alienação, ou alienação em segundo grau, como espaços de luta democrática.

20) Como você vê a questão do controle da internet e da militarização do ciberespaço? E a *deep web*?

C: O espaço atual é virtualmente vigiado o tempo todo. A ABIN, no Brasil, ou o FBI, a CIA etc. “deixam” tudo isso acontecer até o dia em que um processo realmente revolucionário estiver prestes a acontecer. Aí nos cortarão e nos eliminarão do mapa – caso estivermos conectados. Um movimento anticapitalista real nunca será feito pela

internet ou com a ajuda da internet. Nem por celulares, obviamente. Está tudo vigiado e controlado.

21) Qual o papel das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social, no Brasil e pelo mundo atual, ao seu ver?

C: Foi importante o seu papel, mas trouxe muito mais gente despolitizada da classe média. Não é para nos espantarmos. São os restos da ditadura, que ainda permanecem. São a geração “Malhação”, “Globo Repórter”, “Veja” e “Friends” ou “V de vingança”, sim, muita cultura americanizada de pseudoesquerda. Essa gente toda tem o ideário democrático burguês, mas jamais pensou em atacar a propriedade privada, o trabalho e o capital. Eles estão na rua pelos direitos liberais e pelo crescimento do “Brasil potência” (o tal Gigante que acordou). Nesse sentido, são nacionalistas, não comunistas; são cidadãos burgueses, não cidadãos do mundo emancipado (para além do capital).

22) Você pensa que sites de crítica social sejam úteis neste processo?

C: Como já dito, os sites têm de chegar até os “coxinhas”, os militantes de uma causa “rebelde” despolitizada. Temos de politizar o debate e mostrar que a raiz dos problemas está na economia política, no sistema fetichista e reificado do capital.

23) Quais as potencialidades e limitações destes sites?

C: Potencialidades enormes de armazenamento de dados, informações, livros, imagens, vídeos etc. Limitações: a falta de discussão e a velocidade ou a pulsão de morte invocada por essa informação veloz, que elimina o raciocínio, dispersa, desliga a atenção. Curiosamente, estamos cada vez mais materialmente conectados e intelectualmente (ou cognitivamente) desconectados ao mesmo tempo!

24) Fale-me sobre a Sinal de Menos – o que é, seu projeto, perfil dos organizadores, forma de organização, estrutura. Seu programa teórico, objetivos, frequência de acessos, perfil dos leitores e nível de participação destes. Ela tem relações com outras mídias?

C: A *Sinal de Menos* é uma revista digital, totalmente gratuita, feita por amigos virtuais e presenciais e colaboradores. Somos, é claro, de esquerda, - sim, dinossauros “comunistas”, e creio que aprendemos muito com Marx e o marxismo de maneira crítica e antidogmática, potencializando o que há de melhor nesse conhecimento. Um Marx sem

sistema fechadinho, para fazer a história social avançar. Não somos leninistas-estalinistas, trotskistas, maoístas e todas esses sistemas autoritários e dogmáticos que penetraram no marxismo e o implodiram como teoria crítica. Não compactuamos com nenhuma linha partidária, apesar de simpatias responsáveis pela esquerda realmente existente. Nunca abandonamos a ideia dialética de uma negação determinada. Nesse sentido, lemos, por exemplo, Adorno, Kurz, Debord ou Žižek, mas não somos adornianos, debordianos, kurzianos ou žizekianos. Nem marxistas. O subtítulo da revista é por isso mesmo: “Uma revista para a crítica da sociedade das mercadorias”. A estrutura da revista varia no tempo, mas tem sempre entrevistas, traduções, seção literária, e uma parte densa de ensaios críticos sobre temas muito variados. Os acessos não são muito grandes, até pelo menos um tempo atrás não eram.

25) Finalmente: O que as mídias eletrônicas anticapitalistas influíram em sua formação, e de seus companheiros/colegas de elaboração teórica e ativistas? E das jovens gerações atuais?

C: Não sei falar pelos outros aqui. Para mim, ajudou e muito. Melhorei minha escrita, meus argumentos, minha audição para o Outro. Inclusive aprendi mais psicanálise mediante a observação atenta do espaço intersubjetivo *sui generis* criado pela internet. As gerações jovens precisam ser educadas a interagir com o meio. Precisam aprender a ler criticamente, a desconfiar de *posts* e imagens que lhes aparece na frente em massa. Ela precisa aprender, no fundo, a ler e escrever. E isso se forma na internet e sobretudo, ainda, fora dela, nos espaços sociais já mencionados.

O que há de mais arriscado na internet é o que poderíamos chamar de luta de morte: oponentes que simplesmente vomitam o que aprenderam sobre algum tema, e não escutam o que o outro fala, aquilo que eu chamei de pulsão de morte. Numa discussão presencial, isso talvez não aconteça, porque a luta por reconhecimento se instaura mediante a presença física, o olhar recíproco, a instituição do outro e do grande Outro – ou seja, a instituição do plano de coordenadas sociossimbólicas, que permitem barrá-lo e reordená-lo socialmente. A esquerda precisa urgentemente aprender a barrar esse grande Outro – o sistema dogmático chamado leis morais burguesas, ou leis do marxismo, ou da história, ou mesmo as “leis de ferro” do capitalismo etc. (daí a necessidade de criticar a forma-valor e o trabalho como centros “ontológicos” naturais da vida social). Barrar, aqui, no sentido dialético da psicanálise lacaniana: o sujeito “existe” na medida em que assume

sua falta de substância, o seu rompimento com os laços originários, ou naturais, ou reificados, e dá o salto no escuro de sua autonomia cognitiva e prática no mundo. Esse salto, invocando a pulsão de morte, tem de ser construtivo, formador de um mundo comum.

26) Fale sobre a influência da internet sobre bandas e movimentos culturais alternativos... (é interessante incluir)

C: Bandas e movimentos hoje fazem uma razoável divulgação por meio da internet. Mas há uma enorme disponibilidade e muita fragmentação, própria do meio. Mas a internet ajuda muito. Ridículo pensar que bandas do passado, que tinham qualidade, poderiam existir até hoje, mas sumiram porque não havia esse meio de divulgação. Sobrou o que a indústria cultural quis.

27) Fale-me algo sobre a antiga lista Crítica do valor. E sobre as comunidades crítico-sociais do *Orkut*. Fale-me algo sobre o blog O Militante Imaginário.

C: Foi uma lista por e-mails que durou alguns anos. Nunca discuti tão fervorosamente quanto nela. No *Orkut* houve muitas comunidades importantes: Karl Marx, crítica do valor, Adorno, Debord etc. Já o meu blog é um depósito de ensaios que não têm perfil de serem publicados. São mais livres e experimentais.

Entrevista II

Número: L3

Idade: 34 anos

1) Fale-me sobre sua formação e atividade profissional.

A: Formação no ensino básico na rede pública estadual e formação acadêmica em Filosofia, na PUC/Minas em Belo Horizonte. Professor de Educação Básica na rede pública de ensino de SP em Filosofia e História.

2) Como se tornou militante/ativista? Em que movimentos atua no momento? Em que movimentos ou grupos já atuou?

A: Desde a adolescência eu me interessava pelas ideias comunistas, estudando a Revolução Russa. Entrei para movimentos de jovens, oriundos da Teologia da Libertação. Posteriormente, morando em Belo Horizonte, atuei na Pastoral dos Direitos Humanos, trabalhando com jovens da periferia de Belo Horizonte em cursinhos de pré-vestibular para jovens de comunidades carentes e com moradores de ruas e prostitutas.

Também cheguei a fazer um pequeno trabalho de acompanhamento de doentes portadores de HIV no bairro do Barreiro em BH. Atualmente sou conselheiro no sindicato dos professores de SP (APEOESP) e atuo num grupo anarquista denominado Núcleo Pró-Organização Popular.

3) Que sites de crítica social e de mídia alternativa costuma mais acessar? E com que frequência?

A: Bom. Gosto de acessar o site da CAB porque me dá uma base crítica e de formação política. Gosto de ver outros grupos em redes sociais que me interessam, tipo o do Leonardo Boff, ou da APROFFESP (blog) que é um site de professores de Filosofia e Filósofos do Estado de São Paulo.

4) Participa dos debates destes sites nos seus espaços de comentários? Com que frequência?

A: Comento algumas coisas que criticam os movimentos cooptados por partidos, críticas a atuação burocrática e pelega de sindicalistas atrelados a partidos. Temas como a discriminação sexual. Com muita frequência, tento contribuir de uma forma ou outra com críticas que combatam esse tipo de conservadorismo ou atuação desvinculada dos interesses dos trabalhadores.

5) Que tipo de temas mais costuma debater?

A: Estado laico, crítica aos vanguardismos dos partidos políticos, luta contra o autoritarismo social, críticas a atuação pífia de sindicatos cooptados por partidos. Marxismo e anarquismo.

6) Conhece pessoas que também os acessam? Com que frequência? Qual o perfil médio destas pessoas (nível de instrução, emprego)? Quais destes sites elas mais acessam?

A: Conheço a maior parte das pessoas que acessam. Inclusive muitos deles são professores ou ex-alunos, ou ainda, colegas de militância em outros movimentos sociais. O perfil dessas pessoas, claro, são pessoas com nível superior e trabalham como professores. E uma boa parte deles acessa sites de formação ou posicionamento de esquerda.

7) Qual sua visão sobre o Passa Palavra?

A: É um tipo de mídia, alternativa reflexiva, não de entretenimento, que objetiva a produção independente e autônoma de vídeo, publicações e imagens comprometidas com as lutas sociais e que denunciem a opressão e abusos cometidos por parte do poder público e privado.

8 - Pode nos dar uma opinião sobre o Centro de Mídia Independente?

A: É uma forma de aglutinar produtores e produtoras independentes de qualquer interesse de classes dominantes que viabilizam críticas e dar mais qualidade as informações distorcidas pela mídia direitista e dissimulada. Além de contribuir para uma luta social, por uma sociedade mais igualitária e justa, é comprometida também com a sustentabilidade e proteção do meio ambiente. É uma forma de dar voz aos excluídos, aos que não tem voz, fugindo dos padrões e formatos de mídias atreladas aos interesses comerciais e empresariais. Também é um canal onde circulam informações críticas e que não omitem fatos, que acompanha movimentos sociais (principalmente os de ação direta) de oposição ao sistema neoliberal.

9) Pode opinar sobre o desinformemonos.org ?

A: (Sem resposta)

10) O que estas mídias podem contribuir para a formação e educação dos indivíduos?

11) Como esta formação se coloca em relação ao sistema de ensino formal capitalista?

(Observação: O entrevistado respondeu as duas questões em uma só resposta.)

A: As mídias alternativas podem nos ajudar a combater a ideologia da competência técnico-científica, ou seja, daquela ideia de que quem tem mais conhecimento ou acesso à melhores informações devem ser os mandatários ou os que serão os futuros mandatários. De que a camada da classe dominante que possui os melhores meios de informação será mais bem preparada para administrar e que os menos preparados deverão obedecer e cumprir funções, não dependendo de ações coletivas. De forma geral a mídia independente ajuda a combater a possibilidade ou a posse de informações dos poderes privados e interesses da burguesia empresarial em querer manipular e controlar as pessoas e instituições. Na verdade, a forma como circulam as informações hoje nas mídias convencionais e inclusive nas instituições de ensino reproduz o aparato ideológico do Estado. Então, as mídias independentes servem de ferramentas de luta e combate a essa forma de ideologia de dominação, se colocando como uma arma de desmascaramento, luta e antítese ao sistema neoliberal que unidimensiona e nivela as pessoas de cima pra baixo, diluindo a subjetividade e autonomia dos indivíduos. As mídias independentes de posicionamentos de esquerda ajudam a fomentar o espírito crítico, sem cair em uma ideologia de educação que prepara para o mercado de trabalho, combater as desigualdades e injustiças e por uma educação acompanhadas de lutas sociais que estejam desvinculadas de qualquer interesse econômico (sic ?).

12) E como ela se coloca em relação ao papel formativo dos partidos operários e sindicatos tradicionais?

A: Ajudam a despertar a ideia de que estas instituições não estão conseguindo nos representar mais por causa de favores, clientelismo e assistencialismo e nos trocam por interesses de dirigentes ou setores privados, pois ao invés de representarem a nós, nossa luta, são cooptados por dirigentes partidários que se colocam como salvadores e detentores de poder e que submetem todos a essa forma de relação. Traem os lutadores por dirigentes partidários ou por interesses das classes dominantes.

13) Você consideraria estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona autônoma crítica?

A: Na minha simples visão sim, são espaços públicos ou deveriam ser para que a população possa ter mais acesso a informação crítica desvinculada de qualquer especulação de interesses privados ou de ideologia direitista. Além disso, por estes espaços serem alternativos e independentes, podem circular livremente as críticas ao sistema burguês neoliberal.

14) Qual sua participação nas mídias eletrônicas?

A: Não participo de forma direta. Só posto comentários nas redes sociais e quando posso em endereços eletrônicos de interesse.

15) A classe trabalhadora encontra-se fragmentada. Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a superar a fragmentação das lutas sociais?

A: Podem ser ferramentas, ou melhor, canais de comunicação para aglutinar a classe trabalhadora ou pra fluir melhor a comunicação entre a classe trabalhadora, haja vista que, os movimentos sociais vivenciados em nosso país e em outras partes do mundo foram engendrados pelas redes sociais. Então, acredito que esse tipo de mídia informativa possa contribuir e somar nas lutas sociais da classe trabalhadora

16) Os espaços destes veículos podem constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?

A: Com certeza, pois acredito que muitos que se simpatizam com a direita, ou que são militantes de esquerda, veem nesses canais meios de construção de diálogos e lutas coletivas. Uma forma de organização e construção de luta por meio de ferramentas virtuais.

17) Podem constituir fóruns de construção de identidade e novos projetos e idéias políticas para a classe trabalhadora?

A: Sim, a partir de debates e fóruns, como numa assembleia, embora, também, outras instâncias deliberativas são importantes. Acredito que, como estamos vivendo em plena era da revolução dos meios de informação, podemos construir uma nova identidade e ideias políticas de esquerda, porque as relações são mais horizontais. Você posta um comentário aqui de forma livre e independente que poderá ser debatido, aceitado ou refutado sem medo de ser cerceado ou com receio de desagradar. Na verdade, incluindo as redes sociais aqui, nas mídias alternativas as relações são mais democráticas e libertárias porque não temos a preocupação de querer debater com o pensamento de querer agradar o que outro está escutando ou o que ele gostaria de querer escutar. Você vem aqui, coloca seu posicionamento e a partir daí se constrói os debates.

18) Como você vê a relação destas mídias eletrônicas anticapitalistas com as redes sociais como o *Facebook*?

A: É complicado relacionar a qualidade dessas mídias alternativas com o *Facebook*. Primeiro porque o *Facebook* é uma rede social desconfiável, não se sabe se há mesmo privacidade. E segundo, que no *Facebook* você encontra de tudo: reacionários, direitistas e neoliberais, nacionalistas, aqueles que se dizem de centro, os de esquerda... Uma boa parte dos *facebookers* parecem ser carentes de formação política e parecem fragmentar muito as informações. Não temos dados completos no *Facebook*. Omitem informações e não são confiáveis!

19) Como você vê as redes sociais: espaços de alienação ou de luta social no plano teórico/simbólico?

A: As redes sociais podem ser usadas para luta social, mas também, podem servir para nos achincalhar. Então, acredito que elas são usadas para as duas coisas. Ela é ambígua.

20) Como você vê a questão do controle da internet e da militarização do ciberespaço? E a *deep web*?

A: Puxa é a total perda de liberdade e cerceamento do direito de expressar as ideias. Esse aparelhamento vai na contramão da prática e percepção de liberdade. É querer dar falsa sensação de liberdade. Também cria uma ideia de informação superficial e pouco aprofundada, deixando dúvidas sobre a legitimidade e veracidade de informações, pois os conteúdos informativos podem ser manipulados... Será que estou correto na análise?

20) b- Como você vê as tentativas dos governos de controlar e cercear a internet?

A: Atitude reacionária, retrocesso no processo democrático, autoritarismo e tirania de liberdade, invasão da subjetividade dos indivíduos. Pra não dizer escancaradamente em totalitarismo social e de ideias.

21) Qual o papel e impacto das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social, no Brasil e pelo mundo atual, ao seu ver?

A: Ela é importante porque ajudou a esquerda e os movimentos sociais a se articularem junto com esses movimentos por causa da rapidez com a qual circulam as informações por esse meio. E podem ter um impacto muito maior que as formas tradicionais de comunicação (como jornais impressos, rádio, televisão).

22) Você pensa que sites de crítica social sejam úteis neste processo?

A: Sim. É importante para ampliar nossos horizontes de crítica e luta!

23) Quais as potencialidades e limitações destes sites?

A: Potencialidades de expandir e influenciar movimentos sociais de esquerda e sindicatos, além de criar uma cultura de luta pelos trabalhadores e desenvolver o pensamento crítico; e a limitação é a carência de parcela da população não ter acesso ou faltar o conhecimento sobre esses canais. O problema (também) é eles ficarem restritos apenas a esse espaço.

24) Finalmente. O que as mídias eletrônicas anticapitalistas influíram em sua formação, e de seus companheiros/colegas de elaboração teórica e ativistas? E das jovens gerações atuais?

A: Ajudam a atuar de forma mais consciente e politizada nos movimentos sociais de esquerda e na atuação sindical desvinculada de partidos. Os jovens, já é mais complicado por crescerem numa cultura neoliberal e conservadora. Nós também somos de uma cultura conservadora. Porém, por formação nos desligamos desse posicionamento ou condição política/econômica, ou tentamos nos distanciar dele. Acredito que os primeiros

movimentos organizados pela esquerda tenham ensinado algo para essa juventude acostumada com *tablets* e aparatos eletrônicos!

25) Algum comentário adicional (se quiser)?

Entrevista III

Número: L28

Idade: 27 anos

1) Fale-me sobre sua formação e atividade profissional.

Estou no último ano de licenciatura em filosofia. Tenho formação musical básica em música/piano e atuo como pianista co-repetidor, professor de piano e musicalização.

2) Como se tornou militante/ativista? Em que movimentos ou grupos atua no momento e já atuou?

Nunca participei ou fui afiliado a partido algum, e sempre vi que a prática dos movimentos e militâncias sofria muito por falta de solidez teórica, mas principalmente por falta de reflexão.

Acredito que a teoria é, ela mesma, uma forma específica e fundamental de militância, portanto dedico-me à pesquisa e ao aprofundamento da minha própria compreensão acerca do mundo e à divulgação teórica tanto por meio da internet (blogs, redes sociais, e-mail etc.) quanto pelo contato pessoal nos círculos sociais procurando instar as pessoas a pensarem a própria realidade antes de partir para alguma ação efetiva.

3) Com que frequência acessa sites de crítica social e mídias alternativas? Quais os sites mais acessados?

Apenas recentemente é que conheci alguns sites alternativos de notícias e busco sites cujas fontes estejam mais próximas da crítica social. Sempre desconfio de tudo no âmbito virtual, principalmente quando se trata de informação que envolva política, sociedade e afins. Portanto, mesmo quando acesso sites alternativos, procuro manter certa distância e, a partir do que vou encontrando, conferir, comparar e tirar alguma conclusão. O site <http://obeco.planetaclix.pt/>, <http://noblogs.org/blogs/>, <http://passapalavra.info/> são os que mais têm contribuído, além, é claro, das fontes comuns que servem como busca inicial.

4) Qual sua participação nas mídias eletrônicas (leitor, debatedor, produtor)? Como debatedor com que frequência você participa dos debates destes sites em seus espaços de comentários? Que temas te interessam mais?

Na medida do possível, procuro participar de fóruns virtuais sobre filosofia e política, história, religiões etc. Possuo um blog onde publico textos sobre filosofia, poesia e temas do gênero. As ferramentas virtuais colaboraram para expandir os debates e conectar pessoas distantes que possuem linhas semelhantes, mas devo confessar que grande parte do que é discutido na internet não passa de um vislumbre tosco e, por vezes, ignorante do estado de coisas. Não que isso seja surpreendente, considerando a degenerescência da modernidade, mas é difícil não constatar tal fato: há pouca ou nenhuma consciência histórica.

5) Conhece pessoas que também os acessam? Com que frequência o fazem? Qual o perfil médio dessas pessoas (nível de instrução, emprego, idade)? Quais destes sites elas mais acessam?

São poucos os que pesquisam, que se dispõe a buscar informações confiáveis, geralmente porque há uma preguiça intelectual ou por uma recusa obstinada pela leitura de textos

muito longos – o que é quase a mesma coisa... No geral, os poucos que costumam acessar sites, blogs e outras mídias virtuais são, entre os que conheço, músicos, professores, artistas em geral, poucos adolescentes, uma quantidade razoável de jovens e adultos.

6) Quais destes sites conhece: Passa Palavra, Centro de Mídia Independente e o desinformemonos.org? Faça uma apreciação sobre aqueles que conhece.

Não os conhecia até então.

7) Você considera que estas mídias contribuem para a formação crítica dos indivíduos?

Certamente que sim. Entretanto, o que tenho notado é que a maior parte dos que acessam estas mídias já estão de alguma forma vinculada a setores mais politizados, acadêmicos e não escolares (me refiro, neste caso, ao ensino fundamental e médio).

8) Em que aspectos esta formação se relacionaria com a pretendida pelo sistema escolar? E em relação aos partidos políticos e sindicatos?

Acredito que o ensino de base pouco ou nada usufrui deste tipo de formação crítica apresentada em âmbitos virtuais alternativos, por vários motivos: os professores estão pouco a vontade em abandonar giz, lousa e métodos antiquados; os professores que desejam alguma forma virtual complementar ao ensino, geralmente não tem acesso a material básico para tanto (computador, notebook, Datashow etc); no próprio convívio entre professores há uma recusa quase total por permitir uso de internet nas escolas e não há, pelo menos até onde tenho notícia nenhum tipo de formação escolar que permita ao aluno o acesso à internet com intenção crítica, ou seja, com o foco voltado para ensinar o aluno a usufruir da internet para fins de conhecimento (que dizer então de um conhecimento crítico?).

9) Você considera estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona

autônoma crítica? Se sim, podem eles constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?

Tenho plena convicção que sim. Por isto mesmo é que há tanta resistência em permitir que, em sala de aula (novamente me refiro ao ensino de base, fundamental e médio), o professor se utilize de fóruns virtuais, sites etc.

A Wikipédia, por mais defeitos que possa conter, é um exemplo que aponta para este tipo de conhecimento coletivo e existem inúmeras outras formas. Até mesmo em jogos de RPG online tal coisa é possível. Aliás, se as mídias alternativas se interessassem da importância de se embrenhar neste tipo de intervenção, tal como fazem os hackers nos jogos de RPG online, certamente teriam um aliado na divulgação de informações – pois é ali que a maioria dos adolescentes e jovens dispensam boa parte de seu tempo – não na escola.

10) Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a articulação das diferentes frentes de lutas sociais e movimentos hoje existentes? Ajudam a construir novos projetos políticos e uma identidade de classe?

11) Qual o papel das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social no Brasil e no mundo, a seu ver? Quais suas potencialidades e limitações?

Não sei se é possível, neste âmbito de redes, falar em identidade de classe, mas suponho que seja possível pensar a articulação de frentes de lutas sociais. Novos projetos políticos provavelmente só sairão mesmo do contato pessoal e intransferível realizado no diálogo e nas interconexões sociais diretas, e digo isso porque acredito que, a despeito da grande contribuição que a internet oferece às relações sociais – elas sempre serão virtuais -, novos projetos políticos, no contexto atual, só terão legitimidade em sua construção comunal (não no sentido dos comunismos cristalizados pelos marxismos antiquados), mas do sentido legítimo do termo, da comum unidade, da horizontalidade das relações. Daí que não consiga pensar em uma só identidade política, mas em redes de identidades intercambiantes, um complexo de interações que buscam zonas autônomas de manifestação.

12) Como você vê a relação destas mídias eletrônicas anticapitalistas com redes

sociais como o Facebook? Como você vê as redes sociais neste processo?

O Facebook é uma grande estampa, uma grande feira ou qualquer outra grande metáfora sobre qualquer grande coisa. É um espaço de propaganda. Neutro exatamente por isso, pois quase qualquer coisa pode ser divulgada, desde um *status* de “feeling happy” até um texto crítico e autêntico acerca das manifestações na Ucrânia ou dos Black blocs, desde um link pornográfico até um aforisma schopenhauriano. É a expressão mais contundente de nosso niilismo. Em certa parte, devemos considerar isso positivamente, porque a partir do momento em que aceitamos o vazio, podemos e conseguimos encontrar forças grandiosas para a criação do novo, a arte de ser humano, de dar sentido, de construir sentidos para as coisas. Por outro lado, e este é o lado que mais pesa até agora, o Facebook se transformou no grande palco virtual da sociedade. Cada qual é ator e espectador ao mesmo tempo, capaz de julgar ou de apreciar, atuar ou dirigir alguma esquete.

13) Fale sobre o controle, vigilância e a militarização da internet. Fale sobre a deep web.

É fato explícito, quase escarrado, que a internet surgiu em um contexto militar e que acabou sendo extrapolada para a população geral por várias maneiras. A internet, e especificamente a deep web, é um fenômeno social muito interessante sobre a necessidade de comunicação, tanto de nível perverso quanto de nível emancipatório. Creio que qualquer via de subversão do status quo na sociedade em que vivemos é válido para criar fendas e gerar crítica social. Um país como a China tem uma quantidade grande de internautas que acessam a deep web a muito mais tempo que no Brasil, onde as regras são bem mais flexíveis (ou sequer existem). A militarização da internet, portanto, diz respeito a esse perigo sempre recorrente que o status quo sente quando olha para esta grande e complexa rede de conexões.

Depoimento (opcional) –

Há muito tempo os antigos falavam em registros acásicos, em uma grande memória universal em que as experiências kármicas ou vivências humanas gerais fossem preservadas em níveis superiores. A internet, em suas inúmeras vertentes, é, podemos dizer, uma versão virtual desta metáfora. Se recorrermos ao entendimento junguiano de inconsciente coletivo e derivações de tal pensamento, a internet pode ser considerada como um software corrigido ou atualizado da virtualidade das relações sociais refletidas, e contém, assim como a mitologia antiga, o imaginário, a mentalidade e o homem.

Tal consideração não é absurda, considerando-a apenas como um apontamento terminológico, ou como uma possibilidade holística (aproveitando a metáfora) para as novas construções políticas, sociais, culturais e mesmo educacionais.

A internet apresenta o profundo mal estar moderno e a demanda social por interconexão, o nosso desejo pelo alterno, e mesmo pelo fraterno. Dadas as devidas precauções, ela surge como manifestação de algo que o projeto moderno não previa, da necessidade de ultraconexão, ou seja, da reintegração dos saberes, aqueles que foram cortados de forma brutal e sanguinária pelo cartesianismo e pela especialização do trabalho nos modos de produção das economias de mercado.

Entrevista IV

Número: L29

Idade: 31 anos

1) Fale-me sobre sua formação e atividade profissional.

Sou graduado em História pela UFRJ, tenho mestrado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e cursarei em março o Doutorado em História pela mesma universidade. Antes disso entretanto, cursei Ciências da Computação e Tecnologia em Processamento de Dados (ambos inconclusos). Atualmente minha principal fonte de renda é sendo bolsista CNPQ/CAPES. Atuo como professor num pré-comunitário (sem remuneração).

2) Como se tornou militante/ativista? Em que movimentos ou grupos atua no momento e já atuou?

Tudo começou em 2000, 2001. Meu primeiro contato com ideias "radicais", foi com um jornal marxista-leninista (Inverta), quando eu cursava em 1999 o Terceiro ano do segundo grau (atual ensino médio). Tive um bom professor de História, um anti-imperialista diria, que estimulava a leitura de materiais críticos e de esquerda. Creio que o sentimento anti-imperialista naquele período era uma tendência presente em determinados grupos de esquerda (esse professor provavelmente era de um partido político de esquerda, mas nunca descobri). Ao mesmo tempo uma transformação decisiva aconteceu por conta de uma mudança. Mudei-me de um bairro da zona norte do Rio de Janeiro, quase na Baixada Fluminense (Pavuna) para um bairro chamado Vila da Penha, aqui no Rio de Janeiro. Nesse bairro comecei a ter contato com uma rádio comunitária. Inicialmente como ouvinte e logo depois, em 2000 e 2001 fui me aproximando de alguns integrantes da rádio envolvidos com um programa de rádio chamado "Nas ondas do Underground". Esse programa também me trouxe o contato com o campo da contra-cultura. Meu primeiro contato com o anarquismo por exemplo, foi recebendo um zine anarco-punk num festival de Solidariedade a Mumia Abu Jamal. Em pouco tempo me envolvi com a rádio comunitária. Apesar de ter uma estrutura vertical, comecei a participar desse programa. Na mesma época tive contato com um informativo anarquista, o "Libera" e já mais interessado em ler a literatura anarquista comecei a procurar materiais e livros anarquistas naquele momento, chegando a conhecer a Biblioteca Social Fábio Luz e a Resistência Popular do Rio de Janeiro (nunca integrei a RP formalmente, mas conhecia seus militantes até seu "fim" oficial). Foi no entanto a luta contra a implementação da ALCA que me fizeram na minha interpretação, tornar-me militante. A Rádio Comunitária albergou um comitê contra a ALCA no bairro. Nessas atividades nos envolvemos nos comitês, fomos para a rua, fizemos atos e organizamos um evento na própria rádio sobre os perigos da ALCA. Nesse mesmo período, de maneira concomitante, me aproximei do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), espaço fundamental na minha formação política e diríamos, convencimento, em direção a ideologia anarquista. Fui um frequentador assíduo do CELIP e depois também do Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos (Niterói). Ajudei a fundar um coletivo que se chamava CLAVE (Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos), era um coletivo libertário de

estudos mas também de propostas de intervenção. Não tínhamos muita clareza sobre algumas questões, mas havia muito o interesse em atuar socialmente. Arrumamos uma "sede" improvisada (nos fundos da casa da minha avó). Nossa primeira atuação de fato, se deu no interior de uma ocupação, a ocupação Vila da Conquista, que ficava em Curicica/Jacarepaguá, na zona oeste do Rio. Nessa ocupação metade do coletivo (era um grupo pequeno) atuava junto a Federação Anarquista do Rio de Janeiro tentando mobilizar os moradores, participando das assembleias e organizando trabalhos na mesma. Nessa época eu trabalhava como técnico de suporte(informática), estudava a noite (numa faculdade particular) e aos finais de semana ia para a ocupação fazer um trabalho com as crianças de lá (de arte, reciclagem etc). Foi uma época muito boa, mas também muito "pesada" para mim. O CLAVE acabou em 2006 (foi fundado em 2003) e então como já estava bem próximo da FARJ ingressei na organização. O fim do coletivo não significou uma ruptura entre seus membros. A maioria se afastou da militância, mas nunca perdeu contato com as lutas sociais, minimamente. Continuamos amigos, mas vimos que não tinha como o coletivo prosseguir. Foi nessa época também (não me recordo exatamente o ano) que ajudei com outros companheiros a fundar a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST). De 2003 a 2008 minha militância foi basicamente dentro do movimento sem-teto, via FIST, atuando enquanto anarquista integrante da FARJ, junto a outros companheiros e companheiras. Em 2008 a FARJ desligou-se da FIST por divergências estratégicas e foi convidada a integrar o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - RJ, que estava se reorganizando. Atuei nesse movimento até um "racha" que criou o Movimento dos Trabalhadores Desempregados Pela Base, que hoje, mudou de nome e se chama Movimento de Organização de Base (MOB). Então, atualmente integro a FARJ, o MOB e a tendência de luta Organização Popular (OP), criada há alguns anos atrás. Minha militância basicamente se dá no campo de luta comunitário, atuando num pré-comunitário organizado pelo MOB e no Centro de Cultura Social (CCS).

3) Com que frequência acessa sites de crítica social e mídias alternativas? Quais os sites mais acessados?

Acesso frequentemente. Semanalmente eu diria, isso depende da demanda por informação (se algo "quente" está acontecendo o acesso pode ser diário). Acesso o Passa Palavra, o CMI, o Resistir.info, Estratégia e Análise e o Anarkismo.net. O Passa palavra

e o Anarkismo.net são os que mais acesso. Dos que você citou anteriormente, o mais acessado é o Passa Palavra.

4) Qual sua participação nas mídias eletrônicas (leitor, debatedor, produtor)? Como debatedor com que frequência você participa dos debates destes sites em seus espaço de comentários? Que temas te interessam mais?

Atualmente participo mais como leitor. Eventualmente publico algum texto nesses sites (no Passa Palavra publiquei alguns) de análise ou teoria. Já fui mais assíduo como debatedor, mas sinceramente em alguns casos prefiro me ausentar, pois geralmente costumam gerar mais atrito do que esclarecimentos.

5) Conhece pessoas que também os acessam? Com que frequência o fazem? Qual o perfil médio dessas pessoas (nível de instrução, emprego, idade)? Quais destes sites elas mais acessam?

Conheço algumas pessoas. A maior parte dos que acessam ao meu ver, são militantes de movimentos sociais. Não sei dizer o nível de instrução, mas acho que predominantemente devem ser pessoas cursando ou com nível superior concluído. Mas acho que isso não é regra, há muitas pessoas com ensino médio, sem ensino médio que se interessam por esses sites. Acho que alguns sites tem uma linguagem muito "específica" ou hermética (caso do Passa Palavra) apesar de ser um excelente site de notícias.

6) Quais destes sites conhece: Passa Palavra, Centro de Mídia Independente e o desinformemonos.org? Faça uma apreciação sobre aqueles que conhece.

Conheço os três. Mas o Desinformémonos confesso, só conheço de "ouvir falar". Nunca li nenhuma matéria. Acho o passa palavra um bom site de informações. Há análises interessantes e precisas, mas acho que há um "vício" no site que é o de manter uma postura de "crítica pela crítica", que no meu entendimento às vezes, descamba para uma certa arrogância intelectual. Não estou dizendo que o site inteiro e todos os seus artigos seguem

essa linha, mas há de fato, em alguns artigos e na linha editorial, uma postura de "superioridade teórica" que de fato, me incomoda. O CMI sempre foi um site de referência. Mas permitiu que a direita se infiltrasse na coluna da direita (coluna onde qualquer um pode publicar). A falta de critérios de publicação (coisa que o Passa Palavra tem bem definido) diminuiu a legitimidade do site. Há também uma lentidão em atualizar a coluna principal. De qualquer modo o CMI pautou a questão da mídia independente, à despeito da situação do seu site. Tenho muito respeito pelo CMI por ter sido pioneiro nessa questão.

7) Você considera que estas mídias contribuem para a formação crítica dos indivíduos?

Sim, com certeza. Essas mídias são fundamentais, mas elas também precisam sair do mundo digital e ganhar o papel. Falo isso, pois mesmo com o crescente acesso das pessoas ao mundo virtual, ainda há muitas pessoas, em nosso trabalho de base, nas periferias, favelas, ocupações que não tem acesso a essas mídias. O Brasil de Fato, que tem algumas informações interessantes, mas uma linha editorial que não é próxima aos sites que você citou teve uma iniciativa importante de mudar o seu jornal e distribuí-lo num formato muito mais acessivo e em pontos populares. Um informativo, um jornal, nesse ponto são fundamentais. Mas vejo que essas mídias tiveram um papel importante. As mídias alternativas e os mídia-ativistas realizaram nas redes sociais um importante contraponto às informações veiculadas pela mídia corporativa nos protestos. Creio que elas contribuem sim. A questão ao meu ver, é transformar a formação crítica, numa formação e cultura militante de engajamento. Então eu vejo desse modo, a função da mídia como um complemento às outras lutas e demandas sociais dos trabalhadores.

8) Em que aspectos esta formação se relacionaria com a pretendida pelo sistema escolar? E em relação aos partidos políticos e sindicatos?

Bem. Eu sou professor num pré-comunitário que é voltado a aprovação no ENEM. Se você pegar as provas do ENEM vai ver um conteúdo bem crítico, em alguns casos até de "esquerda". Isso não significa que dar uma formação crítica necessariamente leve a uma cultura de engajamento coletivo que é o que fundamentalmente necessitamos. Creio que parte dessa formação crítica pode se integrar facilmente na educação pretendida pelo sistema escolar e se tornar "inócua" do ponto de vista de colocar em crise o status quo.

9) Você considera estes espaços eletrônicos algum tipo de esfera pública ou zona autônoma crítica? Se sim, podem eles constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo?

A tendência é olharmos o virtual como o virtual. Mas creio que há algum impacto difícil de se medir, do peso desses espaços eletrônicos na luta "real". Uso real entre aspas, pois sei que esses meios de comunicação tem um peso real, ainda que eu não consiga identificar o quanto. Acho que eles podem constituir fóruns de construção de conhecimento coletivo sim, mas de fato, sou muito cético que isso por si só conduziria a uma transformação real, num mundo dominado pela indústria cultural. Não sei exatamente o que você quer dizer com zona autônoma crítica. Penso, que você está dizendo que esses meios de comunicação eletrônicos constituem ainda que minimamente, um pólo de resistência a comunicação corporativa dominante. Neste sentido creio que sim, são ferramentas muito importantes e necessárias para a disputa de hegemonia. Há pouca coisa sendo produzida neste sentido, então, todas as experiências são fundamentais.

10) Em que medida estes veículos eletrônicos podem ajudar a articulação das diferentes frentes de lutas sociais e movimentos hoje existentes? Ajudam a construir novos projetos políticos e uma identidade de classe?

Eu acho que esses veículos podem ajudar a reunir uma pauta em comum, mas não creio que eles por si só articularão as diferentes frentes de luta social. Se tu diz que eles podem articular no campo informacional, reunir as pautas produzidas pelos movimentos e difundi-las, aí sim tenho concordância, mas creio que são os próprios movimentos que podem fazer esta relação entre as pautas. Esses espaços de informação crítica ajudam

também os movimentos populares a refletirem sobre a necessidade deles próprios, constituírem ferramentas de informação. Creio que os veículos de informação críticos podem sim, ajudar a constituir uma identidade de classe. Mas sou um pouco crítico da abordagem que acha que é apenas pelo "convencimento" no campo das idéias que consolidamos uma consciência política de classe. Creio que o convencimento se dá muito mais pelo movimento da luta do que propriamente por um convencimento anterior. Acho que a classe forja uma identidade de classe no próprio movimento, na luta e suas contradições. Nunca parei para pensar qual é o peso desses veículos nessa identidade. Talvez seja maior do que eu imagine. Acho que temos uma tendência em valorizar menos do que ela merece (a comunicação crítica). Acho que talvez o mais interessante, seja pensarmos como os próprios movimentos sociais podem produzir uma comunicação crítica (no meu caso, uma comunicação crítica e comunitária) levando a informação não apenas no campo da produção, mas também, no engajamento efetivo de outras pautas. Isso já é realidade em alguns espaços. No complexo da Maré há um jornal chamado "O Cidadão" que é produzido pelos próprios moradores. É uma comunicação que engaja e cria uma identidade de classe. Repare que a maior parte das mídias críticas apesar de claramente comprometidas com uma identidade de classe, possuem um determinado recorte político (autonomistas, marxistas-leninistas, libertários, anarquistas). Isso é positivo, mas ao meu ver, de maneira ampliada é um erro "estratégico". Precisamos discutir melhor a informação crítica nos marcos dos organismos e entidades dos trabalhadores. Essa sempre foi uma arma histórica dos trabalhadores. Veja os jornais operários produzidos na Primeira República... Eles não tinham a comunicação como um fim em si. Mas a comunicação retratava e abastecia a luta. Era uma tática de convencimento e de movimento para a luta. Eu vejo que a comunicação deve cobrir esse aspecto, fundamentalmente. De no processo de produção, engajar, mas engajar com um projeto bem definido. Eu respeito os comunicadores, os mídia ativistas e independentes, mas acharia muito mais proveitoso, que esses mídia ativistas estivessem dentro de um projeto específico de luta (movimento sem-teto, movimento comunitário, movimento sindical). Muitos estão, é verdade. Não nego a possibilidade de luta no campo da comunicação "constituir" uma esfera própria de luta. Mas creio que hoje, o fundamental é que essa luta da comunicação crítica e autônoma crie uma simbiose com os movimentos populares. Não apenas retratando-os, noticiando-os (o que é bom), mas também ajudando esses movimentos a serem construídos (o que é melhor).

11) Qual o papel das redes eletrônicas para as novas ondas de luta social no Brasil e no mundo, a seu ver? Quais suas potencialidades e limitações?

Quando as lutas de junho eclodiram, algumas pessoas diziam que o Facebook era a o "grande potencializador" de tudo isso. Segundo essas pessoas, a primavera árabe também era fruto dessa revolução via twitter. Permita-me discordar de todas essas afirmações. Não jogo fora o papel das redes sociais, mas precisamos minimizar sua importância. Elas sim tiveram um papel em contrapor determinadas informações da mídia corporativa. A Rede Globo no caso do cinegrafista Santiago por exemplo, teve de "desmontar" diversas teses que circulavam no facebook. De certo modo, ficou visível para mim que as mídias sociais interferiam nas pautas da mídia corporativa, que não podia simplesmente "mentir" ou "ocultar" e que teria de ser mais cuidadosa com as afirmações feitas. Isso não quer dizer que fundamentalmente essa mídia mudou seu "papel", mas que está atenta que no jogo da disputa de informação, de hegemonia, terá de olhar para os movimentos dos seus adversários, ao invés de simplesmente ignorá-los, como o fez em todos esses anos. As limitações me parecem claras. Essas redes sociais são organizadas por empresas. Fico feliz que uma geração de ativistas desenvolveu novas redes sociais. Como Lorea (<http://n-1.cc>) uma rede social criptografada e segura. Não podemos ter ilusões com nossa segurança. Os movimentos precisam disputar o "monopólio" da informação. E isso é de certo modo, também estratégico.

12) Como você vê a relação destas mídias eletrônicas anticapitalistas com redes sociais como o Facebook? Como você vê as redes sociais neste processo?

Acho que essas redes sociais ajudam a difundir os materiais produzidos nessas mídias eletrônicas. Esse é o papel mais interessante. Quando se começa a usar essas redes para "articular" entramos numa seara perigosa. Pois é fato conhecido, que o mapeamento nesses espaços é muito fácil.

13) Fale sobre o controle, vigilância e a militarização da internet. Fale sobre a deep web.

Esse problema se não estava nítido para muitos, hoje é algo que todos os movimentos e organizações minimamente estão debatendo. Isso ficou claro nesse clima de Copa do Mundo, onde o governo do PT e as elites dominantes se esforçam para calar a oposição das ruas. Se a cidade está militarizada, porque a internet não estaria? O uso de informações das redes sociais para criminalizar e mapear os manifestantes é algo que já está em uso e devemos ficar atentos. Há notícias publicadas pela mídia corporativa dizendo que 90% da vigilância aos militantes é feita via web! Precisamos desenvolver tecnologias ou utilizar as já desenvolvidas que nos permitam ter segurança para nossas organizações e movimentos. Só conheço a Deep Web por "ouvir falar". Não sei se o termo se aplica a tecnologias seguras de comunicação (como a rede Lorea), se se aplica é o que eu conheço. Nenhuma tecnologia será funcional se não há disciplina e seriedade dos militantes em encarar essa nova realidade da vigilância dos governos. E essa nova geração é pouco disciplinada nesse quesito. Sem seriedade no trato com as informações e questões internas dos nossos movimentos vamos simplesmente, revelar nossos próximos passos aos nossos inimigos de classe. Isso numa batalha é decisivo. Não creio que devemos abandonar as redes sociais ou a internet (seria um suicídio informacional), mas precisamos de critérios para a utilização dessas redes, sob pena de colocarmos em risco nossa militância.

Anexo III

Entrevista com *produtores* de periódico

Revista *Sinal de Menos*

- 1) Como surgiu a revista *Sinal de Menos*? Qual é sua relação com movimentos sociais e teóricos? Aonde ela se situa e se filia? Como e onde se organizava? Qual sua composição social básica (perfil de quem o fundou) e que tipos de atividade fez/faz?**

A revista surgiu de um convite, feito por um de nós aos demais, por e-mail, em dezembro de 2008, em pleno contexto de crise mundial. Com exceção de um de nós, que integrou o grupo depois, os outros já vínhamos discutindo online (via comunidades do Orkut, e-mail, Messenger e Skype) pelo menos desde 2005, 2006. Concordamos que o momento havia chegado de começar algo novo. Em maior ou menor grau, tínhamos todos passagens pela universidade (hoje o grupo conta com 4 doutores e 2 mestres), mas achávamos que a revista não devia ter caráter estritamente acadêmico (para alguns de nós, academia já rimava com anemia), mas nem por isso seria uma revista puramente militante. Por outras palavras: embora sem perder de vista a referência ao mundo contemporâneo, e às lutas que nele se travam, não abriríamos mão do rigor e da liberdade da pesquisa intelectual de qualidade. Dito isso, não é tão fácil quanto parece, e levou um tempo para que encontrássemos a forma adequada, o nosso próprio caminho.

No que diz respeito a relações com movimentos sociais e coletivos militantes, até o momento ela teve lugar a nível individual, mas não propriamente enquanto grupo. Quer dizer, individualmente um membro pode estar filiado a tal partido, participar ativamente de tal movimento, mas enquanto grupo procuramos guardar nossa independência.

Devido ao fato de estarmos espalhados pelo Brasil – e em alguns momentos tivemos membros do grupo fazendo estágios de pesquisa fora, na Europa –, nossa organização se dá basicamente online mesmo.

2) Podem me elencar a linha teórica, bem como as temáticas abordadas e produções da *SdM*, de uma forma sucinta?

No início, e de certo modo até hoje, duas ou três grandes influências teóricas despontam. Poderíamos citar: a Teoria Crítica frankfurtiana velha-guarda (Benjamin, Adorno e Marcuse), a Crítica do Valor dos círculos alemães *Krisis* e *Exit* e a tradição crítica brasileira, que remonta a Machado de Assis e reúne nomes como Caio Prado Jr., Paulo Emilio, Antonio Candido, Roberto Schwarz, Paulo Arantes e José Antonio Pasta.

Além destas três linhas, nota-se igualmente a presença – de novo, em maior e menor grau em cada um de nós – de outros autores: Debord, Brecht, Holloway, Žižek, Postone, Pachukanis... A crítica estética marxista e a psicanálise lacaniana também despontam em muitos artigos publicados. Por fim, parece haver um interesse geral pela prática e a teoria do comunismo de conselhos, a história do movimento operário e o marxismo libertário.

Quanto às temáticas, nossos textos refletem a formação acadêmica heterogênea do grupo (arquitetura e urbanismo, direito, engenharia química, filosofia, geografia humana e letras), sem falar nas contribuições externas, que são essenciais para dar uma oxigenada na revista. Assim, a partir daquele tronco comum de influências, publicamos textos de crítica do direito, crítica da ecologia política, crítica literária, crítica do urbanismo...

3) Como vocês se situam no âmbito da rede mais ampla de revistas de teoria crítica, mídias alternativas e periódicos eletrônicos de esquerda?

Acreditamos que, de forma geral, no espectro dos meios de esquerda, nos situamos num campo mais heterodoxo, por um lado, e com mais ênfase na teoria, por outro. Nossos estudos e referências não se situam dentro do campo de um marxismo mais tradicional, estamos mais abertos à reflexão crítica das heranças marxistas, anarquistas, da teoria crítica etc., buscando atualizá-las às condições do capitalismo atual, sem perder (e buscando aprofundar) a sua

crítica. Talvez se possa dizer que somos mais “ousados” do que publicações mais acadêmicas – publicamos basicamente ensaios críticos –, mas mais “acadêmicos” do que publicações de “propaganda” e mais ligadas a movimentos.

4) Qual a novidade do coletivo *Sinal de Menos* em termos organizacionais e de prática? Como se organiza *SdM*? Qual é sua composição social básica (dos membros atuais)? É um coletivo horizontal ou vertical? Poderia me dar exemplos de uma situação e de outra (organizações verticais e horizontais)?

Talvez não seja o caso de falar em novidade. Não pretendemos ser originais em nada. Mas julgamos indispensável guardar nossa independência crítica e material, que se tornou coisa rara nos dias de hoje. Outro ponto é a gratuidade e o livre acesso dos conteúdos da revista, de que tampouco abrimos mão.

O coletivo guarda estrutura horizontal, o que é relativamente fácil por sermos poucos. Mas não temos líder ou porta-voz, ou qualquer hierarquia no interior do grupo. O que não impede de, segundo o talento, o gosto, a formação e a disponibilidade, assumirmos cada qual diferentes funções no processo de produção editorial: da criação da capa à publicação e a manutenção do site, passando pela avaliação, a revisão e a formatação dos textos...

5) Quantos acessos tem em média por dia e mês atualmente? Qual é o perfil do leitor médio? Que tipo de pessoas e grupos o leem?

Em 2013 e 2014 tivemos em média 20 acessos diários ao site. Porém esse número varia bastante, concentrando-se nos dias seguintes ao lançamento de novas revistas. Além disso, isso não necessariamente representa o número total de pessoas que entram em contato com a revista, já que há arquivos espalhados como Scribd e outros. Outro dado é que temos 64 “seguidores” (pessoas que recebem um e-mail sempre que há uma atualização no site) e 135 “likes” no Facebook.

Quem nos lê? Difícil dizer, mas muita gente de esquerda, com um pé na academia e o outro na militância, pode apreciar as coisas que publicamos. Quando acontece, em geral é destes que temos algum eco.

6) Qual é o nível de participação dos leitores? Ocorrem diálogos com os leitores? Como isto se estabelece?

Um espaço está reservado para comentários no site. Houve uma discussão uma vez, a respeito de um texto sobre Robert Kurz. Mas não é muito frequente a reação de leitores na página da revista. Dito isso, nas redes sociais recebemos muitos elogios, mas raramente uma discussão é lançada em função de um texto publicado. Alguns dos leitores, por fim, contribuem com artigos para a revista.

7) Qual é o nível de relação e enraizamento com movimentos sociais atuais? Quais seriam estes movimentos?

Não há enraizamento enquanto coletivo. Mas certamente, na militância individual de cada um, há reflexo do “trabalho formativo” da revista.

8) As discussões textuais geram novos debates, discussões e textos? Com que frequência? Podem citar ou indicar algumas publicações que especificamente geraram desdobramentos e debates intensos?

Ocorrem debates e colocações internos internos, notadamente quando lemos os textos uns dos outros. Há também uma influência recíproca, alguns textos refletindo coisas desenvolvidas por outros, muitas vezes de forma não explícita. De forma geral, temos o sentimento de que alguma coisa tem se acumulado. A leitura de Baudelaire, por exemplo, gerou dois textos que dialogam. A interpretação crítica da “crítica do valor” alemã tem gerado amplas discussões a respeito da luta de classes e do sujeito histórico.

9) Como *Sinal de Menos* compreende e se situa em relação à dinâmica de reorganização das lutas de uma classe trabalhadora fragmentada, internacionalmente?

A reorganização das lutas corresponde a uma necessária reflexão sobre qual projeto emancipatório queremos, ou mesmo sobre o que entendemos ser emancipatório ou uma mera variação do mesmo tema (capitalismo), como o “comunismo” do Leste. Nesse processo, nos inserimos, em nossa própria escala e com todas as nossas limitações, no sentido de contribuir para a reflexão crítica que se faz necessária a esse processo, sem abrir mão da crítica radical da sociedade produtora de mercadorias (capitalista). Uma nova solidarização, em nível global, precisa dar-se em um nível mais avançado e de maneira enraizada e estruturada teórica e praticamente.

10) *Sinal de Menos* considera exercer um papel formativo, quer entre grupos teóricos, ou na própria formação política de elementos que participam das novas gerações de lutadores sociais e novos movimentos? Pode-se considerar que exerce um papel formativo-educativo, neste sentido? Como consideram a *Sinal de Menos* enquanto experiência de formação?

Para sermos sinceros, a experiência formativa se dá primeiramente, e em maior grau, para os próprios membros. Sem nenhuma modéstia, acreditamos que raramente há hoje em meio universitário, aqui ou lá fora, discussões de ideias no nível que temos entre nós. Obviamente, gostaríamos que a revista, pela qualidade dos artigos que publicamos, contribuísse por pouco que fosse para a formação política e teórica de militantes da nova geração. Mas é uma coisa difícil de medir.

Nos últimos anos a *Sinal de Menos* tem ficado mais conhecida, inclusive no exterior, mas sua influência, para guardarmos o pé no chão, ainda é bem diminuta. Os bloqueios contudo são objetivos: a falta de tempo do leitor atual, mesmo quando interessado e engajado, além do próprio meio digital, que afasta leitores mesmo perseverantes. Ao mesmo tempo a revista está lá, como um grande arquivo prestes a ser explorado por quem por ventura a descubra e se interesse em explorar os números passados.

11) É possível falar na existência de uma esfera pública crítica e autônoma de debates existente na internet atual? Quais os alcances e limitações disso?

Com certeza, e é inegável. Muito embora a maior parte do que está na internet é lixo.

12) Qual o impacto da *Sinal de Menos*? A revista deu origem a novos grupos, coletivos e sites? Onde podemos ver sua influência? Qual é sua relação com outras revistas eletrônicas, periódicos de esquerda e mídias alternativas ativistas? Quais seriam estas?

Como dito, sua influência e seu alcance, até o momento têm sido discretos.

13) Quais as dificuldades hoje encontradas por *Sinal de Menos*? Quais as razões?

A maior dificuldade é sem dúvida a falta de tempo. Todos nós somos constrangidos a vender a força de trabalho, o que nos deixa pouco tempo para estudar, para escrever, que dirá organizar a publicação de novos números da revista. A motivação vem mesmo, principalmente, do aspecto formativo já mencionado, da troca de ideias, do crescimento do grupo etc.

14) Como vocês se colocam, como veículo de reflexão e teoria crítica, em relação à indústria cultural e mídia de massa?

Procuramos criar um espaço de reflexão crítica, que se diferencia da indústria cultural reprodutora da subjetividade conformista e da passividade. Nossas linhas de reflexão buscam a contradição, ao invés de escamoteá-la, e isso pressupõe e implica a reflexão ativa e a busca, muitas vezes, por fora dos circuitos estabelecidos do “conhecimento” (incluída aí não apenas a indústria cultural massiva, mas também a academia). Evidentemente, como a nossa produção não é “industrial”, nosso alcance é bastante reduzido.

15) Como vocês se colocam em relação às redes sociais comerciais, tais como o Facebook, Orkut, Twitter, Instagram, Youtube, etc.? Mídias sociais e internet, para vocês, se apresentam como ferramenta de alienação mercantil ou instrumento de auto-organização e autoformação reflexiva?

Dentre os membros da *Sinal de Menos*, há quem esteja nas redes sociais, e há quem não as suporte, limitando-se ao e-mail. Nos dois casos há perdas e ganhos, todo um debate. Mas é certo que tais mídias podem ser utilizadas de diversas maneiras. Não nos iludimos: 99% é alienação mesmo. Mas acreditamos que podem ser utilizadas de forma a subverter as funções a que originalmente se destinam. Até certo ponto, pode-se falar numa tentativa de “refuncionalizar” (um termo que Brecht utilizava para o teatro) tais mídias no sentido do debate, da troca de textos, vídeos e música, e do despertar do espírito crítico. Ninguém poderia prever que o Orkut pudesse ser utilizado como o fizemos, como um imenso fórum de discussão e troca de ideias. O Facebook é mais limitado, mas ainda dá margem para trocas. É também um meio de estar em contato com as mazelas da sociedade brasileira, com o reacionarismo de classe média etc. Nesse sentido pode ser um tanto deprimente. Como dito, alguns de nós não suportam aquilo.

No que concerne à organização, por certo, é uma ferramenta, mas que por si só não basta para mobilizar. Em Junho do ano passado isso ficou muito claro. Sem falar que a polícia também tem acesso ao que é postado ali, o que torna o processo complicado...

16) Como foi, na opinião de vocês, a relação das redes eletrônicas com o atual processo de lutas sociais no Brasil iniciado desde o mês de junho de 2013 até o presente?

As redes eletrônicas certamente tiveram um papel bastante forte. É sabido que muitas manifestações foram e são veiculadas e divulgadas pelas redes sociais. A forma dessas manifestações, muitas vezes predominantemente “horizontais”, se coaduna com a “rede” social. Essas mídias permitem muitas vezes furar o bloqueio do oligopólio da grande imprensa corporativa, ainda que a assimetria de poder ainda seja muito grande.

17) E a *deep web*, aonde entra nestes processos? Como a militarização da internet pode afetar os usos da internet pelos trabalhadores?

A *deep web* nunca foi tema de nossas discussões. A militarização e o monitoramento da internet podem prejudicar os espaços de crítica sob variados pretextos – tudo dependerá da correlação de forças.

18) Para vocês, qual o papel que veículos como o *SdM* representam atualmente?

Principalmente o de fomentar a reflexão e a formação críticas, que são essenciais para qualquer projeto emancipatório. Mas isso mantendo a distância da práxis imediata e a perspectiva temporal e espacial.

19) Como vocês analisam a propagação da extrema direita e ideias fascistóides na internet pelo Brasil atual?

Essa onda conservadora, no limite, protofascista, vem crescendo muito no mundo, na esteira dos colapsos sociais regionais do sistema global do capital. No Brasil, que se abriu para o neoliberalismo a partir dos anos 1990 o mesmo ocorre. Entre nós, temos interpretado as jornadas de junho de 2013 nesse sentido: em grande parte elas trouxeram à tona algumas estruturas psíquicas fundamentais do sujeito monetário brasileiro (com ou sem dinheiro), com o agravante talvez de que aqui isso ocorre da maneira mais insidiosa possível: não se constitui exatamente um movimento declarado, plenamente fascista, posicionável no campo à direita, com posições firmes. No Brasil, nada se forma por completo tal como na Europa, e o tipo fascista e autoritário se mistura a ideias variadas, que capturam as massas no campo antidemocrático e antiesquerda: nacionalismo de meia confecção, autoritarismo “meritocrático” (cobertura ideológica para privilégios de classe), ideias neoliberais, cristianismo fundamentalista (católico ou evangélico), anticomunismo e ideias racistas e antipopulares.

20) Depoimento, considerações adicionais, etc.

Obrigado pelo interesse no nosso trabalho. Estamos sempre recebendo artigos para publicação.

Anexo IV

Documentos e cartas editoriais dos periódicos eletrônicos analisados

A) Documentos de base e projeto de *Passa Palavra*.

Disponíveis em: <<http://passapalavra.info/quem-somos>>

Apresentação do Passa Palavra

2 de fevereiro de 2009

Categoria: documentos

Comentar | Imprimir

Cara leitora, caro leitor,

Este é o jornal on-line do **Coletivo Passa Palavra**. Somos um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais.

Estarão disponíveis em nosso site: notícias, artigos opinativos, cartunes, denúncias, vídeos, áudios, debates e outros materiais informativos de produção própria, visando a construção de uma rede de solidariedade e colaboração entre todos aqueles que lutam contra as injustiças sociais.

Não somos, nem pretendemos ser, portadores de uma verdade revolucionária. Por isso, nossas seções são abertas e deverão ser enriquecidas e ampliadas com a cooperação dos leitores, ou organizações, que se sintam identificados com os nossos princípios políticos/editoriais.

Se você luta por uma outra forma de viver a vida, mais justa e igualitária, sente na pele e se indigna diante de todos os abusos cometidos pelos poderes públicos e privados, conhece casos de exploração, opressão e discriminação de todo tipo, possui quaisquer informações ou relatos valiosos a esse respeito e sente a necessidade de fazê-los circular: aqui, tem lugar a sua palavra. **Passe-a!**

Como colaborar com o Passa Palavra ?

- **Enviando Artigos:** O material deverá ser encaminhado para o e-mail **passapalavra[a]passapalavra.info**. Evite enviar cópias de textos da mídia corporativa ou de outros veículos. A nossa política é de não reprodução de artigos repetidos, salvo os casos de relatos. Estimulamos a produção própria, seja ela em forma de análise crítica, relato, áudio ou vídeo.
- **Divulgando o site (sítio):** Divulgue os textos nos espaços que você frequenta ou participa, repasse as informações; isto, sem ser inconveniente, é claro!
- **Comentando:** Não basta ler! É preciso acabar com a cultura da passividade semeada pelos meios de comunicação tradicionais; é preciso comentar. Esperamos comentários isentos de ofensa, com conteúdos que estimulem a reflexão e o debate.

Fevereiro de 2009,

Coletivo Passa Palavra

Implodindo a rotina: apresentação do passapalavra.tv

16 de janeiro de 2012

Categoria: [documentos](#)

[Comentar](#) | [Imprimir](#)

*O êxito deste projeto dependerá da colaboração de pessoas, grupos e movimentos sociais que, de alguma maneira, se identifiquem com esta proposta. **Por Passa Palavra***

Caro leitor, cara leitora,

Nós, do Coletivo Passa Palavra, além da nossa página *.info*, inauguramos agora o [passapalavra.tv](#). Ao contrário do que possa parecer, não vamos criar aqui uma espécie de programação televisiva para a internet, queremos apenas que este seja um espaço que permita a publicação e downloads de vídeos, imagens e áudios que são produzidos de forma independente e que mantenham um comprometimento com as lutas sociais ou que denunciem opressões e abusos cometidos por poderes públicos e privados.

A ideia é que esta nova página possa ser um canal que aglutine materiais audiovisuais com esse caráter, tentando contribuir com quem busca informações mais dinâmicas e sente a necessidade de fazê-las circular. Com isso, também esperamos proporcionar um espaço no qual diversos indivíduos, grupos, coletivos e movimentos sociais divulguem seus trabalhos, produções, ideias, reivindicações, debates, denúncias e etc. Em suma, o passapalavra.tv nada mais é do que uma continuidade dos objetivos prosseguidos pelo coletivo desde a criação do passapalavra.info.

Se, por um lado, há quem vislumbre nas novas tecnologias de comunicação o despertar de um novo mundo, há, por outro, quem as rejeite por considerá-las meros instrumentos a serviço da dominação. Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar, preferimos dizer apenas que, cada vez mais, o vídeo e tantas outras ferramentas tecnológicas podem ser instrumentos úteis ao fortalecimento e articulação das lutas sociais quando usados com o propósito de dialogar com pessoas que ficariam à margem de importantes debates se estes se limitassem aos círculos restritos e letrados.

Convém ressaltar que não constituímos um coletivo de vídeo propriamente dito, e nem temos pretensões de o ser. Por isso, o êxito deste projeto dependerá da colaboração de pessoas, grupos e movimentos sociais que, de alguma maneira, se identifiquem com esta proposta.

Sejam bem-vindos!

Pontos de Partida

2 de fevereiro de 2009

Categoria: [documentos](#)

[Comentar](#) | [Imprimir](#)

1

As vitórias que os trabalhadores conseguiram em dois séculos de luta acabaram sempre por se revelar parciais e temporárias. Feito o balanço, a mais importante conquista dos trabalhadores é a acumulação da experiência própria para o desenvolvimento de um projecto de classe. Por isso os trabalhadores podem hoje saber melhor o que não querem do que aquilo que querem. Estamos certos, apenas, de que é preciso lutar contra o capitalismo e substituí-lo por uma nova sociedade, onde os meios de produção sejam propriedade colectiva, os próprios trabalhadores organizem o processo de trabalho e as

comunidades tenham o direito de manter as suas próprias culturas, línguas e maneiras de viver, sem prejuízo das conquistas sociais conseguidas noutras lutas e noutras épocas.

2

Somos anticapitalistas porque a exploração da força de trabalho não deixou de ser a principal relação social, na qual assentam todas as outras e que define o posicionamento de cada pessoa na sociedade. Esta situação não foi alterada pela extinção das grandes unidades fabris, pela fragmentação da força de trabalho e pela precarização das relações salariais, nem pelo crescimento dos serviços e da produção de bens não materiais. Pelo contrário, as novas formas de organização dos processos produtivos agravaram a exploração e incluíram no proletariado camadas sociais e profissões que antes lhe eram alheias.

3

Além de se encontrarem fragmentados pelas remodelações ocorridas nos processos de produção, os trabalhadores e as populações autóctones e dominadas são hoje alvo de todo o tipo de divisões ideológicas, estimuladas pelos órgãos de informação e pela indústria cultural. Os trabalhadores só voltarão a sentir-se uma classe através da luta contra os capitalistas. Acreditamos que são as lutas sociais que transformam a classe económica em classe política, quer dizer, que convertem uma massa humana vítima da exploração numa classe coesa que enfrenta a exploração. Nesse sentido, temos em conta que as movimentações sindicais continuam a ser uma forma de resistência e podem servir como escola de luta e de tomada de consciência política, apesar das elites burocráticas que hoje dominam a quase totalidade deste meio. De igual modo, consideramos que os movimentos populares têm constituído um fértil campo para o amadurecimento das alternativas concretas ao capitalismo.

4

Assim como a maior parte dos trabalhadores não se reconhece hoje como constituindo uma classe social, a consciência de classe, quando neles existe, é demasiado difusa para constituir uma consciência política. Apesar disso, discutir a vida é a grande preocupação da esmagadora maioria das pessoas, e tanto mais necessária quanto mais difícil a vida se torna. Ora, esses temas não são despolitizados, apenas não se reconhecem como políticos. Politizar não significa substituir esses temas por outros diferentes, mas inserir os problemas particulares num contexto geral, assim como a consciência de classe resulta da compreensão de que os problemas sentidos por cada indivíduo se ligam, de uma ou outra maneira, a problemas mais gerais. Para as classes dominantes, falar de política é discutir as rivalidades e os jogos de forças. Para os anticapitalistas, falar de política é integrar o particular no geral, o individual no social.

5

Somos anti-imperialistas porque o imperialismo representa a internacionalização da exploração capitalista, iniciada com os impérios coloniais do século XIX, hoje globalizada e exprimindo-se através da concorrência de grandes blocos de interesses que dominam os povos económica, política, cultural e militarmente. Mas o anti-imperialismo não deve servir para promover os nacionalismos subalternos, porque mesmo num povo

oprimido há quem trabalhe e quem mande trabalhar e porque onde houver um Estado enquanto centro de acumulação de capital haverá sempre um imperialismo, ou real ou possível. O anti-imperialismo não deve estar ao serviço dos Estados que desejariam expandir-se contra aqueles que já se expandiram. Não são os conflitos da geopolítica que nos interessam, mas a globalização da luta de classes; e se uma das prioridades dos trabalhadores é lutar contra o imperialismo dos seus próprios governantes, devem fazê-lo para se ligarem aos trabalhadores dos outros países e não aos governantes dos outros países. O nacionalismo político assente nas instituições do Estado é uma criação da burguesia, e mesmo o facciosismo regionalista dentro de um só país é por ela politicamente aproveitado; uma coisa é defender o direito dos povos à autonomia social, cultural e linguística, outra é defender a sua independência política na base de uma aliança nacional de classes antagónicas. Para os trabalhadores o anti-imperialismo é o internacionalismo, porque o capital hoje já não tem fronteiras.

6

Desde sempre o capital teve tendência a internacionalizar-se. Mas nas últimas décadas fez mais do que isso, transnacionalizou-se. Já não se trata de alguns países exportarem capitais para os restantes, mas de uma permanente circulação de capitais por cima de todas as fronteiras. E se o capital hoje não conhece fronteiras, também as lutas dos trabalhadores não se podem submeter a elas. Aprender com as formas práticas de luta desenvolvidas noutros países, apoiá-las e ligarmo-nos a elas é uma necessidade de sempre, mas que agora se torna ainda mais decisiva. Uma das principais frentes de internacionalização das lutas é a dos trabalhadores migrantes, que são alvo de uma exploração agravada e cujas lutas servem para estabelecer aquilo que hoje devemos considerar como o limiar dos direitos fundamentais da pessoa humana.

7

Na democracia parlamentar em que vivemos, o povo detém a soberania com a condição de não a usar, excepto para entregá-la periodicamente a candidatos que, uma vez eleitos, não são controlados nem são revocados se faltarem ao prometido. Trata-se, então, de criar meios de participação popular directa, como forma de retomada do controlo das decisões sobre as nossas vidas. Tais meios só podem ser gerados a partir da prática dos movimentos populares, desde que estes não se deixem envolver numa «gestão participativa» que os inclui nos órgãos de poder oficiais e serve para legitimar as orientações da tecnocracia governamental, como é o caso dos «conselhos de políticas públicas» no Brasil.

8

A generalização do sufrágio levou a que, nas democracias parlamentares de todo o mundo, o poder se deslocasse progressivamente dos órgãos eleitos para instâncias não eleitas, de maneira a que a hegemonia das classes dominantes não seja posta em causa pelas maiorias populares. Se este método discreto não for suficiente, outros existem, e das poucas vezes em que o poder de Estado conseguiu passar por via eleitoral dos capitalistas para os trabalhadores, os generais entraram em acção para impedir a mudança. Mas, para que as eleições não desloquem o poder, tem geralmente bastado que nos parlamentos as comissões especializadas prevaleçam sobre a assembleia plenária e que a actuação discreta dos assessores se torne mais significativa do que os discursos dos deputados. Ao mesmo tempo, nos governos os canais de decisão ocultos e informais tornaram-se mais

importantes do que as estruturas oficiais. Chegámos ao ponto em que, qualquer que seja o regime, democrático ou autoritário, os grupos de tecnocratas que se escolhem uns aos outros prevalecem sobre os políticos eleitos.

9

As empresas sempre tiveram um vasto poder na organização da força de trabalho e até na organização dos ócios dos trabalhadores. Mas nos dias de hoje, em que o capital se transnacionalizou e em que os lares já não dependem de pequenas empresas familiares mas directamente do mercado mundial, esse poder aumentou enormemente. A maior parte do tempo de vida de um trabalhador, no emprego e fora dele, está submetida a regras empresariais não democráticas. Nestas condições é ilusório pretender que o controlo do poder político possa assegurar o controlo do poder económico.

10

Os adeptos de sucessivas reformas que contrariem os aspectos mais desumanos da exploração omitem o facto de as reformas serem consentidas e usadas pelo capitalismo para aumentar a produtividade. Os patrões e os administradores sabem que, mantendo-se o sistema capitalista, as reformas que melhoram a vida dos trabalhadores os levam a trabalhar mais e melhor, portanto, de maneira mais rentável. O problema das reformas é a maneira como são comumente obtidas: uma coisa é serem concedidas de cima para baixo, antecipando-se às lutas ou esvaziando-as; outra coisa é elas serem conquistadas por um processo em que os trabalhadores envolvidos ganham noção da sua força e, assim, adquirem consciência política. Criticamos a via reformista por se fundamentar na crença desmobilizadora de que a democracia representativa é o caminho para expropriar os donos do capital. Os patrões e os administradores podem aceitar todas as reformas excepto uma: eles jamais cederão pacificamente o controlo sobre os processos de trabalho, que lhes garante os lucros da exploração.

11

Combater o capitalismo com órgãos e formas de organização que reproduzam o seu modelo autoritário só pode ter como resultado, não a abolição da exploração, mas a instauração de novas formas de exploração. O resultado de uma luta está pressuposto na forma como se organizam os que lutam. Por isso, a crítica à democracia burguesa não deve servir para passar de contrabando a apologia de qualquer ditadura de burocracias partidárias ou programas desenvolvimentistas. Os regimes de tipo soviético, onde a propriedade aparecia como pública mas onde os trabalhadores estavam completamente afastados da organização da produção, da administração das empresas e da direcção política, mostraram-se uma alternativa tão nociva como o capitalismo privado.

12

Numa época em que avançam as várias modalidades de vigilância e repressão – a monitorização das nossas palavras e dos nossos gestos por meio da internet e de câmaras espalhadas por todos os lugares, a utilização empresarial de dados pessoais, a criminalização dos movimentos sociais e de quaisquer ideias anticapitalistas – é urgente a criação de uma rede que ligue as diversas formas de contestação, um espaço comunicacional que favoreça o contacto entre as diferentes correntes anticapitalistas,

independente tanto do poder económico como das tutelas políticas e ideológicas. Igualmente, apoiamos e estamos dispostos a cooperar com outros projectos neste sentido. Procurando antes de mais contribuir para a unificação prática das lutas que a todo tempo irrompem e se desenvolvem, promoveremos através do nosso site: a circulação de informações que impulsionem a solidariedade entre leitores, colaboradores, activistas e grupos de trabalhadores; a exposição pública dos diferentes casos de opressão que sofrem os movimentos sociais e a população comum não organizada; e o fomento à produção teórica e ao debate político. Não somos nem pretendemos ser uma organização de tipo partidário. As nossas regras de funcionamento interno deverão prefigurar o modelo de democracia pelo qual lutamos. Desse modo, privilegiamos o horizontalismo e o colectivismo de decisão, com base nos princípios da escolha em comum, da rotatividade de funções e do controlo permanente sobre quem exerce os cargos. E só faremos acordos com outras organizações no quadro de plataformas de acção concreta destinadas a apoiar e desenvolver as lutas sociais.

Estatuto Editorial

2 de fevereiro de 2009

Categoria: documentos

Comentar | Imprimir

- 1.** O *Passa Palavra* é independente dos poderes políticos e económicos, bem como dos credos religiosos, adoptando as orientações definidas nos seus Pontos de Partida, com regras de seriedade informativa e de debate democrático com os colaboradores e os leitores.
- 2.** Visa criar uma rede de colaboradores em Portugal e no Brasil e estabelecer contactos de âmbito internacional que permitam uma informação diversificada e plural, propondo chaves de entendimento da realidade, alternativas às correntes da propaganda disfarçada de jornalismo. Procurará obter relatos e análises do quotidiano dos movimentos sociais e de pessoas não organizadas e mostrará a opressão e os abusos, a criminalização, a retenção de dados e a vigilância em massa realizados por Estados e pelos poderes privados.
- 3.** Pretende impulsionar novos espaços comunicacionais (culturais, sociais e políticos) de carácter transformador, dando voz, prioritariamente, aos sectores mais esquecidos e explorados por políticas que conduziram a sociedade à situação em que se encontra e combatendo a ideia da inevitabilidade dessa situação.
- 4.** Entende a efectiva democracia como um instrumento de realização da autonomia, da igualdade e da liberdade de todos os homens e mulheres, opondo-se às práticas que atentam contra ela ou a reduzem a uma mera farsa de si própria, quer na sociedade quer no seu funcionamento interno.
- 5.** A sua existência e expansão não assenta na publicidade ou em subsídios concedidos pelo sistema contra o qual se afirma, mas na criação e desenvolvimento de grupos de

amigos do jornal, divulgadores, correspondentes e principais aferidores da observância da linha editorial aqui apresentada.

6. Respeita o sigilo das suas fontes de informação, não admitindo, em nenhuma circunstância, a quebra deste princípio.

7. Porque, contra a propaganda, as melhores respostas são a informação e o conhecimento, observa o princípio da divisão entre informação e opinião, de modo a alcançar a exactidão informativa e a liberdade de opinião que caracterizam qualquer projecto rigoroso e credível de comunicação alternativa.

8. É coordenado e dinamizado por um colectivo redactorial rotativo, com paridade de membros de Portugal e do Brasil.

9. Começará por ser publicado como página da Internet, que terá actualização frequente, pretendendo-se que constitua, tanto quanto possível, um veículo diário de informação. Uma vez por mês, serão disponibilizados resumos dos conteúdos em formato pdf, diferenciados para cada um dos dois países em função da relevância local dos conteúdos.

10. O presente estatuto editorial não dita regras explícitas de redacção, dada a existência no projecto de espaços diversificados para os diferentes tipos de contributo. Por lógica informativa, uma notícia deverá ser clara, concreta e concisa; um artigo, sem perder a clareza, poderá ser mais extenso e obedecer a critérios de redacção diversificados.

Aspectos de organização interna

2 de fevereiro de 2009

Categoria: [documentos](#)

[Comentar](#) | [Imprimir](#)

I. Pertença por acordo e participação

O Colectivo chamado a tomar decisões no *Passa Palavra* é constituído por todos os companheiros e companheiras que concordem com os documentos de referência do *Passa Palavra* (Pontos de Partida e Estatuto Editorial) e que os apliquem na prática de forma regular e continuada. Enquanto a dimensão do Colectivo o permitir, a admissão de um novo membro será decidida por consenso na base de uma “apresentação” do candidato (quem é, no que participa, etc.).

II. Decisão por consensos

No *Passa Palavra* as decisões colectivas serão, preferencialmente, tomadas por consenso. A votação de decisões na base de maiorias e minorias deve ser considerada como um

último recurso que necessita, da parte de todos e cada um, de um esforço prático e urgente de restabelecimento do consenso.

III. Democracia interna, rotatividade e partilha de competências

Só pode haver democracia interna se todos os membros do Colectivo tiverem em princípio a possibilidade de executar todas as tarefas necessárias e tiverem acesso a todos os materiais usados e a todas as decisões tomadas. Para que isto seja possível é necessário que todas as pessoas tenham conhecimento de todas as tarefas e as saibam realizar. Mas o Colectivo não pode funcionar na prática sem uma coordenadora. Como consequência, os membros do Colectivo têm de rodar pelas várias tarefas e funções. A disponibilidade dos materiais e o acesso aos mesmos terão de ser facilitados a todos para que o Colectivo exerça um controlo sobre quem executa.

IV. Encontros gerais, periódicos e abertos

Para além da Coordenação Rotativa, vulgo Rotativa, o Colectivo deve reunir sempre que seja considerado conveniente por um conjunto relevante de colaboradores.

V. Paridade luso-brasileira e rotatividade da Rotativa

Os membros da Rotativa são 4, procurando garantir a representação equânime dos países envolvidos. A renovação (rotação) de membros será mensal; é preferido o critério da oferta voluntária ao da eleição, e a renovação será de, no mínimo, dois membros.

VI. Tarefas da Rotativa

As duas atribuições da Rotativa são as seguintes:

- Organizar e propor a escala editorial (comentários, publicação de artigos e tradutores);
- Convocar a reunião semanal, aberta à participação de todos os integrantes do coletivo.

VII. Tarefas coletivas

Todos os integrantes do coletivo comprometem-se a cumprir as seguintes atribuições:

- Tomar conhecimento dos materiais que chegam, sejam textos ou audiovisuais, e publicá-los no site nas secções respectivas, corrigindo erros de ortografia e de sintaxe e, eventualmente, ajustando o próprio texto ao tipo de publicação (concisão, legibilidade, etc.), sendo nestes casos necessária a aprovação do(s) autor(es).
- Pedir esclarecimentos directamente a quem envia, se o texto tiver erros factuais, ou partes incompreensíveis ou menos claras, e pedir alterações se necessário, para adequar o texto ao Estatuto Editorial.
- Moderar preventivamente os comentários enviados pelos leitores, de modo a filtrar os comentários fascistas e outros de extrema-direita, insultuosos, obscenos, irrelevantes, publicitários, o lixo electrónico, etc. O moderador dos comentários dará conhecimento aos demais integrantes do Coletivo dos que forem por ele recusados.

- Estar atentos, se necessário consultando outros sites e jornais, aos acontecimentos importantes que mereçam notícias urgentes, redigindo-as ou encarregando outro membro do Colectivo de o fazer, ou pedindo a pessoas exteriores ao Colectivo, que disponham de mais conhecimentos sobre o assunto ou de mais tempo.
- Estimular os restantes membros do Colectivo para actividades concretas, nomeadamente, apoio a lutas, entrevistas, mesas-redondas, debates, e outras sessões, e para garantirem um fluxo continuado e vivo de conteúdos para o site. Embora qualquer membro do Colectivo deva convocar os outros, a Rotativa deve tomar esta iniciativa sempre que mais ninguém o fizer, na medida em que naturalmente dispõe de maior número de informações.
- Promover o estudo e o debate de temas dentro do Colectivo.
- Assegurar a publicação, em pdf descarregável no site, de uma selecção dos conteúdos mais relevantes de cada mês, com versões diferenciadas para cada país.
- Proceder a tudo o mais que achar necessário para estimular a actividade do Colectivo.

B) Documentos de base de *Centro de Mídia Independente*.

Disponíveis em: <<http://www.midiaindependente.org/>>

Sobre o Centro de Mídia Independente

O **CMI Brasil** é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente.

O **CMI Brasil** quer dar voz à quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais.

A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os "novos movimentos") e sobre as políticas às quais se opõem.

A estrutura do site na internet permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações.

Verifique no seu município ou cidade se existe um coletivo ligado a Rede CMI-Brasil, e junte-se a eles, pois todos estamos interligados e sempre estamos em movimentação em cima dos fatos que ocorrem e não é publicado de forma verdadeira.

Tudo que acontece no mundo de hoje, depende da exposição e omissão de fatos de interesse da população, e verificar a fundo o que está por de trás dos prejuízos que podemos estar enfrentando, é o caso de estar escrevendo e publicando com riqueza de detalhes e acompanhando as discussões em torno dos assuntos.

O tempo que temos livres é dedicado uma parte a militância contra esse sistema capitalista instalado, e cabe a nós não sermos mercadorias vivas e de manuseio dos desejos do poder.

Seja quem possa estar lendo agora estas palavras, saiba que existe alguém neste momento ou instante realizando proezas revolucionárias.

Seja Mídia Independente!

Seja CMI-Brasil!

Participe

O que é o Centro de Mídia Independente?

O Centro de Mídia Independente é uma rede internacional de produtores e produtoras independentes de mídia preocupados(as) e comprometidos(as) com a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. Ele foi criado originalmente em Seattle como uma forma alternativa de cobrir os eventos que levaram ao malogro do "Encontro do Milênio" da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Novembro de 1999. A idéia era de ter um site na Internet que recebesse e armazenasse, vídeos, imagens, sons e textos que poderiam ser publicados e reproduzidos sem copyright por qualquer pessoa ou qualquer órgão de mídia independente sem fins comerciais. O que era um site de jornalistas independentes tornou-se também um site em que os e as próprios(as) manifestantes se faziam ouvir. Elas e eles começaram a publicar suas histórias e disponibilizar as imagens de vídeo, os sons e entrevistas que essas mesmas pessoas tinham produzido. À medida que os protestos "antiglobalização" foram se espalhando, Centros de Mídia Independente foram sendo criados em toda a parte onde os "novos movimentos" eclodiam. Atualmente existem mais de cento e oitenta Centros de Mídia Independente em mais de cinquenta países, em todos os continentes. O Centro de Mídia

Independente do Brasil nasceu como desdobramento da organização do movimento antiglobalização em São Paulo que havia promovido um protesto no dia 26 de Setembro de 2000 (S26) quando se reuniram em Praga, o FMI e o Banco Mundial. Em dezembro de 2000, o site do Centro de Mídia Independente do Brasil foi ao ar e, desde então, tem se esforçado para "cobrir" eventos ligados à luta social. O Centro de Mídia Independente é um projeto sem fins comerciais totalmente feito por voluntárias e voluntários.

Como se organiza o Centro de Mídia Independente no Brasil?

Cerca de um ano depois que o coletivo de São Paulo se formou, novos grupos começaram a se voluntariar para constituírem coletivos editoriais em suas cidades. Hoje já existem coletivos articulados em diversas cidades, as quais encontram-se listadas abaixo. Cada coletivo desenvolve projetos locais e todos eles, coletivamente, participam da gestão do site. Todos os coletivos se organizam sem hierarquia e têm o compromisso de aceitar os princípios e a política editorial. Para se constituir formalmente, cada coletivo precisa de pelo menos três voluntários e voluntárias, sendo que podem participar dos coletivos tech, editorial, tradução, listas, vídeo e áudio, ou com disposição de aprender. No entanto, qualquer grupo menor ou pessoa pode contribuir participando dos diversos projetos.

Quais são os projetos do Centro de Mídia Independente?

O Centro de Mídia Independente tem muitos projetos. Em primeiro lugar, há o site que pretende ser, não um projeto exclusivamente ligado à Internet, mas uma ponte entre a alta tecnologia (Internet) e as tecnologias tradicionais de mídia (principalmente informativo, rádio e jornal). A idéia é aliar as possibilidades técnicas da Internet à difusão de informações por meios tradicionais. Assim, por exemplo, são armazenados arquivos de áudio no site que são depois veiculados em rádios livres e comunitárias; alguns coletivos da rede CMI Brasil também elaboram boletins de notícias que são enviados para rádios que o utilizam como notícias radiofônicas comunitárias. O mesmo procedimento é utilizado na elaboração de jornais tradicionais, como o "Ação Direta", ou jornais-poste como o "CMI na Rua", "O POSTe" ou outro nome que escolherem informando os demais na rede. Os Centros de Mídia Independente também produzem periodicamente documentários. Alguns dos vídeos produzidos pela rede CMI Brasil foram "Não começou em Seattle, não vai terminar em Québec" (sobre protestos contra a ALCA em São Paulo), "Anita Garibaldi" (sobre a maior ocupação urbana do Brasil) e "Repórteres Populares" (sobre a formação de repórteres em movimentos sociais).

Como você pode participar

Você pode ajudar de várias maneiras dependendo da sua capacidade e da sua disponibilidade de tempo. Você pode apenas ser uma contribuidora ou contribuidor eventual, publicando de tempos em tempos artigos no site. Se você gosta de escrever e quer fazer reportagens investigativas e cobertura de eventos, você pode participar dos coletivos editoriais e de difusão. Você pode também ajudar com traduções periódicas. O Centro de Mídia Independente é uma rede mundial que produz uma grande quantidade de boas matérias e precisamos periodicamente de tradutoras e tradutores, tanto de línguas estrangeiras para o português, como do português para línguas estrangeiras. Se você entende um pouco de informática (sabe o que é um script, conhece PHP, Linux e coisas desse tipo), você pode oferecer auxílio técnico na manutenção do site e no

desenvolvimento do software que utilizamos (chamado de "Mir"). Você também pode se envolver com quaisquer dos projetos existentes ou ainda criar um novo.

Além disso, você pode entrar em contato diretamente com os coletivos locais já formados:

Em **Brasília**, escreva para brasil@midia independente.org.
 Em **Campinas**, escreva para campinas@midia independente.org ou acesse a página do coletivo de Campinas.
 Em **Florianópolis**, escreva para floripa@midia independente.org.
 Em **Fortaleza**, escreva para fortaleza@midia independente.org ou acesse a página do coletivo de Fortaleza.
 Em **Goiânia**, escreva para goiania@midia independente.org ou participe da reunião local.
 Em **Joinville**, escreva para joinville@midia independente.org.
 Em **Porto Alegre**, escreva para poa@midia independente.org ou cadastre seu endereço de email para receber os boletins eletrônicos enviados pelo coletivo.
 No **Rio de Janeiro**, escreva para rio@midia independente.org.
 Em **Salvador**, escreva para ssa@midia independente.org ou participe da reunião local que acontece todos os sábados, às 14h no Quilombo Cecília, rua do Passo, número 37, Pelourinho. Sendo que todo primeiro sábado do mês a reunião é itinerante e o local é divulgado na nossa lista.
 E em **São Paulo**, escreva para saopaulo@midia independente.org ou acesse a página do coletivo de São Paulo.
 CMI **Tefé** (AM): [/a>](#)
 Acesse o site: CMI e Rádio Livre

Em **outras cidades**, escreva para voluntarios@midia independente.org ou entre em contato com os novos coletivos, caso haja algum se formando na sua região:

Pré-CMI **ABC** (SP): abc@midia independente.org
 Pré-CMI **Aracaju** (SE): aracaju@midia independente.org
 Pré-CMI **Balneário Camboriú e Itajaí** (SC): bc-itajai@midia independente.org
 Pré-CMI **Belo Horizonte** (MG): bh@midia independente.org.
 Pré-CMI **Blumenau** (SC): blumenau@midia independente.org
 Pré-CMI **Caxias do Sul** (RS): caxias@midia independente.org
 Pré-CMI **Cuiabá** (MT): cuiaba@midia independente.org
 Pré-CMI **Curitiba** (PR): curitiba@midia independente.org
 Pré-CMI **Juiz de Fora** (MG): juizdefora@midia independente.org
 Pré-CMI **Manaus** (AM): cmi-manaus@listi.indymedia.org
 Pré-CMI **Ourinhos** (SP): ourinhos@midia independente.org
 CMI **Pan-Amazônico** : recife@midia independente.org
 Pré-CMI **São José dos Campos** (SP): saojose@midia independente.org
 Pré-CMI **São Luís** (MA): saoluis@midia independente.org
 Pré-CMI **Vitória** (ES): vitoria@midia independente.org

Para participar da lista de discussão da Rede CMI Brasil, cadastre-se em: <http://lists.indymedia.org/mailman/listinfo/cmi-brasil>

(Essa lista é utilizada *exclusivamente* para discutir assuntos relativos ao Centro de Mídia Independente.)

Para participar da lista de tradução de outras línguas para o português, e vice-versa, cadastre-se em:

<http://lists.indymedia.org/mailman/listinfo/www-pt>

Para participar das listas dos grupos de trabalho do CMI Brasil, cadastre-se clicando nos assuntos que lhe interessar: Áudio, Auxílio técnico, Boletim eletrônico de notícias, Fotografia, Impressos, Vídeo.

Ou cadastre-se nas listas de discussão locais. Listas dos coletivos da Rede CMI Brasil: Brasília, Campinas, Florianópolis, Fortaleza, Goânia, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

TeféPan-Amazônico, Listas dos coletivos em formação: ABC, Aracaju, Balneário Camboriú e Itajaí, Belo Horizonte, Blumenau, Caxias do Sul, Cuiabá, Curitiba, Juiz de Fora, Manaus, Ourinhos, Recife, São José dos Campos, São Luís, Vitória.

Política Editorial do CMI Brasil

O Centro de Mídia Independente (CMI) Brasil é uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários/as. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e mais justa e solidária; o CMI garante espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos.

Acreditamos estar rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática. Para isso, o CMI funciona com um mecanismo de publicação aberta e automática, colocando no ar notícias, artigos, comentários, fotos, áudios e vídeos. As produções não são modificadas, salvo a pedido do/a autor(a), ou quando pequenas formatações são necessárias para facilitar sua exibição.

São bem-vindas no CMI publicações que estejam de acordo com os princípios e objetivos da rede, como:

- relatos sobre o cotidiano dos/as oprimidos/as;
- relatos de novas formas de organização (como o Movimento Passe Livre, Movimento dos/as Trabalhadores/as Desempregados/as, as/os zapatistas no México, as/os piqueteiras/os na Argentina, as redes de economia solidária, etc.);
- denúncias contra o Estado e as corporações;
- iniciativas de comunicação independente (como rádios e TVs livres e comunitárias, murais e jornais de bairro, etc.);
- análises sobre a mídia;
- análises sobre movimentos sociais e formas de atuação política;
- produção audiovisual que vise a transformação da sociedade ou que retrate as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

O CMI defende a liberdade de conhecimento e de acesso a ele; para contribuir com a concretização destas liberdades, incentivamos o uso de softwares livres e a publicação em formatos livres (.ogg para áudio, .png para imagens, etc.) e em formatos proprietários públicos (.rtf e .pdf para textos, .mpg para vídeos, etc.).

Não incentivamos o uso de formatos proprietários (.doc para texto, .ppt para apresentação de slides, etc.). Da mesma maneira, todo o conteúdo do sítio é disponibilizado sob a licença de copyleft (ver rodapé da página inicial), a não ser que o/a autor(a) mencione o contrário no artigo.

Em função disso, esperamos uma atitude construtiva e tolerante entre os/as participantes do sítio; afinal, queremos juntar forças, não lutar entre nós.

Sobre os artigos escondidos

Os diversos abusos da publicação aberta como: publicação propositadamente repetida de artigos sem conteúdo, ou contrários aos princípios da rede CMI; publicação de mensagens das listas abertas do CMI como artigos; questionamentos à política editorial publicados como artigos e outros vários casos. Para continuarmos oferecendo informação crítica de acordo com os objetivos listados acima, o coletivo editorial do CMI se reserva o direito de deslocar da coluna de publicação aberta artigos que:

- Sejam de cunho racista, sexista, homofóbico ou em qualquer sentido discriminatórios;
- Contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos. (Consideramos que há uma diferença entre crítica e ofensa: na crítica, há uma demonstração argumentativa de algo com que não se concorda; numa ofensa não há demonstração argumentativa alguma, e sim ataques infundados);
- Façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- Tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras que fujam de nossas propostas políticas;
- Visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;
- Visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI. (Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em midia independente.org);
- Sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente;
- O/a autor(a) peça que sejam retirados;
- Sejam boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;
- Sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo;
- Estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente ([Sobre o CMI](#), nota de copyleft, etc.).

As publicações contrárias a esta política editorial não são apagadas do sítio. Esses artigos continuam disponíveis ao público na seção Artigos Escondidos. A transparência do processo editorial se reflete na lista do coletivo editorial, cujos arquivos são abertos ao

público ([Arquivo Lista Editorial](#)), que pode, assim, acompanhar as discussões do coletivo editorial e dar sugestões e críticas através do correio eletrônico contato@midia independente.org.

O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos da coluna de publicação aberta, especialmente quando há nelas dados suficientes para contatar o/a autor(a).

Coletivo editorial CMI Brasil

Perguntas e respostas sobre o *CMI*

Disponíveis em:
<[https://docs.indymedia.org/Local/RedeCMIBrasilFAQ#O que a Indymedia e como surgiu](https://docs.indymedia.org/Local/RedeCMIBrasilFAQ#O_que_a_Indymedia_e_como_surgiu)>.

Para mais informações, consultar o *Manual do CMI Brasil*, disponível em
<[https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilDocs#Ensaio e Pesquisas sobre o CMI](https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilDocs#Ensaio_e_Pesquisas_sobre_o_CMI)>;

e *Grupo de Trabalho de Processo*, disponível em
<<https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilProcesso>>

Para maiores informações sobre as publicações do *CMI*, consultar os *Editoriais de Aniversário do CMI*, disponíveis nos seguintes endereços:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/12/369669.shtml>>

<<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2007/12/407113.shtml>>

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/12/482910.shtml>>

Perguntas e respostas sobre o CMI

FAQ CMI BRASIL

- FAQ CMI BRASIL
 - O que é a Indymedia e como surgiu a rede

- Nossos objetivos
- Dúvidas frequentes sobre o CMI
 - 1- Por que as matérias ficam divididas em duas colunas?
 - 2 - Há censura no sítio do CMI Brasil? Como vocês procedem com notícias publicadas que desvirtuem os objetivos da Rede? Quais são os critérios para remover uma matéria do sítio?
 - 3 - Todos os artigos publicados no sítio do CMI são verdadeiros? Quem responde por informações erradas ou falsas publicadas no sítio?
 - 4 - Eu gostaria de utilizar os artigos publicados no sítio, isso é possível?
 - 5 Quero trabalhar para o CMI, para onde devo mandar meu currículo?
 - 6 - Quem financia o CMI? Quem faz as doações? Há alguma ressalva quanto a possíveis doadores?
 - 7 - Como organização, como o CMI se difere dos demais movimentos políticos partidários? Como é o processo de aprovação de determinadas questões?
 - 8 - Como funciona a lista de discussão do CMI? Há mais de uma? Ela é fechada a questões políticas ou permite discussões entre os integrantes?
 - 9 - Fale sobre a organização não-hierárquica do CMI. Como isso funciona na prática?
 - 10 - Vocês consideram que o trabalho que realizam é possível apenas graças à internet? O que possibilita que ele seja realizado em outras mídias?
 - 11 - Por que o CMI-Brasil não disponibiliza os arquivos de suas listas em servidores NNTP?
- Fonte

O que é a Indymedia e como surgiu a rede

O sítio do CMI Brasil faz parte de uma grande rede de coletivos espalhados pelo mundo que juntos formam a rede Indymedia.

Essa rede surgiu em Novembro de 1999, quando se organizavam os protestos de Seattle contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (N30). Nessa época, foi criado um espaço (en) para que vários veículos de mídia alternativa pudessem publicar seus textos, fotos, vídeos e sons e que outros veículos tivessem acesso e pudessem utilizar o material disponibilizado sem o pagamento de direitos autorais. Este acabou se tornando o primeiro sítio da rede Indymedia, que durante os protestos recebeu cerca de 1,5 milhão de visitas. Em Fevereiro de 2000, um pequeno coletivo do CMI foi formado em Washington D.C. para cobrir (en) o A16, protesto contra o Banco Mundial e o FMI. Depois disso, pedidos de várias partes do mundo de grupos interessados em formar um CMI começaram a aparecer. Hoje a Indymedia tem coletivos espalhados por todos os continentes, em mais de 90 cidades diferentes.

No Brasil tudo teve início com a cobertura do "Dia sem Compras", uma ação realizada no dia 23 de Dezembro de 2000 em um shopping de Belo Horizonte. Nesse período o CMI contava com poucos voluntários e foi apenas após um protesto contra a ALCA, ocorrido em 20 de Abril de 2001 em São Paulo, que o sítio passou a ser amplamente utilizado. Pessoas de vários estados começaram a colaborar, surgiu então a necessidade de nos organizarmos em coletivos separados por cidades, todos eles contribuindo para o mesmo sítio.

Atualmente, existem coletivos em Belo Horizonte, Brasília, Caxias do Sul (RS), Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Hoje a página do CMI Brasil já recebe mais de 20 mil visitas por dia. E novos grupos estão se formando por todo país. Nesta página você encontra o contato dos grupos já consolidados e dos que estão em formação.

Nossos objetivos

A rede CMI Brasil busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente.

O CMI Brasil quer dar voz aos que não têm voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses dos ricos e dos poderosos.

A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os "novos movimentos") e sobre as políticas às quais se opõem.

A estrutura do sítio na internet permite que qualquer um disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações.

Dúvidas frequentes sobre o CMI

1- Por que as matérias ficam divididas em duas colunas?

A coluna da direita é destinada à publicação aberta (en). Sons, vídeos, imagens e textos publicados por leitores/contribuintes do sítio são automaticamente disponibilizados nessa coluna e permanecem na página principal por um período médio de dois dias, enquanto vão sendo naturalmente substituídos por publicações mais novas. O conteúdo destes artigos nunca é editado ou modificado. Os artigos devem apenas respeitar a Política Editorial para permanecerem nesta parte.

A coluna do meio é produzida pelo coletivo editorial, um grupo composto por voluntários de todos os coletivos do CMI Brasil e portanto tem sua publicação restrita aos membros desse grupo. Isso não impede que você sugira e até mesmo produza seu próprio editorial, basta escrevê-lo e enviá-lo para cmi-brasil@lists.indymedia.org. Ele poderá sofrer pequenas adaptações, apenas para encaixá-lo no padrão dos demais editoriais, mas será publicado normalmente.

2 - Há censura no sítio do CMI Brasil? Como vocês procedem com notícias publicadas que desvirtuem os objetivos da Rede? Quais são os critérios para remover uma matéria do sítio?

Não há censura no CMI Brasil. Nós temos uma abrangente Política Editorial, que estará sempre sujeita a mudanças. As matérias publicadas que não se encaixarem nessa política (matérias de cunho racista, homofóbico, propagandas de partido ou religiosas, etc.) serão

retiradas da coluna da direita do sítio, mas ainda assim poderão ser vistas por qualquer um que acessar a sessão de artigos escondidos, como costumamos chamá-los. Para retirar uma matéria da coluna da direita, o voluntário que considerar que ela não se encaixa em nossa Política Editorial deve avisar os demais voluntários do coletivo editorial a respeito. Se a opinião não for consenso entre o coletivo, a matéria permanece publicada na coluna da direita enquanto discute-se a respeito.

3 - Todos os artigos publicados no sítio do CMI são verdadeiros? Quem responde por informações erradas ou falsas publicadas no sítio?

Tudo que a Rede Globo divulga é verdade? A resposta para essa pergunta vai depender da sua interpretação, crítica e análise dos fatos. Não é objetivo do CMI ser uma mídia neutra ou imparcial, temos vínculo apenas com a pluralidade. Por isso, disponibilizamos uma ferramenta onde inúmeras versões sobre um mesmo fato podem ser divulgadas.

Dessa forma, o CMI Brasil assume completa responsabilidade pelos artigos produzidos pelo coletivo editorial e publicados na coluna central da página. Quanto aos artigos publicados na coluna da direita (leia, de publicação aberta) apenas o autor do artigo em questão é responsável por ele. De qualquer forma, o autor pode preferir omitir sua identidade.

4 - Eu gostaria de utilizar os artigos publicados no sítio, isso é possível?

Sim, a menos que o autor informe o contrário, todos os artigos publicados no CMI respeitam a política de copyleft:

"É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída."

Respeitando os termos acima a distribuição do artigo é livre, dentro e fora da internet.

5 Quero trabalhar para o CMI, para onde devo mandar meu currículo?

O trabalho voluntário é um dos princípios da rede Indymedia, portanto ninguém recebe por trabalhar para o CMI. Porém, todos são encorajados a se tornarem voluntários. Não existe nenhum tipo de restrição e a ajuda pode ser dada em muitas áreas diferentes.

6 - Quem financia o CMI? Quem faz as doações? Há alguma ressalva quanto a possíveis doadores?

O CMI é um projeto, como o próprio nome diz, de mídia independente. Para mantermos nossa autonomia e independência, não aceitamos parcerias com qualquer tipo de empresa ou com o Estado. Sabemos que desde sempre, o Estado constituiu um grande órgão manipulador da mídia, colocando-a contra o fluxo e a distribuição da informação. O que deveria ser um veículo para informar e instruir os indivíduos, acabou sendo mais uma forma de manipulação do Estado sobre esses indivíduos. Desde a década de 80, percebemos que quem entrou "de sola" na mídia, foram as corporações, que por meio de seus anúncios milionários e com as compras de grandes conglomerados de mídia, puderam influenciar mais ainda os veículos de mídia e dar continuidade ao cerceamento da liberdade de imprensa já iniciado pelo Estado. As instituições que financiavam esses

veículos de imprensa, ou mesmo os donos desses veículos, eram empresas que tinham interesse que determinadas informações não fossem passadas, que alguns fatos não fossem apresentados em sua íntegra ou que alguns outros fatos deveriam ser apresentados de forma a influenciar o ponto de vista dos indivíduos para determinada situação. Os fatos acima claramente mostram que o envolvimento da mídia com os poderes governamentais e empresariais acabam com a liberdade de imprensa.

O CMI se autosustenta. O que acontece algumas vezes é que recebemos doações e a doação feita pela banda Chumbawamba foi um exemplo disso. Eles receberam uma proposta da GM para utilizar uma de suas músicas num comercial e aceitaram. O valor recebido foi de USD 100.000. Quarenta por cento ficou com o empresário e os 60% restantes eles doaram metade para a rede global do CMI e a outra metade para um outro grupo, o Reclaim the Streets. Recebemos USD 30.000.

Outro exemplo foi algum tempo atrás quando a Ford nos procurou querendo doar um valor altíssimo de dinheiro e chegou-se a pensar em fazer um encontro mundial do CMI, mas depois de diversas discussões e análises da proposta da Ford, resolvemos não aceitar.

Toda contribuição que tivermos, não poderá nos deixar vinculados ao doador por qualquer motivo. Não vamos nos envolver com nada comercial também. Qualquer proposta será avaliada e quando chegarmos a um consenso, aceitamos ou não. O que não vamos aceitar é algo que comprometa nossa autonomia e nossa independência.

7 - Como organização, como o CMI se difere dos demais movimentos políticos partidários? Como é o processo de aprovação de determinadas questões?

O CMI pode ser considerado como um grupo político de mídia que tem entre seus objetivos a democratização da comunicação, para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio-ambiente. O CMI funciona como uma ferramenta para a comunicação entre diversos movimentos políticos/sociais, que podem atuar em diversos campos e de diversas formas. É por isso que a publicação aberta é o ponto forte do sítio, pois permite que qualquer um publique sua notícia.

Todo o processo de decisão no CMI é por consenso. Entendemos que quando uma proposta chega ou temos que resolver algum problema, a melhor maneira de resolvermos isso é nos sentarmos e discutirmos sobre essa questão. Ouvimos opiniões diversas, analisamos, até chegarmos numa decisão coletiva, em que todos podem ser ouvidos e suas opiniões respeitadas. Deste modo, opiniões diferentes são ouvidas e não são isoladas, elas acabam convergindo para a formação de uma proposta final, na qual todos estão de acordo, ou seja, há um consenso entre as pessoas. Isso acontece geralmente em reuniões abertas que os coletivos fazem semanalmente cara-a-cara, mas também podem ser resolvidas por listas de discussão na internet ou via IRC mesmo.

8 - Como funciona a lista de discussão do CMI? Há mais de uma? Ela é fechada a questões políticas ou permite discussões entre os integrantes?

O CMI possui muitas listas, e a quantidade de listas varia entre os CMIs e os projetos que cada um desenvolve. Existem listas dedicadas ao trabalho em rede, listas de tradução, listas editoriais, listas para projetos impressos ou em vídeo. Uma boa amostra disso você

encontra [aqui](#), onde as listas do CMI podem ser acessadas. A maioria delas é aberta, para que o processo de decisão seja aberto e transparente.

As listas **NÃO** são fechadas a questões políticas ou qualquer outra questão, mas procura-se manter o foco no trabalho em rede do CMI.

9 - Fale sobre a organização não-hierárquica do CMI. Como isso funciona na prática?

Seja através da internet ou em reuniões presenciais, todos tem o mesmo poder de opinião, de decisão, de voz. Não interessa se a pessoa participa há muito ou pouco tempo, se ela é mais velha ou não, se entende mais disso ou daquilo, todos podem falar e questionar, as questões são sempre levadas a discussões que caminhem para um consenso entre os envolvidos, sem que alguém decida pelo coletivo, sem que alguém mande em alguma coisa. Na prática funciona, seja em escala local ou global, com princípios fundamentados no respeito ao indivíduo. Simplesmente funciona, não há muito segredo. Qualquer um está convidado a participar de nossas reuniões (elas são abertas) e ver como funciona, não tem nenhuma fórmula mágica.

10 - Vocês consideram que o trabalho que realizam é possível apenas graças à internet? O que possibilita que ele seja realizado em outras mídias?

O CMI nasceu graças à internet, mas hoje já atinge vários outros tipos de mídia. Quando o primeiro sítio surgiu, durante os protestos em Novembro de 1999 em Seattle, ele acabou sendo apropriado pelas pessoas que começaram a publicar seus relatos, suas fotos, textos, vídeos, etc., e assim nascia a rede do CMI na qual quaisquer pessoas poderiam publicar e ter acesso ao material do sítio sem copyright, desde que respeitassem nossa política de copyleft (É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída).

Hoje o CMI não se limita só à internet. Temos vários outros projetos como o de dar condição para a criação de cybercafés em todo Brasil. O CMI São Paulo, por exemplo, já passou por esse experiência duas vezes, primeiro quando montou um cybercafé num instituto anarquista e depois em uma ocupação na Av. 9 de Julho, ambos desativados no momento. Existe também o jornal impresso, jornal de poste para colar nas ruas, rádios, vídeos e muitos outros.

11 - Por que o CMI-Brasil não disponibiliza os arquivos de suas listas em servidores NNTP?

Tendo como base essa [thread de discussão da lista Brasil-Tech](#)

Como trabalhamos com política e o mundo não é controlado por nós :/, não é raro termos casos de perseguição a supostos membros deste ou daquele grupo, e isso inclui o Indymedia, por isso tentamos cuidar ao máximo de nossa segurança e da segurança dos grupos que estão envolvidos direta ou indiretamente com a Rede Indymedia, dessa forma possuímos nossos próprios servidores de listas, servidores de hospedagem, e do que mais for necessário, de forma a termos o total controle sobre nossas erramentas, isso não só garante nossa autonomia, como também parte da nossa segurança. É muito comum recebermos solicitações de voluntários/as antigos ou novos ou mesmo de pessoas que postaram alguma coisa em nossas listas, pedindo para que tal dado seja

removido, e de forma a preservar a identidade da pessoa atendemos prontamente os pedidos que chegam. Pelo que entendo os servidores de NNTP preservam as informações, estou certa? e como no caso não controlaríamos os arquivos da lista, já que a mesma estaria espelhada em um servidor de fora como atenderíamos as solicitações de remoção de conteúdo?

Outro ponto a ser considerado é a maior frequência de spam em nossas listas, frequência essa que já não é pequena, imagino como dever ficar com tal divulgação.

Além de por final esse tipo de serviço colaborar para a mineração de dados dentro das listas o que definitivamente não é nada interessante para grupos como a Rede Indymedia, esse tipo de serviço pode parecer interessante por facilitar a busca por determinado assunto dentro de x listas, mas infelizmente ele não é utilizado apenas por pessoas legais que querem colaborar com o desenvolvimento de tal projeto.

Esse tipo de serviço pode ser utilizado para mapear com qual frequência fulano ou ciclano envia emails para lista, se fulano responde todos os emails, e assim traçar o perfil das pessoas que participam da lista de forma a buscar as pessoas mais ativas, enfim sei que isso tudo pode e já deve estar sendo feito mesmo sem as listas no NNTP, mas acredito que o fato da lista estar no NNTP facilitaria esse tipo de processo.

A lista já é aberta, possui arquivos públicos de fácil acesso, não precisamos entregar mais informações assim de bandeja, né?

Fonte

Muitas das perguntas e respostas acima foram retiradas de entrevistas que voluntários do CMI deram à jornalistas e estudantes interessados no nosso trabalho. Algumas dessas entrevistas você pode ler na íntegra, através dos links abaixo.

Se você realizou uma pesquisa sobre o CMI e deseja disponibilizá-la para que outros possam consultá-la, envie-a para contato@midiaindependente.org.

Entrevista à revista Play, #5, Setembro de 2002, Editora Conrad

Entrevista sobre Cyber Democracia, utilizada em um mestrado no final de 2002

[FAQ do CMI global](#)

Entrevista ao jornal Gazeta de Vitória - ES, Outubro de 2002

Entrevista sobre Cyber Democracia, utilizada em um mestrado no final de 2002

[Artigo da Folha de São Paulo, 31 de julho de 2002](#)

C) Documentos de base de *Desinformémonos*.

Disponíveis em: <<http://desinformemonos.org/quienes-somos/>>

Quiénes somos

Somos un espacio de comunicación global sin fines de lucro, basado en la unión de muchas y diferentes voluntades. Un espacio que se une a un esfuerzo de medios autónomos que, afortunadamente, ya existe y sigue creciendo.

Somos un espacio con información del campo, los barrios, los centros de estudios, las fábricas y las comunidades indígenas. Un espacio de las calles y llanos, con testimonios de hombres y mujeres invisibles para los grandes medios de comunicación masiva: migrantes, indígenas, refugiados, artistas, trabajadoras sexuales, niños y niñas que viven en las calles, campesinos, obreros, estudiantes y un largo etcétera conformado por las clases desposeídas, Los Nadies, como los nombra el escritor uruguayo Eduardo Galeano.

Desinformémonos es un espacio virtual en formato revista con una periodicidad semanal. Aquí no nos proponemos un periodismo neutral ni falsamente objetivo. Nos asumimos como un espacio de abajo y a la izquierda, fuera del poder y de los poderosos, por la autonomía y por el derecho de los pueblos a decidir su propio destino. Un medio para la esperanza y no para el falso optimismo, para el sueño y la construcción y no para la victimización del movimiento.

Desinformémonos nace el 15 de octubre de 2009 y crece como un proyecto de comunicación autónoma, libre e independiente, conformado por un equipo de comunicadores, personas de los movimientos sociales, intelectuales y académicos, hombres y mujeres de varias generaciones que, como nosotros, buscan construir un espacio de expresión en y desde México, donde se aloja la casa matriz; con integrantes del Consejo Editorial en Argentina, Brasil, Francia, España, Italia y Alemania; y con colaboradores en Bolivia, Uruguay, Chile, Ecuador, Venezuela, Colombia, Bélgica, Grecia, Honduras, Japón, Mozambique, Turquía, Palestina, India, Tailandia, Birmania, Ucrania y Vietnam, entre otros rincones del mundo.

El nombre de *Desinformémonos* lo pedimos prestado al gran poeta y luchador uruguayo Mario Benedetti. Se trata de un poema que, con humor e ironía, deshilvana el mundo de la información desde arriba, para concluir con un verso que nos da sentido y horizonte:

desinformémonos				hermanos
hasta	que	el	cuerpo	aguante
y	cuando	ya	no	aguante
entonces				decidámonos,
carajo				decidámonos
y revolucionémonos.				

Nuestras Secciones

Cada número de *Desinformémonos* se conforma de secciones que animan nuestro pensamiento y desarrollo:

Reportajes:

La documentación y el trabajo de campo sobre las luchas y resistencias de los movimientos sociales que se mueven abajo y a la izquierda, son parte fundamental del proyecto de *Desinformémonos*

La defensa de la tierra, la lucha contra la explotación sexual, los movimientos que se oponen a los megaproyectos, las luchas estudiantiles, las de migrantes y trabajadores y las de los indignados del mundo, entre otras muchas historias, encuentran aquí un espacio en el que se privilegian los testimonios de los protagonistas, más que la opinión o interpretación de quien escribe.

Los Nadies:

Para *Desinformémonos* las historias de abajo son el horizonte, la mirada y el espejo en el que, sin duda, nos reflejamos.

Esta sección está dedicada a los relatos en primera persona. Se trata de testimonios de vida de cualquier persona en cualquier parte del mundo, los y las que caminan a pie por la vida y, como diría el escritor Eduardo Galeano, muchas veces “valen menos que la bala que los mata”.

Cada uno de estos testimonios es escrito por la persona que lo ofrece, o recogido en entrevistas o charlas informales por algún o alguna *desinformadora*. Tienen la característica de que son historias provenientes directamente del país de origen. Muchos de estos testimonios son en sí mismos todo un reportaje de alguna situación específica.

Los Nuestros:

Desinformémonos es un espacio para la conversación entre pensadores de izquierda en el mundo. Un lugar donde convergen las ideas y es posible debatir en torno a ellas. Esta sección está integrada por artículos, ensayos o entrevistas a pensadoras y pensadores que cuestionan el poder, estudian o trabajan dentro de las experiencias autónomas y contribuyen a la construcción de espacios comunitarios.

La sección fue inaugurada por el escritor uruguayo Eduardo Galeano, y han participado en este espacio Jonh Berger, Fray Betto, John Holloway, Luis Villoro, Oscar Olivera, Hugo Blanco, Arundhaty Roy, Laura Carlsen, Moira Millán, Mumia Abu Jamal,

Immanuel Wallerstein y Marcos Roitman, entre otros intelectuales y luchadores que han compartido con *Desinformémonos* su pensamiento y experiencia.

Autonomías:

Este espacio alberga experiencias locales, grandes o pequeñas, que no miran hacia arriba, no esperan nada de los gobiernos, se mantienen de manera autogestiva y son un ejemplo de que otro mundo no sólo está en construcción, sino que ya existe.

Las fábricas recuperadas de Argentina, espacios libertarios en México, los municipios autónomos zapatistas, proyectos de permacultura, bibliotecas, talleres, centros sociales, entre otras experiencias, se van sumando a este espacio que, afortunadamente, va creciendo.

Imagina en Resistencia:

En este espacio compartimos las experiencias de quienes ven en la cultura un medio de lucha y resistencia.

Aquí la forma de relatar es abierta, según las manifestaciones culturales de que se trate: un poema, un video, el audio de una música combativa acompañado de su letra o el relato, a modo de reportaje, de las experiencias que utilizan la cultura como forma de expresarse, comunicarse y rebelarse. El rap de los barrios de Colombia, los saraus en las periferias de Brasil, las experiencias de editoras cartoneras en Argentina, recorridos por el hip hop en América Latina y el reggae en México, entre otras manifestaciones culturales y artísticas, son ejemplos del material que presentamos en esta sección.

Multimedia:

Fotoreportaje:

El propósito de esta sección es contar una historia a través de imágenes y acompañarlas con un texto sencillo que complemente lo que las fotografías relatan. Esta producción es acompañada de música relacionada con el tema. La imagen para *Desinformémonos* es tan valiosa como un reportaje o un artículo.

Video:

Las luchas y movilizaciones que se cuentan desde abajo son presentadas en videos de corta duración. Nos hemos encontrados con una gran cantidad de videoastas profesionales y amateurs que toman la cámara como un recurso de expresión y de lucha. Todos esos materiales tienen un espacio asegurado en nuestra revista.

Audio:

Las cápsulas de radio son un material de fácil acceso a comunidades y centros de estudio. La propuesta es que los audios puedan ser utilizados por las radios comunitarias y barriales, y se difunda la información hasta los rincones más distantes, en los que no siempre la lectura o el video son una opción. Aquí, como en la mayor parte de los

materiales, las voces de los y las protagonistas de las historias de abajo son lo más importante, además de la música que ayuda a contar una historia.

“La resistencia está en saber escuchar a la tierra”, nos dijo John Berger en los inicios de este proyecto. Y es ahí, abajo, donde vamos encontrando las respuestas. Berger también nos recomendó en ese momento fundacional “no confundir la intención deliberada de desinformarnos con el estar desinformado”.

Y en esas estamos.

Revista Comunitaria y Barrial

En este momento *Desinformémonos* es fundamentalmente digital y multimedia, pero tomando en cuenta que el público al que deseamos llegar no siempre tiene internet, y en muchas comunidades rurales no siquiera cuentan con luz eléctrica, diseñamos una revista en formato PDF tamaño carta, lista para descargarse, distribuirse, pegarse como periódico mural en escuelas, centros de trabajo, lugares públicos, espacios comunitarios, etcétera.

Esta revista tiene la particularidad de que se presenta en seis idiomas: español, inglés, portugués, italiano, alemán y francés, gracias a la enorme colaboración de más de 50 traductores y correctores que realizan este trabajo con una periodicidad bimestral.

¿A dónde llegamos?

Gracias a las múltiples colaboraciones de diversas ciudades del mundo, y al trabajo de traducción, actualmente *Desinformémonos* cuenta con visitas provenientes de cientos de ciudades y localidades de 125 países del mundo:

Específicamente en México tenemos el registro de 262 ciudades de los 32 estados del país. En Brasil, el segundo país del que llegan más lectores, contamos con presencia en 352 ciudades. España, Estados Unidos, Argentina, Italia, Francia, Chile, Colombia y Alemania, son los países que siguen en la estadística con mayor número de visitas, aunque también hay entradas desde países como Rusia, Filipinas, Marruecos, Nigeria, Tailandia y Australia y Nueva Zelanda.

Anexo V

Amostra de texto, com o subsequente debate entre os leitores.

***Observação:** anexamos o texto com os debates e a mesma estrutura de formatação em que se encontra disponível no seu respectivo endereço eletrônico. Devido à grande extensão de páginas ocupada por estes textos com seus debates anexos, optamos por aqui anexar apenas um texto com debate, como amostra de nossa fonte de análise. Recomendamos aos leitores, também, a leitura do debate “A esquerda fora do eixo”, de 17 de junho de 2011, disponível em <<http://passapalavra.info/2011/06/41221>>, que, de forma surpreendente, produziu 161 comentários dos leitores até a data de escrita deste trabalho. Entretanto, a imensa extensão deste debate, que excedeu as cinquenta páginas, impediu-nos de anexá-lo.*

Será o camponês um mito?

Disponível em <<http://passapalavra.info/2012/01/50981>>.

12 de janeiro de 2012

Categoria: Ideias & Debates

Comentar | Imprimir

*Este é um artigo-resposta a João Bernardo, assim como para aqueles que pensam que tentar compreender a relação entre mundo natural e o ser humano é reproduzir discursos conservadores.***Por Mix**

Volta e meia aparecem textos e pessoas escrevendo sobre o campesinato: a mitificação e romantização do campesinato, como eles contribuem diretamente para a reprodução do capital, etc. João Bernardo, em uma série publicada no site do *Passa Palavra*, trata o mundo agrário, o mito da natureza, o bom selvagem, o campesinato no fascismo italiano e no nazismo alemão, como também a questão da agricultura familiar e da agroecologia. Algumas de suas críticas são válidas; contudo, quando nos propomos a falar de tantos temas, como assim o fez Bernardo, corremos o risco de cometermos enganos e, ao meu ver, a generalização é um deles.

Em certa medida este é um artigo-resposta a João Bernardo, assim como para aqueles que pensam que tentar compreender a relação entre mundo natural, como diria Élisée Reclus, e o ser humano é reproduzir discursos conservadores. Ou que pensar a campesinidade e a vida camponesa, não pensando-as como entrave ao avanço do desenvolvimento

humano, é mitificá-las e, mais que isso, é querer conservar intocada uma forma de existência.

O capitalismo desde que surgiu tem sido capaz de absorver muitas práticas contestatórias, como o fez – também e não só – com a questão ecológica, mas não podemos compreender esta questão, assim como a agroecologia, somente pela visão capitalista e seu decorrente discurso do desenvolvimento sustentável. Não podemos e nem devemos colocar tudo no mesmo saco e dizer que é tudo a mesma coisa, tudo é igual, isso se torna bem problemático, as generalizações.

O ser humano historicamente e espacialmente tem se relacionado de forma direta com o mundo natural porque depende dele para reprodução de sua vida, para sua criação, etc. Assim, o ser humano estabeleceu, durante séculos, relações diversas com este meio, que nem sempre se constituíram de maneira harmoniosa. A questão é que a sociedade hegemonicamente capitalista possibilitou a constituição de uma sociedade outra, a urbanizada, pautada por outros valores, que, além do domínio do mundo natural, eliminou-o. Nos é difícil apontar para um equilíbrio da natureza e da sociedade se não podemos falar de uma única sociedade, mas de sociedades, no plural. Cada qual se relacionando com o mundo natural de uma forma diferente ou, muitas vezes, de igual maneira.

Por isso, os casos que João Bernardo menciona em seus artigos são casos específicos (Alemanha e Itália), que podemos apontar outros tantos em que o campesinato foi um dos impulsionadores de revoluções socialistas libertárias, e nos parece que o contexto em que o autor está inserido não é o latino-americano, nem o brasileiro, que, portanto, conserva

similaridades, mas também muitas particularidades. Desta maneira, torna-se mais complicado compreender o mundo agrário brasileiro pela ótica europeia.

No Brasil, o caipira, o caíçara, o sertanejo são os que vão constituir o campesinato, mas não podemos deixar de mencionar os quilombolas, ribeirinhos, que fazem parte deste mundo agrário.

Não se trata de dizer que estes grupos são revolucionários por excelência, nem intencionar conservar suas culturas intactas. Tanto porque tudo se transforma, na sociedade, na vida cotidiana, no mundo natural; tudo está em constante transformação, as espécies se misturam, algumas surgem, outras desaparecem e outras se transformam. Mas trata-se de compreender o campesinato, sua cultura e relações sociais, por eles próprios, não com o olhar daquele que vem do mundo urbanizado ou intelectual, mas se reconhecendo como parte do outro, enquanto ser humano. No Brasil, a sociedade urbanizada teve um grande papel em reduzir o camponês e a camponesa àquele que é o atraso do desenvolvimento econômico e social, com suas tradições primitivas, e nós, enquanto militantes que assumimos o lado daqueles que não mais querem ser explorados, precisamos cuidar para não reafirmar discursos deste porte, necessitamos construir sim a crítica, analisar, mas não anular a luta daqueles que estão morrendo na luta contra concentração de terra, contra o controle das sementes, entre outras lutas mais.

O capitalismo e o Estado, no decorrer da história, foram tomando o controle não só do trabalho, mas também dos aspectos cotidianos de nossas vidas, e ainda o tentam. O trabalho, o conhecimento, a educação, a saúde; fomos perdendo nossas faculdades e nossa autonomia em diversos aspectos, e estes atribuídos a terceiros. Assim, não temos mais a sensibilidade do trabalhar a terra (sem dizer a sensibilidade do trabalho propriamente dito), compra-se alimentos cada vez mais envenenados, o cuidado com a saúde diz respeito ao Estado, aos grandes planos de saúde e à indústria farmacêutica. Aqui em São Paulo, até pouco tempo, os e as avós conheciam remédios naturais para o tratamento de diversas doenças, os partos eram realizados em casa por parteiras que transmitiam seu conhecimento geração após geração, hoje nos deparamos com a crescente medicalização da vida. Isso, em certa medida, possibilitava espaços de autonomia em relação ao capitalismo e ao Estado, eram aspectos da vida que se tinha controle individual e coletivo. Como já colocado anteriormente, não se trata de romantizar a cultura camponesa, ou de se colocar contra os ditos “avanços” da ciência, mas de ressaltar que em nome dessa sociedade moderna urbanizada-tecnológica-científica, deixamos de ser sensíveis a outras culturas, não enxergando a importância que essas culturas têm, em termos de conhecimento, se queremos realmente uma sociedade sem Estado e sem capitalismo. O pior é que, para além da sensibilidade de enxergá-las, as anulamos. Elas persistem em (re)existir apesar do capitalismo, mesmo que inseridas nesse sistema hegemônico e com suas constantes transformações, insistem em incomodar os grandes proprietários de terra, as grandes indústrias e supermercados. O controle social também passa pelo controle da vida cotidiana (pública e privada).

João Bernardo diz que novas tecnologias surgiram para resolver desequilíbrios, tal como o carvão para resolver o desequilíbrio provocado pelo regime senhorial (madeiras usadas para construções e fabrico); eu diria que o carvão não aparece para resolver um desequilíbrio, mas para agilizar a produção capitalista, pois sabe-se que o carvão mineral chega a temperaturas maiores que o carvão vegetal, tornando possível o manuseio do ferro, por exemplo. Além disso, essa resolução do desequilíbrio não veio de uma

necessidade da parte explorada da sociedade, mas de uma parte que necessitava reproduzir e acumular seu capital.

A indústria não existe *per si*, ela precisa da matéria-prima retirada do meio natural; o problema é que se produz mais que o necessário, se criam sempre novas necessidades e novas mercadorias “indispensáveis” à vida de cada um, ou melhor, daqueles que podem comprar (e daqueles que não podem também, o cartão de crédito está aí para isso). E assim, em nome dessa indústria, desse avanço e progresso, que não é realizado para a reprodução da vida, mas para acumulação de capital, é que estão acabando com o mundo natural, estão acabando com as pessoas.

Por isto, encontrei bem problemática a comparação que se fez dos povos pré-históricos e sua intervenção no mundo natural. Os povos pré-históricos, até onde conhecemos, eram nômades, esgotavam tudo que necessitavam de um local e partiam para outro, colocavam fogo na mata como meio de “caçar” animais, etc. Naquela época o mundo parecia infinitamente utilizável, além de haver a possibilidade de recuperação “natural” daquele mundo. Diferente deste mundo pretérito, com o qual nos deparamos atualmente. A cultura (no seu sentido mais amplo) é cumulativa, como já dito, as sociedades não são imutáveis, a natureza não é imutável, ela acumula, se transforma, se complementa, se torna outra coisa.

Assim, não queremos romantizar a vida camponesa, que, inserida neste mundo mais amplo, também é cheia de problemas; mas também não queremos romantizar e valorizar a vida urbanizada, nem a “evolução” científica, tal qual como nos é disposta; mas pretendemos denunciar o controle, muitas vezes, silencioso do Estado e do capitalismo não somente em nossas vidas, mas também social, que direciona a economia e as sociedades para aquilo que lhes interessa. É por isso que muitas vezes eles conseguem se apropriar de lutas e discursos, como foi e é a questão ecológica. A ideia hegemônica é a do desenvolvimento sustentável, da agricultura familiar e orgânica, o capitalismo em sua co-ação com o Estado é capaz de se apropriar de lutas revolucionárias anticapitalistas e de transformá-las em lutas reformistas. Isso é uma falha que é nossa também. Murray Bookchin já dizia que seria impossível uma sociedade realmente ecológica dentro do capitalismo. Élisée Reclus falava da importância do camponês e de seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que se colocava contra essa sociedade capitalista e controlada pelo Estado. Mas o discurso colocado nos quatro cantos do mundo é o da sustentabilidade dentro da sociedade da exploração.

No contexto brasileiro, os homens e mulheres do campo podem ser muitos, porque este conceito é muito generalizante. Pode ser um grande proprietário que possui 450 alqueires de terra com monoculturas, com irrigação por pivô central e uso de agroquímicos, como também pessoas que arrendam a terra para reprodução da vida ou que recebem um pedacinho de terra para sua plantação do grande proprietário; estes plantam parte do que comem, produzem leite e queijo para eles mesmos, sendo o excedente trocado ou vendido no armazém da vila ou na cidade. Casos que encontramos no campo paulista. É importante também compreender que o campesinato brasileiro não se restringe ao MST, e que a direção nacional do MST não são aqueles que constroem a luta no seu dia a dia, apesar de diversas questões que poderíamos apontar em relação a um movimento hierárquico, mas que podem ficar para um outro momento.

Ainda neste conjunto de três artigos, João Bernardo expõe dois casos, o da Itália fascista e o da Alemanha nazista, e como estes Estados usaram a ideia do tradicionalismo camponês e da agricultura familiar nesse contexto do fascismo e do nazismo (vale a pena ler os artigos). Em contrapartida, gostaria de recordar outros casos e experiências em que foram os camponeses e camponesas aqueles que acenderam a primeira faísca, aqueles que se levantaram contra o poder estabelecido e, se não realizaram, contribuíram de maneira essencial para o estabelecimento de revoluções sociais que tornaram possíveis outras formas de viver e organizar-se socialmente, quase que concomitantes aos citados por Bernardo. É preciso lembrar, assim acredito eu, que as transformações sociais só são e serão possíveis de se realizar se ocorrerem no conjunto da sociedade concomitante à construção de um novo ser humano.

O socialismo, ao contrário do que diz João Bernardo, não nasceu “da compreensão de que a produção industrial de massa e a aplicação dos princípios da indústria ao campo proporcionam a satisfação de todas as necessidades materiais e tornam possível o desenvolvimento de uma civilização em que ficará ultrapassada a luta pela sobrevivência.”, mas sim como produto de uma sociedade brutalmente desigual que foi se estruturando na medida em que o capitalismo se desenvolvia em sua forma industrial, numa sociedade moderna com valores pautados pela industrialização e pela busca desenfreada do desenvolvimento e do progresso.

Por isso referenciamos a Revolução Mexicana de 1910, levada a cabo por camponeses indígenas em conjunto com operários. Luta que serviu de base para o levante zapatista de 1994. A Revolução Russa, que, antes de passar às mãos dos bolcheviques, foi colocada em prática pelos soviets e mir numa Rússia essencialmente agrária; lembremos dos camponeses e camponesas ucranianas, mas também do campesinato que, cansado das injustiças sociais sofridas tanto pelo império quanto pela república, fez sua revolução, tomando terras, produzindo, coletivizando. E, claro, não poderia deixar de mencionar a Revolução Espanhola, levada a cabo no conjunto da sociedade por camponeses e operários, que foram capazes não só de lutar contra o poder estabelecido, mas de construir uma outra sociedade; terras e fábricas foram coletivizadas, autogeridas, trabalhos coletivizados, em algumas províncias o dinheiro foi abolido, assim como o princípio de propriedade privada e herança. Eram camponeses que viviam a exploração e encontraram um outro sentido na coletivização, que mesmo antes da Revolução já era praticada nos *pueblos* espanhóis; eles já experimentavam, pela necessidade, outra forma de relação interpessoal, mostrando que outro mundo era possível, e que este mundo não se restringia simplesmente ao âmbito, mas cultura como um todo; lembremos que ali foi o berço das Escolas Modernas. Do desenvolvimento de uma cultura que se diferenciava do restante da Europa ocidental.

Essas Revoluções servem para conhecermos, mas, mais que tudo, para aprendermos; muitas lutas podem ser apropriadas pelo capitalismo. Muitas derrotas podem ocorrer quando se está lutando contra o poder estabelecido, mas para além disso, essas Revoluções, que não têm muito lugar na história, na sociologia, na geografia, etc, serviram para provar que para lutar contra a exploração, contra o poder hierarquizado, não existe um momento exato, não é aquele do tempo futuro, mas o hoje, o tempo presente.

Muitas das críticas apontadas por Bernardo, como o mito do bom selvagem, esse conservacionismo do indígena pela antropologia, “o mito da natureza intocada”, nos colocamos de acordo; mas, por um outro lado, a generalização, seja dos conceitos, das sociedades, das formas de vida, torna-se um limitante para não perceber aspectos de resistência na ecologia radical e libertária, no campesinato, apesar daquilo que o capitalismo e o Estado têm feito. Não se trata de dizer que a crítica não deve ser realizada, mas deve-se tomar cuidado para não se anular aquilo que, pela sua existência, também aparece como parte da resistência.

Em um certo momento você diz que a agroecologia seria “condenar a população a escassez”. Mas, de fato, de que população você está falando? Da população do continente

africano? Da população palestina? Da população nordestina e indígena brasileira? Dos milhares de miseráveis existentes pelo mundo? Porque estas pessoas já estão condenadas à escassez há centenas de anos; quando o conseguem, reproduzem sua vida no limite.

Pensar que a “agroecologia se identifica com um socialismo da miséria” também é um equívoco, talvez de alguém que pouco tenha lido sobre o assunto, ou visto e realizado práticas na agroecologia. Esta possibilita o plantio sem uso de agroquímicos, sem a contaminação das sementes, mais que isso, a agroecologia limita o controle da alimentação e das sementes pela indústria de agroquímicos, que é farmacêutica e alimentícia ao mesmo tempo. O camponês e a camponesa podem não ter em sua casa comida congelada sempre, ou ir a restaurantes com vários tipos de comida para poder jantar fora aos finais de semana, mas muitos vivem bem com o que produzem, têm diversidade de folhas, frutas, vegetais, alguns leite e queijo.

Não podemos pensar em qualquer transformação social se não levarmos em conta os outros muitos aspectos dos quais depende tal transformação. A mudança de relação entre as pessoas, entre nós e a terra, entre nós e os animais. A monocultura serve ao capitalismo, mas não às pessoas e a uma sociedade com outros valores. Ela só é possível por conta das transgenias produzidas em laboratório e dos agroquímicos. É isso que queremos reproduzir? A indústria de produção de mercadorias homogêneas e em massa serve a acumulação de capital, mas não a um outro mundo. Pouco tenho a intenção de defender uma revolução mundial, porque estas algumas vezes também conservam uma generalização e uma homogeneidade, mas as Revoluções acontecem porque respondem às necessidades e rebeldias individuais e sociais. E nisto estou com os zapatistas, eu desejo “um mundo onde caibam outros mundos”, ou como dizia Élisée Reclus: um lugar onde as necessidades e expectativas de todos e todas sejam ouvidas.

Nos falta enxergar um pouco mais aquilo que é pequeno, que é menor que quase tudo, mas ir se afastando para não se esquecer que este pequeno faz parte de um todo maior e que tampouco pode ser esquecido.

Etiquetas: Capitalismo, Ecologia

Comentários

59 Comentários on "Será o camponês um mito?"

1. afonsomanuelgoncalves em 13 de janeiro de 2012 15:41

Falar do campesinato, pondo de lado a história das suas lutas ao longo dos séculos dos servos contra os terratenentes é omitir uma luta tenaz e duradoira que está desmentida pelos acontecimentos. Não só a Espanha, mas também a Alemanha provocaram levantamentos insurrecionais de camponeses. Depois na Revolução Russa, como se sabe a aliança do proletariado com o campesinato foi fundamental para derrubar e consolidar pela 1ª vez na História o poder burguês. Há ainda a salientar a revolução Chinesa que graças à tática da Longa Marcha arrastou consigo 200 milhões de camponeses que conduziram o PCC ao poder em 1 de Outubro de 1949.

Em Cuba, julgo eu, também os camponeses tiveram um papel fundamental na entrada triunfal de F. de Castro e Che Guevara em Havana no ano de 1959.

2. Ana Maria Barbosa em 13 de janeiro de 2012 18:06

correlacao de forcas no passa-palavra?

3. Zé em 13 de janeiro de 2012 21:32

Lendo este texto concluo que o PP é na pratica um espaço da livre expressão de anti-capitalistas sinceros. Agora, não sairemos do (péssimo) lugar onde nos encontramos se adotarmos como estratégia de enfrentamento a um sistema mundializado como o capitalismo priorizar atuar sobre aquilo que o próprio capital vai fazendo sumir do mapa ou, na melhor das hipóteses, transformando em resquícios de um passado que nunca virará futuro. Fazer o pequeno, pensando no grande é muito diferente de fazer o pequeno com intenção de deter o movimento da história para perpetuar formas (mentais, de produção, de relacionamento, etc.)...

4. Thiago D. Fajardo em 14 de janeiro de 2012 03:22

Oxalá, um raio seja enviado na cabeça do Capitão Planeta, por Zeus que ajunta as nuvens.

Penso que a “Humanidade” fracassou.

Penso que o sistema capitalista é melhor, com suas contradições intrínsecas.

Penso que tecnologia não é algo bom ou ruim, mas alguma técnica que deva ser aplicada às nossas vidas com responsabilidade.

Penso que o ser humano só conhece suas ações após serem feitas.

Penso que dualidade homem-natureza é algo simplista para ter como esquema, pois a natureza é a própria ação humana.

Estou pensando demais? O.K.

Mas, poupa-me deste, como posso dizer? Capitão Planeta criado a leite com pêra e ovomaltine na geladeira.

5. Zé Debate em 14 de janeiro de 2012 09:02

Boa Discussão. Estou ainda mais convencido das minhas suspeitas ao texto do Bernado depois desta resposta. Já havia comentado no 1º texto do João:

“PRECISAMOS ENCONTRAR A TECNOLOGIA QUE NÃO SE SUBMETA AO CAPITAL, TENDO ELA UM ALTO DESENVOLVIMENTO OU SENDO(de aspecto) TRADICIONAL, O QUE IMPORTA É ESTA NOS

SERVIR E NÃO A PRODUÇÃO EM SI – MAIS PRECISAMENTE;O CAPITAL”

6. **Igor Conde (De Menor) em 14 de janeiro de 2012 14:27**

A caneta e a enxada

Certa vez uma caneta foi passear lá no sertão
Encontrou-se com uma enxada, fazendo uma plantação.
A enxada muito humilde, foi lhe fazer saudação,
Mas a caneta soberba não quis pegar na sua mão.
E ainda por desaforo lhe passou uma repreensão.

Disse a caneta pra enxada não vem perto de mim, não
Você está suja de terra, de terra suja do chão
Sabe com quem está falando, veja sua posição
E não se esqueça a distância da nossa separação.

Eu sou a caneta dourada que escreve nos tabelião
Eu escrevo pros governos a lei da constituição
Escrevi em papel de linho, pros ricos e pros barão
Só ando na mão dos mestres, dos homens de posição.

A enxada respondeu: de fato eu vivo no chão,
Pra poder dar o que comer e vestir o seu patrão
Eu vim no mundo primeiro, quase no tempo de Adão
Se não fosse o meu sustento ninguém tinha instrução.

Vai-te caneta orgulhosa, vergonha da geração
A tua alta nobreza não passa de pretensão
Você diz que escreve tudo, tem uma coisa que não
É a palavra bonita que se chama educação!

7. **Paulo em 14 de janeiro de 2012 18:20**

quem é mix? por favor se apresente. se vc citou o joao bernardo que pelo menos se apresentasse com nome e apelido.

8. **Beto em 14 de janeiro de 2012 18:35**

Se apresentar para que? Acho que não precisa não. O PP está de parabéns por abrir espaços para o debate e para a polêmica. Os comentários do afonsomanuel também são interessantes. Valeu!

9. **Flora H. em 15 de janeiro de 2012 06:59**

Ao contemplar o artigo
aspirei por um momento,
para além das veres do meio virtual,
que também passássemos a cultivar outras terras...

Que estas palavras escritas acima
 possam inspirar a gente descer e plantar nossa comida à vera!
 Aí sim passaremos a acreditar que palavra dá em árvore.
 Mesmo porque companheirxs e hermanxs sabemos bem que
 o pão nosso de cada dia não cai do céu
 e sim da tal engrenagente do Kapeta.
 Mãos bolivianas pro gás ou carvão,
 argentinas pra enxada ou maquinário,
 nordestinas pra fornalha ou pro balcão,
 tlim \$...

Ah sim, antes de partir, queria agradecer de coração
 o alento que trouxeram com essa reflexão
 (à Mix que teceu e àquelxs que fizeram espaço).

10. Zeca em 15 de janeiro de 2012 18:14

A publicação deste texto pelo Passapalavra significa um declínio e uma covardia.
 Se sujeitou a publicar uma porcaria (não se aprende nada com o texto)
 provavelmente por medo de ser tido como não democrático ao recusar a
 publicação.

Mais uma romantização ignorante (desconhecimento dos fatos) do passado na
 velha linha anarquista “havia o éden e então surgiu o capitalismo”. A autora me
 fez rir muito quando diz que vale a pena ler o texto que ela desejava criticar rs...

11. Emma Walker em 15 de janeiro de 2012 20:24

flora h. eu queria sim é que vc escrevesse mais! essas outras terras eu imaginei
 porque a utopia está bem aqui, pertinho de todxs nós! Contra a engrenagem
 do Kapeta e do P ...ateta!

12. Mix em 16 de janeiro de 2012 01:51

Para Zé,

Bem Zé, muitas vezes subestimamos que as pessoas são capazes de se construir
 politicamente a partir de uma dada situação.

O socialismo foi assim, não? A partir das revoltas e revoluções surgidas a partir
 da industrialização foi possível aparecer o socialismo e daí suas vertentes.

A história não se move sozinha, ela se constrói a partir de relações sociais e com
 o meio natural. Quando juntos, somos mais do que aquilo que achamos que somos.

Então, em nenhum momento eu tratei de dizer que tal ou qual luta é mais
 importante que uma ou outra, mas também não trato de anular a luta de pessoas
 que dão sua vida por essa luta. Mesmo sofrendo com a tentativa do estado e do
 capitalismo de fazê-los desaparecer, passados pouco mais de 200 anos, ainda
 (r)existem.

13. Mix em 16 de janeiro de 2012 01:52

Grata Flora, lindo poema! :)

14. Aline Santana em 16 de janeiro de 2012 14:33

Muito obrigada Zeca por me avisar que era autorA. Quando li o texto não tinha percebido ou será que dava pra ver? Bem que a Ana Maria já tinha comentado da correlação de forças no Passa Palavra... só alguém de dentro do PP pra ter essa informação, né? Ainda bem que nem todos aí pensam como vc... mas uma coisa te dou razão, tá bem difícil de manter uma crítica de textos falando dos próprios limites desses textos... não é impossível, mas é bem difícil, opino que a tese-chave criticada não dava pra ser retomada, o exercício é bonito esse de não criticar textos na sua totalidade, mas as vezes, só as vezes a ruptura total faz bem, né? Enfim, o caminho do diálogo nem sempre é possível, resta saber quando se pode dialogar ou melhor partir pra outras coisas... Por isso convidaria pessoas como a mix pra escrever de tantas coisas políticas de autonomia, de horizontalidade, de uma crítica a criação de "divos" dentro dessa autonomia... deve ser essa necessidade nossa de ter deuses, alguém pra "escutar"... criticamos tanto ao povo de partidos políticos e é foda reconhecer que tem muita gente que "adora" e não tem nenhum problema em ser guiada, não sei se isso já aconteceu com vcs mas comigo já... enfim compas já tá passando da hora de autocríticas.... ou talvez seja pedir demais desse site que tem um linha editorial meio academica demais, mas que é injusto da nossa parte pedir outras coisas e na verdade pode ser que o problema esteja no fato de nós não criarmos outras coisas... fico pensando nisso, inclusive acho que o PP é interessante, mas cansa muito algumas vezes... mas enfim, tomara que existam mais sites como esses pra gente ter menos carencia de espaços e/ou pedir coisas a um site que ele – sem sacanagem- não pode nos dar...(como abrir espaços que poderia colapsar a sua linha editorial). Enfim, vamos conversando agora ou num outro momento porque tem sim a opção que muitos já fizeram de não entrar nesse site... mas essa, pelo menos, nós que perdemos o nosso tempo comentando e lendo estes textos e comentários, (ainda) não foi a nossa escolha...

15. Zeca em 16 de janeiro de 2012 17:10

Aline Santana,

sinto se não conseguiu perceber principalmente pelos comentários ("correlação de forças"), que se tratava de uma menina. Conselho: não preste concurso para investigador de polícia pois não possui muito talento para a área. Também errou quando diz que sou do Passapalavra. Não sou, por isso estou reclamando.

Mas critiquei o texto não por ser mulher mas porque é ruim mesmo. Já disse isso em outros textos, o último foi o do Henrique. Me perdoe mas parece que a autora aceitou, ao publicar o texto, que poderia ser criticada. Ela própria não reclamou. Eu critico, outros elogiam. Faz parte do debate. Não venha com coitadismo, essa não foi a postura da autora e se fosse o caso ela teria me respondido. Bom dia para você. Paz.

16. Aline Santana em 16 de janeiro de 2012 18:37

Companheiro Zeca, como é que se percebe o sexo de alguém pela expressão "correlação de forças"??? Nossa, gostaria de saber, como dizem muitos psicólogos por aí, deve ser "projeção(além de detetive tb sou terapeuta kk). Não tava criticando a sua crítica pelo gênero, eu nem sabia que sexo tinha mix, só percebi pelo seu comentário e depois pela resposta dela do "grata". Enfim companheiro, fiquei muito interessada nas suas outras críticas ao site PP, aproveitando que é "de fora" acho que seria muito enriquecedor vc aproveitar "a deixa" e expor aqui com mais detalhes. ps: Espero que o "ruim mesmo" do texto não tenha sido porque ele não tem linguagem acadêmica... por falar nisso, não tinha comentado que adorei o fato do texto não ter citações tipo acadêmicas. ps2: Como responder a este seu: "na velha linha anarquista "havia o éden e então surgiu o capitalismo". se vc se animar, poderia nos presentear com mais comentários para este comentário...já que autonomia e anarkismo possuem conexões íntimas...acho que poderia estimular muito o debate...tomara.. Axé pra nós!

17. Zeca em 16 de janeiro de 2012 23:52

Companheiríssima Aline Santana, não disse que tinha críticas ao PassaPalavra, disse que critiquei alguns textos, tanto de corpos penianos quanto de corpos vaginianos. Por mim nem este nem alguns outros teriam sido publicados, mas em todos os casos houve quem achasse os textos bons. Esse aí acho que saiu do alvo porque o do JB criticava o mito da natureza porque não existe uma natureza assim como não existe um deus, estas categorias absolutas que as pessoas amam e veneram para ter um escape para o vazio. Ao que parece é você e outr@s (vou usar um símbolo novo) que possuem as tais críticas. Podiam aproveitar o espaço aí e fazer, assim se livram deste peso na consciência. Sinceramente, a não ser como infantilidade, não sei que valor tem uma tal ameaça de boicote ante um site visto por algumas centenas de pessoas somente num oceano virtual em que portais acumulam milhões de visitas. Não vai fazer diferença, a extrema esquerda é já uma minoria fragmentada em centenas de minorias internas, grupinhos que quase se confundem com a rede de amigos (problema mortal do meio).

O problema não está no antiacademicismo está no centro, na fundamentação do texto; Não existe uma natureza, não existe uma natureza, não existe deus, não existe nenhum absoluto que nos fundamente ou inspire uma moral. Existe nós, experimentos e mais experimentos, devir e mais devir flutuando sem rumo no universo. Depois morremos. Até agora morremos...

O igualitarismo é um projeto para hoje, do presente. A situação é bem difícil, muito dura mesmo, mas há uma minoria significativa propondo algo diferente. É o hoje, o agora, toda a linha de romantização do passado não nos auxilia em nada. De nada adianta dizer que os Hussitas foram a maior experiência revolucionária do passado, aboliram a família, a propriedade até das roupas do corpo, instituíram o sexo coletivo como padrão etc. porque nós não somos eles. O nosso navio é outro, as águas são outras, outros tripulantes, outros conceitos, outros desejos.

Obrigado pela companhia. Até.

18. beto em 17 de janeiro de 2012 03:16

Perdão por entrar no papo, mas ando acompanhando a conversa e acho que dá para ser ampliada ou pelo menos que não seja tão interna que já me perdi. Já passamos do socialismo, depois para o anarquismo e agora que não existe uma natureza. É isso? Aí voltamos para o texto Será o camponês um mito? Quem é JB? Perdão que tou começando a me familiarizar com o site agora, vocês todos devem se conhecer, mas eu não. Valeu se puderem esclarecer.

19. Aline Santana em 17 de janeiro de 2012 04:02

Companheiro Zeca, muito obrigada por revelar a sua “identidade”. Que bom que o “tom” mudou. Quando alguém fala que um texto é “uma porcaria (não se aprende nada com o texto)” e muda para “o problema não está no antiacademicismo está no centro, na fundamentação do texto; Não existe uma natureza” já existe uma diferença. Enfim, “aprendi” kk com o seu texto”, grata por me “iluminar”. Fiquei imaginando, pela sua linha de pensamento, o que vc poderia admitir que talvez, só talvez esteja errado... mas enfim, isso não é uma pergunta. Por falar na rede de amigos, melhor leio os seus textos ou os dos seus amigos que já sei quais são... ou melhor não, que preguiça. Uma pena vc não ter me feito nenhuma pergunta, algo que caracteriza o “acompanhamento” (forma e conteúdo), até poderíamos continuar esse diálogo, mas como parece que vc nao dialoga, vc “fala para um público” ... ps: nao tive a intenção de fazer uma “ameaça de boicote” ao PP, era justamente ao contrário. por falar em sectarismo de esquerda que somos todos (aqui me incluo e a vc Zeca), que delicadeza e muito pouco sectária a resposta da Mix pra vc. O seu e-mail nao foi uma crítica, nem provocativo, foi para “ofender” mesmo... deveríamos as duas (eu e vc no feminino) olhar mais para figuras como a Mix... enfim, outra auto-crítica. E olha que posso “aprender” com ela sem que ela me peça ou quando nem a conheço. Obrigada de novo por revelar ou pela sua projeção que era Ela ou um Ele que se coloca como Em todo caso, ela...

20. Zeca em 17 de janeiro de 2012 11:29

Companheira Aline,

isso ai não é ofensa. Ofensa é o que estão fazendo com o Pinheirinho. Mas agora chegou na extrema esquerda, com toda a facilidade que uma militância covarde de Facebook permite, aquela geração que cresceu assistindo Capitão Planeta, Meninas Super Poderosas, comendo danone...Amam os animais e a natureza. Qualquer canalha é capaz de amar os animais e a natureza. Aliás é um bom recurso psicológico para quem não gosta muito de gente. E para essa turminha afetada, incapaz de arrumar o próprio quarto e lavar a própria louça e que chega aos 30 ou mais vivendo nas costas – explorando – os próprios pais tudo vira psicanálise, agressão. Nunca antes teve tanto mentiroso e covarde no meio, devo me acostumar.

Já disse que não sou quem insinuas ou pensa que sou. Façam a crítica que querem fazer, não me usem como pretexto nem acusem outros pelo que escrevi. Chega de coitadismo. Vou trabalhar. Paz!

21. Zé em 17 de janeiro de 2012 13:46

Mix,

Discordo da linha de seu texto como perspectiva estratégica, mas me encontro contigo na perspectiva de mudar profundamente as coisas como estão. Nesse sentido, pela fraternidade em que se situa nossa divergência, detalharei um pouco o que quis expressar. Não se trata de “anular a luta de pessoas que dão sua vida por essa luta”, quanto a isso minha posição é clara: me solidarizo e me integro com esses em tais momentos mesmo tendo a clareza que são lutas perdidas historicamente. Estou convencido que uma subjetividade que luta contra os efeitos do capitalismo, não necessariamente luta contra o capitalismo. Uma coisa é ser incomodado pelo desenvolvimento capitalismo, outra é perceber que esta sociedade nunca trará sossego para as maiorias. Penso que o capitalismo deve ser substituído por uma sociedade na qual esteja assegurado um máximo de tempo livre e uma jornada mínima de trabalho. Nestas condições, comer o que se planta, morar na casa que se construiu, pendurar na parede um quadro que se pintou, podem ser opções perfeitamente plausíveis como escolhas de pessoas que gostem de plantar, colher, construir ou pintar. Ou seja: o artesanato terá o seu lugar no futuro como forma opcional de preenchimento de tempos livres das pessoas. Não como necessidade para se comer, morar, ou ter prazer artístico. Levar uma vida mais urbanizada ou mais ruralizada deve ser escolha, e não falta de escolha. E podemos atuar no sentido de conservar o que a cada dia menos se conserva ou gastar nossas poucas energias naquilo que será predominante: no caso do campo, podemos priorizar a luta por terra para quem não a tem (democratizar a propriedade privada) ou por melhores condições de vida para os assalariados rurais. É questão de estratégia de transformação social. Te digo Mix, levo uma vida urbana mas venho de um meio rural (minha primeira mulher disse certa vez, corretamente, que minha essência é caipira, risos), e a vida que vi no campo não a desejo para ninguém, mas admito que alguém queira levá-la desde que não seja obrigado a tal. No terreno das opções tudo é permitido, mas é preciso que existam condições para se optar em igualdade.

22. Mix em 17 de janeiro de 2012 14:23

Zeca,

Não entendi o conteúdo de sua crítica de verdade!

Se você perceber, no texto uso pouco o termo natureza, justamente questiono o uso deste termo. Por isso usei muitas vezes o termo meio natural.

Enfim,

Seguimos o debate!

Salud!

Mix

23. Mix em 17 de janeiro de 2012 14:46

Zé,

Estamos de acordo em vários pontos!

“Estou convencido que uma subjetividade que luta contra os efeitos do capitalismo, não necessariamente luta contra o capitalismo.”

Claro está para mim isto que disse. Mas é aí que se dá a construção das pessoas politicamente. E isso depende de nosso envolvimento.

Eu vivo na cidade, mas critico o modo de cidade que se constitui, porque vejo a possibilidade de existir um outro tipo de cidade. Em todos os sentidos, meio natural, a própria gestão da cidade mesmo.

Infelizmente acho que a grande maioria dos que vieram para a cidade, não tiveram escolha. E alguns outros escolheram, porque nestas cidades, nas grandes, é onde se acaba centralizando as decisões econômicas e políticas, a questão das artes, musica etc.

Se trata de questionar justamente a vida urbanizada, tal qual está constituída, mas também de pensarmos juntos possíveis respostas e práticas para construir efetivamente uma sociedade igualitária e com liberdade.

Daí não acredito que deva priorizar uma ou outra luta. Mas integrar, se conversar. Os problemas são tantos, que as pessoas passam a militar em seus locais de trabalho, no bairro, ou onde tem mais afinidade ou onde as condições práticas os levam!!!!

Salud!

24. Ana Maria Barbosa em 17 de janeiro de 2012 15:34

que bom que voltamos para o debate do texto...

25. Azul em 19 de janeiro de 2012 02:37

Saudações a todos. Este é meu primeiro comentário no passapalavra, muito embora já tenha acompanhado algumas intervenções e principalmente textos do João Bernardo, sou mais conhecido por publicar e postar no Indymedia – CMI Brasil.

Com relação ao texto, tanto quanto aos comentários que o seguiram, creio que é aquele tipo de polêmica em que todo mundo está certo e errado simultaneamente. Não sei se o objetivo do texto foi alcançado e se a crítica atinge o que realmente o João Bernardo quis dizer em algumas das suas análises. O que vale a pena é questionar este rótulo de “camponês”, como se fosse uma classe social

extracapitalista, pré-capitalista ou anticapitalista. A própria existência dos camponeses enquanto tais é questionada do ponto de vista do capitalismo: há séculos que o assalariamento rural (em dinheiro, em espécie, ou com parte da produção) já é exercido em todo o planeta – inclusive no Brasil.

A figura do camponês pequeno proprietário, minifundiário ou que vive em uma espécie de subsistema sócio-econômico à parte é altamente questionável e também seria uma tentativa de aplicar mecanicamente um rótulo da transição do feudalismo ao capitalismo para o capitalismo atual.

Quanto aos quilombolas, ribeirinhos e caiçaras, trata-se de proletários, excluídos e perifêrizados, desprovidos de meios próprios de sobrevivência (daí a necessidade muitas vezes da venda nas cidades, o que já é uma sujeição à lei do valor). E isto tanto é mais real quanto cada vez mais são sitiados pelos grandes proprietários, empresas, grileiros e especuladores que querem submetê-los a formas mais sofisticadas e monetarizadas de exploração. A luta que empreenderam e empreendem contra o “progresso” capitalista é sem dúvida uma luta contra um avanço na exploração e como tal, deve ser defendida por todos os defensores da liberdade. Mas não deve ser interpretada como uma luta por formas retrógradas de capitalismo, aliadas a mecanismos tradicionais de exploração e opressão ou a uma miséria mais ou menos remediada e sujeita às variações do ambiente e do mercado que garantem uma escassez mais ou menos vampiresca que ataca as regiões onde sobrevivem.

A proletarianização dos despossuídos é a marca registrada do capitalismo e como tal, nem teria como existir, sejam tais despossuídos empregados ou desempregados, do campo ou da cidade. Daí a necessidade de impor, ao máximo possível de pessoas que o capital e o Estado necessitam e ao máximo de tempo que ambos demandam o trabalho, em sua variante assalariada.

Portanto, são insustentáveis afirmações do tipo “o capitalismo deve ser substituído por uma sociedade na qual esteja assegurado um máximo de tempo livre e uma jornada mínima de trabalho”. O trabalho é e sempre foi a subordinação da vida a terceiros, a exploração teleguiada por quem paga e a perda da vida em troca da sobrevivência (a origem etimológica de “trabalho” na maioria dos idiomas é negativa...ex: no latim “tripalium” e “trabaculum” carregam significados de instrumento de tortura ou instrumento para prender animais). Uma sociedade verdadeiramente comunista significa a abolição do trabalho e de todas as falsas mediações da sociedade estatal, classista e burguesa (incluindo aí a escola, a família, a pátria, a cidade, a distinção campo-cidade, etc.). A atividade vital livre, coordenada, solidária e criadora pode e deve ser a única forma de vida em um mundo livre, onde o homem tenha realmente se reencontrado com a natureza e com os outros homens.

Concordo com a crítica de Mix a um movimento reacionário e oportunista como o MST. O pior de tudo não é só seu aspecto hierárquico, mas seu sonho de criação de uma pequena burguesia rural, de uma reforma agrária pilotada pelo estado burguês ao invés de uma coletivização expropriadora promovida pelos protagonistas da transformação social, de ser como sempre foi um tentáculo rural do PT, o nacionalismo que o caracteriza, etc, etc...

Movimentos reformistas e até fascistas podem manobrar a questão de um campesinato original, tradicional, para implantar um autoritarismo mais aguerrido dentro do estado burguês ou para trocar de governo mantendo tudo como está. Mas isto pode ser feito com qualquer classe social ou com qualquer setor de classe. Isto porque a pregação da burguesia, suas táticas de infiltração e manobra política, ainda que privilegiem este ou aquele ator social (a pequena burguesia – vulgo “classe média”, os setores mais marginalizados do proletariado, chamados pejorativamente de “lúmpen”, etc... dependendo da circunstância) para um golpe de estado ou para uma vitória eleitoral, por exemplo, ambicionam o controle de TODA a sociedade. Logo, uma política para cada classe e para cada setor de classe é desenvolvida pelas facções do capital. Isto pode ser feito por facções reformistas, pelo estado jogando um setor contra o outro (o arrebanhamento, pelo governo mexicano, de batalhões operários, com a anuência de anarco-sindicalistas contra a revolução de 1910-1911- os “batallones rojos” ou “federales” que viraram bucha de canhão contra Zapata e Pancho Villa em troca de leis trabalhistas... as manobras de Mao e Fidel Castro sobre setores de trabalhadores rurais extremamente aguerridos e explorados, onde o reformismo agrário marxista-leninista – de armas na mão – se implantou com grande facilidade, levando à contra-revolução burguesa dita “comunista” em ambos os países).

O nazismo desenvolveu, sem dúvida, esta retórica de tradicionalismo rural, da “comunidade originária” “camponesa” e teutônica contra a revolução. Mas foi também o nazismo, mais do que ninguém quem teve toda uma preocupação trabalhista com o operariado urbano, quem transformou o 1º de maio em feriado e quem levou muito a sério as intervenções militantes entre operários urbanos (às vésperas do golpe de 1933, vários operários acusados de “esquerdismo” estavam sendo mortos por operários nazistas em fábricas e subúrbios alemães).

Tudo isto, entretanto, não desqualifica a luta dos trabalhadores do campo contra o capital e o Estado, muitas vezes mais aguerrida e mais feroz do que algumas “lutas urbanas”, como são chamadas. Agora, existe toda uma confusão de alhos com bugalhos em parte do texto e nos comentários. Ex: dizer que a revolução no México em 1910, feita contra a propriedade, o Estado e a sociedade de classes tem alguma ligação com a ideologia conciliadora, reformista, nacionalista e ongueira da pseudo-guerrilha do comandante Marcos. Dizer que o papel do mir (já em extinção no final do século XIX) e dos soviets foi igual na revolução russa de 1917 (os soviets tiveram um peso muito maior) e ainda mais, dizer que a Rússia era “essencialmente” agrária (quando as concentrações industriais nos grandes centros urbanos em nada devia às da Alemanha ou da França). Outra confusão foi a de jogar todas as comunidades primitivas no rótulo de “nômades”.

26. Pedro em 19 de janeiro de 2012 07:24

“Não podemos pensar em qualquer transformação social se não levarmos em conta os outros muitos aspectos dos quais depende tal transformação. A mudança de relação entre as pessoas, entre nós e a terra, entre nós e os animais.”

Ainda bem que os escravos não seguiram a máxima da MIX e decidiram se revoltar contra a escravidão sem que tivesse mudado “a relação entre nós e a terra, entre nós e os animais”.

27. Paulo em 19 de janeiro de 2012 13:13

Galera, quase falei “amém” depois de alguns comentários, eu tinha um amigo troskista que falava exatamente como alguns por aí, isso é um elogio já que o troskismo tem umas coisas bem interessantes. Quase acredito na segurança que muitos querem passar. Proponho suicídio coletivo ou me avisem quando poderia me incorporar ao movimento que muitos devem ter. O texto da MIX não é dos melhores, pode ser criticado, mas o povo aproveita para se masturbar. Estou entendendo porque nunca conseguimos fazer nenhuma revolução no Brasil e estamos cada vez mais longe disso. Enquanto nós falamos de revoluções alheias, falar de revolução aqui é mais irreal que chegar a Júpiter, encontrar um e.t. na esquina, exemplos existem milhões. Quando vamos parar de ter inveja histórica de outros países e pensar que a nossa trajetória é marcada pela negociação? Uma experiência anticapitalista por esses lados também está meio difícil. Mas continuem a catarsis coletiva aí que todos aqui temos suficiente tempo e interesse para ler.

28. Ana em 19 de janeiro de 2012 15:57

Paulo,

deveria ser objeto de reflexão que este texto tenha suscitado uma resposta e centenas de outros não. Existe hoje, muito forte, uma disputa por pautas onde vários grupos e movimentos colocam claramente que o central não é a luta contra a exploração mas a luta pelos direitos dos animais, a luta pela afirmação feminina, a luta pela preservação da natureza. E a coisa vai a um ponto tal que assassinar um cachorro gera mais comoção social do que as chacinas cometidas pela ROTA, a derrubada de uma árvore toca mais do que a remoção de 1.600 famílias e um xingamento feito Rafinha Bastos dá mais revolta do que saber dos milhões de mulheres sem creche. O marxismo e anarquismo fazem parte do passado, as pessoas hoje estão engajadas na luta pela natureza, pelos animais, pelas mulheres (as eleitas, não as domésticas). Outros até falam da exploração mas vão criando um raciocínio em que a pauta vai se enchendo até que a questão da exploração fique em segundo plano e ocorra um roubo de pauta, vindo a preocupação com as baleias, com o jacarandá e com a fofoca do dia sobre qual ator maltratou quem (claro, as domésticas sempre esquecidas).

Isso é para mim fonte de reflexão e preocupação. Há realmente toda uma classe média e até membros da elite propondo que os trabalhadores esqueçam a luta contra a exploração e se engajem em bandeiras que são pró poder e afirmam a ascensão de novos grupos, ecocratas, especialistas em animais, enfim. As domésticas, por lei, continuam tendo menos direitos mas só se fala de mulheres da elite quando não é o caso de futilidades mesmo propagadas pela TV; trabalhadores nos morros e se fala é da vegetação, fala-se dos animais mas nada dos moradores de rua e, que tal, dos explorados nas grandes clínicas veterinárias, zoonoses, enfim...

Há uma disputa por pauta e setores pró poder querendo engajar o povão em bandeiras que servem, em última instância, para mantê-los a parte dos seus interesses. A ecologia, os direitos dos animais (animismo?), o feminismo são hoje grandes meios de se fazer com que os explorados se engajem em lutas para promover novos grupos ao poder ou, de todo modo, se esqueçam do que é mais urgente: igualdade jurídica para as domésticas, mesmo direitos para as domésticas, sentir como mais preocupante a retirada de famílias do que das árvores, mais doloroso o assassinato de crianças do que de animais...

29. Paulo em 19 de janeiro de 2012 17:20

Ana,

entendo as suas preocupações, apesar de voc colocar no mesmo "saco" lutas diferentes. O Franz Fanon gostava de pensar e eu também o que "poderia detonar" uma mudança social... o grande problema é que acho que deslegitimar algumas lutas não leva a nada. Tenho certeza que algo em comum você, os defensores da ecologia, eu, os defensores dos animais temos, as feministas mais progressistas...enfim, é um palpite, eu iria mais nessa linha em termos de "trabalhos políticos". Mas a coisa anda tão geopoliticamente boa para o capital, que não podemos nos dar o luxo de ficar cansados, apesar de que tudo cansa, eu sou um ser cansado me animando todo o tempo principalmente se saímos da nossa redoma de "militantes" e vemos que as pessoas querem consumir mais, querem trocar de celular todo ano e dependendo do estado em que morar a melhor discussão é que "o fhc foi tão bom que implantou o plano real" e o "povão" como falou não fará nada se tiver alguma coisa bem concreta que ganhar e perder. Perder tipo um "bolsa família" é uma coisa bem concreta, só um exemplo. E isso de "vamos fazer a revolução e depois fazemos o resto" já não dá mais. Enfim, acho sinceramente que o Brasil é um lugar pouco interessante para pensar essas coisas porque o "modelo brasileiro" tende a consolidar e eu, usando a linguagem de alguns marxistas, estou interessado em fazer mais "trabalho de base" justamente por isso. Estamos tanto numa redoma, que o mundo tá foddó aqui e lá fora e no Brasil quando se tenta falar de crise, dizem alguns, "ainda bem que isso não chegou aqui". Não sei se também é o seu caso, mas nem isso eu posso comentar com a minha família porque a classe "c" está louca para se tornar classe "a" que poderiam me colocar no hospício (literal). E com a classe "a" já não dá para falar mesmo, incluindo o que se chamou de "classe média", que agora é tão variada, enfim, sou o que antigamente se chamava "classe média baixa" (agora com internet). Enfim, estamos sós, cada vez mais sós e nós mesmos os mais interessados por uma mudança estamos sinceramente convencidos muitas vezes que já ganhamos muito -nisso o pt foi foda. Eu agora vou me recolher nas lutas que dá para fazer porque os tempos estão difíceis... para me animar penso no que o borges uma vez escreveu: quem não viveu em tempos difíceis? Mas enfim, me inclino ao pessimismo histórico apesar de ter vontades muito otimistas. Se tiver algumas palavras sobre o que você acha que temos em comum, me interessaria muito, ando pensando nisso. Não é possível que não tenhamos nada em comum. Só das pessoas estarem organizadas em alguma coisa isso poderia ser algo em comum, por exemplo. Eu também te poderia falar o que não tenho em comum com um monte de gente da classe "c" também.

30. Ana em 19 de janeiro de 2012 18:42

Caro Paulo,

poderia me alongar mas vou ser bem sintética. A luta da Luana Piovani com o Dado não é minha luta, a minha é a das domésticas, das presas, das mulheres na fila do SUS, das atendentes de telemarketing. Então não se trata de deixar coisas para depois mas saber que o meu corte é o popular e não interessa o feminismo do poder nem as futilidades de TV que o feminismo de holofotes divulga. Você olha hoje os principais blogs e elas viraram ombudsman de TV: o tema é o BBB, o CQC, enfim, tudo que possa bombar o blog, mídia. A vida real das mulheres trabalhadoras fica no limbo. Da mesma forma, não estou aqui para lutar por outra relação com a terra e/ou com os animais, isso é bandeira de patricinha que não pega o trem para trabalhar às 5 da manhã, que não passa o dia todo em um ônibus rodando feito louca e cobrando passagens. A minha luta é a luta da sobrevivência, do povo, da periferia. E se essas patricinhas conseguem enganar alguns escondendo o cinismo com os pobres ao declarar amor ao jacarandá e às tartarugas não é a mim que irão enganar e sinto muito, muito mesmo, quando alguns pobres caem nesse estelionato ideológico: colocar pautas de classe média no centro ostentando um sofrimento que não possuem para, por fim, tentar engajar uns pobres em lutas que não são as suas. Não caio em papo de gente que desaloja pessoas pra salvar árvores nem de feministas que promovem juízas e professoras universitárias em detrimento das domésticas que, aliás, limpam a casa delas enquanto elas teorizam. Beijo

31. Intolerante à lactose em 19 de janeiro de 2012 19:30

Quer dizer que alguns camponeses até têm acesso a leite e queijo? Que maravilha! É o espetáculo do socialismo agroecológico!

32. Paulo em 19 de janeiro de 2012 20:26

Ana, acho que entendi o seu ponto de vista: você é das feministas resgatáveis. Mas, sinceramente que “uns pobres” consegue encajar o feminismo liberal? Deve ser “umas pobres” porque apesar de ter uma bandeira muito legítima, o feminismo “pegou pouco” nos movimentos sociais. Acho que a sua crítica é “interna”, se entendi bem. Mas pensando no que comentou, então você estaria muito próxima -pelo aspecto popular- da luta do movimento de mulheres camponesas (deve conhecer) e a luta de mulheres dentro do MST, imagino pelo seu comentário que é do contexto urbano, mas... e a luta das camponesas, por ser popular, também me aproxima porque a minha luta é também popular (não gosto muito da expressão de “os pobres” porque dependendo como é usado é super clasista, é povo da classe média sem ser pobre falando de pobre). Mas enfim, chegamos você, a camponesa e eu em algum ponto em comum – o fato de termos lutas populares. Tem os dois elementos, de muitos que podemos pensar: 1) estamos organizados, 2) nossa luta é popular... (se alguém pensar em mais por favor avise!)

Quero comentar que falar no MST aqui parece que virou polêmico. Apesar de concordar em todos os pontos da “carta dos 51” e com certeza temos mais pontos, a minha grande crítica a carta é que esse povo super resgatável saiu do MST, putz apesar de entender totalmente me deu vontade de chorar. Enfim alguns deles e um monte de gente que continua no MST fazendo “trabalho de base”, nós, eu-

imagino que você também- nos aproximáramos desses. E também nos aproximaria dos ecologistas- se tivessem alguns elementos mínimos de aproximação. Até, digamos dos “defensores das baleias” da ásia, digamos um caso-extremo. Tudo isso para comentar que, apesar também de uma lista de críticas ao texto da Mix, o que parece super resgatável é essa tentativa de não fazer hierarquia das lutas, acho que deslegitimar algumas lutas não leva a nada justamente porque esse texto me ajudou a pensar o que a gente poderia ter em comum. Por isso, quis acompanhar o debate. Entendi isso como: “seres progressistas não-liberais do mundo pensem juntos” (se não for assim, Mix- me corrija), ou seja, ficar marginando outras lutas que também tem potencial popular não leva a nada para mim porque na verdade temos coisas em comum que valem mais a pena serem discutidas -na verdade, as patricinhas e as acadêmicas que você citou pouco interessam aqui (ufa, ainda bem). Ficar brigando é perder tempo enquanto o capital está se reproduzindo com suas todas as suas contradições. Mas enfim, talvez seja eu me masturbando com essas ideias. Mas sinceramente prefiro “perder meu tempo” conversando sobre esses temas, mas dizem que é mais difícil se entender entre os mais próximos porque os futuros senhores que desejam ser eike batista estão se fodendo para nós ... quando não querem nos matar (literal).

33. **Zé em 20 de janeiro de 2012 01:45**

Azul,

Este também é o primeiro texto do PP que eu me dedico a debater, porque eu já esperava que o texto do João Bernardo fosse receber este tipo de refutação que a Mix lhe dirigiu, e também porque estou farto de ver o MST ser enaltecido como movimento contra o capitalismo. Estamos do mesmo lado quando você demonstra o caráter pueril do texto da Mix, a impostura do zapatismo, e o caráter reacionário do MST. Mas não posso concordar contigo quando afirma que “O trabalho é e sempre foi a subordinação da vida a terceiros, a exploração teleguiada por quem paga e a perda da vida em troca da sobrevivência”. Aqui você toma a forma histórica do trabalho no capitalismo (Trabalho ASSALARIADO) como o conceito de trabalho EM GERAL (relação do ser humano com o meio, produzindo e reproduzindo as suas próprias condições de existência). É perfeitamente plausível imaginar a abolição de qualquer forma histórica que o trabalho assumiu (assalariado, escravo, feudal, etc.), imaginar que o trabalho perderá a centralidade, que não tem caráter ontológico, até aí tudo bem. Agora, imaginar que uma sociedade “verdadeiramente comunista” será uma sociedade sem trabalho, e que uma “atividade vital livre, coordenada, solidária e criadora” dispensa 100% o trabalho é fazer um jogo de palavras pois a própria coordenação dessa atividade vital já implica em limitações à liberdade. Além do mais, se essa atividade vital não é relação do ser humano com o meio para assegurar a materialidade da vida (do estômago à fantasia), como chagaremos a este estágio? eu adoraria abolir o trabalho EM GERAL, mas infelizmente nós humanos podemos apenas abolir as suas formas históricas concretas. E podemos dispor de 90% de nosso tempo (ou mais até, desde que menos de 100) para utilizarmos da forma como melhor nos aprouver.

Por fim, queria dizer que estas discussões tem para mim um caráter prático, como é a proposta do PP. Por isso tento ser muito conciso em meus comentários, seja em quantidade e em qualidade. Desculpe se me alonguei.

34. azul em 20 de janeiro de 2012 02:48

O que a luta ambiental tem de oposição à luta de classes? Porque uma coisa obrigatoriamente exclui a outra? Isolar as lutas dentro de filões militantes como se fossem causas separadas e opostas não seria um problema?

O que determina a aproximação do combate é o eixo de classe: quando mais se luta contra a discriminação, contra o desemprego, contra a poluição, contra o especismo, contra os despejos, contra o terrorismo policial (que no litoral de Sp está na ordem do dia)...mais encontramos os mesmos inimigos por detrás de tudo isto. Por que será?

Ana, o nome não é “animismo” é “animalismo”.

E que negócio é este de “exemplo brasileiro” (como se aqui não existisse luta de classes, e nas formas que o capital impõe ao mundo inteiro)? E mais ainda de que a trajetória das lutas de classes no Brasil é “marcada pela negociação”? Onde? Em Canudos? No Quilombo de Palmares? Na onda grevista de 1917-19? Nas insurreições indígenas do século XVI? Na Cabanagem (talvez a maior guerra de guerrilhas da história brasileira)?

Essas “negociações” são feitas por vanguardas autoproclamadas de rabo preso com os dominadores (partidos, sindicatos, ongs, “movimentos” do tipo MST ou MPL, etc.), que dizem falar em nome dos dominados para fazer acordos nas costas dos que lutam e depois dizer que foi uma decisão de “todo mundo”. A coisa repete o exemplo de outros lugares na ordem capitalista: eliminar os revolucionários (que sempre são os “loucos”, os “briguentos”, os “extremistas”), manipular o restante com eleições, assembleias e outras maracutaias de tipo populista e por fim cooptar algumas figuras de holofote (talvez pré-cooptadas) para que tudo continue como era antes. Aí sim, quando toda a indignação foi neutralizada, as assembleias foram esvaziadas ou robotizadas, é que se “negocia”. Estas “negociações” não são tão “fáceis” assim...

Concordo integralmente com a afirmação do Paulo “deslegitimar algumas lutas não leva a nada justamente porque esse texto me ajudou a pensar o que a gente poderia ter em comum. Por isso, quis acompanhar o debate”. O diabo é saber como fazer estas lutas chegarem a um denominador comum...

Também concordo com a Ana com fato de que muito despejo é feito em nome do “meio ambiente” (mas não é por amor aos animais e sim para que empresas e empreendimentos graúdos tomem as regiões cobiçadas – só tem “poluição” nestes locais quando tem trabalhador morando). E também concordo com sua crítica a um tão exaltado “feminismo” que nada mais faz que promover as vedetes da ordem capitalista, partindo para uma falsa igualdade através do trabalho: as mulheres hoje podem dirigir trator, vender drogas ou serem seguranças de supermercado. A imprensa podre vende tudo isto como uma “grande vitória” do “gênero” feminino (categoria artificial que sequestra a classe social do contexto em questão) e todos batem palmas, como se o dia-a-dia de uma Marilena Chauí, fosse por exemplo o dia-a-dia de uma cortadora de cana.

35. Mix em 20 de janeiro de 2012 23:19

Gostaria de salientar, que em nenhum momento coloquei o MST como movimento reacionário, mas sim que o campesinato não é o MST, e nem que MST é sua direção. Nos assentamentos existem muitos e muitas que respeito muito!

36. Mix em 20 de janeiro de 2012 23:25

Cara Ana,

A ideia deste texto não é fazer acusações pessoais, muito menos fazê-los contra João Bernardo. Porém tenho uma visão diferente dos apontamentos dele. Da mesma forma em que me posicionei que o debate ecológico, ou qualquer que seja a reivindicação, seja feminista, sindical, etc, deve ter política (no sentido de classes sociais mesmo) e que também não deve ficar restrito a reivindicações momentâneas, mas para a construção de uma sociedade efetivamente diferente, como aponte antes. Enfim..... é o debate. Seguimos!

37. Leonardo Paiva em 21 de janeiro de 2012 16:34

Gente, o que é esse título “É preciso que certa extrema-esquerda tenha caído muito baixo para apresentar um programa como o que Mix propõe”. Que resposta é essa? Já parei de ler o texto aí só pela frase. O cara é tao sectário que se o texto da Mix for de extrema esquerda ele conseguiu ser de “extremíssima esquerda”. Enquanto o Paulo e o Azul ficam aqui pensando nos interessantes e necessários “denominadores comuns”, tem gente tao preocupada em ser “mais revolucionaria” que todas as demais, em sempre ter razão. Pessoas que escrevem textos desse jeito não são nem um pouco interessadas em “denominador comum”, pois todos que pensam diferente ou são “conservadores neoliberais” ou “extrema-esquerda”. “É preciso ser muito ególatra para responder assim”. Foda. Mas enfim, ainda bem que tem gente interessada em realmente trocar ideias aqui e ainda bem que seus outros seguidores sectários são bem pouquinhos....

38. Paulo em 21 de janeiro de 2012 17:16

Outro denominador comum: 3) NAO somos de partidos políticos, talvez até muito de nós tenham essa formação, mas agora ninguém aqui imagino seja “filiado”. Até esse momento: nossa luta é popular, estamos organizados, não pertencemos a partidos políticos... Galera, vamos que vamos.... estamos fazendo um debate PRÁTICO como comentou o Zé. O que mais poderíamos pensar? Quero ler vocês, por favor continuemos nessa linha de não fazermos ataques pessoais. Valeu.

39. Carlos Mattos em 21 de janeiro de 2012 17:25

Caro Leonardo,

Faça assim, leia o texto, depois venha para a discussão, ué!

40. Leonardo Paiva em 21 de janeiro de 2012 20:13

Caro Carlos,
só existe ACUSACAO no outro texto. DISCUSSAO é aqui com os nossos comentários. Coloquei as palavras acima para discutir AQUI com as pessoas que estão discutindo AQUI. Não sou PLATEIA de ninguém!

41. Mix em 22 de janeiro de 2012 00:35

Caro Intolerante,

Quem diz: “Quer dizer que alguns camponeses até têm acesso a leite e queijo? Que maravilha! É o espetáculo do socialismo agroecológico!” É você! Se voltar ao texto, pode ver que o que estou dizendo é que muitos além dos vegetais, frutas, etc, também produzem queijo, leite, etc, para o autoconsumo ou troca, de forma relativa, fora do mercado. Saudações!

42. Carolino Golden em 22 de janeiro de 2012 06:48

Que bom! Para troca fora do mercado! E em termos de conhecimento também temos que regredir ao nível camponês? Pensamento mágico ou talvez alcançar as vertigens do arrazoar por analogia renascentista! Por falar em eurocentrismo, os camaradas iranianos andam a ser enforcados por autoridades “tradicionais” e chegam ao ponto de promover materialistas burgueses como o Dawkins como armas de arremesso. Ser comunista no Irão é f,,,! <http://freethoughtblogs.com/maryamnamazie>
No Iraque o proletariado morde da mesma maneira que em Paris: <http://libcom.org/library/ten-days-shook-iraq-uprising-1990-1991-wildcat>

43. Paulo em 22 de janeiro de 2012 12:40

Só queria comentar que para um texto ter 43 comentários, no mínimo, ele é interessante, para gerar tanta discussão. Galera, está mais que claro que se discutirmos “detalhes” não vamos chegar a nada. Aqueles que estão atacando aqui realmente querem só atacar, ou é inconsciente, ou na verdade só podem construir conhecimento-prático dessa maneira? Um espaço como esse merece que a gente mantenha e aceite algumas diferenças de opinião, mas com “bases mínimas” talvez possamos discutir, o que temos feito, de um modo precário, mas temos feito até agora. Outro fator em comum: 4) SOMOS ANTICAPITALISTAS (agora isso significa um monte de coisas, somos socialistas, somos anarquistas, somos comunistas, somos libertários, etc)... todos sabemos a diferença de um “comunista” para um “anarquista” ... enfim galera se a gente ficar discutindo diferenças, na verdade, melhor ficarmos “seguros” nos nossos espaços de militância, o que acham? ps: a palavra “anticapitalista” eu gosto porque isso pode abrir a gente poder pensar a relação com o “ESTADO” de maneira diferente porque se formos discutir isso aqui com certeza não vamos chegar a nada, não é?. Até mais.

44. Ronan em 22 de janeiro de 2012 13:23

Sou filho de carvoeiro e agricultor e de carvoeira e agricultora, hoje doméstica, do norte de Minas, terra cruzada pelo Jequitinhonha. A primeira vez que minha

mãe viu um vaso sanitário ela tinha já tantos anos e quando veio para a cidade ficava tão deslumbrada que colecionava as caixinhas de remédio – coloridas, bonitinhas, ao invés de as jogar no lixo. Minha vó me falava de mulas sem cabeça e de rapazes que viravam bicho porque tinham batido nos pais, dizia que crianças pegavam quebranto e que olho gordo era uma coisa mortal. Narrava histórias de servidão cruel, de homens assassinados por senhores de poder, fazendeiros ou capatazes de maior proeminência. Já na cidade, o peso da formação rural se fazia sentir. Quando criança, tínhamos galos e galinhas, plantávamos andu, batata, couve e outras coisas embora já tivesse iniciado a proletarização. Dor de cabeça se tratava colocando galhos de arruda na orelha e o maledeto chá de boldo servia para tudo. Minha mãe lavava roupa no rio e a gente tirava água do poço, muitas vezes ia eu com meu irmão carregar latas de água de uma bica distante. Me lembro da luz de velas e de como tínhamos medo de cobras e de chuvas fortes...

Ler o texto da MIX me fez recordar esses anos da infância e de como nós, os filhos, a primeira geração totalmente formada na cidade e totalmente proletarizada lutamos com todas as garras e forças para fugir da possibilidade de talvez ter algum leite e queijo ou acabar na clientela de algum dono de terra. Me fez lembrar dos milhões de migrantes, não só de Minas, que para a cidade vieram ocupar aquele espaço – meio campo, meio cidade- que são as periferias, os subúrbios. O mundo por ela descrito com certa nostalgia e profundo romantismo é o mundo do qual fugimos. Certamente, daria uma boa conversa um encontro entre e MIX e minha mãe. Uma falando das qualidades de um mundo arcaico e outra narrando os horrores do mesmo mundo e de como foi árdua a fuga.

45. Manolo em 26 de janeiro de 2012 16:04

Engraçado. Esse papo todo de camponês me lembrou da história de minha família paterna.

Meu pai, já falecido, mostrava certo orgulho nos olhos quando me dizia pela enésima vez como havia fugido de Castro Alves (BA) ainda bem novo, enfiado num caixote de cebolas dentro de um trem, para começar a vida na Salvador da década de 1950. Fugia de uma família de treze irmãos (outros três haviam morrido ainda jovens) filhos de um pai e de uma mãe analfabetos que tiveram a boa ideia de colocar os filhos para estudar pelo menos para escrever o próprio nome e saber a tabuada. Tomava surra toda vez que reclamava da falta de comida.

Ao chegar aqui, continuava meu pai, foi pro Exército, depois foi cobrador de ônibus, engraxate, feirante, radialista, policial, de tudo um pouco, até que terminou os estudos num supletivo, passou num concurso para perito de acidentes de veículos, estabilizou-se, cursou Filosofia e Direito, tornou-se advogado e professor universitário e assim viveu até morrer.

Foi o único da família a escapar da terra sem sair da Bahia. Seis outros tios e tias foram para São Paulo ainda na década de 1970 trabalhar na construção civil, e só agora seus filhos e filhas, meus primos e primas, conseguem ser outra coisa além de manicures e atendentes de telemarketing. Todos os demais irmãos e irmãs de meu pai, meus tios e tias, que ficaram em Sapeaçu (BA) viveram isolados numa terra de fundo, longe vários quilômetros da estrada. Só vieram a conhecer luz

elétrica em casa há cerca de seis anos, e ainda bebem água de poço. Nas vacas magras e quando a safra não dava, viviam da ajuda que seus parentes na cidade mandavam.

Por que ele me contava a história da vida dele? Havia uma coisa em que ele insistia, que ele reforçava quase às lágrimas: “nunca queira viver o que eu vivi. Faça tudo o possível para não passar o que eu passei. Eu já estou te dando um começo de vida, não me invente de querer jogar tudo isso fora, trabalhe pra melhorar, e não para passar pelo que eu passei. A vida é dura, meu filho”. Além de reforçar a ideologia do esforço individual e do trabalho — ele nunca levou em conta que passou num concurso exatamente porque a máquina burocrática dos militares estava em pleno processo de expansão por força das necessidades do desenvolvimento econômico do “milagre” da década de 1970 — outra mensagem era clara: vida de camponês é um inferno.

Não acho que Mix saiba disso. E nem todos quantos idealizam a vida no campo. Falta pegar mais no cabo da enxada dezesseis horas por dia e depois ver a safra destruída por uma praga qualquer. Falta viver botando os meninos para agachar em cima de uma bacia com leite quente para ver se as lombrigas saem. Falta andar doze quilômetros descalço e de bainhas arregaçadas nas calças até a cidade, porque todo o caminho é de lama e não se pode estragar a roupa de festa. Falta depender da prefeitura local para movimentar a economia, pois do contrário as pessoas não têm dinheiro para comprar o que se produz e é-se obrigado a vender na feira por muito menos que o necessário para pagar o transporte. Entre outras coisas do modo de vida camponês de que Mix não trata.

46. Rafael em 30 de janeiro de 2012 18:49

Vejo que a discussão gerou muitos debates. Parabéns pelo debate aqui exposto.

Ao mesmo tempo que não podemos colocar no saco toda e qualquer tecnologia e mitificar o modo de vida das sociedades arcaicas não podemos por outro lado aceitar este modelo de desenvolvimento como o trânsito inevitável da “marcha das forças produtivas”, que me parece tão metafísico quanto a mitificação multiculturalista.

Uma se apóia num passado perfeito, edênico, outra se apóia numa marcha hegeliana do tempo, do encadeamento da razão...

Ainda estou lendo os textos e digerindo-os...

47. Lasagna em 16 de fevereiro de 2012 01:39

A publicação deste texto aqui mostra que o Coletivo têm uma política de abertura ao diálogo e à divergência.

Já que falamos de um ponto de vista revolucionário, a primeira coisa a observar é o equívoco teórico de tomar um fenômeno de um contexto histórico-geográficos muito específicos, no caso o nazifascismo europeu, e daí generalizar, quase que apenas xingando todos os movimentos camponeses de “fascistas”, o que é uma

bela banalização da palavra. Ora, o fascismo europeu não era um movimento camponês. Sua base social de militância era a classe média conservadora e decadente, organizada em partido financiado por oligopólios industriais e financeiros. A idealização do camponês não foi inventada por eles, vêm do romantismo. Mesmo antes disso, é possível observar essa idealização na poesia de um Tomás de Antônio Gonzaga, poeta ligado ao Iluminismo e ao Arcadismo.

O que um movimento camponês autônomo teria a ver com tudo isso? Também me pergunto. Faria tanto sentido relacioná-los (aos MSTs, zapatistas e cocaleiros, sem esquecer os camponeses russos, chineses, mexicanos, cubanos, nicaraguenses, vietnamitas, etc.) ao nazifascismo quanto relacioná-los à poesia bucólica, ou mesmo aos versos de Horácio sobre a vida pastoril. O mistério é só entender com qual intenção a pessoa escolheria um, e não o outro. Deixo isso em aberto.

A impressão que eu tenho é que, apesar de todo o seu radicalismo, o João Bernardo está preso a ilusões do consenso liberal-conservador hegemônico na nossa época. Esse discurso anticamponês pode facilmente ser visto nos artigos dele ou nas páginas da *The Economist*, *Veja*, *Financial Times*, etc. Comparar movimentos revolucionários com os partidos fascistas também é um conhecido clichê liberal-conservador. A associação da agricultura familiar e ecológica atraso já foi refutada por pesquisas empíricas que demonstram a produtividade superior da agricultura familiar no aproveitamento do solo, quando comparada ao agronegócio. Sobre a ecologia, nem me dou ao trabalho. Acusar de “fascistas” quem se preocupa com o alerta da comunidade científica sobre os efeitos da poluição sobre o clima, a água, os ares, etc. e tenta pensar um desenvolvimento sustentável chega a soar como uma piada de mau gosto.

O que as acusações de “mito do bom selvagem”, entre outros bonecos de palha, encobrem é a realidade do latifúndio monocultor e exportador, agora transfigurado no agronegócio resultante da modernização conservadora do campo. Encobre também a realidade da luta, por vezes heroica, do camponês contra o monopólio da terra por uma pequena elite ruralista associada aos oligopólios transnacionais e pelo direito à terra e ao trabalho.

48. **azul em 22 de fevereiro de 2012 09:27**

Bem, as reflexões acerca do texto prosseguem e realmente é interessante observar alguns comentários, principalmente o do Manolo, que mostra como a despossessão de meios de subsistência agrava a vida dos trabalhadores rurais em aspectos mais sofridos que muitos trabalhadores urbanos. O custo social da reprodução da força de trabalho é menor para os burgueses rurais (fazendeiros) e portanto, maior para os trabalhadores rurais que têm uma dependência muito maior de certos recursos intrínsecos à reprodução da própria condição de explorado. Também é mostrada a monetarização da vida dos proletários rurais, indicando uma despossessão muito maior e uma ofensiva do mercado, cujo ponto máximo é a sofrível venda do excedente ou a dependência do estado burguês para a integração local no subsistema urbano do capitalismo (o que só ocorre quando é do interesse do capital, em termos de produtividade e especulação alimentar e fundiária...). É aí que ocorrem as “modernizações” do campo, com sua leva de migrantes, e redução

exponencial do contingente de trabalhadores que permanece nas regiões rurais. Sempre com o mínimo necessário em termos de infraestrutura, o que faz de um proletário rural assentado alguém com azar não inferior ao de um morador de periferia. Embora o estado sempre faça campanhas publicitárias e fogueteiras do tipo: “estamos levando luz elétrica ao campo!”, etc.

Replicando a Mix, afirmo que Mix fez uma crítica (incompleta) ao M\$T, que sem dúvida é reacionário e oportunista, a despeito de Mix não chegar a esta conclusão. Pessoas respeitáveis existem em quaisquer facções, o que não é excusa para levar os revolucionários a apoiar ou ficar de rabo preso com organizações do capital, por mais pintadas que estejam de vermelho (ou de preto). A ilusão com os “militantes de base”, considerados “inocentes” e “puros” comandados por direções malvadas (conforme a teoria trotskista dos sindicatos, infelizmente comprada por muitos “anarquistas” hoje), leva setores inteiros da militância revolucionária a não romper com tais organizações, esquecendo-se que por trás das ilusões basistas e assembleístas, esses militantes “puros” são justamente a infantaria do oportunismo, cujo estado-maior são as próprias organizações e chapas que as comandam. É uma necessidade ganhar camaradas equivocados, mas assinar embaixo de tudo o que as organizações onde estão fazem com a desculpa de tê-los na luta seria suicídio. As organizações do capital sempre usaram estes militantes de base, principalmente os que aparentam ser “radicais”, como forma de se promoverem e dizerem que não são tão reacionárias assim. E muitas vezes conseguem travar as lutas, graças a este tipo de militância que não avança nem deixa ninguém avançar (cf. assembleias, frentes populares e políticas de compromisso onde os mais combativos sempre acabam imobilizados).

De fato, muitas das afirmações do Paulo procedem e assino embaixo, todavia o rótulo de “Anticapitalista” é demasiadamente elástico e inclusive propõe o abandono das experiências e lutas históricas dos trabalhadores contra o capital, o estado e a exploração. Qualquer grupo ou organização reformista hoje se intitula “anticapitalista”, rótulo que até setores neonazis e tradicionalistas católicos reivindicam. A pretensa “diferença” entre comunismo, socialismo e anarquismo, inventada pela contra-revolução, oculta o principal: eliminação revolucionária da sociedade estatal, dividida em classes, exploradora, alienante, autoritária, etc... Longe de ser uma “discussão de detalhes” é uma forma de mostrar como as facções do capital jogam com esses “detalhes” contra a revolução – daí a necessidade dos “espaços de militância”, igualmente alienados, igualmente imobilistas.

Por fim, falta observar a manobra conceitual do Zé – herdada do esquerdismo tradicional e da sociologia – em defesa do trabalho. É necessário responder a essa afirmação porque a defesa do trabalho, que sempre foi uma ideologia da sociedade de classes (no ocidente, reforçada pelo cristianismo), é mais ainda um mito do capitalismo com fortes consequências sociais.

Quase todos os acadêmicos e tradicionalistas sustentam que o trabalho seria uma espécie de “segunda natureza”, de tarefa fundamental do homem, de relação humana com a natureza (ou sua “humanização” para falarmos em termos metafísicos e especistas), de ação sem a qual o homem não seria homem. Essa identificação antropológica com o trabalho negligencia que: 1) O trabalho não

existiu em toda a história, e tampouco em todas as sociedades; 2) O trabalho aparece quando existe a possibilidade de apropriação privada da produção material coletiva, o que pressupõe relações de poder/dependência entre proprietários e despossuídos deserdados de tudo e logo, a existência de classes sociais; 3) O trabalho é definido pela parte possuidora de meios de subsistência – ou por quem paga – e em conformidade com seus interesses, a parte que se submete a trabalhar vai guiada pela premente necessidade de sobreviver (logo, o trabalho é um fator de coerção); 4) O trabalho é indissociável da alienação: seus fins não são definidos por quem o executa (por “melhor” que se sinta ao fazê-lo), o que implica um desligamento da vida ou uma vida desligada... as pessoas vivem para “ganhar a vida”; 5) Não é uma atividade que tenha por fim ela mesma (é para ganhar um prato de comida, uma parte da colheita do feudo, ou um salário); 6) Não é uma atividade onde haja apropriação direta e coletivizada dos resultados pelos seus executores: a estes cabe uma apropriação fracionada, mediada por formas arbitrárias de medida (tempo de trabalho, peças produzidas, terra arada, parcela do produzido, etc.), estipuladas pela parte proprietária, que açambarca a maior parte, enquanto a parte trabalhadora multiplica riqueza e reproduz sua miséria – no capitalismo isto é agravado com a mercantilização de tudo e com a produção de riqueza que vai gerar mais trabalho e explorar mais trabalhadores (sem contar a concorrência entre eles); 7) O parasitismo do trabalho na vida social gera um “tempo morto” que é garantia da sua extensão/reprodução/permanência : é a miséria existencial que hoje chamamos de lazer, “vida privada”, “entretimento”, “descanso”. No capitalismo, esta mutilação da vida além de ser complemento e extensão do trabalho, torna-se seu reforço, não só em termos físicos, mas em termos ideológicos (basta pensar na dieta televisiva ou nas peregrinações aos shoppings e “baladas”, tão em moda hoje). E também atividades profissionais onde milhões de trabalhadores são explorados (indústria do lazer, do entretenimento, etc.).

O trabalhador se desgasta para poder gastar... e a coisa prossegue.

Isto é radicalmente diferente de sociedades onde ocorre o inverso do que foi exposto: além da identificação entre a ação e sua finalidade, entre produção e apropriação, entre necessidades e os meios de atendê-las, a liberdade é condição para tal existir. Diversos antropólogos, com seus horizontes limitados de ideólogos burgueses tentaram “provar” que em algumas comunidades nativas seus integrantes “trabalhavam”. A tentativa fracassou porque tendo a natureza à sua disposição, não era necessário destruir hectares de florestas ou induzir o aumento de algumas espécies em detrimento de outras, de uma forma predatista ou latifundiário-industrial. Quando o nativo tinha fome, por exemplo, lá ia ele e pegava um fruto da árvore, sabendo que a árvore dali não sairia, que a terra era de todos e os frutos também. Não eram necessárias plantações transgênicas, pesticidas ou grandes monoculturas. Isto não é trabalho, é uma atividade vital livre e isenta de relações de classe ou impostas por exploradores.

Quem é o jogador das palavras, Zé? Desde quando a cooperação é falta de liberdade? A não ser que para você “liberdade” só possa existir no individualismo totalitário, a ditadura do eu contra os outros eus (dogma da ideologia burguesa desde o renascimento), a liberdade só pode ser exercida na ação comum, na solidariedade. O fato de se atender necessidades e esforços serem necessários para

tanto não faz desta atividade um “trabalho”, tanto quanto a existência de comunas anárquicas não faz delas “estados”, por mais que tenham existido diversas formas de estado (o estado burguês atual é uma delas, o que nunca isenta tal instituição de ser um órgão de dominação de classes e reforço da exploração...ou você sonha com “estados operários”, como faz a tradição reformista?).

O maior problema também ligado à alienação promovida pelo trabalho e por 5 milênios de sociedade de classes é a reprogramação mental que a ideologia dominante faz através de violência simbólica. De tanto martelarem em nossas cabeças que agir, fazer e trabalhar são a mesma coisa e de tanto o capitalismo reduzir a vida coletiva ao trabalho e à mercantilização, a maioria pensa: é impossível viver de outra forma. Como a linguagem é cheinha de estruturas discursivas, com influências ideológicas, a classe dominante quase sempre aproveita para passar os significados que ela quiser, modelando o imaginário social e a “produção de verdades” em seu benefício. O resultado é cair em armadilhas como pensar dentro dos modelos e padrões teóricos burgueses sem sair deles, ainda que aparente ser de oposição. É o que se pode concluir inclusive de algumas passagens dos textos de João Bernardo onde: há uma defesa do “progresso” e do tecnicismo capitalista, separando-o do seu conteúdo social e da imposição que lhe é inseparável (principalmente em termos de custos sociais e ambientais em grande parte irreversíveis dentro da lógica onde se formaram, o que é comprar o mito da civilização, sem o qual a sociedade não chegou onde chegou); há um rechaço da proposta coletivizadora e da própria luta de classes, uma vez que propostas “comunitárias” são invenções do romantismo alemão e do fascismo (o que além de a-histórico destrói o próprio método usado por João Bernardo em termos de sociologia descritiva: é como a cobra em movimento circular que devora a si própria).

Daí a necessidade da desmistificação ideológica e a observação dos significados como campo onde ocorre a luta de classes.

O folclore esquerdista (da esquerda do capital) quase sempre opõe capital a trabalho, pregando que o segundo tem que ser “libertado” do primeiro. Acontece que trabalho e capital se pressupõem: ambos são vetores da ditadura da lei do valor. O trabalho valoriza, multiplica e atualiza o capital, na medida em que o último nada produz sozinho e é o trabalhador quem remunera o capital toda vez que produz lucro. O capital sequestra a vida do trabalhador através do trabalho: transformado em mercadoria que produz outras mercadorias, ele nunca consegue pagar o resgate por tamanho sequestro. A necessidade, a dependência, a coerção fazem do sacrifício diário um poço sem fundo, onde não só o que o trabalhador faz é um meio para o seu patrão lucrar e ele seguir respirando. O trabalhador é um meio para o capital e o trabalho é o que subordina o meio ao fim.

É por estas e outras que o capital é uma relação social que consolida a violência da exploração e se alicerça na desigualdade, progredindo para a sofisticação e acirramento de ambas. A sofisticação e o acirramento estão na ditadura do valor e no princípio da lucratividade. Sem o dínamo do trabalho, ambos estariam desligados. Sendo fator de socialização e condição de existência do trabalhador e de toda a sociedade, o trabalho é o capital fazendo-se vivo na vida de todos, quando o viver passou a ter valor somente em sua utilidade lucrativa. Sem meios

de subsistência e com uma vida a perder, o trabalhador “vive” através dos recursos e do poder que o alugam, por não poder subsistir sem a perda de si no crescimento da riqueza e do poder que não tem.

Logo, capital e trabalho são bicondicionais e mutuamente inerentes. A classe trabalhadora só pode se libertar destruindo ambos.

Obs: nada do que foi afirmado tem qualquer coisa a ver com teorias modernas que falam do “fim do trabalho”, “economia do ócio” ou “aumento do tempo livre”. As três expressões são sem dúvida verídicas, sob o ponto de vista da escalada do desemprego.

Espero não ter sido excessivamente chato e prolixo.

49. Jovair em 22 de fevereiro de 2012 17:18

“... tendo a natureza à sua disposição, não era necessário destruir hectares de florestas ou induzir o aumento de algumas espécies em detrimento de outras, de uma forma predatista ou latifundiário-industrial. Quando o nativo tinha fome, por exemplo, lá ia ele e pegava um fruto da árvore, sabendo que a árvore dali não sairia, que a terra era de todos e os frutos também.”

Vemos, através das palavras de azul, a descrição do Jardim do Éden. Mal-aventurados os homens que comeram do fruto proibido, pois lhes restou apenas o trabalho para satisfazer suas necessidades.

50. azul em 22 de fevereiro de 2012 22:21

Claro, só numa cabeça cristã pode existir o jardim do éden. Embora os cristãos radicais de hoje (principalmente a “Cutting-Edge”), acreditem com os idólatras do progresso que a sociedade industrial é mais “paradisíaca” do que isto.

Em momento algum se pode negar que no comunismo primitivo uma existência à mercê das intempéries e de certos fenômenos naturais tinham um aspecto de catástrofe para muitas comunidades. Sem contar a prática de eugenia e exclusão dos idosos. Eu gostaria de imaginar que hoje o capitalismo nos libertou de tudo isso, não é verdade Jovair?

Hoje coisas como a poluição, tsunamis, degelo dos pólos e miséria generalizada são de um passado tão primitivo e arcaico que deveríamos dar graças a deus por não vivermos como os bárbaros incivilizados que rejeitam as grandes e libertadoras conquistas do capitalismo industrial não acha?

51. Paulo em 23 de fevereiro de 2012 15:52

Valeu lasagna pelos comentários esclarecedores!

52. Aline Santana em 23 de fevereiro de 2012 15:58

Gente, estamos no fim do túnel mesmo pra ter esse j.bernardo como “ídolo”. Há mais de 500 anos atrás... Mais uma vez obrigada Passa Palavra por publicar o texto da Mix, adorei!

53. Jovair em 23 de fevereiro de 2012 17:18

Depois de evocar o gênesis, chegamos ao apocalipse capitalista e ao juízo final ecológico, já que esse modo de produção é apresentado como causador até de tsunamis.

Mas as formas de sobrevivência e de subsistência de comunidades primitivas, continuam sendo tratadas como uma “atividade livre vital”, e não como atividades laborativas, as quais decorre a seleção de espécies mais adequadas ao consumo humano e todo tipo de conhecimento que tal atividade acarreta.

O erro permanece no fato de ter comido o fruto plantado por deus.

54. João Alberto em 23 de fevereiro de 2012 22:37

Para a Aline, com carinho.

Umas poucas palavras de um mestre:

“As ideologias só falam da sua própria prática. A polêmica ideológica é sempre uma utopia, porque o terreno do choque e do confronto só pode ser a prática e nunca as ideologias decorrentes de cada uma dessas práticas e, por isso, distintas, isoladas e autoreferenciadas. A única forma por que uma ideologia critica outra é a reafirmação da sua posição. Em cada ideologia existe somente a repetição incessante do seu próprio discurso. (...) Não é ao nível das ideologias, mas da ação prática, que as ideologias se destroem”. (JOÃO BERNARDO. Marx crítico de Marx. Epistemologia, classes sociais e tecnologia em O CAPITAL.(03 volumes) Porto: Afrontamento, 1977 (Vol. 01, p.112-113).

55. Aline Santana em 24 de fevereiro de 2012 15:09

até os “ídolos” deveriam se destruir ...

56. Bolo Nhês em 24 de fevereiro de 2012 18:25

“Há mais de quinhentos anos atrás...” Grande tirada inspirada da mitologia nacionalista mais rasteira. O que é importante é termos meios para resolver desafios colocados agora mas que permanecerão também se superarmos o capitalismo, e um deles é a alimentação. A defesa de métodos agrícolas baseados em misticismo não é solução. É preciso que as pessoas de esquerda tomem conhecimento que grande parte da versão “ecológica” sobre agricultura que costumam ingerir no café da manhã está cheia de falsidades. Ou ignoram os resultados da pesquisa científica ou usam-nos de maneira selectiva e mesmo enganosa. Nesse meio, é usual repetir-se rumores há muito desacreditados tal como acontece exactamente no campo da chamada medicina alternativa. Porque se haveria sequer de defender uma mal chamada agricultura ecológica? Um

pesticida deve avaliar-se pelos seus efeitos, independentemente da sua origem. Porque existirão essas modalidades de agricultura baseadas em categorizações que escapam a uma escolha racional de critérios e se baseiam antes em critérios místicos ou ideológicos? Porque não usar uma tecnologia transgénica se ela for mais ecológica e mais produtiva? Apenas porque segundo certos gurus irracionaisistas toda e qualquer tecnologia transgénica é um mal? Quem disse isso, a ciência ou algum guru religioso? Porque os militantes do natural fazem questão de estar sempre a apresentar exemplos desacreditados de crimes devidos aos transgénicos e escondem problemas relacionados com a agricultura orgânica que essa sim tem produzido mais problemas em termos de saúde pública? Porquê essa resistência em meio esquerdista em relação a estudos objectivos sobre a comparação entre os vários tipos de agricultura? Porquê esconder que os agricultores na Índia fazem questão de usar transgénicos e de maneira nenhuma estão a ser forçados a adoptá-los, bem pelo contrário, recorrem mesmo a meios ilegais para os obter, ao contrário da narrativa irracionalista anti-tecnologia, que se desenvolve e difunde em organizações não-governamentais onde existem muitos funcionários pagos por advogar esse tipo de coisas, ao mesmo tempo que difundem uma visão do mundo hostil à ciência e em defesa de irracionalismos tradicionais ou pós-modernos. <http://www.biotech-now.org/food-and-agriculture/2012/02/greenpeace-founder-biotech-opposition-is-crime-against-humanity>

57. Lasagna em 2 de março de 2012 23:26

É incrível o número de malabarismos verbais usados pelos anarcocapitalistas para defender as suas queridas empresas transnacionais.

Quem discorda é “nacionalista conservador”, retrógrado, mitológico, etc. E, é claro, reacionário, pois progressistas mesmo são as empresas capitalistas, o deus-mercado. Os camponeses que dão a vida pela reforma agrária são taxados de nazifascistas, sem nenhum pudor.

A retórica anarcocapitalista é assim: engraçada. Mistura o estilo dos “blogs pelegos” com o da “imprensa golpista”. Mistura pseudomarxismo com apologia do imperialismo capitalista.

58. pedro em 5 de março de 2012 16:29

anarcocapitalista eu nunca tinha escutado...

59. Antonio em 10 de março de 2012 01:17

Interessante texto, tou chegando um pouco atrasado no debate, que foi bastante produtivo.

Anexo VI

Mapas gráficos de redes sociais.

A seguir anexamos dois mapas gráficos elaborados pelo LABIC - *Laboratório de estudos sobre imagem e cibercultura* - <<http://www.labic.net/sobre/>>. Neles aparecem redes, nódulos e interações de páginas existentes dentro da rede *Facebook*. Cabe observar a profusão de páginas de apologia à militarização policial. Também anexamos mapa de redes de protestos - nem todas necessariamente anticapitalistas - existentes na rede *Facebook*. Tais mapas integram o projeto "*Cartografar as controvérsias na Internet*":

"O projeto Cartografar as controvérsias na Internet, desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Capes (Procad), é um circuito de cooperação científica entre pesquisadores de redes sociais e cibercultura. O intuito do projeto é constituir novas abordagens teóricas e empíricas que se debruçam sobre as modalidades de poder e contra poder que se apresentam na web 2.0, caracterizada pelos ambientes colaborativos e participativos. Para tanto, o projeto promoverá a produção de pesquisas, missões de docência, realização de eventos, intercâmbios de bolsistas, difusão de conhecimentos em plataformas digitais e publicação de livros.

Dessa maneira, o Procad divide-se em 4 focos de atuação: o foco analítico, que visa a integração dos estudos e análises desenvolvidas pelos grupos de pesquisa UFES e UFRJ; o foco do intercâmbio, com o objetivo de estabelecer missões de docência e de estudo para fortalecer e qualificar os grupos; o foco da publicação, para a publicação dos trabalhos na forma de e-books e a tradução das produções para inserção em revistas científicas; e, por fim, o foco da difusão, que tem por objetivo sistematizar a transmissão ao vivo de eventos e a divulgação das atividades realizadas no âmbito do projeto.

Esta cooperação científica, entretanto, pretende articular não apenas pesquisadores, mas ativistas que atuam na construção da chamada "cultura livre" – um campo social que reúne intelectuais, militantes, gestores e artistas protagonistas de lutas em defesa da liberdade na rede e refutação dos mecanismos de monitoramento e controle da internet."

Caberia observar que esta atividade de mapeamento digital poderia expor a estrutura de inter-relações entre grupos e movimentos sociais; ela se restringe, por outro lado, ao mapeamento de redes virtuais que não necessariamente possuem enraizamento social e trabalho de *auto-organização* presencial. Assim, a capilaridade de nosso objeto de pesquisa é muito mais complexa e profunda, pois ela perpassa por redes informais para além dos domínios da internet, inseridas no tecido social dos movimentos de base. Aqui

<http://www.labic.net/grafos/rede-de-interacoes-de-paginas-policiais-no-facebook/>